

ESTEVIÃO DE MELO MARCONDES LUZ

Incendiárias Folhas

ação política e periodismo na trajetória do padre

Antonio José Ribeiro Bhering

(1829-1849)

FRANCA

2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Incendiárias Folhas

ação política e periodismo na trajetória do padre

Antonio José Ribeiro Bhering

(1829-1849)

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do Título de Doutor em História.

Linha de pesquisa: História e Cultura Social.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Regina Capelari Naxara.

FRANCA

2016

Luz, Estevão de Melo Marcondes.

Incendiárias folhas: ação política e periodismo na trajetória do Padre Antonio José Ribeiro Bhering (1829-1849) / Estevão de Melo Marcondes Luz. – Franca: [s.n.], 2016.

283 f.

Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Márcia Regina Capelari Naxara

1. Brasil - História - Império - 1822-1889. 2. Minas Gerais.
3. Imprensa. I. Título.

CDD – 981.04

ESTEVÃO DE MELO MARCONDES LUZ

INCENDIÁRIAS FOLHAS: AÇÃO POLÍTICA E PERIODISMO NA TRAJETÓRIA DO PADRE ANTONIO JOSÉ RIBEIRO BHERING (1829-1849).

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do Título de Doutor em História.

Área de concentração: História e Cultura.

Linha de pesquisa: História e Cultura Social.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Dra. Márcia Regina Capelari Naxara

1º Examinador: _____

Dra. Izabel Andrade Marson

2º Examinador: _____

Dra. Helena Miranda Mollo

3º Examinador: _____

Dra. Marisa Saenz Leme

4º Examinador: _____

Dra. Virgínia Célia Camilotti

Franca, 24 de junho de 2016.

Dedicatória

*Dedico este trabalho ao homem cujos passos
procurei investigar e compreender durante
os últimos anos, Antonio José Ribeiro
Bhering, homem de seu tempo.*

Agradecimentos

À professora Dra. Márcia Regina Capelari Naxara, minha orientadora, pela parceria durante os anos de realização desta pesquisa e pela amizade que se desenvolveu ao longo deste processo.

Às professoras Dra. Marisa Saenz Leme e Dra. Virgínia Célia Camilotti pela participação no Exame Geral de Qualificação e pela leitura atenta que realizaram, trazendo apontamentos importantes e sugestões muito relevantes para o encaminhamento da Tese.

À Dra. Izabel Andrade Marson, Dra. Helena Miranda Mollo, Dra. Marisa Saenz Leme e Dra. Virgínia Célia Camilotti por gentilmente aceitarem o convite para a composição da Banca Examinadora.

À *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional* pelo excelente trabalho de digitalização dos periódicos do século XIX com os quais pude realizar a presente pesquisa, consultando minhas fontes a qualquer hora do dia e da noite a partir de minha própria residência.

Ao pessoal da Biblioteca e da seção de Pós-Graduação da Unesp/Franca.

À minha família, amigos e minha mulher, Michelle, pelo apoio incondicional durante todo o longo, prazeroso e desgastante período de pesquisa e redação da Tese.

À Capes pela bolsa de Doutorado que me permitiu dedicar exclusivamente ao exercício da pesquisa, realizando as necessárias viagens para levantamento e consulta das fontes, assim como participar de eventos fundamentais para enriquecer as discussões realizadas no texto.

Resumo

A presente pesquisa teve por foco a trajetória de Antonio José Ribeiro Bhering, sua atuação na política imperial e na imprensa periódica. Padre, professor, redator de diferentes jornais, deputado provincial e geral, Bhering começou sua carreira no *Seminário de Mariana*, de onde foi expulso em 1829 pelo bispo D. Frei José da Santíssima Trindade em função das suas ideias filosóficas e de seu posicionamento político liberal. Sua demissão, tida como injusta e arbitrária pelos “patriotas mineiros”, possibilitou a projeção de seu nome e fomentou uma nova fase em sua carreira, quando assumiu cargos representativos na educação e na política. Sua trajetória se entrelaça com a história política do Brasil. Bhering vivenciou acontecimentos marcantes do Primeiro Reinado, do período Regencial e do Segundo Reinado, tendo tomado parte, na condição de autoridade constituída, de movimentos, discussões e decisões que interferiram no rumo dos acontecimentos. Homem de inteligência aguçada, liberal convicto e combativo, atuou ao lado de figuras importantes da história brasileira, tanto no âmbito da Corte, como em sua província natal, Minas Gerais. Em 1849 aderiu ao *Regresso* conservador, como fizeram muitos outros liberais que acreditaram na estabilidade e no *progresso* do Império. Por esta mudança foi duramente combatido por antigos aliados. Nossa intenção foi acompanhar suas ações e ideias por meio de seus escritos e discursos, onde realizava a defesa de um projeto de nação. Analisando as especificidades de sua trajetória e as questões compartilhadas com outros indivíduos e grupos aos quais se alinhou, buscamos identificar a configuração dos espaços político, social e intelectual em que atuou. Seus anseios, ideias e conflitos correspondem à identidade de um grupo e fazem parte do complexo processo de construção do Estado Imperial. A pesquisa documental teve por base os escritos publicados na imprensa, tanto os textos, artigos e correspondências por ele escritos, como textos sobre sua atuação e outros relativos às problemáticas do período. A imprensa periódica teve papel central, agindo como um importante espaço de sociabilidade em formação. Sua atuação política foi investigada com base nas discussões parlamentares, tanto da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, como da Câmara dos Deputados, e por meio dos embates e discussões estabelecidos na imprensa.

Palavras chave: Antonio José Ribeiro Bhering. Imprensa periódica. *O Novo Argos*. *O Homem Social*. Minas Gerais. Brasil Império.

Abstract

This research was focused on the trajectory of Antonio José Ribeiro Bhering, his political activity and in the periodical press. Priest, teacher, editor of various newspapers, provincial and general deputy, Bhering began his career in the *Seminário de Mariana*, from which it was expelled in 1829 by Bishop Frei José da Santíssima Trindade on the basis of his philosophical ideas and his liberal political position. His dismissal, seen as unfair and arbitrary by "patriotas mineiros", made possible the projection of his name and fomented a new phase in his career, when he took representative positions in education and politics. His career is intertwined with the political history of Brazil. Bhering experienced significant events of the First Empire, the Regencial period and the Second Empire, having taken part, as a constituted authority, in movements, discussions and decisions that interfere with the course of events. Man of keen intelligence, a combative liberal, he worked alongside important figures in Brazilian history, both within the Court of Rio de Janeiro, as in his home province of Minas Gerais. In 1849 he joined the "Regresso conservador", as did many other liberals who believed in the stability and progress of the Empire. For this change was strongly opposed by former allies. Our intention was to follow their actions and ideas through his writings and speeches, which held the defense of a national project. Analyzing the specifics of its trajectory and issues shared with other individuals and groups that are aligned, we seek to identify the configuration of the political, social and intellectual spaces in which he served. His aspirations, ideas and conflicts correspond to the identity of a group and are part of the complex process of construction of the Imperial State. The documental research was based on the writings published in the press, like texts, articles and letters written by him, as texts on his performance and others relating to the period. The periodical press played a central part, acting as an important space of sociability that was in formation. His political activity was investigated on the basis of parliamentary discussions, both the Provincial Legislative Assembly of Minas Gerais, as the House of Representatives, and through the conflicts and arguments set out in the press.

Key words: Antonio José Ribeiro Bhering. Periodical press. *O Novo Argos*. *O Homem Social*. Minas Gerais. Empire of Brazil.

Resumen

Esta investigación se centró en la trayectoria de Antonio José Ribeiro Bhering, su papel en la política imperial y en la prensa periódica. Sacerdote, profesor, editor de varios periódicos, provincial y general diputado, Bhering comenzó su carrera en el *Seminário de Mariana*, de la que fue expulsado en 1829 por el Obispo Frei José da Santíssima Trindade, sobre la base de sus ideas filosóficas y su posición política liberal. Su destitución, vista como injusta y arbitraria por parte de los “patriotas mineiros”, permitió a la proyección de su nombre y fomentó una nueva etapa en su carrera, cuando tomó las posiciones de representación en la educación y en la política. Su carrera se entrelaza con la historia política de Brasil. Bhering participo de acontecimientos significativos del Primer Imperio, del período Regencial y del Segundo Imperio, experimentando, en la condición de autoridad constituida, movimientos, discusiones y decisiones que interfirieron en el curso de los acontecimientos. Hombre de gran inteligencia, um liberal combativo, trabajó junto a figuras importantes en la historia de Brasil, tanto dentro de la Corte de Rio de Janeiro, como en su provincia natal de Minas Gerais. En 1849 se incorporó al “Regresso conservador”, al igual que muchos otros liberales que creían en la estabilidad y el progreso del Imperio. Por este cambio sufrió fuerte oposición de los antiguos aliados. Nuestra intención fue seguir sus acciones e ideas por medio de sus escritos y discursos, que llevan a cabo la defensa de un proyecto nacional. Analizando las características específicas de su trayectoria y los temas compartidos con otros individuos y grupos que están alineados, buscamos identificar la configuración de los espacios políticos, sociales e intelectuales en los que actuó. Sus inquietudes, ideas y conflictos corresponden a la identidad de un grupo y son parte del complejo proceso de construcción del Estado Imperial. La investigación documental se basa en los escritos publicados en la prensa, como textos, artículos y cartas escritas por él, como textos sobre su actuación y otras relacionadas con el periodo. La prensa periódica tuvo papel central, actuando como un importante espacio de sociabilidade en formación. Su actividad política fue investigada com base en los debates parlamentarios, tanto de la Asamblea Legislativa Provincial de Minas Gerais, como de la Cámara de Representantes, y por medio de los conflictos y los argumentos expuestos en la prensa.

Palabras clave: Antonio José Ribeiro Bhering. Prensa periódica. *O Novo Argos*. *O Homem Social*. Minas Gerais. Imperio del Brasil.

SUMÁRIO

Introdução	11
-------------------	----

Capítulo I: *“Feliz o tempo, em que se diz o que se pensa, e se pensa o que se quer”*

1	O jovem padre e o bispo entre continuidades e transformações	26
2	“Firmemos o pé na terra que nos pertence; sustentemo-nos com honra nas trincheiras da liberdade”	40
3	“Quem tem boca não manda soprar”	54
4	A demissão do Seminário de Mariana	65

Capítulo II: *Do Estreito de Bering ao Estreito de Magalhães.*

1	<i>O Novo Argos</i> arregala seus olhos americanos	82
2	“De sobre as montanhas do Ouro Preto”, velando “de continuo na prosperidade pública”	100

Capítulo III: *“Semeando o grão do Evangelho e da Constituição jurada”*

1	Um filósofo entre a razão e a paixão	125
2	O 7 de Abril de 1831 e a “regeneração” política do Brasil	138
3	<i>O Homem Social</i> empunha sua “mal aparada pena”	158

Capítulo IV: *No tempo das incertezas.*

1	<i>A Revolta do ano da Fumaça</i> e o caminho para a Corte	174
2	Um <i>moderado</i> entre <i>exaltados</i> e <i>caramurus</i>	184
3	Províncias, povo e folhas em convulsão	198

Capítulo V: *As “circunstâncias” de fins dos anos 1840.*

1	As “Revoluções” liberais	211
2	Um infeliz projeto de <i>Felicitação?</i>	234

Considerações Finais	252
-----------------------------	-----

Referências	255
--------------------	-----

Anexos	269
---------------	-----

Introdução

No final da década de 1820, um jovem padre, professor da mais antiga instituição de ensino das Minas Gerais, iniciava uma briga ferrenha com a maior autoridade religiosa da província. A instituição era o *Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte*, na cidade de Mariana; a autoridade, o próprio bispo. Antonio José Ribeiro Bhering, o jovem padre, fora expulso de suas funções no Seminário pelo bispo D. Frei José da Santíssima Trindade, o responsável direto pela sua nomeação para o cargo de lente de filosofia em 1827. Embora jovem, Bhering havia se destacado dos demais colegas por sua inteligência aguçada e pela disciplina. A relação entre ambos – o bispo e o jovem lente – foi gradualmente se deteriorando por conta de suas aulas, onde novas ideias fervilhavam e repercutiam na mente dos jovens seminaristas. As consequências deste período inicial de sua carreira pública marcaram profundamente sua trajetória política e intelectual.

Nascido no ano de 1803 na Imperial Cidade de Ouro Preto, então capital da província de Minas Gerais, Bhering tinha origem pobre. Era filho de José Antonio Ribeiro, um cabo de esquadra, e de Ana Francisca de Assis. Iniciou e completou seus estudos no Seminário de Mariana onde, em novembro de 1826, foi ordenado padre pelo bispo D. Frei José. O sobrenome Bhering não vinha de origem familiar. O que parece ter ocorrido, prática adotada por muitos padres no período, é que após a ordenação adotavam um novo sobrenome, geralmente de um mestre ou pensador pelo qual tinham apreço. Seria uma forma de homenagem, mas também de distinção, pois os nomes se repetiam muito. O de seu pai, por exemplo, era José Antonio Ribeiro, havia ainda, em Ouro Preto, outro padre cujo nome era Antonio José Ribeiro. Não ficou claro o motivo de ter escolhido o sobrenome Bhering, mas fato é que seus irmãos mais novos, que não eram padres, também adotaram o mesmo sobrenome.

Em 1827 Bhering assumiu a cadeira de Filosofia do Seminário e as divergências com o bispo logo tiveram início. Um sério embate se estabeleceu entre eles e se intensificou ao longo de suas vidas, marcando, como veremos, sensivelmente suas trajetórias. O bispo de Mariana faleceu em 28 de setembro de 1835 e neste período os ataques entre ambos se sucederam, bem como alguns momentos de curiosa aproximação. O posicionamento do bispo, suas manobras e decisões, assim como as de seus auxiliares da diocese, indicam claramente uma tentativa de conter o desenvolvimento e o avanço das ideias liberais que

naquele momento, após a Independência, se difundiam com mais vigor pelo interior do Império. Assim, buscaram combater pelos meios eclesiásticos, por meio de interpretações específicas do direito canônico, das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* e dos concílios papais, a propagação desta tendência que se espalhava e cujos propagadores eram também os próprios padres, cuja influência junto à população era significativa.

Diante deste cenário e dos enfrentamentos seguidos Bhering foi demitido. O rompimento traumático com o Seminário, no entanto, ocorrido em 1829, abriu novas portas ao jovem professor, que iniciou sua atuação no mundo da imprensa periódica e do governo representativo. Chegou a ocupar os cargos de vereador na Câmara Municipal de Mariana, foi eleito deputado provincial e deputado geral, atuando na Câmara dos Deputados na 3ª legislatura (1834-1837) e eleito para a 5ª legislatura, que teria início em 1842, mas foi dissolvida por decreto imperial. Fez parte do Conselho Geral da Província, em seu segundo (1830-1833) e terceiro (1834) mandatos, quando foi extinto pela lei de 12 de agosto de 1834 (Ato Adicional) e criou-se a Assembleia Legislativa Provincial. Nesta foi deputado em várias legislaturas: 1ª (1835-1837), 6ª (1846-1847), 7ª (1848-1849), 8ª (1850-1851), 9ª (1852-1853). Ocupou ainda os cargos de vice-diretor de Instrução Pública da província, Juiz de Paz na cidade de Mariana, secretário da presidência da província, tendo presidido a Assembleia Legislativa Provincial em diferentes ocasiões.

O objetivo central da pesquisa esteve pautado pela análise da atuação e posicionamento político e intelectual de Bhering no sentido de conhecer seu papel na vida social e política do Império, buscando identificar as configurações de sua atuação, especialmente no que diz respeito à sua participação na imprensa e no processo de desenvolvimento da cultura impressa do período. Este trabalho, porém, não se pretendeu biográfico no sentido tradicional do termo, mas, obviamente, abordou diferentes aspectos da vida do personagem. A pretensão foi conhecê-la através de suas ideias, escritos, reflexões, de sua atividade pública, por meio dos quais realizou a defesa de um projeto de nação para o Império que transitava por um liberalismo moderado. Neste sentido, foi preciso analisar atentamente sua participação no Parlamento brasileiro, na Assembleia Legislativa Provincial e nas outras esferas do governo representativo das quais participou, abordando os temas com os quais ele esteve envolvido, já que os mesmos foram objeto de suas análises e da sua participação na imprensa, nosso foco especial. Assim foi possível compreender o seu papel nos embates e nos grandes temas do período.

Sua trajetória, então, possibilitou a abertura de janelas para se entender o debate político e os acontecimentos de sua época, especialmente com relação à política do credo

liberal. A forma como se colocou na cena pública, nos espaços de discussão e circulação de ideias, como a sala de aula, o gabinete de leitura em sua residência, a imprensa, o Parlamento, as ruas, também as questões com as quais dialogou no jogo político estabelecido, são representativos da formação de uma opinião pública e da existência de uma pedagogia liberal. Estas, por sua vez, são sensivelmente significativas de sua ação política e social e representativas do projeto político, das ideias, sentimentos e contradições dos grupos aos quais Bhering esteve ligado. Neste sentido, procuramos deslindar os processos culturais e políticos estabelecidos pelo indivíduo, o que permitiu o reconhecimento de questões identitárias relacionadas a estes grupos, bem como a promoção de seus ideais, tendo como pano de fundo o complexo contexto de formação do Estado imperial.

O recorte temporal, entre 1829 e 1849, foi estabelecido com base em dois momentos e fatos marcantes de sua trajetória, muito embora tenha sido necessário ultrapassar um pouco estes limites temporais. 1829 foi o ano em que Bhering foi demitido do cargo de professor do Seminário e que contribuiu para forjar sua projeção pública, marcando a sua ação política. Foi neste momento que deu início à sua carreira como escritor público e redator em periódicos mineiros, demonstrando ser um promissor ativista do pensamento liberal.¹ Já 1849 foi o ano em que aderiu oficialmente ao *Regresso* conservador, momento que também trouxe graves consequências, dissabores, mas também novas alianças e possibilidades para sua carreira.

O caminho escolhido para explorar sua trajetória neste cenário do universo oitocentista passou, necessariamente, pela análise dos escritos deixados por ele na imprensa periódica. Este material é composto por textos, artigos, discursos, ofícios, relatórios e correspondências. Por meio deste aparato documental buscamos identificar e delimitar o(s) grupo(s) ao qual Bhering esteve ligado para conhecer os meios de produção intelectual de que dispunham para atuar e representar por meio da construção de um discurso sobre a realidade que os cercava, já que estes grupos possuíam certa identidade, fruto “de vivências comuns e sustentada pela construção de códigos que a instituem e expressam”, e esta identidade coletiva procurava expressar e defender um projeto político para o Estado nacional.²

¹ O termo *ativista* é aqui utilizado no sentido da defesa e promoção de certos ideais através de práticas como a publicação de textos, a atuação política em si e o fato de Bhering ter fundado em sua casa um gabinete de leitura, local, por excelência, de discussão e formação de ideias e que não tinha vínculos com o Estado.

² D’ALESSIO, Márcia Mansor. “Estado-nação e construções identitárias: uma leitura do período Vargas”. In: SEIXAS, Jacy A; BRESCIANI, Maria Stella & BREPOHL Marion (Orgs.). *Razão e paixão na política*.

Bhering acabou por fazer parte de uma elite letrada que tinha “acesso aos instrumentos da divulgação impressa” e assim se relacionava “com diferentes setores da população, socialmente abaixo ou acima” destes letrados. Havia, então, por parte da imprensa periódica, uma “relação com os espaços públicos que se transformavam” e um “peso inegável na conformação dessa esfera pública no âmbito cultural, fatores fundamentais para a construção de uma identidade e de uma ordem nacional no período pós-independência”. Percebe-se, assim, uma relação estreita e indissociável entre imprensa e sociedade, fazendo com que a imprensa periódica exercesse influência e fosse influenciada por “vozes, falas e gestos não-escritos, em via de mão dupla, numa complexa teia de articulação, recepção e retransmissão de conteúdos que ultrapassavam o espaço impresso”.³

Os escritos e a função de redator exercida por Bhering, então, constituem uma prática social daquele período, assim como a produção intelectual dos grupos a que esteve vinculado. E também se faziam repercutir no público leitor através de uma aceitação ou apropriação, cujas relações e detalhes buscamos indicar. A historiadora Lúcia Maria Bastos P. Neves ressalta que “essa literatura política transformou-se em uma das principais fontes para a identificação das palavras, ideias, valores e representações pelos quais se exprimiu essa cultura política do liberalismo”.⁴ Assim, buscamos compreender o sentido de sociedade defendido e propagado por Bhering através da divulgação de seus ideais, seus valores sociais, sua ação política e de seu posicionamento frente às muitas problemáticas de um Estado em construção, onde “os nossos intelectuais procuravam converter suas vidas e desígnios privados em modalidades exemplares de suas concepções do público”.⁵

A imprensa periódica do período representava um importante espaço de sociabilidade que se consolidava. Sua atuação enquanto redator e escritor público, portanto, teve destacado papel em nossa análise. Interessou-nos, então, demonstrar como e por quais motivos Bhering lutou durante sua trajetória e reconstituir essa luta com base nas armas por ele utilizadas: a ação política e o universo representado pelo periodismo.

O conjunto documental analisado é formado basicamente por periódicos brasileiros que circularam no Oitocentos, que integram o acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira* da

Brasília: Ed.UnB, 2002, p.159-180. A autora analisa justamente a construção de identidades coletivas no processo de formação do Estado nacional.

³ MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.103 e 104.

⁴ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. “Liberalismo político no Brasil: ideias, representações e práticas”. In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emilia (orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan, UERJ, 2001, p.79.

⁵ “Prefácio” de Luiz Werneck Vianna. In: CARVALHO, Maria Alice Resende de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro; Revan; IUPERJ-UCAM, 1998.

Fundação Biblioteca Nacional (FBN), e que foram digitalizados de forma louvável por esta instituição. Em nosso caso específico, trabalhamos com jornais de diferentes partes da província de Minas Gerais, jornais da Corte e também algumas folhas de outras províncias, mas que mantinham alguma relação com os temas analisados ou com a própria atuação de Bhering. Em alguns destes jornais Bhering teve atuação direta, como foi o caso do *O Novo Argos*, impresso em Ouro Preto, em que atuou como redator principal desde o seu surgimento em 1829 até 1832, quando se afastou da redação; do *O Homem Social*, folha impressa em Mariana por sua iniciativa direta, da qual foi redator durante todo período em que circulou, entre 1832 e 1833; *O Parlamentar*, folha impressa no Rio de Janeiro e da qual participou no período entre 1837 e 1839. Havia uma complexa relação entre redatores de folhas por todo o Império, especialmente entre aquelas de mesma tendência política, e assim havia troca de exemplares, de escritos, de forma que Bhering escreveu também em outras folhas.

Neste processo muitas outras folhas foram consultadas com intuito de mapear seus textos, bem como aqueles que mantinham alguma relação com ele e com os temas abordados. Dentre elas tiveram maior destaque jornais como: *O Universal*, uma das mais importantes folhas mineiras de tendência liberal e da qual Bhering participou assiduamente com seus escritos; *Astro de Minas*; *Estrella Mariannense*; *Aurora Fluminense*; *Astréa*; *Parahybuna*; *O Compilador*; *O Brasil*; *Correio da Tarde*; *O Sete d’Abril*; *O Itamontano*; *O Conciliador*; *Diário do Rio de Janeiro*; *O Bom Senso*; *Correio Mercantil e Instructivo, Político, Universal*; *O Telegrapho*, órgão de divulgação das ideias e interesses da diocese de Mariana, através do qual o bispo atacava o posicionamento liberal dos mineiros; *Verdadeiro Caramurú*; *O Regresso*; *O Amigo da Verdade*; dentre outras folhas indicadas ao longo do texto.

Aqui cabe informar nossa opção por empregar os nomes dos jornais sem as iniciais O e A, quando existirem, por exemplo, tanto pelo fato de ser uma prática adotada pelos próprios redatores, como para facilitar a escrita e fluência do texto. E com relação às citações retiradas das fontes, optamos por realizar a sua atualização ortográfica, mantendo, no entanto, a pontuação, os itálicos e as letras maiúsculas empregadas nos textos originais.

Em termos dos referenciais teóricos e metodológicos, um questionamento lançado por René Rémond, em obra por ele organizada, nos indicou um caminho bastante profícuo. O autor questiona o que haveria de comum entre o estudo dos meios de comunicação e a biografia, sugerindo o aspecto político como ponto de ligação entre ambos. Tal colocação se fez presente desde a nossa proposta inicial, ou seja, focar na exploração do caminho onde

imprensa e política se entrelaçam na atuação e na própria vida do indivíduo. Em *Por uma história política* historiadores lançaram mão de novas possibilidades para este “setor” da história e a mostraram “rejuvenescida” e com possibilidades variadas de contribuição.⁶

Também uma perspectiva paralela de renovação, marcada pela preocupação com o estudo de “estruturas sócio-afetivas”, na concepção proposta especialmente por Pierre Ansart em seus estudos, tendo por centro de indagações questões relacionadas à sensibilidade no campo da política, nos forneceu elementos e questionamentos centrais para a análise. Exemplos importantes pautados por estas preocupações e interpretações podem ser encontrados nos trabalhos realizados por outro grupo de historiadores cujas pesquisas têm sido compiladas em coletâneas como *Razão e paixão na política*, *Memória e (res)sentimento*, *Tramas do político*, *Sobre a humilhação*, *Conceitos e linguagens e Indiferenças*.⁷ Tivemos a oportunidade de acompanhar de perto as pesquisas de historiadores ligados a este grupo por meio da participação nos trabalhos e discussões do grupo de pesquisa *Historiar* (CNPq/Unesp-Fr).⁸ Tais obras, portanto, também se apresentam como referenciais fundamentais para a pesquisa que neste momento apresentamos.

A pesquisa caminhou, ainda, amparada pela análise dos conceitos e da linguagem. Não se trata de fazer uma história semântica, mas sim de conhecer o significado dos conceitos e expressões com os quais estavam operando estes personagens em meados do século XIX. Buscamos conhecer os conceitos “a partir do contexto histórico que os produziu” analisando o uso que deles se fazia nos discursos e na imprensa. É importante a percepção de que tais conceitos não são imutáveis, mas sim, que registram as mudanças e as permanências na sociedade e refletem as construções intelectuais e suas disputas.⁹

⁶ RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996, p.10 e p.441. Na “Apresentação” desta obra, Marieta de Moraes Ferreira já aponta para o importante movimento de renovação da história política – onde René Rémond tem papel central – com seus novos objetos de interesse, novas abordagens e novas fontes.

⁷ O grupo intitulado *História e Linguagens Políticas: razão, sentimentos e sensibilidades* é formado por historiadores brasileiros e estrangeiros e busca compreender a dimensão afetiva da política, como sentimentos, paixões, identidades, etc. Ver, entre outros: SEIXAS, Jacy A; BRESCIANI Maria Stella & BREPOHL Marion (orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: Ed. UnB, 2002. BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora Unicamp, 2001. SEIXAS, Jacy; CESAROLI, Josianne & NAXARA, Márcia (orgs.). *Tramas do político*: linguagens, formas, jogos. Uberlândia: EDUFU, 2012. MARSON, Izabel & NAXARA, Márcia (orgs.). *Sobre a humilhação*: sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: EDUFU, 2005. NAXARA, Márcia & CAMILOTTI, Virgínia (orgs.). *Conceitos e linguagens*: construções identitárias. São Paulo: Intermeios; Capes, 2013. NAXARA, Márcia; MARSON, Izabel & BREPOHL, Marion (orgs.). *Indiferenças*: percepções políticas e percursos de um sentimento. São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes, CNPq; Curitiba: Fundação Araucária; Campinas: Unicamp-PPGH, 2015.

⁸ *Historiar: construções identitárias, conceitos, linguagens* (CNPq/Unesp-Fr). Coordenação das professoras doutoras Márcia Regina Capelari Naxara e Virgínia Célia Camilotti.

⁹ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan; Faperj, 2003, p.17.

A história dos conceitos, especialmente os estudos de Reinhart Koselleck e de pesquisadores nacionais como João Feres Júnior, possibilitou traçar um panorama do jogo lexical em disputa, assim como da importância do emprego de uma linguagem específica que demonstrava que o embate se dava também no plano da linguagem. Nesta perspectiva, a utilização de determinados conceitos, empregados por ambos os lados do jogo político, diz muito a respeito de seus respectivos posicionamentos com relação aos temas do período. E desta forma é possível pensar a atuação dos chamados “escritores públicos” no sentido de uma efetiva pedagogia política. Sua função seria contribuir e facilitar a propagação dos novos conceitos, de forma mais acessível e a um público mais amplo, já que a utilização dos mesmos naquele tempo tornava-se frequente nos discursos, na imprensa, nos debates.

Os usos e os lugares de enunciação de conceitos fundamentais para a compreensão das identidades dos grupos e partidos, assim como suas respectivas incompatibilidades, motivaram os vigorosos embates e até mesmo os enfrentamentos armados no Império. Os conceitos e as expressões, portanto, eram depositários de “carga política intensa”, o que demanda um olhar atento aos “lugares discursivos”.¹⁰ Esta nossa preocupação esteve presente ao longo do texto, mas talvez fique ainda mais clara nos primeiros capítulos, onde a exploração de tais conceitos se mostrou primordial para o entendimento do jogo político estabelecido, dos escritos publicados na imprensa, assim como dos respectivos posicionamentos de Bhering ao longo de sua trajetória.

Assim, estivemos sempre atentos no sentido de identificar e conhecer as raízes das insatisfações e das disputas que caracterizaram o embate inicial travado entre os “patriotas mineiros” e o grupo ligado ao bispo de Mariana. Já em outros momentos de sua trajetória sua atuação se pautou por uma ação mais “moderada”, apartando-se um pouco de aliados liberais que passaram a ter um pensamento político mais “exaltado” após o 7 de Abril de 1831. Mais adiante, ainda, sua trajetória entra em rota de colisão definitiva com correligionários liberais quando, após o longo processo de pacificação em Pernambuco, com a derrota dos “praieiros”, Bhering se posiciona ao lado dos “saquaremas”, entendendo que as circunstâncias do momento exigiam adesão à *ordem*, que por sua vez possibilitaria o *progresso* do país. Nesta perspectiva, focando com especial atenção ao aspecto conceitual, à questão dos sentimentos e das sensibilidades, no sentido de reconhecer a aproximação entre

¹⁰ CAMIOTTI, Virgínia. “(In)diferenças entre Brasil e Portugal: dois tempos de colaboração portuguesa na imprensa brasileira”. In: NAXARA, Márcia; MARSON, Izabel & BREPOHL, Marion (orgs.). Indiferenças: percepções políticas e percursos de um sentimento. São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes, CNPq; Curitiba: Fundação Araucária; Campinas: Unicamp-PPGH, 2015, p.255-276, citação p.256 e 257.

afetividade e identidade, identificamos e analisamos acontecimentos marcantes que se sucederam ao longo de sua trajetória.

Os estudos sobre o movimento liberal no Império e sobre a “revolução”, analisados com muita perícia e sensibilidade por Izabel Marson, tiveram muita relevância para a compreensão da atuação de Bhering, de seu pensamento e dos percursos de sua argumentação, especialmente nas ocorrências da década de 1840. Buscamos compreender a fundo as nuances de seu posicionamento e de suas concepções sobre o tema para então estabelecer uma possível relação entre o indivíduo e os conflitos armados que o mesmo vivenciou. A revolução – com suas variadas formas de significação, tais como revolta, levante, sedição, insurreição – na verdade apresentava-se como possibilidade real de manobra política, sendo adotada em diferentes momentos por liberais e conservadores.

A análise transita também pela história política relativa à construção do Estado imperial e do papel da imprensa neste importante processo, cujas obras de referência são variadas assim como as particularidades de objetos e de aspectos importantes nas configurações de busca pelas origens e formação da nacionalidade. Por exemplo, trabalhos que buscam analisar as configurações regionais durante este processo; obras que analisam a formação e atuação da classe política; pesquisas que tiveram como preocupação entender a busca por estabelecer certo caráter nacional durante o século XIX; estudos que focaram no papel da imprensa na configuração de uma participação política e social de indivíduos e grupos das mais variadas tendências e regiões na vida cotidiana do Estado e do papel importante de formação de uma opinião pública sobre os acontecimentos.

Bhering vivenciou a repercussão de revoltas políticas importantes durante a Regência e o Segundo Reinado, como a *Revolta do Ano da Fumaça* de 1833 e a *Revolução Liberal* de 1842, ambas na província de Minas Gerais, dentre outras espalhadas pelo território imperial e que repercutiram em seus textos e discursos. Mesmo não compactuando com a luta armada e não participando ativamente dos movimentos, Bhering atuou nos bastidores, enquanto autoridade pública, o que nos possibilitou conhecer sua posição no campo político e ideológico. Estes conflitos tiveram naturezas diversas e além da agitação popular, da participação de diferentes setores da sociedade movidos pelo complexo e intrincado jogo de interesses, foram travados também no recinto parlamentar. Portanto, “tal quadro de conflitos foi, certamente, um forte motivo para que o tema Revolução se

projetasse na história do Império e também se tornasse a principal referência do debate político desde 1822 até 1850.”¹¹

A pesquisa no acervo do *Arquivo Público Mineiro* (APM), durante a realização de nossa dissertação de mestrado, possibilitou um contato importante com a documentação relativa à Assembleia Legislativa Província de Minas Gerais. Este contato foi fundamental para o conhecimento das fontes e foi onde nos deparamos com o nome e alguns discursos de Bhering. Foi este o começo de nossa curiosidade a seu respeito. A documentação relativa ao governo provincial, composta por relatórios, anais, projetos de deputados, ofícios, etc., foi também consultada por meio das páginas da imprensa periódica do período.

Obra importante para compreender a participação de Bhering na Câmara dos Deputados foi *O clero no parlamento brasileiro*,¹² por meio da qual foi possível acompanhar a atuação e as temáticas levantadas pelos padres. Interessante verificar que não havia necessariamente uma confluência de interesses dentre os membros do clero no Parlamento, pois tinham suas diferentes tendências e interpretações acerca da realidade política e social do Brasil. Ou seja, a atuação dos padres deputados não representou a busca por um projeto único e coeso. A sua divisão espelhava aquela mesma existente na Câmara, seja no que diz respeito à sua composição, ou em relação aos próprios projetos políticos. Outra referência significativa, especialmente para os capítulos iniciais, foi o trabalho do também padre e historiador da diocese de Mariana, Raimundo Trindade, que na primeira metade do século XX publica o seu *Arquidiocese de Mariana*,¹³ obra que contempla uma análise importante sobre as motivações do conflito que se estabeleceu entre Bhering e o bispo.

Em diferentes ocasiões Bhering foi reputado por seus pares, tanto adversários como aliados, como um homem de ilustração superior, de admirável inteligência, detentor da arte da retórica e da escrita. Seus discursos eram muitas vezes conciliadores e contemplavam temas da filosofia e da história universal, o que demonstrava sua curiosidade intelectual e seu conhecimento acerca da história da humanidade. Foi também reputado de enérgico em suas palavras quando pretendia convencer os colegas. Era, portanto, homem de personalidade forte, combativo, mas não intransigente. Outra característica que pudemos

¹¹ MARSON, Izabel Andrade. *Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão*. Uberlândia: EDUFU, 2008, p.22. Ver também da mesma autora *O Império do progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

¹² Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *O clero no parlamento brasileiro*. Volume 3, Câmara dos Deputados (1830-1842). Brasília; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979.

¹³ TRINDADE, Raimundo. [1928]. *Arquidiocese de Mariana: subsídios para sua história*. 2ª ed., vol. I. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953.

verificar desde o começo de sua trajetória foi a disciplina e o respeito às regras estabelecidas. Foram de fato raras as ocasiões em que faltou às sessões da Câmara dos Deputados, da Assembleia Legislativa Provincial, das reuniões do Conselho Geral ou da Câmara Municipal de Mariana, assim como das suas aulas e outras atribuições que assumiu ao longo da vida. Em diferentes momentos chegou a cobrar publicamente das autoridades certa punição aos representantes eleitos que não compareciam aos compromissos, o que ocorria com frequência.

Fiel a seus princípios liberais, ao constitucionalismo, crente na obediência às autoridades constituídas e na legislação, Bhering certamente manteve sua convicção mesmo após aderir ao *Regresso* conservador em 1849. As circunstâncias mudavam, os homens mudavam, assim como mudavam, ao longo de sua trajetória, os respectivos alinhamentos políticos. Foi assim com figuras de grande relevância na província e na Corte, dentre elas, Bernardo Pereira de Vasconcelos. No início era denominado de o maior “patriota mineiro”, o grande legislador, elogiado com todas as forças por Bhering e pelas folhas liberais, mas que em fins da década de 1830, quando aderiu ao *Regresso* foi com o mesmo empenho combatido, tratado como traidor, criticado e estigmatizado por antigos aliados.

Já no caso de Teófilo Ottoni e do padre José Antonio Marinho, figuras que também tiveram grande expressão na política imperial, a relação com Bhering também teve momentos distintos. Ambos mineiros, contemporâneos, foram deputados gerais e, acima de tudo liberais convictos. No caso de Ottoni e Marino, no entanto, com uma tendência mais exaltada e até mesmo republicana. Embora correligionários, aliados no patriotismo e na busca por concretizar as liberdades constitucionais e promover o progresso de seus patrícios, estes homens e Bhering não compactuaram em todos os assuntos e temas, tendo até mesmo demonstrado a existência de certa hostilidade nas lutas parlamentares e na vida pessoal. Foi assim, por exemplo, na ocasião da *Revolução Liberal* em 1842, quando Ottoni e Marinho organizaram e participaram ativamente do movimento; Bhering, por outro lado, embora defensor das motivações justificadas pelos liberais rebelados, não participou e demonstrou não concordar com a revolta armada e com a resistência.

Outra relação curiosa estabelecida por Bhering foi com o também padre Januário da Cunha Barbosa, importante político do primeiro reinado, figura de destaque na vida intelectual da Corte, redator do periódico *Revérbero Constitucional Fluminense*, publicado no Rio de Janeiro, e membro fundador do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB). Em um determinado período da carreira de Bhering, em função de seu posicionamento político, de suas ideias liberais, assim como de sua atividade enquanto

periodista, professor e escritor público, ele foi denominado de o “novo Januário”, numa referência muito interessante ao padre carioca. Outra possível ligação entre eles era o curso de Filosofia Racional do padre Januário no Rio de Janeiro, no qual Bhering parecer ter se inspirado para formatar o seu curso com o mesmo nome aberto em Ouro Preto por iniciativa dos “patriotas mineiros”.

No caso do bispo de Mariana a proximidade inicial foi intensa. Durante seus estudos no Seminário Bhering teria ocupado a função de “fâmulos”, aquele que acompanhava o bispo e realizava determinados serviços no Seminário e no palácio episcopal. E também o de “escriturário particular”, lidando com os ofícios, relatórios e outros procedimentos relativos à diocese e aos papéis particulares do bispo. Não por acaso Bhering demonstrou em outras ocasiões um conhecimento aprofundado das contas e assuntos do bispado. Gozou da proteção e simpatia do bispo, frequentando o ambiente do palácio, conhecendo sua rotina, seus problemas e convivendo de perto com aqueles mesmos indivíduos pelos quais veio a nutrir sentimentos tão graves em outros momentos. Se em um primeiro momento esta estreita relação foi profícua, conveniente, terminou em sério conflito, gerador de humilhação e ressentimento, de provocações e acusações de ambos os lados, com enfrentamentos públicos por vezes agressivos. Parte das motivações foi desvendada e explorada, outras o tempo se encarregou de sedimentar.

Homens como Bhering manifestaram uma nítida indignação com certas “arbitrariedades” de seu tempo, especialmente com práticas tidas como absolutistas, que não mais se acomodavam aos tempos constitucionais. Assim, defenderam com vitalidade a Constituição, a liberdade de imprensa e de expressão, promoveram ações filantrópicas dignas de verdadeiros “patriotas”, visitando e assistindo aos pobres, aos presos e enfermos. Apoiaram também a fundação de hospitais e casas de misericórdia. Foram homens pautados por ideias “modernas” sobre a política e sobre a nação, que por meio da iniciativa pessoal e do espírito de associação, buscaram meios para melhorar a condição de seus semelhantes, entendendo que assim contribuía para o progresso humano e, portanto, ao desenvolvimento da nação. E, neste sentido, cabe aqui uma breve reflexão. Muitas dessas iniciativas mencionadas poderiam nos levar a pensar na Maçonaria. Vale mencionar que estivemos atentos ao tema, da possível participação de Bhering, mas não observamos elementos suficientes, diretos ou indiretos, para pautar uma análise mais acurada a este respeito.

É possível verificar, ainda, na trajetória de Bhering e outros “patriotas” de seu tempo, algumas possíveis contradições. Embora estivéssemos atentos também ao tema da

escravidão, não conseguimos captar o pensamento de Bhering com relação à realidade dos escravos. Aparentemente ele e muitos outros não condenaram publicamente a escravidão, nem mesmo chegaram a debater o tema com profundidade. A questão era, obviamente, bastante sensível e, como observou Izabel Marson, tendo em vista o tema de aceitar ou não a escravidão, é possível identificar dois “liberalismos” no Brasil: um que vigora até meados de 1850, período vivenciado por Bhering, e outro daí em diante, quando o tema veio à tona com mais intensidade. É sabido que em função de toda a sua estruturação no Brasil desde os tempos coloniais a escravidão impactava fortemente a economia e as práticas sociais do período, o que por si só demonstra a delicadeza do tema. De qualquer forma, talvez no foro íntimo de homens como Bhering a questão ecoava de forma distinta.

Seu testamento, datado de 18 de janeiro de 1856, dia anterior ao de sua morte, trás elementos interessantes, inclusive acerca de sua relação com os escravos que possuía. “Achando-me bastante enfermo, mas em meu perfeito juízo e entendimento, temendo-me à morte a todos certa, resolvi fazer meu testamento sem insinuação de pessoa alguma”. Neste documento, provavelmente o último que assinou, demonstrava pleno conhecimento da proximidade da morte e decretava as suas últimas vontades. Dispôs de seus bens entre seus irmãos de sangue, deixou dinheiro para as irmandades a que pertencia, determinou a distribuição de algum dinheiro entre os pobres. Estabeleceu as quantias a serem pagas por ocasião das missas a serem realizadas após seu falecimento. Após elencar alguns cargos que ocupou afirmava desejar que seu funeral fosse realizado “com as honras devidas a estes empregos e posição que ocupei na Sociedade”. Bhering declarou não ter “filho algum que em consciência o deva reconhecer”. E deu liberdade aos dois únicos escravos que possuía; Caetano, por “comiseração”, e Margarida “pelos bons serviços que me tem prestado”. Parte importante de seus pertences, composta por “trastes, livros, folhetos e quadros”, dentre os quais provavelmente um retrato de seu rosto, que muito procuramos conhecer, foram entregues a Antonio Eulino de Mello e Souza. A respeito deste amigo próximo de Bhering tivemos pouquíssimas informações. Mas foi professor em Mariana onde seguiu carreira.¹⁴

No primeiro capítulo procuramos mapear detalhadamente e entender os acontecimentos que culminaram com o embate travado entre os dois grupos de cidadãos mineiros – na capital da província, Ouro Preto, e na sede do bispado, Mariana – em função de disputas que tinham como mote principal a observação, ou não observação, das leis e da

¹⁴ “Testamento do Reverendo Cônego Antonio José Ribeiro Bhering”. Datado de 18 de janeiro de 1856, foi escrito pelo tabelião Antonio José da Costa Pereira, mas ditado, conferido e assinado por Bhering. Sua assinatura ainda firme e bonita, mas não tão ornada e alegre como em outros tempos, deixa claro que ele estava bastante doente e já no leito de morte, pois faleceu logo no dia seguinte. *Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana* (AHCSM).

Constituição do Império, assim como as consequências da liberdade de imprensa por ela estabelecida. De um lado estava o bispo Frei José, junto a seus auxiliares e aliados na diocese, e de outro os “patriotas mineiros”, um grupo de liberais da província determinados a manter, seguir e divulgar a Constituição de 1824. Dentre estes figurava o padre Bhering, cuja expulsão do Seminário, em meio a uma crise de ideias e práticas, acabou por colocar em questão a autoridade do bispo e sua fidelidade ao constitucionalismo e ao novo regime que no Brasil se buscava consolidar. Na base deste embate estava também a busca pela conformação de um espaço público e os dois grupos de indivíduos se lançaram em atritos públicos onde expuseram suas diferentes visões de mundo e sobre os acontecimentos de seu tempo. Neste sentido, ocorreram fatos marcantes que contribuíram para definir as identidades opostas destes cidadãos, delineando os rumos da atuação pública de muitos deles. Entender as origens e identificar as fronteiras deste embate, portanto, foi fundamental para perscrutar a trajetória de Bhering.

No segundo capítulo a análise concentra-se, mais especificamente, nos escritos publicados por Bhering em um periódico que ajudou a fundar e no qual atuou como redator principal. Intitulado *O Novo Argos*, foi impresso e publicado em Ouro Preto entre os anos de 1829 e 1834 e contribuiu muito para projetar Bhering como um escritor público reconhecido entre determinados setores daquela sociedade, especialmente entre jovens liberais da província e as lideranças do “partido” liberal. Seus textos traziam muito de suas referências intelectuais e de suas influências no campo da filosofia e da política. Começava a ganhar importância e reconhecimento neste período a função de escritor público, a qual homens como ele faziam questão de se denominar, e que indicava a existência e os atritos estabelecidos no processo de formação de um espaço público, de uma esfera pública, pela qual estes homens, tidos como liberais e constitucionais, tanto lutaram. A defesa da causa pública passava, necessariamente, pelo combate aos seus opositores práticos e teóricos. E, neste sentido, os escritores públicos lançaram mão da tradução de textos de pensadores específicos de seu interesse – em especial de pensadores franceses da Ilustração – e atuavam no sentido de estabelecer e levar a cabo uma pedagogia liberal, como defendem alguns autores, informando e contextualizando o público em relação aos conceitos, práticas e possibilidades para a nação. Seus textos e as traduções realizadas nas páginas daquele periódico nos permitiram conhecer um pouco de suas referências, ideias e conflitos, assim como dos caminhos que veio a percorrer na sua carreira pública.

No terceiro capítulo a análise está focada no trabalho de Bhering como professor de Filosofia, em curso público aberto em Ouro Preto pelos “patriotas” após sua demissão do

Seminário, por meio do qual pudemos verificar suas influências filosóficas, sua ação em prol da educação e também as contrariedades que sofreu enquanto mestre. Outro tema central abordado neste capítulo foi o da abdicação de Pedro I e as consequências do 7 de Abril de 1831 para o jogo político, onde analisamos a participação de Bhering como membro do Conselho Geral da Província de Minas Gerais, que precedeu a criação das Assembleias Legislativas Provinciais. Analisamos, ainda, os textos publicados por ele no seu jornal *O Homem Social*, cujos textos refletem os embates e os anseios frente às questões enfrentados na província e no Império.

No quarto capítulo buscamos abordar o conturbado contexto do período Regencial, com as incertezas experimentadas, com os (des)arranjos e as particularidades do cenário mineiro, bem como pelas ocorrências na Corte e demais províncias. Neste conturbado período observou-se a eclosão de movimentos revoltosos em todas as partes do Império, alguns dos quais adentraram com força até o Segundo Reinado, demonstrando a instabilidade geral do Império. Acontecimentos que fomentaram os debates políticos e as discussões na imprensa. Nesta perspectiva, colocamos especial atenção ao movimento conhecido por *Revolta do Ano da Fumaça*, ocorrido em Ouro Preto em 1833, no sentido de captar o posicionamento de Bhering e seus alinhamentos nestes episódios. Analisamos sua atuação política enquanto deputado Geral, quando vivenciou de perto o ambiente da Corte, passando a conviver com figuras de grande peso político no Parlamento, mas focamos, também, a continuidade de sua atividade como escritor público, quando passou a escrever em jornais do Rio de Janeiro como *O Parlamentar*, que publicava análises com relação aos trabalhos do parlamento. Este período foi fundamental para compreender as nuances de sua atuação política no âmbito da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais onde atuou até a década de 1850.

No quinto e último capítulo procuramos abordar as causas e consequências dos movimentos liberais ocorridos no Império, com especial atenção à *Revolução Liberal* de 1842, em Minas Gerais, e na forma como Bhering se postou diante destes acontecimentos dentro dos ambientes em que atuava: imprensa e Assembleia Provincial. Para tanto, abordamos o intrincado processo que culminou com a ascensão dos conservadores com a política do *Regresso*, com a maioria de Pedro II, as revoltas liberais que se arrastavam de norte a sul e a dissolução da Câmara em 1842, quando Bhering foi novamente eleito deputado geral. As mudanças em função deste conturbado contexto, com a predominância do *Regresso* e do projeto saquarema, com a pacificação de alguns conflitos em fins da década de 1840, causaram impacto profundo e acentuado desalinhamento entre antigos

aliados liberais. Foi neste momento, especificamente em 1849, que Bhering aderiu oficialmente ao *Regresso*, quando lançou mão, na Assembleia Legislativa Provincial, de um projeto de Felicitação ao Imperador, no qual deixava claro seu novo posicionamento em função do cenário vivenciado pelo Império, na esperança de que pudesse experimentar um período de *ordem* e de *progresso*.

A expressão “incendiárias folhas”, que escolhemos para dar título a esta Tese, foi utilizada em determinados momentos por ambos os grupos aqui mencionados. Os “patriotas” lançaram mão dela para se referir aos “telegráficos” – homens ligados à publicação do jornal *Telegrapho* –, que a utilizaram para se referir às folhas de tendência liberal. No entanto, o intuito era sempre o mesmo, desqualificar, desmoralizar, taxar de anárquico, subversivo e revolucionário. Em meados da década de 1830 a expressão foi utilizada também por alguns escritores moderados para se referir às folhas de tendência exaltada, que veiculavam ideias republicanas em suas páginas. Na visão do bispo de Mariana, por exemplo, as “incendiárias folhas” buscavam literalmente incendiar os cidadãos através de escritos nocivos e desnecessários ao Império e à religião. Mas sendo uma expressão bastante maleável, foi também empregada para referência ao jornal mantido pela diocese, o *Telegrapho*, a quem os “patriotas” acusavam de “incendiário”, pois seria uma folha que expressava opiniões anticonstitucionais, ilegais e absolutistas, não condizentes com a nova ordem constitucional do Brasil independente.

Foi desta forma que trilhamos o instigante caminho de aproximação com o personagem; seguindo rastros, confrontando indícios, atentos aos significados dos sentimentos e das emoções que motivaram suas ideias e ações, que, por sua vez, forneceram “elementos cruciais para a leitura dos acontecimentos históricos em suas significações”.¹⁵ Estabelecemos uma relação de crítica e de aceitação com Bhering, equilibrando-nos com cuidado em meio à sedução exercida pelo personagem para captar o significado do “percurso de uma vida”, que, por sua vez, esclarecem acerca dos “movimentos da sociedade”, como bem demonstrou Vavy Pacheco Borges em estudo sobre Gabrielle Brune-Sieler.¹⁶

¹⁵ MARSON, Izabel & NAXARA, Márcia. “Apresentação”. In: MARSON, Izabel & NAXARA, Márcia (orgs.). *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p.10.

¹⁶ BORGES, Vavy Pacheco. “Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brune-Sieler, uma vida (1874-1940).” In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001, p.287-312, citação p.287 e 288.



*“Feliz o tempo, em que se diz o que se pensa, e se
pensa o que se quer”¹*

1.

O jovem padre e o bispo entre continuidades e transformações

Em 1827 o jovem padre Antonio José Ribeiro Bhering começava a lecionar Filosofia no *Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte*, em Mariana, província de Minas Gerais, cargo que ocupou por um breve período de dois anos. Fontes indicam que durante o período de sua formação, no mesmo Seminário, ele teria se destacado como um ótimo aluno e, logo após receber a ordenação, foi convidado a assumir o cargo de professor daquela instituição. Indicando, ainda, que mantinha uma boa relação com o bispo D. Frei José da Santíssima Trindade².

O também padre e historiador da diocese de Mariana, cônego Raimundo Trindade, em sua *Arquidiocese de Mariana*, ressalta que “apesar de um curso brilhante, não podia ter ainda recomendação para cadeiras de tamanha responsabilidade”, o que confirma a “proteção que lhe continuava” o bispo. O breve período em que lecionou no Seminário,

¹ Bhering fazendo referência às palavras de Tácito, historiador e político romano, em texto publicado no *Universal*, edição 349 de 07/10/1829. Foram preservadas as vírgulas originais do texto.

² D. Frei José da Santíssima Trindade nasceu na cidade do Porto, em Portugal, em 13 de agosto de 1762. Fez seus estudos no Seminário Episcopal daquela cidade e mudou-se para o Brasil aos dezesseis anos de idade, continuando seus estudos no Convento de Santo Antônio na cidade de Salvador onde se ordenou e seguiu carreira na hierarquia religiosa ocupando diferentes cargos. Viveu por 40 anos em Salvador até ser nomeado bispo de Mariana. Antes de assumir o novo cargo esteve no Rio de Janeiro organizando toda a burocracia necessária para a posse. De lá escreveu ao governador de Minas: “Eu serei feliz, e os súditos de Mariana também o serão, se, dadas as mãos da paz e da justiça, reconhecerem em mim um pastor e em V. Excia. Um Josué benévolo e piedoso”. O futuro bispo não poderia imaginar as dificuldades e contrariedades que enfrentaria em Minas Gerais. Morreu em 28 de setembro de 1835. Ver: TRINDADE, Raimundo. (1928). *Arquidiocese de Mariana: subsídios para a sua história*. 2ª ed., vol. I. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953, p.183 e 202.

provavelmente tenha sido suficiente para que seus superiores notassem sua vitalidade, inteligência e influência sobre os alunos. Influência que começava a ser questionada, pois o rumo “perigoso” que suas ideias ganhavam não era condizente com as propostas do Seminário e da diocese. No decorrer destes dois anos o reitor do Seminário e o próprio bispo advertiram ao jovem professor que ele estaria contaminando seus alunos com ideias perigosas, além de colocar em questão o próprio sistema educacional do Seminário.³

Cientes das novas ideias que circulavam em suas aulas e das implicações na formação dos novos sacerdotes, seus superiores decidiram agir. Por seguidas vezes ele foi questionado e orientado a rever suas posições filosóficas, mas os avisos parecem não ter tido efeito imediato. Não havia, portanto, no entendimento de seus superiores, outra forma senão interromper a carreira do jovem padre naquela instituição. Foi, então, demitido e as rusgas com o bispo tiveram início. Uma verdadeira batalha de termos e expressões começa a ganhar corpo em torno destes indivíduos e, como ressaltou Reinhart Koselleck, parafrazeando Epiteto, “não são os fatos que abalam os homens, mas sim o que se escreve sobre eles”.⁴ Trindade sugere que os motivos da demissão estavam relacionados ao fato de que o padre, cheio de soberba, estava atuando de forma indisciplinada e contra os ditames da religião e da Igreja Católica Apostólica Romana: “Ensoberbecido com sua ciência, desandou o improvisado lente de Filosofia a pregar de sua cadeira novidades filosóficas, sendo forçado o escrupuloso bispo a eliminá-lo do quadro dos professores”.⁵

No entanto, as motivações que levaram ao conflito e à demissão do “improvisado” professor de Filosofia, nos parecem muito mais complexas do que aparentam inicialmente e fazem parte de uma longa lista de acontecimentos marcantes. As divergências e interpretações que se fazia destes acontecimentos foram geradoras de graves embates e

³ Cônego Raimundo Otávio da Trindade nasceu no ano de 1883 na cidade de Barra Longa (MG) e veio a falecer em Belo Horizonte a 02 de abril de 1962. Estudou no Seminário de Mariana, onde recebeu sua ordenação no dia 04 de abril de 1908 e exerceu o ministério de diferentes cidades da região. Foi diretor do *Museu da Inconfidência de Ouro Preto* e diretor do *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*, cujo importante acervo ajudou a organizar. Pesquisador da história religiosa de Minas Gerais, teve acesso a documentos importantes para a história da diocese de Mariana, alguns já desaparecidos, como “as mimosas cartas do velho bispo, que o roçar do tempo vai gastando sem dó e que irão certamente desaparecer desconhecidas” (p.188). Escreveu importantes obras sobre o tema e, no caso do conflito travado entre o bispo Frei José e Bhering, defendeu arduamente o bispo, assim como em relação aos demais conflitos que marcaram seu bispado, mesmo reconhecendo a dificuldade que tinha o bispo em aceitar as mudanças e transformações advindas dos “tempos modernos”, constitucionais e liberais. TRINDADE, Raimundo. *Arquidiocese de Mariana...* Op. cit., p.188 e 193.

⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p.97.

⁵ TRINDADE, Raimundo. *Arquidiocese de Mariana...* Op. cit., p.401.

representaram, ainda, “o confronto de diferentes modalidades de apreensão do mundo, no interior de uma certa cultura”.⁶

A primeira metade do século XIX, em especial o período que vai de 1808, com a chegada da Corte ao Brasil, a 1831, com a abdicação de D. Pedro I, foi marcada por acontecimentos importantes e também traumáticos. Dentre eles, a elevação do Brasil à condição de Reino Unido, a Independência, a outorga da Constituição em 1824, assim como revoltas de caráter separatista e revoltas de escravos. Esses e outros episódios não menos importantes nos remetem, portanto, às dificuldades enfrentadas no processo de emancipação, de busca por soberania e de formação das bases da nação e de sua nacionalidade. Mas em um território tão amplo, com população e interesses tão heterogêneos, os conflitos eram inevitáveis. Ocorreram “embates políticos virulentos travados entre as diferentes facções em que se achava dividida a elite política imperial”. Estas diferentes “facções”, segundo Marcello Basile, “envolveram-se em acirrada disputa pelo poder, trazendo à baila projetos políticos distintos”.⁷ A intenção neste primeiro capítulo é justamente esclarecer as raízes, motivações e características deste embate que aqui se apresenta.

O conflito entre padre, bispo e seus respectivos aliados ganha notoriedade em função da circulação dos escritos de ambos na imprensa periódica. O debate, então, torna-se público e fica ainda mais áspero, incitando ao público para que manifestasse suas posições. Naquele momento alguns periódicos já circulavam na província, refletindo os interesses variados da sociedade. Desta forma, estes indivíduos passaram a apresentar suas posições por meio de narrativas na imprensa, com discursos que carregavam todo o peso de suas respectivas posições políticas, ideológicas e também religiosas. Buscava-se a todo custo conquistar a incipiente opinião pública não apenas por meio dos escritos publicados na imprensa e das discussões que estes geravam, mas também utilizando-se de outras formas possíveis como as pregações públicas realizadas pelos religiosos, a prática docente, a tradução de obras importantes, os debates nas assembleias, as conversas nas ruas, tais como “nos novos espaços de sociabilidade, que cafés, academias, livrarias e sociedades secretas [...] tinham passado a constituir”.⁸

⁶ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. A “guerra das penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil, *Tempo*, Rio de Janeiro, n.8, 1999, p.1-17, citação p.16.

⁷ BASILE, Marcello. “Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835)”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco & FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006, p.60.

⁸ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. A “guerra das penas”... Op. cit., p.2.

Nesse cenário, portanto, ganhava corpo uma verdadeira “batalha semântica para definir, manter ou impor posições políticas e sociais”.⁹ Um embate vigoroso de expressões e conceitos travado entre os dois grupos, evidenciando o embate político e a disputa que se estabeleceu no plano da linguagem.¹⁰ A linguagem, ou as linguagens, tem, portanto, papel destacado neste vigoroso embate. As identidades opostas destes grupos foram consolidadas com base em polêmicas e ficaram marcadas por frustrações e satisfações onde o componente afetivo teve importante papel. Como ressaltam Stella Bresciani e Pierre Ansart, na “Apresentação” da coletânea *Razão e paixão na política*, “as identificações e as identidades fazem parte das ações políticas e ajustam-se às situações específicas”. Ou seja, “uma afirmação identitária pode tanto favorecer a confiança em si como a agressividade em relação ao outro”.¹¹

A adoção de determinados conceitos representava e também despertava, como resalta Fernando Catroga¹², uma demarcação, tomada de posição, de defesa e ataque, assim como o despertar e a exteriorização de sentimentos por parte daquele, indivíduo ou coletividade, que com estes operava. Refletir sobre os usos e significados destes conceitos permite, então, compreender e mapear as relações de pertencimento, identidade, fidelidade e as mobilizações existentes. Assim, o foco volta-se para a utilização que Bhering faz destes conceitos em seus discursos, na sua produção intelectual e em sua atuação dentro do jogo político estabelecido.

O conceito de *cidadão*, por exemplo, analisado por Beatriz Santos e Bernardo Ferreira e que surgira com a Revolução Francesa, ganhou corpo no Brasil independente, lançando questionamentos importantes de identidade do brasileiro – o que implicava, de certa forma, uma adesão ao projeto nacional.¹³ Analisando a variação lexical do conceito *liberal*, Christian Lynch indica também que foi somente após a Independência que começou a se difundir no Brasil uma noção moderna de liberdade, “não mais a liberdade dos antigos, republicana clássica ou constitucional antiquária, ou de liberdade como privilégio, mas de uma liberdade caracterizada pelos direitos e garantias individuais, baseados em critérios

⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado...* Op. cit., p.102.

¹⁰ O conceito de *grupo*, aqui empregado, e sua significação, vem de um indicativo de Reinhart Koselleck, quando sugere que a identidade de um grupo pode ser articulada ou produzida no campo linguístico.

¹¹ BRESCIANI, Maria Stella & ANSART, Pierre. “Apresentação” In: SEIXAS, Jacy A.; BRESCIANI, Maria Stella & BREPOHL Marion (orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: Ed. UnB, 2002, p.8 e 9.

¹² CATROGA, Fernando. “Pátria, nação”. In: NAXARA, Márcia & CAMILOTTI, Virgínia (orgs.). *Conceitos e linguagens: construções identitárias*. São Paulo: Intermeios; Capes, 2013, p.15-31.

¹³ SANTOS, Beatriz Catão Cruz Santos & FERREIRA, Bernardo. “Cidadão”. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009, p.43-64.

isonômicos”.¹⁴ O conceito ganha ao longo do século XIX o significado de progressista, de portador de ideias avançadas. A própria ideia de *progresso* no século XIX, segundo demonstra Jacques Le Goff, era herdeira direta das Luzes e da Revolução.¹⁵ Este vigoroso embate no campo da linguagem passa a refletir a situação política e social que o Império brasileiro atravessava e que seria fundamental para sua formação enquanto Estado e nação.

Em realidade, o padre e o bispo, embora ambos eclesiásticos, representavam dois lados opostos de um mesmo jogo político, o embate entre a manutenção dos valores e tradições do Antigo Regime e a busca por renovação baseada nos princípios liberais. A interpretação que Lúcia Maria B. P. Neves faz do período que vai de 1820 a 1823, cujo ideário político estaria marcado pela oposição “entre o despotismo, enquanto símbolo de um passado que se pretendia ‘regenerar’, e o liberalismo-constitucionalismo, proposto como imagem de um futuro ideal a que se almejava, é representativa das motivações do embate que aqui se propõe analisar, iniciado a partir do final da década de 1820.¹⁶ Há que ressaltar, ainda, o fato de que padre e bispo representavam também, conforme suas respectivas origens, o conflito travado no Brasil pós Independência entre portugueses e brasileiros, “pugnando por diferentes projetos políticos”. Naquele momento, “os principais centros urbanos assistiram a inúmeros episódios de confronto físico entre nacionais e portugueses, que disputavam negócios de variadas modalidades”.¹⁷

O bispo, nascido em Portugal ainda na década de 1760, parece preceder cronológica e ideologicamente àquela que Neves denominou de *elite coimbrã*, que estaria imbuída “do ideal reformador cosmopolita moldado pelas pragmáticas, ainda que mitigadas, Luzes portuguesas”. Indivíduos capazes de “criticar as práticas do Antigo Regime e de simpatizar com o ideário de um liberalismo moderado”, mas também capazes de “manifestar a mais completa desconfiança em relação a qualquer procedimento que lembrasse os horrores da Revolução Francesa”. Assim será identificado o bispo no decorrer dos acontecimentos, justamente ao Antigo Regime e taxado de anticonstitucional, arbitrário, corcunda, déspota, etc.¹⁸

¹⁴ LYNCH, Christian Edward Cyril. “Liberal/Liberalismo”. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*, Op. cit., p.144.

¹⁵ LE GOFF, Jacques. “Progresso/Reação”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 1, Memória – História. Porto: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984, p.338-369.

¹⁶ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. A “guerra das penas”... Op. cit., p.9.

¹⁷ MARSON, Izabel. “Conciliação e esquecimento: Nabuco e a revolução”. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p.175-196, citação p.176.

¹⁸ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. A “guerra das penas”... Op. cit., p.9. Quanto à denominação “elite coimbrã” a autora indica, ainda, que R. Barmam – *Brazil: the forging of a nation (1798-1852)* – utiliza o conceito de “elite luso-brasileira” para caracterizar esse grupo.

Alguns autores sugerem que Frei José era adepto das ideias ultramontanas e que simpatizava com os grupos restauradores estabelecidos no Brasil. Ronald Polito de Oliveira levanta esta importante hipótese ao buscar elementos que fossem “suficientes para uma primeira tentativa de caracterização de Dom Frei José em termos políticos e doutrinários”.¹⁹ Ivan Aparecido Manoel afirma que a expressão “Catolicismo Ultramontano”, se refere “àquela auto compreensão da Igreja vigente entre o pontificado de Pio VII (1800-1823), quando a doutrina conservadora e restauradora da Igreja inicia sua consolidação, e o pontificado de João XXIII (1958-1963)”, com o Concílio Vaticano II.²⁰

Mas foi a partir da década de 1860 que apareceu com maior intensidade na sociedade brasileira as discussões, as disputas, os conflitos e as repercussões em relação ao pensamento ultramontano, que caracterizava a parte mais conservadora do clero. Polito os define da seguinte forma:

Fundamentalmente propugnadores da concentração do poder eclesiástico nas mãos do papa, os ultramontanos eram ainda contrários à imigração e propagação protestante ou à legislação favorável aos protestantes, às orientações ideológicas e sociais da Revolução Francesa e a todos os outros grupos ideologicamente constituídos, como o galicanismo, o jansenismo, a maçonaria, o racionalismo, o deísmo, o socialismo, o liberalismo e seus corolários civis, como casamento civil, liberdade de religião ou liberdade de imprensa.²¹

Manoel também destaca algumas de suas características fundamentais:

Na esfera intelectual, a rejeição à filosofia racionalista e à ciência moderna; na política externa, a condenação à liberal democracia burguesa o concomitante reforço da ideia monárquica; na política interna, o centralismo em Roma e na pessoa do Papa e o reforço do episcopado. [...] na esfera doutrinária, a retomada das decisões fundamentais do Concílio de Trento (1545-1563), em especial aquelas estabelecidas para o combate ao protestantismo, que, no século XIX, englobou também o combate ao espiritismo e caracterizou-se, no Brasil, na criação de seminários fechados

¹⁹ OLIVEIRA, Ronald Polito de (org.). *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais; Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1998, p.36. O autor se baseia, especialmente, nos estudos de David Gueiros Vieira, Francisco Iglésias e Raimundo Trindade, assim como em vasta documentação relativa ao bispo de Mariana.

²⁰ MANOEL, Ivan Aparecido. *O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)*. Maringá: Eduem, 2004, p.10.

²¹ OLIVEIRA, Ronald Polito de (org.). *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade...*, Op. cit., p.36.

para a formação do clero e na criação de colégios católicos, masculinos e femininos, para a educação da juventude.²²

Fato é que no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, havia um movimento de ideias e de práticas que gerava conflitos entre determinados grupos, como é o caso do embate que veremos adiante.

Bhering, por sua vez, nascido no Brasil no raiar do século XIX, seria um herdeiro direto daquela que a mesma autora denomina de *elite brasiliense*, onde figuram muitos personagens importantes da política brasileira e aclamadas pelo próprio Bhering. Geralmente “desprovidos de contatos diretos com o exterior, mostravam-se menos doutrinados por vias formais e mais abertos às ideias do pensamento francês”. É possível identificá-lo aproximadamente como herdeiro deste grupo em função de suas próprias preferências filosóficas e políticas, das citações em seus textos e do fato de ser conhecedor e professor de língua francesa.²³

Doravante, portanto, estabeleceu-se um intrincado jogo de vaidades, de verdades e mentiras, de insultos e declarações apaixonadas, de disputas pela atenção da opinião pública e de manipulação da mesma, e muitos foram os termos, as expressões e os conceitos utilizados. O bispo alegava que Bhering estaria fornecendo aos jovens seminaristas ensinamentos subversivos e contrários à religião católica. Bhering, por seu lado, disparava contra o conservadorismo e os resquícios absolutistas presentes naquela instituição e na província, os quais deveriam ser combatidos para que as luzes pudessem se difundir livremente. Ele seria, de acordo com o bispo, um indivíduo ingrato e demagogo pelo fato de ter recebido no Seminário toda sua instrução, de ter sido mantido pelo tempo de seis anos e, então, disparar contra a instituição que o havia acolhido, publicando insultos públicos em “incendiárias folhas”.²⁴

De um lado, disputavam a atenção do público da província os “patriotas mineiros”. Interessante observar que o termo “patriota” era empregado pelos dois grupos, ou seja, pelos próprios “patriotas”, que com este termo buscavam afirmar uma posição política e ideológica dentro daquela sociedade, e pelos adversários conservadores, que empregavam o termo de forma depreciativa. Para estes mineiros o “patriota” era o amigo da pátria, aquele indivíduo dotado de patriotismo e disposto a afirmar este amor e zelo pela pátria aos demais cidadãos. Este patriotismo “constitui uma verdadeira paixão, e esta não pode produzir ações

²² MANOEL, Ivan Aparecido. *O Pêndulo da história...* Op. cit., p.11.

²³ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *A “guerra das penas”...* Op. cit., p.9.

²⁴ Na Introdução fazemos referência quanto ao uso desta expressão como título da Tese.

heroicas, se não quando é guiada pela virtude, e pelos bons costumes”.²⁵ Havia então uma relação direta com o lugar de nascimento que reforçava ainda mais a oposição entre os dois grupos, especialmente em relação aos portugueses, com os quais os “patriotas mineiros” tinham um discurso ainda mais áspero. No caso do bispo D. Frei José, português de nascimento, a ira era ainda maior, tanto pela origem, quanto pelo cargo importante que ocupava. Além disto, seus secretários e auxiliares mais próximos na diocese de Mariana eram também frades e portugueses.

O campo semântico do termo “patriota” em meados do século XIX é bastante interessante e envolve necessariamente outros conceitos como pátria, o que remete a um sentimento de pertença, de local de nascimento, fidelidade, patriotismo, que por sua vez remete à mobilização de sentimentos coletivos para com a pátria. “As ideias de pátria e de patriotismo desempenharam papel nuclear no que diz respeito à mobilização das fidelidades grupais e coletivas”. Assim, tendo como base o *Diccionario da língua portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva, edição de 1844, Catroga informa que “patriota, patriótico e patriotismo são vocábulos modernos derivados do Francês ou Inglês” e que o “uso geral os tinha apostolado, o que permite presumir dizer que, [...] a circulação do último termo se tenha intensificado sob os efeitos da Revolução Francesa”. Assim poderia se definir o patriotismo “como o amor, o zelo do bem comum da pátria”.²⁶

O *Diccionário* registra ainda expressões como “ação patriótica”, “sociedades patrióticas” e “experiência histórica assumidamente patriótica”, expressões e definições que indicam necessariamente a ação individual e coletiva, a mobilização existente em certo sentido, da fidelidade a esta mobilização, de reivindicação política, de sentimento de pertencimento, assim como do seu oposto, a existência do estrangeiro, estranho a tais mobilizações, que não pertence ou não pode ser identificado a esta ação, a esta reivindicação, a esta pátria. Os termos eram fruto das revoluções liberais e foram empregados na “luta contra o absolutismo e antibritânica no decorrer da revolução liberal de 1820-1822”.²⁷

Definição interessante do conceito é dada pelo periódico *Universal*²⁸ em uma de suas seções denominada *Pensamento*.

²⁵ *O Universal*, edição 2057 de 16/11/1835.

²⁶ CATROGA, Fernando. “Pátria, nação”. In: NAXARA, Márcia & CAMILOTTI, Virgínia (orgs.). *Conceitos e linguagens: construções identitárias*. São Paulo: Intermeios; Capes, 2013, Op. cit., p.23, 26 e 27.

²⁷ CATROGA, Fernando. “Pátria, nação”. In: NAXARA, Márcia & CAMILOTTI, Virgínia (orgs.). *Conceitos e linguagens: construções identitárias*. São Paulo: Intermeios; Capes, 2013, Op. cit., p.26.

²⁸ *O Universal* foi um dos mais duradouros e representativos periódicos da província de Minas Gerais. Surgiu em julho de 1825, após o desaparecimento do *Abelha do Itaculomy*, e deixou de circular em junho de 1842.

Patriota é aquele homem, que em um governo livre faz consistir toda a sua gloria, e felicidade em servir a sua Pátria com zelo, conforme os meios, e faculdades a seu alcance. Este pois se pode dizer que tem *Patriotismo*, isto é, amor da Pátria. O ser *Patriota* não é um dever quimérico, é uma obrigação real. Por tanto é só *Patriota* aquele, que renuncia os prazeres da Sociedade, para consagrar seus dias ao serviço de sua Pátria: o contrario, isto é, aquele, que só tem em vista seus interesses, e regalos particulares, aquele por exemplo, que só quer aumentar sua fortuna, adquirir um posto, ganhar um renome vão, e impostor, tem uma alma vil, e baixa, não tem pensamentos elevados, ideias nobres, nem deseja prazeres sólidos.²⁹

Estas definições possibilitam pensar os “patriotas” talvez como membros de uma geração de indivíduos nascidos já no século XIX – nas suas primeiras décadas ou final do século XVIII – e que por este motivo vivenciaram de forma distinta experiências marcantes da vida política e social do Império, como a Independência e a abdicação de D. Pedro I. Este, aliás, após deixar o trono imperial, passa a ser associado ao *Regresso*, ao absolutismo, fazendo com que o dia 7 de Abril se tornasse um dos estandartes daquela geração. Ironicamente foi um português, um chapeleiro de nome José Barbosa, que obteve autorização em abril de 1822 para fundar a primeira tipografia de Minas Gerais, a qual deu o nome de *Tipografia Patricia*, em razão de ter sido toda projetada e construída com materiais do solo mineiro e, conseqüentemente, brasileiro.

Do outro lado do conflito estavam os chamados “inimigos do filosofismo destruidor”, denominação dada pelos liberais. Se consideravam também constitucionais, mas faziam restrições contra a liberdade de imprensa e contra as novas ideias e práticas do liberalismo. Eram justamente eles que se opunham publicamente aos “patriotas” e que se localizavam exatamente do lado oposto das definições acima apresentadas. Neste grupo figuravam o bispo de Mariana, como um dos seus personagens centrais, assim como alguns membros importantes da diocese, alguns cidadãos, o redator do periódico o *Telegrapho*³⁰,

Saia três vezes por semana, as segundas, quartas e sextas-feiras. Era impresso na *Tipografia Patricia de Barbosa & Cia*, em Ouro Preto, que depois foi denominada *Tipografia Patricia do Universal*. De orientação liberal moderada, a sua direção foi atribuída em certos momentos a Bernardo Pereira de Vasconcelos, embora não divulgasse os nomes dos seus responsáveis. Sabe-se que participaram da sua redação nomes como José Pedro Dias de Carvalho e Joaquim Antão Fernandes Leão, além do próprio Vasconcelos. “Veículo de livre expressão, participa da ebulição das ideias que agitam os primórdios da nacionalidade, defendendo, com firmeza, os altos interesses políticos e econômicos que alicerçavam a independência do país e a prosperidade dos brasileiros”. Por ocasião da *Revolução Liberal em 1842* este periódico deixou de ser publicado definitivamente. Ficou, então, a simbólica imagem de que os seus *tipos* foram fundidos e com eles se fizeram balas para enviar aos liberais nos campos de batalha. Para tais informações consultar os *Anais da Biblioteca Nacional*, edição 117 do ano de 1997, disponível no site da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*.

²⁹ *O Universal*, edição 2036 de 25/09/1835.

³⁰ *O Telegrapho* começou a circular em maio de 1829. Tinha orientação conservadora, tendo sido denominado de “corcunda” e “absolutista”. A tipografia pertenceu à Fazenda Pública e foi arrematada em licitação por um

políticos conservadores e também certos padres mestres que lecionavam no Seminário. Estes também eram identificados, por seus opositores, como “corcundas”, “déspotas”, “pés de chumbo”, “caramurus”, “anticonstitucionais”, “servis”, “absolutistas”. O termo “corcunda” ou “carcunda”, por exemplo, depois de consumada a Independência, passa a “caracterizar o português, elevado a típico partidário do Antigo Regime, que conservava o desejo de ainda ver no Brasil a bandeira de Portugal”.³¹

A apropriação de determinados conceitos por parte dos “patriotas” para representar seus inimigos indica a oposição direta existente entre eles, sugerindo que tais conceitos eram importantes instrumentos deste combate. A expressão “inimigo do filosofismo destruidor”, por exemplo, foi utilizada como uma espécie de pseudônimo por Frei Antonio da Conceição³², professor e secretário particular de D. Frei José, em resposta às supostas ofensas publicadas por um “patriota”, o padre Francisco Rodrigues de Paula³³, como veremos.

valor muito abaixo do que realmente valia, fato que gerou revolta e conflito com os jornais liberais. Quem comprou a tipografia foi José Gonçalves Cortes, figura que logo se tornou um dos principais inimigos dos liberais e de suas folhas. Tinha ainda como colaborador e redator Francisco de Assis Lorena, que também foi alvo constante dos liberais. O bispo de Mariana era também atacado constantemente como sendo um dos mantenedores deste periódico, através do qual era defendido dos muitos ataques lançados pelas folhas liberais, como *Novo Argos*, *Universal*, *Astro de Minas*, *Homem Social*, dentre outros. *O Telegrapho* era publicado uma vez a cada duas semanas (bissemanal) e circulou até abril de 1831, quando interrompeu sua publicação. A tipografia, então, foi vendida em Mariana em março de 1832 e ironicamente parece ter dado origem à *Tipografia Mariannense*, que por sua vez, passou a publicar periódicos de tendência liberal, como o *Homem Social*, cujo redator era o padre Antonio José Ribeiro Bhering. Para tais informações consultar os *Anais da Biblioteca Nacional*, edição 117 do ano de 1997, disponível no site da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*.

³¹ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. A “guerra das penas”... Op. cit., p.7.

³² Frei Antonio da Conceição fazia parte do corpo docente do Seminário de Mariana e era professor das disciplinas *Filosofia* e *Teologia Dogmática*. Fora nomeado pelo bispo D. Frei José após a reestruturação da instituição que havia ficado fechada por nove anos seguidos e que voltou a funcionar a partir de 1821. Raymundo Trindade afirma que ele era familiar do bispo, assim como outros frades que atuavam na diocese. Por serem portugueses e também em função do conflito travado com o padre Francisco Rodrigues de Paula eles foram perseguidos pelos “patriotas mineiros” e denunciados pelo desembargador Manuel Inácio de Melo e Souza – Barão de Pontal, português de nascimento e brasileiro naturalizado – à regência como “inimigos do novo regime, turbulentos, propagadores de doutrinas subversivas”. Eles foram oficialmente expulsos da província e “saíram de Mariana, em agosto de 1832, depois de doze anos de útil companhia a Dom Frei José”. A este fato voltaremos adiante. Ver TRINDADE, Raimundo. *Arquidiocese de Mariana...* Op. cit., p.195, 196, 400 e 401.

³³ Padre Francisco Rodrigues de Paula nasceu em 29 de novembro de 1788 na freguesia de Guarapiranga, Minas Gerais. Ordenou-se em 19 de dezembro de 1812 e em 1828 colou-se na paróquia do Sumidouro, de onde se envolveu na polêmica com o bispo sobre a questão dos matrimônios. “Com o pseudônimo de *Levita* tomou a defesa dos direitos da diocese sobre o seu Seminário, contra certos deputados da assembleia provincial que pretendiam fazer mão baixa na Casa de Dom Frei Manuel da Cruz”. Em 1835 renuncia a paróquia e assume as cadeiras de *Moral* e *Direito Canônico*, “disciplinas em que sua palavra era acatadíssima em todo o bispado”. Em 1841 entrou para o Cabido da Sé, em 1852 foi promovido ao cargo de arcebispo. Foi o primeiro vigário geral no bispado de D. Antonio Ferreira Viçoso, sendo “o braço direito do santo bispo em todos os seus trabalhos e empresas e particularmente no estabelecimento das Irmãs de Caridade na cidade episcopal”. Padre Francisco “amanheceu morto, vítima de um assalto cardíaco, a 11 de março de 1861, contando cerca de setenta e três anos de idade”. Ver TRINDADE, Raimundo. *Arquidiocese de Mariana...* Op. cit., p.335 e 336.

As contínuas provocações faziam-se presentes na imprensa, nas ruas, no parlamento e na própria diocese. Os conservadores se autodenominavam os únicos detentores de um projeto realmente amplo, de caráter nacional, que abrangia todo o Império. No entanto, para a aplicação deste projeto seria necessário que a vontade nacional não se curvasse aos interesses regionais. Em outras palavras, tratava-se de centralizar o sistema político da monarquia para assegurar a aplicação de um projeto nacional para todo o Império. Entre os liberais prevalecia o projeto de “conduzir a política de modo que assegurasse o predomínio de cada grupo em seu âmbito provincial e que deveria expressar-se numa distribuição tendencialmente mais equilibrada do aparelho do Estado pelo território imperial”.³⁴

A Constituição de 1824, enquanto “instrumento de um ideário político, era vista como capaz de assegurar a possibilidade de triunfo das práticas liberais”.³⁵ É importante ressaltar que estabelecia que “todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela Imprensa sem dependência de censura; com tanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste direito”.³⁶ Por esta razão observa-se o surgimento de vários periódicos, como também justifica-se a importância vital de se tornar um autor de artigos, articulista de palavras e semeador de ideias, o que ocorreu com Bhering e outros “patriotas”.

O conflito, então, ganhou as páginas dos periódicos mineiros, em especial do *Universal* e *Novo Argos*³⁷, de tendência liberal, e *Telegrapho*, espaço de difusão do pensamento conservador dos aliados do bispo. Como já ressaltamos, este período coincide com o momento em que a imprensa periódica ganhava espaço e consolidava-se como um dos pilares de manifestação das culturas políticas do Império. Nos dizeres de Isabel Lustosa, em seu *Insultos impressos*, a imprensa foi “o laboratório onde tiveram lugar embrionárias e

³⁴ MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo saquarema: formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004, p.117.

³⁵ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. & NEVES, Guilherme Pereira das. “Constituição”. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*, Op. cit., p.70.

³⁶ Artigo 179, §. 4 da Constituição de 1824. *O Universal*, edição 205 de 03/11/1828.

³⁷ *O Novo Argos* começa a circular em novembro de 1829, ano emblemático na luta travada entre liberais e conservadores, especialmente entre alguns religiosos de tendência liberal e o bispo de Mariana. Foi neste ano que o padre Bhering, seu diretor e redator por algum tempo, foi demitido do cargo de lente de filosofia do Seminário. Este periódico era publicado uma vez por semana e impresso na *Tipografia Patricia do Universal* em Ouro Preto. Em abril de 1830 Bhering deixa a redação desta folha e quem assume é Herculano Ferreira Pena. Depois o também padre e liberal José Antonio Marinho assume a direção. Assim como outras folhas liberais o *Novo Argos* deixa de circular no período entre março de 1833 e julho daquele mesmo ano em função da *Sedição de Ouro Preto*. Neste sentido, moveu “tenaz campanha contra a proteção dispensada pela política ministerial aos sediciosos, fazendo eco dos protestos surgidos em vários pontos da província”. Para tais informações consultar os *Anais da Biblioteca Nacional*, edição 117 do ano de 1997, disponível no site da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*.

imprevisíveis formas de competição política”.³⁸ Foi, portanto, fundamental no processo de desenvolvimento e consolidação de espaços públicos e de uma nova cultura política. Espaços onde foram se configurando os conceitos, as práticas e ideias políticas que marcaram o período e que foram fundamentais na mobilização das demandas afetivas enquanto potencializadoras dos sentimentos.

A sociedade, marcada por uma forte oralidade, foi lenta e gradualmente se transformando com o desenvolvimento da imprensa. “A espantosa quantidade de periódicos, folhetos políticos e panfletos postos em circulação naquele momento possibilitou novas discussões e inaugurou práticas políticas até então desconhecidas no Brasil”. Neste sentido, “mais do que obras de cunho teórico, foram esses escritos que acabaram por introduzir ‘palavras da moda’, tais como constituição, com novos significados, que anunciavam princípios, definiam direitos e deveres do cidadão”.³⁹ As relações entre as pessoas mudaram, assim como a relação entre as pessoas e as instituições. O desenvolvimento das tipografias foi central nesse processo e possibilitou a formação de uma cultura dos impressos, constituindo “um dos elementos que contribuíram para a transformação da sociedade mineira da primeira metade do oitocentos”.⁴⁰

Marco Morel sugere que a imprensa na primeira metade do século XIX deve ser compreendida como “um dos mecanismos de participação política, com sua própria especificidade e ritmos”. No entanto, ressalta que estaria “interligada a outros destes mecanismos que transcendiam a palavra impressa”, dentre os quais elenca o “pertencimento às sociabilidades, lutas eleitorais e parlamentares, exercício da coerção governamental, movimentações nas ruas, mobilização de expressivos contingentes da população, recursos à luta armada e, sobretudo, formas de transmissão oral e manuscrita tão marcantes nas sociedades daquela época”. Havia então uma espécie de “círculo” onde estes mecanismos estavam inseridos e que possibilitava uma relação dinâmica entre a imprensa, ou a palavra impressa, como destaca Morel, e a sociedade.⁴¹

³⁸ LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.16.

³⁹ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das & NEVES, Guilherme Pereira das. “Constituição”. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*, Op. cit., p.70.

⁴⁰ MOREIRA, Luciano da Silva. “Combates tipográficos”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XLIV, n.1, Belo Horizonte, 2008, p.24-41.

⁴¹ MOREL, Marco. “Independência no papel: a imprensa periódica”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p.617.

O conflito entre os “patriotas” e o bispo tornou-se tão intenso que este chegou a escrever ao Núncio Apostólico⁴² no Rio de Janeiro cogitando seu afastamento do cargo. Neste debate ainda foram questionados os Estatutos do Seminário de Mariana, que haviam sido reformulados pelo próprio D. Frei José em 1820 quando assumiu a instituição que, à época, encontrava-se em péssimas condições. Duras críticas foram publicadas pelos opositoristas no sentido de mostrar que o Seminário não era uma propriedade do bispado, mas sim um espaço público, de livre circulação e pensamento, um espaço de sociabilidade. Mas, obviamente, o entendimento do bispo era completamente distinto. Os debates públicos, portanto, colocavam em lados opostos dois projetos diferentes encabeçados e identificados, segundo os dizeres da época, pelos “tiranos absolutistas” e pelos “sectários do filosofismo moderno”.

O episódio confirma a observação de que o século XIX desenrolava-se “sob a égide do embate entre Antigo Regime e Luzes, um sinal, talvez o mais evidente, daquilo que muitos denominaram a modernidade”.⁴³ Este embate, cujas origens vinham se consolidando em um complexo processo econômico, político e social desde a Revolução Francesa, mais especificamente com a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* de 1789, arrastou-se século XIX adentro e estabeleceu uma nova cultura política no Brasil imperial. A “modernidade”, portanto, representava um verdadeiro divisor de águas também para os dois grupos aqui analisados, sendo que os conflitos foram inevitáveis neste delicado processo de construção do Estado Imperial no Brasil.

Neste sentido, parece plausível pensar que a impossibilidade de concretizar a *Conjuração Mineira* em 1789, descoberta e sufocada antes mesmo de concretizar seus passos iniciais, tenha postergado o sonho mineiro de autonomia e de certa forma abafado o sentimento de liberdade. Mesmo a prisão de seus idealizadores e as punições exemplares, como o enforcamento público de Tiradentes, não conseguiram aniquilar um certo sentimento de inconformismo, contrario às velhas instituições e práticas do “Antigo Regime”, que se projetaram século XIX adentro. É plausível, então, pensar as décadas iniciais do século XIX – em especial eventos como a Independência, a abdicação de D. Pedro I e as revoltas ocorridas no período – como momentos de grandes mobilizações

⁴² Núncio Apostólico é um cargo da hierarquia eclesiástica ocupado por um representante diplomático da Igreja Católica Apostólica Romana, que a representa frente aos Estados e organizações internacionais. Neste caso, a relação era entre a Santa Sé em Roma e o Império do Brasil.

⁴³ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. “Liberalismo político no Brasil: ideias, representações e práticas (1820-1823)”. In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emilia (orgs.). *O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan, UERJ, 2001, p.73.

afetivas, as quais, segundo Pierre Ansart, seriam próprias dos períodos de revolução como também daqueles que denominou carismáticos. Trindade, por exemplo, argumenta que

em Minas, por isto, madrugara o sentimento da solidariedade nacional e da autonomia da pátria. Aí, essas ideias, agitadas posteriormente pela retórica inflamada do Tiradentes e, seus aderentes, haviam produzido a Inconfidência que, embora malograda, ficou com a sua lembrança alimentando a ideia revolucionária aparentemente sufocada, mantendo portanto em crise as velhas instituições absolutistas.⁴⁴

O período posterior à Independência, em especial, fornece um retrato intrincado da busca por garantias, como a Constituição, uma representação nacional, liberdade de pensamento e de expressão, tendo de outro lado aqueles que ansiavam pela permanência de antigos valores e tradições. Foi neste cenário, neste contexto de transformações importantes que ocorriam na vida social e política do Império do Brasil, que estes grupos travaram um embate duradouro e amargo, com ataques pessoais e aproximações, com humilhação e ressentimento.

Nesse cenário bastante instável, marcado por permanências e transformações, é fato que a exoneração do padre Bhering do cargo de lente de Filosofia do Seminário, ocorrida em 1829, marca de forma traumática a relação estabelecida entre ele e o bispo, assim como agrava sensivelmente os embates entre seus grupos. A humilhação pública sofrida pelo jovem professor, em pleno vigor intelectual, com uma curiosidade filosófica aguçada, foi depois projetada na sua ação política e na longa atividade enquanto periodista. A ausência de reciprocidade em um primeiro momento, representada pela necessidade de aceitação da exoneração, no sentido indicado por Pierre Ansart, parece ter sido superada posteriormente por meio da prática política e intelectual, onde havia a possibilidade de atingir o bispo e seus aliados por outros meios. Ansart afirma que a “humilhação não reparada é essencialmente desigual e, com frequência, durável”. Neste caso a “vítima é confrontada a uma situação ou

⁴⁴ TRINDADE, Raimundo. *Arquidiocese de Mariana...* Op. cit., p.192. É preciso cuidado para interpretar a citação. Os termos utilizados por Trindade visavam desqualificar tanto o movimento ocorrido em Minas Gerais em 1789, por ele tratado como “Inconfidência” – termo que remete à falta de fidelidade e utilizado em detrimento do termo “conjuração” utilizado por outros autores – como as atitudes e as ideias dos liberais mineiros do século XIX, diretamente ligados aos termos e expressões “agitada”, “inflamada”, “ideia revolucionária”. No entanto, esta passagem serve bem para corroborar a ideia de que um sentimento coletivo de liberdade abafado ou postergado restou impregnado no seio da sociedade mineira.

a um acontecimento contrários às suas expectativas, contrários aos seus desejos, sem sentido para ela, representando a negação da imagem que faz de si próprio”.⁴⁵

Esta parecer ter sido a experiência vivenciada por Bhering na ocasião, mas que ironicamente acabou contribuindo para impulsionar sua projeção na vida pública. Desta forma, o embate deu-se também, com muita intensidade, no campo conceitual, marcado por uma disputa semântica e de significação e ressignificação dos conceitos e expressões, sendo um indicativo claro das transformações políticas e sociais mencionadas. A necessidade de conceitos comuns para haver unidade de ação política foi fundamental neste sentido, pois eram também articuladores da linguagem política.

2.

“Firmemos o pé na terra que nos pertence; sustentemo-nos com honra nas trincheiras da liberdade”⁴⁶

Para conhecer as origens da *guerra* – conceito adotado por Trindade para se referir ao conflito – é necessário, portanto, analisar atentamente o ambiente e o contexto político, social e também religioso em que o bispo tomou posse do bispado de Mariana, cujas implicações foram fundamentais para agravar o conflito na província. Alguns acontecimentos foram marcantes e aprofundaram as divergências. De qualquer forma, é possível afirmar que o vigoroso embate ficou marcado por debates quentes e atuações políticas apaixonadas, por uma retórica contundente e palavras de ordem, por mobilização e decepção dos desejos, por humilhação e exaltação, e pela utilização de uma ferramenta importantíssima que se desenvolvia com enorme vitalidade, a imprensa periódica.

O bispo Frei José teve sua posse oficializada em 25 de março de 1820 através de seu procurador e a 8 de agosto ele chegou à cidade de Mariana. Não poderia imaginar as dificuldades que teria em Minas Gerais – falando especialmente de sua capital e da sede do bispado – que tinha certo histórico de levantes, revoltas e de circulação de ideias novas⁴⁷.

⁴⁵ ANSART, Pierre. “As humilhações políticas”. In: MARSON, Izabel & NAXARA, Márcia (orgs.). *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p.15-30, citação p.15.

⁴⁶ Brado dos liberais brasileiros em comemoração ao dia 7 de abril no “sétimo aniversário da memorável regeneração do Brasil”. *O Parlamentar*, edição 52 de 07/04/1838.

⁴⁷ Neste sentido, vale lembrar que um dos homens mais ilustrados que se envolveu na *Conjuração Mineira*, o cônego Luiz Vieira da Silva, detentor de uma das mais importantes bibliotecas do período colonial, “o grande apaixonado da Norte América”, “frequentador assíduo dos cavacos político-literários de Cláudio e de Gonzaga

Por ideias novas me refiro àquelas que possibilitaram transformações profundas na Europa, questionando enfaticamente as instituições e as velhas ideias absolutistas e todo o peso de suas tradições. Nessa perspectiva, Marco Morel esclarece que as expressões “luzes” e “novas ideias”

abrigam, em seu bojo, autores, postulados, tendências e ideias bastante diferenciadas entre si, desde as várias vertentes da Ilustração setecentista, passando pelas diferentes fases e modelos da Revolução Francesa e pelos liberalismos das primeiras décadas dos Oitocentos.⁴⁸

O autor ainda ressalta que não havia necessariamente homogeneidade entre os diferentes grupos políticos e letrados do mundo americano, o que faz com que a recepção de tais ideias e postulados não fosse também uniforme devido às diferentes realidades e especificidades de cada região. No caso brasileiro, estas ideias liberais se opunham à continuidade do Antigo Regime e suas práticas absolutistas e à continuidade do passado colonial, que poderia ser superado pela Revolução Liberal e pela propagação das luzes por seu vasto território. E, nessa perspectiva, o “*Espírito das Leis*, o *Contrato Social* e outras obras do gênero veiculavam pelo mundo as suas teorias triunfantes”. Trindade chega a mencionar que tais teorias já norteavam a política de muitas nações e que “Vila Rica, que em cultura, elegância e luxo, rivalizava com cidades europeias, acolheu-as com entusiasmos não disfarçados”.⁴⁹ Tais escritos de fato adentraram os territórios mais distantes do Império, mas sua acolhida se deu por uma pequena parcela da elite letrada, e os embates foram graves e constantes em função das novas ideias, valores em oposição às práticas absolutistas coloniais.

Uma das causas iniciais que desencadeou os atritos entre os dois grupos prende-se ao fato que segue. Após um ano como bispo de Mariana, mais precisamente em 21 de setembro de 1821, Frei José teve de jurar as bases da Constituição portuguesa. A cerimônia ocorreu na então vila do Serro, durante uma visita pastoral, onde o bispo, “desafiando, não intencionalmente senão em obediência às suas convicções, o melindre dos liberais, faz

na vizinha Vila Rica”, como lembrou Trindade, havia sido também professor do Seminário de Mariana. O cônego Luiz Vieira da Silva por vezes “teria vazado no animo dos seus discípulos os seus entusiasmos pela liberdade”. O fato serve para exemplificar o histórico e as experiências vivenciadas naquele ambiente. Ver TRINDADE, Raimundo. *Arquidiocese de Mariana...* Op. cit., p.191 e 192; e o trabalho clássico de Eduardo Frieiro. (1957) *O diabo na livraria do cônego, Como era Gonzaga? E outros temas mineiros*. São Paulo: Ed. USP; Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.

⁴⁸ MOREL, Marco. “Independência no papel: a imprensa periódica”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, Op. cit., p.623 e 624.

⁴⁹ TRINDADE, Raimundo. *Arquidiocese de Mariana...* Op. cit., p.191.

restrição a quatro artigos, justamente aqueles que eram a menina dos olhos dessa gente”. Estes artigos se referiam justamente à “livre manifestação do pensamento e à liberdade da imprensa, conquistas com que àquele tempo não podia ir o aferro de um velho português às tradições absolutistas de sua terra”. O fato deixou uma imagem muito negativa, profundamente gravada na memória dos liberais e “por esta atitude ficou o bispo de Mariana, até a morte, suspeito aos patriotas mineiros”.⁵⁰

Este acontecimento marcante, longe de representar apenas uma questão de princípios por parte do bispo de Mariana, representava o seu desalinhamento com aquelas que eram algumas das mais importantes e significativas esperanças por parte dos “patriotas” de todo o Império, a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão e manifestação de pensamento, mesmo estando a noção de liberdade ainda em formação. O juramento da Constituição, que naquele momento ainda era a portuguesa, por sua vez, representava quase um ato sagrado para os liberais “patriotas” e muitos foram os conflitos estabelecidos em função disso. A cena vivenciada pelos cidadãos presentes naquela marcante cerimônia ocorrida no Serro não tardou em chegar aos ouvidos dos demais “patriotas” da província. Em especial na sede do bispado, Mariana, e na capital da província, a Imperial Cidade do Ouro Preto, logo ecoaram de forma muito negativa as restrições lançadas pelo bispo. Mas as críticas e as perseguições também se deram em sentido contrário.

Trindade lembra que “ainda não eram dissipadas as más impressões desse gesto episcopal, e outro acontecimento vem logo após agravar a situação”. O bispo estava empreendendo novas visitas pastorais quando, por ocasião do 7 de setembro, data bastante simbólica para os “patriotas” e brasileiros em geral, o Cabido da Sé, “cedendo pusilânime às intimações da Câmara de Mariana, substituiu a coleta *pro Rege*”. O fato representa um dos momentos significativos do embate levado a cabo no campo da linguagem. Esta era, sem dúvida, geradora de identidade e fomentava a construção de imagens, corroborando assim os respectivos projetos de cada grupo de cidadãos. Esta disputa específica em relação aos termos e conceitos, por sua vez, se deu em função da alteração feita na denominação: de coleta *pro Rege* foi substituída pela *pro Imperatore*. Estar relacionada ao rei gerava grande desconforto nos liberais “patriotas”, já que o Império tinha seu próprio imperador, que havia jurado as bases da Constituição e era tido como um símbolo do fortalecimento do liberalismo na América, e que por este motivo, representava certo distanciamento ou oposição em relação à Portugal e o Velho Mundo. No entanto, de volta à Mariana o bispo

⁵⁰ TRINDADE, Raimundo. *Arquidiocese de Mariana...* Op. cit., p.192.

manda continuar aquela primeira coleta até que viesse oficialmente da Corte ordens para a mudança.

Por estes fatos, desde o começo de seu bispado, Frei José não foi visto com bons olhos por parte dos “patriotas”. No entanto, quando daquele acontecimento no Serro em 1821, o Brasil era, ainda, parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, condição estabelecida em 1815. Não havia, portanto, proclamado a sua Independência. Mas com a Revolução de 1820 na cidade do Porto, em Portugal, já se contestava as intenções de “regenerarem os tradicionais princípios monárquicos do reino, estabelecidos no século XVII com a ascensão de D. João IV de Bragança”. É quando o termo “Independência” adquiriu “ressonância no vocabulário político”, vinculado à possibilidade de se estabelecer uma Monarquia baseada em uma Constituição que limitasse o “poder real e garantisse direitos e liberdades civis e políticas aos cidadãos do Império”. Cecília Helena de Salles Oliveira defende, portanto, que foi durante “o movimento de luta política, entre 1821 e 1822, que se forjou a associação entre Independência e separação de Portugal”. Estava em pauta, ainda, uma busca por “libertação das opressões e restrições coloniais e do Antigo Regime”, que por sua vez, estava “acompanhada pela quebra do monopólio do poder real e pela participação efetiva dos que se julgavam cidadãos nos negócios públicos, o que seria a garantia da liberdade política”.⁵¹

O bispo de Mariana, portanto, desde suas primeiras visitas pastorais pela província, deixa entrever suas opiniões e sua visão de mundo, motivo pelo qual vai estar associado ao absolutismo e despotismo e, portanto, identificado como um possível inimigo a ser combatido pelos “patriotas” da província. Não por acaso, a relação entre ambos tendia a piorar, como de fato veio a ocorrer e, após a proclamação da Independência, os “patriotas” passaram a criticar também o posicionamento indiferente do bispo em relação ao novo regime e de sua “animadversão contra a Independência”.⁵² A propósito, a província de Minas Gerais que desde 1822, quando da primeira visita de Pedro I, declarou apoiou à sua política, viu se desgastar a “autoridade e sobrevivência da Coroa”. Era já um indício das transformações em curso, pois a “solidariedade da província” com o imperador “foi-lhe faltando”, o que culminaria com a segunda visita e a Abdicação em 7 de Abril de 1831.⁵³

⁵¹ OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. “Repercussões da revolução: delineamento do Império do Brasil”. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial – volume I (1808-1831)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.15-54, citação p.18-19.

⁵² TRINDADE, Raimundo. *Arquidiocese de Mariana...* Op. cit., p.192-193.

⁵³ HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico, v.4. Dispersão e unidade*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p.446.

Outros acontecimentos centrais geraram, ainda, muita divergência e contribuíram para agravar a tensão e aumentar as hostilidades com o bispo. É o caso da interpretação e aplicação que se fez de um decreto imperial datado de 3 de novembro de 1827. O bispo publicou em 28 de novembro de 1828 uma pastoral que circulou pela diocese e foi publicada no *Universal*. A pastoral – também denominada na linguagem eclesiástica como *Ordenança* – dizia respeito às provisões necessárias para a realização de casamentos fora da Igreja Matriz e não tardou a receber críticas e gerar mais atritos com alguns párocos da diocese, dentre os quais o padre Francisco Rodrigues de Paula, patriota e vigário da freguesia do Sumidouro, a quem me referi no início deste capítulo. Em realidade, a pastoral é fruto de algumas dúvidas surgidas no bispado e relativas à execução do decreto de 3 de novembro de 1827, que sancionou uma resolução da Assembleia Geral Legislativa. Diante de tais circunstâncias, Frei José enviou um ofício ao Imperador, datado de 20 de julho de 1828, oficializando um pedido de esclarecimento sobre o referido decreto e apresentando a aplicação que se dava ao mesmo naquele bispado. Este ofício versava sobre as “dúvidas, que neste bispado se suscitaram, acerca da genuína inteligência do decreto de 3 de novembro do ano próximo passado, pedindo explicações para se manter a boa ordem”.⁵⁴

Nas palavras empregadas pelo bispo no ofício enviado ao Imperador percebe-se que o decreto, ou melhor, as suas diferentes interpretações, vinham causando certa confusão. Havia muitos pontos obscuros sobre a “genuína inteligência” do mesmo e o decreto tornara-se um objeto de disputa, acirrando a crise que já havia se instalado no bispado de Mariana. Na pastoral, elaborada pelo bispo após receber a resposta do Imperador, e despachada pela Secretária de Justiça do Império, o bispo reafirmava seu posicionamento rígido e intransigente em relação a alguns pontos:

Portanto sendo certo, que o mencionado decreto de 3 de novembro se limitou tão somente a autorizar aos párocos a receberem em matrimônio a face da Igreja os noivos, dos quais ao menos um fosse seu paroquiano, e ambos naturais deste bispado, e que não estivessem ligados com algum impedimento, sem dependências de licenças nossas ou de nossos delegados, é evidente, que a inibição aos párocos a receberem certos contraentes sem a nossa licença expressada nas Constituições do Arcebispado da Bahia [...] esta em todo o seu vigor.⁵⁵

⁵⁴ *O Universal*, edição 241 de 26/01/1829. Aqui cabe mencionar que a referida edição do *Universal* é relativa ao ano de 1829, como se vê na data indicada acima. No entanto, no processo de digitalização realizado pela *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional* a referida edição consta como uma das edições finais do ano de 1828.

⁵⁵ *O Universal*, edição 241 de 26 /01/1829.

É preciso considerar que o processo matrimonial era complicado e moroso, como afirma Trindade, especialmente em Minas Gerais devido ao passado não muito distante de aventureiros e de população volante. Era necessário que os casais obtivessem uma “provisão ordinária da cúria diocesana, ou da respectiva vigaria da vara, o que obrigava os interessados a vaivéns dispendiosos”.⁵⁶ Um dos pontos de discussão e discórdia, portanto, baseava-se na possibilidade ou impossibilidade – que dependia justamente da interpretação que se fazia do decreto imperial – de se celebrar matrimônios em capelas filiais sem a respectiva licença das autoridades eclesiásticas. Estavam em jogo, portanto, questões fundamentais como a dependência, ou independência, dos párocos das capelas filiais em relação à matriz no que diz respeito à realização deste sacramento religioso, assim como a questão relativa aos emolumentos, que os párocos julgavam ter direito de perceber.

O decreto imperial de 3 de novembro de 1827, portanto, representava justamente uma tentativa de reformar este processo. A pastoral do bispo, por outro lado, parecia caminhar em sentido contrário, dificultando a vida de seus paroquianos e gerando insatisfação entre os párocos que atuavam fora da matriz. Desta forma, a proibição de se realizar casamentos em certas circunstâncias, afirmada pela pastoral do bispo e que tinha origem na sua pessoal interpretação do decreto imperial, foi duramente combatida e até mesmo desobedecida por alguns párocos.

Após receber a pastoral, na freguesia do Sumidouro, o padre Francisco Rodrigues de Paula, por exemplo, elaborou uma resposta em forma de carta e a enviou ao bispo. Este interessante documento, datado de 4 de dezembro de 1828, contém uma resposta bastante incisiva, embora respeitosa, em relação ao teor da pastoral, combatida de forma direta com outra interpretação do decreto de 3 de novembro de 1827. Carta que tornou-se emblemática entre os “patriotas”, sendo discutida longamente na imprensa. A discussão lançada pelo padre Francisco estava baseada em pontos específicos das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* e do decreto imperial de 3 de novembro de 1827, especialmente no que dizia respeito à proibição de realizar casamentos fora da Igreja Matriz.

O padre Francisco constrói sua argumentação em relação à celebração do matrimônio no sentido de que o bispo poderia “usar de menos aperto e rigor não limitando a sua administração só à Igreja Matriz, quando as capelas e oratórios particulares, muitas vezes, se encontram mais decentes que algumas Matrizes”. Esta passagem permite visualizar certo aspecto da sociedade mineira do período, onde as distâncias eram grandes, as vilas esparsas e onde as diversas capelas e oratórios particulares espalhados pelas

⁵⁶ TRINDADE, Raimundo. *Arquidiocese de Mariana...* Op. cit., p.194.

propriedades tinham condições melhores que algumas matrizes e constituíam parte importante da vida social daquela população. Tal cenário impunha diversos obstáculos aos povos da província em seu caminho para o altar e a observação literal da pastoral, além de dificultar ainda mais, tinha certas implicações. Para a Mitra diocesana as provisões pedidas pelos padres e demais documentos expedidos geravam renda e esta era, também, uma questão central que estava em jogo. Ciente das dificuldades e carências daquela população, o padre Francisco indicava ainda que a proibição iria certamente “comprometer os párocos com os povos, expondo-os a insultos e ataques públicos”, e concluía pedindo ao bispo que reformasse a pastoral no artigo que dizia respeito ao matrimônio.⁵⁷

No âmbito do governo imperial o debate também se desenrolava entre as autoridades, pois o decreto contemplava todo o território imperial, mas dependia obviamente da interpretação que dele faziam as autoridades das dioceses e das províncias. “Em fins de 1830 era grande a agitação no bispado por causa dessa famosa questão, tão grande, tão alarmante que o Vigário Geral, Dr. Marcos Antonio⁵⁸ [Monteiro de Barros], então no Rio para os trabalhos parlamentares como senador que era, pediu a intervenção amiga do bispo capelão-mor”. A questão parece ter encontrado um ponto de consenso, ao menos parcialmente, apenas em meados de 1832, quando o bispo de Mariana lança uma nova pastoral. Datada de 8 de junho, permitia que fossem realizadas as cerimônias de casamento em capelas curadas, mantendo, no entanto, a proibição nas capelas não curadas. Tomaram parte neste longo debate muitos cidadãos e autoridades. O desembargador Manuel Inácio de Mello e Souza⁵⁹, então conselheiro da província e futuro presidente da mesma, foi uma das autoridades que partiu para o ataque contra as intenções do bispo, assim como o

⁵⁷ Carta resposta do Padre Francisco Rodrigues de Paula ao Bispo de Mariana D. Frei José da Santíssima Trindade datada de 04 de dezembro de 1828. *O Universal*, edição 241 de 26/01/1829.

⁵⁸ Marcos Antonio Monteiro de Barros. Nascido em Congonhas do Campo no ano de 1777, bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra em 1799 e ordenado em 1802. Ocupou cargos importantes da hierarquia religiosa na província, como Promotor do Juízo Eclesiástico, Procurador da Mitra, Vigário da Vara, Vigário Geral, Cônego do Cabido Diocesano e Arcediago. Foi nomeado senador do Império em 1826 e passou a residir na Corte. Morreu em 16 de dezembro de 1852. Ver TRINDADE, Raimundo. *Arquidiocese de Mariana...* Op. cit., p.296.

⁵⁹ Manuel Inácio de Mello e Souza (Barão de Pontal) era português, nascido entre 1781 e 1782, tendo se formado bacharel em Direito na Universidade de Coimbra. Logo após veio para o Brasil, estabelecendo residência na cidade mineira de Mariana onde tinha parentes. Exerceu diferentes cargos importantes no Brasil, sendo juiz de fora na província de Goiás, depois ouvidor na comarca de São João Del Rei, atuou na Casa da Suplicação no Rio de Janeiro, fez parte da primeira junta de governo provisório de Minas Gerais, do Conselho de Governo, foi deputado provincial e geral em diferentes legislaturas, senador do Império, nomeado por Feijó em 1836, e presidente da província de Minas Gerais, estando no exercício deste cargo quando eclodiu a Sedição de 1833 em Ouro Preto. Faleceu em 20 de maio de 1859. Para mais informações consultar XAVIER DA VEIGA, José Pedro. *Efemérides Mineiras (1664-1897)*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais; Fundação João Pinheiro, 1998.

bispo do Rio de Janeiro, José Caetano da Silva Coutinho⁶⁰, que sugeriu a Frei José “relaxar o seu rigor, visto como se tratava de um ponto de mera disciplina”.⁶¹

O posicionamento do bispo de Mariana, a partir das pastorais e provisões decretadas, colocou “em pé de guerra as hostes inimigas” agravando ainda mais a insatisfação e fortalecendo seus opositores. E foi neste momento que “surgiu na liça o padre Ribeiro Bhering em artigos no *O Universal* e no *O Argos*”.⁶² Esta referencia pode estar relacionada ao Artigo Comunicado publicado no *Universal* de 4 de fevereiro de 1829 e assinado sob o pseudônimo “Um cristão inimigo dos abusos”, que de acordo com os aliados do bispo seria o próprio Bhering. Naquele momento Bhering era ainda lente de filosofia do Seminário e negou a autoria do referido artigo, mas existem elementos para relativizar a autoria. O artigo analisa as provisões do bispo de São Paulo, mas também de Minas Gerais, o que pode indicar que ele não fosse mesmo o autor. Por outro lado, Bhering poderia negar em função do cargo que exercia no Seminário e de seus possíveis interesses pessoais naquela instituição e naquela diocese. De qualquer forma, o documento contém elementos importantes para a discussão, dando mais uma ideia do que realmente estava em jogo e da insatisfação crescente.

O autor combate três provisões específicas concedidas pelo bispo de São Paulo a um pároco, sendo que duas tinham por finalidade autorizá-lo a pregar e confessar fora de sua paróquia. Questionado sobre os motivos que o levaram a pedir tais provisões ao bispo, o pároco respondeu que “conhecia a futilidade de semelhantes concessões; porque uma vez que ele exercia o ofício de pároco, a este era inerente o direito pregar e confessar, sem que S. Exa. o pudesse privar disso”. Mas para “conservar a boa harmonia via-se obrigado a comprar a sua tranquilidade com os poucos cobres que dava pelas provisões”. A questão gira em torno da obrigação imposta pelo bispo de São Paulo em relação às provisões, o que condicionava ainda a um pagamento que gerava rendimentos para a diocese e gastos para os respectivos padres, que para exercer suas funções eram obrigados a pedir seguidas provisões, além de serem “obrigados a repartir seus módicos lucros com os Fariseus dos Cartórios Eclesiásticos”.⁶³

⁶⁰ José Caetano da Silva Coutinho (1768-1833), bispo da diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro no período de 1807 até seu falecimento. Também conhecido como bispo Capelão-Mór, em função da Capela Imperial, foi ainda deputado geral e senador do Império. Atuou na reforma do Seminário de São José e de seu currículo e presidiu o ato de coroação de D. Pedro I.

⁶¹ TRINDADE, Raimundo. *Arquidiocese de Mariana...* Op. cit., p.195.

⁶² TRINDADE, Raimundo. *Arquidiocese de Mariana...* Op. cit., p.194. O periódico *O Argos* a que se refere Trindade é na verdade *O Novo Argos*, do qual Bhering foi redator e do qual falaremos mais especificamente no capítulo 2.

⁶³ Artigo Comunicado escrito sob o pseudônimo “Um cristão inimigo dos abusos”. *O Universal*, edição 245 de 04/02/1829.

Outra provisão dizia respeito à imposição determinada a um pároco que iria servir no cargo de Escrivão do Vigário da Vara e deveria ceder para a diocese a terça parte de seus vencimentos. Após lançar duras críticas sobre a ética e moral do bispo e de seus secretários o autor deixa clara a divisão existente. “Eis aqui porque eles carregam os liberais de vitupérios, quando lhes dão nas malhadas, e lhes põem as mazelas ao sol, sem se lembrarem que nesses vitupérios envolvem ao Imperador do Brasil que é um dos que se honra e preza de liberal”. Quanto ao bispado de Mariana a situação retratada é ainda pior, pois havia necessidade de “tirar provisões anuais até para dizer missas”. O autor se perguntava, então, quais seriam as leis em que haviam se baseado os bispos para impor tais obrigações. “Pois a Igreja, cuja jurisdição é toda espiritual, tem direito de impor multas pecuniárias e contribuições para o fisco episcopal?”. Lançava também questionamentos sobre as penas que poderiam ser impostas aos padres que não seguissem tais obrigações, indicando claramente a possibilidade de não serem seguidas.⁶⁴

O correspondente do *Universal* “Um cristão inimigo dos abusos” conclui seu artigo refletindo sobre a necessidade de uma reforma na repartição eclesiástica e assim ressaltava:

Os Srs. Bispos se possuíssem o verdadeiro espírito de caridade que ordena o Evangelho, e que tanto brilhou nos primeiros séculos da pureza do Cristianismo nos Athanasios, Ciprianos, Jeronimos, e Agostinhos, Ambrosios, e Chrisostomos, há muito tempo teriam apresentado ao nosso século, que eles apelidam corrompido, e cuja corrupção aumentam com seus escândalos, o bom exemplo de uma reforma, que a justiça, a razão, e a religião reclamam em altas vozes.⁶⁵

A comparação com figuras importantes do cristianismo na antiguidade visava justamente corroborar a crítica aos bispos, ao mesmo tempo em que buscava desmoralizá-los em função de seu posicionamento frente aos problemas do século XIX, o século apelidado por eles de “corrompido”. Os eclesiásticos e os próprios bispos, que detinham o poder em suas respectivas dioceses, pareciam contribuir muito para forjar a corrupção daquele período, na visão do correspondente, pois os escândalos eram frequentes e deixavam claras as mazelas existentes, e que eram fruto da vaidade, da ganância, dos interesses políticos e de questões pessoais ainda mais mesquinhas.

⁶⁴ Artigo Comunicado escrito sob o pseudônimo “Um cristão inimigo dos abusos”. *O Universal*, edição 245 de 04/02/1829.

⁶⁵ Artigo Comunicado escrito sob o pseudônimo “Um cristão inimigo dos abusos”. *O Universal*, edição 245 de 04/02/1829.

Diante da insatisfação crescente por parte dos “patriotas” em relação ao bispo de Mariana, este parece ter dado um passo no sentido de apaziguar os ânimos. Frei José participou das eleições para a Câmara Municipal de Mariana e da escolha do Juiz de Paz naquele ano de 1829, o que não havia ocorrido nas eleições anteriores. O *Universal* frisava que o bispo, “convencido da importância do sistema que nos rege, deu este primeiro passo”. Ressaltava também a esperança de que “o nosso exmo. prelado continue a dar aos seus diocesanos tão santos exemplos, mostrando-se o primeiro e mais fiel observador das leis que nos regem, e daquela constituição que ele [...] jurou defender”. O redator termina por alfinetar o bispo, que teria de seguir a lei e que não deveria se “passar por omissos nos deveres sociais”.⁶⁶

1829 anunciava-se, portanto, com uma nova roupagem e muitos atritos. A imprensa ganhando novos reforços, com variadas tendências políticas, indicava os graves conflitos que teriam palco no decorrer do ano. A demissão do padre Bhering, que ocorreria ainda neste ano, viria agravar a pauta de contradições existentes. Ao mesmo tempo, a diocese de Mariana, ciente da importância de um veículo propagador de suas ideias e de suas ações, lançou mão de um periódico para se defender dos ataques que vinha sofrendo por parte da imprensa liberal da província, em especial do próprio *Universal*, um dos mais importantes periódicos daquele momento.

A *Aurora Fluminense*⁶⁷, jornal da Corte de tendência liberal moderada, informava que havia partido para Ouro Preto a “Tipografia ministerial” e com ela o “*testa de ferro* para o Periódico, que ali se vai publicar em defesa dos *sagrados abusos*”. O “*testa de ferro*” seria José Gonçalves Cortes, indivíduo desconhecido dos mineiros, mas que logo se tornaria um dos principais inimigos dos “patriotas” e dos redatores dos periódicos *Universal* e *Astro de Minas*.⁶⁸ Seu nome aparecerá nestes periódicos simplesmente como Cortes ou indicado

⁶⁶ O *Universal*, edição 247 de 09/02/1829.

⁶⁷ A *Aurora Fluminense: Jornal Político e Literário* foi um dos mais influentes periódicos de tendência liberal do seu período. Publicado no Rio de Janeiro, teria sido fundado pelo brasileiro José Apolinário Pereira de Moraes em 1827. No entanto, é na figura do jornalista, poeta, livreiro e político Evaristo da Veiga que a *Aurora Fluminense* assume papel destacado na cena política do Império. Circulou até 1835 e manteve intenso diálogo com as folhas liberais de outras províncias, assim como intensa oposição aos jornais “*caramurus*” e restauradores que também circulavam no período. Em função de sua atividade e posicionamento político à frente deste periódico, Evaristo da Veiga sofreu um atentado no Rio de Janeiro, onde foi alvejado por um disparo de arma de fogo. O mesmo foi atribuído aos irmãos Andrada, que lideravam o projeto de restauração de D. Pedro I ao trono imperial.

⁶⁸ O *Astro de Minas* teria circulado de novembro de 1827 até o dia 6 de junho de 1839. Periódico de tendência liberal, era publicado na cidade de São João Del Rei e, a princípio, impresso em tipografia própria. Foi fundado e era dirigido pelo “patriota” Batista Caetano de Almeida. Assim como seus aliados liberais, este periódico se envolveu em muitos embates e em muitos momentos foi intimado pelo Júri a confirmar os nomes de seus redatores e colaboradores. O Padre Francisco Fernandes Brasiel, por exemplo, tido com suposto redator desta folha, foi intimado pelo vigário Luiz José Dias Custódio, mas negou participação na redação da folha. O padre Custódio era um dos inimigos dos “patriotas” da província. Em 1835 quem assume a sua

pelas iniciais J. C. Já o jornal *Aurora Fluminense*, adiantava sua opinião sobre o futuro periódico. “O que resta é que essa Folha, que vai publicar-se no Ouro Preto, de ali exemplos de decência, de sisudeza e moderação: nós certamente o não esperamos”. Dizia ainda que assim se veria “os 2 jornais livres de Minas mais interessantes e animados”.⁶⁹

Antes mesmo do novo periódico começar a circular tiveram início as polêmicas. Confirmando a chegada do Sr. Cortes em Ouro Preto, o *Universal* criticava o fato de que a tipografia seria “uma parte da imprensa Nacional do Rio de Janeiro” e que possivelmente “nunca mais se indenizará a Fazenda Pública”. Por noutro lado, antecipa-se o redator do *Universal*, orgulhosamente afirmando que em seu caso, “se quis uma imprensa para o seu Periódico, comprou, e pagou-a”. E prevendo o grave embate que se estabeleceria cutucava: “Principiamos desde já a aparar a pena, que só terá exercício se se procurar contender conosco em termos polidos e decentes”. Ressaltava ainda que “para uma polêmica digna de Escritores livres, independentes, imparciais, e amigos sinceros da Constituição e do Imperador, lançamos a luva; para disputas de arrieiro, não existe o *Universal*”.⁷⁰

No dia 2 de maio de 1829 veio à luz o novo periódico, o *Telegrapho*, braço articulado da diocese que agora se apresentava com a mesma arma de seus opositores, uma tipografia. O *Universal* noticiava de forma metafórica e com a ironia própria de seu estilo o aparecimento deste novo veículo de comunicação da província, que havia sido anunciado ao público por “uma espessa névoa que escureceu toda a cidade, acompanhada de grossa chuva, alguns relâmpagos e trovões”. A metáfora é uma alusão direta à escuridão, à ausência de luzes, características daquela verdadeira tempestade a partir da qual aquele novo periódico se fazia apresentar. Não por acaso, em seu primeiro número o *Telegrapho* lançou mão de uma correspondência onde tratou de combater diretamente o redator do *Universal*. Seria, de acordo com o redator deste último, uma forma de não “deixar por mais tempo de mitigar a sede em que ardiam seus patronos e colaboradores de impugnar e combater vigorosamente as nossas doutrinas”.⁷¹

A esta passagem segue-se um embate quando o redator do *Universal*, analisando o “Prospecto” do *Telegrapho*, onde se “emprega o mais virulento insulto contra os brasileiros em geral, e nossos comprovincianos em particular”, apela para o patriotismo dos brasileiros para combater a folha adversária e seu respectivo redator. Dizia o prospecto do *Telegrapho*:

redação é o padre José Antonio Marinho, uma das lideranças mais radicais do partido liberal mineiro. Teve como colaboradores Teófilo Ottoni e José Alcebiades Carneiro. *Anais da Biblioteca Nacional*, edição 117 do ano de 1997, disponível no site da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*.

⁶⁹ *Aurora Fluminense*, edição 171 de 30/03/1829.

⁷⁰ *O Universal*, edição 277 de 22/04/1829.

⁷¹ *O Universal*, edição 282 de 04/05/1829.

“É a vasta província de Minas Gerais bastante rica de homens eruditos; e um ou dois por cento apenas, são os que conhecem a Constituição”. O Brasil seria “um terreno árido para que nele possa prosperar o regime constitucional entre um povo ainda não preparado para a cultura de tão delicada e salutífera planta”. O redator do *Universal* analisa a referida passagem ironizando que o Brasil seria então “um país talhado para gemer debaixo de um sceptro de ferro: seus habitantes ineptos para as artes e ciências, estúpidos por natureza, bárbaros por costume, não podem ainda entrar na classe das nações”. E desta forma, conclama seus patrícios para que meditem sobre as palavras do *Telegrapho* e que rendam o tributo de gratidão ao redator daquela folha, “não só pelo juízo que forma da nossa capacidade, mas porque, como bom patrício, deixou barcos e redes, para vir acudir-nos com a sua filosofia, tão necessária para a vegetação do nosso sistema”.⁷²

A ironia em suas palavras deixa transparecer um compreensível sentimento de raiva e indignação por parte do redator do *Universal*. A crítica lançada no “Prospecto” do *Telegrapho* é bastante dura e acerta em cheio a menina dos olhos dos “patriotas”, a Constituição e o sentimento de constitucionalidade daqueles cidadãos. O sentimento de indignação gerou uma crítica ainda mais irônica, sugerindo gratidão ao redator do *Telegrapho*, o qual como bom patrício, havia abandonado sua terra natal e migrado para o Brasil. Assim, lançando mão de termos como “barcos” e “redes”, o *Universal* parece utilizar a denominação marinheiro, termo empregado com frequência naquele período, como metáfora para desqualificar a posição daqueles portugueses.⁷³

Em correspondência publicada no *Universal*, o “Inimigo dos patetas” analisa um momento do embate travado entre as duas folhas, em especial entre os seus respectivos redatores e correspondentes. Este correspondente ressalta que a principal missão do *Telegrapho* seria lançar duras críticas, usando uma linguagem baixa para “desviar o nosso antigo *Universal* da brilhante carreira que tem seguido para se abrirem novamente as portas do despotismo, da dilapidação e do abuso”. A intenção do *Telegrapho*, na visão do “Inimigo

⁷² *O Universal*, edição 282 de 04/05/1829.

⁷³ Izabel Marson lembra, por exemplo, que os confrontos entre *nacionais* e *portugueses* foram intensos neste período e “motivaram as temidas manifestações denominadas *mata-marinheiro*”. MARSON, Izabel. “Conciliação e esquecimento: Nabuco e a revolução”. Op. cit., p.176. Interessante pensar a curiosa relação entre nacionais e portugueses, pois em muitas ocasiões, como no caso referenciado por Marson, os conflitos eram frequentes e de muita gravidade. Esta relação também pode ser observada nos graves embates travados entre os “patriotas mineiros” e alguns portugueses, de Ouro Preto e Mariana, com os quais não tinham afinidades políticas e ideológicas. Digo alguns portugueses, pois em outros casos a relação era de companheirismo e de adesão à causa patriótica. Foi o caso, por exemplo, do português Manuel Inácio de Mello e Souza, inimigo ferrenho do bispo e tido como um exemplar “patriota”, aliado aguerrido dos liberais da província e que chegou a presidir Minas Gerais. São estas algumas das possíveis contradições que observamos – e que aparecem em diferentes momentos, de diferentes formas – na “gestão” dos sentimentos e na operação conceitual.

dos patetas”, era justamente “fazer parar a análise e censura dos atos administrativos a fim de que os mandões, e sanguessugas, tornem a por as manguinhas de fora”. Desta forma buscaria o redator do *Telegrapho* “entorpecer a marcha da Constituição, assustar os incautos e animar os Corcundas, inimigos da liberdade e do Imperador”.⁷⁴

O embate com os membros e autoridades da diocese aprofunda-se ainda mais com a expulsão de um aluno do Seminário, ato visto pelos “patriotas” como mais uma das muitas arbitrariedades do bispo. Daniel Araújo Valle, o padre em formação e aluno dispensado, tratou logo de procurar a imprensa liberal para escrever a sua defesa. Para tanto utilizou da circulação do *Universal* e do apoio de dois mestres, os padres Bhering e Manoel Júlio de Miranda⁷⁵, que redigiram seus respectivos atestados em defesa de seu aluno. Estes foram publicados junto com a carta de Daniel em 22 de maio de 1829. Na oportunidade o aluno expulso se justificou publicamente, esclarecendo que o motivo de sua expulsão havia sido uma viagem que fizera nas férias para visitar a família e com eles conseguir dinheiro para continuar mantendo seus estudos em Mariana. O problema é que o bispo não havia autorizado sua saída no período de férias, o que, segundo constava, estaria previsto nos Estatutos do Seminário.

Em sua defesa Daniel ressalta não ter tido problema algum no período em que estudou no Seminário. “Não faltando em tempo algum aos meus deveres civis, e religiosos julgava-me por isso abrigado do espírito de perseguição”. Daniel esclarecia que “necessitando ir a minha casa para tratar dos meus arranjos [...] reservei esta viagem para tempo de férias concedidas pelos Estatutos do Seminário, julgando que estes deviam ser observados por ser S. Exa. autor dos mesmos”. Ele havia procurado o bispo para apresentar os motivos urgentes de sua viagem, “dando desta sorte mais um motivo de respeito, de obediência, e de civilidade”. No entanto, o bispo mostrou-se intransigente, não cedendo às súplicas do mesmo e das pessoas que por ele intercederam. Demonstrava, segundo Daniel, “a inflexibilidade de um peito, que se diz morada da caridade”. Diante da negativa e da dificuldade financeira em que se encontrava, Daniel se perguntava qual deveria ser a sua

⁷⁴ Correspondência do “Inimigo dos Patetas”. *O Universal*, edição 294 de 01/07/1829.

⁷⁵ Padre Manoel Júlio de Miranda nasceu em São João Del Rei em 05 de fevereiro de 1799. Estudou no Seminário de Mariana e ordenou-se presbítero em 24 de maio de 1823. Em 1829 ingressou como membro do Cabido da Sé de Mariana. Ocupou ainda cargos e posições como Cura da Sé, cônego penitenciário, arcepreste, promotor do juízo eclesiástico, provisor e vigário geral. Foi também deputado provincial e geral. De acordo com Trindade foi membro e chefe do partido conservador. Mesmo assim não escapou das críticas deste. “Era político esse padre, e sacrificava a Teologia para cotejar a popularidade”. Trindade ressaltou ainda que Miranda “teve a sorte de morrer catolicamente reconciliado com Deus, porquanto sua conduta durante a vida fora uma aberração flagrante dos compromissos e votos sacerdotais”. Sobre sua morte informa apenas que se deu em Mariana, sem especificar a data. Ver TRINDADE, Raimundo. *Arquidiocese de Mariana...* Op. cit., p.189, 326 e 335.

conduta. “Obedecer a um preceito tão caprichoso, ficando reduzido à miséria e ao abandono, ou procurar na minha pátria os meios para poder subsistir em Mariana?” Ele obviamente viajou, mas ao voltar foi recebido com as seguintes palavras do bispo: “vá para onde esteve”.⁷⁶

Daniel utiliza o termo “pátria” para se referir à sua vila, sua terra natal, o que mais uma vez remete às variações do campo semântico do referido conceito. O mesmo podia ser aplicado não apenas à “província, cidade, vila, etc., em que alguém nasceu; terra natal, mas também ao país, terra, região, localidade que se considera como melhor para se viver”.⁷⁷ O fato de o aluno de Bhering e do padre Miranda estar operando com este conceito pode indicar não apenas que o mesmo era cotidianamente utilizado pelos respectivos mestres, indica também que a aplicação de uma pedagogia liberal alcançava até mesmo as salas de aula do velho Seminário. Wlamir Silva, em estudo sobre o tema, ressalta que “buscava-se difundir conceitos liberais como os de Constituição, liberdade, pacto social, etc., utilizando-se de várias formas e níveis de complexidade, ampliando o espectro de sua pedagogia política”. Desta forma, a “difusão das luzes e a dimensão civilizatória permeavam o discurso liberal, pois a instrução era entendida como condição para a formação do cidadão”. Segundo este autor, “no contexto da pedagogia liberal, a obsessiva preocupação com a educação e as luzes confundia-se com a incipiente intenção hegemônica”.⁷⁸

Daniel alegou, ainda, que buscou contornar a situação. Enviou requerimentos ao bispo expondo seus motivos e esperando seu perdão, mas não surtiram o efeito esperado. Somaram-se a estes os atestados de seus mestres, Bhering e Miranda. Este último atestava que Daniel “apresentou sempre uma conduta regular, e bem moralizada; portando-se sempre grave, e circunspecto no seu trato, e frequente nos atos da religião, qualidades, que lhe faziam merecer a estima pública”. Bhering endossava ressaltando que ele havia frequentado suas aulas, “onde desenvolveu um talento admirável, que prometia grandes progressos, e deu exemplos de moderação a todos os seus colegas”. Enfatizou, ainda, que “sua conduta civil e religiosa mereceu o louvor de toda esta cidade”.⁷⁹ A participação dos dois padres na

⁷⁶ Correspondência de Daniel Araújo do Valle. *O Universal*, edição 290 de 22/05/1829.

⁷⁷ CATROGA, Fernando. “Pátria, nação”. In: NAXARA, Márcia & CAMILOTTI, Virgínia (orgs.). *Conceitos e linguagens: construções identitárias*. São Paulo: Intermeios; Capes, 2013, Op. cit., p.28.

⁷⁸ SILVA, Wlamir. “A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842)”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco & FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006, p.43 e 44.

⁷⁹ Atestados dos padres Manoel Júlio de Miranda e Antonio José Ribeiro Bhering. *O Universal*, edição 290 de 22/05/1829. O padre Daniel Araujo do Valle, segundo informa o correspondente “O Surucucuassu”, teria sido logo depois cotado para professor da cadeira de Gramática Latina do Colégio de Congonhas do Campo em mais uma demonstração de discordância em relação ao que os “patriotas” consideravam arbitrariedades do bispo. As informações encontram-se na edição 345 de 28/09/1829.

defesa de seu discípulo não deixava de ser uma afronta ao bispo e seus auxiliares, em especial ao reitor do Seminário. Representava, também, uma possibilidade de contestar os Estatutos daquela instituição, demonstrando publicamente suas divergências internas, assim como mais uma oportunidade de exposição dos fatos na imprensa.

3.

“Quem tem boca não manda soprar”⁸⁰

As participações de Bhering começam a se tornar cada vez mais frequentes na imprensa periódica a partir do momento em que as divergências com as autoridades da diocese se acentuam. O Bhering “escritor público” – esta espécie de título que os escritores da imprensa adotaram na época – começara a se consolidar no ofício, escrevendo com frequência e desenvolvendo estilo próprio, sempre com uma argumentação rica que demonstrava o conhecimento de fatos e passagens históricas, com citações dos pensadores clássicos e de documentos importantes da história da Igreja. Seus textos estavam, obviamente, impregnados por elementos de retórica e de filosofia, fruto de seus estudos e da experiência enquanto professor destas disciplinas.

A função do escritor público e a própria denominação são interessantíssimas, pois pressupõem a existência de uma esfera pública e de um público participativo, justamente em um momento em que se buscava conformar tal espaço e defender com unhas e dentes a liberdade de imprensa. Carregava consigo também um desejo entendido como um dever quase sagrado de instruir o povo. Lúcia Neves defende que os periódicos, panfletos e folhetos “cumpriam o papel de levar notícias e informações a uma plateia mais ampla, que deixava de vê-las como meras novidades do domínio privado para encará-las como parte de um espaço comum”. Este seria, portanto, o esboço da “formação de uma esfera pública de poder”. E no cerne deste delicado processo estavam os redatores, os leitores e os escritores públicos que repercutiam e comentavam os fatos e acontecimentos da época, analisando “as grandes questões do momento”. E com um “caráter didático e polêmico” buscavam traduzir em “linguagem acessível os temas fundamentais do constitucionalismo”, do liberalismo e do

⁸⁰ Expressão publicada no periódico *A Mutuca Picante*, impresso na Corte, sobre as disputas travadas entre os diferentes jornais, autoridades, cidadãos e seus variados interesses. *A Mutuca Picante*, edição 19 de 28/11/1834.

patriotismo. A autora demonstra, ainda, que a “multiplicação dos periódicos refletia uma preocupação coletiva até então inexistente em relação ao político”.⁸¹

A imprensa periódica como “meio nascente de luta política na esfera pública moderna no Brasil” era, portanto, um dos objetivos da pedagogia política liberal analisada por Wlamir Silva. O autor defende que esta imprensa “representava a ruptura com a tradição elitista e livresca do Antigo Regime” e, mais especificamente em Minas Gerais, “a extrapolação do círculo de proprietários, funcionários públicos e letrados”. A imprensa periódica atuava então como transformadora do meio, contribuindo para a recepção de ideias, tendências e de projetos. No caso dos liberais moderados, como Bhering, a imprensa representa um “mecanismo essencial” de sua pedagogia no projeto de busca por hegemonia, “do consenso ativo da sociedade”. Representava, ainda, a possibilidade de “naturalizar o ideal liberal” na província.⁸²

Uma das primeiras aparições oficiais do nome de Bhering na imprensa mineira foi justamente no periódico *Universal* de 24 de novembro de 1828, compondo a lista dos cidadãos votados para deputados provinciais no colégio eleitoral da cidade de Mariana. Em um universo de 75 eleitores, Bhering foi um dos muitos indivíduos que obteve apenas um voto, muito provavelmente o seu próprio. Isto se deve ao fato de ser ele qualificado como eleitor naquele colégio eleitoral e pelo fato de seu nome não constar nas demais listas enviadas de outros colégios da província. Ter seu nome publicado nesta lista, no entanto, era bastante significativo para este jovem padre que naquele momento era ainda professor do Seminário e que, com isto, já demonstrava suas pretensões políticas. Era uma forma de tornar seu nome conhecido entre os habitantes da cidade e também da província, uma vez que a lista circulava por muitos periódicos da província e também fora dela. Dentre os cidadãos mais votados naquela ocasião estavam figuras bem conhecidas da política imperial como Bernardo Pereira de Vasconcelos⁸³ e o padre José Bento Leite Ferreira de Melo,⁸⁴ que

⁸¹ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *A “guerra das penas”...* Op. cit., p.2.

⁸² SILVA, Wlamir. “A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842)”, Op. cit., p.41.

⁸³ Bernardo Pereira de Vasconcelos nasceu em Ouro Preto em 1795. Filho de família muito rica em Minas foi enviado para estudar na Europa, graduando-se em Direito na Universidade de Coimbra em 1818, quando retornou ao Brasil. Tornou-se um dos mais influentes representantes de Minas Gerais no governo representativo, ocupando cargos de deputado provincial e geral, senador, como ministro ocupou a pasta da Fazenda, Justiça e do Império. Era presidente em exercício da província quando estourou a Sedição de 1833 em Ouro Preto, ou Revolta do Ano da Fumaça, tendo sido preso e levado para a vila de Queluz, de onde seguiu para São João Del Rei e passou a despachar até a chegada do presidente, o desembargador Manuel Inácio de Mello e Souza. Teve importante atuação enquanto jornalista no Império, sendo atribuída a ele a redação do *O Universal*, em Ouro Preto, e do *O Sete de Abril* na Corte. Enquanto liberal, foi uma das figuras mais celebradas pelos “patriotas mineiros”, mas aderiu ao Regresso e passou a ser criticado e odiado por antigos aliados. Foi uma das muitas vítimas da Febre Amarela que assolou a cidade do Rio de Janeiro e morreu em 1 de maio de 1850. Ver XAVIER DA VEIGA, José Pedro. *Efemérides Mineiras...* Op. cit., p.463 e 467.

ocuparam cargos importantes em ministérios, no Senado, na Câmara dos Deputados e também na presidência de províncias.

O fato de seu nome constar nesta lista nos leva a alguns questionamentos importantes. O ano era 1828, Bhering era professor de Filosofia no Seminário, cargo que ocupou por um período relativamente curto, mas que teria sido suficiente para que ele identificasse ali algumas dificuldades fundamentais que o motivaram a buscar novas oportunidades de atuação profissional. Estaria ele prevendo, ou imaginando de alguma forma, os acontecimentos que viriam a seguir, logo no ano de 1829? É possível que sim. Motivos não faltavam, como a vigilância estabelecida por parte do reitor em relação às suas aulas, em relação às suas ideias filosóficas, ou mesmo aos pedidos feitos para que mudasse sua forma de lecionar e que observasse melhor os conteúdos trabalhados.

Parece ter sido neste momento que Bhering pensou na possibilidade de redigir seu próprio periódico. Diante das circunstâncias que se apresentavam e das segundas publicações de textos no *Universal*, da possível identificação enquanto escritor público, a imprensa era uma ferramenta importante na defesa de suas ideias e do projeto político liberal. Havia a preocupação com a “construção da identidade política dos liberais em contraste com a dos absolutistas, ou corcundas”, que passava pela “pregação da necessidade da ação dos cidadãos, diuturnamente instados à vida política”.⁸⁵ Desta forma configurava-se também o seu estilo próprio de escrita. Seus textos deixavam transparecer não apenas sua posição política, mas também seus sentimentos e sensibilidades em relação aos acontecimentos de sua época.

Logo em seus primeiros artigos é possível identificar em sua escrita certo sentimento de indignação, ou talvez seja melhor nomear como um possível incômodo quanto à sorte dos menos favorecidos, em oposição aos poderosos de seu tempo e suas respectivas arbitrariedades. Tal característica se faz presente em muitos de seus textos ao longo de sua

⁸⁴ José Bento Leite Ferreira de Melo nasceu no ano de 1785 em Minas Gerais, naquela que é hoje a cidade de Campanha. Estudou e ordenou-se padre em São Paulo durante o Morgado de Mateus. Era membro do Conselho de Governo da província de Minas e estava reunido com Bernardo Pereira de Vasconcelos na noite de 22 de março de 1833, quando o palácio foi cercado pelos revoltosos e ambos presos e retirados daquela capital. Foi eleito deputado por Minas e nomeado senador em 1834. Homem de ideias liberais foi também atuante na imprensa periódica, fundando uma tipografia na vila de Pouso Alegre e fazendo circular o primeiro jornal do Sul de Minas, o *Pregoeiro Constitucional*. Depois fundou e dirigiu outro importante jornal, o *Recopilador Mineiro*, promovendo a defesa dos princípios liberais. No Senado foi um dos 6 signatário do projeto da maioria apresentado em 13 de maio de 1840. Em 22 de julho do mesmo ano, “com a veemência de suas enérgicas convicções, falou ao povo de uma das janelas do Senado, concitando-o para a vitória da medida anticonstitucional, que seu patriotismo considerava, no entanto, salvadora da nação”. Morreu em 8 de fevereiro de 1844, assassinado em uma emboscada em sua fazenda, supostamente relacionada a disputas de terra entre seus familiares. Ver XAVIER DA VEIGA, José Pedro. *Efemérides Mineiras...* Op. cit., p.206 e 207.

⁸⁵ SILVA, Wlamir. “A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842)”, Op. cit., p.43.

trajetória, como será possível observar, no entanto, neste momento ainda não é possível fazer uma análise mais aprofundada em relação a tal característica de sua personalidade, pois é o início de sua atuação como escritor público e seus próximos textos trazem muitos outros elementos importantes. Mas seu estilo próprio ia se forjando, fruto também de sua época, marcado pelo uso da linguagem figurada, com expressões irônicas, passagens dramáticas, ataques pessoais, mas ainda assim é possível identificar elementos próprios de seus textos, como citações dos pensadores clássicos, reflexões filosóficas sobre razão, moral, com muitas referências a passagens históricas da antiguidade e do medievo, e sempre com certa preocupação com os menos favorecidos. Tais características eram fruto de seu conhecimento específico de filosofia e história, tanto pelo tempo de estudo no Seminário, como por sua atuação profissional enquanto professor.

O emprego de frases apaixonadas na imprensa, a possibilidade das mentiras e dissimulações, as tendenciosas omissões, ou mesmo a invenção de fatos imaginados, respondiam, provavelmente, a interesses específicos de cada segmento ou grupo. Somando-se estas características ao zelo pela retórica, pela argumentação afiada, pela escrita fortemente irônica e utilização de metáforas dos muitos correspondentes, o resultado eram textos apaixonados, combativos e dramáticos que aguçavam sentimentos diversos na população. O uso de figuras de linguagem era também adotado como meio de se combater ou defender, de provocar comoções ou mesmo possíveis difamações.

E neste momento Bhering vem a público contestar a autoria do “Artigo Comunicado” de que falamos anteriormente.

Tendo o gênio da intriga, monstro que sempre abominei, mas que por infelicidade tanto se tem propagado na nossa malfadada pátria, procurando empregar suas envenenadas setas, em todos aqueles, que fundados naquela liberdade, que as leis natural e civil autorizam, divergem de suas opiniões: e sendo eu agora o alvo de sua língua viperina (talvez por não querer com eles capitular) e temerariamente indigitado como autor do Artigo comunicado, cuja acusação *o amor do bem público inspirou* (ainda que depois de sete meses), talvez com o perverso fim de me indispor com S. Exa. Rma., em quem reconhecem sentimentos opostos aos exarados no mencionado Artigo: declaro ao público não prevenido que não sou o autor do art. para desengano daqueles, que devendo ocupar-se todos no cumprimento dos seus deveres, dessem às maiores baixezas, só para promoverem a desunião das partes do todo social.⁸⁶

⁸⁶ Correspondência de Bhering publicada em *O Universal*, edição 317 de 24/07/1829.

Sentimentos distintos parecem aflorar desta correspondência. A preocupação de Bhering em relação ao bispo, por exemplo, aparece claramente, pois ele entende que aqueles que ligavam seu nome ao Artigo Comunicado buscavam unicamente gerar atrito entre ele e o bispo. Tal preocupação tinha como base o fato de que Bhering ainda era professor do Seminário e que possivelmente já imaginava o que poderia ocorrer se entrasse em atrito direto com o bispo. É bem provável que por sua origem pobre e pela oportunidade representada pelo cargo de professor, ele se preocupava com a possibilidade de perder o emprego. Ao mesmo tempo, havia a preocupação com seus ideais. Assim não deixava de alfinetar seus opositores dizendo que reconheciam no bispo sentimentos contrários aos mencionados no Artigo e que eram claramente críticos em relação à figura do bispo. Em sua correspondência aparece também uma preocupação que o acompanharia por toda sua vida e que estava ligada diretamente à Constituição. Ou seja, com a observação das leis constituídas, em especial com aquelas que diziam respeito às liberdades consagradas. A Constituição – e isto vai ficar ainda mais evidente em seus próximos artigos – era aquilo que norteava a discussão e, portanto, geradora de conflitos variados.

Pouco tempo depois desta correspondência outro texto de Bhering é publicado no *Universal* em forma de um breve *Comunicado*. Trata-se de uma passagem curiosa e alarmante sob uma suposta tentativa de manifestação contrária à Constituição, este estandarte tão caro aos liberais, motivo das mais acaloradas discussões e que se tornara um objeto de disputa. Bhering relata de forma dura e direta o que seria uma espécie de atentado projetado por alguns indivíduos que tramavam atos protegidos pela escuridão em reuniões noturnas. Alertava:

Forjou-se em clubs noturnos o infernal plano de lançar por terra a Constituição jurada; para ventura porém do Brasil, os executores de tão temerária empresa devendo manejar a arma insinuante da moderação, com a qual quiçá aliciariam os ânimos inexpertos, pelo contrário começaram por irritar, desafiar, ultrajar: erraram puerilmente com seus projetos desorganizadores, e erraram sem remédio. Feliz Brasil!!! Feliz minha Pátria!!!⁸⁷

Marcus de Carvalho, neste sentido, observa que:

⁸⁷ “Comunicado” de Bhering publicado em *O Universal*, edição 333 de 31/08/1829.

Se às vésperas da Independência a discussão política era reservada a ‘conventículos sediciosos’, com o avançar do século a maçonaria, os *clubs*, as sociedades secretas foram ampliando suas bases e ficando cada vez mais implicados nas disputas político-partidárias. Desde os anos 1820, não apenas a panfletagem era corriqueira, mas os próprios jornais eram lidos em voz alta para o *povo* mobilizado nas agitações do momento. Não era preciso sequer saber ler para inteirar-se dos acontecimentos; bastava frequentar os *meetings*, os *clubs* [...].⁸⁸

Com esses novos espaços de sociabilidade se constituindo, tornaram-se comuns as reuniões de pessoas em clubs cujo acesso somente era permitido aos membros específicos e onde discutiam-se temas variados, com base nas variadas tendências políticas. Os termos empregados para se referir a estes clubs de reuniões, como secretos, noturnos, visavam incriminar, lançar suspeitas, desqualificar. No entanto, a realização de tais reuniões era uma prática comum aos diferentes grupos sociais e políticos. Assim, “a imprensa da primeira metade do século falava de Constituição, federação, civilização e pátria. Louvava-se a liberdade, que, tal como hoje, tinha múltiplos significados. Nem os claustros eram imunes a esses assuntos seculares”.⁸⁹

Na edição comemorativa do dia 07 de setembro de 1829 algumas correspondências noticiavam atos de arbitrariedades cometidos contra diferentes cidadãos e tinham como motivação chamar a atenção para a não observância da Constituição. Em Mariana, “onde devia haver mais respeito à Lei, por ser uma Cidade Eclesiástica”, um padre foi preso pelo Vigário Geral, supostamente sem acusação formal e sem ter cometido crime algum. Ora, é claro que os “patriotas” buscavam a todo o momento disparar contra quaisquer atos dos “inimigos do filosofismo destruidor”, mas especialmente as ocorrências ligadas a questões religiosas suscitavam discussões acaloradas. Para o Vigário Geral dirigia-se a grave pergunta. “Quererá dar a entender que a Constituição não é para os clérigos?”⁹⁰

Em 16 de setembro Bhering escreveu diretamente ao “Pateta”, um correspondente do *Telegrapho* que “com uma nota a mais caluniadora, fundada unicamente em um simples e inconsiderado *dizem* atribui-me as duas correspondências assinadas pelo Exorcista, e Surucucuassú”. Sua intenção seria ligar Bhering a estas cartas assinadas por pseudônimos e cuja autoria ele contesta.

⁸⁸ CARVALHO, Marcus J. M. de. “A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco & FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006, p.182.

⁸⁹ CARVALHO, Marcus J. M. de. “A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX”, Op. cit., p.183.

⁹⁰ Correspondência do “Respeitador dos direitos do homem”. *O Universal*, edição 336 de 07/09/1829.

Sinto, que o Pateta não imite a franqueza, de que me tenho revestido (não obstante sujeitar-me à ódio de pessoas, que se dizem amantes do Altar) assinando-se com o seu próprio nome: então se verificaria, que na tipografia do Sr. Cortes não se escreve atrás da porta: então o povo conheceria este prodígio de saber, esse modelo de moralidade, esse assombro de virtude; pois que não tem sido possível apesar das mais rigorosas especulações descobrir-se alguns destes predicados (ainda no ínfimo grau) naqueles, que a voz publica apregoa colaboradores do Telegrafo.⁹¹

De fato Bhering costumava assinar seus textos, o que exigiu que fosse a público em diferentes momentos para esclarecer dúvidas sobre a autoria de textos que lhe eram atribuídos. Isto não significa que não tenha escrito protegido por pseudônimos em certos momentos. Interessante é a sua colocação a respeito do ódio a que se sujeitava por parte daqueles que se diziam “amantes do altar”. Seriam estes seus superiores na diocese? Penso que sim, mas que também se referia ao “povo”, aos fiéis. Homens, mulheres, famílias, aqueles com quem se encontrava cotidianamente e cuja forte religiosidade, devoção e obediência os impossibilitava de compreender a complexidade da realidade que os cercava e os motivos daquele embate. Assim, sujeitando-se ao ódio da opinião pública Bhering reforçava:

Se eu quisesse servir-me de um = dizem = para caluniar, a quantas pessoas não ofenderia? Quantas vítimas inocentes não padecem por causa de um tão fraco argumento? Dizem? O que não diria do Pateta? O que não diz o povo a seu respeito? Poderia apresentar o seu próprio nome (pelo que dizem) para sua eterna vergonha, porém a minha reta razão, não me ensina a ultrajar qualquer Cidadão pelo que dizem; ela me ensina a provar a asserções, principalmente aquelas, que indispõe o súdito, com o Superior: o contrário é dividir as partes do todo social, próprio só do Monstro da Intriga.⁹²

Em diferentes momentos Bhering demonstrou aversão a calúnias e intrigas, mesmo sendo parte dos embates e estando envolvido nas disputas. No entanto, tais características faziam parte da cultura política do momento e apareciam cotidianamente nas páginas dos periódicos. Seus textos, muito embora críticos e combativos, buscavam analisar fatos e acontecimentos e não lançar invenções e insinuações. A passagem acima citada deixa bem clara a sua posição. Mesmo nas críticas duras havia respeito e preocupação em relação ao

⁹¹ *O Universal*, edição 340 de 16/09/1829.

⁹² *O Universal*, edição 340 de 16/09/1829. A expressão “Monstro da Intriga” utilizada por Bhering no texto foi originalmente escrita em letras maiúsculas.

público leitor, mas não deixava de expor, com o vigor próprio de seu estilo, seus argumentos e sua posição. E da seguinte forma ele concluía:

Em quanto não possuir um argumento fortíssimo, que demonstre, que o Pateta é aquele certo Figurão, apontado pelo vulgo, nada direi sobre sua pessoa. Diz o povo; mas eu devo só falar a verdade; por tanto não sei quem seja este pateta: se ele se quiser declarar, então verá qual é minha coragem; por mais empinada que seja sua figura. Persuada-se de uma vez o Pateta, que tanta é minha presença de espírito, quanto o ódio, que ele, e outros caudatários gratuitamente me tributam, e tanta minha independência, quanta a escassez da minha fortuna. Não me curvo por cousa alguma à cauda Telegráfica; prefiro antes a indignação com liberdade numa cabana, do que a opulência com escravidão nos Palácios.⁹³

Em seguida, em artigo datado de 22 de setembro, Bhering critica a oposição lançada pelo *Telegrapho* em relação aos deputados liberais, “entre os quais tem o primeiro lugar o intrépido, e incomparável Vasconcelos”.⁹⁴ Referia-se a Bernardo Pereira de Vasconcelos, deputado eleito com a maioria de votos pelos mineiros e que naquele momento era considerado um verdadeiro liberal, um exemplo de conduta política e social. A crítica de Bhering tinha como foco específico a injustiça e a ingratidão e nela deixava clara a preocupação com a possibilidade de serem insufladas pelo *Telegrapho*. Assim, conclamava o povo a não se deixar “iludir por esses escritores, que vos aconselham a ingratidão, quando pintam com cores tão negras o vosso representante: [...] a ingratidão não deve ter lugar em vossos leais peitos”.⁹⁵ E desenterrando exemplos significativos de supostas injustiças ocorridas na Antiguidade, Bhering apelava para a história como uma espécie de arma capaz de despertar os sentimentos de gratidão e de justiça do povo mineiro, ou mesmo como forma de inibir sentimentos contrários.

A leitura da história apresenta um exemplo bem frisante. Quando os atenienses procuravam assinaturas para o desterro de Aristides, e sendo este também instado para se assinar (porque não o conheciam) perguntou-lhes este que mal vos fez Aristides? Responderam: nenhum, mas já não podemos ouvir falar tão bem desse homem.⁹⁶

⁹³ *O Universal*, edição 340 de 16/09/1829.

⁹⁴ Artigo de Bhering. *O Universal*. Edição 342 de 22/09/1829.

⁹⁵ Artigo de Bhering. *O Universal*. Edição 342 de 22/09/1829.

⁹⁶ Artigo de Bhering. *O Universal*. Edição 342 de 22/09/1829.

A figura de Aristides é cuidadosamente lembrada para incrementar a dramática defesa que Bhering faz dos deputados liberais, a quem designava como pais do povo, opressores da tirania e beneméritos da pátria. Aristides, estadista ateniense cognominado “o justo”, que por volta do século V a.C. ocupou cargos importantes naquela sociedade, tendo sido um dos responsáveis pela vitória dos gregos sobre os persas durante as *Guerras Médicas*, especialmente nas batalhas de Maratona, Salamina e Plateia. Teve ainda importante papel na formação da *Liga de Delos*, sendo vítima de seu próprio sucesso e condenado ao ostracismo por seu povo. Durante a realização de uma assembleia popular, sem ser reconhecido, Aristides teria sido consultado para assinar a votação de seu próprio desterro. Indagando sobre os motivos de tal penalidade foi-lhe respondido que nada havia contra o tal Aristides, apenas que já não se suportava ouvir falar bem daquele cidadão. Bhering lembrou, ainda, do exílio e ostracismo a que foram relegados Sólon e Teseu.

Esta passagem da antiguidade é tomada por Bhering para fomentar sua crítica ao posicionamento dos periódicos *Telegrapho* e *Analista*⁹⁷, que, supostamente, não suportavam os elogios lançados aos deputados constitucionais e acabavam por tentar desmoralizá-los publicamente. Desta forma, Bhering buscava criticar o fato de que em pleno “Reinado da Constituição do Brasil” pudessem aparecer “periódicos, em cujas páginas só se encontram ultrajes, insultos, calúnias, todo o gênero de impropérios àqueles deputados, que por voto quase unanime de suas províncias tem assento no Areópago Brasiliense”.⁹⁸

Trilhando o caminho da pedagogia política liberal, preocupado com a instrução e orientação do público no sentido deste mesmo projeto, Bhering ressaltou:

A natureza, e a razão, ensinam à todo o homem a tributar amor a todos aqueles membros da Sociedade, que através dos maiores perigos alçam sua voz poderosa em defesa das vítimas da injustiça, e da prepotência; e a render uma espécie de culto aos seus benfeitores; porque estes são os que mais partilham a beneficência, predicado, que assemelha o homem à Divindade.⁹⁹

⁹⁷ O *Analista* foi um periódico governista impresso na Corte e que circulou entre 1828 e 1829. Buscava defender o governo de D. Pedro I, especialmente em função da circulação de folhetos e pasquins de tendência liberal e mais radical que combatiam o posicionamento absolutista do imperador. Foi fundado por Miguel Calmon Du Pin e Almeida (marquês de Abrantes), então ministro da Fazenda, e era impresso na Tipografia Imperial e Nacional. “O *Analista* também usava linguagem aguerrida e violenta, criticando rispidamente os adversários da Coroa”. Buscava “resgatar o prestígio de D. Pedro I, cuja imagem se desgastava rapidamente por vários motivos”, assim como defender o “direito da princesa Maria da Glória, filha de D. Pedro, ao trono português”. Empenhou-se, ainda, em exaltar “figuras conservadoras do Primeiro Reinado e combatia as correntes liberais radicais e moderadas”. Ver artigo “O *Analista*” no portal da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. <http://bndigital.bn.br/artigos/o-analista/>. Acessado em 18/05/2015.

⁹⁸ Artigo de Bhering publicado em *O Universal*, edição 342 de 22/09/1829.

⁹⁹ Artigo de Bhering publicado em *O Universal*, edição 342 de 22/09/1829.

Mais uma vez estão presentes elementos que demonstram suas preocupações com os oprimidos, com a opinião pública, e sua repulsa em relação às intrigas intencionalmente criadas para desqualificar cidadãos, elementos que marcam sensivelmente a sua personalidade e atuação. Logo após esta passagem segue-se uma inevitável comparação com o caso brasileiro, especialmente em relação ao fato de se falar tão bem de alguns deputados e da dificuldade que teriam os “telegráficos” – termo utilizado para designar aqueles que estavam ligados àquele periódico – de conviver com tais elogios sem perder a razão.

E é no Século das Luzes, no grande Teatro da imutável Natureza, no seio de uma Religião Santa, à vista dos Brasileiros, que se pretende recomendar a ingratidão!! Que se apunhala a reputação dos beneméritos da Pátria!! Que se pretende indispor com decidida violência os ânimos dos briosos, e leais Mineiros contra aqueles, que tão denodadamente pugnam pelos seus direitos!! Que se assoalha todo o gênero de calunias em desabono dos opressores da tirania, dos Pais do Povo!!!¹⁰⁰

Em 30 de setembro Bhering voltou a escrever combatendo “todo o gênero de sarcasmos e diatribes aos deputados liberais e cidadãos constitucionais” publicados nas páginas do *Telegrapho*. Os redatores das mais variadas folhas tinham, garantido pela Constituição do Império, o direito de expor suas opiniões e sentimentos, mas a decência, segundo Bhering, deveria ser o norte dos periódicos. O *Telegrapho*, por exemplo, estaria publicando “correspondências recheadas de frases grosseiras, ditos picantes, anedotas em menoscabo da Assembleia Legislativa, termos os mais injuriosos, os mais aviltantes”. E Bhering analisa as supostas contradições existentes em diferentes números desta folha criticando suas opiniões como sendo inadequadas aos leitores e, o que seria ainda mais grave, por apresentarem sentimentos anticonstitucionais. Em sua visão o *Telegrapho* desacreditava as leis do Império e assim inspirava no povo o “desamor à mesma lei” com sua mania de “tudo desmentir, inverter e confundir”. Isto, portanto, não era de se esperar de “um escritor que tanto vocifera contra anarquistas, corruptores, rebeldes”. Bhering apelava ao público para ler os números do *Telegrapho* e constatar as suas contradições, frisando

¹⁰⁰ Artigo de Bhering publicado em *O Universal*, edição 342 de 22/09/1829.

sempre a falta de respeito do redator daquela folha para com o público e a falta de comprometimento que parecia ter com a Constituição e com as garantias conquistadas.¹⁰¹

Quem acreditará que este periódico é o defensor do Altar, e do Trono, à vista de tantas contradições, de tanto amor próprio? Por ventura a Religião se defende com tantos impropérios e ultrajes? E o Trono se consolida com os rasgos de pena tão vaidosa, tão indecente, tão infame? Que terrível desgraça para o Brasil, se todos os escritores falassem tanta verdade, fossem tão coerentes como o nosso Cortes de improviso literato.¹⁰²

Concluía sua correspondência ressaltando que o *Telegrapho* encontrava nos “escritores liberais invencíveis baluartes”, incluindo-se aí oficial e publicamente como escritor e também como liberal. E, neste sentido, conjurava a “todos os telegráficos, ou mestiços, ou de raça, ou reais, ou aparentes, que digam pela imprensa, se a Religião ensina a descompor a alguém”. Concluiu o texto com a expressão *dificilem rem postulasti*, que traduzido seria algo como “coisa difícil de se perguntar”.¹⁰³

Em outra correspondência realiza uma análise pontual de alguns números do *Telegrapho* cujos textos seriam, segundo Bhering, o documento “mais autêntico da incapacidade mental dos seus autores, e por consequência indignos da atenção do homem sensato; e ainda daquele que sabe ligar duas ideias, pela futilidade de seus argumentos, e linguagem irritante”. Uma discussão interessante e que gerava muita polêmica é levantada neste momento. Diz respeito ao papel do redator e dos correspondentes dos respectivos periódicos, pois muitos confundiam a opinião dos correspondentes com a do redator. Ou, mesmo, diziam que correspondências enviadas sob pseudônimos poderiam ser escritas pelo próprio redator, que utilizava o anonimato para atacar diretamente seus adversários ou emitir suas ideias. No entanto, vê-se no *Universal*, em especial, alguns casos em que o redator informava publicamente que determinadas correspondências não seriam publicadas por não trazerem assinaturas, por exemplo. Isto indica que mesmo com a utilização de pseudônimos as cartas deveriam trazer a assinatura do autor, que obviamente não seria publicada. Bhering afirmava que, desta forma, atribuíam-se ao “redator tudo quanto seus correspondentes, e vice versa, proferem como acaba de mostrar no seu n. 43, onde me confunde com os autores dos diferentes escritos, que tem aparecido no *Universal*”.¹⁰⁴

¹⁰¹ Correspondência de Bhering. *O Universal*, edição 349 de 07/10/1829.

¹⁰² Correspondência de Bhering. *O Universal*, edição 349 de 07/10/1829.

¹⁰³ Correspondência de Bhering. *O Universal*, edição 349 de 07/10/1829.

¹⁰⁴ Correspondência de Bhering. *O Universal*, edição 349 de 07/10/1829.

Bhering estava agora completamente envolvido nas disputas travadas entre as duas folhas, colocando-se claramente na defesa do *Universal* e criticando duramente o *Telegrapho*.

Diante das seguidas aparições públicas de seus escritos e da oposição lançada contra o jornal da diocese, provavelmente a situação de Bhering no Seminário tornava-se mais delicada a cada momento. No entanto, é interessante notar que esta fase inicial de sua carreira como professor e como escritor público não indica necessariamente uma relação conflituosa com a pessoa do bispo Frei José. Ao contrário, parece que se dirigia mais diretamente ao redator do *Telegrapho*, o Sr. Cortes, e aos problemas relativos a posições políticas e religiosas do Império, da província e do Seminário, não aparecendo neste momento críticas diretas ao bispo. Seus textos, no entanto, indicavam claramente a sua oposição ao pensamento e atitudes daqueles, assim como o seu posicionamento no âmbito do liberalismo moderado e contribuía para forjar a imagem de combativo, de incendiário e outros termos cujas intenções e significados dependiam de quem e como os utilizava.

4.

A demissão do Seminário de Mariana

A demissão de Bhering foi comunicada por ofício datado de 1 de outubro de 1829, mesmo dia em que ele assinou a carta anteriormente citada, publicada a 7 de outubro. No dia 5 daquele mesmo mês seriam retomadas as aulas do curso de Filosofia, “mas achando-se reunidos os alunos, foi entregue ao dito professor um ofício de Fr. Antonio [...] em que se lhe significava, que S. Exa. o tinha aliviado do exercício da Cadeira de Filosofia do seu Seminário”. O jovem e promissor mestre estava oficialmente desligado de suas funções naquela instituição. Alguns dos termos empregados no ofício são bastante reveladores do pensamento do bispo. Bhering era “aliviado” das funções, como algo que lhe fosse pesado e por bondade ou camaradagem lhe fosse aliviado. O “seu” Seminário também é bastante significativo, pois esta visão privativa em relação àquela instituição vinha sendo a causa de muitas divergências. Recebido o ofício da demissão “dispersaram-se logo saudosos os seus discípulos, concorrendo depois à sua casa grande número de cidadãos distintos, para patentear-lhe seus sentimentos por tão arbitraria demissão”.¹⁰⁵

¹⁰⁵ Artigo sobre a demissão de Bhering do Seminário de Mariana. *O Universal*, edição 351 de 12/10/1829.

Os “patriotas” não tardaram a criticar e levantar como mais uma bandeira a injusta e recente atitude do bispo contra um de seus jovens e promissores compatriotas. Os correspondentes também lançaram mão de suas penas para divulgar seus sentimentos em relação ao ocorrido. “O Anti-Telegrafo”, em correspondência publicada a 16 de outubro, discorreu sobre os “meios pouco ordinários” e a adoção de insultos por parte do *Telegrapho* para desorientar a opinião pública e ferir a honra de cidadãos que se “distinguem pelo seu caráter, conhecimentos, e virtudes, e desta maneira se indispõem com aqueles a quem devem respeito e veneração”. O bispo era constantemente censurado por não agir com moderação e portar-se “cheio de furor com este, ou aquele eclesiástico, que não segue o seu partido, o Telegrafo”. Frisando os muitos exemplos daquilo que afirmou, passa a analisar a demissão de Bhering, pedindo explicações públicas por parte do bispo sobre as razões que motivaram tal providência. Perguntava-se se era crime ser constitucional, pois isto certamente não agradava ao bispo. Indagava, ainda, se havia Bhering ensinado em suas aulas doutrinas contrárias à religião. “Não é este o terceiro ano de ensino do Sr. Bhering, e até o meado dele não agradou a S. Exa., sem que nunca mudasse de linguagem? Por ventura de então para cá foi que começou a pregar contra a religião?” “O Anti-Telegrafo” expõe que se houve crime de Bhering, teria sido em razão deste ser um “célebre antagonista do Telegrafo, e isto se vê dos seus escritos”. Desta forma, “pela birra de um só homem ficava a mocidade mineira privada de se instruir”.¹⁰⁶

O autor desta interessante correspondência lançava questionamentos importantes sobre a educação dos jovens, indagando como ficariam aqueles que pretendiam ir a São Paulo – numa referência ao curso jurídico daquela cidade – mas estariam privados pela não conclusão de seus estudos no Seminário. Identificava, portanto, o bispo como causa deste atraso e concluía.

Sr. Redator, não sei quando nos veremos livres de abusos. Eu conheço, que S. Exa. pode por, depor como quiser os Mestres do Seminário, porém, Sr. Redator, me parecia decente, que isto fizesse livre de partido, e indiferente, até para dar exemplo; eis o que se chama inteireza; mas fazê-lo pelo que lhe mandam seus Conselheiros, e isto contra toda a razão, e justiça, é não ser bom administrador, é não ser bom pastor.¹⁰⁷

¹⁰⁶ Correspondência do “Anti-Telegrafo”. *O Universal*, edição 353 de 16/10/1829.

¹⁰⁷ Correspondência do “Anti-Telegrafo”. *O Universal*, edição 353 de 16/10/1829.

“A mocidade mineira” estaria sofrendo “um golpe o mais sensível e terminador na sua carreira literária. Quem diria que a intriga Telegráfica chegaria a um ponto tal?” Com estas palavras “Um Condiscípulo” iniciava também a sua pública indignação com a demissão do professor Bhering. “Motivos urgentes (segundo o ofício de S. Exa. Rma. ao reitor) obrigaram a dar por concluído o curso filosófico, quando este só teria fim em dezembro”. Este cidadão marianense lastimava sua sorte e via como motivação a oposição contra os escritos publicados no *Telegrapho*. “O espírito liberal do muito estimável Sr. Bhering, o denodo com que repeliu sempre os ultrajes telegráficos são únicos princípios, sobre os quais se fundamenta sua demissão”.¹⁰⁸ Ele faz uma relação interessante – mencionada no início do capítulo – sobre as desventuras da filosofia naquela cidade e naquele Seminário, onde o cônego Luís Vieira da Silva, uma das figuras centrais da *Conjuração Mineira*, detentor da maior biblioteca de Minas Gerais, quiçá do Brasil, também lecionara a disciplina com interesse específico na filosofia iluminista.¹⁰⁹

A comparação com o cônego Luís Vieira, portanto, é quase inevitável. Bhering desde os tempos de estudante apresentava uma curiosidade aguçada, destacava-se entre seus colegas e despontava como um mestre promissor naquela instituição. Mas como ressaltou o correspondente, quando abordou o assunto, “a filosofia tem sempre encontrado nesta cidade obstáculos, que a não deixam vegetar, apenas anuncia sua aurora já entra no seu ocaso”. Ele lamentou tal situação resgatando outros episódios.¹¹⁰

Malfadada Pátria! Os talentos mais raros são sempre desprezados e denegridos pela calúnia: eu me lembro do grande Vieira, cujos talentos e virtudes foram premiados, como se não ignora. O filósofo, o matemático, o médico Francisco de Paula, morreu vítima da baixa intriga, expirou no meio dos maiores desgostos: o Padre Mestre Manoel Joaquim Ribeiro ainda se lembrará dos dissabores, que experimentou dos inimigos da filosofia. Finalmente o Sr. Bhering deixa a cidade de Mariana, é despedido sem crime do Seminário.¹¹¹

“Um Condiscípulo” assinava e concluía sua correspondência, refletindo sobre o futuro da cadeira de Filosofia do Seminário, a qual segundo ele, poderia ser substituída pelo próprio Sr. Cortes, o redator do *Telegrapho*, a quem Bhering vinha combatendo duramente

¹⁰⁸ Correspondência assinada por “Um Condiscípulo”. *O Universal*, edição 353 de 16/10/1829.

¹⁰⁹ Para maiores informações acerca da sua admirável biblioteca, confiscada pelas autoridades no processo de *Devassa*, ver o já citado trabalho de Eduardo Frieiro. (1957) *O diabo na livraria do cônego...* Op. cit., 1981.

¹¹⁰ Correspondência assinada por “Um Condiscípulo”. *O Universal*, edição 353 de 16/10/1829. Esta mesma correspondência foi publicada na *Astréa*, periódico publicado no Rio de Janeiro, edição 491 de 31/10/1829.

¹¹¹ Correspondência assinada por “Um Condiscípulo”. *O Universal*, edição 353 de 16/10/1829.

em seus escritos, ou “por algum que menoscabe a Constituição”. Em Mariana, “cidadãos de todas as classes e até do palácio de S. Exa. tem concorrido a casa do Sr. Bhering a manifestar-lhe seus justos sentimentos, sem temor de comprometimento”.¹¹² Me pergunto quem seriam aqueles que do próprio palácio do bispo foram até a casa de Bhering em claro sinal de apoio. Talvez nunca saibamos quem seriam ou o que se discutiu na casa de Bhering naquela ocasião. Mas fica claro que mesmo dentre os membros da diocese haviam posições políticas, filosóficas e religiosas divergentes.

Aos poucos delineava-se com muita intensidade a imagem do bispo anticonstitucional, autoritário, intransigente, rodeado por conselheiros e auxiliares intrigantes e que buscavam por todos os meios combater as ideias liberais e seus respectivos divulgadores. O emprego de tais termos possibilitava veicular críticas diretas ao bispo e seus aliados no sentido de uma identificação a uma atuação impopular e arbitrária que corria na contramão daquilo que sintetizava o novo ideário liberal, a liberdade e a Constituição. Bhering não era o primeiro, nem mesmo seria o último a enfrentar a intolerância do bispo e de seus conselheiros. Crescia o sentimento de insatisfação. Sua demissão foi mais um fato marcante que serviu para aprofundar a crise entre os “patriotas”, o bispo e a diocese.

O *Astro de Minas*, periódico de tendência liberal de São João Del Rei, anunciava que o “estúpido *Telegrapho* tem-se visto aflito com o impávido e esclarecido padre Antonio José Ribeiro Bhering, que o tem posto pela rua da amargura”. Os termos empregados demonstram a clara proteção aos “patriotas”, neste caso exaltando a figura de Bhering, o impávido e esclarecido, em oposição ao estúpido e amargurado *Telegrapho*. As “correspondências sisudas, bem meditadas e bem escritas deste Ilustre Eclesiástico impressas no Universal muito o honram”. Bhering é retratado pelo *Astro de Minas* como “o açoite da perversidade e da irreligião” e suas correspondências conseguiam descobrir as “contradições, os crimes e a boçal ignorância dos *Telegraphos* e de seus colegas *Analystas*”. A referência a estes dois periódicos deve-se ao fato de que o *Telegrapho* era visto como um filho, uma continuação do *Analista*, jornal da Corte de forte oposição aos liberais, e cujos membros eram taxados por diversos termos, como corcundas, mandões, velhacos, cativos.¹¹³

Raimundo Trindade, o historiador da diocese de Mariana, também lança mão de termos agressivos e difamatórios para se referir ao padre Bhering. Com expressões humilhantes o descreve como “inditoso sacerdote”, aquele que, a princípio não é ditoso, mas sim um infeliz, desgraçado e desventurado. Embora reconheça que havia sido “ordenado

¹¹² Correspondência assinada por “Um Condiscípulo”. *O Universal*, edição 353 de 16/10/1829.

¹¹³ *Astro de Minas*, edição 304 de 29/10/1829.

após um curso fulgurante”, sugere que pregava a sua “mal digerida doutrina subversiva” dentro dos “muros austeros do velho Seminário”. Reconhecia que Bhering havia feito um curso brilhante, que fora de fato um aluno dedicado e que se sobressaia aos demais, mas criticava duramente a sua atuação lançando mão de termos como “doutrina subversiva”, deixando transparecer a ideia de que seria um tipo de revolucionário, que pregava e executava atos visando à transformação ou derrubada da ordem estabelecida. Ou mesmo que era um agitador, que agia de maneira a perturbar as instituições, que desejava o caos e a anarquia. O mais grave, segundo o autor, é que tal situação se verificava “dentro dos muros austeros do velho Seminário”, local onde havia então pouca ou nenhuma flexibilidade, uma instituição rigorosa, severa, sem luxo, local de opiniões e hábitos bastante rígidos.¹¹⁴

Este “sacerdote infiel e prevaricador”, religioso desobediente, desleal, que supostamente faltava aos seus compromissos – aqui podemos até mesmo pensar o termo “infiel” na linguagem eclesiástica como pagão ou pessoa que não professa religiosamente a fé cristã – estava completamente “empolgado pelas teorias filosóficas que entravam novas e sedutoras na província”. Se entravam “novas e sedutoras na província”, significa dizer que eram atraentes, encantadoras, ou mesmo que poderiam corromper e desviar do caminho tido como certo. Isto leva a uma constatação. Se eram “novas” significa que havia uma relação de dualidade, ou seja, estavam diretamente em oposição às “velhas”, nas quais, então, o trabalho do sacerdote “fiel” deveria se orientar e que representam um ponto chave no debate. O mais grave, segundo o autor, é que Bhering “pregou-as com ardor em suas aulas”. Em suas aulas, em seus sermões e discursos religiosos, portanto, aquelas “teorias filosóficas novas e sedutoras” eram supostamente discutidas de forma acalorada, com muito entusiasmo, energia e paixão.¹¹⁵

Em outro momento, porém, Bhering é retratado por Trindade como um homem de “espírito emancipado e prodigiosa erudição”, sendo este um dos poucos momentos em que relativiza o papel destacado do padre na sociedade e na trama que se desenrolou. Homem de pensamento livre, aberto às novas ideias que circulavam no mundo moderno ocidental, foi posteriormente reconhecido por sua vasta instrução e pela qualidade de erudito. Erudição esta que fora retratada por Trindade como “prodigiosa”, “assombrosa”, “fantástica”, “maravilhosa”, termos estes que representavam uma clara distinção e uma oposição direta a termos como “comum” e “vulgar”. De qualquer forma, seria ele um “enfatuado filósofo”, uma figura arrogante e cheia de si, e que após a demissão teve de propagar as suas ideias e

¹¹⁴ TRINDADE, Raimundo. *Arquidiocese de Mariana...* Op. cit., p.193.

¹¹⁵ TRINDADE, Raimundo. *Arquidiocese de Mariana...* Op. cit., p.193.

exercer a sua “propaganda filosófica e política” em outros cantos. De fato, após a demissão Bhering retira-se para Ouro Preto onde assume outros cursos. Ali, sua cidade natal, seu nome era naquele momento relativamente conhecido, tanto pelo alarde causado pela demissão, como por seu curso em Mariana e seus escritos na imprensa. Ouro Preto e Mariana “fartaram-se em comentar o atrevimento episcopal e o acolhimento dado à vítima da tirania do bispo”. Bhering, afirma Trindade, seria o um indivíduo que “fizera chorar lágrimas escaldantes a D. Frei José”, a quem tinha “amargurado tão cruelmente”.¹¹⁶

Neste momento, por outro lado, Bhering era carinhosamente anunciado como professor recém chegado àquela imperial cidade. O *Universal* recomendava seu curso e também as aulas de língua francesa, numa clara demonstração de afinidade, incentivo e proteção, devido ao posicionamento político e ideológico de Bhering e daqueles indivíduos que dirigiam o *Universal*, órgão de difusão de ideias liberais, de sua pedagogia e local de constantes combates neste sentido. O periódico adiantava então que

ocioso seria assoalhar as qualidades físicas, e morais, que tornam recomendáveis o nosso Ilustre Patrício o Sr. Bhering para que a Mocidade se entregue sem receio à sua direção moral, e científica: o nosso Patrício assaz tem provado seus conhecimentos, seu bom método de ensinar e sua conduta Civil, e Religiosa, pelo grande número de alunos, que frequentaram com proveito sua aula em Mariana.¹¹⁷

A demissão, como era de se esperar, contribuiu para agravar ainda mais o conflito entre os dois grupos, acentuando as suas diferenças, mas também, contribuindo para forjar suas respectivas identidades. Bhering, no entanto, não deixou de ser alvo dos escritos do *Telegrapho*. Este, segundo Bhering, pretendia claramente difamar e justificar a arbitrariedade e a injustiça praticada contra ele. O *Telegrapho* afirma que a demissão estaria diretamente ligada às heresias e pregações supostamente contrárias à religião. Bhering sai em sua própria defesa publicando um novo artigo no *Universal* onde relata um incidente curioso, relativo às interpretações filosóficas entre ele, um discípulo e o bispo, e que seria um dos momentos de atrito.

Um meu discípulo não percebendo a minha explicação sobre a impecabilidade de Deus, divulgou uma impiedade na minha doutrina. S.

¹¹⁶ TRINDADE, Raimundo. *Arquidiocese de Mariana...* Op. cit., p.193,194 e 338.

¹¹⁷ *O Universal*, edição 360 de 02/11/1829.

Exa. Rma., que ainda tinha os olhos fechados às luzes do Telegrafo, chamando-me exigiu de mim explanação da minha doutrina, o que prontamente executei na presença do Sr. Fr. Antonio: mereci que S. Exa. apoiasse os meus sentimentos ortodoxos, e elogiasse a minha docilidade às suas advertências.¹¹⁸

Bhering parece indicar a suposta compreensão por parte do bispo em relação ao ocorrido, pois este teria admirado sua disposição em comparecer ao palácio episcopal para esclarecer as divergências filosóficas que haviam ocorrido em sua aula. Bhering parece buscar preservar a figura do bispo no que diz respeito à sua demissão, pelo menos é o que o texto indica inicialmente. Aliás, como foi dito no início do capítulo, sua relação com o bispo parece ter sido respeitosa e até mesmo amigável, em oposição ao que ocorria com o redator do *Telegrapho* e outros membros da diocese. De qualquer forma, com o passar do tempo as coisas mudaram e esta relação foi profundamente abalada. Também com Frei Antonio, seu professor e figura importante do Seminário, a relação parece ter sido relativamente boa. Bhering afirma que este teria saído em sua defesa, relatando ao bispo que “muitas vezes os discípulos por inadvertência, ou desatenção às dissertações dos mestres, atribuíam a estes impiedades por ortodoxias, como muitas vezes lhe aconteceu durante o tempo em que ocupou a cadeira de Filosofia”.¹¹⁹

Este acontecimento relativo às doutrinas religiosas, ortodoxas ou heterodoxas, divulgadas nas aulas do professor Bhering, parece ter sido esclarecido e contornado sem maiores consequências. Ao menos é o que sugeriu Bhering, indicando que o bispo, “convencido dos meus sentimentos religiosos ordenou-me que no dia seguinte me explicasse com mais clareza, e repreende-se severamente aos meus discípulos, por divulgarem doutrinas heterodoxas debaixo do meu nome: o que em pronto satisfiz”. Este era o fato analisado pelo redator do *Telegrapho* e combatido por Bhering neste artigo em que dava por testemunhas Frei Antonio e o próprio bispo. “Em matéria de religião nada mais houve, que me conduzisse ao Palácio Episcopal; para ser advertido, ou interrogado”.¹²⁰

No entanto, seu artigo vai além, trazendo novos elementos para a discussão. Ele se perguntava se, na hipótese de ensinar heresias em suas aulas, teria ficado obstinado após ser corrigido pelo bispo. Imediatamente em seguida ele mesmo respondia que não, mas a pergunta era direcionada cuidadosamente ao público leitor e ao redator do *Telegrapho*, a quem Bhering combatia diretamente no artigo.

¹¹⁸ Artigo de Bhering. *O Universal*, edição 357 de 26/10/1829.

¹¹⁹ Artigo de Bhering. *O Universal*, edição 357 de 26/10/1829.

¹²⁰ Artigo de Bhering. *O Universal*, edição 357 de 26/10/1829.

Na hipótese, que eu ensinasse heresias, não pediam a justiça, e a prudência, que fossem examinadas estas heresias, para no caso de nascerem da fraqueza de meu entendimento, ser eu instruído, e no de procederem da vontade, ser não só despedido do Seminário, mas ate privado do uso de ordens depois de formado o processo?¹²¹

Seu texto intencionalmente demonstra certa posição de submissão, de obediência aos superiores, características da hierarquia religiosa. Tal posição fica clara quando afirma que deveria ser instruído se supostamente estivesse ensinando heresias em suas aulas. Ao mesmo tempo, suas afirmações demonstram certo sentimento de indignação e de frustração em relação ao ocorrido. Sugerindo que, caso tivesse cometido alguma heresia – e caso estas supostas heresias fossem fruto de sua vontade e não da fraqueza de seu entendimento – fosse ele demitido e também privado do uso das ordens religiosas. Para fomentar sua crítica novamente lançou mão de exemplos e experiências históricas e, dirigindo-se ao Sr. J. C. (José Cortes), complementa sua argumentação desmoralizando este senhor e supondo a sua completa ignorância em relação à história eclesiástica.

Se J. C. tivesse lido a História Eclesiástica de Fleury, de Racine, e mesmo de Ducreux, acharia, que a Igreja lançou sempre mão dos meios da docilidade, para chamar ao seu grêmio os hereges mais obstinados, e só os castigava com todo o rigor da Lei, quando se mostravam obstinados. É para lamentar, que não ressuscite esse tribunal primogênito de Inocêncio 3º, que não se acendam em nome de Deus da Paz essas fogueiras, em que se assavam as carnes humanas para deleite do sensual, do brutal olfato dos Déspotas, e dos Bonzos! J. C. me acusaria; e quantos lançariam lenha na voraz pira! Porém: passem com o cheiro. Morreu para sempre este infame Tribunal.¹²²

O trecho acima trás uma referência interessante, a crítica de Bhering ao “infame” Tribunal do Santo Ofício e ao papado de Inocêncio III, no final do século XII, período em que houve grave perseguição a povos e indivíduos tidos como hereges, dentre os quais muitos sofreram a cruel pena de morte em fogueiras, sendo incendiados em praças públicas. Bhering, então, se colocava publicamente nesta posição incômoda de perseguido e supunha que seus adversários, ligados ao bispo, teriam de aceitar e lamentar o fim daquele período em que se “assavam as carnes humanas”. A relação com o Tribunal do Santo Ofício é ainda mais interessante quando se pensa que este tinha não apenas o papel de perseguir, julgar e punir

¹²¹ Artigo de Bhering. *O Universal*, edição 357 de 26/10/1829.

¹²² Artigo de Bhering. *O Universal*, edição 357 de 26/10/1829.

fisicamente, mas também moralmente. A perseguição aos indivíduos tidos como hereges configurou uma busca pelo extermínio de ideias, daqueles que pensavam de um modo diferente. A passagem deixa implícita a ideia de que as perseguições por parte da Igreja ainda eram praticadas contra os que, naquele Brasil do século XIX, lutavam pela Constituição, por suas liberais garantias e também pela liberdade de pensamento.¹²³

Por outro lado, verifica-se uma discussão de caráter essencialmente filosófico, e que estava no cerne das motivações de sua demissão. Quando assume a cadeira de Filosofia no Seminário, Bhering parece lecionar uma outra filosofia, onde se pode reconhecer as suas preferências. Esta outra filosofia teria um caráter essencialmente iluminista, racionalista, uma filosofia da razão que propunha justamente a reflexão, o pensar. Estas “novidades filosóficas” – novidades talvez para o Seminário – estavam, obviamente, desalinhadas com o que esperavam seus superiores, pois a filosofia ensinada ali anteriormente, provavelmente se aproximava da filosofia tomista de São Tomás de Aquino, dogmática, onde os dogmas da fé eram quase inquestionáveis. Esta filosofia supostamente ensinada por Bhering, não agradou, de forma alguma, ao reitor do Seminário e ao bispo, e contribuiu para a sua demissão.

Outro tema importante gerou muito atrito e se tornou um ponto de divergência entre “patriotas” e “telegráficos”. Neste tema em especial, que se arrastaria por muitos anos após a demissão, Bhering tinha importante contribuição a dar em função de sua passagem pelo Seminário. Trata-se da discussão em torno da propriedade do mesmo por parte da diocese. No artigo em que defendeu a demissão, J. C. se referiu ao Seminário como “casa alheia, dando a entender que é do Sr. Bispo”. Bhering o questiona informando que o bispo pagava 200\$000 réis anuais ao Seminário pelo aluguel do Palácio Episcopal, onde morava, e afirmava que um proprietário não paga aluguel de seu próprio imóvel. Logo o Seminário não era propriedade do bispo. Sua afirmação parece mais uma vez isentar a pessoa do bispo dos temas discutidos, mas pode indicar também a intenção de gerar atrito entre o redator do *Telegrapho* e o próprio bispo. Bhering afirmava: “o Seminário Sr. J. C., é do Público: o doador, que mimoseou o Público com prédios rústicos, e urbanos, que formam o patrimônio do Seminário, teve por fim na sua doação o bem Público, e não a opulência da mitra”.¹²⁴

Bhering atacou com veemência a figura do Sr. J. C. e suas arguições publicadas no *Telegrapho*. No mesmo artigo colocou em debate outro tema relativo aos atestados

¹²³ O professor doutor Ivan Aparecido Manoel (UNESP/Franca), esclarecendo alguns pontos do referido artigo escrito por Bhering, sugere, dentre outras questões, que o termo “Bonzos” utilizado nesta passagem se refere aos budistas, dentre os quais havia a prática de atear fogo ao próprio corpo como espécie de punição.

¹²⁴ Artigo de Bhering. *O Universal*, edição 357 de 26/10/1829.

conferidos pelos professores aos seus alunos após a conclusão dos respectivos cursos. J. C. dizia que “um atestado do Sr. Bhering nada vale”. A discussão estava relacionada ao fato de alguns estudantes darem continuidade aos estudos nos cursos jurídicos do Império. Bhering desconstruiu as afirmações de J. C. e aproveitou para ridicularizá-lo em relação às suas contradições e desconhecimento dos fatos, lembrando que a utilização do termo “universidade” era um grande equívoco. “Os Estatutos, pelos quais se regem os Cursos Jurídicos (Universidade não há no Brasil, Sr. J. C.) de S. Paulo e Olinda determinam que não sejam admitidos a exame aqueles estudantes, que não apresentarem atestados dos seus respectivos mestres”. Informa ainda que, por portaria do Ministro do Império, dirigida aos diretores daqueles cursos, se afirmava esta condição.¹²⁵

Mas parecia haver dúvida sobre os atestados passados por professores particulares, aqueles que lecionavam em suas residências, algo muito comum naquele momento e condição em que se encontrava Bhering após a demissão. Com base na portaria do Ministro do Império e nos Estatutos dos cursos jurídicos, Bhering questionava:

Diga-me Sr. J. C. Um estudante, que não frequentar as Aulas Públicas, não poderá ser admitido à exames; porque as atestações dos Mestres Particulares nada valem? Onde aprendeu vm. que as palavras = mestres respectivos = dos Estatutos e da portaria = signifiquem = professores pagos pela Fazenda Nacional? Se a minha atestação nada vale, porque razão os meus discípulos, que residem em S. Paulo não foram admitidos a exame sem a minha atestação? [...] É para admirar que não valendo nada o meu atestado, tenham concorrido jovens de toda a província no número de 80 para cima a ouvirem minhas explicações, e instarem pelos meus atestados; e valendo tudo um atestado do Sr. Fr. Paulo corroborado de Diplomas, não apareça na sua aula franca do Pão Doce um só que se queira aproveitar de tão valioso atestado.¹²⁶

A interpretação que Bhering faz dos referidos documentos é que a expressão “mestres respectivos” não fazia distinção entre professores pagos pela Fazenda Nacional e aqueles professores particulares. E para realçar sua arguição fez uma comparação entre o seu curso, que teria mais de oitenta alunos, e o esvaziado curso público do Sr. Frei Paulo da Conceição Moura, figura ligada a membros do *Telegrapho*.

Em seguida outro artigo interessante é publicado no *Universal*. Embora apresente algumas características da escrita argumentativa e filosoficamente estruturada de Bhering, e

¹²⁵ Artigo de Bhering. *O Universal*, edição 357 de 26/10/1829.

¹²⁶ Artigo de Bhering. *O Universal*, edição 357 de 26/10/1829.

sendo assinado pelas iniciais A. J. R., não podemos confirmar a autoria. No entanto, suspeitando que seja um texto seu, pelo estilo, pelos temas tratados e também pelo fato de que estas iniciais já haviam sido utilizadas para se referir a ele, sua análise é importante. Outro elemento trás indícios de que Bhering poderia ser o autor. A interessantíssima relação que estabelece entre o escritor público e o deus grego Argos, o gigante de cem olhos, fiel servidor de Hera, cuidadosamente escolhido para dar nome ao periódico que Bhering fundou ainda naquele ano.

O autor deste artigo estabeleceu uma comparação com a mitológica figura de Argos, que deveria “velar sobre os direitos, propriedades, e liberdades, dos seus compatriotas”. O texto desenvolve uma discussão muito interessante sobre as dificuldades enfrentadas pelo escritor liberal para expor suas ideias frente à sociedade e sobre as formas de recepção destas ideias gerada nos leitores, com suas respectivas frustrações, indignações, expectativas, assim como o orgulho e a satisfação. Criticou duramente o papel representado pelos escritores “vendidos ao poder”, pelas “penas vendidas ao ministério” ou ainda pelos “adversários da Constituição”. Relatou, ainda, o conflito estabelecido na imprensa, pontuando o papel de diferentes periódicos do Império e suas respectivas posições políticas.¹²⁷

Após a demissão Bhering foi lecionar na cidade de Ouro Preto, onde criou-se um curso público de Filosofia Racional e Moral¹²⁸ e outro de língua francesa. A abertura destes cursos é parte dos esforços de alguns “patriotas” que tiveram tal iniciativa em função da situação lastimável em que se encontrava a mocidade mineira, no que se refere à sua educação e, obviamente, em afronta ao ato do bispo contra o jovem filósofo “patriota” Bhering. Eles bancariam o pagamento do professor e os cursos seriam dados gratuitamente, o que representa um claro esforço de levar a cabo a pedagogia liberal e reforçar o seu projeto político, já que Bhering era tido como uma promessa daquele “partido” e um mestre dedicado ao ensino da mocidade. Estes esforços se davam ainda como parte das

¹²⁷ Artigo publicado na seção “Interior” do *Universal*, edição 359 de 30/10/1829. Embora não seja possível confirmar a autoria do texto, os indícios levam a pensar em Bhering. Pouco tempo depois de publicado este texto começou a circular um novo periódico, *O Novo Argos*, cujo redator era o próprio Bhering. O título do jornal, como indicado acima, era uma referência direta ao deus grego Argos Panoptes.

¹²⁸ O curso de *Filosofia Racional* que Bhering organizou em Ouro Preto já indicava uma clara oposição aos estudos de Dogmática ensinados no Seminário. A racionalidade estava intimamente ligada à argumentação, à construção de um pensamento livre por meio da lógica, do pensamento discursivo. Tal filosofia indica uma ligação direta com o pensamento iluminista, como fica claro, posteriormente, com a indicação dos compêndios utilizados por Bhering em seus cursos. O dogma, por outro lado, não admitindo contestações, questionamentos, bloqueia a liberdade de pensamento, pois se apresenta como verdade absoluta, especialmente no catolicismo onde é visto como algo revelado, divino.

comemorações do casamento de D. Pedro I e D. Amélia, realizado em 17 de outubro daquele ano de 1829. Os “patriotas” esclareciam:

Costume foi sempre muito louvável entre todos os povos civilizados antigos, e modernos, recomendarem à posteridade, já por meio de Monumentos perduráveis, e já pelo de Instituições úteis, a memória de quaisquer acontecimentos notáveis, que influindo diretamente na felicidade da Associação política; por isso mesmo deve ser eternizada. Guiados por este virtuoso sentimento, alguns Patriotas Ouro-pretanos, verdadeiros Amigos do Imperante e da Constituição, exultando de prazer e entusiasmo pelo faustíssimo Consorcio de S. M. o nosso Adorado Imperador; e ao mesmo tempo abraçados do amor da Pátria, que acendendo em seus peitos um santo lume, lhes faz lastimar o mau fado, que tem sempre obstado ao progresso das luzes na Capital da importante Província de Minas Gerais. [...] se propõem estabelecer, a expensas suas, nesta Imperial Cidade do Ouro Preto, um curso de Filosofia Racional, e Moral, e de lições da Língua Francesa, a que presidirá o já bem conhecido Sr. Padre Antonio José Ribeiro Bhering, que acaba de lecionar nestes ramos com feliz sucesso no Seminário Marianense.¹²⁹

O redator do *Universal* louva a iniciativa dos “patriotas” de Ouro Preto e associa a abertura de um curso público à civilidade e modernidade. Aquela patriótica empreitada representava um monumento perdurável, uma instituição útil e que certamente proporcionaria a “felicidade da associação política”. Aquele “amor da Pátria” fazia lastimar o “mau fado”, a má sorte, representada, provavelmente, pelas atitudes tidas como despóticas do bispo no que dizia respeito à instrução da mocidade. Por isto mesmo a abertura de um curso de “Filosofia Racional”, como mencionamos anteriormente, e não por acaso, de aulas gratuitas de Língua Francesa, justamente a língua mais associada às luzes, à filosofia, à liberdade, igualdade e fraternidade.

Bhering segue, então, com o ofício de escritor público em plena ascensão. Neste momento publica uma resposta ao padre mestre Frei Paulo, a quem teria incomodado com artigo anterior, em cujo texto o redator do *Universal* havia inserido uma nota explicativa onde ironizava a figura de Frei Paulo. A polêmica girava em torno da negativa dada pela Câmara – ao que tudo indica de Ouro Preto –, baseada no regimento do Conselho de Governo da província, para que o tal frei recebesse seu ordenado de professor. O frei residia em uma chácara distante de Ouro Preto, o que levava a crer que não estivesse lecionando no

¹²⁹ Artigo “Em Memória do dia 17 de Outubro”. *O Universal*, edição 360 de 02/11/1829.

curso de Filosofia daquela cidade. Tal argumento somava-se a outros que buscavam desqualificar seu curso.

Bhering e o redator do *Universal* diziam que o curso do frei tinha entrada franca, ironizando a suposta falta de alunos e de interesse para com o mesmo. Frei Paulo, diante desta situação, vociferava “contra todos aqueles a quem sua esquentada fantasia supõe motores dos seus desarranjos”. Ele é retratado como uma figura arrogante e interesseira por Bhering. Este, possivelmente decepcionado com a experiência da demissão, dizia ter sido convidado pelo frei para ser seu substituto no referido curso. Tal convite teria ocorrido “no dia 14 de setembro na capela das Almas perante muitos eclesiásticos e seculares”. Em outra ocasião Bhering teria sido novamente assediado, mas “neste tempo sabia muito bem o Sr. Frei Paulo de toda a intriga manejada para a minha demissão e já tinha ouvido que eu era herege; mas como a minha substituição concorria para o vencimento do seu ordenado, não servirão de óbice ao Sr. Fr. Paulo minhas inventadas heresias”. Aproveitando-se da situação e dirigindo-se diretamente a ele, Bhering ironizava: “Irmão, Deus o favoreça, bata noutra porta, veja se algum telegráfico o obsequie com algum discípulo”. E finaliza a correspondência dando razão à Câmara por não dar atestação ao frei e louvando aos pais de família que “não querem que seus filhos tenham o juízo que os professores deram ao Sr. Fr. Paulo”.¹³⁰

Logo em seguida Bhering faz publicar no *Universal* o plano de trabalho e o cronograma dos cursos de Filosofia Racional e Moral e de Língua Francesa, onde seriam “admitidos gratuitamente todos aqueles mancebos, que se quiserem aproveitar das suas explicações sobre tão vantajosa ciência”. O curso de Filosofia estaria baseado nos “compêndios de Genuense, e de Job, adicionando os pensamentos dos mais abalizados filósofos”, e seria dado todas as manhãs.¹³¹ Observe-se que Bhering propunha para seu curso os textos de importantes autores da Ilustração, como é o caso de Antonio Genovesi, ou Genuense como era conhecido, cujas obras, segundo Luiz Carlos Villalta, não figuravam na biblioteca do Seminário de Mariana.¹³² Tal fato evidencia as suas inclinações intelectuais e a incompatibilidade de ideias com o programa de estudos do Seminário, que certamente influenciaram na sua demissão.

¹³⁰ Correspondência de Bhering. *O Universal*, edição 363 de 09/11/1829.

¹³¹ Anúncio de abertura do curso do padre mestre Bhering em Ouro Preto. *O Universal*, edição 364 de 11/11/1829.

¹³² VILLALTA, Luiz Carlos. “Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *As Minas setecentistas*, 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. (História de Minas Gerais)..... Neste texto o autor analisa a composição da biblioteca do Seminário de Mariana, em cujo levantamento realizado, foi possível verificar que não figuravam ali os autores escolhidos por Bhering, tidos por Villalta (p.304) como autores “da Ilustração”, para seu curso de Filosofia Racional e Moral.

No período da tarde o padre pretendia “expendere algumas ideias sobre a língua francesa pelo compêndio do “bem conceituado” Lhomond.¹³³ Bhering oferecia a sua casa a “todos os jovens que não tiverem nesta cidade os preciosos cômodos, com tanto, que concorram com alguma pensão módica; porém proporcionada à carestia dos víveres para sua mesada unicamente”. Este novo projeto profissional permitiu a Bhering manter-se vinculado ao ensino da juventude mesmo após sua demissão. Assim, este novo “estabelecimento”, segundo as palavras do próprio Bhering, “inspirado pelo Amor da Pátria, e consagrado a memória do feliz consórcio de SS. MM. II., todo se dedica à ventura da mocidade mineira”.¹³⁴

Portanto, como vimos, demitido e ressentido com a aparente “tirania do bispo”, Bhering lançou-se com afinco na carreira de escritor público e continuou a investir na educação de jovens, mas de acordo com Trindade, também “deu-se furiosamente à pregação e profanou os púlpitos da cidade com as orações mais aberrantes do ministério de orador sacro”. A partir deste momento ele teria se exaltado publicamente, segundo o autor, amparado por uma importante ferramenta conferida aos sacerdotes, a pregação e divulgação do evangelho, uma das missões fundamentais dos representantes da Igreja. Suas orações seriam, na visão de Trindade, as mais anômalas, aquelas que supostamente se desviavam do que era tido como normal, mas de qualquer forma, como ele mesmo colocou, faziam parte do ministério de orador sacro. Ou seja, ele tinha permissão para pregar e refletir sobre suas orações junto a seus fieis, mas estaria atuando com desprezo para com o sagrado, profanando, ridicularizando, maculando o ato de pregar em seus discursos pelos púlpitos da cidade. Desta forma ele teria profanado “a cadeira evangélica da igreja de Antonio Dias”. Em uma atitude extrema o bispo, então, “embargou-lhe a pregação”, numa tentativa radical de calar o empolgado padre e conter os sucessivos ataques.¹³⁵ Bhering recorreu a esta imposição, mas o bispo se perguntava:

Quem hoje dará crédito às verdades que anunciar ao povo o recorrente, tendo-o ouvido profanar a Cadeira Evangélica da igreja de Antonio Dias, no dia das eleições, [...] revoltando os eleitores a não confiarem no depositário do Poder e Autoridade do Senhor, e a chamar o povo a escolher para

¹³³ Tudo leva a crer que Bhering se referia aos estudos do abade francês Charles François Lhomond (1727-1794), educador e grande estudioso da sua língua e da gramática, assuntos sobre os quais dedicou seus estudos e publicou obras de referência.

¹³⁴ Anúncio de abertura do curso do padre mestre Bhering em Ouro Preto. *O Universal*, edição 364 de 11/11/1829.

¹³⁵ TRINDADE, Raimundo. *Arquidiocese de Mariana...* Op. cit., p.194.

deputados homens imorais, só porque o moviam as opiniões filantrópicas ou subversivas da boa ordem?¹³⁶

Esta nova tentativa de desmoralizar e neutralizar o padre parece ter apenas agravado o conflito entre ambos e, respectivamente, entre os “patriotas mineiros” e os “inimigos do filosofismo destruidor” ou “telegráficos”. Além do embate na imprensa, as circunstâncias ganharam uma nova roupagem, pois Bhering entrou para o governo a partir de onde prosseguiu duelando com o bispo. Os homens imorais a que se referia o bispo eram exatamente “o padre e a grei que o apoiava”, os liberais, o partido ou sociedade, que naquele momento travava uma batalha na imprensa, nas assembleias e nas ruas para conquistar uma representação maior na província e nas eleições gerais. Não por acaso, no referido dia das eleições Bhering se dirigia com entusiasmo ao público, pois era preciso “transformar as eleições em um acontecimento importante, decisivo, reunir todos os meios para lhe conferir o caráter de um grande drama social, apaixonado e apaixonante”.¹³⁷

A utilização dos mais variados termos, de expressões metafóricas e de conceitos, assim como a criação de imagens e símbolos presentes neste vigoroso embate, tinham a intenção de suscitar a desconfiança no partido ou grupo adversário. Havia, como se referiu Iara Lis Schiavinatto, analisando aspectos da humilhação entre a memória e o esquecimento, uma certa dependência em relação ao grau de dramaticidade que se empregava para despertar a energia e a paixão no público.¹³⁸ Neste sentido, como bem ressaltou Ansart, a própria hostilidade era uma forma de persuasão política, de provocar emoção no público, motivo pelo qual, no dia da eleição, quando estavam reunidos os eleitores no recinto da Igreja, os “patriotas” teriam instigado a desconfiança em relação à autoridade do bispo e defendido o voto nos candidatos liberais.

Os conceitos tiveram importância primordial dentro do jogo político. Além de representarem claramente um objeto de disputa política, configuravam ainda uma linguagem específica por meio da qual se formulavam identidades. Eram utilizados com intuito de construir e desconstruir imagens, de forjar argumentos e discursos que buscavam refletir sobre figurações identitárias, de embasar projetos e ações coletivas, assim como de demarcar posições políticas, ideológicas, religiosas. Tais conceitos, no entanto, eram

¹³⁶ TRINDADE, Raimundo. *Arquidiocese de Mariana...* Op. cit., p.338.

¹³⁷ ANSART, Pierre. “Mal-estar ou fim dos amores políticos?” *História & Perspectiva*, n. 25 e 26, Uberlândia, jan./jul. 2002, p.55-80, citação p.74.

¹³⁸ SCHIAVINATTO, Iara Lis. “Entre risos e imagens: a humilhação entre a memória e o esquecimento”. In: MARSON, Izabel & NAXARA, Márcia (orgs.). *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p.365-384.

associados a seus respectivos opostos, sendo necessário explorar sua performance. Em relação a Bhering, por exemplo, aparecem nas fontes os mais variados termos, expressões e conceitos, cuja adoção dependeu, obviamente, de quem os empregou. Termos e qualidades como desbocado, combativo, revoltoso, imoral, inditoso, incendiário, subversivo, herege, se opunham a outros como inteligente, talentoso, ilustrado, esclarecido, laborioso, competente, intrépido, patriota.

A demissão do cargo de professor do Seminário, por fim, trouxe consequências importantes e que marcaram sensivelmente a atuação política e intelectual de Bhering. A publicidade dada ao caso e o sentimento de indignação gerado no seio dos “patriotas”, de seus alunos, assim como na opinião de suas respectivas famílias, refletiam a instabilidade social e política presente na capital da província e também nas relações religiosas na sede do bispado. Havia uma clara divisão naquela sociedade e Bhering, cuja origem humilde, sem parentes importantes e sem posses, não permitia muitas possibilidades de ascensão social, foi de certa forma amparado e protegido pelo grupo ao qual se ligou. Mas isto provavelmente tenha sido fruto de sua personalidade disciplinada, determinada, perseverante e do fato de ter se destacado como uma jovem promessa no ensino da mocidade mineira. Assim, sua atuação enquanto escritor público contribuiu para consolidar a erudição do jovem filósofo, e vice-versa, frente aos seus conterrâneos e foi fundamental para a divulgação mais ampla de seu nome entre os mineiros, o que por sua vez o levou a alcançar diferentes cargos eletivos. É neste sentido que vimos a demissão como um momento chave que mudou o rumo dos acontecimentos e forjou a sua carreira de homem público.

O ano de 1829, então, foi um ano emblemático do conflito, momento chave para a compreensão das posições tomadas posteriormente por muitos dos indivíduos envolvidos nesta trama. Diante dos muitos acontecimentos relevantes ocorridos naquele ano, uma marca indelével ficou gravada na memória de muitos, condicionando tendências, aproximações e afastamentos, com certo destaque, no cenário local de Mariana e de Ouro Preto, para projeção e atuação política e intelectual do padre Bhering.

A frase *Feliz o tempo, em que se diz o que se pensa, e se pensa o que se quer*, nos parece representar, o início deste longo e renhido embate que fora travado em torno dos diferentes sentimentos em relação à pátria e Nação. Da busca por garantir a liberdade de expressão, como da negação da mesma; da conformação de um espaço verdadeiramente público, da afirmação da legalidade e constitucionalidade das ações, no qual foram sendo questionados os posicionamentos conservadores do bispo, uma vez a maior autoridade da

diocese. Não deixamos de observar a possibilidade de ter havido uma grande ironia com relação às perseguições contra a divulgação de certas ideias e de certos posicionamentos. Ironia no sentido de que as perseguições representaram um momento de grande aprendizado para Bhering, tanto na carreira de professor, no entendimento dos jogos e das disputas políticas estabelecidas, bem como na divulgação de seu nome pela província, aspecto imprescindível para sua futura projeção política, tanto quanto no universo representado pela imprensa periódica, como escritor público, e das implicações advindas da função.



Do Estreito de Bering ao Estreito de Magalhães

1.

O Novo Argos arregala seus olhos americanos

A 10 de novembro de 1829 saiu à luz o *Novo Argos*, periódico “redigido pelo reverendo Antonio José Ribeiro Bhering, e tanto basta para se crer, que temos mais um campeão das liberdades pátrias, pronto a arrostar todos os perigos, com tanto que de tão graves sacrifícios resulte qualquer bem à Sociedade”. Assim era esperançosamente anunciada a nova folha pelo *Universal*, um de seus principais aliados das fileiras liberais.¹ O *Astro de Minas*, outro “campeão das liberdades pátrias”, anunciava a nova folha como um “Periódico Constitucional e bem redigido” e afirmava ainda: “dizer que o Sr. Bhering é o seu redator, é o maior elogio que podemos fazer a nova folha”.² Já o redator do *Farol Paulistano*³ teceu elogios às ideias e intenções apresentadas pelo redator do *Novo Argos* que, “mostrando grande amor ao Sistema Monárquico-Constitucional Representativo, a par de mui sãs ideias

¹ *O Universal*, edição 365 de 13/11/1829. Nos *Anais da Biblioteca Nacional*, volume 117, ano 1997, p.180, encontramos a informação de que Bhering era o “Diretor” do *O Novo Argos*, tendo sido substituído em 30/04/1830 por Herculano Ferreira Pena, que por sua vez foi substituído pelo padre José Antonio Marinho em 22/06/1834.

² *Astro de Minas*, edição 316 de 28/11/1829.

³ O *Farol Paulistano* teve sua primeira edição publicada em 7 de fevereiro de 1827 e é tido como o marco inicial da imprensa periódica paulista. Como o próprio nome deixa claro, pretendia iluminar e esclarecer o povo. Neste sentido, foi um dos mais importantes instrumentos de mobilização, debate e divulgação do liberalismo moderado que seguia. Seu proprietário e redator era José da Costa Carvalho (marquês de Monte Alegre) que, oriundo da Bahia se estabeleceu em São Paulo, onde fez parte do Conselho da Presidência, Conselho Geral e foi nomeado presidente daquela província em 1842. O jornal foi impresso primeiramente na *Tipografia de Roa & Cia*, adquirindo depois oficina própria denominada *Tipografia do Farol Paulistano*. Circulou até meados do ano de 1831, quando surgiu o *Novo Farol Paulistano*. Ver artigo “O Farol Paulistano” disponível no site da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional* acessado em 18/05/2015. <http://bndigital.bn.br/artigos/o-analista/>

acerca da índole do mesmo sistema, dos deveres e direitos dos cidadãos”, prometia “instruir o público com artigos já extraídos dos melhores publicistas, já das outras folhas liberais”. O redator do jornal paulista elogiava ainda a atitude do redator do *Novo Argos* e convocava “a todos os amigos da Liberdade que o auxiliem na sua assaz penosa tarefa”, encerrando sua breve análise dizendo que “merece muito ser lido o *Novo Argos*”.⁴

Em sua primeira edição o *Novo Argos* trás, na página de abertura, uma citação em francês do abade De Pradt⁵ (“Le genre humain est en marche, et rien ne le fera retrograder”), de quem Bhering era leitor e cujas ideias influenciaram seu pensamento e sua atuação. Conhecia bem a língua francesa, que lecionou por muitos anos e que era muito presente em seus textos, assim como as citações em latim. Bhering reproduzia longos trechos das obras de De Pradt que ocuparam seguidas edições do periódico. Esta, assim como outras preferências, dão indicativos importantes das referências literárias, políticas e filosóficas do redator do *Novo Argos*.

De Pradt, assim como seu conterrâneo o abade Raynal⁶, traçou prognósticos a respeito das emancipações no continente americano, defendendo que não apenas a América espanhola, mas também a portuguesa, iria se emancipar da metrópole europeia. “Os livros do abade De Pradt eram praticamente obrigatórios nas bibliotecas dos homens de letras e da política das três primeiras décadas do Oitocentos no Brasil”, afirma Marco Morel. Não por acaso Bhering abria seu novo periódico com uma citação deste teórico, dando indícios importantes a respeito do caminho a ser trilhado pela folha. Morel sugere que De Pradt era “considerado ao mesmo tempo discípulo e demolidor de Raynal: podemos dizer que este era

⁴ Trecho extraído do jornal *Farol Paulistano* e reproduzido pelo *Universal* em sua edição 398 de 01/02/1830.

⁵ Dominique-Georges-Frédéric De Pradt (1759-1837) foi arcebispo de Malines e deputado do clero da Normandia nos Estados Gerais franceses. Durante o período revolucionário na França De Pradt converteu-se numa liderança contrarrevolucionária em função de seu posicionamento monarquista. No entanto, ocuparia depois importantes cargos no período napoleônico, sendo nomeado embaixador da França em Varsóvia. Publicou diversas obras entre 1801 e 1827 cujos impactos foram sentidos tanto no Velho como no Novo Mundo. A citação encontra-se publicada em *O Novo Argos*, edição 01 de 10/11/1829. Para maiores informações consultar os seguintes autores: PIMENTA, João Paulo Garrido. “De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da ideia de emancipação da América e sua leitura no Brasil”. *Almanack Brasileiro*. São Paulo, n.11, p.88-99, mai. 2010. MOREL, Marco. “Independência no papel: a imprensa periódica”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005. ELORRIAGA, Manuel Aguirre. *El abate De Pradt en la emancipación hispanoamericana (1800-1830)*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 1983.

⁶ Guillaume Thomas François Raynal (1713-1796), o afamado abade Raynal, foi um jesuíta e filósofo francês, considerado um dos pensadores clássicos do Iluminismo. Suas obras acabaram por influenciar decisivamente os processos de independência no continente americano, tendo sido geradoras de diferentes movimentos de revolta e insatisfação naquele período. Raynal previu que o hemisfério norte do continente americano iria se desligar do Velho Mundo, o que de fato ocorreu com a Independência das colônias Inglesas (EUA). Em 1770 publicou sua *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes*, que teria se tornado um best-seller da época. Em seus estudos analisou também a complexa situação das colônias portuguesas na América. Ver PIMENTA, João Paulo Garrido. “De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da ideia de emancipação da América e sua leitura no Brasil”. *Almanack Brasileiro*, n.11, p.88-99, São Paulo, maio de 2010.

um dos filósofos iluministas do século XVIII, ao passo que aquele estava mais em sintonia com os liberalismos do século XIX”.⁷

Desde as décadas finais do século XVIII o mundo ocidental vinha se transformando com o surgimento de obras que traziam consigo novas teorias e que possibilitaram a formação e ampliação dos espaços de reflexão. Ao mesmo tempo, novas experiências foram vivenciadas naquele período, demonstrando não apenas a possibilidade de rompimento entre o Novo e o Velho Mundo, mas principalmente, abrindo caminho para se pensar sua inevitabilidade e sua possível benignidade para os americanos. Neste sentido, as divergências entre De Pradt e Raynal se davam, genericamente, em relação às formas de rompimento entre metrópoles e colônias. De Pradt, baseado em certa metáfora biológica, entendia o processo de desenvolvimento das colônias como o dos seres humanos, cujo amadurecimento geraria uma separação negociada com a metrópole. Assim, criticava Raynal pelos excessos em relação aos processos ocorridos em fins do XVIII.

Raynal é considerado um dos inspiradores da Revolução Francesa e suas obras, publicadas a partir da década de 1770, aportaram na América portuguesa junto com experiências históricas intensas e marcantes, que geraram questionamentos importantes, como a independência dos EUA em 1776, a Conjuração Mineira e a Revolução Francesa em 1789, e os acontecimentos no Haiti a partir de 1791. Em seguida a “experiência hispano-americana”, como denominou João Paulo Garrido Pimenta, com os rompimentos seguidos das ex-colônias espanholas com sua metrópole, também tiveram impacto no mundo luso-americano. Já De Pradt, em 1817, publica em Paris duas importantes obras – *Des colonies et de la révolution actuelle de l’Amérique* e *Des trois derniers mois de l’Amérique et du Brésil* – cujos “prognósticos se fizeram intensamente presentes nos espaços públicos de discussão política luso-americanos e seu nome cada vez mais uma referência positiva”, neste caso, para aqueles indivíduos que acreditavam nos benefícios do rompimento entre Brasil e Portugal.⁸

A importância de tais obras no processo de emancipação das diferentes partes do continente americano é que seu impacto fomentou diretamente o surgimento e fortalecimento de espaços públicos de discussão. Neste sentido, os diferentes escritos doutrinários e programáticos lançavam luz sobre os possíveis destinos do Novo Mundo, fazendo com que tais ideias fossem sistemática e gradualmente disseminadas pelas

⁷ MOREL, Marco. “Independência no papel: a imprensa periódica”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, Op. cit., p.620-621.

⁸ PIMENTA, João Paulo Garrido. “De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da ideia de emancipação da América e sua leitura no Brasil”. *Almanack Braziliense*, n.11, São Paulo, maio 2010, p.94.

diferentes partes do Brasil. Isto ocorria, na primeira metade do século XIX, em casas de famílias, em Gabinetes de leitura, em clubs ditos secretos, em lojas maçônicas⁹, em reuniões das mais diversas sociedades políticas, nas ruas, seminários, no parlamento.

A vinda da Corte, por exemplo, possibilitou a instalação de uma tipografia no Rio de Janeiro e, com o passar dos tempos, começaram a surgir oficinas tipográficas em outras partes do Império. Estas eram muitas vezes bastante rudimentares e, apesar da censura imposta à circulação de impressos, fomentaram a circulação de folhetos e periódicos. No entanto, estava claro que a Independência não significava o fim de muitas práticas e tradições tidas como absolutistas, de cerceamento da liberdade de expressão, e não representava também, de imediato, a adoção de um sistema constitucional que efetivamente satisfizesse os anseios de um grande e heterogêneo império. Este era, portanto, o grande desafio para o Brasil em sua configuração enquanto corpo político autônomo. E neste panorama situava-se Bhering com suas ideias e conflitos.

Em relação à repercussão destes postulados, suas leituras e interpretações no Brasil, Morel defende que eram “polissêmicas de acordo com cada personagem ou momento” já que haviam variados atores e grupos políticos letrados americanos que, assim como as vertentes teóricas, não eram homogêneos e coerentes. Havia, ainda, a questão do acesso a tais obras, tendo a imprensa periódica cumprido um importante papel na divulgação de trechos traduzidos e análises das mesmas. Os jornais eram mais acessíveis que os livros, custavam “o equivalente a um centésimo do preço de um livro do abade De Pradt, por exemplo”. Ainda assim, os jornais não se comparavam com os variados folhetos que circulavam na época, muitos sendo distribuídos gratuitamente. Assim, “mesmo quem não tinha acesso a tais livros poderia eventualmente lê-los em extratos na imprensa”.¹⁰

Tania Maria Bessone Ferreira demonstra que desde suas origens no Brasil, a imprensa “cumpriu o papel de divulgar, comentar e avaliar livros e publicações que considerava de cunho civilizador”. Por este motivo era muito comum nas páginas da imprensa periódica daquele período a publicação de extratos e resenhas de textos que o

⁹ Chama atenção a definição dada ao conceito de “maçom” pelo *Universal* em seu “Dicionário”. Ela trás elementos importantes para se discutir a possível relação de Bhering com a Maçonaria, algo que já nos perguntamos em outros momentos. Maçom seria “todo aquele que proclama a liberdade da sua pátria; que não beija as mangas aos frades; que abomina a Inquisição e as suas fogueiras; que fala sem preâmbulos; escreve sem dedicatórias; e imprime sem censuras”. As figuras dos escritores públicos liberais, daqueles excitados “patriotas”, se encaixam bem nesta definição: aquele que presa pela liberdade de pensamento, de expressão e que trabalha para afirmar estas importantes conquistas “modernas”. Com base nesta definição Bhering poderia ser um maçom, embora em nenhum momento tenha se afirmado como tal, nem mesmo seus adversários o acusaram de ser, como mencionamos na Introdução da Tese. *O Universal*, edição 353 de 16/10/1829.

¹⁰ MOREL, Marco. “Independência no papel: a imprensa periódica”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, Op. cit., p.623.

redator considerava fundamentais para pautar suas ideias e fomentar a função pedagógica dos jornais. E, neste sentido, o redator ou editor “procurava trazer aos seus leitores ensinamentos e orientações, tentando aproximá-los dos interesses que julgava importantes para serem recebidos por um público maior, do qual o jornalista seria o porta-voz, e intérprete”.¹¹

No entanto, no momento em que começou a circular o *Novo Argos* não é mais a questão da Independência que se colocava, pois esta já estava concretizada, mas sim a sua preservação, a defesa da Constituição, de um projeto liberal para a nação, da liberdade de expressão e de imprensa, e que englobava ainda o combate aos discursos e atitudes considerados retrógrados, a vigilância em relação aos atos arbitrários, individuais e coletivos, enfim, da busca por reforçar as garantias conquistadas desde a Independência. Os cem olhos do *Argos*¹², neste sentido, estariam sempre atentos em relação a seus propósitos e também em relação a seus inimigos.

Ainda em seu primeiro número foi publicada uma dedicatória aos conselheiros da província, cujo “decidido afínco, que tendes manifestado à todas as luzes para com a Liberal Constituição, e a Sagrada Pessoa S. M. I. e C., é o principal móvel da minha oferta”. Seu “Prospecto” é particularmente interessante, trazendo elementos importantes para compreensão da missão a que se destinava aquele periódico e do caminho sabidamente espinhoso que seu redator teria de percorrer na defesa da Pátria e da Constituição. Nele estava identificada de forma bastante clara a verdadeira batalha travada entre os escritores do período e suas respectivas posições políticas. “Eu trairia a Augusta prerrogativa de Cidadão Brasileiro, se olhasse com apática indiferença a grande luta entre escritores absolutistas e constitucionais”, afirmava o redator que, operando com os conceitos de América e americano, destacava que “seria indigno do nome de Americano, se não entrasse na fileira, se não dos Campeões, ao menos dos Soldados da Liberdade Brasílica, para debelar os que escandalosamente a hostilizam”.¹³

A linguagem adotada no “Prospecto” contém elementos que indicam aspectos da personalidade do redator, que intencionalmente lança mão de expressões como “me

¹¹ FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. “Os livros na imprensa: as resenhas e a divulgação do conhecimento no Brasil na segunda metade do século XIX”. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.185-204, citação p.189.

¹² O mito de *Argos Panoptes*, o gigante de cem olhos, representa os fiéis servidores que cumprem suas tarefas com prontidão e competência, tomando para si a responsabilidade para o bom desenvolvimento de seu trabalho. *Argos* era incumbido de tarefas que visavam eliminar problemas e ele não se distraía de suas incumbências. Quando dormia mantinha olhos abertos, sempre alerta.

¹³ *O Novo Argos*, edição 01 de 10/11/1829.

abalanço a redigir esta folha”, “conheço o quanto é superior às minhas forças o cargo de escritor público” e “a escassa luz da minha razão”.¹⁴ Mas era uma linguagem refinada e articulada, onde o redator deixava também clara a sua erudição em relação às leituras filosóficas, conhecimento histórico e dos direitos e deveres dos cidadãos que, vivendo em sociedade, eram ordenados por uma Constituição. O correspondente “Inimigo da impostura” diz em relação ao *Novo Argos* que

a seriedade, pureza de linguagem, e sobretudo o liberalismo que respira bem dão a conhecer, que o seu redator é muito capaz de manejar destramente as armas contra todos aqueles, que pretenderem com seus escritos subverter a ordem entre nós estabelecida, e de defender intrepidamente os direitos de qualquer cidadão oprimido pela injustiça e arbitrariedades. Aos meus patrícios, e a mim mesmo dou parabéns, quando aparece entre nós um cidadão dotado das luzes, que tão necessárias são para fazer conhecer aos povos o caminho que nos pode conduzir a felicidade.¹⁵

Em relação à utilização dos conceitos de América e americano “é no contexto da Conjuração Mineira (1789) que o termo América assume um conteúdo político importante e novo”. João Feres Júnior e Maria Elisa Mäder identificaram que o conceito foi empregado muitas vezes nos *Autos da Devassa* e por ambos os lados envolvidos; o dos conjurados e o das autoridades portuguesas que participaram do inquérito. Naquele momento o conceito estava ligado à ideia de república, liberdade, revolução e sedição. Outro ponto chave para a análise do conceito refere-se à emblemática carta enviada por José Joaquim da Maia, estudante brasileiro em Montpellier, a Thomas Jefferson, embaixador dos Estados Unidos da América em Paris. A intenção do brasileiro seria angariar ajuda militar para a Independência do Brasil. “Neste documento, o conceito de América é central. Maia opõe a América à Europa, a liberdade americana à escravidão imposta pelos europeus, e os Estados Unidos são tomados como exemplo a ser seguido”. A ideia defendida era a de Novo Mundo, de unidade geográfica, mas também havia um conteúdo fortemente político que se referia à “conquista da liberdade frente à Europa”. No entanto, no momento da Conjuração Mineira e da Carta de Maia o sentido era outro e o debate ainda era marginal. Somente com a “intensificação da agitação política durante o período de emancipação e construção do Estado nacional brasileiro, [...] que o termo América passa a ser empregado com mais frequência no debate público”. Este período refere-se justamente ao momento de atuação de

¹⁴ *O Novo Argos*, edição 01 de 10/11/1829.

¹⁵ Correspondência assinada pelo “Inimigo da Impostura”. *O Universal* na edição 369 de 23/11/1829.

Bhering, “que vai de 1810 ao triunfo do *Regresso* conservador no início dos anos 1840”, quando o termo era “integrado ao discurso de diferentes personagens da época”.¹⁶

Neste período já seria comum, também, a diferenciação entre América do Norte, setentrional, para se referir aos Estados Unidos, e América do Sul, meridional, espanhola. O conceito, no entanto, era claramente empregado com diferentes conotações pelos diferentes agentes políticos. O significado dependia, então, do lugar de onde se falava. A América hispânica, como ressaltam Feres Júnior e Mäder, podia assumir significados diversos e antagônicos. Analisando o conceito e sua relação com as tendências de centralização e descentralização do Império, os autores afirmam que:

no discurso político dominante na Corte, que pretendia impor ao resto do país um projeto político de império centralizado e unificado, a América hispânica muitas vezes é identificada à república, à barbárie, à anarquia e à fragmentação política, todos conceitos com forte conteúdo negativo. Já no discurso das províncias que defendiam projetos políticos divergentes e alternativos aos da Corte, como, por exemplo, Pernambuco, a América aparece com um significado positivo, identificada à república, ao federalismo e à liberdade.¹⁷

Analisando os vários “lugares de enunciação”, relativos à primeira metade do século XIX, os autores se deparam com a figura do revolucionário pernambucano Frei Caneca, redator do *Typhis Pernambucano*, periódico publicado entre 1823 e 1824, onde a América aparece como “Novo Mundo” e identificada aos interesses dos “verdadeiros patriotas brasileiros”. O conceito alavancava debates e estabelecia divisões políticas e também geográficas. Os portugueses eram identificados ao absolutismo, ao projeto de centralização do Império, assim como a elite brasileira que vivia na Corte, taxada de “europeus transplantados na América”. Tomando o devido cuidado, citamos o exemplo de Frei Caneca. Em dado momento ele defende a monarquia constitucional, mas em outro exalta a doutrina Monroe, a ideia da América para os americanos, quando critica a dissolução da Assembleia Constituinte pelo imperador em 1823, afirmando que daquela forma o Brasil se distanciava do resto da América. Para Caneca e seus “conterrâneos revolucionários, a América estava associada à liberdade local, federalismo e república, numa chave eminentemente positiva”.¹⁸

¹⁶ FERES JÚNIOR, João & MÄDER, Maria Elisa. “América/Americanos”. In. FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*, Op. cit., p.30-32.

¹⁷ FERES JÚNIOR, João & MÄDER, Maria Elisa. “América/Americanos”. In. FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*, Op. cit., p.32.

¹⁸ FERES JÚNIOR, João & MÄDER, Maria Elisa. “América/Americanos”... Op. cit., p.33.

Os diferentes lugares de enunciação refletem, conseqüentemente, diferentes leques semânticos. Em oposição ao ambiente revolucionário vivenciado por Frei Caneca, estavam os textos que circulavam no ambiente da Corte, como aqueles publicados pelo *Correio Brasiliense*¹⁹, onde os usos que se fazia do conceito eram significativamente diferentes. Publicado em Londres entre 1808 e 1822 por Hipólito da Costa, o jornal foi uma das principais fontes de informação a respeito dos processos de independência das colônias espanholas. O *Correio Brasiliense* teria sido um dos principais modelos para o jornalismo brasileiro daquele período, tendo influenciado sensivelmente as elites políticas do Império. Os usos que se faz do conceito refletem as ideias e intenções de seu redator, que era um monarquista constitucional e que entendia a América como Novo Mundo, relacionada à liberdade, que via a independência do Brasil como algo inevitável e próximo de se realizar, mas que também temia o republicanismo pela possibilidade de gerar anarquia.

Tal visão era compartilhada por figuras de grande expressão política como José Bonifácio de Andrada e Silva, defensor do regime da monarquia constitucional como alternativa para o Brasil. Feres Júnior e Mäder identificam, no caso dos usos presentes no *Correio Brasiliense* e no pensamento de José Bonifácio, um “alargamento semântico do conceito, que passa a expressar uma tensão entre o valor positivo da liberdade e a negatividade de seu abuso, ou excesso”.²⁰ É neste caminho que parecem seguir as ideias e os textos de Bhering, que se posicionou publicamente em diferentes momentos como um monarquista constitucional, um liberal moderado, muito embora os adjetivos contrários lançados por seus adversários políticos. Visto em seu tempo como um indivíduo combativo, redator de uma folha liberal e entusiasmado com as novidades de seu tempo, ele seria também uma destas vozes que fazia repercutir tais ideias pela província de Minas Gerais, este pedaço da América encravado nas montanhas do interior do Império.

Por outro lado temos a visão de Paulino José Soares de Souza, visconde do Uruguai, já em momento pouco posterior, que atribuiu ao conceito sentidos que diferem dos anteriores, justamente em função de seu posicionamento político. Uma das vozes mais

¹⁹ *O Correio Braziliense ou Armazem Literário* era publicado em Londres por Hipólito José da Costa (1774-1823). Este periódico circulou entre 1808 e 1822 e exerceu grande influência nos periódicos publicados no Brasil depois da chegada da Corte. Teve importante papel no sentido de fomentar as discussões e os debates acerca da dominação portuguesa e da independência brasileira. “A publicação foi proibida de circular no Brasil e em Portugal devido aos artigos que pregavam a liberdade de expressão, a independência do Brasil, além de condenar a aristocracia parasitária do Reino e a exploração econômica de Portugal em relação ao Brasil”. <http://www.museudacomunicacao.rs.gov.br/site/museu/hipolito-jose-da-costa/> acessado em 25/01/2016. O periódico é analisado também por Isabel Lustosa em seu *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

²⁰ FERES JÚNIOR, João & MÄDER, Maria Elisa. “América/Americanos”. In. FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*, Op. cit., p.36.

fortes na defesa da centralização política do Império, Uruguai estabeleceu uma diferenciação importante entre a América meridional e os Estados Unidos da América. Este seria um “daqueles afortunados países onde o povo é homogêneo, geralmente ilustrado e moralizado, e onde a sua educação e hábitos o habilitam para se governar bem a si mesmo”. Aquela, por outro lado, “tem organização política constantemente mutável. Quase não tem organização administrativa. Tudo é precário e depende do arbítrio dos chefes da revolução”. Com relação à América meridional, o conceito é sinônimo de anarquia, revolução, desordem, barbárie e instabilidade política. Para Uruguai tais características não deveriam ser tomadas como exemplos no Brasil, sendo transformadas em um ponto fundamental do discurso dos defensores da centralização política do Império, como ele próprio, para quem era necessário rejeitar completamente o modelo republicano da América espanhola.²¹

Tendo, então, como referência o momento da Independência e de sua consolidação, o “significado político do conceito de América variava entre a associação positiva com o conceito de liberdade e à associação negativa ao exemplo de anarquia, desordem e instabilidade política das repúblicas hispano-americanas”. Assim, os mencionados autores entendem que “os defensores da monarquia constitucional não raro expressavam em seu discurso as contradições decorrentes do inchaço semântico do conceito, por vezes louvando a liberdade americana e por outras deplorando o exemplo hispano-americano”. O conceito, portanto, variava de acordo com as intenções daquele que dele fazia uso e seus significados delimitaram posições e projetos políticos no Império.²²

Bhering, por sua vez, operava com os conceitos de América e americano supondo a liberdade, a defesa da Independência, a oposição intencional com relação ao Velho Mundo e contra os resquícios absolutistas presentes no Império. Ao contrário de Caneca e dos “patriotas” revolucionários de Pernambuco, defendia um projeto político representado pela monarquia constitucional, não fazendo referência à república e federalismo, em posicionamento semelhante ao do *Correio Brasiliense*. Tal posicionamento, aliado à sua filiação e convicção no projeto do partido liberal, não impediu que Bhering fosse taxado por adversários de republicano e revolucionário em diferentes momentos de sua vida. Isto se deve, possivelmente, às ambiguidades específicas do Brasil. Lucia Maria Paschoal Guimarães ressaltou que a doutrina liberal no Brasil “foi ao mesmo tempo revolucionária – no que se refere à emancipação política e à destruição de instituições político-

²¹ FERES JÚNIOR, João & MÁDER, Maria Elisa. “América/Americanos”. In. FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*, Op. cit., p.36.

²² FERES JÚNIOR, João & MÁDER, Maria Elisa. “América/Americanos”. In. FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*, Op. cit., p.37.

administrativas tradicionais – e conservadora – quando se tratava de manter a ordem interna vigente”. E em certos momentos tal ambiguidade afluía, “sobretudo durante a primeira metade do período das Regências (1831-1836), época em que se tornou corrente o uso da expressão ‘liberalismo moderado’ no discurso político brasileiro”.²³

Em 07 de setembro de 1829, aniversário da Independência e momento de comemorações por todo o Império, Bhering publicou um artigo em que analisou os motivos e as consequências da Independência dos EUA para os países europeus e observou que o Velho e o Novo Mundo estavam claramente em conflito e que as profundas transformações em andamento acabariam por moldar o futuro de ambos.

Se houvésemos de julgar do comportamento da Europa relativamente aos negócios da Península pelos princípios proclamados nos congressos de Verona, de Viena, de Laybaic principalmente, onde o direito da legitimidade recebeu a última Sanção das Altas Potências Continentais, não seríamos temerários, asseverando, que de certo se decidiria pela Carta Constitucional, e pelos direitos sagrados da Sra. D. Maria II: mas a simples leitura da história dos Estados Unidos da América, e da França moderna ministram razões poderosas, que nos compelem a pensarmos, que o interesse é o único Norte de sua conduta, e que os seus princípios são invioláveis, enquanto não vão de encontro à sua política ambiciosa.²⁴

A discussão gira em torno da ideia de soberania e, principalmente, do princípio da legitimidade defendido no *Congresso de Viena* e nos demais citados. As transformações geradas pela mudança de sistema de governo para a República, ocorreram não apenas nos Estados Unidos da América, ou no continente americano, mas também em solo europeu com a queda de Luiz XVI na França. A “política ambiciosa” das potências europeias direcionava, portanto, as suas decisões políticas e seu posicionamento frente aos acontecimentos lá e cá. Os referidos congressos representavam as intenções existentes, após a derrota de Napoleão Bonaparte, de redesenhar o mapa político da Europa e restabelecer os tronos às famílias reais destronadas. Neste sentido, buscava-se também a restauração da ordem absolutista do Antigo Regime, intervir nos processos de independência do continente americano e, no caso do Brasil, um possível retorno à sua antiga condição de colônia. Contra a *Santa Aliança* teria surgido, portanto, a *Doutrina Monroe*.

²³ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837)”. In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emília (orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan; UERJ, 2001, p.103-126, citação p.104.

²⁴ Artigo de Bhering. *O Universal*, edição 336 de 07/09/1829.

Neste sentido, o texto de Bhering parece representar também certa crítica à República, pois ressalta que quando a “Inglaterra Constitucional lutava com as ex-colônias Americanas, viu-se o espantoso fenômeno do reconhecimento categórico de uma nova república pelos Monarcas Absolutos da Europa”. Mas para estes o “aniquilamento da Inglaterra era o único ponto que se tinha em vistas”. Desta forma, os “governos europeus, [...] cegos pelo ódio à Inglaterra só encaravam nesta luta o gosto de a humilharem, sem atinarem, que perante eles se ventilava a grande questão de sua futura existência”.²⁵

O foco do artigo de Bhering parece ser o da liberdade, da autonomia, da legitimidade e dos interesses entre as nações ocidentais e suas respectivas implicações políticas e sociais. Para ele “as luzes da Constituição” seriam o “mais poderoso adversário da Santa Aliança”. Não parece mera coincidência o fato de seu texto ter sido publicado na edição do dia 07 de setembro, data comemorativa da Independência do Brasil, este “dia venturoso”, que “rompeu o último elo da cadeia Colonial, que por mais de três séculos nos oprimira o despotismo”.²⁶ A própria palavra despotismo estava ligada à negação da liberdade e remetia à figura de um soberano absoluto e independente das leis. Podia ser entendida, ainda, como “uma política privada, circunscrita ao círculo restrito da Corte”, a partir da qual se poderia “usurpar aos povos os seus direitos”.²⁷

Seguindo por este caminho, o *Novo Argos* reproduz trechos grandes das obras de De Pradt nas quais aparecem novamente a oposição fundamental entre América e Europa. O texto trata da autonomia entre as nações, da liberdade dos governos e, principalmente, do livre comércio mundial, onde a América tinha já um papel destacado.

A América arrancada a Europa, e entregue a América! Um mundo inteiro pertencendo finalmente a si mesmo! Todas as partes do globo chamadas a lutar entre si com todas as faculdades do seu solo e do seu clima, luta proibida até agora pelos interesses respectivos dos possuidores Europeus! Os Pavilhões da América flutuam livremente em todos os mares, correndo em alguns dias, ou em algumas semanas os espaços, que os Pavilhões Europeus não podem devassar se não em meses!²⁸

De Pradt conclui este trecho de forma emocionante conversando com o Criador sobre a sua mais sublime criação, a América, este continente prodigioso, diferente de todo o resto do mundo. Dizia ele: “Recebe as minhas ações de Graças, por me haveres concedido a

²⁵ Artigo de Bhering. *O Universal*, edição 336 de 07/09/1829.

²⁶ “Sete de Setembro”. *O Universal*, edição 336 de 07/09/1829.

²⁷ NEVES, Lúcia Maria B. P. *A “guerra de penas”...* Op. cit., p.6.

²⁸ Reprodução de texto de De Pradt publicada em *O Novo Argos*, edição 03 de 24/11/1829. Outras partes do texto foram sucessivamente publicadas na forma de “Continuação” em diferentes números do jornal.

dilatação de meus dias até assistir à Aurora das novas felicidades, e grandezas, que nos prepara a Liberdade deste maravilhoso continente”. E finaliza agradecendo por “teres favorecido o cumprimento dos votos, que eu há tantos anos faço para chegar ao que hoje nos é dado ver”.²⁹

Bhering publica também um artigo curioso com duras críticas à chamada *Sociedade Japônica*, também conhecida por *Sociedade das Colunas*, que oportunamente era anunciada por seus integrantes como um “ajuntamento de homens na Capital de Pernambuco, para sustentáculo da Constituição do Império, e do Imperador, com ramificações (segundo é fama) por todas as Províncias”. Bhering sugere que com estes “dulcificados termos” buscava-se “imbuir os incautos”, pois “quando se pretende lançar por terra aquilo, que o povo mais adora, costuma-se lançar mão daqueles meios que ao primeiro intuito não indiquem o fim premeditado”.³⁰ Esta sociedade, segundo ele, buscava consagrar o servilismo e pretendia

retrogradar ao Egito, onde ainda resoa o horrível estrondo de férreas cadeias: abandonar a terra da Promissão, onde vegeta com assombro a frondosa árvore da encantadora liberdade; eis o fim único daquela execranda seita, que polui a terra da Santa Cruz.³¹

E neste sentido, Bhering lançava questionamentos centrais, sem deixar de lado a ironia, as figuras de linguagem e citação de experiências históricas traumáticas de outras épocas.

Necessitará por ventura o Trono Brasileiro para sua manutenção do insignificante auxílio de um Club condenado pela lei? Necessitará dos braços desses miseráveis perjuros, dessa vil escória, um Trono, que se assenta sobre diamantinos pedestais = os constantes e amorosos corações do Leal povo brasileiro? A Constituição do Império dependerá do fraco escudo de homens sem caráter? [...] Não tem a Constituição do Império para sua defesa imensas falanges Brasileiras? Não tem a invencível Égide de valentes Militares que a proclamaram, e juraram mantê-la até com o sacrifício da própria vida? É possível pensar-se que a Constitucional tropa Brasileira, que cobriu-se de gloria, na época feliz da Independência, e emancipação da Pátria dependa da Sociedade Japonica para sustentar a Constituição?³²

²⁹ Reprodução de texto de De Pradt publicada em *O Novo Argos*, edição 03 de 24/11/1829.

³⁰ Artigo de Bhering. *O Universal*, edição 341 de 17/09/1829.

³¹ Artigo de Bhering. *O Universal*, edição 341 de 17/09/1829.

³² Artigo de Bhering. *O Universal*, edição 341 de 17/09/1829.

As palavras de Bhering tornam-se ainda mais agressivas, demonstrando grande preocupação com a existência da referida sociedade e claramente estabelecendo uma oposição com a utilização do conceito de americano. Operando com este conceito Bhering se referia ao sistema constitucional, à liberdade consagrada, ao solo brasileiro como parte do continente americano, do Novo Mundo, e à religião Católica Apostólica Romana. Em oposição a estas características essenciais ele empregava cuidadosamente o exemplo e a situação da Turquia. Esta seria tanto uma referência ao islamismo, pensando a relação com o catolicismo, mas essencialmente uma referência à sua forma de governo. Lúcia Neves, analisando a chamada *moda turca*, explica que tal referência estava diretamente associada às leituras realizadas pelos liberais brasileiros dos textos de Montesquieu e das *Cartas Persas*, onde o autor falava do despotismo como uma característica da Turquia e do mundo oriental. Em oposição a esta forma de governo estaria o absolutismo monárquico das nações europeias. As diferenças estavam pautadas no fato de que nestas havia a lei fundamental, embora os poderes estivessem concentrados nas mãos dos soberanos, enquanto que naquela imperava uma espécie de tirania, que usurpava aos povos os seus direitos.³³

A ideia central em que se baseavam os textos e argumentos dos liberais para estabelecer esta comparação era associar determinados indivíduos e atitudes à tirania e ao despotismo turco, o que de imediato remetia a uma negação ou indiferença em relação às leis, Constituição e ao governo representativo do Brasil. O fato de ser americano, livre, constitucional era, portanto, muito caro e algo a ser interiorizado, defendido e divulgado. E neste sentido Bhering escreve:

Miserável Sociedade!!! Gente indiscreta, que desejas ser escrava, algema-te com grossas cadeias, cobre-te de ignominiosos ferros, mas deixa que os Brasileiros sejam Americanos: deixa-te de maquirar contra a Constituição, pela qual desfrutas imensos benefícios: queres a Turquia por Pátria? Nós somos Americanos. Queres perjurar aniquilando a Constituição? Nós adoramos um Deus que proscree o perjúrio. A Constituição e o Imperador identificaram-se com o Solo Brasileiro.³⁴

Ele sugere à *Sociedade Japônica* que se quisesse “proclamar o governo absoluto” deveria primeiro arrancar o “Brasil do Continente Americano” e se possível mudar “a firmeza Constitucional do nosso Imortal Libertador”. E referindo-se a D. Pedro I afirmava que “um

³³ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *A “guerra de penas”*... Op. cit., p.6.

³⁴ Artigo de Bhering. *O Universal*, edição 341 de 17/09/1829.

sceptro de ferro não cabe na Augusta mão daquele que empunha o ramo da Oliveira entre seus prediletos filhos”.³⁵

Bhering estabelece uma intencional comparação entre a *Sociedade Japônica* e o periódico o *Telegrapho*, ambos representados como traidores e inimigos da Constituição, do Império e do Imperador. E aproveita para denunciar publicamente a existência de familiares do bispo que viviam no palácio e que eram, segundo afirma, contrários à sagrada Constituição. Assim, em uma nota de rodapé presente em outro texto publicado no *Universal*, a seguinte informação era veiculada.

Avisamos aos Diretores desta nova Sociedade que se tiverem precisão de alguma quantia para ajuda de *tão interessante Obra*, podem recorrer ao Sr. Joaquim Antonio Rios, Sobrinho do nosso Exmo. Bispo (com quem mora) o qual ofereceu na Cidade de Mariana à vista de testemunhas *um conto rs.* para se acabar com a Constituição e com a Assembleia, e que não duvidará prestar coadjuvação para fim *tão patriótico*.³⁶

O surgimento da *Sociedade Japônica* vinha sendo debatido em muitos periódicos do Império e dizia-se que os seus membros possuíam jornais em diferentes províncias para promover a tal sociedade. Não é claro o motivo da denominação *Japônica*, mas aos membros desta sociedade dava-se realmente o nome de *japoneses* ou *colunas*. Havia, obviamente, uma clara e intencional distinção entre os liberais, não apenas de Pernambuco, mas também de outras províncias, e os membros daquela sociedade. Dentre seus supostos líderes estavam o Sr. B. Sena Lins e o deputado geral Queiroz Carreira. Este havia instruído aos *japoneses* que era fundamental dirigir representações ao governo provincial e à Corte buscando a aprovação daquela sociedade, cuja finalidade seria a manutenção da Constituição e do trono imperial.

A discussão sobre o reconhecimento daquela sociedade chegou à Corte, onde também não havia consenso sobre as suas finalidades. O Ministro da Justiça, “respondendo aos Srs. Deputados sobre a *Sociedade Japônica*, disse que seus Membros tinham pedido licença ao governo, que os Estatutos que apresentaram, não eram contrários à boa ordem”. O Ministro do Império, por sua vez, “disse que não achava conveniente permitir-se tais

³⁵ Artigo de Bhering. *O Universal*, edição 341 de 17/09/1829.

³⁶ *O Universal*, edição 309 de 06/07/1829. As expressões em itálico foram mantidas, pois aparecem no próprio texto original.

Sociedades, porque podiam causar muitos males à Nação ou ao Governo, embora apresentassem motivos inocentes para sua reunião”.³⁷

De qualquer forma, tratando da província de Pernambuco nas páginas do *Novo Argos*, Bhering informava que a “infame sociedade, na qual tinham colocado suas esperanças os absolutistas, está nos últimos paroxismos” e que o “Bispo Japonês foi adorar em Portugal o ídolo do absolutismo”, em referência a D. Miguel e à expulsão de um bispo de Pernambuco pela Igreja brasileira. Exaltava aos “brasileiros pela quase completa derrota de inimigos tão infensos à causa pública”.³⁸

Em outro artigo o redator do *Novo Argos* lança uma crítica aos “escritores servis vendidos ao poder”, cujas publicações e “pérfidos manejos” frente ao público leitor visavam “menoscabar com negras calúnias o crédito dos Deputados liberais e dos mais cidadãos afetos ao regime Constitucional”. Sua intenção final seria “tornar o Brasil ao antigo sistema conservando-lhe, porém as insígnias, e vestes constitucionais”. E para este fim, prosseguia Bhering,

os servis desacreditam todos os Constitucionais, para que desacreditados estes, possam a seu bel prazer dirigir as Eleições, afastar os Liberais dos empregos eletivos, destruir na Constituição tudo quanto é garantia do cidadão, e iludir os povos com aparências constitucionais.

Este embate entre os escritores liberais e aqueles taxados de cativos, ministeriais, servis, é constante e aparece em quase todos os periódicos do período. O *Novo Argos* buscava combater as agressões e insultos dizendo ignorar tais provocações. Em relação ao “Pateta” dizia que pretendia “guardar profundo silencio a todos os insultos, que contra nossa pessoa, e não contra nossos escritos tem prodigalizado”. Buscava, desta forma, assim como pregava em muitos de seus textos, minimizar os ataques pessoais e a difamação, algo que o “Pateta” parecia cultivar. E dirigindo-se diretamente a Bhering disse:

³⁷ *O Universal*, edições 312 de 13/07/1829 e 313 de 15/07/1829. Ainda sobre a “Sociedade Japônica” encontramos um artigo muito interessante publicado na *Astréa*, edição 519 de 09/01/1830, e assinado por “Um Pernambucano de bigodes e amigo do Sr. Doutor”, onde o autor aborda aspectos relativos à presença de membros daquela sociedade na Corte, assim como as intenções daquela sociedade, sua relação com diferentes periódicos do Império e analisa ainda os perigos representados por ela.

³⁸ *O Novo Argos*, edição 01 de 10/11/1829. Não foi possível identificar o bispo a que Bhering se referiu. No entanto, a questão estaria possivelmente relacionada às consequências dos graves enfrentamentos ocorridos em Pernambuco em função da *Confederação do Equador* (1824), revolta de caráter separatista e republicano, ocorrida apenas 5 anos antes do momento em que Bhering escreve, quando houve forte reação contrária às tendências absolutistas e da política centralizadora de Pedro I.

Pode o Pateta a seu bel prazer derramar sobre nós o fel da calunia, pode produzir em desabono nosso as mais nojentas expressões: pois estamos persuadidos, que manejando tão varonilmente a arma do sarcasmo acredita-se muito para com os do seu partido, que estúpida, ou maliciosamente se persuade, que a defesa da Religião, e do Trono firma-se nos discursos infames, do Pateta, e de outros [doidos], como o Pateta.³⁹

Por outro lado, o tema da educação ganha cada vez mais importância nos textos de Bhering. Mesmo após ser expulso do Seminário ele não deixou de lecionar e continuava com suas aulas gratuitas de filosofia e francês. Mas o tema começa a ganhar uma nova configuração que culminaria, como veremos nos capítulos seguintes, na participação ativa de Bhering em prol da educação nas instâncias de poder em que atuou, chegando a ocupar o importante cargo de Vice-Diretor Geral de Instrução Pública da província. Ele agora se questionava sobre a real aplicação das leis em uma sociedade despreparada para sua compreensão e aceitação, lançando fortes argumentos pela necessidade de uma educação religiosa.

Ainda que uma sociedade tenha a melhor Legislação possível, seja o mais perfeito o seu Código fundamental, se por meio de uma educação Religiosa expurgada de fanatismo, não se procura amaciar os ânimos, inspirando-lhes amor às Leis como dimanadas da Razão natural, e o maior respeito, por isso que são sancionadas pelo mesmo Autor da Sociedade; não poderá jamais, não dizemos tocar a meta da felicidade, mas ainda dar um só passo para sua ventura.⁴⁰

A Constituição era sentida e divulgada como algo sagrado e, neste sentido, era preciso que os membros da sociedade recolhessem as leis “no recôndito de seus corações”. Citando o jurista e político francês Jean-Étienne Portalis (1746-1807), um dos responsáveis pela formulação do *Código Civil Francês*, Bhering defende que apenas a religião tinha plenas condições de “preparar os ânimos para a exata observância das leis”, pois ela “comanda o coração, adoça os costumes, e os casa com todas as instituições sociais”. Bhering cita, ainda, o abade francês Saint-Pierre (1658-1743) que, defendendo a instrução religiosa para a “morigeração dos povos”, diz que “se a Religião não tivesse estabelecido os púlpitos, a Política os devia instituir”; e Rousseau (1712-1778), que teria confessado o “proveito que resulta a Política dos discursos Religiosos, ordenados para a ilustração do Povo”. E assim sugere que “os mesmos inimigos da Religião chegam muitas vezes a confessar, que assim

³⁹ *O Novo Argos*, edição 04 de 01/12/1829.

⁴⁰ *O Novo Argos*, edição 05 de 10/12/1829.

como a bússola descobriu o Novo Mundo, assim a Religião concorreu para a civilização dos povos”.⁴¹

E, então, finalizava da seguinte forma este interessante artigo:

De tudo isto concluímos, que para a exata observância das Leis, é necessário regular-se os Costumes, e que para estes se regularem convém promover-se a Religião pelos meios decentes, e compatíveis com as luzes do Século: firmadas estas duas colunas Religião, e Educação, consolida-se a terceira a Legislação, mas existindo esta última por mais forte, que seja, falecendo as duas primeiras cai por terra todo o Edifício Social.⁴²

É possível identificar nos muitos argumentos utilizados por Bhering para justificar suas ideias um reflexo da tradição iluminista, onde estaria presente a crença de que o “despotismo alimentava-se principalmente da ignorância dos povos, deliberadamente mantidos analfabetos, tornando-os presa fácil do fanatismo clerical e da submissão a todo tipo de preconceito e conservadorismo político”. Colocando a educação como fundamental para a própria vegetação do sistema da monarquia constitucional e, conseqüentemente, para o futuro da nação, ele demonstrava a crença de que a “cidadania era incompatível com *as trevas da ignorância*”.⁴³

O *Novo Argos* levanta neste momento outro tema bastante delicado. Trata-se da discussão relativa ao fato de o ministério eclesiástico ser ou não um emprego público. Bhering tomava como ponto de partida de sua análise a ordenação de novos padres que ocorreria em breve em Mariana. Dirigindo-se ao Vigário Geral do bispado, e considerando que fosse este um emprego público, cobrava que não se deveria “conferir ordens a aqueles, que não tiverem jurado a Constituição, sendo obrigados aqueles, que quiserem recebê-las a apresentarem Certidão do Secretário da Câmara Municipal”. E dirigindo-se ao bispo afirma que “por esta maneira mostraria ao público que os Clérigos são Constitucionais de coração e

⁴¹ *O Novo Argos*, edição 05 de 10/12/1829. Portalis foi jurista e político francês que atuou no período da *Revolução Francesa* e do governo de Napoleão. O abade Saint-Pierre participou do Congresso de Utrecht em 1712, é considerado um dos precursores das organizações internacionais e publicou em 1713 o *Projeto para tornar perpétua a Paz na Europa*, que teria ganhado maior repercussão a partir de 1761, quando J. J. Rousseau publicou uma análise sobre a obra. Para maiores informações ver SAINT-PIERRE, Abbé de. *Projeto para tornar perpétua a paz na Europa*. Prefácio de Ricardo Seitenfus; tradução de Sérgio Duarte. Brasília: Editora UnB, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. http://funag.gov.br/loja/download/173-Projeto_para_tornar_perpetua_a_paz_na_Europa.pdf Acessado em 04/06/2014.

⁴² *O Novo Argos*, edição 05 de 10/12/1829.

⁴³ BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: Hucitec; Fapesp. Recife: UFPE, 2006, citação p.424. A expressão em itálico é do próprio autor.

por obrigação”. Reconhecendo, no entanto, que esta não era uma prática usual até aquele momento e que muitos, mesmo após jurar a constituição agiam contra a lei, Bhering esperava que esta “moderada advertência” pudesse contribuir para reverter tal prática e que, então, tudo se regulasse “pela Lei e pela Prudência”.⁴⁴

Versando ainda sobre questões religiosas e amparado pelas “vantagens da liberdade de imprensa”, que permite a “justa censura as autoridades”, o *Novo Argos* dirige nova crítica ao bispo. Seu redator lamentava “o abandono a quem tem sido condenada uma das funções mais essenciais dos Pastores da Igreja Mineira: [...] da obrigação imposta aos Bispos, Párocos e Curas de pregarem o Evangelho”. E, assim, afirma que se “todos os Párocos, principiando pelo Pároco dos Párocos, ensinassem a Religião aos seus súditos, o espírito Constitucional estaria mais difundido nos corações dos povos”. Os “fundamentos” de sua “censura”, segundo o próprio redator, eram os próprios textos oficiais do Concílio de Trento e da epístola de São Paulo. Dizia, ainda, que na Catedral da Sé de Mariana, a igreja mãe de todas as outras existentes naquele bispado, não se cumpria com este dever e que “apenas no Advento e Quaresma são chamados alguns pregadores de fora para fazerem às manhãs dos domingos alguns Sermões”. Entendia ele que “como a Catedral serve de espelho aos outros Párocos, julgamos do nosso dever advertir semelhante falta tão escandalosa, da qual provem infinitos males”.⁴⁵

Sua crítica, se assim ocorria, tinha fundamento, dada a importante função e posição de escritor público a que se dedicava, mas era também uma forma de aproveitar todas as oportunidades possíveis para atingir o bispo também com relação aos assuntos religiosos. Bhering ainda defendia-se dos possíveis ataques futuros afirmando que “o fato é público e a Lei é a mais clara: se erramos, então dizemos que erramos com o Apóstolo e com o Concílio”. Desta forma, dirigindo-se aos adutores do bispo, ele afirmava esperar que “os impropérios que nos prodigalizarem os adutores recaem sobre o Concílio que nos escuda”.⁴⁶

⁴⁴ *O Novo Argos*, edição 05 de 10/12/1829.

⁴⁵ *O Novo Argos*, edição 06 de 18/12/1829

⁴⁶ *O Novo Argos*, edição 06 de 18/12/1829. Bhering cita de forma abreviada as partes específicas (capítulos, versículos, etc.) de cada um dos documentos em que baseou a sua argumentação. Assim se refere aos tais documentos: “S. Paulo na Ep. a Th. Cap. 4º vers. 2º [...] e o Concílio Tr. na SS. 24 Cap. 4º de *reformatione*”.

2.

“De sobre as montanhas do Ouro Preto”, velando “de contínuo na prosperidade pública”⁴⁷

Os olhos do *Novo Argos* estavam sempre vigilantes em relação à causa pública e seu redator afirmava a importância da retidão, da responsabilidade e do patriotismo para se exercer a função de escritor público. Firme em seu propósito, em determinado momento chega a lamentar que sua voz fosse “fraca para penetrar até os corações tão indiferentes à causa pública e aí despertar a centelha do patriotismo quase extinta”. É muito presente a ideia de que todo “cidadão está ligado ao rigoroso dever de contribuir com os seus talentos para o feliz andamento do sistema social”. Utilizando-se da biologia organicista – onde cada órgão e membro do organismo tem a sua função – como metáfora, defendia que “aquele que a isto se recusa é indigno de gozar as garantias da Sociedade: é um membro corrupto, que deve até ser amputado, para não corromper com a sua criminosa apatia ou perversidade os outros membros do Corpo moral”.⁴⁸

O momento era justamente o da formação de uma esfera pública, de defesa do sistema representativo, de se estabelecer questionamentos em relação ao antigo ordenamento social que prevalecera até então. A penetração destas novas ideias renovou o sentimento em relação ao político e à figura do escritor público e ganhou, portanto, importância singular neste processo. Logo, tanto a crítica dirigida aos cidadãos imorais, corruptos ou indiferentes a esta causa, quanto a defesa e o elogio daqueles tidos como exemplos, “amantes da constituição”, “patriotas”, “livres”, eram fundamentais, pois a imprensa tinha importante papel pedagógico neste processo, destacando-se ainda mais a figura do escritor público. No entanto, é preciso cuidado ao analisar tal processo, pois aqueles que não se alinhavam a este pensamento, a esta atitude, ou que não se colocassem publicamente como tal, podiam ser combatidos e taxados como “inimigos da pátria e da nação”, “cativos”, “mandões”.⁴⁹

Este contexto reflete, portanto, as dificuldades e incompatibilidades experimentadas por ambos os lados neste momento em que as permanências e as transformações geravam

⁴⁷ Frase do redator do *Novo Argos*, publicada em seu primeiro número, sobre a sua pretensão de superar as muitas dificuldades e lutar pela causa pública. Parece bastante representativo em relação ao conflito, o embate travado naquele momento entre cidadãos, autoridades e periódicos. Foram acrescentadas vírgulas, que não constam no texto original, para melhor compreensão da frase. *O Novo Argos*, edição 01 de 10/11/1829.

⁴⁸ *O Novo Argos*, edição 07 de 26/12/1829.

⁴⁹ *O Novo Argos*, edição 07 de 26/12/1829.

embates acentuados, pautados tanto em questões de caráter político e ideológico, como religioso. Pelo lado dos “patriotas” liberais, fica claro que havia uma luta em prol da formação de novos espaços de sociabilidade na cena pública, mas que havia também forte oposição a esta iniciativa, a esta busca pela liberdade de imprensa e de pensamento. Estes espaços eram defendidos na imprensa, assim como nas esferas de poder representadas pelas câmaras municipais, conselhos de governo e assembleias, onde deveriam ser debatidas as suas vantagens e implicações, possibilitando a consolidação destas novas instâncias de sociabilidade como as sociedades literárias, as agremiações, salões, gabinetes, clubs e cafés.

E foi justamente nesta direção que Bhering passou a atuar. Por iniciativa própria fundou em sua residência um Gabinete de leitura onde passou a realizar aulas gratuitas e disponibilizar sua biblioteca e periódicos de diferentes partes do Império para aqueles que quisessem se instruir. Homem de iniciativa, idealista, sinceramente preocupado com a instrução pública, via na educação a possibilidade singular de propagação do conhecimento e de transformação das pessoas e, conseqüentemente, da pátria. Acreditava também na função pedagógica e transformadora da imprensa periódica. No Gabinete de Leitura que estabeleceu em sua casa, no início de 1830, se achavam “francos os periódicos de S. Paulo, Rio de Janeiro e Minas para quem os quiser ler gratuitamente”.⁵⁰

Esta interessantíssima iniciativa reflete tanto a sua preocupação com a instrução dos jovens, característica tão marcante de sua atuação, como a concretização das ações filantrópicas que ele e seus aliados liberais tanto prezavam. Este local seria, certamente, um ponto de encontro para a juventude e para aqueles cidadãos que se alinhavam com seu pensamento político, servindo como um importante instrumento de formação de leitores, de discussão de autores e tendências, de contato e vinculação entre os seus frequentadores, ou seja, de formação de opinião pública. Ambiente de instrução, gerador de sociabilidade, de solidariedade e, obviamente, de identidade. Espaço propício para se apresentar e disseminar as ideias liberais, assim como de apresentar a sua linguagem política, o seu constitucionalismo, de questionar atitudes tidas como opressoras e debater as ações do governo e de seus representantes.

Wlamir Silva, analisando a circulação dos periódicos liberais na província de Minas Gerais e a realização de leituras públicas, entende que “a concentração desses periódicos na moradia de um liberal já nos indica uma ação coletiva e premeditada de produzir a divulgação deste ideário”. Assim, em função da expulsão do Seminário, Bhering, aquele “mestre de talento persuasivo”, concretizava as ações da pedagogia liberal e “fazia mais que

⁵⁰ *O Universal*, edição 398 de 01/02/1830.

franquear periódicos”. O autor sugere que “a circulação em sua casa devia ocorrer na dinâmica de leituras públicas e discussões”, o que fazia parte das “iniciativas da elite liberal de criar uma opinião pública”, atingindo também os analfabetos e “setores excluídos de qualquer reflexão sobre o poder”.⁵¹

As leituras coletivas realizadas nestes ambientes certamente tiveram papel fundamental na propagação destas ideias liberais e patrióticas. Luiz Carlos Villalta ressalta que o domínio da leitura em Ouro Preto e Mariana, em fins do século XVIII e começo do XIX, estaria “razoavelmente disseminado entre os homens livres e brancos, fazia-se menos presente entre as mulheres do mesmo grupo, sendo rarefeito entre negros e mulatos, forros e escravos”.⁵² Este cenário aponta para a importância da iniciativa representada pelas leituras públicas coletivas na formação de um espaço de leitura, de discussão e de formação de opinião. Um espaço literalmente pedagógico em que, no caso do Gabinete de Leitura estabelecido na casa de Bhering, além da instrução gratuita de jovens, visava a propagação das ideias e conceitos do liberalismo e do constitucionalismo.

Fato interessante levantado por Villalta, quando analisou as bibliotecas privadas existentes em Mariana, até 1822, é que entre as cinco maiores relacionadas estavam as bibliotecas de dois padres. E na maior delas, pertencente a um advogado, figuravam até mesmo obras do abade Raynal. O autor afirma que muitos dos livros arrolados nas fontes eram obras condenadas pela censura, especialmente autores da Ilustração, o que aponta para a sede de saber e do interesse em temáticas variadas daqueles indivíduos. Não foi possível constatar a composição dos livros existentes na casa de Bhering, mas destaca-se o fato de que ele não era homem de muitas posses, nem de família abastada, o que caracterizava os grandes possuidores de livros da época. Outro fato relevante, observado por meio das fontes, é que muitos dos patriotas como Bhering doaram livros para a composição da primeira biblioteca pública de Ouro Preto naquele período, o que deixa ainda mais patente o seu patriotismo.

Tania Maria Bessone Ferreira, analisando o papel das bibliotecas cariocas do século XIX e a constituição de seu público leitor, sugere que os Gabinetes de Leitura eram comuns na Europa, especialmente na França, e que “desempenhavam a função intermediária entre as antigas salas de leitura, em ambiente doméstico de casas mais sofisticadas, e as salas de

⁵¹ SILVA, Wlamir. *Liberais e povo...* Op. cit., p.137-138.

⁵² VILLALTA, Luiz Carlos. “Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *As Minas setecentistas...* Op. cit. p.296.

leituras públicas”.⁵³ Falando especificamente do *Gabinete Português de Leitura*, inaugurado em 1837 no Rio de Janeiro por iniciativa de imigrantes portugueses, afirma que:

Como espaço de sociabilidade, o Gabinete teria sido responsável pela intensificação de laços afetivos, políticos e profissionais entre seus frequentadores. Foram inúmeros os projetos comuns que permitiram o estreitamento de relações sociais e culturais. [...] Além da sala de leitura, possuía instalações para conferências e outros eventos culturais. Havia programação de centenários de escritores, comemorações ligadas a importantes datas comuns a Portugal e ao Brasil. Intensa era a colaboração existente entre seus administradores e associados.⁵⁴

Havia, portanto, uma importante relação de sociabilidade e de identidade no cerne do estabelecimento daquele gabinete em Ouro Preto. O seu funcionamento cotidiano, através das atividades ali realizadas, das discussões surgidas, das conversas informais entre seus frequentadores, era sem dúvida, um componente imprescindível para a constituição de caracteres identitários. Era um espaço propício para os estudantes mineiros complementarem a sua formação, para retirar livros e consultar as notícias de outras províncias e da Corte por meio dos muitos periódicos ali disponibilizados. Naquele local transitaram também, sem dúvida alguma, outros “patriotas”, mestres, autoridades e escritores públicos. Cidadãos publicamente conhecidos, provavelmente eram considerados como referências aos jovens liberais em função dos embates travados em suas respectivas folhas. As atividades realizadas no Gabinete eram, neste sentido, potencialmente geradoras de conhecimentos, vínculos e parcerias entre os seus frequentadores.

Na província de Minas Gerais, em particular, e até onde foi-nos possível identificar, os Gabinetes de leitura e associações do tipo representavam uma novidade, tendo como parâmetro sua atividade e função, e refletiam uma preocupação coletiva em relação ao político e ao público. Este “novo” espaço era um componente sensível na conformação de sociabilidades e afetos, como já nos referimos. A iniciativa daqueles “patriotas” contribuía diretamente para transformar aquela sociedade, forjar a esfera pública e constituir laços identitários. Lúcia Neves, analisando a repercussão dos textos escritos pelos “autores ligados à Ilustração europeia”, afirma que a grande novidade, após a proclamação da

⁵³ FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. “As bibliotecas cariocas: o Estado e a constituição do público leitor”. In: PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação: ideias e práticas políticas no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999, p.59-79, citação p.69.

⁵⁴ FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. “As bibliotecas cariocas: o Estado e a constituição do público leitor”. In: PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação: ideias e práticas políticas no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999, Op. cit., p.71.

liberdade de imprensa, “era levar essas leituras a público mais amplo, que começava a conviver em seu cotidiano com novos valores políticos, relacionados à construção de um Estado liberal e constitucional”.⁵⁵

São poucas as referências ao Gabinete de leitura estabelecido por Bhering, assim como das atividades ali realizadas e do seu público frequentador. Maria Francelina Drummond, em seu “Primeiras luzes nas letras”, analisando a revista literária *O Recreador Mineiro* e a trajetória intelectual de seu redator, Bernardo Xavier Pinto de Souza, sugere que este cidadão também estaria “envolvido nas atividades do gabinete de leitura de Ouro Preto”. De acordo com a autora Pinto de Souza fazia parte do círculo de convivência social de Bhering, o que nos leva a pensar na importância que tal iniciativa teve na vida social, cultural e política de Ouro Preto. Sabe-se que em 1851, conforme informa a própria autora em nota presente no texto, encerraram-se ali as atividades de um Gabinete de leitura, não sendo possível confirmar se era ainda aquele estabelecido por Bhering. De qualquer forma, tal iniciativa pode ser entendida como mais um espaço daquela incipiente esfera pública pela qual tanto lutavam.⁵⁶

A ela se somaram mais tarde, por exemplo, a fundação da *Sociedade Promotora da Instrução Pública* e da *Sociedade Patriótica Marianense*. A primeira, inclusive, deu início a publicação de um periódico, o *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*.⁵⁷ Redigido pelo também padre José Antonio Marinho⁵⁸, um liberal tido como mais radical,

⁵⁵ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais...* Op. cit., p.37.

⁵⁶ DRUMMOND, Maria Francelina Silani Ibrahim. “Primeiras luzes nas letras”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v.44, n.1, Belo Horizonte, 2008, p.57-71. A notícia de que as atividades do “Gabinete de leitura” foram encerradas em 1851 foi publicado pelo *O Conciliador* de 06/01/1851, onde rogava-se, ainda, a devolução dos livros ali emprestados.

⁵⁷ O *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* começou a circular em abril de 1832 e saiu de circulação em 29 de julho de 1834. Era impresso na *Tipografia Patricia do Universal* na cidade de Ouro Preto. Seus redatores foram o padre José Antonio Marinho, substituído depois por Manoel Joaquim de Oliveira Cardoso. Sabemos que o padre Bhering também participou das atividades do jornal, junto a outros “patriotas” mineiros, assim como das atividades realizadas pela própria Sociedade de mesmo nome, que estabeleceu uma Biblioteca Pública naquela cidade. Lamentavelmente não foi possível localizar seus exemplares ou fragmentos nas instituições em que realizamos pesquisa. Assim como ocorreu com outras folhas liberais da província sua publicação foi suspensa durante os conflitos gerados pela *Sedição de Ouro Preto* em 1833. Para consultar maiores informações a respeito desta folha, assim como de seus redatores e atividades, consultar: *O Novo Argos*, edição 174 de 02/07/1833; e os *Anais da Biblioteca Nacional*, edição 117 do ano de 1997, disponível no site da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*.

⁵⁸ José Antonio Marinho tem uma trajetória bastante interessante. De origem muito pobre, nasceu no norte da província de Minas Gerais em 1803 – segundo consta no dia 7 de outubro. Desde cedo teria demonstrado uma inteligência muito aguçada e com o passar da infância ficou claro o seu desejo de seguir os estudos. A carreira eclesiástica era uma saída para este jovem pobre e isolado no norte de Minas. Em função das relações de seus pais com um proprietário local e dos talentos apresentados pelo jovem Marinho, foi carinhosamente apadrinhado pelo fazendeiro que o enviou com cartas de recomendação para Pernambuco, onde se tornou fâmulos do bispo. No entanto sua personalidade forte e liberal o levaram a envolver-se nos movimentos republicanos de 1817, onde pegou em armas e foi derrotado junto aos republicanos. Vencido e sem condições de se sustentar teve de voltar caminhando à província de Minas, numa triste e longa jornada, vindo a bater às portas do Colégio do Caraça. Ali foi ordenado padre em 1829, passando a atuar como professor, periodista e

que chegou a pegar em armas na *Revolução Liberal de 1842*, sendo preso junto ao amigo, líder do movimento e político da ala liberal de grande envergadura, Teófilo Ottoni⁵⁹. Participavam da condução destas sociedades cidadãos decididamente empenhados na instrução pública que “fundaram a primeira biblioteca pública de Ouro Preto em 1831”, iniciativa que “deixava transparecer a filiação iluminista e pré-romântica, que valorizava política e atividade literária, sem exclusão, atribuindo à literatura função mais estritamente moralizadora e civilizadora”.⁶⁰

Voltando ao periódico *Novo Argos*, em artigo publicado em janeiro de 1830, sugestivamente intitulado “Traição contra o Brasil”, a folha analisava as provas e traçava um histórico detalhado de um suposto plano onde se “projetava reduzir a escravidão o Brasil e tornar a uni-lo a Portugal”. Assim, afirma que alguns ministros demitidos “intentavam tornar vitalícios em suas pessoas os Empregos do Ministério; e julgaram que o meio mais acertado era a concepção de um vasto plano, cuja execução sendo muito prolongada obstaria a suas demissões”.⁶¹ Diziam os tais ministros que a

Santa Aliança e a Inglaterra não consentiam no Governo da Senhora D. Maria II, sem que em Portugal reinasse a tirania, e que não sendo

político em Ouro Preto. “Patriota” mais radical, destoava um pouco do discurso e ideologias dos liberais moderados, grupo ao qual pertencia Bhering. Foi deputado provincial e geral e participou ativamente da Revolução Liberal de 1842, sobre a qual escreveu suas memórias. Pegando em armas para defender a revolução foi preso e depois anistiado. Em 1847 foi aprovado como cura da Igreja do Santíssimo Sacramento no Rio de Janeiro, onde em 1849 fundou o Colégio Marinho, que na Corte prosperou e tornou-se afamado. Por esta época foi nomeado cônego da Capela Imperial, monsenhor e veio a fazer parte do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB). Marinho faleceu em 3 de março de 1853, segundo contas, vítima da febre amarela que assolava partes do Império. Informações levantadas nos periódicos analisados e no site https://pt.wikisource.org/wiki/Galeria_dos_Brasileiros_Ilustres/Jos%C3%A9_Ant%C3%B4nio_Marinho.

Acessado em 07/07/2015.

⁵⁹ Teófilo Benedito Ottoni era também mineiro, nascido em Vila do Príncipe em 1807. Ainda jovem, em 1826, foi enviado para estudar na Academia da Marinha no Rio de Janeiro, onde veio a conhecer e se aproximar de Evaristo Ferreira da Veiga. Homem de posicionamento francamente liberal aderiu posteriormente ao republicanismo, do qual se tornou um porta voz. Teve longa e importante atuação pública na província e no Império. Foi deputado provincial e geral em diversas legislaturas e chegou a ser nomeado senador na década de 1860. Foi periodista, escrevendo e dirigindo *A Sentinella do Serro*, folha liberal publicada no norte de Minas Gerais, onde manifestava já manifestava suas aspirações republicanas com críticas ao governo de Pedro I antes mesmo da Abdicação. Com espírito empreendedor, Ottoni fundou uma companhia de comércio e exploração no norte da província, a *Companhia de Comercio e Navegação do Rio Mucuri*, visando o desenvolvimento do comércio daquela região e incentivando o estabelecimento de colonos alemães. Naquela região fundou a colônia denominada Filadélfia, que depois se tornou a cidade que leva seu nome. Em Minas foi uma das principais lideranças do movimento denominado *Revolução Liberal de 1842*, que ocorreu também na província de São Paulo, e, tendo sido vencido pelas forças legais comandadas pelo barão de Caxias, foi preso, processado, julgado, mas anistiado junto aos demais líderes do movimento. Foi um dos muitos “patriotas” que em Minas Gerais lutou contra as supostas arbitrariedades e atitudes despóticas e conservadoras do bispo e de outros opositores. Faleceu no Rio de Janeiro a 17 de outubro de 1869. Ver XAVIER DA VEIGA, José Pedro. *Efemérides Mineiras...* Op. cit., p.904-908.

⁶⁰ DRUMMOND, Maria Francelina Silani Ibrahim. “Primeiras luzes nas letras”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v.44, n.1, Belo Horizonte, 2008, p.57-71, citação p.61.

⁶¹ *O Novo Argos*, edição 09 de 08/01/1830.

compatível, que um Monarca Constitucional governasse Portugal despoticamente, convinha também a proclamação do absolutismo no Brasil, para então ser destronado D. Miguel, e tornar a soldar-se o Brasil com Portugal.⁶²

O absolutismo, de acordo com o item “História da Traição”, havia sido proclamado em 12 de outubro de 1829 e a “maior glória” deste plano cabia ao Sr. José Clemente Pereira, que ocupara diferentes cargos e ministérios no Império. Em Ouro Preto, após o boato ter-se espalhado por todo o Império, “temia-se e muito este grande atentado naquele memorável dia”. Houve uma suposta sondagem pública, que resultou contrária ao plano, assim como movimento de tropas, perseguições, demissões e, no plano político, a proposição de um projeto de criação de dois batalhões portugueses. Na província de Minas Gerais os “telegráficos”, por suposto, é que estariam associados a este plano. No entanto, ocorre que em função da resistência por parte de alguns presidentes de províncias, que não haviam sido demitidos, a execução de tal plano teria sido adiada para o dia 1º de dezembro daquele mesmo ano. Afirma-se que até mesmo uma lista teria circulado com os nomes dos cidadãos que deveriam ser assassinados na Corte e nas províncias por serem “republicanos”. Os supostos traidores do Brasil diziam ainda que tais mortes “eram muito necessárias, porque se descartavam assim dos liberais e com o patriotismo dos ricos podiam recompensar os que trabalhassem na queda da Constituição”. O artigo visava claramente atacar o “ministério Clementino” que havia sido demitido pelo imperador e que teria possibilitado que a paz fosse restituída. Ao mesmo tempo, não deixava de ser um claro manifesto de apoio ao novo ministério que, por sua vez, haveria de “livrar o Brasil dos Presidentes e Comandantes de Armas que o tem flagelado”.⁶³

A repercussão da queda do “Ministério Clementino” gerou uma nova troca de farpas entre o *Novo Argos* e o *Telegrapho*. O redator deste último questionava seu colega sobre quem o havia constituído procurador do povo mineiro para dizer “deseja-se a mudança na administração pública”, a cuja pergunta respondeu o *Novo Argos* que “o dever imposto a todo o Cidadão de velar na prosperidade do seu país natal”. E afirmava que dissolvido aquele ministério pelo imperador seria natural que o povo desejasse “a mudança das suas criaturas”. E questionando ao colega do *Telegrapho* em relação às suposições de que havia

⁶² *O Novo Argos*, edição 09 de 08/01/1830.

⁶³ *O Novo Argos*, edição 09 de 08/01/1830.

republicanos atuando na província, questionava “quem o constituiu procurador para denunciar Repúblicas em Minas”.⁶⁴

Em outro momento o *Novo Argos* chega a sugerir que “seria desgraçado o Brasil” caso as “mãos Portuguesas continuassem a reger o leme do Estado; isto é se continuasse o Ministério Clementino, que procurava só os interesses de Portugal, deixando ao abandono os negócios do Brasil”. E no calor da polêmica o *Telegrapho*, replicando contra seu colega redator, troca os termos adotados por aquele. O *Novo Argos*, então, retruca: o “cadavérico Telegrafo não diz o que preferimos, expressa-se maliciosamente desta maneira: *Brasileiros adotivos*”. E desta forma lamenta o fato de aquele redator “inverter todos os termos do jornalismo”, pois apenas desta forma “poderá continuar sua infame carreira”. E aproveitando a polêmica o *Novo Argos* explica que o termo empregado em suas páginas teria sido “Portugueses, que segundo o sentimento daquele nosso Art. significa o *Brasileiro indigno, que conspira contra a sua Pátria em prol de Portugal*”.⁶⁵

Neste momento, o bispo de Mariana volta a ser questionado nas páginas da imprensa. “O Incrédulo”, em longa correspondência, recheada de fatos corriqueiros relativos ao cotidiano do bispo, questionava o prelado em relação ao que se comentava em Mariana, que o bispo havia “gasto 500\$ com o Telegrafo”. “O Incrédulo” se mostrava bastante indignado, pois em função disto, estariam os padres, que contribuía para manter as rendas da Mitra, e os pobres, que recebiam “mesadas” para ajudar em sua subsistência, desamparados e esquecidos pela diocese.⁶⁶ Outra notícia, esta vinda de São Paulo, se torna mais um motivo para criticar o posicionamento do bispo. Trata-se do convite feito ao professor Daniel de Araujo Valle, aquele mesmo que havia sido dispensado do Seminário de Mariana, para lecionar no curso de Ciências Jurídicas e Sociais daquela cidade. Os “Constitucionais Acadêmicos de S. Paulo” foram, na ocasião, saudados como “protetores da inocência oprimida” e foi aclamado o “jovem mineiro, cuja probidade e talentos (como era de esperar), encontrou decidida oposição na classe estúpida e imoral”.⁶⁷

A imprensa mais uma vez provoca e instiga a investigação, umas vez veículo capaz de trazer à tona fatos desconhecidos, os quais precisavam ser investigados. Em alguns casos dizia-se que o próprio imperador tomava conhecimento dos mesmos em função da publicidade dada pelos periódicos. Obviamente, nem todos os fatos eram realmente fatos. A

⁶⁴ *O Novo Argos*, edição 10 de 14/01/1830.

⁶⁵ *O Novo Argos*, edição 21 de 01/04/1830. Tal discussão teve como ponto de partida um artigo publicado na edição 18 deste periódico, onde o termo empregado pelo redator foi realmente “portugueses”, conforme pudemos verificar. A citação em itálico corresponde ao destaque dado no próprio texto original.

⁶⁶ *O Novo Argos*, edição 09 de 08/01/1830.

⁶⁷ *O Novo Argos*, edição 11 de 22/01/1830.

suposição, a presunção e as invenções faziam parte do jogo estabelecido no universo da imprensa periódica entre redatores, correspondentes, autoridades e o público que atingiam. Em seu caráter pedagógico, de instrução do povo, estava mesmo presente a incipiente preocupação com a formação de um espaço público e, neste delicado processo foi necessário o alinhamento entre as folhas que partilhavam deste mesmo ideal.

Neste contexto, era costume entre os redatores informar o aparecimento de novas folhas com uma análise de seu primeiro número e de seu respectivo posicionamento. Assim, o *Constituição em Triumpho*⁶⁸, folha de São João Del Rei, era anunciado pelo redator do *Novo Argos* com esperanças de que espalhasse “perante a juventude Brasileira doutrinas dignas do Século 19”, concitando para que “destruam o gérmen do Absolutismo, que apesar de não poder medrar no solo Americano, contudo tem-se procurado aclimatar na nossa Pátria”. Mais uma vez o conceito de Americano é lembrado em função desta oposição com o absolutismo, com o Velho Mundo, sua política e tradições. Refletindo sobre a importância do dia 9 de janeiro, dia do Fico, “palavra que contém em si o gérmen da felicidade que hoje disfrutamos”, o *Novo Argos* frisava ainda que o Brasil havia sido salvo naquele momento em que se ouviu “as doces expressões do Imortal Americano”, em referência a D. Pedro I.⁶⁹

Já o periódico *Aurora Fluminense* traçava em fins de 1830 um breve panorama onde analisava a posição das folhas que circulavam na província de Minas Gerais. Identificava dois grupos bem distintos, os quais também eram identificados pelos próprios redatores liberais da província. De um lado estariam o *Telegrapho* e o *Amigo da Verdade*⁷⁰, de outro as folhas liberais. Seu redator, que naquele momento era Evaristo da Veiga⁷¹, atuava em

⁶⁸ O *Constituição em Triumpho* circulou por um período muito curto do ano de 1830, tendo publicado apenas seis números. Não existem muitas informações sobre seu diretor e redator, mas sabe-se que era impresso em São João Del Rei na *Tipografia do Amigo da Verdade* e que “bastou manifestar-se liberal para ser ‘varrido da oficina’”. *Anais da Biblioteca Nacional*, edição 117 do ano de 1997, disponível no site da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*.

⁶⁹ O *Novo Argos*, edição 11 de 22/01/1830.

⁷⁰ O *Amigo da Verdade* circulou entre maio de 1829 e maio de 1832. A orientação política deste periódico era de tendência conservadora, sendo denominado também como periódico “absolutista” ou “caramuru”. Era impresso em São João Del Rei na *Tipografia de José Maximiano Batista & Cia*. Interessante que seu primeiro redator foi o professor José Alcebíades Carneiro, que dirigia outros jornais naquela mesma cidade, porém de orientação liberal. Por este motivo, talvez, tenha redigido apenas o primeiro número do *Amigo da Verdade*, sendo substituído depois pelo padre conservador Luiz José Custódio Dias e por outro padre conhecido como “Verruga”. Em suas páginas estava impressa a seguinte informação: “não admitirá correspondência ou artigo em que sejam atacados os membros do governo e as autoridades constituídas. Publicará portarias, leis e decretos com a competente censura ou elogio, conforme merecerem esses atos”. Para maiores informações consultar os *Anais da Biblioteca Nacional*, edição 117 do ano de 1997, disponível no site da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*.

⁷¹ Evaristo Ferreira da Veiga nasceu no Rio de Janeiro em 1799 e por diversas legislaturas, a partir de 1830, foi eleito deputado geral por Minas Gerais, província com a qual mantinha estreita relação e que defendeu com afinco nas tribunas parlamentares. Atuou como livreiro naquela capital, desenvolveu sua veia poética, foi político, mas foi como redator do importante periódico *Aurora Fluminense*, no qual trabalhou com afinco e louvor pela causa patriótica liberal, pela liberdade de imprensa, pela Constituição, que viu seu nome se

uma linha editorial que seguia tendência liberal e analisava que o “Telegrapho continua a revolver-se no mesmo lodaçal de injurias, abjetas calunias e ataques à vida privada dos Cidadãos que não aprazem ao Sr. Lorena e Comp. O Amigo da Verdade segue o mesmo rumo”. Por outro lado, dizia, os “Periódicos liberais vão-se, podemos dizer-lo sem nota de lisonja ou parcialidade, depurando e tornando-se cada vez mais dignos da grande causa que defendem”. Neste grupo foram incluídos por Evaristo da Veiga os jornais *Universal*, *Estrella Mariannense*⁷², *Novo Argos*, *Astro de Minas* e, começando a circular naquele momento, o *Pregoeiro Constitucional*⁷³ e a *Sentinella do Serro*⁷⁴. Estes, “além dos artigos de interesse do dia”, publicavam “discursos bem raciocinados em que se instrui o povo nos seus deveres políticos, na excelência das novas instituições &c”. Guiados pelo espírito da “verdadeira liberalidade”, estas folhas liberas teriam como projeto “ilustrar o povo, torná-lo melhor”. Para tanto, não tratavam de “azedar paixões violentas, nem de acender furores, sim de fazer amar as instituições, e de mostrar aos cidadãos que se não pode ser livre sem justiça e moralidade”.⁷⁵

espalhar pelo território do Império. Participou da fundação da *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional*, em 1831, e participou como sócio e incentivador de outras sociedades políticas espalhadas pelo Império. Após o 7 de Abril de 1831, com a profunda divisão entre os próprios liberais, aderiu e defendeu o posicionamento político dos moderados, motivo pelo qual passou a sofrer com ataques de outros seguidores da sociedade. Seu *Aurora Fluminense* parou de circular em dezembro de 1835, mas não sem ter deixado uma marca muito forte no periodismo brasileiro, na opinião pública, no jogo político, contribuindo assim para fomentar a formação de uma esfera pública no Império. Evaristo da Veiga veio a falecer em 12 de maio de 1837, quando adoeceu no Rio de Janeiro, aos 37 anos de idade. Xavier da Veiga transcreve o trecho de um artigo publicado no *País* por Quintino Bocaiúva em 12 de maio de 1887, quando se celebrava os 50 anos de morte de Evaristo da Veiga. O trecho fala do homem, do seu jornal e também da função importante que aqueles escritores públicos exerceram em seu tempo. “Desse exército patriótico foi o teu jornal o clarim; e foi ao sol do entusiasmo que resplandecia no teu gênio e no teu coração que luziram no campo da honra as baionetas triunfantes dos soldados que, nessa época, eram de fato – e tinham a gloria de ser – os verdadeiros representantes armados da nação brasileira, os defensores legítimos da integridade da pátria perante o estrangeiro e da liberdade política perante a tirania”. Ver XAVIER DA VEIGA, José Pedro. *Efemérides Mineiras...* Op. cit., p.489, 490, 491.

⁷² A *Estrella Mariannense* era uma folha de orientação liberal que circulou de maio de 1830 até o ano de 1832. Saía semanalmente e inicialmente era impresso na *Tipografia Patricia do Universal*, em Ouro Preto, passando depois (1832) a ser impresso em tipografia própria, aparentemente situada na cidade de Mariana. Seu diretor era Manoel Berardo Acursio Nunan que no dia 3 de março de 1831, na edição de número 42, transcreve em suas páginas a “proclamação D. Pedro I, feita em Ouro Preto, e a responde em termos enérgicos e altivos”. Cabe lembrar que pouco tempo depois, em 7 de abril daquele mesmo ano, ocorreu a abdicação de D. Pedro I. Para maiores informações consultar os *Anais da Biblioteca Nacional*, edição 117 do ano de 1997, disponível no site da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*.

⁷³ O *Pregoeiro Constitucional* circulou entre setembro de 1830 e junho de 1831. Era impresso na vila de Pouso Alegre, província de Minas Gerais, em tipografia própria. De orientação liberal, foi fundado pelos padres José Bento Leite Ferreira de Melo e João Dias de Quadros Aranha, figuras de grande relevância na política do período Regencial, tendo ocupado cargos de senador e deputado, e que o redigiram durante a sua publicação. Neste jornal foi publicada a polêmica “Constituição de Pouso Alegre”, quando da tentativa de golpe que buscava sustentar a aprovação das reformas constitucionais. Ficou denominado de *Golpe de 30 de Julho* ou *Revolução dos 3 Padres*, como veremos mais adiante no texto. A propriedade do jornal é atribuída a José dos Reis Oliveira. Ver *Anais da Biblioteca Nacional*, edição 117 do ano de 1997, disponível no site da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*.

⁷⁴ A respeito deste periódico consultar o artigo de Valdei Lopes de Araujo presente nas referências bibliográficas ao final do texto.

⁷⁵ *Aurora Fluminense*, edição 394 de 01/10/1830.

Estes escritores, amigos da pátria não acreditam que o aperfeiçoamento da razão, a cultura intelectual sejam inúteis ao triunfo da liberdade: bem pelo contrario mostram-se convencidos de uma verdade manifesta, e é que à palavra, e civilização, não à violência bruta, se devem as vitórias que as modernas opiniões tem alcançado sobre os inveterados prejuízos. Deixemos a violência e o panegirico da ignorância para os tiranos, e seus satélites.⁷⁶

Com efeito, a imprensa parece atuar como um ponto privilegiado de convergência das polêmicas, dos debates e embates onde os correspondentes, redatores e autores buscavam extravasar e corroborar suas opiniões não só em relação aos temas em questão, mas também em relação à vida privada dos cidadãos. Tal hipótese parece ainda mais plausível se pensarmos as relações cotidianas entre estes cidadãos. Tanto a cidade de Mariana como a capital Ouro Preto eram bem pequenas naquela primeira metade do século XIX e estes indivíduos que se envolviam em tais polêmicas na imprensa, assim como as autoridades políticas e religiosas, eram muitas vezes vizinhos, se encontravam diariamente nas ruas, na padaria, na igreja, assim como nas festas e comemorações públicas.⁷⁷ A imprensa promovia e permitia certo distanciamento para que tivesse lugar em suas páginas as críticas e polêmicas, algo que a proximidade oriunda do cotidiano comum pareceria diluir. Em muitas ocasiões, por exemplo, Bhering e o bispo se encontraram pessoalmente em reuniões das irmandades religiosas, onde estavam presentes outros cidadãos e autoridades. É importante pensar o lugar das polêmicas na imprensa tendo esta situação como perspectiva, pois o corriqueiro, o cotidiano, também influenciavam a tomada de posições, a defesa de determinadas questões e projetos, enfim, determinavam escolhas.⁷⁸

As diferenças e os atritos entre o *Novo Argos* e o *Telegrapho* eram públicas e as motivações tinham como cerne a conduta de homens públicos, a vigilância em relação aos atos dos governos, a guerra estabelecida entre seus redatores, bem como a discussão das mais variadas cartas enviadas por seus respectivos correspondentes. Representam não apenas a existência de um conflito de ideias e práticas, como também refletiam o complexo

⁷⁶ *Aurora Fluminense*, edição 394 de 01/10/1830.

⁷⁷ Aqui observamos o fato de que a atual cidade de Belo Horizonte, antigo arraial de Curral Del Rei, foi considerada capital do Estado de Minas Gerais apenas após a Proclamação da República, mais especificamente em meados da década de 1890.

⁷⁸ A lei da liberdade de imprensa abriu caminho para esta nova forma de embate que ganhava as páginas dos mais variados periódicos e folhetos impressos, mas também estabeleceu regras de conduta e punições para aqueles que infringissem tais determinações. No começo de 1830 o redator do *Telegrapho*, José Gonçalves Cortes (o J. C.) foi réu em um processo baseado nesta mesma lei, tendo sido acusado pelo comerciante e autor do processo, Luiz Ventura Fortuna, por ter sido gravemente injuriado e caluniado pela imprensa. Bhering figura como uma das testemunhas do caso em favor do autor do processo. *O Universal*, edição 398 de 01/02/1830.

panorama social e político de uma sociedade em transformação. Tais intrigas eram, então, importantes para que as polêmicas se perpetuassem nas páginas de ambas as folhas. Mesmo que em determinados momentos os redatores tenham ignorado publicamente as réplicas e tréplicas de seus colegas, eram inimigos declarados e os debates eram fundamentais para o esclarecimento de fatos e suspeitas frente à sociedade e opinião pública. Lamentamos, porém, que tenham sido preservadas raras edições do *Telegrapho* as quais também analisamos. No entanto, se a coleção ou mais exemplares deste periódico houvesse preservada, a análise da visão deste periódico em relação aos fatos e ao embate travado com os liberais, por certo enriqueceria a discussão aqui apresentada.

Contudo, algumas discussões eram alongadas em função das críticas que estabeleciam e também dos ataques a figuras públicas identificadas, na perspectiva do *Novo Argos*, com o absolutismo, com o servilismo, com a ausência de um sentimento de fidelidade para com a Constituição, como era o caso do bispo e da polêmica levantada em momento anterior sobre a falta de pregações na Catedral de Mariana. Em resposta às acusações do *Telegrapho* de que era caluniador e que deveria apontar fatos, o redator do *Novo Argos* ressalta novamente as determinações do Concílio de Trento e lembra, em relação ao papel do bispo, da “falta a um dever tão essencial ao seu Ministério”. Taxado friamente de “monstro” e de “homem mais perverso do mundo”, este redator criticava duramente os adutores e lisonjeiros que seriam os “entes mais nocivos à sociedade” em função de faltarem ao seu dever de zelar pela execução das determinações legais. Afirmava que “uma censura tão prudente, como a que fizemos a S. Exa., traria muitos bens a Sociedade se fosse apoiada por aqueles que cercam ao nosso bispo”. Estes deveriam se lembrar que o “Príncipe da Igreja, que não cumpre com este dever tão recomendado pela Escritura, e pelos Cânones, só merece o nome de Cão mudo”. Após esta dura crítica ao posicionamento do bispo e prevendo os fortes ataques posteriores por parte daquele jornal, o redator do *Novo Argos* colocava-se antecipadamente na defensiva argumentando que não se estenderia na matéria caso fosse provocado, mas que também não deixaria de “clamar contra o desleixo a que tem sido condenada a obrigação mais essencial dos Pastores da Santa Grei”.⁷⁹

E dessa forma propunha:

O Redator do *Novo Argos* seria com razão censurado, se não apontasse a Lei e o fato por todos bem conhecido; mas resta-nos a satisfação, que o

⁷⁹ *O Novo Argos*, edição 13 de 06/02/1830.

Telegrafo poderá sim declamar contra nós, mas não destruir uma só das nossas proposições. Nos primitivos séculos da Igreja a nossa censura seria aos olhos dos Santos Padres influxo de Zelo religioso; porém hoje desgraçadamente a mesma doutrina de S. Paulo passa como sediciosa: e as palavras do Concílio de Trento aliás tão respeitada pelos Borromeos, Bartolomeos, e outros não se podem repetir sem ofender os ouvidos dos homens chamados Zeladores do Trono e do Altar. [...] Esperamos que na Catedral de Mariana, ou o Prelado, ou outro por Ele pregue o Evangelho, como recomenda S. Paulo e os Concílios; porque estamos persuadidos, que S. Exa. Deseja acertar, e que não se deixara conduzir pela lisonjeira frase do Telegrafo, desonra de Minas.⁸⁰

O redator do *Novo Argos* parece querer estabelecer, propositalmente, certa distinção entre o bispo e o *Telegrapho*, talvez para causar instabilidade entre os responsáveis pelo jornal. No entanto, a crítica incisiva ao prelado e seus auxiliares segue quando cita os nomes de São Carlos Borromeu (1538-1584) e Frei Bartolomeu dos Mártires (1514-1590), destacando o fato de que ambos tiveram importante participação e empenho na luta pela aplicação das decisões tomadas durante o Concílio de Trento, as quais estabeleciam reformas fundamentais para a fé e a disciplina cristã. Além disso, os dois frades atentaram-se para a necessidade de se fundar seminários para melhorar a formação dos padres, destacaram-se em seu tempo como exemplos de pastores, eram populares por sua inclinação para a caridade, pela divulgação da doutrina, o que dizia-se, contrastava com os maus exemplos do clero de sua época. Assim, passaram para a posteridade como homens santos. A relação estabelecida por Bhering, no cerne de seu projeto de se manter vigilante para com as atitudes e decisões das autoridades, vinha justamente opor estes dois momentos históricos e anunciar as diferenças entre os feitos daqueles frades e daqueles de Mariana, que se intitulavam “Zeladores do Trono e do Altar”, mas que estariam, supostamente, faltando aos seus compromissos religiosos na diocese.

Em outro duro confronto travado entre o *Novo Argos* e o *Telegrapho* aparecem algumas opiniões bem expressivas do posicionamento e pensamento de seus respectivos redatores. O redator do *Novo Argos*, para iniciar seu “Golpe de vista sobre o Telegrafo”, cita uma passagem de Salústio, relativa à *Conjuração de Catilina*, quando na defesa de Júlio César, travou grave conflito com Cícero, especialmente em função da defesa de seus respectivos interesses políticos, em momentos que marcaram o fim da República em Roma. Bhering faz referência a este histórico episódio para contestar as ideias divulgadas pelo *Telegrapho* que afirmava haver “dois partidos dominantes no Brasil”: um seria o dos

⁸⁰ *O Novo Argos*, edição 13 de 06/02/1830.

liberais “que avaliados pelos seus escritos persistem na ideia de que o Brasil devia ser um estado composto de Repúblicas federadas”; o outro seria o “dos Constitucionais amantes da ordem”. Tal afirmativa soava para Bhering como uma “estúpida asserção”, uma “heresia política” cuja pretensão era insuflar a ideia enganosa de que o partido dos liberais seria o “perturbador do sossego público”, assim como “anárquico e destrutivo do regime adotado”. Interessante é que o *Telegrapho* sugeria, em relação aos escritores públicos, que “por necessidade da Ordem devem haver escritores de um, e outro partido, a fim de ventilarem em pública discussão as ideias e tendência de cada um deles”.⁸¹

O *Novo Argos* rebatia:

Ora poderá haver contradição mais saliente? Pois tu, confessas, que os escritores liberais são demagogos e forcejam *totis viribus* para proclamar uma República, tu os apelidas anárquicos, perturbadores do sossego público, tu dizes que eles formam um partido dominante, e agora asseveras que a ordem mesma requer que hajam tais escritores!!! Ora dize-nos, escritor das dúzias, a felicidade de um Estado consiste em possuir no seu grêmio dois partidos diametralmente opostos? O seu bem ser dependerá de Escritores revolucionários, anarquistas, como denominas aos Liberais? [...] Ainda dirás que és amante do Brasil, fazendo consistir sua felicidade na posse de anarquistas? Ou deves confessar que os escritores liberais são anárquicos &c. &c., e que por consequência devem ser asperamente castigados, como perturbadores do sossego público, como exige o bem da ordem; ou então confessar ingenuamente que eles são necessários, porque sustentam a Constituição jurada: mas chama-los anarquistas, e dizer que eles são necessário para o bem da ordem, é o que jamais poderá conciliar.⁸²

Na busca por desqualificar as passagens do *Telegrapho*, o *Novo Argos* busca as contradições presentes em seus textos e assim critica algo que os próprios liberais prezavam tanto, o próprio debate entre as folhas e a discussão de temas frente ao público. No entanto, não aceitando os termos insultantes lançados por aquele periódico, entende que a posição do escritor público, após identificar estes cidadãos “revolucionários”, deveria ser a de denunciá-los em benefício da ordem e não apenas de nomeá-los em suas páginas.

A discussão segue, ainda, para a relação estabelecida entre os dois grupos de escritores e as autoridades públicas, ora difamadas, ora enaltecidas pelos mesmos. Esta relação estava diretamente ligada ao posicionamento e alinhamento entre as autoridades e os

⁸¹ *O Novo Argos*, edição 14 de 11/02/1830. As passagens escritas pelo redator do *Telegrapho* foram transcritas pelo próprio *Novo Argos*, que em sua análise cita diferentes trechos e números daquele periódico.

⁸² *O Novo Argos*, edição 14 de 11/02/1830.

respectivos escritores. José Clemente Pereira, como vimos anteriormente, era associado aos desejos dos “telegráficos” de restabelecer o absolutismo no governo, enquanto Antero José Ferreira de Brito, comandante militar que combatia com sucesso a *Sociedade Japônica* em Pernambuco, era graciosamente elogiado pelos liberais. Elogiar ao militar Brito não parece um mero artifício retórico. Em 1824, antes mesmo de sua atuação no combate à *Sociedade Japônica*, na mesma província de Pernambuco, ele havia combatido a *Confederação do Equador* junto com as tropas de Caxias. Enaltecer a figura daquele militar, portanto, representava uma desvinculação com relação aos anseios republicanos a que vinham sendo associados os liberais. E desta forma combatiam as proposições do *Telegrapho* de que teriam “ódio implacável àqueles que têm sufocado as comoções Republicanas”.⁸³

A posição de tais grupos de escritores em relação aos cidadãos também é motivo de debate. O *Telegrapho*,

jacta-se de Constitucional; mas ataca de frente a Constituição do Estado; porque sendo um dogma da Constituição que, só a virtude, e talentos distinguem o Cidadão; a cada passo insulta os Cidadãos, chamando-os negros, cabritos e bodes; como se as cores desonrassem a alguém. O Telegrafo devia lembra-se que em tempos Constitucionais convém muito a união entre as diferentes classes: e que usando ele de semelhantes frases indispõe os Cidadãos e os irrita.⁸⁴

A expressão “tempos Constitucionais”, lançada por Bhering, refere-se, justamente, à nova realidade política do Império, e reflete bem o posicionamento e o sentimento dos “patriotas”. Porém, havia diferentes leituras desta nova realidade, diferentes atitudes frente a ela, e tais condições compõem o centro das disputas e embates travados entre aqueles escritores. Neste mesmo artigo, por exemplo, o *Novo Argos* se refere aos escritos do *Telegrapho* como tendo “propensão ao Lusitanismo”, o que demonstraria a sua descrença e desrespeito àqueles “tempos Constitucionais” de que gozava o Estado brasileiro e a sociedade.⁸⁵

Outra análise interessante sobre a conflituosa relação estabelecida entre os periódicos da província, publicada pela imprensa, foi quando o *Telegrapho* afirmou que os “Periódicos liberais não tem opinião alguma, e que são unicamente o instrumento, pelo qual manifestam seus sentimentos alguns Republicanos anarquistas inimigos da Ordem”. O *Novo*

⁸³ *O Novo Argos*, edição 14 de 11/02/1830.

⁸⁴ *O Novo Argos*, edição 14 de 11/02/1830.

⁸⁵ *O Novo Argos*, edição 14 de 11/02/1830.

Argos, por sua vez, pautado no conflito estabelecido entre os que denominou de “jornalistas Clementinos” e os “liberais defensores da Constituição”, analisou mais a fundo a proteção dada pelas autoridades aos periódicos, a aceitação por parte dos leitores da província e do posicionamento de ambos frente aos acontecimentos e à sociedade. Começa por enumerar os periódicos da província, onde havia “6 liberais, que são Universal, Astro, Mentor, Echo, Constituição em Triumpho e *Argos*, e 2 cativos – Telegrafo e Amigo da Verdade”. Os liberais, segundo relata, não gozavam de “qualidade alguma de proteção” e só contam com a retidão da causa que peroram”. Sugere até mesmo que os leitores desses precisavam até “lê-los as escondidas, temendo dos seus superiores alguma impiedosa perseguição”. O outro grupo de periódicos, prossegue ele, tinha a proteção dos “Srs. Presidente, Comandante Militar e Bispo” e, desta forma, podiam ser lidos em público. Apesar disso, estes periódicos não tinham em seu favor a “opinião pública”, motivo pelo qual teriam pouquíssimos assinantes, o que por sua vez, representava um “seguro termômetro da injustiça da causa que defendem estes escritores”.⁸⁶

Em clara oposição a esta realidade estariam, obviamente, os jornais liberais. O *Novo Argos*, por exemplo, que mesmo “não tendo proteção alguma”, segundo afirmação de seu redator, seria o “objeto do ódio das autoridades, principalmente eclesiásticas, e o alvo das descomposturas do Telegrafo”, teria alcançado quase 200 assinantes em seus primeiros dois meses de circulação. Esta era, obviamente, a opinião de seu redator, Bhering, que buscava enaltecer sua folha e retratá-la de popular. Para ele tal situação refletia a simpatia dos mineiros em relação às “opiniões exaradas nas folhas liberais”. Estes eram estimados pelo povo, pois “advogam seus direitos, e os defendem de muitíssimas injustiças”.⁸⁷

O que coligimos destes fatos é que o povo Mineiro está do lado das folhas liberais: e que não é tão ignorante, como supõe o Telegrafo. Senão dissei-me, Patrícios, a que Redator recorrerá um paisano, para publicar a injustiça do Sr. Presidente, se por ventura for por ele praticada? A que Redator recorrerá um Militar preterido, um Eclesiástico infeliz? Já vistes o Telegrafo e o Amigo da Verdade censurar um só ato da administração?⁸⁸

Este artigo levanta questões importantes como a relação estabelecida entre os periódicos e seu público leitor, sobre a manutenção financeira para a existência destas folhas, como de onde vinha e quais os interesses por trás desta “proteção”, o que no fundo

⁸⁶ *O Novo Argos*, edição 16 de 25/02/1830.

⁸⁷ *O Novo Argos*, edição 16 de 25/02/1830.

⁸⁸ *O Novo Argos*, edição 16 de 25/02/1830.

refletia os caminhos e as tendências de cada uma delas e sua postura frente à opinião pública. As folhas liberais se colocavam como defensoras do povo frente aos descasos e desmandos das autoridades, motivos pelos quais não teriam a proteção destas mesmas autoridades. Contudo, há de se destacar, que por trás destas folhas também poderiam estar figuras públicas ou autoridades, obviamente alinhadas ao pensamento liberal, como era o caso de Bernardo Pereira de Vasconcelos, que diziam ser a figura que manteve por algum tempo o *Universal*. O próprio *Telegrapho* chega a sugerir em dado momento que Vasconcelos seria o redator do *Novo Argos*. A informação vem de Bhering que em uma irônica nota de rodapé dizia: “ele supõe o nosso Periódico tão bem escrito, que atribui ao Sr. Vasconcelos sua Redação. Quando quer exacerbar a cólera do Prelado, diz que somos o Redator do Argos, depois diz que é o Sr. Vasconcelos. Mas o Público nos tem feito justiça”.⁸⁹

É provável, ainda, que tais folhas fossem mantidas pela associação entre redatores e outros cidadãos, como imaginamos ser o caso do *Novo Argos*, ou mesmo por iniciativa e recursos próprios. E pelos motivos apontados acima os liberais defendiam que as suas folhas eram as preferidas do público leitor, as que mais se aproximavam de um discurso e de uma prática que visava o fortalecimento da causa pública, tendo como objetivo a divulgação do constitucionalismo e combatendo os resquícios do absolutismo. Elas constituíam, portanto, na sua mesma visão, a opinião do povo, enquanto que as outras folhas constituíam a das autoridades.

A disputa pela simpatia e preferência da opinião pública era uma das peças fundamentais na engrenagem que movia o ofício do escritor público, assim como a manutenção das tipografias e a impressão das folhas. Neste sentido, os ataques pessoais se misturavam à crítica dos respectivos posicionamentos das pessoas e das próprias folhas. Em dado momento até mesmo as mulheres, o “belo sexo” como se dizia na época, foram envolvidas em aguerrida polêmica. “As intrigas são próprias de saias”. Esta seria a “proposição aviltante” escrita pelo redator do *Telegrapho*, expressão ofensiva e combatida pelo redator do *Novo Argos* com um apelo lançado às senhoras brasileiras e ao redator do *Mentor das Brasileiras*⁹⁰, periódico de São João Del Rei, especificamente dedicado ao

⁸⁹ *O Novo Argos*, edição 21 de 01/04/1830.

⁹⁰ *O Mentor das Brasileiras* circulou de 1829 até 1832 e era impresso na *Tipografia do Astro de Minas* em São João Del Rei. Era um periódico voltado especificamente ao público feminino. Seu redator era José Alcebíades Carneiro, que tinha uma colaboradora mulher, a professor e poetisa de Ouro Preto, Beatriz Francisca de Assis Brandão. Publicava em suas folhas textos de interesse do público feminino, assim como poemas, informações sobre a educação na província e discursos de professores de ensino público primário. Para maiores informações consultar os *Anais da Biblioteca Nacional*, edição 117 do ano de 1997, disponível no site da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*.

público feminino, que deveria desfazer “tão atroz calunia forjada pelo Telegrafo contra o *belo sexo civilizador do mundo*”.⁹¹

Em outro ponto o *Telegrapho*, buscando desqualificar as habilidades profissionais de Bhering, chega a mencionar que a procura pelo curso de filosofia do padre em Ouro Preto era muito pequena e insignificante. Este afirmava justamente o contrario e convocava seus patrícios para comparecerem à sua residência onde eram realizadas as aulas e assim constatarem a realidade. Fica evidente a preocupação e o respeito para com a opinião pública e Bhering aproveita o momento para mais uma vez criticar a proteção estabelecida por autoridades provinciais em relação ao *Telegrapho*.

Toda esta Cidade do Ouro Preto, sabe que no dia 7 de janeiro abrimos Aula de Filosofia, para a qual concorreram 14 Alunos, entre os desta Cidade, e de fora: porém o Telegrafo, que estupidamente se persuade, que é acreditado, falta grosseiramente a verdade, quando diz, que apenas podemos adquirir 3 Alunos: para mostrarmos a Calunia deste escritor convidamos aos nossos patrícios, para comparecerem na casa de nossa residência, as horas de estudo, e então se convencerão, que Cortes, só tem por fim desacreditar-nos na opinião pública: tais são os princípios, e proposições contraditórias de um escritor, que jacta de seguir a reta razão, e que para vergonha nossa é protegido pelas nossas Autoridades Provinciais!⁹²

O *Novo Argos* volta a chamar a atenção do público para o fato de que seriam ordenados mais de 50 jovens no Seminário de Mariana e que a nenhum deles se exigia “certidão de juramento da Constituição”. Tal procedimento teria sido adotado pelo vigário geral interino, indivíduo que, por sua vez, não possuía as “qualidades que requer o Concílio de Trento”. O juramento da Constituição fora um dos motivos iniciais dos atritos estabelecidos entre os “patriotas” e o bispo, mas o redator do *Novo Argos* dizia acreditar que “quase todos os estudantes são brasileiros legítimos e amantes da Constituição” e que por este motivo iriam eles mesmos realizar o juramento.⁹³

⁹¹ *O Novo Argos*, edição 21 de 01/04/1830. Foi mantida a expressão original em itálico.

⁹² *O Novo Argos*, edição 17 de 04/03/1830.

⁹³ Chama a atenção neste breve artigo o fato de que em diferentes momentos e páginas do *Novo Argos* aparecem termos como “nosso assíduo correspondente”, “nosso vigilante correspondente”, o que nos leva a pensar nas possibilidades de este “correspondente” ser apenas um cidadão que se correspondia com certa frequência ou, então, uma função já estabelecida pela imprensa periódica da época. Em outro momento do jornal nos deparamos com a notícia de que um correspondente do *Astro de Minas* havia sido chamado pelo júri para dar explicações. Já em outra situação o jornal dá uma sugestiva informação no seguinte sentido: “uma coisa é o Redator de um Periódico, outra coisa é um assinante ou correspondente”. São indícios importantes a se pensar, com os quais estivemos atentos o sentido de compreender o papel e a figura deste correspondente, mas que não nos permitiram uma incisão mais precisa sobre o tema. *O Novo Argos*, edições 17 de 04/03/1830 e 19 de 18/03/1830.

É no final de abril de 1830 que Bhering comunica ao público o seu afastamento da redação do *Novo Argos* e se dirige aos leitores comunicando da impossibilidade de continuar com aquela tarefa. Sem detalhar os motivos adiantava que “tem confiado esta tarefa a uma pena mais hábil”. Agradece “a todos os seus assinantes a consideração em que tiveram o *Novo Argos* e espera que o seu sucessor conciliando a mesma estima, não será abandonado em tão nobre empresa”. Indicava que o jornal “continuará a sair com o mesmo nome” e de forma esperançosa afirmava ainda: “sua redação não será alterada, senão para melhor, e o seu espírito será sempre forte, sempre liberal, enfim o *Novo Argos* continuará a ser Mineiro”.⁹⁴

O combativo redator deixava o *Novo Argos*, mas não deixava de lado a disposição e o sentimento de indignação em relação às arbitrariedades e contradições de seu tempo. A habilidosa pena seguiria escrevendo e seus textos continuariam com a linguagem firme e desafiadora que os caracterizava, com o mesmo senso de humor e ironia de sempre. Não era o fim de sua carreira como escritor público, longe disso, pois Bhering logo lançaria o seu *Homem Social*⁹⁵, publicado na cidade de Mariana, e depois partiria para atuar em jornais da Corte.

Os motivos de seu afastamento da redação do *Novo Argos* podem estar ligados a outras funções e atividades que Bhering assumiu naquele momento. Ele retomou a atividade docente, iniciando em janeiro de 1830 as aulas dos cursos de Filosofia e Francês em Ouro Preto e em abril, mesmo mês de seu afastamento, foi também aprovado em concurso para assumir a cadeira de Retórica em Mariana. No mesmo período ele ingressou definitivamente no mundo da política, sendo um dos distintos representantes mineiros eleitos para compor o Conselho Geral da Província, como veremos adiante.

Houve certa especulação sobre o novo redator daquela folha, como relatou o correspondente “Um que vive alegremente”: “muito tem os Telegraficos trabalhado para descobrir quem é agora o Redator do *Novo Argos*”. Alguns nomes teriam sido mencionados mas, de acordo com o correspondente, foram todos contestados pelo *Telegrapho* que teria

⁹⁴ O *Novo Argos*, edição 25 de 30/04/1830. Logo após Bhering deixar a redação o novo redator comunica a seus assinantes que começava o terceiro semestre e o jornal passa por algumas pequenas modificações como a mudança da fonte utilizada em sua página de abertura, nos artigos, assim como nos símbolos usados para separar suas sessões internas. A citação de De Pradt continuaria em sua página inicial até a primeira edição de 1831, quando foi substituída por uma citação do artigo 174 da Constituição do Império e depois pela frase “Independência ou Morte”.

⁹⁵ O *Homem Social* foi um periódico de tendência liberal que circulou de abril de 1830 até julho de 1833. Assim como outros periódicos liberais que circularam naquele mesmo período, sua publicação ficou suspensa após a eclosão da *Sedição de Ouro Preto* em 22 de março de 1833, voltando a circular apenas em julho daquele ano. Era impresso na cidade de Mariana na *Tipografia Mariannense* e seu redator era o padre Bhering. No capítulo 3 analisamos mais atentamente as suas edições e seu papel no jogo político e ideológico estabelecido.

afirmado: “não é este, nem aquele, é o mesmo Bhering, porque as censuras continuam a doer-nos como antes, e o maldito Argos em vez de fechar alguns dos olhos, cada vez os tem mais vivos, para descobrir as nossas mazelas e dar-nos desapiedados golpes”. Outros diziam, ainda, que o afastamento da redação era condicionado pelo fato de que o “Padre Bhering tem estado tão doente”. Independente das motivações, o correspondente avaliou que os “homens temem o Argos, e estão quase loucos porque não conhecem a mão que os fustiga; entretanto eu cá do meu cantinho dou gargalhadas de riso, e só lhe rogo que sem dor, nem pena, mace forte tudo quanto é cativo”.⁹⁶

Logo após seu afastamento do periódico o novo redator publica um breve texto criticando as intenções telegráficas de “deprimir o ex-Redator desta folha, em adulação ao Sr. Bispo e Frades de Mariana”. O que movia o *Telegrapho*, em sua opinião, seria “um espírito de vingança, uma espontânea e desenfreada perseguição contra um homem que só é criminoso porque não segue as máximas de ignorantes e astuciosos frades”. E, neste sentido, “não é possível ao homem, ainda o mais moderado, deixar de mostrar o seu ressentimento”. Informa também que muitos alunos comunicavam que nas aulas dos frades escutavam “continuas declarações em seu desabono”, tratando obviamente de Bhering.⁹⁷ Este texto trás ainda informações curiosas para se pensar a estreita relação estabelecida ainda nos tempos de seminarista entre Bhering e o bispo.

Melhor seria, que estes frades se esquecessem, como aconselha o Evangelho, de lançar em rosto insignificantes benefícios, e só se lembrassem da paciência, fidelidade e amor com que o ex-Redator desta folha prestou seus serviços na qualidade de Famulo e de Escriturário particular, porém é próprio do espírito baixo convidar à sua Mesa o Cidadão honesto, para ter ocasião de atirar-lhe com os pratos à cara.⁹⁸

O trecho acima trata de aspectos importantes da vida de Bhering e indica outras possibilidades para se pensar suas ideias e atuação. No primeiro capítulo percebemos e

⁹⁶ *O Novo Argos*, edição 28 de 22/05/1830. O periódico *O Mentor das Brasileiras*, publicado em São João Del Rei, e também de tendência liberal, comunica o afastamento de Bhering da redação do *Novo Argos* nos seguintes termos: “A folha do *Novo Argos* tem mudado de Redator; porém não de sentimentos; ela continua a aparecer com a mesma [palavra ilegível], e coragem, com que incetou a sua carreira. Não podemos penetrar qual seja o motivo, que teve o Sr. Bhering para deixar a redação daquele periódico; porém estamos convencidos que não foi certamente por ter desmaiado na carreira; pois que conhecemos muito de perto os patrióticos sentimentos do nosso Colega; talvez que incômodos físicos o privassem da continuação da difusão de suas luzes; mas como o Sr. Bhering é sempre o mesmo, não estremeçemos o nosso juízo”. Para esta informação consultar *O Mentor das Brasileiras*, edição 25 de 21/05/1830.

⁹⁷ *O Novo Argos*, edição 28 de 22/05/1830.

⁹⁸ *O Novo Argos*, edição 28 de 22/05/1830.

levantamos a possibilidade de se identificar em seus escritos certo ressentimento. Neste momento, o próprio termo aparece nas páginas do *Novo Argos*, numa referência direta a Bhering. Tal sentimento liga-se, necessariamente, a situações constrangedoras, humilhantes que seriam, por sua vez, geradoras de raiva, rancor, desprezo, violência, vingança, perseguição. Pierre Ansart sugere que o problema central poderia ser identificado “nas relações entre os afetos e o político, entre os sujeitos individuais em sua afetividade e as práticas sociais e políticas”.⁹⁹ A discussão, no entanto, parte para o campo da psicologia, sendo a definição do conceito bastante volátil. Mas fiquemos com aquela ideia de que o ressentimento é algo que se fez presente na vida de Bhering em função, talvez, de sua origem humilde em uma sociedade fortemente hierarquizada e pautada na tradição das elites, mas também, e principalmente, da humilhação sofrida em função da perseguição pública e impiedosa empreendida pelo bispo e seus auxiliares.

Haveria também certa desconfiança em relação a Bhering por parte da população, que sendo profundamente religiosa e obediente, aceitava o discurso em seu desabono promovido por seus opositores. Esta situação foi identificada por ele mesmo em determinados momentos e certamente o teria incomodado, justamente em função da preocupação e respeito que tinha pela opinião pública. No entanto, é patente que estes elementos foram importantes na formação de sua visão de mundo, moldando suas posições e pautando sua atuação como escritor público.

A análise realizada por Maria Stella Bresciani a respeito dos escritos produzidos por Germaine de Staël em fins do século XVIII possibilita elementos importantes para se pensar a produção, o idealismo e a posição de Bhering frente aos acontecimentos de seu tempo e frente à própria sociedade. Havia nos escritos de Staël uma preocupação com o “aperfeiçoamento das pessoas, das instituições e das nações, em uma explícita aliança entre imaginação e paixão, de um lado, e a razão, de outro”. A ideia fundamental era que “as convicções racionais devem penetrar o foro íntimo de cada um de modo que o comportamento exteriorize espontaneamente os julgamentos de consciência”.¹⁰⁰ Seus escritos passavam pelas qualidades exigidas ao cidadão, mas tendo como referência a república como organização política e uma crítica à sociedade monárquica representada pelo Antigo Regime.

⁹⁹ ANSART, Pierre. “História e memória dos ressentimentos”. In: NAXARA, Márcia & BRESCIANI, Stella (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004, p.15-36, citação p.15.

¹⁰⁰ BRESCIANI, Maria Stella. “O poder da imaginação: do foro íntimo aos costumes políticos. Germaine de Staël e as ficções literárias”. In: SEIXAS, Jacy A.; BRESCIANI, Maria Stella & BREPOHL, Marion (orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: UNB, 2002, p.31-46, citação p.33.

A autora defende a ideia de que os indivíduos escolhidos para governar e representar o povo deveriam ser eleitos em função de seu mérito pessoal e de suas capacidades. Tal ideia estava muito presente nas páginas dos periódicos liberais e acabava sendo um elemento importante nos debates, tanto no sentido de uma defesa das qualidades reconhecidas dos cidadãos, como reforçando a crítica das antigas práticas e tradições em que apenas determinados indivíduos tinham acesso a tais cargos e posições.¹⁰¹ Nessa perspectiva, Bhering traça a seguinte análise em artigo sobre os dois sistemas de governo – monarquia absoluta e representativa – e a importância da manutenção da Constituição:

Sendo um dever imposto à todo o homem de sacrificar sua tranquilidade, e ainda mesmo sua vida em defesa dos direitos da Nação, ficando-lhe o direito de aspirar recompensa proporcionada ao peso de suas fadigas; este de ordinário lhe é roubado na Monarquia absoluta, para ser garantido à sujeitos, cujos merecimentos são o patronato mais aviltante: este procedimento do Governo absoluto enerva a virtude no coração do herói, e dificulta o aparecimento de homens peritos em todas as faculdades, de que a Sociedade necessita para a sua opulenta elevação.¹⁰²

Guardadas as devidas singularidades com relação à Staël, os escritos de Bhering, e a reflexão que este fazia dos acontecimentos de seu tempo, eram fruto de sua convicção nas benesses do sistema da monarquia constitucional e do governo representativo. Seus textos estavam impregnados por diferentes experiências do passado, mas estas seriam referências, positivas ou negativas, que poderiam orientar as ações dos cidadãos daquele momento específico de formação do Estado imperial e da nação. Neste sentido, a emancipação e Independência do Brasil, assim como a consolidação de uma “Monarquia Representativa”, não haviam sido conquistadas “por efeito do amor da novidade, nem de um orgulhoso capricho”. Este processo era “todo devido à experiência de milhões de vexames e injustiças perpetradas nas Monarquias absolutas”. Estas experiências, “se não fora a necessidade de serem detalhadas no monumento da história dos Séculos, para servirem nas gerações futuras

¹⁰¹ Em artigo intitulado “Resposta ao Bexiga”, durante as muitas polêmicas travadas com o redator do *Telegrapho*, Bhering analisava justamente esta questão da origem dos indivíduos e sua posição na sociedade, dando indicativos claros de sua origem humilde – hipótese que levantamos no capítulo 1 e que marcou profundamente a sua atuação. Dizia ele: “O Redator do Novo Argos não se ocupa com genealogias de pessoa alguma; porque está muito persuadido que uma ascendência ilustre não dá merecimento ao sujeito que não o tem: assim como pode-se proceder de troncos bem obscuros (como os do Redator do Novo Argos) e merecer tudo da Pátria pela retidão de suas ações”. *O Novo Argos*, edição 14 de 11/02/1830.

¹⁰² *O Novo Argos*, edição 22 de 07/04/1830.

de espetáculo horroroso, deveriam para honra da humanidade ser sepultadas nas escuras sombras do esquecimento”.¹⁰³

A leitura que ele fazia daquela realidade tinha um caráter essencialmente político, seus escritos eram pautados pela crença no projeto liberal e, assim, faziam parte de um projeto político e pedagógico sustentado por aqueles cidadãos convictos da sua necessidade. Os textos e os debates que pudemos verificar ao longo do capítulo demonstram que a vigilância estabelecida em relação aos atos do governo, das autoridades, dos funcionários e dos cidadãos de forma geral, que abrangia até mesmo assuntos relacionados às particularidades do cotidiano daquelas pessoas, representavam uma das funções essenciais daqueles que assumiram a função de escritores públicos. O texto de Bresciani reforça, ainda, nossa ideia de que a indignação, o idealismo e a sensibilidade de Bhering frente aos valores, práticas e relações, tidas por ele e outros como arbitrárias, tirânicas ou absolutistas, e que perseveravam em seu tempo, eram fruto da forma como estas impactavam em seu íntimo. Bhering por certo era um homem curioso e de opiniões fortes, mas teve de superar muitas adversidades para alcançar a posição social que alcançou. Ter vivenciado o cotidiano do palácio episcopal, estando muito próximo dos poderosos frades, presenciando de perto as intrigas, os interesses, vaidades e outras possíveis ocorrências, por certo contribuiu para forjar suas críticas e sua personalidade combativa e firme.

Bhering é parte de um conjunto de elementos onde o escritor público, seus textos e a imprensa periódica, ao mesmo tempo em que defendiam a conformação de um espaço público, representavam, eles mesmos, os percalços vivenciados naquele incipiente processo. Neste sentido, o embate foi estabelecido também com grande intensidade no campo da linguagem, como temos visto. Certos adjetivos, termos e conceitos sofreram alargamentos semânticos, outros ganharam novos significados e alguns foram retomados como forma de estabelecer identidades, de criar vínculos e construir imagens, e até mesmo para delimitar as fronteiras sutis que separavam os diferentes grupos. A sua utilização por parte dos “patriotas”, portanto, assim como a argumentação em seu favor, representavam claramente a defesa de um ideal e o empenho em favor da disseminação e aceitação do mesmo. Este percurso permitia, ainda, a identificação dos inimigos daquela causa – no caso do embate aqui identificado – e possibilitava a sua “tipificação”, que seria uma passagem do “tipo” ao

¹⁰³ *O Novo Argos*, edição 22 de 07/04/1830. Staël era citada pelo também liberal e redator da *Sentinela do Serro*, Teófilo Ottoni, em determinados momentos de suas reflexões naquele periódico. Para maiores informações ver: ARAUJO, Valdei Lopes de & SILVA, Weder Ferreira da. “Fragmentos de um periódico perdido: a *Sentinela do Serro* e o sentido da ‘republicanização’ (1830-1832)”, *Varia História*, v.27, n.45, Belo Horizonte, 2011, p.75-95.

“estereótipo”, e este se apresentava como linguagem e como um lugar de identificação.¹⁰⁴ Tais elementos nos dizem muito sobre o indivíduo, sobre o grupo, assim como, sobre as práticas políticas. Para estes cidadãos a desvinculação das instituições e instâncias do Brasil em relação às práticas derivadas do absolutismo, seria uma das possibilidades de agir sobre os costumes públicos e, então, consolidar uma sociedade livre, instruída e igualitária.

De modo a justificar o título do presente capítulo, a expressão “Do *Estreito de Bering* ao *Estreito de Magalhães*”, faz referência a uma carta publicada no jornal pernambucano *O Cruzeiro*¹⁰⁵, na qual Bhering é mencionado. Mas não deixa de ser, também, uma referência a um lugar geograficamente determinado, o grande continente americano, a América, o Novo Mundo, entendido como uma oposição geográfica e política em relação à Europa, ao Velho Mundo. O correspondente daquele periódico, que assina apenas com o nome de “Magalhães”, analisa e lança algumas críticas interessantes ao texto escrito pelo “filósofo” Bhering sobre a *Sociedade Japônica* naquela província de Pernambuco. Este correspondente faz certa crítica em relação à Constituição que, “como dizem os políticos”, deveria “conformar-se ao seu clima, à sua situação, aos hábitos naturais ou locais, [...] às ideias religiosas, ao caráter nacional [...]”, mas que estaria “recheada de teorias filosóficas, que nenhuma Nação, por mais soma de Luzes que tenha, tem podido executar”. “Magalhães” critica, ainda, o entendimento que se tinha a respeito do governo representativo:¹⁰⁶

O governo, que sempre se cita como Representativo, e que deve, dizem, toda a sua grandeza à sua Representação; não a deve de fato, se não aos chamados vícios da sua Representação; e correrá o risco de entrar em revoluções desde o dia, em que ele quiser adotar as teorias filosóficas.¹⁰⁷

¹⁰⁴ Sobre a questão ver SEIXAS, Jacy. “Formas identitárias e estereótipos: o brasileiro jecamacunaímico e a gestão do esquecimento”. In: NAXARA, Márcia & CAMILOTTI, Virgínia (orgs). *Conceitos e linguagens: construções identitárias*. São Paulo: Intermeios; Capes, 2013, p.235-256.

¹⁰⁵ São escassas as informações que temos a respeito deste periódico. Sabe-se que era impresso e publicado na província de Pernambuco, na Tipografia denominada do *Cruzeiro* e que circulou entre 1829 e 1831. Seu primeiro número veio à luz em 4 de maio de 1829 e em seu “Prospecto” esclarecia um pouco de sua visão: “Nada mais capaz de dirigir com acerto a opinião dos Povos, e de consolidar o Governo estabelecido, do que os Periódicos, quando os seus Escritores, despidos de prevenções, não tem por objeto, se não a prosperidade da Nação, que procuram instruir”. *O Cruzeiro: Jornal Político, Literário, e Mercantil*, edição 01 de 04/05/1829.

¹⁰⁶ *O Cruzeiro: Jornal Político, Literário e Mercantil*. Edição 165 de 01/12/1829. A citação de Bhering a que se refere o correspondente “Magalhães” neste artigo é parte de artigo publicado no *O Universal*, edição 341 de 17/09/1829, e analisado neste capítulo. Conforme informação deste correspondente, o mesmo texto publicado também no jornal *Diário*, não tendo sido possível identificar a que *Diário* se refere. Tal fato demonstra a abrangência dos textos na imprensa periódica, a circulação e os alinhamentos existentes entre os mais variados jornais e impressos do Império.

¹⁰⁷ *O Cruzeiro: Jornal Político, Literário e Mercantil*, edição 165 de 01/12/1829.

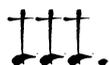
“Magalhães” segue dizendo:

É uma coisa curiosa ver homens, que só aprenderam política na revolução francesa, falar-nos sempre da Representação nacional na Inglaterra: entretanto que na Inglaterra mesmo o partido da oposição sustenta, que não há Representação, e quer, que seja estabelecida uma! A República Anglo-americana, que se pode antes chamar um Governo Representativo, cujo Rei tem o título de Presidente, e é temporário, este Governo talvez já não existisse, se acaso não houvesse tido a sabedoria de acabar com todas as formulas revolucionárias do tempo da sua emancipação, apesar dos costumes patriarcais deste feliz, composto de todas as Nações, e que só cuida dos seus interesses.¹⁰⁸

Bhering aparece no texto quando “Magalhães” volta sua crítica para o Brasil, dizendo que “os nossos liberais” julgam “criminoso todo o Cidadão, que reflete, e absolutista todo aquele que duvida”. Para ele “a felicidade do Brasil, e duração do Sistema Constitucional está, em que nossos Legisladores conformem a nossa Constituição com os Brasileiros tais quais são e não tais como querem os filósofos”. E se dirigindo diretamente a Bhering, que havia dito no mencionado artigo sobre a *Sociedade Japônica* que “primeiro se arranque o Brasil do Continente Americano”, lançava a seguinte pergunta: “Acha que este Continente por sua natureza só pode ser liberalão? Ora diga-me, Sr. Bhering, quando se descobriu a América, por ventura só se achavam no seu continente Governos populares, desde o Estreito do Sr. Bhering até o deste seu criado?” Em nota o redator daquela folha pernambucana acrescentava que a “Declamação deste Bhering contra a Sociedade da Coluna é uma tempestade de lugares comuns farroupilhicos”. Numa provável associação de Bhering ao caráter republicano daquele movimento do sul do Império. E assim segue a nota: “O fim desta Sociedade foi sempre arrastar os republicanos de Pernambuco, que, como todo o mundo sabe, ainda não deixaram respirar esta província desde a Independência do Brasil”. A crítica em relação ao posicionamento dos liberais frente à existência daquela sociedade e a defesa da mesma, no sentido de que visava combater os republicanos e manter a Constituição, permite-nos identificar que aquele periódico pernambucano e os liberais estavam em lados opostos do jogo político.¹⁰⁹

¹⁰⁸ *O Cruzeiro: Jornal Político, Literário e Mercantil*, edição 165 de 01/12/1829.

¹⁰⁹ *O Cruzeiro: Jornal Político, Literário e Mercantil*, edição 165 de 01/12/1829.



*“Semeando o grão do Evangelho e da
Constituição jurada”¹*

1.

Um filósofo entre a razão e a paixão

Uma Lei exarou no coração do homem o Ser Soberano do Universo, uma Lei, em que se firmam todas as propensões humanas – a que o arrebatava de tudo, quanto pode ofender seu ser, para aquilo, que o constitui venturoso na Ordem assim física, como moral: o senso íntimo é o mais seguro garante desta verdade apoiada na experiência do homem de todas as nações, e de todos os tempos: o próprio selvagem, que habita as sombrias florestas segregado das relações sociais, inacessível aos encantos e atrativos da amizade, cede ao impulso desta Lei poderosa, que sobre todos impera; porém esta propensão ingênita segundo o imutável sistema da Natureza supõe um lume, que a orienta na escolha dos objetos mais conducentes a sua ventura: a razão é a Luz radiante, que através de variadas e infinitas produções da sabia Natureza mostra ao homem a segura avenida à Felicidade suma, servindo-lhe de estrela Polar até o alcançar do seu majestoso Templo: sem o auxílio desta Luz natural, esta propensão seria cega, e se tornaria um gérmen fecundo de mil desgraças. A razão foi outorgada pelo Supremo Numem para servir de guia regulamentar das humanas propensões, e assim como a bússola indigita o Polo, que o Náutico ansioso demanda, assim também a Razão mostra o maravilhoso Imã se bem que oculto aos olhos físicos do homem, contudo conhecido; por ser ele o objeto da flexibilidade dos corações humanos.²

¹ *O Novo Argos*, edição 19 de 18/03/1830.

² Discurso de Bhering na abertura do curso de Filosofia Racional e Moral. *O Universal*, edição 419 de 22/03/1830.

Com estas reflexões profundamente filosóficas sobre a natureza, sobre a condição humana e, especialmente, sobre a “razão”, que seria a “Luz radiante, o “farol de nossa conduta”, Bhering discursava para os conselheiros provinciais, para os membros da Câmara Municipal e para os demais cidadãos presentes na solenidade de abertura da sua Aula de Filosofia Racional e Moral em Ouro Preto no dia 7 de janeiro de 1830. Sugeriu que a razão era o “farol” de sua conduta, reconhecendo que as paixões, o fanatismo, o erro e a ignorância, assim como as enfermidades intelectuais e físicas, impunham constantes barreiras ao desenvolvimento do homem e da sociedade, influenciando nas ações humanas. Bhering compreendia a filosofia como um instrumento do pensamento livre, uma necessidade fundamental para “ilustrar a razão, ensinando-lhe as máximas, que mais concorrem para o exato desempenho das nossas obrigações religiosas e sociais”. Todo “ente social”, segundo ele, teria o dever de “iluminar sua razão, enriquecê-la de todos aqueles princípios, sobre que estão baseadas suas principais obrigações para com Deus, para com a Sociedade e para consigo”. Neste sentido, “propender para o seio da Felicidade é dado a todo o homem pela mesma Natureza”; no entanto, “demonstrar por princípios evidentes a existência desta Felicidade, conhecer os meios mais adequados para a sua posse, afugentar todos os empecilhos que obstam à sua consecução é só próprio do Filósofo”.³

A filosofia, em especial a filosofia racionalista, iluminista, da qual ele se afirmava adepto, seria um caminho seguro para o progresso humano, um “poderoso instrumento”, como ressaltou Bhering, para superar todas as barreiras impostas pela ignorância e pelos erros da humanidade, pelo fanatismo e superstição, possibilitando, então, a consolidação do caminho da verdade. Seu discurso apresentou os possíveis caminhos a serem percorridos em suas aulas, assim como suas preferências literárias e filosóficas. Bhering divide a Filosofia em três partes centrais pelas quais analisa e reflete sobre temas fundamentais como a existência de Deus, a imortalidade da alma, a espiritualidade, a racionalidade e a natureza. Temas delicados, abordados também por autores contestados pela Igreja, e que foram, sem dúvida alguma, geradores do conflito travado com o bispo.

A dialética, por exemplo, seria a “porta por onde entramos para o majestoso Templo da Filosofia”, pela qual o homem “aprende a regular as operações do seu Entendimento – ideia, juízo, raciocínio e método na inquirição da verdade”, penetrando, assim, o santuário de sua alma”. Cita o filósofo francês Condillac (1715-1780), discípulo de Locke e Bacon e, segundo consta, amigo próximo de Diderot e Rousseau, que desenvolveu doutrina onde defendia que todas as ideias derivam dos sentidos, para justificar a dialética como “o seguro

³ Discurso de Bhering na abertura do curso de Filosofia. *O Universal*, edição 419 de 22/03/1830.

trilho das especulações mais difíceis”. Já a Metafísica seria o passo seguinte. Esta “ciência”, que “pelas luzes da razão aproxima o homem ao seu Criador”, possibilitaria ao homem a “maior felicidade”, ou seja, conhecer a si mesmo, conhecer o “princípio de suas operações intelectuais, a substância incorpórea que o anima”.⁴

Que maior ventura do que conhecer pelos princípios Metafísicos, físicos, e Teológicos a Existência do primeiro motor da Natureza, esse único Ente capaz de encher o vazio do coração humano? Que vantagem saber debelar com as armas da razão os sofismas dos Hebesianos, Spinosastis, Lucreianos, e mais Materialistas, e Ateus, e estabelecer na base sólida verdades de tanta monta? Que vantagem conhecer pelas luzes próprias a veracidade dessa Religião, com cujo leite fomos nutridos, quando a nossa razão era incapaz de refletir? Conhecer a alma, demonstrar sua imutabilidade, e espiritualidade, conhecer a Deus, é o verdadeiro culto que lhe devemos prestar. Eis aqui, srs., o objeto da Metafísica, segunda parte da Filosofia.⁵

Em sua referência crítica, Bhering cita pensadores como Espinosa (1632-1677), o pensador pré-socrático Lucrécio (99 a.C.-55 a.C.) e, pela grafia, pode-se supor que o primeiro seja Hobbes (1588-1679). Citados por ele como materialistas e ateus, são criticados em função de seus supostos sofismas, da defesa de teses e ideias falsas em função da má fé. Aqui é importante frisar que as referências aos autores são do próprio Bhering, não configurando, portanto, uma intervenção nossa, mas sim uma análise da forma como ele interpretava tais filósofos. E é neste sentido que seguem os seguintes parágrafos.

Lucrécio, poeta e filósofo latino, considerado um dos filósofos epicuristas, escreveu o poema *De Rerum Natura* e refletiu sobre a mortalidade da alma. Embora o termo “Materialismo” tenha surgido no início do século XVIII, supostamente com Gottfried Leibniz (1646-1716), considera-se que sua origem remonte aos filósofos pré-socráticos, como é o caso de Lucrécio. Já Espinosa tinha origem judia e desenvolveu uma visão crítica sobre a ideia de Deus e em relação à própria Bíblia, que considerava alegórica e metafórica. Hobbes, filósofo inglês, defensor de posições ateístas, autor de *Leviatã*, dentre outras obras importantes, também analisou a natureza humana e escreveu sobre a relação entre Igreja e Estado. Um ponto interessante e que parece ser a tônica desta crítica é que a Metafísica defendida por Bhering como um caminho filosófico para a compreensão da realidade dos

⁴ Discurso de Bhering na abertura do curso de Filosofia. *O Universal*, edição 419 de 22/03/1830.

⁵ Discurso de Bhering na abertura do curso de Filosofia. *O Universal*, edição 419 de 22/03/1830.

fenômenos, assim como um método de ensino aos jovens mineiros, estaria, portanto, em oposição direta ao Materialismo.

No entanto, prosseguia Bhering, o “fruto das nossas fadigas literárias vamos colher na última parte da Filosofia, que se denomina Ética, ou Filosofia Moral”, que por sua vez, ensinaria a “regular as ações, indicando os meios de possuímos aquela Felicidade Suma, para a qual propende nosso coração, bem como no sistema Newtoniano os Planetas procuram o Sol”. Seu discurso buscava claramente defender a criação da cadeira pública de Filosofia como uma iniciativa patriótica e fundamental para a educação da juventude. Era, portanto, parte importante de um projeto político onde estava presente a preocupação de educar e instruir a população, tendo ainda, como mote central, a consolidação de uma esfera pública. Neste sentido, afirma a necessidade da filosofia para iluminar a razão do homem, mas lança uma análise crítica em relação à filosofia “cativa das paixões”, que levaria ao caos e ao sepultamento do homem. “A par do nosso ser andam as paixões que de ordinário lhe fazem perder o equilíbrio, o temperamento que muitas vezes o deslumbra”. Dessa forma, busca logo indicar os princípios da filosofia que pretendia seguir em suas aulas.⁶

Eu trato da Filosofia Cristã, onde o homem da natureza aprende a ser homem social, e encontra arrimo à sua fraqueza assim física, como moral: eu falo dessa Filosofia, que deu eterna nomeada aos Newtons, e Dracks na Grã Bretanha, e Descartes na França, aos Leibnitzs na Alemanha, e a outros Astros brilhantes, que ainda hoje cintilam na República Literária; essa filosofia que immortalizou os Fenelões, os Malebrances, e os Bossuets, enfim a Filosofia fundada na reta razão.⁷

Citando algumas de suas influências filosóficas e literárias Bhering indica a sua base teórica e conceitual, cujo pensamento estava apoiado na *Filosofia Cristã*, termo cuidadosamente empregado em letras maiúsculas. Conjunto de ideias que, embora tenha sido influenciada pelas novidades científicas e filosóficas surgidas ao longo da história, estava ainda marcada pela aproximação entre fé e ciência, buscando sempre explicações racionais. A razão, portanto, tão presente nas palavras de Bhering, não apenas em seus discursos, mas em seus artigos e, certamente, em suas aulas, era a base das reflexões filosóficas. Por isto a busca por explicações racionais naturais e a referência à *revelação*, cujo termo, oriundo da Teologia e expressando a revelação de Deus para a humanidade através da obra da criação, também vai aparecer em outros momentos. O ponto de partida

⁶ Discurso de Bhering na abertura do curso de Filosofia. *O Universal*, edição 419 de 22/03/1830.

⁷ Discurso de Bhering na abertura do curso de Filosofia. *O Universal*, edição 419 de 22/03/1830.

desta filosofia era justamente a *lógica*, o estudo formal do raciocínio, das formas em que a argumentação pode se basear, sendo ela válida ou falaciosa. Na filosofia o estudo da lógica aplica-se em ramos como a metafísica, ontologia e ética, que estavam devidamente distribuídos dentro da divisão previamente estabelecida por Bhering para o curso que se iniciava.⁸

Para ele a Lógica seria, então, uma das etapas fundamentais dos estudos filosóficos, já que por meio dela “aprendemos as regras de bem raciocinar, e adquirimos princípios para a fácil percepção das verdades ainda as mais sublimes, e nos habilitamos para todas as ciências”.⁹ Não por acaso, Bhering opera com a utilização de conceitos e expressões intimamente relacionados ao ambiente religioso e, conseqüentemente, à própria *Filosofia Cristã* com a qual propunha trabalhar. Inseridos cuidadosamente em seu discurso, determinados conceitos e expressões são recorrentes, como por exemplo: obrigações religiosas e sociais, verdade, razão, paixão, religião, natureza, lógica, expurgar, purificar, revelação, superstição, hermenêutica, Templo da Filosofia, contemplação, ontosofia (ontologia), cosmosofia (cosmologia), pnematologia (provavelmente pneumatologia na Teologia Cristã), universo, Teologia Natural, metafísica, ciência, medo, desejo, criador, ética, moral, Deus, doutrina, materialismo, Trono da Divindade.

De forma até mesmo paternal, amorosa e esperançosa, direcionando as palavras especialmente a seus alunos, Bhering finaliza seu discurso da seguinte forma:

Portanto, amados Alunos, procurai beber nas fontes mais depuradas da Filosofia sólidos princípios para o ornamento da vossa Razão, e fundamento da vossa conduta: os Autores clássicos mais abalizados serão o meu manual cotidiano, vossa educação moral, e científica atrairão todos os meus desvelos, possam eles achar acolhimento nas vossas índoles: nada mais exijo de vós, que uma assídua aplicação, unida ao desejo, que tendes de saber: se anuides a estes meus sinceros votos eu vos afianço, que adquirireis alguns princípios mais essenciais da Filosofia, com que possais correr rapidamente pelo vasto campo da Literatura: Enfim sede discípulos aplicados, e muito aproveitareis, não das minhas luzes, que nenhuma são, mas dos melhores Filósofos, cujas doutrinas fielmente vos comunicarei com escolha: mostrai à Província, que sois Mineiros, e que não de balde correstes pressurosos à voz do Patriotismo único móvel deste estabelecimento Literário. É este o meu voto, possa ele realizar-se.¹⁰

⁸ Algumas poucas informações presentes neste parágrafo específico, especialmente aquelas relativas à chamada *Filosofia Cristã*, foram levantadas a partir de pesquisas realizadas no sítio da *Wikipédia: a enciclopédia livre*. Acessado em 11/05/2015.

⁹ Discurso de Bhering na abertura do curso de Filosofia. *O Universal*, edição 419 de 22/03/1830.

¹⁰ Discurso de Bhering na abertura do curso de Filosofia. *O Universal*, edição 419 de 22/03/1830.

O “patriotismo” dos mineiros era exaltado de forma bastante entusiasmada pelo professor que, desta forma, tanto agradecia ao empenho daqueles “patriotas” em estabelecer aquele curso público de filosofia, como também era empregado para convocar os jovens alunos ao grêmio daqueles mesmos “patriotas”, indicando-lhes um caminho na vida social e na estrutura política da sociedade mineira e imperial. Significativo desta ideia é o emprego do termo “mineiro”, que em determinados momentos, dependendo do seu uso, parece carregar consigo a ideia de “patriota”, de liberal propriamente, como se ambos fosse sinônimos.

No momento em que assume a cadeira de Filosofia em Ouro Preto Bhering ainda era redator do *Novo Argos*. No entanto, logo no mês de abril daquele ano ele deixa a redação daquela folha e se inscreve para participar de uma seleção pública para lecionar na cadeira de Retórica da província, que estava em vias de ser transferida para a cidade de Mariana. Em 16 de abril Bhering foi sabatinado em audiência pública pelos examinadores indicados pelo Conselho Geral, os professores Miguel Arcanjo da Incarnação e Emerenciano Maximo de Azeredo Coutinho, que o aprovaram para assumir aquela cadeira. Mas, obviamente, a sua aprovação foi motivo de indignação por parte do *Telegrapho* que afirmou que o “exame” fora “arranjado a dedo” para que Bhering fosse aprovado. O concurso, porém, se dava perante os conselheiros e mestres convidados que faziam perguntas ao candidato. E dentre eles estavam presentes tanto “patriotas”, quanto alguns “telegráficos”.¹¹

Analisemos como se deu o processo e as motivações que levaram alguns a contestar o resultado do concurso.

O Conselho do Governo reconhecendo a necessidade de se prover a Cadeira de Retorica nesta província fez anunciar por Editais que se afixaram a 9 de Março do corrente ano que ela se punha a concurso, e que comparecessem

¹¹ Em outro momento, por exemplo, o próprio Bhering, na qualidade de Lente de Retórica, foi convidado para participar do exame aos cidadãos inscritos para concorrer à outra Cadeira de Filosofia estabelecida na cidade de Ouro Preto. O outro avaliador era o padre mestre Afonso, professor de Filosofia do Colégio do Caraça. E dentre os três candidatos avaliados nesta ocasião foi aprovado o padre José Antonio Marinho, classificado em primeiro lugar pelos dois avaliadores e depois confirmado pelo Conselho de Governo. Ao público era permitido assistir ao processo, que na ocasião foi realizado em dois dias sucessivos. Seguindo a tendência de dar publicidade aos eventos e conclamar o povo a participar dos acontecimentos da pátria o redator do *Universal* escreve: “os principais Cidadãos do País concorreram às galerias e mostraram tomar uma parte muito ativa neste negócio. Folgamos muito de ver como a indiferença se vai desterrando dentre nós, e como o público esquadrinha com minuciosa atenção os passos do Governo. Se a publicidade em todos os atos da Administração é uma das mais saltares garantias do cidadão, ela é de todo indispensável, quando se trata de prover os empregados no Magistério”. E refletindo sobre o papel fundamental da educação, traço marcante na atuação de alguns patriotas, afirmava: “é do ensino da mocidade que pendem os destinos de um povo; e quando não há a mais escrupulosa atenção no seu provimento, longe de ser um bem, torna-se um mal, e mal perigosíssimo ao Estado”. E conclui tecendo elogios ao novo professor de Filosofia, o padre Marinho. Interessante é que mesmo entre os liberais “patriotas” nem sempre havia tanta afinidade e alinhamento, como é o caso das divergências que observamos surgir entre Bhering e Marinho, como veremos mais adiante. *O Universal*, edição 670 de 09/11/1831.

os Opositores a exame. Depois de um mês e 5 dias não tendo aparecido um só Opositor o Padre Antonio José Ribeiro Bhering fez o seu requerimento ao Conselho opondo-se à Cadeira no dia 14; e a 16 foi examinado, e plenamente aprovado com louvor e satisfação geral do Conselho, e de grande no. de Cidadãos que haviam concorrido às Galerias para assistir a este ato; e logo depois do exame o Conselho o proveu na Cadeira legal, e legitimamente.¹²

Há de se considerar que Bhering havia sido o único interessado que formalizou sua inscrição junto ao Conselho no prazo determinado. É mais do que claro que ambos os grupos, tanto “patriotas” quanto “telegráficos”, tinham conhecimento da importância da formação de jovens no sentido de seus respectivos posicionamentos políticos, o que por sua vez, indica que ter um de seus partidários à frente da educação da mocidade era fundamental na formação de novos cidadãos. Nesse sentido, podemos lançar alguns questionamentos.

É possível que Bhering, desde a divulgação pública do concurso, tenha se interessado em concorrer, mas tenha retardado sua inscrição para evitar conflitos desnecessários com relação a seu nome até a realização do exame. Mas de fato ele foi o único interessado a se inscrever. É bem possível também que por meio do alinhamento dos “patriotas” ele poderia ter se beneficiado de alguma forma para assumir a cadeira, mesmo sendo reconhecidamente capaz de tal empreitada. Mas não é o que parece. De qualquer forma, no dia seguinte à sua aprovação, que foi assistida por um grande número de cidadãos presentes nas galerias do Conselho, começaram as manobras dos “telegráficos”, desta vez dizendo que havia outro candidato que não havia sido examinado. O mesmo teria procurado o Conselho após findar o prazo estabelecido e após a sabatina e aprovação de Bhering. Tentou-se, de diferentes formas, reverter a decisão do Conselho. A imprensa repercutia a disputa e os interessados em ver Bhering longe de Mariana questionavam os examinadores, os prazos e o próprio Conselho. Mas, na luta travada entre ambos, venceu a legalidade do concurso, com a aprovação de Bhering, único opositor inscrito e aprovado.

Voltava, portanto, a lecionar em Mariana, para a satisfação dos “patriotas” marianenses e, certamente, desgosto dos “telegráficos”. E desta vez devidamente aprovado em concurso público. Interessante é a afirmação do redator do *Universal* que, após realizar a análise dos fatos acima mencionados, criticou a decisão do Conselho de estabelecer a Cadeira de Retórica em Mariana. Assim, criticava tanto a possibilidade de o “patriota” Bhering atuar fora de Ouro Preto, como o “servilismo” e as perseguições que este

¹² *O Universal*, edição 430 de 21/04/1830.

enfrentaria em Mariana, sede do bispado, de onde havia sido forçado a se mudar no ano anterior.

Na qualidade porém de Escritor Público jamais aprovaremos a Resolução do Conselho que determina que a Cadeira tenha seu assento na Cidade de Mariana, e desejamos que reformando nessa parte a sua Resolução não queira privar-nos de um tão bom Patriota para o ir sepultar no foco do servilismo, e onde é necessário que se sigam à risca as Opiniões Episcopais para se não viver isolado da comunicação dos mais homens.¹³

De fato, uma correspondência assinada pelo “Estupezato”, bastante curiosa e até mesmo engraçada, dá bem uma ideia a respeito do clima tenso que viviam os estudantes de Mariana que, com o retorno do padre mestre Bhering, logo iria se agravar. O “Estupezato” narra que estando em Mariana certa noite, “convidado pelo luar, que então era excelente, fui passear pelas ruas, e numa delas encontrei duas pessoas em travada conversação: levado então da curiosidade procurei ouvir alguma coisa”. Eram dois ordenandos que assim falavam:¹⁴

Amigo, o P. Bhering vem abrir aula de Retorica nesta Cidade, e como intento aplicar-me a esta Arte, e sempre foste meu colega, desejo que nos matriculemos na sua Aula. – Nada meu amigo, eu estou de Evangelho, e tu de Epistola, e se [formos] para essa Aula muitos males nos hão de sobrevir. – Pois que males? Por ventura os Eclesiásticos não devem conhecer os preceitos da Oratória? Ou acaso a Retórica é alguma fonte de males? – Não. Tu não me entendes; S. Ex..... – Basta. Maldigo a minha sorte. Que deseje eu tanto ser um bom Orador, que haja aula de Retórica, e que não me possa aproveitar dela!!! – Amigo enquanto não..... – Mas isso tardará muito.¹⁵

E segue o “Estupezato”:

Esta última reticência deu-me muito que pensar; mas no dia seguinte indo eu visitar a uma pessoa da minha amizade, que não é Telegrafica, disse-me esta; que S. Ex. Rma. pretendia a sua demissão, o que me aclarou o espírito a cerca da tal reticência. Que tal, Sr. Redator! Que lhe parece esta! Não faz a um homem ficar – *Estupezato*.¹⁶

¹³ *O Universal*, edição 430 de 21/04/1830.

¹⁴ *O Universal*, edição 457 de 23/06/1830.

¹⁵ Correspondência do “Estupezato”. *O Universal*, edição 457 de 23/06/1830.

¹⁶ Correspondência do “Estupezato”. *O Universal*, edição 457 de 23/06/1830.

Os indícios que a correspondência do “Estupezato” trazem são interessantes para se pensar o ambiente vivenciado pelos jovens seminaristas de Mariana, além de corroborar, em parte, o discurso dos “patriotas” de Ouro Preto, sobre as perseguições e punições aplicadas pelo bispo e seus auxiliares aos estudantes que seguissem por caminhos não “convencionais”, digamos assim, em seus estudos. O cenário nebuloso apresentado pelos estudantes naquela convidativa noite de luar em Mariana, já fora observado anos antes quando da perseguição e demissão de pessoas do Seminário. No entanto, eles especulavam neste momento, que coincide com a volta de Bhering a Mariana, sobre a possibilidade do pedido de demissão por parte do bispo, a qual era vista com bons olhos, ao menos na visão dos dois alunos e do “Estupezato”. Seria uma possibilidade de superar aquele cenário traiçoeiro estabelecido em Mariana, o que possibilitaria, por exemplo, que aqueles ordenandos assistissem às aulas de Bhering sem sofrer punições e perseguições.

Bhering foi, então, confirmado como professor de Retórica e a cadeira transferida para Mariana. E já em julho daquele mesmo ano anunciava ao público que os alunos da sua “Aula do Ensino Mútuo”, nome dado aos cursos de Ouro Preto, seriam examinados em Lógica, evento para o qual convidava a todos os cidadãos e os “amantes das ciências”. Esperava que assim, publicamente, “seus discípulos desenvolvendo os princípios Lógicos mostrem ao público, que não tem sido frustrados seus esforços literários”. Bhering rogava “encarecidamente a todos os Cidadãos, queiram honrar um ato, que pela vez primeira tem lugar na Capital de Minas”.¹⁷

Em momentos como esse, de forte apelo ao público, de compartilhamento das dificuldades e de celebração das superações, é que podemos observar com mais clareza as nuances do patriotismo que estes cidadãos tanto prezavam. Dar publicidade às suas ações era convocar o público para a sua efetiva participação no progresso da Pátria, enfatizando o caráter quase que sagrado, constitucional e legal de tal participação. Era este o caminho para se forjar a cena pública, a esfera pública. Mas é preciso considerar, também, que nesta necessidade em dar visibilidade a tais atos e acontecimentos estava certamente contida a projeção pessoal e partidária, o que possibilitava transcender o ambiente local e provincial e conquistar, por exemplo, visibilidade até mesmo na Corte. Não era, portanto, apenas para o conhecimento público, mas também em função dos interesses políticos e pessoais que tais atos e acontecimentos ganhavam decidida repercussão nas páginas dos periódicos.

¹⁷ *O Universal*, edição 460 de 30/06/1830.

Neste sentido, a “crença na qualidade do juízo público não está fundada na qualidade essencial do público empiricamente entendido enquanto reunião de um grupo de pessoas interessadas”, mas sim “no processo de discussão e mútua ilustração que a visibilidade das questões comuns suscitaria”. Nesta passagem, escrita por Valdei Lopes de Araujo sobre a narrativa construída por Teófilo Ottoni em sua *Circular*, aparecem claramente associados a preocupação com a trajetória pessoal e a questão da visibilidade e publicidade. Assim, analisando a esfera pública naquele momento, Araujo sugere que “a busca de visibilidade que deslocou o jovem Ottoni de seu destino provinciano só poderia satisfazer-se com a existência e ampliação de espaço público onde a ação individual não fosse submergida na escuridão do poder pessoal”.¹⁸ Tal passagem é significativa deste liberalismo vivenciado por estes cidadãos, como Bhering e Ottoni, e da busca por uma experiência/vivência que não apenas fomentasse a formação de novos espaços, mas também, que desse a estas experiências, publicidade e visibilidade.

Não por acaso, os momentos de abertura das aulas públicas, de encerramento e, principalmente, a realização dos exames dos respectivos alunos, era um ato público divulgado pelos “patriotas”, que convocavam a participação dos pais e familiares, assim como das autoridades públicas. Na ocasião do exame dos alunos da “Aula do Ensino Mútuo” de Filosofia houve grande presença de cidadãos, vereadores e até mesmo o presidente da província compareceu. Nesta mesma ocasião os “patriotas” celebraram o decreto do Imperador que confirmou Bhering como professor na cadeira de Retórica de Mariana, que vinha sendo contestada firmemente pelos “telegráficos”.¹⁹

Chama a atenção, em torno deste embate, a curiosa denominação “Aula de Ensino Mútuo”, cujo conceito novamente remete aos esforços lançados por estes cidadãos em fomentar e manter uma instrução pública da mocidade. Procurando informações que nos possibilitassem compreender o seu funcionamento, foi possível identificar que, aparentemente, eram cursos e aulas gratuitas de diferentes mestres, dentre eles Bhering e Herculano Ferreira Pena²⁰, que lecionavam diferentes disciplinas. Por exemplo, os jovens

¹⁸ ARAUJO, Valdei Lopes de. “Teófilo Benedito Ottoni: visibilidade e esfera pública no Brasil Oitocentista”. In. PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação: ideias e práticas políticas no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999, p.165-189, citação p.178.

¹⁹ Ver os documentos manuscritos indicados nas Referências Bibliográficas e que versam sobre o tema.

²⁰ Herculano Ferreira Pena foi também periodista, tendo sido redator do *Novo Argos* após a saída de Bhering, foi professor em Ouro Preto e participou ativamente dos trabalhos da *Sociedade Promotora da Instrução Pública* fundada em Ouro Preto no início da década de 1830. Era um dos “patriotas mineiros” com importante atuação na pedagogia liberal moderada, tendo lutado naquele período para consagrar as liberdades conquistadas e instruir a sociedade no caminho da regeneração política brasileira pós-independência. Foi, ainda, político de grande destaque durante o Segundo Reinado. Nasceu em 1811 na província de Minas Gerais, não se sabe exatamente onde, e veio a falecer no Rio de Janeiro em 27 de setembro de 1867, após distintos cargos no governo. Foi secretário de Governo da província durante os governos de Limpo de Abreu e

tinham aulas de Filosofia e Francês, cujo mestre era o padre Bhering, e também assistiam a aulas onde se abordava disciplinas como *Gramática Nacional*, *Doutrina Cristã*, *Constituição*, *Geometria e Aritmética*.

Mesmo provido oficialmente na cadeira instalada em Mariana, Bhering anunciava ao público que não deixaria de lecionar nas aulas de Filosofia e Francês, que por sua vez estavam sediadas em Ouro Preto. Estes dois cursos terminaram as suas atividades do ano em outubro de 1830, mas Bhering anunciava que haveria nova turma começando em fevereiro de 1831 e convocava aos jovens interessados “na certeza de que nada dispenderão com o ensino; pois o anunciante só aspira o aproveitamento da mocidade Mineira”. E dessa forma aproveitava para “pagar o tributo de gratidão a todos os srs. da Sociedade Filantrópica, que tão benigna e generosamente o acolheram quando perseguido pelos inimigos da Luz, e da Liberdade”.²¹

Havia uma constante disputa na imprensa pela supremacia dos respectivos cursos. Era lançada pelos redatores e travada também entre os mestres das cadeiras existentes na província. Tratando especificamente dos cursos existentes em Ouro Preto e Mariana, o *Telegrapho* buscava desqualificar as aulas estabelecidas pelos “patriotas”, dizendo que poucos eram os alunos que procuravam se aproveitar das mesmas, ou que em função disso os cursos não chegavam ao fim. Em determinado momento aquele periódico chegou a dizer que o “Padre Bhering fechou a Aula de Filosofia aberta com tanto estrondo”. Embora não tenhamos as edições do *Telegrapho* para analisar, pois pouquíssimas sobreviveram ao tempo, foi possível ver transcritas algumas de suas passagens no *Universal*, que analisava os textos daquele outro jornal. Diz o “Marianense inimigo da calunia”, correspondente do *Universal*, que a “Aula de Filosofia”, de Bhering, “continua e continuará enquanto ele viver”. No entanto, admite que “uma enfermidade aguda, de que foi acometido, o obrigou a suspender por alguns dias as lições de Filosofia, porém como já se acha restabelecido ele prossegue na mesma tarefa”.²²

A preocupação com a opinião pública e também a necessidade de divulgação dos feitos realizados por ambos os grupos se refletia claramente nos artigos dos redatores e nas

Bernardo de Vasconcelos; deputado geral em diferentes legislaturas; presidente da província de Minas em 1856; e nomeado senador em 1853. “Foi o brasileiro que durante o Império maior número de províncias administrou”. Foram elas: Espírito Santo (1845), Pará (1846), Pernambuco (1848), Maranhão (1849), Amazonas (1853), Minas Gerais (1856), Bahia (1859) e Mato Grosso (1862). “Este fato mostra o alto apreço em que os diversos gabinetes de que foi delegado tinham a sua capacidade administrativa, a sua solicitude pela causa pública, os seus sentimentos honestos e patrióticos”. Ver XAVIER DA VEIGA, José Pedro. *Efemérides mineiras...* Op. cit., p.852-853.

²¹ Anúncio de Bhering. *O Universal*, edição 506 de 18/10/1830.

²² Correspondência do “Marianense inimigo da calunia”. *Estrella Mariannense*, edição 05 de 05/06/1830.

correspondências publicadas. Mesmo que a procura pelos cursos fosse pequena, o que as fontes claramente indicam em alguns momentos, era preciso maquiagem ligeiramente a realidade e pintá-la com cores mais atraentes. Assim, ambos os grupos buscavam desqualificar as realizações um do outro e atacar os feitos e iniciativas, objetivando o desprezo público. Especialmente no caso dos “patriotas”, tão empenhados na consolidação de uma esfera pública, tal situação era combatida de forma veemente, buscando debelar quaisquer suspeitas em relação às aulas públicas que estabeleciam em prol da mocidade. Pelo lado dos “telegráficos” era preciso também divulgar as aulas do Seminário e, conseqüentemente, atacar os mestres, os cursos e as iniciativas dos “patriotas”. Tais disputas ficam claras em determinadas passagens, como esta abaixo transcrita.

O Telegrafo, que nem ao menos sabe a definição de Filosofia, pretende desqualificar o Padre (Bhering), quando avança, que *ensinou Filosofia em poucos meses, quando nos Claustros se gastam anos*: saiba também o Telegrafo que o Padre se cobriria de opróbio, se constasse que na sua Aula respirava ideias de frades, gente no seu modo de pensar a mais desprezível da sociedade: a Filosofia, que ele explica consome um ano, e não 4 meses, e tal é a que ensinam todos os professores públicos; porem é necessário que digamos ao vil escritor, que essa mesma Filosofia, que ele tanto despreza, por ser pelo Padre explicada tem merecido plena aprovação dos Sábios Lentes da Academia Paulistana; e que mais pode ambicionar o Padre Bhering? O que é o velho Cortes, e todos os seus sequazes na presença dos Lentes de S. Paulo? É o mesmo que a toupeira em relação ao lince.²³

A oposição “telegráfica” buscava desqualificar as aulas de Bhering e a sua competência para ensinar a mocidade. Fica obvio que em função do conflito direto travado com o bispo dentro do Seminário, Bhering era um dos “patriotas” mais diretamente atingidos pelos ataques. Em outros periódicos analisados neste momento aparecem escritos em seu desabono. A repercussão chegava, muitas vezes à Corte, geralmente em artigos e correspondências transcritas dos periódicos de Minas Gerais que, de acordo com seus respectivos posicionamentos, reproduziam em suas páginas as diferentes visões sobre o conflito. Muitos eram também os artigos de liberais defendendo as atitudes e os sentimentos

²³ Correspondência do “Marianense inimigo da calúnia”. *Estrella Mariannense*, edição 05 de 05/06/1830. Neste mesmo periódico, precisamente na sua edição 36 de 13/01/1831, outro exemplo desta busca por desqualificar o curso alheio, seu mestre e até mesmo os respectivos discípulos. Um correspondente denominado o “Escrupuloso” afirmava que havia presenciado fatos que desacreditavam o Seminário de Mariana. Dentre eles, que os alunos do Frei Antonio – que assumiu a cadeira de Filosofia do Seminário após a demissão Bhering – haviam despedaçado o busto de D. Frei Manoel da Cruz, fundador do Seminário e “digno certamente de muito respeito”. Lamentava o “Escrupuloso”: “Admira que os Discípulos do Sr. Fr. Antonio sejam capazes de tanto! Em abono da verdade é necessário confessar que enquanto a Cadeira de Filosofia foi regida pelo Sr. Padre Bhering, jamais se virão tais desatinos”.

do padre. A publicidade dada ao conflito fez repercutir seu nome pela província, onde encontrou a simpatia de jovens “patriotas”, que assim como ele buscavam a consolidação da Constituição e de suas benesses, da liberdade de imprensa, da instrução pública, entre outras. Porém, é também certo que encontrou desavenças, intolerância e a perseguição por parte de outros cidadãos oposicionistas.

Tentando contornar as críticas sobre a suposta falta de interesse em relação a seu curso, Bhering publica uma correspondência na *Estrella Mariannense* com a lista nominal dos alunos matriculados em seu curso de Retórica em Mariana. Dizia ele:

Sendo eu bastantemente invectivado pelo Telegrafo (no que tenho muita honra), cumpre-me apresentar ao público sensato a lista dos meus Alunos matriculados na minha Aula, afim de que meus Patrícios possuam mais um documento comprobatório do espírito de calunia, que anima àquele rabiscador. – *Quando respeitamos a Lei; é de balde que os nossos inimigos nos oprimem com a sua arma favorita.*²⁴

E, depois de inserida a lista nominal de seus alunos, prosseguiu:

Todos estes Jovens se destinam à Magistratura, e moram na minha companhia. Eu desejava que os srs. cidadãos de Mariana frequentassem a minha Aula, para se convencerem, de que não venço ordenado da Soberana nação em santo ócio. Eu desejava que o sr. Juiz de Paz, os srs. Vereadores, e o sr. Fiscal de quando em vez assistissem às minhas lições, para se não deixarem iludir com as acusações vagas do Telegrafo, e de outros miseráveis sevandijas *cabaneiros*, que tão gratuitamente me perseguem.²⁵

Fato é que a perseguição sofrida por Bhering e muitos outros “patriotas” se intensifica na mesma medida em que os ataques ao bispo, ao *Telegrapho* e outros cidadãos tidos como “telegráficos”, também se acentuam. Os ataques pessoais ao bispo e aos frades que o auxiliavam se tornam mais graves e diretos. Vinham de correspondentes enfurecidos que narravam fatos corriqueiros ocorridos nas ruas de Mariana, de alunos do Seminário que presenciavam atitudes opressoras e perseguições, assim como de autoridades do próprio Conselho Geral, das câmaras municipais das duas cidades e de leitores de outras partes da província que se alinhavam ao pensamento dos “patriotas”. Foi neste momento que o bispo

²⁴ Correspondência de Bhering publicada na *Estrella Mariannense*, edição 46 de 30/03/1831. Eram sete os alunos matriculados em sua aula de Retórica e todos eram de fora da cidade de Mariana.

²⁵ Correspondência de Bhering publicada na *Estrella Mariannense*, edição 46 de 30/03/1831.

revogou a faculdade de pregador concedida a Bhering após a sua habilitação, impedindo oficialmente que ele pudesse pregar ao público e, obviamente, agravando as divergências e a crise existente em seu bispado.²⁶

Do lado dos “patriotas” vigorava com certa intensidade a imagem de um bispo avesso à Constituição e às liberdades conquistadas, de um inimigo a ser combatido sistematicamente e com todas as forças. As ocorrências analisadas a seguir demonstram como este embate se agravou em função do ingresso de muitos daqueles jovens “patriotas” e de alguns “telegráficos” nas instâncias de poder da província e do Império, assim como em função das significativas mudanças ocorridas no conturbado período Regencial.

2.

O 7 de Abril de 1831 e a “regeneração” política do Brasil

A trajetória pública de Bhering começou a ganhar novos contornos na década de 1830, quando passou a ocupar cargos de destaque no governo da província na Corte. Foi eleito “juiz de fato”, quando na ocasião, os membros eram escolhidos pelos eleitores de cada paróquia para compor o júri do município, uma espécie de tribunal onde se analisava as mais diversas ocorrências da municipalidade, dentre as quais, casos envolvendo conflitos derivados da liberdade de imprensa. Assumiu, inicialmente na condição de suplente, o cargo de conselheiro provincial, passando a compor o prestigiado Conselho Geral da Província, que contava com a presença de homens de grande envergadura política na época, tanto na província, como no âmbito da Corte imperial.²⁷

²⁶ Bhering havia sido habilitado como orador sagrado, um direito concedido pelo bispo para que os padres exercessem a pregação, mas esse direito foi revogado pelo mesmo bispo em função dos mesmos motivos que levaram à demissão de Bhering do Seminário. Outro padre também havia sido impedido de continuar pregando naquele momento. A questão gerou debates acalorados na imprensa, questionando-se os direitos do bispo de interferir em assuntos temporais e não apenas espirituais, já que as motivações eram políticas, em função de Bhering não seguir as mesmas crenças ou doutrinas políticas que o bispo e seus auxiliares seguiam. No entanto, devido aos esforços de autoridades liberais “patriotas”, tanto na província como na Corte, e em função do fortalecimento do partido depois do 7 de abril de 1831, o bispo teve de reverter esta e outras decisões que havia tomado contra os padres liberais de Mariana. Neste mesmo artigo, publicado no *Universal* sem assinatura, o autor analisa com base no Concílio Tridentino as prerrogativas do bispo para proceder daquela forma. Fala-se inclusive que Bhering havia morado no Palácio Episcopal durante o seu período de estudos, informação importante para se pensar a proximidade que ele e o bispo tinham antes das rusgas. *O Universal*, edição 516 de 08/11/1830.

²⁷ O Conselho Geral da Província era composto naquele momento por homens como Bernardo Pereira de Vasconcelos, Manoel Inácio de Mello e Souza (foi presidente da província), o arcipreste João Batista de Figueiredo, Manoel José Monteiro de Barros, Francisco Pereira de Santa Apolônia (padre mineiro, doutor em

O Conselho deliberava para toda a província, examinando as contas das câmaras municipais, com as quais estabeleceu estreitos vínculos, modificando posturas, estabelecendo o orçamento provincial, dentre outras providências, e respondendo à Assembleia Geral Legislativa na Corte sobre variados temas. As representações enviadas ao Conselho pelas câmaras municipais, por exemplo, poderiam ser acatadas pelos conselheiros e transformadas em propostas para que houvesse deliberação a respeito. Era, portanto, o principal canal de representação política em nível provincial. Tinha, ainda, a importante função de receber denúncias contra autoridades provinciais e funcionários públicos, investigar, formar processos e depois remeter à Assembleia Geral ou diretamente ao governo central. Todas as províncias contavam com seus Conselhos Gerais que foram mais tarde, em função do Ato Adicional de 1834, substituídos pelas Assembleias Legislativas Provinciais.

No Conselho Geral de Minas Gerais Bhering teve dedicada atuação em prol da instrução pública. Ali defendeu um projeto ambicioso que visava converter a cidade de Mariana em um centro de estudos preparatórios de toda a província. Bhering era também vereador na Câmara Municipal de Mariana e sua proposta acabou gerando certo atrito com a Câmara Municipal de Ouro Preto, cujas autoridades não pretendiam perder os cursos ali estabelecidos. Sua iniciativa, no entanto, aponta para elementos que vão além da intenção mais óbvia. Nela parece estar contida também a possibilidade de que, estabelecendo em Mariana as cadeiras preparatórias da província, logo se buscasse articulação política para ocupar o prédio do Seminário, transferindo sua administração para o governo. Desta maneira seria possível alocar todas as cadeiras em um único e específico espaço, concretizando a almejada utilidade pública daquela instituição que dessa forma seria administrada com base nas leis e na Constituição. Certamente seria mais uma forma de Bhering atingir o bispo pelas vias legais, retirando de suas mãos um de seus mais importantes patrimônios, um dos pilares de sua sustentação na diocese.²⁸

cânones em Portugal, presidente da província em diferentes ocasiões, contando quase 90 anos de idade, e a quem Bhering substituiu no cargo de *Chantre* da Catedral da Sé de Mariana), Theotônio Alves de Oliveira Maciel, Manoel Soares do Couto (depois presidente intruso na *Revolta do Ano da Fumaça* em 1833), José Feliciano Pinto Coelho da Cunha (líder da *Revolução Liberal* de 1842, quando chegou a ser declarado presidente da província pelos rebeldes liberais), Manoel Rodrigues Jardim, Antonio José Monteiro de Barros, Antonio José Ferreira Bretas, José Pedro de Carvalho (um dos líderes da *Revolução Liberal* de 1842), dentre outros, já que muitos cidadãos assumiam como suplentes em função da saída de membros para assumir outros cargos no governo.

²⁸ A questão vinha sendo levantada também pelas páginas imprensa periódica. Questionava-se a legalidade de se manter aquela instituição nas mãos do bispo, especialmente em função do agravamento das tensões entre o bispo e os “patriotas”. O redator da *Estrella Mariannense* reforçava o coro: “não é possível que um Seminário feito a expensas de particulares se considere ainda por muito tempo como um patrimônio Episcopal, antes pelo contrario nós esperamos que muito breve ele seja considerado como uma propriedade da Nação, e como tal

Tratando dos Conselhos de Minas Gerais e São Paulo, Carlos Eduardo França de Oliveira, sugere que o “trabalho de aprovação de posturas preenchia boa parte do expediente dos conselheiros”, pois era de sua exclusiva competência. “Além da quantidade de municipalidades, requeria-se dos conselheiros um trabalho de análise, alteração, admissão ou supressão de artigo por artigo de cada postura”. Esta dificuldade estaria ligada às variadas formas utilizadas pelas câmaras municipais para redigir suas posturas. Isto levou o conselheiro Bhering, como afirma o próprio Oliveira, “a clamar por uma maior simplicidade na elaboração desses documentos pelos vereadores, e por medidas menos opressivas ao povo”.²⁹

A eleição para compor o Conselho Geral, para o júri do município, vereadores, deputados provinciais e gerais, senadores e demais cargos eletivos, estavam baseadas no processo eleitoral da época. É importante entender como se dava a eleição. As câmaras municipais estabeleciam os prazos para a realização das eleições que ocorriam, primeiramente, no formato de assembleias paroquiais. Os cidadãos de cada paróquia se reuniam e escolhiam aqueles que seriam qualificados como eleitores. Estes representavam uma peça fundamental em todo o processo eleitoral, já que eram apenas eles, na condição de eleitores, que poderiam votar e eleger seus representantes. Bhering passou por este processo, sendo qualificado primeiramente como eleitor, para depois ser eleito para os cargos que veio a ocupar.

Naquele momento, no âmbito do governo geral e da situação política do Império, questões bastante delicadas vinham se somando e, como consequência, ocorreu a Abdicação do Imperador Pedro I e o fim do Primeiro Reinado em 7 de abril de 1831. Em realidade, desde a instalação da Assembleia Constituinte em 1823, parte dos deputados vinha buscando a limitação dos poderes do Imperador. Os atritos com a Câmara dos Deputados foram constantes e o afastamento do poder dos irmãos Andradas, José Bonifácio e Martin Francisco, quando ocorria a votação do Projeto de Constituição, teria corroborado a crítica ao elemento português. Neste processo ainda ocorreu o fechamento da Assembleia Geral, a institucionalização do Poder Moderador e as mudanças no processo eleitoral. Entre a reabertura do Parlamento, em 1826, e a Abdicação em 1831, os enfrentamentos foram seguidos e os debates sobre os rumos da nação se forjaram com mais intensidade, como

muito apto para acomodar todas as cadeiras já criadas, e as que se houverem de criar”. *Estrella Mariannense*, edição 80 de 06/12/1831.

²⁹ OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. Entre o local e o provincial: os Conselhos Gerais de Província e as Câmaras Municipais, São Paulo e Minas Gerais (1828-1834). *Almanack*, n.9, p.92-102, Guarulhos, abril de 2015, citação p.96.

podemos ver nos capítulos anteriores, no cenário específico da província de Minas Gerais, acompanhando a trajetória de Bhering.

Em 1829 o Império enfrentava um cenário ainda mais peculiar, quando foi estabelecida a “suspensão dos direitos individuais em Pernambuco e províncias vizinhas, adicionada a uma maciça troca de presidentes de províncias – que objetivava a vitória nas eleições para o novo Parlamento”.³⁰ No entanto, o governo não logrou êxito em seus intentos e a evidência foi o retorno de muitos desafetos políticos ao poder, assim como a ascensão de uma nova geração de homens que fariam intensa oposição ao governo de Pedro I. Fatos importantes ocorreram no período e contribuíram para a queda do Imperador: as seguidas trocas de ministros, demonstrando certa instabilidade no governo, além da sua baixa popularidade; as divergências internas, com a Guerra Cisplatina e a oposição de determinados setores da sociedade; questões externas, como o Tratado de Paz e Amizade assinado com Portugal e a onda revolucionária de 1830 na Europa, com a renúncia de Carlos X na França e a ascensão dos liberais; o assassinato do jornalista liberal Líbero Badaró³¹ em São Paulo e sua ampla repercussão pelo Império, incrementando a causa liberal; assim como a infeliz viagem à província de Minas Gerais, acontecimento que contribuiu para a Abdicação do Imperador em 7 de abril de 1831.

³⁰ PEREIRA, Vantuil. “Petições: liberdades civis e políticas na consolidação dos direitos do cidadão no Império do Brasil (1822-1831)”. In: RIBEIRO, Gladys Sabina (org.). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2008, p.97-129, citação p.101.

³¹ Giovanni Battista Libero Badaró (1798-1830) foi um médico, político e jornalista italiano radicado no Brasil, onde chegou em 1826, indo residir em São Paulo. Adepto e defensor das ideias liberais fundou e redigiu naquela cidade, no ano de 1829, o periódico *O Observador Constitucional*, que era impresso na *Tipografia do Farol Paulistano*, e que tornou-se uma das mais importantes folhas liberais da província de São Paulo e que, assim como outras folhas do Império, circulou por outras províncias, repercutindo nas demais folhas liberais. Assim, ganhou tanto o respeito dos liberais, como a inimizade por parte dos conservadores. Comentou em sua folha, por exemplo, os acontecimentos da *Revolução dos Três Dias Gloriosos*, que destronou Carlos X na França, fazendo repercutir no Brasil os ecos daquela onda de liberalismo e exortando os brasileiros a seguir em o exemplo dos franceses. Os estudantes do *Curso Jurídico* de São Paulo celebraram com festa, bandas de música e iluminaram suas casas pela queda do governo “tirano” e “anticonstitucional” na França. Alguns estudantes foram perseguidos e processados pelo então ouvidor Ladislau Japiaçu. Neste momento *O Observador Constitucional* entra na questão, defendendo de forma incisiva os jovens estudantes paulistas e atacando com firmeza o ouvidor Japiaçu, a quem denominou de “Caligulazinho”. Badaró, então, foi assassinado na noite de 20 de novembro de 1830, em São Paulo, quando voltava para sua residência. Teria sido abordado por quatro alemães, a pretexto de lhe entregarem uma correspondência contra o ouvidor, quando foi brutalmente assassinado. Um dos alemães era Henrique Stock que foi julgado e preso. O ouvidor Japiaçu foi ameaçado e teve de fugir da cidade. O Conselho de Governo daquela província teve de intervir e mandar o ouvidor com escolta para o Rio de Janeiro. Diogo Feijó era membro do Conselho e teve papel destacado nas medidas que culminaram com a prisão dos culpados. O assassinato teve grande repercussão por todo Império, especialmente pelas páginas das folhas liberais, que aproveitaram esta oportunidade para fazer justiça a Badaró e fortalecer a sua luta pelas liberdades dos cidadãos e pelo fim das arbitrariedades. Foi um momento, também, que tornou mais propício o ambiente para os liberais mais exaltados. A repercussão do assassinato foi imensa nas folhas liberais de Minas Gerais, gerando textos emocionados em prol das liberdades. A famosa frase, que teria sido dita por Badaró antes de morrer – “morro defendendo a liberdade” ou “morre um liberal, mas não morre a liberdade” – tornou-se mais uma bandeira a ser empunhada pelos liberais. Parte das informações foi levantada em jornais do período, que anunciaram sua morte e escreveram memórias sobre ele, e outras informações no portal da *Wikipédia: a enciclopédia livre*. Acessado em 28/05/2015.

Interessante que, a princípio, a viagem do Imperador a Minas Gerais era divulgada como motivo de muito orgulho. A imprensa mineira, inclusive as folhas liberais, noticiava com grande entusiasmo os preparativos da comitiva imperial, assim como os seus passos em direção àquela capital, descrevendo toda a pompa da receptividade dos mineiros por onde a comitiva passava. Era mesmo um grande evento a recepção ao Imperador em todas as vilas e arraiais. Em Mariana e Ouro Preto os preparativos incluíram até mesmo pedidos das câmaras municipais para que os cidadãos caiassem suas casas, limpassem as ruas e enfeitassem as janelas para receber a comitiva. Muitos arcos enfeitados foram construídos pelo caminho, alguns inclusive bancados por “patriotas” liberais. Mas a sua estadia naquela província não foi exatamente como os “patriotas” imaginavam e, sendo assim, alterou-se definitivamente o posicionamento destes em relação ao Imperador. Lancemos, porém, um golpe de vista sobre alguns trechos da proclamação que o Imperador dirigiu ao povo em Ouro Preto em 22 de fevereiro de 1831.

Mineiros, não Me Dirigirei somente a Vós: o interesse é geral. Eu falo pois com todos os Brasileiros. Existe um partido desorganizador, que, aproveitando-se das circunstancias puramente peculiares da França, pretendem iludir-vos com inventivas contra a Minha Inviolável, e Sagrada pessoa, e contra o Governo, a fim de representar no Brasil cenas de horror, cobrindo-o de luto; com o intento de empolgarem empregos, e saciarem suas vinganças, e paixões particulares, a despeito do bem da Pátria, (a que não atendem) aqueles, que tem traçado o plano revolucionário. Escrevem sem reboço, e concitam os Povos à federação; e cuidam salva-se deste crime com o Art. 174 da Lei Fundamental, que Nos rege.³²

A proclamação de Pedro I, pronunciada pessoalmente aos cidadãos e autoridades presentes naquela cerimônia, não poderia soar mais ofensiva aos ouvidos dos “patriotas”. É possível até mesmo pensar no ambiente daquela sala enquanto discursava o Imperador. O burburinho, os olhares que se cruzavam entre os presentes, dentre os quais estavam “patriotas”, “telegráficos”, pessoas que se conheciam das disputas domésticas da província estavam misturadas aos membros da comitiva imperial. Amigos, correligionários e inimigos mortais estavam presentes na cerimônia. E o Imperador prosseguia, ainda, nos seguintes termos:

³² “Proclamação que S. M. I e C. dirigiu aos Mineiros no dia 22 de Fevereiro de 1831”. *Estrella Mariannense*, edição 42 de 03/03/1831.

Ah! Caros Brasileiros, Eu não Vos falo agora como vosso Imperador, e sim como vosso cordial Amigo. *Não vos deixeis iludir por doutrina, que tanto tem de sedutoras, quanto de perniciosas. Elas só podem concorrer para a vossa perdição, e do Brasil; e nunca para a vossa felicidade, e da Pátria. Ajudai-Me a sustentar a Constituição, tal, qual existe, e Nós Juramos. Conto convosco: contai Comigo.*³³

Em Mariana o Imperador se estabeleceu com sua comitiva no Palácio Episcopal, junto ao bispo Frei José, o que prontamente serviu de mote para a especulação dos “patriotas” e para fomentar a análise dos fatos na imprensa. Para agravar ainda mais o cenário vislumbrado pelos “patriotas”, quando da estada do Imperador em Mariana, a sua “escandalosa” proclamação foi publicada na Tipografia do *Telegrapho*, o que intensificou sensivelmente a irritação dos “patriotas”. A *Estrella Marianense* não tardou em tecer a sua análise e na mesma edição em que imprimiu a proclamação feita pelo Imperador, publicou um texto nada amistoso sobre a mesma. “O dever de Escritor público exige nossas reflexões, para esclarecer os incautos; e o dever de Súdito nos manda que falemos a verdade ao nosso Imortal Imperador, para que Ele se possa dirigir com acerto no meio das intrigas desses pérfidos Conselheiros”. Assim se dirigia ao público o redator daquela folha, que dentre outras críticas relativas à proclamação e ao pensamento do Imperador, lamentava “a sorte do nosso Defensor Perpétuo”.³⁴

*Sim: é desgraçado o Monarca, que não pode ouvir a verdade; e quem pode duvidar, que o Imperador esta neste caso? Só quem não souber o que se passa. A Proclamação alcunha de desorganizador ao partido Liberal, porque este é na frase dos que rodeiam o Trono, o Federalista; mas o partido desorganizador é só esse infame partido absolutista, que tanto mal tem feito ao Brasil; já querendo desviar o povo da inteligência genuína dos princípios Constitucionais, já defendendo os atos mais criminosos do Governo, já premiando os mais encarniçados inimigos da Nação.*³⁵

Neste cenário, apresentado pela *Estrella Mariannense*, é que estariam contidas as origens “dos bárbaros assassinatos, que se tem perpetrado nas pessoas dos liberais, os assassinatos dos Mays, dos Badarós etc., etc”. Enquanto os liberais “federalistas” eram pintados como anarquistas, revolucionários e incendiários, o “partido absolutista” era visto como a causa

³³ “Proclamação que S. M. I e C. dirigiu aos Mineiros no dia 22 de Fevereiro de 1831”. *Estrella Mariannense*, edição 42 de 03/03/1831. Foram mantidos os trechos em *itálico* constantes no documento original.

³⁴ *Estrella Mariannense*, edição 42 de 03/03/1831.

³⁵ *Estrella Mariannense*, edição 42 de 03/03/1831.

dos “Decretos de suspensões de garantias”, do armamento de estrangeiros contra a Nação e, nesta perspectiva, causador dos muitos conflitos do período.³⁶

O emprego do termo “federalismo” vinha sendo divulgado pelos “telegráficos” em uma acepção nitidamente negativa, cujo significado procurava uma associação à ideia de governo republicano, anarquia e violência. A utilização do termo corrobora o embate semântico estabelecido e serviu, no caso dos “telegráficos”, para lançar suspeitas sobre os liberais. Já o emprego do termo, no discurso político destes últimos, procurava relativizar o papel do poder central no sentido da descentralização em debate naquele momento, com a proposta de reforma da Constituição, e estava associado à transferência de atribuições para as províncias, ou seja, concessão de maior autonomia para gerir os seus interesses regionais. Tal concepção, segundo Ivo Coser, estava presente no “pensamento político brasileiro”, daquele exato momento, que “entendia a ideia de federalismo como um arranjo constitucional”.³⁷

Com efeito, os embates entre ambos, “telegráficos” e “patriotas”, dadas as mudanças significativas do cenário imperial, se intensificaram. O Conselho Geral da Província teve papel central nesta nova configuração dos embates. Suas atividades eram também motivo para afirmar e exercer o sentimento constitucional dos cidadãos. As sessões eram abertas ao público e as “galerias” costumavam ser disputadas por aqueles “interessados no progresso das Luzes entre seus concidadãos”, especialmente quando se tratava da realização dos “exames de primeiras letras” e dos pretendentes aos cursos de ensino mútuo. Os próprios redatores assistiam os trabalhos, os exames e muitas vezes participavam das bancas examinadoras.³⁸

Enquanto conselheiro da província, o “patriota” Bhering havia estabelecido como bandeira de sua atuação a luta em prol da instrução pública. Suas ações foram realmente importantes neste sentido, já que muitas das propostas e representações por ele apresentadas foram aprovadas por unanimidade no Conselho, mesmo que nem todas tenham sido executadas. Uma de suas primeiras propostas foi a de considerar a cidade de Mariana como “Centro dos Estudos Preparatórios da Província”. Argumentava que assim seria facilitada a vida dos estudantes, cortando “os incômodos que resultam do isolamento das Cadeiras em diferentes pontos da província”. As cadeiras de estudos preparatórios visavam a instrução dos jovens que pretendiam seguir a magistratura na “Academia Paulistana”. Já estavam em

³⁶ *Estrella Mariannense*, edição 42 de 03/03/1831.

³⁷ COSER, Ivo. “Federal/Federalismo”. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*, Op. cit., p.108.

³⁸ *O Novo Argos*, edição 19 de 18/03/1830.

funcionamento, na cidade de Mariana, as “Cadeiras de Primeiras Letras, Gramática Latina e Retórica”, e em Ouro Preto “as de Geometria e Filosofia, faltando unicamente uma Cadeira de Gramática Francesa para complemento dos ditos Estudos preparatórios”.³⁹

Na proposta, Bhering estabelecia, ainda, a remoção das cadeiras de Geometria e Filosofia, criadas em Ouro Preto, para a cidade de Mariana; a criação de uma cadeira de Francês, sendo o Conselho responsável por prover a mesma, com um estrangeiro se fosse o caso. A proposta foi aprovada, mas dependia de outras discussões para entrar em vigor. Bhering propôs também a criação de duas cadeiras de Agricultura, uma de Mineração e Metalurgia e três de Desenho, assim como uma autorização, bastante interessante, para que as câmaras municipais de toda a província dispendessem a quantia necessária para bancar os estudos de um jovem pobre na Academia Médico-Cirúrgica da Corte.

Na qualidade de conselheiro não tardou em requerer cópias dos estatutos dos colégios de Congonhas, Caraça e do Seminário, para que fossem detalhadamente examinados. A ideia, segundo informa a *Estrella Mariannense*, era que existiam “neles (como nos consta haver nos deste último), coisas inteiramente opostas à Constituição”, e que sendo corrigidas estas inconstitucionalidades se pudesse debelar “os abusos contidos nos mesmos estatutos”.⁴⁰ Tal iniciativa representava a busca por estabelecer melhores condições para a mocidade mineira, o que poderia ser feito questionando-se determinadas condições de funcionamento daqueles estabelecimentos, cobrando-se o enquadramento dos mesmos às exigências constitucionais e legais, e trazendo para a esfera do Conselho algumas decisões que pudessem interferir diretamente na instrução dos jovens. Alguns “patriotas” cobravam publicamente que as autoridades provinciais agissem no sentido de “livrar” os estudantes daqueles colégios, que eram administrados por religiosos, das seguidas perseguições e da manipulação estabelecida pela autoridade religiosa da província, o bispo de Mariana. Fato é que os trabalhos do Conselho acabaram por incrementar as disputas travadas entre “patriotas”, “telegráficos” e o bispo.

A tensão era tamanha, após a visita do Imperador, que um pasquim começou a circular pela província apresentando uma lista de “republicanos” que deveriam ser enforcados por conspirarem contra a pessoa do Imperador e contra a Constituição. Naquele momento circulava também na imprensa um suposto “ofício” escrito pelo bispo e entregue pessoalmente ao Imperador. Na ocasião, segundo a *Estrella Mariannense*, o bispo acusava nominalmente aos liberais e pedia que os mesmos fossem incriminados. Em função dos

³⁹ *Estrella Mariannense*, edição 38 de 28/01/1831.

⁴⁰ *Estrella Mariannense*, edição 34 de 23/12/1830.

acontecimentos deste momento e das tórridas análises veiculadas pela imprensa, as páginas dos periódicos andavam apimentadas. Textos carregados de acusações, insultos e apelos à opinião pública circulavam sorrateiros, na mesma medida em que os redatores se mostravam ainda mais combativos e agressivos. Em resposta ao pasquim que circulava com a lista de “republicanos”, ali denominados “anarquistas”, “incendiários”, “inimigos da Religião”, o bispo era severamente tratado como “Europeu malvado”, “frade malicioso”, “sanguinário prelado”, “acusador de suas próprias ovelhas”, “seguidor de satanás”, “gênio vingativo”, dentre outros adjetivos não menos difamatórios.⁴¹

A essa altura, as consequências da Abdicação, assim como o aumento da tensão entre portugueses e brasileiros, em função dos acontecimentos marcantes da “Noite das Garrafadas” na Corte, quando partidários do Imperador e liberais brasileiros se enfrentaram, repercutiam vivamente nas províncias. Em Minas Gerais ecoaram fortemente, especialmente em Mariana, onde a presença marcante do bispo e seus frades portugueses se tornava motivo de ódio por parte dos liberais. Os enfrentamentos acabaram extrapolando as páginas dos periódicos e ganharam as ruas quando se espalhou um boato de que os liberais tentariam contra a vida do bispo. Certo dia, ironicamente após a solenidade do *Ofício de Trevas* – um dos atos que marcam a liturgia da Semana Santa – o bispo teria voltado para o palácio escoltado por “uma multidão de gente armada”.⁴²

Depois que o bispo chegou a casa voltou a multidão com foices, paus, espadas, pistolas dando horrorosos gritos de *morram os Republicanos*; e parando à porta do sr. Arcipreste, começam quais outros fariseus a insultar aquele, que nunca os ofendera. Correram as ruas amotinando a Cidade, chegaram à nossa casa, e sobre a nossa porta descarregaram grandes golpes de foices, esbandalharam as rótulas, e nos cobriram de impropérios.⁴³

Estas palavras são do redator da *Estrella Mariannense*, cuja residência foi atacada pelas pessoas que escoltavam o bispo. Segundo ele, o boato de que se pretendia assassinar o bispo

⁴¹ Na lista estavam nomes de liberais de grande envergadura e influência política como o desembargador Manuel Inácio de Mello e Souza, que seria presidente da província, o Vigário Geral Miguel de Noronha Peres, conselheiro Antonio José Monteiro de Barros, Fortunato Rafael Arcanjo, Gomes Freire de Andrade, Honório José Ferreira Armondes, coronel Joaquim José de Almeida, Jacinto Pereira Ribeiro, Arcipreste João Batista de Figueiredo, cônegos Manuel Júlio de Miranda e Antonio Rodrigues Afonso, Inácio José Rodrigues Duarte, tenente Teotônio de Souza Guerra, padre mestre Miguel Arcanjo da Encarnação, Henrique Lebet, Lúcio Bernardino dos Reis, Torcato Claudiano de Moraes, cap. Moutinho de Moraes, cap. Antonio Júlio, Manoel Basílio, Antonio de Pádua, Manoel Berardo e Antonio José Ribeiro Bhering. *Estrella Mariannense*, edição 47 de 08/04/1831. A mesma lista nominal foi publicada por outras folhas da província.

⁴² *Estrella Mariannense*, edição 47 de 08/04/1831.

⁴³ *Estrella Mariannense*, edição 47 de 08/04/1831.

teria sido lançado por seu próprio auxiliar, Frei Manoel. Assim, contestava publicamente o papel desempenhado pelo Juiz de Paz durante o episódio, que teria disponibilizado uma “ronda” para acompanhar o bispo até sua residência, mas permitido que a multidão ofendesse aos seus concidadãos, deixando-os desamparados frente ao povo amotinado.

Mariana, sede do bispado e primeira capital da província, aquela cidade para onde convergiam todos os assuntos eclesiásticos de Minas Gerais, era palco de violentas disputas, perseguições e enfrentamentos de homens armados. Além do acirramento das tensões na Corte e no cenário imperial, a ascensão dos liberais residentes naquela cidade, com sua sólida vitória nas eleições municipais, provinciais e para outros cargos eletivos, gerou grande incômodo aos “telegráficos” seus opositores. Especialmente no bispo e seus auxiliares, os frades portugueses, por quem os “patriotas” nutriam ódio crescente. “Os Marianenses depois da passagem de Pedro I por esta Cidade nunca mais tiveram descanso”. Pasquins apareciam afixados pelas esquinas da cidade pelas manhãs intensificando a aura sinistra daqueles dias. Dizia-se que nos “clubs secretos” realizados por Frei Manoel “se havia decretado à morte os srs. Batista de Figueiredo, Bhering, Berardo, Almeida, Jacinto, Manoel Júlio, Juiz de Fora, etc.”, e que na casa de um dos “telegráficos” haviam sido encontradas “gamelas de pólvora, quartas de chumbo, para estragar os Liberais de Mariana”.⁴⁴

Os boatos corriam soltos e no dia da Procissão dos Passos os ânimos novamente se exaltaram, sendo preciso que as autoridades destacassem, de Ouro Preto, um “piquete de Cavalaria” para apaziguar os ânimos e acalmar o povo. A cena que segue ocorreu em plena Semana Santa, como que confirmando as profundas incompatibilidades existentes naquela cidade episcopal.

Os srs. Mello e Souza (hoje Presidente da Província), o sr. Arcipreste, o sr. Armondes, Torcato, Antonio Júlio, Bhering, foram insultados por um povo imenso, que com lanternas acesas, foices, machados, espeto, etc., vinham de acompanhar o Frade José Bispo, que estupidamente divulgara, que o queriam matar. Porém a Tragédia estava reservada para o sábado de Aleluia; já a Cidade estava apinhada de gente [...] para representarem a cena de 3 judas simbolizados nas pessoas dos srs. Arcipreste, Bhering, e Berardo. Este era o dia marcado pelos pés de chumbo Marinheiros para a destruição dos Liberais.⁴⁵

⁴⁴ *Estrella Mariannense*, edição 51 de 07/05/1831.

⁴⁵ *Estrella Mariannense*, edição 51 de 07/05/1831.

A ênfase dada por estes cidadãos – os escritores públicos de ambos os lados do conflito, seus correspondentes e as autoridades envolvidas nas disputas políticas – a tais acontecimentos tinham, além dos objetivos mais óbvios de informar e levar a cabo uma análise dos fatos, intenções mais específicas, como causar impacto e despertar os sentimentos da população. A publicidade era capaz de construir imagens e reputações, assim como comover os leitores em função da dramaticidade empregada nas narrativas. Não que tais acontecimento não fossem em realidade graves o bastante, mas havia claramente o emprego da valorização daquilo que mais interessava ser divulgado e que, por sua vez, poderia gerar a mobilização das afetividades coletivas, assim como fomentar a identificação destes grupos e, principalmente, alimentar a insatisfação, como propõe Pierre Ansart.⁴⁶

Em meio a este cenário de tensão crescente novos fatos envolvendo o bispo e o Seminário contribuíram para agravar ainda mais a situação, justo no momento em que os liberais já pediam às claras a intervenção de autoridades almejando a saída do bispo Frei José. Foi um correspondente do *Universal*, denominado “O inimigo dos mandões”, que denunciou detalhadamente as últimas ocorrências do Seminário, quando foram expulsos seis seminaristas que vinham sofrendo perseguição por terem usado o *tope*, um tipo de laço, sinal distintivo dos brasileiros liberais, que alguns traziam junto ao peito. O correspondente afirmava que em função da queda de Pedro I e por verem seus planos absolutistas malogrados, o bispo e os frades passaram a “oprimir a desgraçada parte de Mineiros encerrada no Seminário”. Dentre os expulsos estava Jacinto Ferreira Pena, irmão de Herculano Ferreira Pena, redator do *Novo Argos* após a saída de Bhering, outro cidadão odiado pelos “telegráficos” e futuro presidente da província.⁴⁷

“O inimigo dos mandões” analisa que o fato de tais seminaristas terem aparecido trajando o *tope* naquele determinado dia,

⁴⁶ ANSART, Pierre. “Mal-estar ou fim dos amores políticos”, Op.cit. p.57-58. O vigor com que os “patriotas” escreviam sobre o episódio em suas folhas, assim como a sua nítida preocupação em angariar para si a simpatia da opinião pública e da população em geral, fica bastante evidente em texto do redator da *Estrella Mariannense*. Este, discorrendo acerca da queda do Imperador Pedro I e, conseqüentemente, do “Triunfo da Liberdade”, afirmava que os tumultos eram fruto da situação “desgraçada” em que os “telegráficos” se encontravam e que buscavam a todo custo alimentar suas esperanças tumultuando a cidade. E muito ironicamente o redator escreve: “O vosso amigo Pedro não merece de vós um único esforço. [...] O Bispo, que vos capitaneava está encerrado à espera do seu D. Sebastião: esta cabaneiro desejava o nosso sangue, e nós generosos consentimos, que ainda viva para puxar o carro triunfante da Liberdade! Envergonhai-vos dos vossos crimes, e não sejais Lusitanos no meio dos Brasileiros, que vos fizeram gente. Marianenses, vede o comportamento dos Liberais, e decide, se os Liberais são da qualidade dos Telegráficos. Estes nos pretendiam matar, e nós lhe perdoamos”. *Estrella Mariannense*, edição 51 de 07/05/1831.

⁴⁷ Correspondência do “O inimigo dos mandões”. *O Universal*, edição 604 de 08/06/1831.

foi um motivo para se exaltar a rancorosa bÍlis do grande Bispo, e seus frades, que nas Cadeiras de Filosofia, e Teologia passaram a insultar os Seminaristas de tope. Fr. Antonio subindo a Cadeira com seu tema – Nullus ordo, sempiternus horror – blasfemava contra a Constituição adotada, e jurada pela Nação Brasileira o atrevido, e estúpido Fr. Manoel na Cadeira de Teologia chamava em seu socorro a santÍssima Inquisição filha do CÉu (e no meio dos seus furores gritava da mesma Cadeira) Ah! Tempo! Tempo! Ah! Inquisição! Que fazias cortar as cabeças àqueles que proferiam palavras indiscretas contra a Religião, e supremas autoridades!⁴⁸

A expulsão, no entanto, não veio imediatamente, senão após humilhações e retaliações contra aqueles seminaristas. No caso de Jacinto Ferreira Pena, as motivações seriam as suspeitas de que colaborasse com os periódicos liberais, fundamentalmente com o *Novo Argos* e a *Estrella Mariannense*. Havia sim certa relação entre o jovem e o redator desta última folha, como descreve o correspondente: “Precisando o sr. F. P. de papel para escrever algumas coisas relativas aos seus estudos o mandou vir da casa do sr. Berardo, Cidadão este a quem os frades tem o maior ódio por causa do seu liberalismo”. Essa transação de papeis foi vista por uma pessoa ligada ao bispo e que não tardou em relatar que o seminarista seria colaborador daquele “malvado periódico”, cujo redator era o sr. Berardo, e que os papéis, portanto, eram enviados para que o jovem produzisse seus escritos contra o Seminário. Sua expulsão, então, foi comunicada, mas como o jovem se considerava inocente, foi atÉ a presença do bispo saber quais eram seus crimes. Teria sido informado que no Seminário “havia desordens por causa das suas correspondências com o Argos” e que era sabido que ele “tramava uma revolução, que pretendia gritar liberdade, e levar em triunfo o Padre Bhering para cantar então um Te-Deum na mesma capela do Seminário”.⁴⁹

Trés pontos interessantes se destacam nas informações apresentadas na correspondência. Primeiro a possibilidade de que jovens seminaristas, imbuÍdos daquele sentimento liberal e alinhados aos “patriotas”, atuassem como colaboradores e correspondentes das folhas liberais, como suspeitavam o reitor e o bispo. Outra questão era a dificuldade enfrentada naquele perido para se conseguir papel, situação denunciada em diferentes momentos na imprensa por cidadãos e autoridades que buscavam uma solução para o problema. Em terceiro, vinha a suposta “revolução” que se planejava para proclamar a liberdade no Seminário e levar o padre Bhering, triunfante, para orar na própria capela do Seminário. Obviamente, o correspondente, indignado com mais uma expulsão de um jovem liberal, articulava suas palavras no sentido de exaltar a sua figura em detrimento da do bispo

⁴⁸ Correspondência do “O inimigo dos mandões”. *O Universal*, edição 604 de 08/06/1831.

⁴⁹ Correspondência do “O inimigo dos mandões”. *O Universal*, edição 604 de 08/06/1831.

e seus frades auxiliares. No entanto, o que pretendemos mostrar, analisando os demais acontecimentos aqui narrados, como a atuação dos liberais no Conselho Geral da província e na câmara municipal, é que havia um alinhamento sólido no sentido de contestar as atitudes do bispo e a sua autoridade com relação ao Seminário.

As tais arbitrariedades cometidas pelo bispo, supostamente atingiram em cheio a honra daqueles jovens seminaristas e geraram a recusa imediata, por parte dos “patriotas”, de compactuar com aqueles atos. Deste modo, fomentou ainda mais o ódio contra o bispo e os frades portugueses que o auxiliavam na diocese. Contra estes a indignação era tamanha que se chegou a afirmar publicamente que eram “homens vadios que só servem para comer em prejuízo de tantos pobres sobre quem devia o sr. D. Fr. José estender a sua vista”. O correspondente encerra sua carta clamando ao deputado “patriota” Bernardo Pereira de Vasconcelos, às vésperas de assumir a pasta da Fazenda: “levantai a vossa filantrópica voz” e “fazei aparecer diante do liberal ministério os clamores dos vossos compatriotas, fazei que a classe eclesiástica se veja livre de tão despótico Baxá”.⁵⁰ O redator da *Estrella Mariannense*, por sua vez, tomava a liberdade “de dar um conselho muito prudente” ao bispo: “obedeça à Opinião Pública. [...] É tempo de convencer-se S. Ex. de que os negócios do Brasil mudaram inteiramente de face desde o dia 7 de abril”.⁵¹

Percebe-se no discurso de alguns “patriotas” um forte sentimento de que aquele era o momento para se alavancar a renovação, para a superação daquelas arbitrariedades vivenciadas no Brasil e especialmente por eles naquele bispado. Luisa Rauter Pereira, por exemplo, afirma que a “experiência política iniciada após a Abdicação de D. Pedro I foi lida por muitos contemporâneos como uma verdadeira revolução”. Mesmo que “o fato não tenha sido realizado com derramamento de sangue nem com a violência que acompanhou a maior parte dos processos revolucionários modernos, ganhou a conotação de um verdadeiro recomeço”.⁵²

Para o bispo e frades o cenário se tornara profundamente desfavorável em função da visita do Imperador, das denúncias relativas aos liberais feitas naquele momento, depois

⁵⁰ Correspondência do “O inimigo dos mandões”. *O Universal*, edição 604 de 08/06/1831. O termo *Baxá* usado para se referir ao bispo de Mariana é mais uma referência à Turquia e sua situação política e religiosa. Como mencionado nos capítulos anteriores – inclusive em nota explicativa – tais termos se constituem em referências ao absolutismo, ao islamismo e à ausência de liberdade daquele país, que naquele momento exercia certo domínio sobre o território grego. Nas páginas da *Estrella Mariannense*, uma correspondência assinada pelo correspondente “O Devoto”, lança algumas reflexões a este respeito: “O que é isto? Em que lugar estamos? A Cidade de Mariana apresenta ao homem de senso a mais viva representação de uma Turquia, onde a vontade do Sultão é a única Lei”. *Estrella Mariannense*, edição 56 de 15/06/1831.

⁵¹ *Estrella Marianense*, edição 52 de 17/05/1831.

⁵² PEREIRA, Luisa Rauter. “Ao ponto que as necessidades exigem: experiência política e reconfiguração do tempo no debate político brasileiro da década de 1830”. *Almanack*, n.10, Guarulhos, agosto 2015, p.302-313, citação p.305.

publicadas pela imprensa, e da divulgação da lista de nomes de supostos “republicanos” que deveriam ser mortos na província. A Abdicação veio agravar mais a sua situação na diocese e, somando-se a estas circunstâncias, o periódico *Telegrapho*, defensor aguerrido do bispo e dos “telegráficos”, parou de circular naquele ano. Para os “patriotas” foi um momento para atingi-los sem piedade, taxando-os duramente de inimigos do Brasil. As denúncias daquilo que consideravam abusos e arbitrariedades passaram a circular como nunca nas páginas da imprensa. Cartas de alunos eram publicadas relatando as humilhações e dificuldades enfrentadas, autoridades contestavam as atitudes dos religiosos, cidadãos se correspondiam com os redatores indignados com os acontecimentos, e até mesmo alguns padres passaram a denunciar a violação de atos e preceitos religiosos na diocese.

Os fatos revelam o agravamento do cenário. A demissão do bispo era tão desejada quanto a expulsão dos frades e ambas eram cobradas publicamente pelos liberais. A Constituição era empunhada como instrumento para contradizer o bispo, afirmando a inconstitucionalidade de seus atos, e também como ferramenta para exercer a solidariedade para com os jovens seminaristas, padres e cidadãos em geral que sofriam algum tipo de perseguição ou retaliação por parte da diocese. O redator da *Estrella Mariannense* reagia agressivamente aos novos fatos envolvendo o bispo:

somente a loucura lhe poderá subministrar a ideia de que ainda estamos no império da hipocrisia, e debaixo da qual lhe é licito com o titulo de zelador da Igreja fazer tudo quanto a sua maldade, o seu capricho, e a sanha de dois sceleratos Frades que o cercam, e o conduzem, lhe ditar, mas muito se engana, e apesar de que vá continuando, com tantos despotismos, todavia não desesperamos, antes muito confiamos no atual Governo do Brasil que solicito tem procurado aliviar-nos de todos os Inimigos da nossa Causa. O bispo é pois o mais declarado inimigo do Brasil, e por consequência deve ser quanto antes recolhido a um Convento.⁵³

E traçando um histórico dos acontecimentos relativos ao Seminário, onde lembrava da demissão de Bhering e de outros padres, como também de alguns alunos, o articulista concluía de forma bastante enérgica seu artigo.

Um Bispo perseguidor, um Bispo inimigo dos Brasileiros não deve por um só momento mais ficar entre nós: muitos são os seus crimes, reiteradas são as suas arbitrariedades, e parece que cada vez se torna pior, e os seus

⁵³ *Estrella Mariannense*, edição 56 de 15/06/1831.

nefandos Frades mais atrevidos. [...] A violação da Constituição exige castigo, o Bispo portanto deve ser restritamente punido segundo o Código Criminal.⁵⁴

As folhas liberais prosseguiram repercutindo as mais variadas notícias em agravo às atitudes do bispo, fomentando com muita intensidade, enquanto exteriorizavam seu ódio crescente, a imagem de inimigo do Brasil, de traidor e criminoso. Torna-se compreensível supor, portanto, que a cidade de Mariana, a sede do bispado, que assistia ao fortalecimento sistemático dos seus jovens “patriotas”, não apenas nas folhas liberais que ali começaram a circular, mas também no Seminário Episcopal, tornava-se a cada dia mais hostil para com o bispo e seus auxiliares frades.

E foi justamente neste momento que o patriotismo e a convergência de interesses de parte da população fez surgir a *Sociedade Patriótica Marianense*. De caráter fortemente filantrópico, esta associação se organizou com base em um Estatuto bastante consistente e detalhado, redigido por Bhering, que estabelecia as suas diretrizes e características, propondo sempre a propagação da instrução pública e a manutenção do sistema de “governo monárquico constitucional representativo”. Para tanto, em seu capítulo 2 estava clara a possibilidade de tomar as “armas em defesa da pública tranquilidade”, assim como a publicação de “jornais e memórias conducentes à estabilidade da Constituição e da liberdade legal”. Pretendia “propagar a instrução em todo o gênero, fazendo a aquisição de uma Biblioteca do maior numero de Periódicos Nacionais e Estrangeiros”, assim como de “manuscritos de boa nota, gravuras, maquinas, e Engenhos em amostra, que possam coadjuvar a indústria, a cultura, e especialmente a mineração da Província”. Estabelecia, ainda, como uma de suas prioridades, “socorrer os indigentes, e procurar-lhes os alívios, de que são credores prestando dinheiros, medicamentos, e consolação em suas aflições, [...] e cuidar do livramento dos presos, que não tiverem Procurador”.⁵⁵

As palavras pronunciadas em uma das reuniões da sociedade pelo então presidente, Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca, dizem muito sobre as motivações e a inspiração que levaram aqueles “patriotas” a fundarem uma associação tão importante em Mariana:

⁵⁴ *Estrella Mariannense*, edição 56 de 15/06/1831.

⁵⁵ *Estrella Mariannense*, edição 68 de 03/09/1831. Em certas reuniões desta *Sociedade*, cujas atas eram publicadas pela imprensa liberal, seus membros anunciavam também a aquisição de livros, muitos em função de doações de sócios e outros cidadãos, e disponibilizavam os mesmos para que fossem consultados e retirados pelo público. Acúrsio Nunam, membro ativo da *Sociedade* e redator da *Estrella Mariannense*, aparece como doador de sua coleção de periódicos para a biblioteca da *Sociedade*.

A convicção íntima de que a união entre todos os membros da grande família Brasileira, seria o mais sólido pedestal, sobre o qual se deve firmar no porvir a prosperidade do nascente Império, a mais segura garantia das Liberdades públicas, e o penhor mais sagrado da paz entre todos os cidadãos deste Município, chamou a um centro comum os habitantes desta Cidade, e ofereceu-lhes um vínculo indissolúvel à sua fraternidade na instituição de uma Sociedade Patriótica, que estreitando os laços de Amizade, ainda mesmo entre os ânimos discordes, lançará no olvido essas rivalidades indiscretas filhas primogênicas do nefando egoísmo, sempre prejudicial à grandeza de qualquer Povo.⁵⁶

Esta interessante iniciativa dos “patriotas” marianenses, além das intenções claras de promoção da instrução da juventude, da filantropia e da propagação das luzes, tinha um caráter político importante, pois seus membros debatiam assuntos de interesse da cidade e, desta forma, dirigiam ofícios ao Conselho Geral, câmaras municipais, assim como à Corte, solicitando a análise de suas demandas. Outro fato interessante é que estabelecida um precedente, que até então não havíamos percebido em associações semelhantes, a abertura para a participação de mulheres na condição de sócias honorárias. Em certa reunião, quando os membros aprovaram os pedidos encaminhados por cinco senhoras para serem aceitas como sócias, o que foi aceito com grande satisfação, Bhering indicou também os nomes de outras duas senhoras, os quais foram prontamente aceitos.

Não por acaso, Wlamir Silva considera a participação das mulheres, observada na imprensa e nas novas formas de associação que surgiam naquele momento, como uma dimensão bastante peculiar da pedagogia política liberal. As mulheres vinham conquistando relativo espaço na cena pública, especialmente na instrução primária, como professoras públicas ou particulares de primeiras letras, assim como participação na imprensa periódica, como era o caso do jornal *Mentor das Brasileiras*, de São João Del Rei, fundado e voltado especialmente para este público.⁵⁷

⁵⁶ “Fala com que o Presidente da Sociedade Patriótica Marianense abriu a Sessão Geral no dia 25 de Novembro”. *Estrella Mariannense*, edição 79 de 01/12/1831.

⁵⁷ É interessante a afirmação de Wlamir Silva, quando analisa o papel do *Mentor das Brasileiras*, de que este periódico “pregava uma educação feminina que se baseava no combate ao ócio, com fito de evitar ‘doutrinas perigosas’ e ‘sinistras paixões’, além da insistência em afirmar virtudes, como as da modéstia e da continência”. Já no “plano da moda, *O Mentor* caracterizava-se pelo combate ao luxo e a pregação da simplicidade, estigmatizando a moda francesa e apoiando a taxação dos objetos de luxo importados”. O jornal ainda “criticava o luxo, ridicularizava a ‘tafularia’, somando um discurso moral, preocupado com a formação de ‘costumes’, à ideia de frugalidade e a um certo nacionalismo, uma aversão a ‘estrangeirismos’”. Mesmo relativizando as “franquias liberais para as mulheres”, que eram certamente limitadas, Silva defende que o *Mentor das Brasileiras* “mostra não apenas um aspecto das transformações que as novas ideias imprimiram àquela sociedade, mas também uma das mais elaboradas formas da pedagogia do periodismo liberal”. Ver: SILVA, Wlamir. *Liberais e povo...* Op. cit., p.139-140.

No Conselho Geral, Bhering atuou na comissão de Instrução Pública, sendo relator de algumas das importantes propostas apresentadas, e fez parte das comissões de Estatística e de Representação das Câmaras Municipais. Participou ativamente – e em alguns casos defendendo propostas de sua autoria – dos debates relativos à criação de cadeiras públicas em diferentes partes da província, do estabelecimento de aulas voltadas para os estudos mineralógicos, da criação de um centro de estudos preparatórios da província, que deveria ser sediado em Mariana. Levou para o Conselho Geral temas espinhosos que, devido ao seu posicionamento filantrópico, foram calorosamente debatidos. Mesmo não sendo vitorioso em determinadas propostas que pretendia aprovar, a publicidade dada a certos fatos e acontecimentos fez com que os temas saíssem da obscuridade e viessem à tona, tornando públicas certas mazelas por ele observadas na cidade.

Foi o caso, por exemplo, de proposta que apresentou para que fossem anulados e considerados abusivos os castigos feitos por oficiais contra soldados. O tema recebeu boa acolhida por parte dos demais conselheiros, sendo que outro membro acrescentou uma emenda para que fossem abrangidos todos os soldados, e não apenas os de primeira linha. Em outra ocasião Bhering denunciou a existência de um preso que já havia cumprido sua pena e deveria ser solto, mas que em função do descaso, acabou por falar mal das autoridades e foi castigado com muitas chibatadas, mesmo não sendo soldado, o que era ilegal. Bhering veio a ter conhecimento destas ocorrências em função de sua origem pobre, tendo contato com as camadas inferiores daquela população, mas também em função das visitas que os membros da *Sociedade Patriótica Marianense* faziam aos presos. Nestas ocasiões eles conversavam com os mesmos, levavam alimentos, faziam orações e davam alguma assistência e orientação em relação aos julgamentos, procedimentos, situação judicial.

O mesmo ocorria com as visitas aos pobres e órfãos da cidade, que eram assistidos e, quando necessário, encaminhados a casas de misericórdia para tratamentos. A fraternidade havia sido um dos lemas centrais levantados pela Revolução Francesa e estas ações e iniciativas são representativas dos sentimentos filantrópicos destes cidadãos, assim como muito significativos do assistencialismo fraternal que estas sociedades desempenhavam naquele período. Tinham, ainda, importante função no jogo político, já que muitas delas estabeleceram periódicos para divulgar suas ações, angariar sócios e defender os projetos e os políticos aos quais estavam vinculados. Neste sentido, mantinham estreito contato com as demais sociedades de outras partes da província e do Império.

O dia 7 de Abril estabeleceu uma nova onda de mudanças no cenário político e de transformações no seio da sociedade, anunciando novos caminhos para a nação com a “regeneração” política do Brasil. A troca de ministros fortaleceu o ministério liberal e o “patriota” Bernardo Pereira de Vasconcelos passou a ocupar a pasta da Fazenda. As eleições gerais e provinciais confirmaram a vitória dos liberais e possibilitaram um alinhamento fundamental dos interesses regionais com as circunstâncias favoráveis na Corte. Este fortalecimento dos liberais na Corte, por sua vez, sustentou mudanças significativas em seu favor nos cenários regionais. Em Minas os “patriotas” conquistavam a presidência da província e cargos importantes no legislativo e nas esferas municipais. Este predomínio liberal alteraria sensivelmente as circunstâncias regionais.

Em Mariana e Ouro Preto os acontecimentos deixaram claras as transformações pelas quais o Império passava e o bispo sofreu um duro golpe articulado pelos “patriotas”. Os dois principais frades que atuavam como seus auxiliares na diocese, e que tantas arbitrariedades e ilegalidades vinham sendo acusados de causar, na visão dos “patriotas”, foram oficialmente expulsos da província por determinação da Regência. O bispo teria sido profundamente atingido pela decisão, já que os frades eram seus familiares e desde longa data trabalhavam juntos. No entanto, denunciados como “inimigos do novo regime, turbulentos e propagadores de doutrinas subversivas”, foram obrigados a deixar a província.⁵⁸

A *Estrella Mariannese* celebrava que o governo enfim era “Brasileiro” e que escutava os clamores dos cidadãos. Ao bispo caberia, segundo o redator, conhecer “a força da Opinião Pública, que tanto há desprezado”.⁵⁹ Já o “Observador Marianense”, em correspondência publicada na *Estrella Mariannense*, faz uma análise da expulsão e deixa clara a aversão e ódio que os “patriotas” desenvolveram em relação aos dois frades portugueses.

Já não resta dúvida alguma que o Governo tem-se identificado com a Causa da Nação: os Mineiros são testemunhas das enérgicas providencias do

⁵⁸ TRINDADE, Raimundo. *Arquidiocese de Mariana...* Op. cit., p.195-196. Os dois frades eram Antonio da Conceição e Manuel do Espírito Santo. O bispo ainda foi obrigado pela Regência a demitir o padre Francisco Vicente, irmão de frei Antonio, que atuava como coadjutor na freguesia de Curral del Rei. Já o frei Paulo da Conceição Moura, aquele mesmo professor de Filosofia que tratamos em outro momento, que se envolveu em atritos com os “patriotas” e que, de acordo com o próprio Bhering, o teria convidado para ser seu substituto naquele curso, sofreu as consequências. Trindade afirma, com uma expressão bastante curiosa, que ele era um “monge prejudicado de doutrinas que bebera no claustro” e que foi “igualmente vítima do jacobinismo do futuro barão”. Refere-se a Manuel Inácio de Melo e Souza, barão de Pontal, um português de nascimento, “patriota” por opção, que ocupava o cargo de presidente da província naquele momento.

⁵⁹ *Estrella Mariannense*, edição 60 de 12/07/1831.

Ministério, e a respeitável classe eclesiástica começa a perceber os frutos do dia 7 de abril!!! Dois Frades, que souberam chamar sobre si a indignação de todos os bons Mineiros, foram mandados evacuar o Palácio Episcopal, onde tramavam planos liberticidas, caluniavam ao benemérito, forjavam as mais feias intrigas com o fim de dividirem os pacíficos habitantes de Minas!! [...] Estes dois Frades são aqueles mesmos, que calcaram aos pés a Constituição do Império; que fizeram ao ex-Imperador uma representação sanguinária contra os Liberais da Província: são estes Frades, que pregavam no Seminário uma doutrina sediciosa, e antissocial. [...] Alegrai-vos, Mineiros, principalmente vós Eclesiásticos de Minas: os monstros Frades Manoel, e Antonio cederam enfim à força da Opinião Pública; esta Rainha Soberana do Universo.⁶⁰

Logo em seguida o bispo voltou a sofrer novos dissabores. O padre Inácio Rodrigues Duarte, que havia sido expulso de suas funções pelo bispo, recorreu à Junta da Coroa e obteve parecer favorável, tendo de ser restituído ao cargo pelo bispo. E o padre Bhering, anteriormente impedido pelo bispo de pregar, teve restituída a sua provisão de orador sagrado.

Reconhecendo a injustiça de semelhante denegação, S. Ex. Rma., merece louvor por esta ação. Um dos Eclesiásticos, que estava suspenso, e que hora se acha no exercício das funções Oratórias, é o sr. Antonio José Ribeiro Bhering. Este nosso Patrício, que tem sido útil à sua Pátria, e que o continuará a ser, pois que é abrasado no santo amor da Liberdade; e que tantos serviços poderá prestar subindo à Cadeira da Verdade, já não é encarado como herege.⁶¹

Ironicamente, este momento tão desfavorável ao bispo, quando sofreu contrariedades públicas e pessoais que nitidamente abalaram seus sentimentos, parece ser justamente o momento de certa conciliação com os “patriotas”. Ao menos um momento de reconhecimento das intenções que o bispo passou a apresentar após a vexatória expulsão dos frades, quando revogou algumas decisões tomadas e passou a indicar religiosos simpáticos aos “patriotas” para cargos na diocese. Nesta perspectiva, dizia um liberal, “se S. Ex. continuar, como agora pratica, a esquecer intrigas, e a guiar-se por pessoas de bons

⁶⁰ Correspondência do “Observador Marianense” publicada na *Estrella Mariannense*, edição 61 de 18/07/1831. Em outra edição o redator desta folha informava da partida dos dois frades e se despedia com a “sublime expressão de Cícero contra Catilina: Abierunt, excesserunt, evaserunt, eruperunt”. E dirigindo-se ao bispo: “cumprе agora que S. Ex. se lembre de chamar para o seu lado homens de saber e virtudes [...] que além das qualidades que se requerem tenham demais a opinião pública dos Brasileiros”. *Estrella Mariannense*, edição 63 de 30/07/1831.

⁶¹ *Estrella mariannense*, edição 84 de 11/01/1832.

sentimentos: nós teremos sempre pronta a pena, para tecer-lhe elogios, assim como em outro tempo sempre a tivemos aparada para mostrar a S. Ex. a estrada da lei”.⁶²

De qualquer forma, o momento era de celebração para os liberais e, neste sentido, muitos foram os atos e cerimônias realizados. A “Revolução do 7 de Abril” representava a “nacionalização da independência e a perspectiva do *self-government*”. As festas celebradas nas vilas e cidades representavam a mobilização de sentimentos e desejos em relação ao momento vivenciado, constituindo-se claramente em atos que carregavam um forte caráter político. Wlamir Silva afirma que eram “atos públicos de significação pedagógica” e que, através da confraternização entre as pessoas, possibilitavam o “convencimento de um contingente significativo e a mobilização na direção desejada”.⁶³

Muitas foram as correspondências publicadas nas folhas liberais, por cidadãos de diferentes partes da província, narrando com grande entusiasmo as festas e as comemorações realizadas em função destes acontecimentos políticos. Após o 7 de Abril as comemorações se disseminam pela província e as narrativas de correspondentes demonstram a dinâmica existente nas vilas, assim como apontam para a satisfação e iniciativa dos liberais em relação ao regozijo público e participação popular. Eram festejos, jantares, reuniões, procissões, atos nos quais se consolidava a imagem de um real rompimento, um rito de passagem, de um Brasil que então parecia pertencer aos brasileiros. “As festas eram, então, espaços públicos de difusão da cultura política liberal, em sua dimensão moderada, no seio da sociedade provincial”.⁶⁴

Em Mariana, por iniciativa dos “patriotas” liberais, em diferentes ocasiões foram organizadas festas para celebrar o “triunfo da liberdade brasileira”. Em uma ocasião especial, realizada nos dias 7 e 8 de maio, em que se rememorava o 7 de Abril, foi organizada uma grande festa com apresentação de teatro em praça pública, seguida por missa, onde até mesmo o bispo estava presente, uma apresentação de música e, por fim, um belo baile com jantar. O povo compareceu com grande entusiasmo, a festa durou até o nascer do sol e estavam presentes desde as maiores autoridades da província, até a população mais pobre da cidade. No baile, oferecido especialmente aos liberais, foram lidas poesias, hinos foram cantados por mulheres, valsas e “contradanças” foram executadas. “Depois da meia noite começou a ceia, cuja mesa estava na maior profusão, que se pode desejar, houveram as mais importantes e patrióticas saúdes”, dentre as quais, destaca o redator, “achamos como mais notável a que fez o nosso Patriota, e Amigo o sr. Bhering –

⁶² *Estrella mariannense*, edição 84 de 11/01/1832.

⁶³ SILVA, Wlamir. *Liberais e povo...* Op. cit., p.148-150.

⁶⁴ SILVA, Wlamir. *Liberais e povo...* Op. cit., p.151.

viva o Imperador Cidadão – que foi geralmente correspondida”. Neste baile liberal “as senhoras, os homens, todos se mostraram extasiados com tanto júbilo, ninguém se poupou a demonstrar o fogo de seu patriotismo, e o interesse que tomavam pela felicidade da Pátria”.⁶⁵

3.

O Homem Social empunha sua “mal aparada pena”⁶⁶

Em 1832 começou a circular um novo periódico na província de Minas Gerais, impresso na *Tipografia Mariannese*, localizada em plena rua Direita, a principal da cidade de Mariana e onde se localiza também a Catedral da Sé. Bhering era o seu mentor e redator e a folha surgia com o sugestivo nome de o *Homem Social*. O termo era bastante comum e utilizado na imprensa periódica, onde apareciam também expressões que ampliavam o seu sentido como, por exemplo, “edifício social”, “abóbada social”, “ordem social” e “virtude social”. Este “homem social” representaria a superação do estado natural, quando os homens viviam de forma selvagem e segregados das relações sociais. E esta superação havia sido possibilitada por meio da razão outorgada pelo “Ser Supremo do Universo”, como esclareceu Bhering no referido discurso proferido na abertura de seu curso de Filosofia.

Definição interessante do termo é fornecida por um correspondente do *Universal*, para quem tal superação estava condicionada ao aprendizado das “obrigações do homem para com Deus, para com a sociedade, e para consigo mesmo a fim de me fazer um homem social, e para bem falar, um verdadeiro Católico constitucional”.⁶⁷ A sua utilização neste contexto, portanto, estava também ligada ao aperfeiçoamento das virtudes morais dos cidadãos, ao seu importante papel em prol das transformações da sociedade, assim como

⁶⁵ *Estrella Mariannense*, edição 52 de 17/05/1831.

⁶⁶ O título deste tópico é uma referência às palavras do próprio Bhering, impressas no “Prospecto” de seu *Homem Social*, em tom de modéstia, quando se prontifica a atuar ao lado dos demais escritores públicos constitucionais e suas respectivas folhas que circulavam pelo Império. Fazemos referência à sua expressão, talvez em tom de ironia, já que analisando as páginas de seu jornal, temos a nítida impressão de que as penas utilizadas pelo redator estavam sempre muito bem aparadas. A frase escrita por Bhering é a seguinte: “É para auxiliar os defensores deste Código Sagrado, que nos abalançamos a empunhar a pena, ainda que mal aparada”. “Prospecto” do *Homem Social* publicado nas páginas do periódico da Corte *Astréa*, edição 826 de 01/05/1832.

⁶⁷ Correspondência assinada por “Um católico Romano Constitucional”. *O Universal*, edição 168 de 08/08/1828.

parece haver uma associação aos termos constitucionalismo e liberalismo quando utilizados pelos “patriotas”.

Buscamos questionar as motivações que levaram Bhering a imprimir o *Homem Social* em Mariana ao invés de continuar os trabalhos na *Tipografia Patricia do Universal*, em Ouro Preto, onde eram impressos o *Novo Argos* e o *Universal*. Teria sido por motivos de incompatibilidades ideológicas com os responsáveis pela *Tipografia Patricia* que ele deixara a redação do *Novo Argos* para redigir o *Homem Social* e publicá-lo em Mariana? Seria por questões financeiras, sendo a *Tipografia Mariannense* um atrativo neste sentido? Teria esta tipografia feito uma proposta melhor para Bhering imprimir o novo periódico naquela cidade? Enfim, são questionamentos sobre os quais podemos lançar alguns apontamentos importantes.

É provável que se uma das situações levantadas acima tenha sido a motivação desta mudança, tais informações tenham ficado apenas no plano das conversas travadas entre o redator e donos das tipografias envolvidas. No entanto, cabe aqui mencionar que no mesmo momento em que deixa a redação do *Novo Argos*, Bhering assume a cadeira de Retórica em Mariana. Diante deste novo cenário ele teria se mudado para aquela cidade, sendo este, talvez, o motivo pelo qual teria buscado a *Tipografia Mariannense* para imprimir o seu *Homem Social*. Estar próximo da tipografia era certamente um facilitador de seu trabalho, já que mesmo estando próximas as duas cidades, o deslocamento naquele período era desgastante, dispendioso e levava tempo. O *Homem Social* era publicado aos sábados e isto permitia que Bhering cumprisse com seus compromissos e ainda acompanhasse de perto o processo de impressão. O que sugere que a mudança para Mariana tenha ocorrido por volta deste momento é que em 1832 Bhering fora eleito vereador por aquela municipalidade, indicativo de que estaria morando naquela cidade. Ele também aparece na lista de eleitores escolhidos em Mariana no começo de 1833 para votar nas eleições seguintes.⁶⁸

O periódico não constava na relação de jornais digitalizados pela *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional* (FBN), mas aparecia em uma relação de documentos recebidos pelo *Arquivo Público Mineiro* (APM). No entanto, após as consultas a esta instituição fomos informados que o jornal, por algum motivo, não constava em seu acervo. Fizemos, então, contato com o *Arquivo Nacional* (AN), onde finalmente encontramos algumas edições do periódico. O conjunto é composto por dez edições que abrangem o período de agosto de 1832 a junho de 1833. Lamentavelmente não consta neste

⁶⁸ Para acessar as respectivas listas e suas informações consultar as seguintes edições do *O Novo Argos*: edição 157 de 17/11/1832 e edição 171 de 09/03/1833.

conjunto a primeira edição, onde geralmente o redator publicava um “Prospecto” no qual apresentava o novo jornal, com suas características editoriais e suas respectivas posições e intenções. Não existem também as edições relativas ao período em que ocorreu a *Revolta do Ano da Fumaça* em 1833, quando muitas folhas liberais foram impedidas de circular. Mas temos a edição de número 46, publicada em 01 de março de 1833, poucos dias antes da eclosão do movimento, ocorrido em 22 daquele mês, e a edição de número 51, a última existente, publicada em 08 de junho daquele mesmo ano. De qualquer forma, qual não foi a nossa surpresa e entusiasmo quando encontramos nas páginas da *Astréa*⁶⁹, periódico publicado no Rio de Janeiro, um anúncio sobre o aparecimento do *Homem Social* acompanhado de uma reprodução na íntegra de seu “Prospecto”. Foi com base em seu “Prospecto”, portanto, que começamos a análise.⁷⁰

“*O Homem Social* está identificado com a sua Pátria, a sua sorte existe na mesma Urna, ao mínimo aceno ele se apresenta em campo, embora sua espada não possa medir sua força, com a dos campeões seus colegas”. No entanto, afirma seu redator, “forças isoladas sucumbem ao menor peso, mas quando se reúnem, ainda que sejam fracas vencem escolhos insuperáveis”. Assim, utilizava como metáfora a imagem de uma Nau correndo o risco de naufragar em alto mar e onde todos, pilotos, tripulação e passageiros, “em benefício comum”, concorriam para sua efetiva salvação.⁷¹

O *Homem Social* identifica certos perigos que espreitavam os brasileiros naquele momento e as causas da crise que experimentavam, dando indícios importantes sobre os recentes temas em debate na ocasião e que geravam enfrentamentos até mesmo entre os próprios liberais. A sua análise contextual possibilita identificar o seu posicionamento moderado entre as diferentes tendências e ideologias em jogo.

⁶⁹ A *Astréa* era publicada no Rio de Janeiro e foi inicialmente impressa na *Tipografia Mercantil*, passando depois a ser impressa na *Tipografia Patriótica da Astréa*. Saía três vezes por semana, às terças, quintas e sábados. Em sua primeira edição trazia uma imagem representando a justiça e que a partir de 1828 deixou de ser impressa em sua página inicial. Inicialmente seu nome era grafado como *Astrea* e depois passou a adotar acento – *Astréa*. De tendência liberal, o periódico teve importante papel nos debates travados em seu tempo. Teve relativa duração, tendo sido publicado entre os anos de 1826 e 1832. O jornal teria sido fundado por João Bráulio Muniz, membro da Regência Trina Permanente, e um de seus editores foi Antonio José do Amaral. Estas informações foram levantadas a partir de diferentes edições e periódicos do período.

⁷⁰ As edições do periódico *Homem Social* que localizamos e reproduzimos junto ao *Arquivo Nacional*, no Rio de Janeiro, começam a partir da edição de número 17. Todas as edições anteriores, desde a sua primeira edição, foram, a princípio, perdidas ao longo do tempo. Destas edições perdidas sobreviveram apenas alguns pequenos fragmentos (artigos, cartas e comentários) que encontramos em reproduções feitas nas páginas de outros periódicos, como é o caso do seu “Prospecto” reproduzido na íntegra nas páginas do periódico carioca *Astréa*.

⁷¹ “Prospecto” do periódico *O Homem Social* publicado nas páginas da *Astréa*, edição 826 de 01/05/1832.

De um lado vemos a Federação querendo surgir de sobre os fragmentos da Lei Fundamental, prometendo-nos mil venturas, mas expondo-nos a perder a única taboa de salvação ao través das dissensões civis. De outro lado a República convidando-nos ao estado da Natureza, sem possuímos as virtudes dos Aristides, dos Cimões, dos Temístocles, dos Francklins, e dos Washingtons, aventurando-nos a uma divisão fatal, que após de si traria a morte, o estrago, a desolação, e por último o despotismo mais opressor. De outro lado a Restauração preconizada pelo Caramurú se nos apresenta com todos os atavios da salvação, mas tramando primeiramente, e insuflando discórdias, e guerras civis, e chamando sobre os Campeões de 7 de Abril todos os ressentimentos do Déspota destronizado. Tais são os inimigos que se apresentam em campo contra o mal fadado Brasil, que não saboreou os frutos garantidos pela Constituição. É para auxiliar os defensores deste Código Sagrado, que nos abalançamos a empunhar a pena, ainda que mal aparada; persuadidos intimamente, que é ele a única tábua de salvação no tempestuoso mar das intrigas, e das rivalidades que forcejam para nos levar ao abismo.⁷²

O cenário apresentado pelo *Homem Social* indica as incertezas vivenciadas naquele momento. A hegemonia alcançada pelo grupo liberal moderado, na condução do Estado durante o período regencial, colocou em discussão projetos que buscavam certa descentralização política e administrativa, apontando para a necessidade de reforma da Constituição, e estabelecendo determinada oposição ao centralismo que marcou o Primeiro Reinado. Os delicados debates acerca das ideias de liberdade e autonomia, associadas aos conceitos de federalismo, confederação, república e restauração, também foram incrementados, tanto no parlamento, como na imprensa e na própria sociedade civil.

O conceito de liberdade merece atenção especial, já que estava em discussão desde muito tempo, tendo recebido novos significados em função de experiências como a Independência e a Abdicação. Era costume os periódicos trazerem citações em suas páginas de abertura, o que dava indícios de seu posicionamento político e dos rumos de seus escritos. Na página inicial do *Homem Social*, logo abaixo de seu título, estava publicada uma citação do filósofo Mably⁷³ com a seguinte frase: “*A origem de todo o bem é o amor*

⁷² “Prospecto” do periódico *O Homem Social* publicado nas páginas da *Astréa*, edição 826 de 01/05/1832.

⁷³ Gabriel Bonnot de Mably (1709-1785) teve formação religiosa, mas abandonou a carreira eclesiástica. Em função de seus estudos é considerado como um dos “mais importantes inspiradores da legislação revolucionária de 1789” na França. Era, também, tido como “hostil à propriedade privada dos meios de produção e, por isso, pode-se considera-lo como um precursor do socialismo”. Homem formado em um ambiente intelectual riquíssimo, teve contato muito próximo com importantes literatos, filósofos e demais pensadores como Voltaire, Rousseau, Diderot, Duclos. Era irmão do também abade e filósofo Condillac (Étienne Bonnot de Condillac, 1715-1780), discípulo de Bacon e Locke, e também amigo dos filósofos acima mencionados. Foi responsável pela elaboração da doutrina do *Sensualismo* com a publicação de *Traité des Sensations* em 1754. Ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Gabriel_Bonnot_de_Mably e https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89tienne_Bonnot_de_Condillac. Acessados em 30/09/2015.

da Liberdade... acompanhado do amor das Leis".⁷⁴ Em outro momento, atuando ainda como redator do *Novo Argos*, Bhering escrevia, em uma nota de rodapé daquele jornal, a seguinte passagem: "Por Liberdade entendemos o poder, que tem todo o Cidadão de fazer aquilo, que a Lei não proíbe: quando dizemos igualdade, sempre a referimos a Lei, quer premeie, quer castigue: longe de nós a Liberdade licenciosa, ou igualdade absoluta".⁷⁵

A noção de liberdade e a citação do pensador francês dão indicativos interessantes sobre o conceito de liberdade para Bhering, ou seja, a liberdade estritamente vinculada aos limites legais estabelecidos pela Constituição, intencionalmente oposta a conceitos como anarquia e jacobinismo utilizados para caracterizar pejorativamente a ideia de liberdade defendida por alguns. Já a liberdade de imprensa, tão cara aos escritores públicos, tinha o papel de contribuir para a difusão das luzes, para a instrução dos povos e formação de uma opinião pública. Mas uma de suas principais vantagens era a "justa censura às Autoridades, que não cumprem os deveres, que lhes impõe a Lei".⁷⁶

A reforma do Código do Processo Criminal em 1832 e o Ato Adicional de 1834 foram conquistas daquele período. Havia, no entanto, muita cautela e receios diante das diferentes tendências ideológicas e suas possíveis consequências para o futuro da nação. Como relatou o *Homem Social*, existiam propostas mais radicais que propunham desde a supressão do poder moderador até a adoção de uma monarquia federativa, mas também aquelas que pretendiam frear os avanços conquistados após o processo de Independência e depois com a Abdicação, tida por muitos como "um momento de refundação do pacto político". Neste sentido, a reforma da Constituição, cujos debates parlamentares teriam se iniciado em 1831, "foi marcada desde o início pelo esforço da ala mais moderada de pôr freio à exacerbação do princípio federalista, embora a necessidade do aperfeiçoamento da Constituição fosse consenso".⁷⁷

Sendo assim, como ressaltou Pereira,

esse novo espaço trazia desafios específicos. Se as expectativas da libertação do regime considerado opressor e despótico podiam ser formuladas com amplitude e relativa radicalidade, em especial pelos grupos políticos que lideraram o 7 de Abril, a experiência real da liberdade então posta em jogo

⁷⁴ *O Homem Social*, edição 17 de 04/08/1832. Em outras edições do periódico a frase foi substituída por outra em francês – "*J' aime mieux une liberte environée de perils, qu' un esclavage paisible*" – como na edição 33 de 01/12/1832.

⁷⁵ *O Novo Argos*, edição 06 de 18/12/1829.

⁷⁶ *O Novo Argos*, edição 06 de 18/12/1829.

⁷⁷ PEREIRA, Luisa Rauter. "Ao ponto que as necessidades exigem"... Op. cit., p.308.

após a Abdicação exigiu cada vez mais uma atitude de prevenção dos agentes envolvidos.⁷⁸

Em seu “Prospecto” o *Homem Social* deixa transparecer justamente esta tensão existente naquele momento, chamando atenção para a delicadeza do momento e para as forças que atuavam em diferentes sentidos na condução do país. Seu redator chega a usar a expressão “arriscada crise em que se acha o Brasil” para justificar a sua necessária empreitada enquanto escritor público e cidadão. Afirmava:

Se não pudermos como os hábeis Pilotos aplicar o bálsamo salutar às chagas, que mãos impuras abriram no corpo Social, se não pudermos restituir aos seus membros a desejada Vitalidade, e robustez, ao menos velaremos, para que carnívoros lobos não despedacem a presa, que procuram tragar: não consentiremos, que sobre antigas feridas se abram outras, que aumentando a debilidade do Inferno, o levem mais depressa ao túmulo. Estaremos sempre vigilantes, para que a tirania, e a anarquia não empunhem o septro neste abençoado solo, sobre as ruínas dessa Constituição, a cuja sombra temos descansado das fadigas, e penalidades, que sobre nós pesaram por 300 anos.⁷⁹

Seria possível pensar a utilização da expressão “ruínas dessa Constituição”, pelo redator Bhering, como uma crítica às reformas descentralizadoras que estavam em andamento naquele momento? Ou seria apenas uma crítica às disputas políticas e ideológicas travadas naquele tempo entre os diferentes segmentos citados em sua fala? Seja qual for a sua intenção, a publicidade dada aos fatos buscava informar aos leitores, e já naquele momento é possível identificar um desalinhamento entre antigos “patriotas”, assim como entre algumas folhas liberais.

Os acontecimentos da década de 1830, posteriores ao 7 de Abril, possibilitaram certa hegemonia aos liberais, mas também causaram graves conflitos entre esses aliados em função de suas distintas tendências. Alguns, mais radicais, expunham publicamente suas tendências republicanas, enquanto outros, mais moderados, monarquistas, como Bhering, defendiam vivamente a Constituição e Pedro II. Basile fornece a seguinte divisão política e

⁷⁸ PEREIRA, Luisa Rauter. “Ao ponto que as necessidades exigem”... Op. cit., p.306.

⁷⁹ “Prospecto” do periódico *O Homem Social* publicado nas páginas do periódico da Corte *Astréa*, edição 826 de 01/05/1832. Pareceu-nos que a palavra “Inferno”, empregada neste trecho específico do “Prospecto”, pode ter sido inserida de forma errada pelo impressor do jornal, já que o entendimento do texto sugere que a intenção seria usar a palavra “Império”. Esta é apenas uma observação em função de nossa leitura, ressaltando que transcrevemos a palavra da mesma forma como estava redigida no texto original publicado pelo periódico.

ideológica verificada naquele momento que, embora longa, é fundamental para a identificação dos grupos e projetos existentes no período Regencial:

Situados ao centro do campo político imperial, os *moderados* apresentavam-se como seguidores dos postulados clássicos liberais, tendo em Locke, Montesquieu, Guizot e Benjamin Constant suas principais referências doutrinárias; almejavam (e conseguiram promover reformas político-institucionais para reduzir os poderes do imperador, conferir maiores prerrogativas à Câmara dos Deputados e autonomia ao Judiciário, e garantir a observância dos direitos (civis, sobretudo) de cidadania previstos na Constituição, instaurando uma liberdade “moderada” que não ameaçasse a ordem imperial. À esquerda do campo, adeptos de radical liberalismo de feições jacobinas, matizadas pelo modelo de governo americano, estavam os *exaltados*, que, inspirados sobretudo em Rousseau, Montesquieu e Paine, buscavam conjugar princípios liberais clássicos com ideais democráticos; pleiteavam profundas reformas políticas e sociais, como a instauração de uma república federativa, a extensão da cidadania política e civil a todos os seguimentos livres da sociedade, o fim gradual da escravidão, relativa igualdade social e até uma espécie de reforma agrária. Um terceiro grupo concorrente organizou-se logo no início da Regência, os chamados *caramurus*. Posicionados à direita do campo e alinhados à vertente conservadora do liberalismo, tributária de Burke, eram contrários a qualquer reforma na Constituição de 1824 e defendiam a monarquia constitucional firmemente centralizada, nos moldes do Primeiro reinado, em casos excepcionais chegando a nutrir anseios restauradores.⁸⁰

Embora alocados em grupos, a princípio determinados, não havia necessariamente coesão total, sendo possível vislumbrar na atuação de muitos destes cidadãos certa maleabilidade política e ideológica. Ou seja, havia interesses pessoais e alinhamentos para fora destes círculos, não sendo, portanto, uma identificação rígida e imutável. De qualquer forma, as consequências de suas respectivas divergências levaram, ao longo da década de 1830 e meados da década de 1840, aos enfrentamentos e revoltas que ocorreram no turbulento período Regencial e início do Segundo Reinado, “*No tempo das incertezas*”⁸¹, como veremos no capítulo seguinte.

Em artigo publicado naquele momento, Bhering faz uma análise bastante interessante relativa ao cenário vivenciado pelos liberais e sobre o governo de Feijó, tendo como base a repercussão de um “parecer da Comissão da Câmara Temporária”, que para

⁸⁰ BASILE, Marcello. “O Laboratório da Nação: a era Regencial (1831-1840)”. In. GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, volume II, 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.53-119, citação p.61.

⁸¹ Título escolhido para ilustrar o nosso capítulo 4.

alguns seria uma “solene declaração de República”. O texto possibilita elementos importantes para esta discussão. Aponta para o perigo causado pelos “intrigantes” que disseminavam pelo “Povo desaperebido” que os liberais, aqueles que “conseguiram no dia 7 de Abril destronizar o Déspota, para em seu lugar colocar o nosso patrício o Sr. D. Pedro 2 à par da Constituição”, promoviam o regime “Republicano”. Sobre o parecer dizia: “O que é o parecer da Comissão? [...] não é outra cousa mais do que a opinião de 5 Deputados; opinião, que foi rebatida pela maioria da Câmara com a maior energia”. O parecer, prossegue ele, indica “que a Câmara se converta em Assembleia Nacional para tomar aquelas medidas, que fossem conducentes à salvação da Pátria próxima a naufragar, pela obstinação que está o Senado; será isto proclamar a República?”⁸²

O *Homem Social* contesta com veemência a ideia de que todos os liberais e, “entre eles os que são inimigos da República”, pudessem ser tratados como republicanos. A própria definição de “inimigos da República” serve para localizá-lo em meio aos liberais, dando indícios claros de seu posicionamento moderado, monarquista e constitucional. E em relação ao Ministério Feijó, que de acordo com os “intrigantes”, pretendia instalar a República, afirmava:

Esta calunia cai por si mesma. [...] Um Ministério, que desde o momento, em que encetou sua carreira administrativa, se mostrou inimigo dos extremos, poderá sem injustiça ser taxado de Republicano? Qual é o ato, pelo qual o Ministério Feijó ostentou querer o sistema Republicano? [...] Os Fluminenses foram testemunhas da corajosa resistência, que fez o Ministério Feijó ao partido que proclamava a Federação já, e já. Os Fluminenses foram testemunhas da oposição, que este Ministério fez àqueles, que pediam deportações, e todo o gênero de violência. E qual é a recompensa que dão à este mesmo Ministério, esses que então foram salvos da proscricção? Como pagam a um Governo, que os salvou das garras dos [figadais] inimigos? Com a mais refinada ingratidão... A vil, e baixa intriga aparece em campo para denegrir a reputação daqueles, que sempre bem mereceram dos seus concidadãos; que levados ao lugar mais eminente da Sociedade souberam conservar a Paz contra os desejos dos seus inimigos, abater a orgulhosa cabeça da anarquia Haitiana, com que a cada instante nos ameaçavam, e por fim murchar o louro, que ornava a cabeça dos Apóstolos da Restauração. Com a mesma espada, com que corta a cabeça da ilegal Federação, com essa mesma destroça o Partido Caramuru. É este o Governo, que agora se proclamou defensor do Sistema Republicano? Oh incrível perversidade! O tempo mostrará que o Governo que acabou era rígido observador da Lei, inimigo dos extremos, trilhou sempre o caminho, que a Constituição lhe

⁸² *O Homem Social*, edição 24 de 23/09/1832.

havia prescrito, esperando sempre do Corpo Legislativo o salutar remédio aos seus males, ou aos males da Pátria.⁸³

Diogo Antonio Feijó⁸⁴ havia ocupado a pasta da Justiça de julho de 1831 até julho de 1832, quando renunciou ao cargo devido às dificuldades peculiares do momento. Seu ministério foi aclamado e defendido pelos moderados, mas sofreu forte oposição, como vemos nas palavras do *Homem Social*. Por um lado era combatido pelos exaltados, que pretendiam estabelecer as bases de uma República Federativa, mas cujo projeto causava espanto nos moderados, pois entendiam que poderia levar à anarquia e fragmentação do Império. Por outro lado, tinha a oposição sistemática dos restauradores (ou caramurus), onde transitavam os Andrada e Silva, sendo a figura mais influente, José Bonifácio, que ocupava o cargo de tutor do futuro Imperador. Então, “com pouca experiência e frágil base real, os chamados moderados precisaram aprender as primeiras lições de ser governo em meio ao fogo cerrado”.⁸⁵

Havia pelo lado dos moderados, uma nítida negação do republicanismo. Explorando a questão Wlamir Silva expõe que o “liberalismo-moderado afirmou diuturnamente sua opção monárquica”. Tal opção era “encarada dentro das necessidades de preservação do ‘edifício social’, em contraste com a ameaçadora revolução”. Nesta perspectiva, o “7 de Abril, de caráter moderado, e a Regência, deviam ser garantias contrarrevolucionárias”. A “opção monárquica” era, então, entendida como uma “estratégia de hegemonia”, por parte dos moderados, “que não a desprezavam no plano doutrinário”, como fica claro nas análises e nos artigos publicados no *Homem Social*.⁸⁶ O termo “federalismo”, por sua vez, também era gerador de atritos e divergências, tanto entre liberais moderados e exaltados, como entre estes e os caramurus ou restauradores. Por este motivo havia constante preocupação por

⁸³ *O Homem Social*, edição 24 de 23/09/1832.

⁸⁴ Diogo Antonio Feijó foi batizado em 17 de agosto de 1784 na qualidade de “exposto”, filho de pais desconhecidos, tendo sido criado pelo padre Fernando Lopes de Camargo em São Paulo. Mesmo diante de todas as adversidades este filho bastardo chegou a ocupar o mais importante cargo do executivo no período imperial, o de regente único no ano de 1835. Liberal e legalista, aliado de Bernardo Pereira de Vasconcelos durante certo período, tornaram-se inimigos depois do Regresso conservador. Participou ativamente da *Revolução Liberal de 1842*, sendo preso pelo então barão de Caxias, seu aliado em outros tempos, quando combatiam os movimentos de revolta que ocorreram no decorrer da década de 1830, especialmente após a abdicação de Pedro I. Tido como respeitador da imprensa livre, chegou a publicar em São Paulo o periódico com o sugestivo título de *O Justiciero*, que por si só já revela muito de suas preocupações e do sentido de sua atuação pública. Feijó chegou a ser indicado para ocupar a cadeira episcopal na cidade de Mariana, apesar de suas ideias tidas como polêmicas para aquela época. Mas, sabendo da possibilidade quase certa de que Roma se opusesse a seu nome, não deu andamento ao processo e não chegou a ser bispo de Mariana. Ver CALDEIRA, Jorge (org.). *Diogo Antonio Feijó*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

⁸⁵ CALDEIRA, Jorge (org.). *Diogo Antonio Feijó*. São Paulo: Ed. 34, 1999, p.30. As citações do autor fazem parte do análise introdutória realizada pelo mesmo na referida obra.

⁸⁶ SILVA, Wlamir. *Liberais e povo...* Op. cit., p.196 e 197.

parte dos moderados, nas folhas, nas sociedades patrióticas e nas câmaras e assembleias, de “marcar as diferenças com a orientação exaltada, ou anárquica”. Também por este motivo é possível observar no período divergências conceituais e ideológicas entre as próprias folhas liberais. Embora o termo não fosse sinônimo de “republicanismo”, devido à falta de “clareza conceitual e teórica”, era “identificado à República e aos turbulentos”.⁸⁷

Neste conturbado cenário político, enfrentando revoltas até mesmo na Corte, inclusive com motins de policiais, e entendendo que a ordem era uma condição para a vida em sociedade, Feijó decretou a criação da Guarda Nacional, cuja concretização e organização em todo o território do Império foi bastante dificultosa e gerou inúmeros conflitos entre autoridades municipais e provinciais. Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, o Ministério Feijó teria implementado um novo estilo de governo no país, respeitando as leis, respeitando a liberdade de imprensa, sem decretar prisões arbitrárias, e com o apoio fiel dos moderados. Sua renúncia causou grande abalo e tornou ainda mais sombrio o ambiente político, fazendo repercutir em todos os cantos do Império, notícias sobre a possível volta de Pedro I e da restauração de seu governo. Tais acontecimentos fomentaram a eclosão das diferentes revoltas e rebeliões que caracterizaram o período regencial.

Foi neste cenário, transitando em meio aos anseios moderados, entre o que considerava “radicalismo dos exaltados” e o “retrocesso dos restauradores”, que Bhering fazia a defesa do Ministério Feijó, a quem alguns alcunhavam de republicano. “Deixem-se portanto os intrigantes de fomentar a intriga por entre os seus concidadãos”. Assim finalizava o artigo o *Homem Social*, conjurando a todos para “de mãos dadas chamar a um só centro os amigos da Lei, e da Liberdade Nacional, a fim de debelarmos o inimigo que nos ameaça”. E sugerindo como única “divisa” a Constituição e Pedro II, conclamava a todos a que se unissem como “Irmãos” pelo bem da pátria. “Não polua o nosso solo, o sangue dos Brasileiros, que nos é tão caro. Respeitemos os nossos direitos. Não praza aos Céus que nos nossos dias reine entre nós a guerra civil, esse flagelo, que muitos desejam ao Brasil, e que a Providência de certo arredará dentre nós”.⁸⁸

Na defesa que Bhering faz do Ministério e do próprio Feijó está implícita, certamente, uma sensível identificação de ideias, valores, pensamentos e sentimentos. No entanto, esta simples empatia seria suficiente para causar a ira de muitos, especialmente na religiosa Mariana, de onde o *Homem Social* escrevia. Feijó era aquele padre que defendera

⁸⁷ SILVA, Wlamir. *Liberais e povo...* Op. cit., p.212-214.

⁸⁸ *O Homem Social*, edição 24 de 23/09/1832.

abertamente a abolição do celibato, que criticou publicamente aspectos da Igreja Católica Apostólica Romana. Era tido como líder do clero liberal ou iluminista, com foco na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em São Paulo. Era forte oponente do clero conservador e, por estes motivos, frequentemente atacado pelos “órgãos restauradores” que o taxavam de “ministro de Satanás, sedutor e alcoviteiro de donzelas em confessionários, homem que viu a luz do dia em chiqueiro de porcos”. Além disso, era homem ciente das desigualdades, vantagens e arbitrariedades de seu tempo, consideradas, por ele e outros como Bhering, incompatíveis com a nova ordem vigente. Mostrava-se disposto a lutar pelas mudanças legais, como salientou Jorge Caldeira, mas tinha plena consciência das dificuldades de se enfrentar aqueles que “mandavam há séculos”, gente que “sabia usar os grandes vazios legais do país, que estava protegida por cargos e prestígio social, que fiava a passagem para a esfera do Brasil independente da herança legal e institucional do despotismo”.⁸⁹

Nesta perspectiva, era preciso que os aliados moderados estivessem alertas e intimamente empenhados na defesa da legalidade, assim como no combate aos excessos e ataques de exaltados e restauradores. Era este, pois, o papel do “homem social” e do periódico que levava este nome, que naquele momento denunciou a circulação de *pasquins* pelas ruas de Mariana. Eram espalhados pela cidade na calada da noite e neles se atacava nominalmente a cidadãos, especialmente aos liberais, atribuindo a eles o papel de anarquistas, republicanos e inimigos da religião. Enfim, neste sentido, é claramente perceptível, por parte de Bhering e das opiniões em seu periódico, uma preocupação sistemática em afastar dos moderados a pecha de republicanos e, assim, de buscar alertar ao “povo incauto” sobre as intenções ofensivas e insultantes de certos grupos. Cada um destes grupos possuía seus jornais e, em alguns casos, a “especialidade eram os mais grosseiros e caluniosos ataques contra o governo”, tornando difícil “distinguir a origem do ataque”. Caldeira sugere que “revolucionários e reacionários falavam a mesma língua naquele momento: a ordem legal era um embuste, e seus agentes, adversários de seus projetos”.⁹⁰

Com o “Partido Restaurador”, por exemplo, o *Homem Social* dizia não admitir capitulação, “se não com a condição de largar as armas com que tem intentado ferir de

⁸⁹ CALDEIRA, Jorge (org.). *Diogo Antonio Feijó...* Op. cit., p.33 e 34. Penso que a identificação que sugiro por parte de Bhering em relação a Feijó tem, ainda, estreita relação com a origem humilde de ambos. Eram homens que não tinham origens familiares importantes, “num país de dinastias familiares”, nascidos sem posse de terras ou heranças, e que buscaram na carreira eclesiástica uma alternativa para suas vidas futuras, mesmo não tendo seguido carreira na hierarquia eclesiástica, como foi o caso de ambos. Estas características, penso, forjaram sensivelmente suas ações enquanto homens públicos na condução das mudanças e reformas implementadas no âmbito do governo representativo, alterando os rumos do desenvolvimento da nação.

⁹⁰ CALDEIRA, Jorge (org.). *Diogo Antonio Feijó...* Op. cit., p.31.

morte o feliz, e venturoso dia Sete de Abril”. Assim, discorrendo sobre a “marcha dos Caramurus”, faz questão de informar a seus leitores dos acontecimentos na província do Ceará, onde Joaquim Pinto Madeira, após a Abdicação de Pedro I, organizou um grupo de homens e marchou até a vila do Crato onde declarou uma rebelião, prendendo os seus opositores liberais e desobedecendo as ordens estabelecidas pela Regência. Chamando a atenção do público para as atrocidades cometidas e o sangue brasileiro derramado naquela província, o *Homem Social* indicava que tudo aquilo ocorria em nome de Pedro I. “Eis aqui o que pretendem todos os restauradores: levantar o trono da Restauração sobre os cadáveres dos Brasileiros. Não conseguirão. O Brasil há de ser Livre e Independente”.⁹¹

Nessa trilha, em outro artigo publicado, Bhering analisa os desdobramentos e possíveis benefícios de uma guerra civil. Tratando do EUA e, com base no texto de um autor francês não referenciado, sugere que naquele país, depois de toda anarquia e desordem, “depois do estupor do Estado, depois do entorpecimento das almas, vem a ser necessária”, pois seria a precursora da liberdade. A “guerra civil é algumas vezes necessária, por que ela só pode restabelecer os princípios construtivos”, parece afirmar o autor francês. Nessa perspectiva, se no caso “Americano” a guerra civil parece ter sido um mal necessário para o florescimento da liberdade, no Brasil, onde as condições eram distintas, seria uma “aterradora ideia”. Em realidade, aterradora, mas não tão improvável assim, como afirma o redator do *Homem Social*, já que em determinadas circunstâncias seria uma alternativa não apenas possível, mas necessária. Perguntava, então, a seus leitores: “se cativos Caramurus indignos do nome Brasileiro quiserem tentar escravizar-nos, pondo outra vez à sua frente seu antigo Senhor? Então que remédio?”⁹²

Essa guerra será de extermínio; mas em outras circunstancias mais brilhantes do que as dos Americanos do Norte, e contra uma *nação* muito menos poderosa, nós de certo venceremos essa nação digna de outros destinos, mas governada pela inquisição, frades estúpidos, e arrogantes e vis fidalgos, três pragas que no solo Brasileiro pouco grassarão; talvez por que os ministros portugueses, mesmo os mais déspotas, sempre entreviram no coração dos Brasileiros as sagradas faíscas da liberdade, e os olhos, e

⁹¹ *O Homem Social*, edição 27 de 13/10/1832. Esta rebelião ocorrida na província do Ceará ficou conhecida como *Insurreição do Crato*. Seu líder, Joaquim Pinto Madeira, foi vencido pelas forças legais e condenado à morte por enforcamento pelo júri daquela vila. Recorreu ao júri da capital da província, mas foi mantida a pena capital, agora por fuzilamento, sendo ele executado em 28 de novembro de 1834 em Fortaleza. Quanto às expressões – “o feliz, e venturoso dia Sete de Abril” e “Não conseguirão. O Brasil há de ser Livre e Independente” – ambas aparecem em grande destaque no corpo do texto do jornal, com a respectiva fonte em negrito e bastante ampliada.

⁹² *O Homem Social*, edição 34 de 08/12/1832.

sentimentos dos mesmos, sempre voltados com ternura, e nobre inveja para os ditosos habitantes do Norte.⁹³

Atento aos acontecimentos políticos da Corte, o *Homem Social* se volta à defesa de Bernardo de Vasconcelos, então deputado, que em discurso havia criticado duramente o também deputado Martim Francisco Ribeiro de Andrada⁹⁴. Este último, por sua vez, publicou um *folheto* em resposta às acusações de Vasconcelos. O *Homem Social*, alinhado a Vasconcelos e Feijó, a quem os irmãos Andrada faziam forte oposição, parte para o ataque contra Martim Francisco. O texto, embora bastante interessante, repleto de ironias e de efeitos linguísticos e retóricos, não apresenta uma discussão sobre os debates parlamentares, mas sim uma compilação dos ataques pessoais de ambos os deputados. Martim Francisco, apesar de toda sua suposta “soberba e arrogância”, como sugere o texto, era acusado de não ter apresentado na Câmara nenhum projeto de lei ou resolução. A linguagem adotada – coloquial quando trata de temas como o pervejo de um, o pigarro de outro, mas rebuscada, falando de oradores gregos e da compreensão do Universo – tinha o nítido intento de convencer os leitores das intenções de cada deputado. “Não sabemos o que o futuro promete”, dizia o *Homem Social*, mas “ainda que os Andradas triunfem na Corte (o que não é de esperar do brio Fluminense) não triunfarão em Minas”. Iremos com “o nosso pequeno contingente mostrando aos iludidos, que Andradas [...] não devem ser Deputados; por que são muito soberbos, muito insultantes, muito enfatuados, e não fazem cousa alguma a bem da nação”.⁹⁵

Em outro momento, o *Homem Social* publica uma curiosa correspondência, assinada pelo “Liberal que não verga”, em que este informava sobre a decisão da Assembleia Geral, por meio de um Extrato da Lei do Orçamento, de devolver aos herdeiros dos “inconfidentes” todos os bens confiscados e que se encontravam “incorporados aos Próprios Nacionais”. O correspondente se aproveitou desta decisão para atacar os “Caramurus” que pretendiam “restaurar” aquele “infame governo despótico” que perseguiu, roubou e degolou “aqueles Patriotas de 1789”. Segundo informa, a representação havia partido do Conselho Geral de Minas e foi acatada pela Assembleia Geral Legislativa, o que certamente foi

⁹³ *O Homem Social*, edição 34 de 08/12/1832.

⁹⁴ Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1775-1844), irmão de José Bonifácio de Andrada e Silva e de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, era formado pela Universidade de Coimbra, foi membro da Assembleia Constituinte de 1823, deputado geral por São Paulo em diferentes legislaturas, tendo sido eleito deputado geral também pela província de Minas Gerais. Ocupou ainda a presidência da Câmara dos Deputados e chegou a assumir o Ministério da Fazenda. https://pt.wikipedia.org/wiki/Martim_Francisco_Ribeiro_de_Andrada. Acessado em 08/10/2015.

⁹⁵ *O Homem Social*, edição 31 de 17/11/1832.

motivo para “bem dizer o sistema Constitucional que vai esmagando o monstro do Despotismo”.⁹⁶ Esta correspondência vem corroborar a hipótese que levantamos no primeiro capítulo de que havia em Minas Gerais certo sentimento de que a liberdade tinha enormes dificuldades para florescer. Ou seja, que os traumáticos acontecimentos de 1789 ainda pairavam, ganhando forma por meio de outros embates e das novas experiências vivenciadas naqueles tempos constitucionais. Não obstante, o lema da bandeira revolucionária, “*liberta quae sera tamen*”, colhido por Inácio José de Alvarenga Peixoto, um dos líderes conjurados, em um verso de Virgílio, pensador este lido e citado por muitos dos “patriotas mineiros”, é representativo de um “espaço de experiência”, no sentido estabelecido por Koselleck, das vivências contestatórias, entusiasmadas e revolucionárias dos “inconfidentes” de 1789, que guardava, necessariamente, um “horizonte de expectativas”, o da independência nacional, da liberdade mesmo que tardia.⁹⁷

Outro tema caro ao professor Bhering, que mesmo atuando como escritor público não deixara de lecionar publicamente, foi a educação. Tratou com muito afeto e atenção em seus escritos e reflexões, quanto na tradução de textos e autores consagrados, mas também na divulgação de projetos e resoluções do governo e na vigilância que se propôs a fazer das autoridades em relação aos temas voltados à educação na província. Nesse sentido, o *Homem Social* cobrava publicamente um colega “patriota” que naquele momento ocupava uma cadeira na Câmara dos Deputados. Batista Caetano de Almeida foi incisivamente criticado por ter solicitado naquela casa o adiamento da discussão de uma proposta do Conselho Geral da Província que criava em cada cabeça de comarca um *Curso de Disciplinas Elementares*. Visivelmente irritado, Bhering argumentou que as propostas dos Conselhos Gerais, especialmente de Minas, vinham sendo objeto de desprezo por parte dos deputados. Tal adiamento, segundo ele, equivaleria a um “eterno esquecimento e o Senhor Batista talvez com a mais pura intenção chamou sobre as comarcas, que o elegeram também em boa fé, todos os males provenientes da falta de ilustração nas Disciplinas Elementares,

⁹⁶ Correspondência do “O Liberal que não verga”. *O Homem Social*, edição 33 de 01/12/1832.

⁹⁷ Inácio José de Alvarenga Peixoto (1744-1793) foi uma das principais lideranças da Conjuração Mineira de 1789. Formado em Leis na Universidade de Coimbra voltou ao Brasil, por influência do Marques de Pombal, indicado para atuar como Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, capitania de Minas Gerais. Casou-se em São João Del Rei com D. Bárbara Heliadora, mulher de personalidade forte, também inclinada à poesia e literatura e que por estes motivos acabou arrolada nas devassas realizadas após o movimento descoberto. Alvarenga Peixoto acabou sendo condenado a degredo perpétuo para a região de Ambaca na África, onde veio a falecer em 1 de janeiro de 1793. Ver XAVIER DA VEIGA, José Pedro. *Efemérides Mineiras...* Op. cit., p.120-122. Faço referência ao texto já citado de KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado...* op. cit.

que reina no geral de nossa população”. O agravante era o fato de o adiamento ter sido solicitado por “um Deputado de Minas”.⁹⁸

Quando analisou a conversão do Conselho Geral da Província em Assembleia Legislativa Provincial, Bhering informou, ainda, sobre outras importantes resoluções aprovadas pelo Conselho em benefício da educação e da instrução pública. Além daquelas já mencionadas, destacam-se a que “cria um Colégio de educação da mocidade Indiana”, uma que estabelece a “*Academia de Sciencias Montanisticas* para o desenvolvimento de nossas Minas”, outra que “estabelece o sistema de prover as Cadeiras de professores de Primeiras Letras e seus ordenados”, além de resoluções propondo a criação de uma *Academia Médico-Cirúrgica* em São João Del Rei, de um Curso de Ciências Sociais e também de uma cadeira de *Taquigrafia*.⁹⁹ A Assembleia Provincial foi esperançosamente anunciada como uma grande conquista em benefício das províncias, pois possibilitaria que as resoluções tomadas por suas autoridades, como também aquelas em prol da educação, não tivessem plena dependência da Assembleia Geral e fossem convertidas em leis provinciais, tendo efeito imediato. Assim, “teremos de ver a nossa província avançar com rapidez ao cúmulo da Felicidade; por que as Leis, que forem aprovadas pela Assembleia terão imediata a sua devida execução sem dependência da Aprovação da Corte, que nem sempre possui os precisos dados para curar as enfermidades das Províncias”.¹⁰⁰ Esta mudança eliminaria, por exemplo, muitos transtornos causados pela demora e impedimentos

⁹⁸ *O Homem Social*, edição 17 de 04/08/1832. Em outra edição (34 de 08/12/1832) o *Homem Social* publica algumas disposições da Lei do Orçamento, relativas à província de Minas Gerais, onde se verifica que a verba destinada para a Instrução Pública, no ano financeiro de 01 de julho de 1833 a 30 de julho de 1834, era de 40:000U, valor relativamente superior ao destinado, por exemplo, às Obras Públicas (22:000U), e que estava abaixo apenas daquele destinados às Guardas Policiais (50:000U).

⁹⁹ *O Universal*, edição 742 de 30/04/1832 e *O Homem Social*, edição 33 de 01/12/1832. Na referida edição do *Universal*, dentre as várias propostas e resoluções do Conselho Geral da Província, consta uma que “declara nula e abusiva a Pastoral do Bispo de Mariana datada de 28 de Outubro de 1828”, aquela mesma pastoral que tantos atritos e enfrentamentos gerou entre os “patriotas mineiros”, especialmente os padres liberais, e o bispo D. Frei José. O jornal informa, na mesma edição, que a “Regência suspendeu o seu juízo”.

¹⁰⁰ *O Homem Social*, edição 33 de 01/12/1832. Em relação ao Colégio de educação para a mocidade Indiana, em outra edição (24 de 23/09/1832), o jornal publica na íntegra a Resolução da Assembleia Geral Legislativa, sancionada pela Regência, em que se mandava estabelecer na província de Minas Gerais um Colégio de Educação destinado à instrução da Mocidade Indiana. A Resolução compunha-se de 9 artigos, dentre os quais ficava estabelecido que o ensino seria para ambos os sexos, devidamente separados dentro do edifício, e que também seriam admitidos os índios adultos e os meninos e meninas brasileiros. Outro tema interessante, abordado pelo *Homem Social* e que seria, de certo modo, uma novidade naquele momento, diz respeito à introdução dos exercícios físicos, ou “Ginástica”, na educação dos jovens. Em uma correspondência intitulada *Gymnastia*, e assinada pelo “Gymnastico”, o correspondente discorre sobre os muitos benefícios dos “exercícios corpóreos, que a meu ver devem constituir uma das principais partes da educação”. O tema, como ele mesmo informa, era muito pouco debatido nos periódicos e quase desconhecidos dos colégios mineiros. O “Gymnastico” fala, ainda, da importância da música, que já era conhecida pelos mineiros na educação dos jovens, da dança, que seria importante até mesmo para os sacerdotes, que teriam melhores condições físicas de se portar nos púlpitos, da natação, cuja utilidade já estava comprovada, e da cavalaria, que também deveria constituir parte da educação. Ver sua edição 33 de 01/12/1832.

na tramitação das resoluções no âmbito da Assembleia Geral, como lamentou Bhering na crítica feita ao deputado mineiro.

Sendo professor público e atuando na capital e na sede do bispado, as mais importantes cidades da província, Bhering tinha plena consciência das dificuldades enfrentadas pelos professores, especialmente daqueles que atuavam nas distantes e isoladas vilas, em função da falta de regras e leis que organizassem a sua atuação, seus vencimentos e a educação de forma geral. Neste sentido, a educação foi uma prioridade para ele também enquanto conselheiro provincial, onde atuou decididamente em benefício de sua prosperidade. E neste momento Bhering anunciou a conclusão de seus cursos de Filosofia Racional e Moral e de Retórica, convidando aos jovens que tivessem interesse para se matricularem nas aulas do próximo ano.¹⁰¹

Semeando o grão do Evangelho e da Constituição jurada, portanto, representa este momento bastante fértil de sua trajetória e de sua atuação pública, quando Bhering voltou triunfante a lecionar em Mariana e Ouro Preto em função de seu empenho pessoal, de sua reconhecida capacidade e da articulação realizada pelos “patriotas” liberais. Também é o momento em que ele voltou a atuar como redator principal de um novo periódico, o *Homem Social*. Pareceu-nos, portanto, possível pensar este título como uma imagem significativa do conjunto de suas ações e ideias no período.

¹⁰¹ Em seu *Aviso* publica uma relação nominal dos alunos que frequentavam as aulas e comunica que as aulas de Filosofia e Francês eram sempre dadas gratuitamente, dando a entender que eram realizadas em sua residência, sendo as aulas de Retórica um curso oficialmente público. No total eram 7 os seus alunos somando os dois cursos (Filosofia e Retórica), dentre eles os padres José Felicíssimo do Nascimento e José de Souza e Silva Roussin. *O Homem Social*, edição 33 de 01/12/1832.

IV.

No tempo das incertezas

1.

A Revolta do Ano da Fumaça e o caminho para a Corte

Bhering fora eleito vereador para compor a Câmara Municipal de Mariana na legislatura que teve início em 1833 e continuava membro da *Sociedade Patriótica Mariannense* para a qual, de acordo com o *Homem Social*, havia sido realizada uma Assembleia Geral com a presença de mais de oitenta sócios. Este fato parece confirmar que aquela associação estava em progressivo aumento, provando, mesmo contra as “falsas imputações que o Espírito desordeiro havia sugerido contra os membros da Sociedade”, a utilidade pública daquele “estabelecimento” na estrada da “Honra e do Patriotismo”. Em sua Assembleia Geral, de acordo com o *Homem Social*, viu-se “realizada a União Fraternal”, onde a fraternidade e a união eram os únicos oráculos e, também, onde eram enunciados “com calor sentimentos nobres e unicamente ditados pelo amor da Pátria, da Constituição e da Lei”.¹

A união observada na reunião da *Sociedade*, no entanto, não era a mesma verificada nas galerias do Conselho Geral da Província, prestes a dar lugar à Assembleia Legislativa Provincial. “O Corajoso”, correspondente do *Homem Social*, denunciou e lamentou a posição do conselheiro Manoel José Monteiro de Barros, para quem no Brasil e na província não havia um Partido Restaurador, um partido que promovesse a volta de Pedro I. A questão gira em torno da discussão levantada em função de um “Ofício que o Conselho Geral dirigiu à Regência, em que lhe fez ver o espírito da nossa província, na qual o gênio restaurador não tem podido achar asilo”. Aquele conselheiro, de acordo com o correspondente, foi

¹ O *Homem Social*, edição 38 de 05/01/1833. *União Fraternal* é também o nome que foi dado, talvez pelo próprio Bhering, ao jornal daquela Sociedade (*Império do Brasil: Diário do Governo*, n.98, vol.19, de 01/05/1832), que seria redigido por Bhering e outros “patriotas” após o término do *Homem Social*. No entanto, lamentavelmente, não foi possível localizar este jornal em nenhuma das instituições consultadas. Em outros momentos do texto, de acordo com os fragmentos que fomos encontrando, damos mais algumas informações a respeito deste periódico.

duramente combatido por outro membro, que argumentou no sentido de que na “Província do Ceará estava postada a guarda avançada do Exército Restaurador, capitaneada pelo Salteador Mor Pinto Madeira”. Afirmava que na “Capital do Império havia sido proclamado no dia 17 de abril Pedro I, mas que este partido fora ai derrotado”, e que na própria província de Minas Gerais, nas vilas de Pouso Alegre e Santa Rita do Turvo, proclamou-se Pedro I.² Tal debate denuncia a gravidade dos conflitos existentes em diferentes regiões do Império, como parte da crise política vivenciada no período Regencial, assim como a tensão já existente em Minas Gerais.

E foi então que as circunstâncias permitiram que um golpe fosse lançado contra o governo mineiro. Em 22 de março de 1833, na calada da noite, e devido à ausência do então presidente da província, Manoel Inácio de Mello e Souza, partidário do governo Regencial e que se achava em Mariana, um grupo marchou sobre a cidade, cercou o palácio do governo, tomou em suas mãos o poder e passou a governar ilegalmente à sua maneira, com decretos e despachos para toda a província. Estava iniciada a breve *Sedição de Ouro Preto* ou *Revolta do Ano da Fumaça*, como alguns historiadores denominaram o golpe.³

Momento de acirramento das tensões, de (des)arranjos das forças políticas, esta instabilidade propiciou que parte importante da elite provincial recorresse às armas. E dentre os principais líderes figuravam cidadãos ativos na esfera política e militar da província, como proprietários abastados e qualificados como eleitores. Outro fato importante a ressaltar é que dentre eles estavam aqueles indivíduos que pouco mais de um ano antes, haviam encabeçado uma rebelião ocorrida em Santa Rita do Turvo, no Termo de Mariana. É o caso de Manoel José Esteves Lima, João Luciano de Souza Guerra, o coronel do Exército José de Sá Bittencourt e Manoel Soares do Couto, aclamado presidente da província pelos sediciosos. Outros implicados eram os engenheiros João R. de Verna e Bilstein e Francisco Joaquim da Silva Bitencourt, que prestavam serviços ao governo provincial, mas foram demitidos em função de seu fraco desempenho e readmitidos depois pelo governo rebelde. Eram já conhecidos estes cidadãos como sendo supostamente líderes de uma “sociedade secreta”, tida como maçônica, que se reunia na rua do Rosário, em Ouro Preto, e que possivelmente conspirava contra o governo.⁴

² *O Homem Social*, edição 38 de 05/01/1833.

³ Os contemporâneos, como Bhering, se referiam ao movimento como a *Sedição de Ouro Preto*, dando a seus líderes e demais participantes a denominação de “sediciosos”, “marcistas” e “retrógrados”. Alguns historiadores deram, posteriormente, a denominação de *Revolta do Ano da Fumaça*, devido ao frio intenso verificado naquele ano e a forte neblina que encobriu a cidade na ocasião.

⁴ BARATA, Alexandre Mansur. “A Revolta do Ano da Fumaça”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.50, 2014, p.78-91.

O “governo intruso”, como passou a ser denominado pelas autoridades legais, tomou imediatamente uma série de medidas, como a libertação de militares que haviam sido presos sob a acusação de defenderem a restauração.⁵ Membros do governo legal, como Bernardo de Vasconcelos e o padre José Bento, que estavam no palácio do governo na ocasião do golpe, foram detidos e depois enviados para fora da capital. Diante deste cenário, o governo legal da província foi se estabelecer em São João Del Rei logo no começo de abril.

A Regência interviu prontamente em abril, determinando o restabelecimento da ordem, a restituição do governo a Mello e Souza e a expulsão da província dos engenheiros Bilstein e Bittencourt, acusados de serem mentores do movimento. O militar José Maria Pinto Peixoto foi enviado para cercar a cidade e sufocar o movimento e batalhões da Guarda Nacional também foram destacados para a cidade. Este deslocamento de forças para Ouro Preto, por sua vez, possibilitou a ocorrência de um dos mais graves levantes de escravos de todo o Império, a *Revolta de Carrancas*.⁶

Dois meses após seu início, a 26 de maio, a *Revolta do Ano da Fumaça* chegava ao fim pela ação decidida do governo legal na “mobilização de Câmaras e forças militares da Província, com força de até seis mil homens, chefiados pelo Marechal Pinto Peixoto”. E após “enfrentamentos militares e bloqueio do abastecimento de viveres” o governo legal retornou à capital da província.⁷ Os envolvidos foram capturados, processados e sentenciados pelo crime de sedição, mas acabaram anistiados em 1835, após debates acalorados no Parlamento. Bhering, deputado geral naquela ocasião, teve participação importante nas discussões, com posicionamento fortemente contrário à concessão de anistia aos envolvidos, como veremos.

A historiografia diverge sobre o caráter da *Revolta*. José Pedro Xavier da Veiga⁸, que escreveu as suas *Efemérides Mineiras* ainda no século XIX, tende a pensar o movimento como uma revolta militar de cunho restaurador, na qual os sediciosos estariam insatisfeitos com as “arbitrariedades” do governo de Mello e Souza e de Vasconcelos. Francisco Iglésias teria interpretação distinta, entendendo ser um movimento sem consistência, alavancado por

⁵ GONÇALVES, Andréa Lisly. “As revoltas do período Regencial e o poder camarário: Minas Gerais, 1831-1835”. In: *Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética*. Fortaleza: ANPUH, 2009, p.1-7.

⁶ Andréa Lisly Gonçalves, na referida obra, indica que a Revolta de escravos, ocorrida na Freguesia de Carrancas, embora tenha tido adesão de muitos escravos, que aproveitaram a ausência da Guarda Nacional destacada para combater em Ouro Preto, para invadir e saquear fazendas da região, não foi adiante. Seu líder foi o escravo tropeiro Ventura Mina e a repressão aos escravos vencidos foi drástica, sendo que muitos foram condenados a morte e enforcados no ano de 1835, mesmo ano em que os sediciosos de Ouro Preto foram completamente anistiados.

⁷ SILVA, Wlamir. “Usos da fumaça: a Revolta do Ano da Fumaça e a afirmação Moderada na Província de Minas”. *LOCUS: Revista de História*, Juiz de Fora, v.4, n.1, 1998, p.105-118.

⁸ XAVIER DA VEIGA, José Pedro. *Efemérides mineiras...* Op. cit.

militares que estariam plenamente ressentidos com o governo provincial e que extravasaram suas insatisfações com a ocorrência da *Revolta*. Sugere que, embora houvessem membros partidários da restauração de Pedro I, a causa não foi defendida abertamente.⁹

Já Andréa Gonçalves compartilha, em termos, da visão de Xavier da Veiga, que tende a classificar o movimento como sendo de caráter restaurador, especialmente pela participação de lideranças já envolvidas nos levantes anteriores ocorridos na província, onde se proclamava abertamente a volta de Pedro I. A autora afirma, com base em Processos Crime, e analisando a participação de João Luciano de Souza Guerra nos dois movimentos ocorridos na província, que havia sim um apelo restaurador, pois “entre gritos de viva D. Pedro I os sediciosos asseveravam que a volta do Primeiro Imperador era certa”.¹⁰

Wlamir Silva, por sua vez, fornece um retrato mais realista. Tende a indicar que a utilização do termo “Sedição Restauradora” teria sido uma fantasmagoria, criada para consolidar a hegemonia moderada no plano simbólico e “sintomática do processo de estigmatização do adversário político”. De qualquer forma, afirma o autor, que na praça principal de Ouro Preto realmente foram dadas vivas a Pedro I, muito embora isolados e repelidos. A questão central da *Revolta*, para ele, estaria pautada na disputa pelo poder provincial. Dentre os motivos pairavam, também, fatos mais domésticos e expectativas privadas como as supostas perseguições pessoais lideradas pelos moderados e o controle dos empregos. Mas havia questões gerais e amplas como a pauta das reformas constitucionais e o acirramento das disputas eleitorais, cuja eleição estava marcada para março daquele ano e a hegemonia alcançada pelos moderados era fato que preocupava tanto os exaltados como os caramurus. Silva, no entanto, classifica o movimento mineiro como de menor importância no cenário das revoltas regenciais, especialmente se comparado aos movimentos vivenciados pelas províncias do Norte e à questão da participação popular autônoma.¹¹

Alexandre Mansur Barata, em artigo recente, analisa a *Revolta* tendo como proposta avançar além da dualidade centralização *versus* descentralização, na esteira de pesquisas que buscam compreender as dinâmicas provinciais, as turbulências entre suas elites e os diferentes ritmos e temporalidades experimentados no processo de construção do Estado brasileiro. Neste sentido, o autor se alinha ao entendimento de Wlamir Silva de que a

⁹ IGLÉSIAS, Francisco. “Minas Gerais”. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico*, v.2. Dispersão e unidade. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964, p.401.

¹⁰ GONÇALVES, Andréa Lisly. “As revoltas do período Regencial e o poder camarário”... Op. cit., p.4.

¹¹ SILVA, Wlamir. “Usos da fumaça”... Op. cit., p.107, 108 e 114.

Revolta tinha como foco principal a conquista de cargos de direção na província e de vantagens eleitorais. Nesta perspectiva, portanto, não seria possível afirmar que tinha caráter nitidamente restaurador, pois reconhecia a “Regência como instância legítima para reverter o arbítrio das lideranças ‘moderadas’ à frente do governo da província”.¹²

Renato Venâncio e Andréa Gonçalves, em pesquisa realizada conjuntamente, levantam informações importantes sobre o contexto provincial e a eclosão da *Revolta*. Naqueles anos a província enfrentava sérios problemas de abastecimento de gêneros alimentícios que, aliados à ocorrência de uma seca prolongada e da precariedade das estradas, veio agravar consideravelmente a situação de calamidade experimentada pelos mineiros, especialmente na comarca do Serro. Foram feitas inclusive subscrições voluntárias de outras partes da província e até mesmo da Corte para aliviar a situação de fome e penúria. Foi quando o governo provincial, visando facilitar o fluxo de abastecimento, contratou os dois engenheiros para realizarem melhoramentos nas estradas e indicar rotas navegáveis. “O que não estava nos planos das autoridades era que os ditos engenheiros fossem favoráveis à causa restauradora” e viessem a participar da *Revolta*. Outro ponto importante é que naquele momento o governo provincial elevou os tributos sobre a produção de aguardente, o que quase inviabilizou a produção de muitos engenhos e gerou grande insatisfação por parte de produtores e consumidores. Este teria sido um dos “possíveis estímulos para a mobilização popular por parte dos restauradores”, como defendem os autores.¹³

De qualquer forma, a possibilidade de uma *Revolta* de caráter “restaurador” na província, no dizer dos moderados, vinha sendo anunciada sistematicamente desde o 7 de Abril por folhas liberais.¹⁴ Na sessão de 1832 do Conselho Geral – como vimos anteriormente no embate entre alguns conselheiros – o discurso de abertura do presidente da província, Mello e Souza, indicava que a província gozava de aparente tranquilidade, mesmo reconhecendo a existência de rebeliões em outras partes do Império. Mas naquele mesmo ano, na sessão de 9 de fevereiro de 1832, Bhering assinava junto a outros membros um projeto de *Protesto* do Conselho enviado à Regência, no qual se pronunciava que a província “não consentirá que a Constituição do Estado seja violada, nem mesmo sofra

¹² BARATA, Alexandre Mansur. *A Revolta do Ano da Fumaça...* Op. cit., p.88.

¹³ VENÂNCIO, Renato Pinto & GONÇALVES, Andréa Lisly. “Aguardente e sedição em Ouro Preto, 1831-1833”. In: VENÂNCIO, Renato Pinto & CARNEIRO, Henrique (orgs.). *Álcool e drogas na história do Brasil*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2005, p.185-202, citações p.194, 195 e 197.

¹⁴ O *Astro de Minas*, por exemplo, publica a 16 de março de 1833 uma correspondência em que denuncia que os Caramurus daquela vila, ressentidos com todo aquele contexto desfavorável a eles, estavam preparando certas hostilidades para muito breve. Ver edição 826 de 16/03/1833. Outras folhas também publicavam artigos, comunicados e correspondências neste mesmo sentido.

quaisquer alterações, que não dimanem do Poder Legítimo”.¹⁵ O projeto falava abertamente das possibilidades de “subversão da ordem estabelecida”, de “Governo Ilegal”, em “anarquistas e descontentes”, em “conflagração iminente” para derrubar o governo legal, afirmando que a província de não

reconhecerá autoridade em Governo algum intruso; e que no caso inesperado de subversão da ordem legalmente estabelecida, a Província de Minas Gerais tomará a atitude, que lhe compete na Representação Nacional, de que compõe pelo menos a quinta parte; adotando as medidas, que julgar convenientes para conservar a sua tranquilidade, e união interna.¹⁶

Ora, é perceptível que estes cidadãos tinham consciência da possibilidade do levante antes mesmo de sua ocorrência, já que esta era manifestada publicamente por certas autoridades por meio de algumas folhas, assim como das possíveis atitudes a serem tomadas em caso de subversão da ordem legal, o que de fato ocorreu naquele 22 de março.

Atentando para a participação específica de Bhering no desenrolar da *Revolta*, em 1833 ele havia sido eleito vereador para compor a Câmara Municipal de Mariana, instituição esta onde atuavam também alguns dos líderes da *Revolta* e outras autoridades liberais que contribuíram para a derrota dos sediciosos. Sua participação, no entanto, é bastante pontual e secundária, tendo ocorrido, especialmente, na qualidade de autoridade política alinhada aos legalistas que combateram o movimento. A Câmara Municipal se reuniu em sessão extraordinária na noite seguinte à eclosão movimento, em 23 de março, para analisar uma “comissão escrita” pelo conselheiro Manoel Soares do Couto, onde se declarava no comando do governo da província após a demissão do presidente Mello e Souza e do vice Vasconcelos. O documento foi posto em discussão e “foi energicamente com razões as mais convincentes, combatida e contestada pelos senhores Miranda, Bhering e Moraes”.¹⁷

A Câmara decidiu que apenas reconhecia como presidente da província ao senhor Mello e Souza, “legalmente constituído pela Regência em Nome do Senhor Dom Pedro

¹⁵ *Estrella Mariannense*, edição 89 de 11/02/1832. A preocupação inicial aparenta ser em função dos acontecimentos na Corte e da possibilidade de um governo intruso na capital do Império, diante da qual o Conselho realizava a sua tarefa de aconselhar ao presidente da província e comunicar a Regência. No entanto, não deixa de ser uma forma de se preparar para os possíveis acontecimentos na província e, de antemão, manifestar suas preocupações para a opinião pública e dar um aviso aos interessados em alterar a ordem legal estabelecida.

¹⁶ *Estrella Mariannense*, edição 89 de 11/02/1832.

¹⁷ “Ata da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Mariana realizada a 23 de março de 1833”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, vol.18, ano 1913, p.131 e 132.

Segundo”. Mas a Câmara mudou seu posicionamento após receber um ofício do próprio Mello e Souza no qual declarava reconhecer a ilegalidade do movimento que o destituiu, mas que “não desejando que por sua causa se derramasse uma só gota de sangue Brasileiro, esperava “a determinação da Regência”, prometendo não tomar medida alguma que pudesse “perturbar a tranquilidade pública”. Esta foi a motivação pela qual a Câmara de Mariana acabou por voltar atrás em sua decisão, pela prudência, talvez temendo o conflito e o derramamento de sangue, e por se achar em perigo, já que havia sido informada da invasão da cidade caso não reconhecesse o governo de Soares do Couto. Deliberou, então, que se reconhecesse a autoridade de Soares do Couto até que houvesse uma “decisão da Regência”.¹⁸

Outra menção relativa à participação de Bhering vem de uma correspondência trocada entre os militares José Manoel Carlos de Gusmão, “Comandante Provisório das Forças de Linha, e José Maria Pinto Peixoto, “Comandante em Chefe das Forças desta Província”. Ambos eram responsáveis pela comando das forças legais que combateram os sediciosos. Gusmão escreve a Peixoto, em correspondência datada de 13 de maio de 1833, que por intermédio do juiz de paz de Mariana, o “ilustre Bhering, que muito me tem coadjuvado”, havia feito grande apreensão de armas e munição em Mariana. Bhering havia acabado de assumir o cargo de juiz de paz, na condição de suplente, devido à fuga empreendida pelo titular que, segundo informações do próprio Gusmão, estava alinhado aos sediciosos e tentava impedir a entrada das forças legais em Mariana.¹⁹

Estas são as poucas indicações que encontramos da participação de Bhering na *Revolta* e que nos levam a crer que ele não teria se ausentado de Mariana, como fizeram muitos de seus companheiros liberais. Outro fato que enriquece essa hipótese é que ele esteve presente nas sessões da Câmara de Mariana realizadas no período e que contaram com poucos membros. Quando tomaram as cidades de Ouro Preto e Mariana os sediciosos mandaram fechar tipografias e perseguiram redatores liberais. O *Universal* chega a mencionar que os sediciosos pediram as cabeças desses escritores, “perseguido-os da sorte que para salvarem suas as vidas abandonaram suas casas e famílias, como acontecera no Ouro Preto em 22 de Março, e com os redatores do *Universal*, do *Novo Argos*, do *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*”.²⁰ O então redator do *Novo Argos*, Herculano

¹⁸ “Ata da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Mariana realizada a 23 de março de 1833”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, vol.18, 1913, p.131 e 132.

¹⁹ Correspondência enviada pelo comandante José Manoel Carlos de Gusmão ao comandante José Maria Pinto Peixoto, datada de 13 de maio de 1833. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, vol.07 (1/2), 1902, p.186 e 187.

²⁰ *O Universal*, edição 945 de 23/10/1833.

Ferreira Pena, chegou a anunciar publicamente sua saída forçada da cidade de Ouro Preto e sua instalação em São João Del Rei, onde se estabeleceu o governo legal da província e onde continuava a circular o *Astro de Minas*.

Impedidas de circular durante o período, o *Universal*, o *Novo Argos* e o *Homem Social* voltaram a circular por volta do final de maio e começo de junho daquele ano, quando as forças legais tomaram a capital e a cidade de Mariana, ambas ocupadas pelos sediciosos. O *Homem Social*, por exemplo, saiu de circulação em março e voltou a ser impresso em 8 de junho, quando publicou uma “Proclamação” do comandante José Maria Pinto Peixoto em homenagem aos “Bravos Guardas Nacionais Mineiros”, assim como um artigo analisando o movimento, com o “triunfo da legalidade” contra os “obstinados caramurus”.²¹ Seu redator argumentava, ainda, de forma mesmo inflamada, pela punição rigorosa aos sediciosos, causa para a qual advogou posteriormente na Câmara dos Deputados:

Caia a espada da Lei contra os Cabeças da Sedição; pois só assim se evitará, que cada um tome vingança por suas próprias mãos. Todos os Guardas estão dispostos a acabarem com estes atrevidos Chefes da Sedição Ouropretana; se por fatalidade os tribunais Judiciais se deixarem corromper. É uma voz unanime, que a Província de Minas deve ser purgada do contagio Caramuruano neste momento, em que o Triunfo da Legalidade se mostrou em toda a sua Luz; e que cada um Mineiro com a espada na mão deve perseguir a aqueles que a Magistratura ousar absolver.²²

Com o fim da *Revolta* e a cidade de Ouro Preto dominada pelas forças legais foi organizada uma grande celebração pelo “triunfo da legalidade”. Mello e Souza, o presidente deposto, faria sua entrada triunfal na cidade para novamente tomar posse do cargo. O comandante Pinto Peixoto ordenou que fossem enfeitadas as ruas por onde a comitiva passaria, posicionou estrategicamente as legiões de Guardas Nacionais pelas ruas e praça principal, dando um ar de festividade para a cidade que havia experimentado um verdadeiro clima de guerra, com grandes dificuldades, privações e perdas humanas. O presidente, então, entrou na cidade, a população participou e muitas foram as atividades realizadas. Dentre elas um fato bastante curioso tornou-se objeto da atenção e disputa entre liberais e caramurus.

²¹ O *Homem Social*, edição 51 de 08/06/1833. Como as edições deste periódico existentes na *Hemeroteca Digital/Fundação Biblioteca Nacional* não estão completas, não sabemos ao certo se o mesmo voltou a circular um pouco antes desta última edição existente. No entanto, o período em que voltou a ser impresso corresponde ao mesmo período em que os demais jornais voltaram a circular.

²² O *Homem Social*, edição 51 de 08/06/1833.

Bhering foi um dos personagens centrais desta cena potencialmente perigosa em função de seu simbolismo religioso. Na ocasião foi celebrada uma missa na Capela de São Francisco de Paula e o padre Bhering, ao que consta, pregou “calorosamente” contra os “horrores cometidos”, pedindo punição exemplar aos sediciosos, quando o Cristo Crucificado caiu ao chão, em frente a todos os presentes, o que certamente causou espanto em alguns. Na mesma ocasião um sino havia se quebrado ao ser tocado durante a celebração. A cena foi prontamente retratada de diferentes formas por duas folhas do período.

O *Verdadeiro Caramuru*²³, jornal da Corte e de tendência conservadora, apelava para a religiosidade do povo para desqualificar moral e politicamente os legalistas mineiros. Pintou a grave cena da seguinte forma:

No dia, e ocasião em que com solene *Thedeum* se festejou chimangalmente o triunfo da legalidade Jacobina no Templo de S. Francisco de Paula, ou antes o massacre da flor dos Mineiros, o sino grande que pela primeira vez tocava, rachou às primeiras badaladas, e quando o perverso Padre Bhering, clamava contra D. Pedro I e pedia vingança contra os comprometidos, isto em termos desordenados, e aos apoiados no Corpo da Igreja, da infame corja Chimangal, o Sr. Crucificado, caiu do Trono sobre o Altar, e dali com grande estrépito sobre o Corpo da Igreja; o Povo amotinou-se, gritou misericórdia, e em turbilhão saiu da Igreja horrorizado.²⁴

A defesa de Bhering partiu imediatamente do redator da *Aurora Fluminense*, Evaristo da Veiga, e do então redator do *Universal*, José Pedro de Carvalho, dois cidadãos com os quais Bhering passou a atuar na Câmara dos Deputados a partir de 1834. Carvalho, presente naquela ocasião e ciente de todo o peso do simbolismo religioso envolvido na cena, buscava diminuir o acontecido e desmentir a valorização feita pelos caramurus. Após narrar o que havia sido publicado pelo *Verdadeiro Caramurú* sobre a cena envolvendo Bhering, afirmava:

Se nós não conhecêssemos quanto pode o espírito de partido, e quanto mal fazem as vezes estes boatos, ainda que falsos assim espalhados, não nos

²³ O *Verdadeiro Caramurú* era um jornal da Corte, publicado na *Tipografia do Diário de N. L. Vianna*, na cidade do Rio de Janeiro, e teve seu primeiro número publicado em abril de 1833. Era uma folha de tendência conservadora, cuja orientação política e ideológica está indicada em seu próprio nome. Se dizia defensor da liberdade legal, da Constituição e do Trono, anunciando-se como substituto do *Caramuru*, jornal que deixara de circular, e portador dos esforços do *Partido Caramuru*. Teria circulado apenas no ano de 1833. Sua primeira edição data de 30/04/1832 e a última edição digitalizada pela *Hemeroteca Digital/Fundação Biblioteca Nacional* data de 03/12/1833.

²⁴ O *Verdadeiro Caramurú*, edição 20 de 03/08/1833.

ocuparíamos de refutar semelhantes calunias: mas elas tocam na religião, e é mister que o povo não seja iludido por esses perversos. [...] Entretanto, qual foi o fato do crucifixo? Nós o presenciamos, e logo dissemos a alguns amigos que conosco estavam que aquele incidente havia de ser aproveitado pelos inimigos. Sobre uma pequena mesa ao lado direito do altar estava um crucifixo, que fora tirado do primeiro degrau do trono, e por que abalasse a mesa sobre que ele estava caiu no chão: o povo guardou o mais perfeito silêncio; ninguém proferiu uma voz dentro do templo ao ver semelhante incidente; ninguém por isso se retirou da Igreja. É portanto falso ter caído o crucifixo sobre o Altar, e era impossível, que deste saltasse para o Corpo da Igreja. [...] É falso que o povo gritasse misericórdia; é falso que saísse em turbilhão pela Igreja fora.²⁵

As consequências desta *Revolta*, porém, estavam longe de terminar. Acabaram por se arrastar nos debates estabelecidos entre os periódicos da província e da Corte, nos debates parlamentares, assim como nos gabinetes dos ministros do Império, demonstrando os diferentes alinhamentos ideológicos, políticos e também pessoais entre as autoridades e suas respectivas forças para influenciar nas decisões judiciais. O clima de tensão e as consequências se arrastaram até a década de 1840, quando em 1842 a revolta foi, então, declarada pelos liberais. Os graves acontecimentos ocorridos no período Regencial em todo o Império demonstram claramente isto.

Foi neste contexto que na condição de membro do Conselho de Governo da província, nas sessões de 1834, Bhering apresentou uma “Indicação” para que fossem expulsos de Minas Gerais, dentro do prazo de oito dias, dois estrangeiros ali residentes que tinham a “ousadia de reunir em suas casas algumas pessoas desafetas ao atual sistema” e, assim, insultavam “os Cidadãos amigos da sua Pátria e de sua gloriosa Regeneração em 7 de Abril de 1831”. Bhering considerava “ofensiva da dignidade do Povo Mineiro a continuação de tal abuso”, motivo pelo indicava que o “Governo os faça retirar desta Província”.²⁶

Trata-se de Antonio Buzilin, comerciante estabelecido em Ouro Preto, e outro cujo sobrenome era Laborne. Obviamente, houve repercussão do caso e os estrangeiros, a princípio, parecem não ter tido interesse em lutar contra a “Indicação”, mas, por outro lado, buscaram meios de desqualificar o seu teor e seu autor. Buzilin, em anúncio publicado para solicitar a seus clientes o pagamento de suas dívidas para que ele pudesse deixar não apenas

²⁵ *O Universal*, edição 916 de 16/08/1833. Seu redator afirmava ainda: “Felizmente tudo isto se passou diante de um concurso assaz numeroso de pessoas de todas as opiniões, de todos os estados, de ambos os sexos, que podem atestar o que viram, e que não deixarão de conhecer a má fé com que se pinta com tão negras cores um incidente que nada tem de extraordinário, e com que se referem fatos marcados com o ferrete da calunia, e da mentira”. Já a defesa feita pela *Aurora Fluminense* consta, especialmente, na sua edição 803 de 07/08/1833.

²⁶ Indicação de Bhering apresentada ao Conselho de Governo na 4ª Sessão Ordinária de 07/02/1834. *O Universal*, edição 1005 de 17/03/1834.

a província, mas o Brasil, afirma que a “Indicação” de Bhering era caluniosa.²⁷ Mas ela foi aprovada, determinando que os estrangeiros deixassem a província, como afirma o *Astro de Minas*, que sai em defesa da “Indicação” do conselheiro Bhering, confirmando as graves denúncias ali constantes, e afirmando que era de conhecimento público que aquele estrangeiro não respeitava as leis e insultava a Nação que “benignamente” o acolheu. “Se não lhe agrada a marcha dos negócios Políticos do Brasil, retire-se em paz, procure país, que mais lhe sirva, e não se conspire contra os mesmos que generosamente o hospedaram”, bradava o *Astro de Minas*.²⁸

2.

Um moderado entre *exaltados* e *caramurus*

As disposições políticas na legislatura de 1834-1837 eram, portanto, bastante indefinidas, oscilantes e fragmentadas, convivendo confusamente *moderados*, *caramurus* e *exaltados* remanescentes, despojados de referenciais; opositoristas e governistas sem identidade partidária; e *regressistas* e *progressistas* já constituídos. Além disso, poucos se assumiam como tais, e vários mudavam de posição, tornando muito forçado agrupar esses deputados sob rótulos de facções específicas, antecipando posturas que só mais tarde foram definidas.²⁹

Com estas palavras, Marcello Basile traça um panorama do imbricado contexto político experimentado pelos representantes brasileiros na 3ª legislatura da Câmara dos Deputados. De forma mais geral, as identidades políticas dos deputados não estavam bem definidas, pois, como sustenta Basile, foi um período de transição entre aquele cenário composto por *moderados*, *exaltados* e *caramurus*, para um cenário onde, a partir de 1835, já é possível verificar os alinhamentos em torno do *regresso* e do *progresso*.

Naquele momento Bhering era deputado geral por Minas Gerais. Na Câmara dos Deputados atuou ao lado de aliados “patriotas”, então divididos entre *moderados* e *exaltados*, e muitos outros deputados do lado *caramuru*. Não tardou em alavancar, junto aos

²⁷ Anúncio de Antonio Buzilin. *O Universal*, edição 1010 de 31/03/1834.

²⁸ *Astro de Minas*, edição 1001 de 17/04/1834.

²⁹ BASILE, Marcello. “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. Vol. II, 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.53-119, citação p.64.

liberais mineiros, as discussões sobre as características da *Revolta do Ano da Fumaça* e suas graves consequências. Por este motivo, um de seus primeiros discursos naquela casa foi direcionado ao também deputado mineiro Honório Hermeto Carneiro Leão³⁰, ministro no momento da *Revolta*, e duramente criticado pelos comandantes das forças legais que combateram os sediciosos e por autoridades contrárias aos caramurus. Leão era parente de Soares do Couto, um dos principais líderes da *Revolta*, e teria dificultado propositalmente o envio de tropas e armas da Corte, assim como fornecido informações preciosas aos sediciosos, atrapalhando a repressão ao movimento.

Bhering “exigiu que se pedissem informações ao Governo sobre o seu processo, que viera remetido de Minas Gerais”. Em seu requerimento afirma que era preciso tratar da questão já que “havia um processo e uma acusação muito forte contra aquele Ministro”, e que o “Ministério transato atraíçoa inteira a Província de Minas”, além de que, a questão devia ser tomada “em consideração até por honra do Ministério atual e da mesma Câmara”. Carneiro Leão estava presente na sessão e se disse tranquilo com relação ao processo crime, que “não lhe faria nenhuma desonra” e que nele havia sim uma “imensa usurpação de Poderes”, pois um “Juiz de Paz se atrevera a pronunciar um Ministro de Estado por crime de responsabilidade”. O requerimento de Bhering foi posto em discussão e aprovado. Carneiro Leão também votou favoravelmente ao requerimento, afirmando que quando fosse discutido o assunto mostraria todas as falsidades existentes no processo.³¹

Carneiro Leão vinha sendo duramente criticado pelas folhas liberais de Minas, não apenas por suas manobras, na condição de ministro durante a *Revolta*, mas principalmente em função de seu posicionamento contrário às reformas constitucionais que vinham sendo calorosamente debatidas e por ter debandado das fileiras liberais. Com efeito, era acusado por antigos aliados de fomentar a anarquia e de estabelecer na Corte uma sistemática

³⁰ Honório Hermeto Carneiro Leão (marquês de Paraná) era natural de Jacuí (MG), onde nasceu em 11 de janeiro de 1801. Estudou na Universidade de Coimbra, para onde foi em 1820, retornando já graduado em Direito no ano de 1825. Assim como muitos jovens instruídos de sua época, ocupou diferentes cargos no Brasil e depois ingressou no legislativo nacional. Foi deputado geral por Minas de 1830 até 1842, quando teve assento no Senado. Era membro do partido liberal moderado que veio a ser organizado após a abdicação de Pedro I em 1831, mas acabou por enfrentar no Parlamento muitas ideias que os demais moderados defendiam, causando, assim, grande desavença com antigos aliados. Em 1836 e 1837 teria lançado uma “ativa e vivíssima oposição ao regente Feijó”. Era um homem “intransigente por índole e por aferro aos princípios” e assim combateu aos homens de posições mais empolgadas na década de 1840, como na ocasião da maioria de Pedro II. Foi, também, um dos fundadores do partido Conservador naquele momento, estabelecendo no Senado, a partir deste momento, uma oposição constante aos gabinetes liberais. Presidiu a província do Rio de Janeiro entre 1841 e 1843, momento em que eclodiu nas províncias vizinhas de Minas Gerais e São Paulo a *Revolução Liberal de 1842*, e a província de Pernambuco em 1849. Foi ministro, conselheiro, atuou no campo diplomático representando o Brasil na República Argentina, e tomou parte em diferentes gabinetes na década de 1840. XAVIER DA VEIGA, José Pedro. *Efemérides Mineiras...* Op. cit., p.806-811.

³¹ Requerimento apresentado pelo deputado Bhering na Câmara dos Deputados na Sessão de 27/05/1834. *O Universal*, edição 1041 de 12/06/1834. Nesta mesma Sessão foi aprovada a *Resolução* que removeu José Bonifácio de Andrada e Silva da condição de tutor do Imperador e das princesas suas irmãs.

vingança contra autoridades de Minas Gerais e contra a província. Tais circunstâncias deram início a uma sistemática campanha difamatória nestas folhas, onde a ele era atribuída a pecha de “traidor, o filho espúrio de Minas, o Deputado à força, o deselegido, o objeto do ódio dos bons Mineiros”.³²

Em meio a tantos ataques, Carneiro Leão passou a reagir no mesmo tom. Em discurso proferido durante a discussão da Anistia aos sediciosos de Ouro Preto, tratando das muitas representações em contrário enviadas pelas câmaras municipais da província, afirmava que as mesmas não pareciam espontâneas, pois “vieram depois que um Jornal anarquista ameaçou com punhais aos presos, se fossem anistiados pelo Poder Legislativo ou livres pelo Judiciário”. Referia-se ao artigo do *Homem Social*, que em sua última edição lançara mão de uma inflamada análise sobre a possibilidade de anistia. “Este Jornal escrito em Mariana adivinhou que todas as Câmaras representariam”. Ele afirmava, porém, não dar “grande peso as representações feitas depois de um artigo tão anárquico”, mas admirava o fato de que “os homens do justo meio, os moderados, não tenham repellido um tal anarquista”.³³

Os ataques a Carneiro Leão estavam ligados também à forte oposição estabelecida por ele ao que ficou denominado como o *Golpe de 30 de Julho* ou *Revolução dos 3 padres*. Na ocasião os padres Feijó, José Bento e José Custódio Dias³⁴, buscaram outros caminhos para fazer prosperar as reformas moderadas. O projeto de reforma da Constituição havia sido aprovado pela Câmara, mas devido às mudanças estabelecidas, como o fim da vitaliciedade do mandato de senadores, fim do Poder Moderador e do Conselho de Estado, o *Golpe* buscava, também, impedir que as emendas do Senado fossem aprovadas. Estava implícito no movimento, ainda, um desejo de ver José Bonifácio demitido do cargo de tutor.

³² *O Universal*, edição 1064 de 07/08/1834.

³³ “Discurso do Deputado Carneiro Leão pronunciado na Sessão de 4 de setembro, sobre o negócio da Anistia”. *O Mineiro*, edição 27 de 12/10/1833. O texto publicado pelo *Homem Social*, a que se refere Carneiro Leão, foi mencionado anteriormente. O Jornal *O Mineiro*, publicado em Ouro Preto em 1833, na *Typografia de Leyraud*, seguia pela trilha das folhas de tendência conservador/caramuru. Com linguagem forte e áspera, em suas páginas foi publicado o discurso de Carneiro Leão, assim como artigos em defesa daquele partido político. Também veiculava críticas contundentes às autoridades mineiras de tendência moderada e exaltada. Em dado momento (edição 29 de 19/10/1833) Bhering é chamado de sanguinário, provocador e caluniador em função de seus escritos. O padre Marinho seria outro que não deixava de “acompanhar os furiosos do seu partido”.

³⁴ José Custódio Dias era padre e filho de Minas Gerais. Não se sabe ao certo a data de seu nascimento, mas faleceu em 7 de janeiro de 1838. Foi “um dos oradores liberais mais assíduos na tribuna da Câmara dos Deputados, desde o começo da primeira legislatura (1826)”, tendo sido escolhido senador em 1835 pela Regência permanente. Foi em sua residência, “a histórica *Chácara da Floresta*, que efetuou-se no Rio de Janeiro a célebre reunião de vinte e três deputados e um senador (Vergueiro) a 18 de março de 1831, ai decidindo-se dirigir a D. Pedro I uma representação enérgica e ameaçadora sobre a situação perigosa e aflitiva do Brasil e dos patriotas, naquela época alvo de hostilidades e afrontas impunes dos portugueses e seus asseclas”. XAVIER DA VEIGA, José Pedro. *Efemérides Mineiras...* Op. cit., p.136.

Publicou-se, então, na pequena vila mineira de Pouso Alegre, nas páginas do *O Pregoeiro Constitucional*, cujo redator era o padre José Bento, uma *Carta* que por este motivo ficou conhecida como *Constituição de Pouso Alegre*, e que trazia em seu bojo aquelas reformas cujas discussões se arrastavam no Parlamento e que os moderados ansiavam por aprovar. A trama teria sido discutida e planejada na célebre *Chácara da Floresta*, propriedade do padre Custódio Dias. Faltou aos três padres, porém, o apoio necessário dentre os deputados, já que o plano contrariava a própria ordem constitucional, sendo decisiva a oposição desempenhada por Carneiro Leão dentro da Assembleia Geral.

O desejo pela aprovação das reformas, assim como a intransigência existente em relação às mudanças constitucionais, representavam a nítida disputa por hegemonia nas decisões sobre os rumos do país. A negociação parlamentar era constante desde 1831 e Bhering foi um dos deputados cujo voto foi favorável à lei que consolidava tais reformas. Foi aprovada a lei de 12 de agosto de 1834, conhecida como Ato Adicional, após muitas discussões entre as duas casas, ministros, estendendo-se para a sociedade civil e imprensa periódica. Modificou a Constituição, estabelecendo mudanças significativas nas relações políticas e institucionais do Império, embora tenha sofrido alterações importantes em sua versão inicial para que finalmente fosse aprovado.

A expressão monarquia federativa ficou de fora, mas o conteúdo que essa expressão procurava retratar não havia sido alterado substancialmente pelas emendas do Senado. A principal derrota foi a manutenção da vitaliciedade do Senado que impedia a implementação de um pacto federativo pleno, uma vez que sem terem os senadores que se submeter a eleições periódicas para se manterem no cargo, não havia garantias de que atuariam de acordo com os interesses da província que representavam. Por outro lado, consagrava-se a autonomia provincial. A partir de então o governo provincial seria composto por duas instâncias: as Assembleias Legislativas e a presidência da província.³⁵

A criação das Assembleias Legislativas Provinciais foi uma conquista importante para as províncias, já que estava em suas mãos o direito de elaborar o orçamento, determinar as despesas municipais e provinciais, criar impostos, fiscalizar o emprego das rendas públicas, criar ou suprimir empregos provinciais e municipais e estabelecer seus respectivos ordenados, prover a segurança da população, a instrução pública, além de outras responsabilidades, como as divisões civil, judiciária e eclesiástica da província.

³⁵ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Editora Globo, 2005, p.97.

A abertura dos trabalhos desta primeira Assembleia Legislativa Provincial foi marcada por uma grandiosa cerimônia, entusiasmadamente divulgada pela imprensa como um acontecimento digno de figurar entre os mais importantes da história política de Minas Gerais. “O dia 1º de Fevereiro de 1835 abriu pois na história de Minas uma nova época, que não poderá ser esquecida pelos nossos vindouros”, afirmou o redator do *Universal*.³⁶ A presença de autoridades como o então presidente, Antonio Paulino Limpo de Abreu³⁷, do bispo Frei José, dos deputados eleitos, assim como a presença dos Guardas Nacionais e do concurso de muitos cidadãos, famílias e do povo em geral, certamente abrilhantaram aquele memorável dia.

Nos dois dias de celebração oficial foram realizadas missas, desfile de guardas, com disparo de artilharia, as casas foram iluminadas durante a noite, uma peça de teatro foi apresentada, e um jantar foi oferecido pelo presidente ao bispo e demais autoridades. Ironicamente, o “ato mais solene do juramento” prestado pelos deputados, dentre os quais figuravam muitos “patriotas” que abertamente combateram as ideias e ações do bispo, foi realizado “nas mãos do Exm. Bispo Diocesano”.³⁸ Aquela cerimônia carregava consigo um forte caráter simbólico e representava a concretização dos anseios patrióticos através das reformas constitucionais, da afirmação da autonomia do país enquanto nação independente e livre. A presença do bispo teve importante significado. Indicava, aparentemente, certa resignação em relação às mudanças políticas experimentadas naquele momento pelo Império, cujas consequências se faziam repercutir vivamente nas províncias. Prova é que uma “Felicitação”³⁹ foi enviada pelo bispo à Assembleia por sua instalação e “recebida com especial agrado”. Assim como a sua presença “edificante” na cerimônia religiosa, a convite do presidente da província, foi sinceramente elogiada pelo redator do *Universal*.⁴⁰

Bhering era um dos deputados provinciais eleitos, compondo a recém instalada Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais. Uma de suas ações nesse momento foi

³⁶ *O Universal*, “Suplemento”, edição 1140 de 04/02/1835.

³⁷ Antonio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté) era português, nascido em 1798, mas migrou para o Brasil ainda muito jovem, vindo a falecer no Rio de Janeiro em 14 de setembro de 1883. Iniciou carreira na magistratura em Minas Gerais, província que representou no Parlamento e que administrou por longo período. Formou-se em Leis na *Universidade de Coimbra*, onde estudou entre 1815 e 1820. Ocupou diferentes cargos na administração e na política imperial: foi deputado, senador, desembargador, conselheiro de Estado, presidente de província, ministro de diferentes pastas e ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Em função de seu posicionamento liberal, teria sido deportado em 3 de julho de 1842, conforme afirma Xavier da Veiga, em função de sua participação na Revolução Liberal que eclodiu naquele ano em Minas Gerais e São Paulo. Viveu por 85 anos, sendo “62 de serviços e grandes, e nobres, e profícuos esforços no gabinete e na tribuna em bem do progresso e da civilização nacional”. Ver XAVIER DA VEIGA, José Pedro. *Efemérides Mineiras...* Op. cit., p.825, 826 e 827.

³⁸ *O Universal*, “Suplemento”, edição 1140 de 04/02/1835.

³⁹ A “felicitação” enviada pelo bispo encontra-se publicada integralmente no *Universal*, edição 1144 de 13/02/1835.

⁴⁰ *O Universal*, “Suplemento”, edição 1140 de 04/02/1835; e edição 1141 de 06/02/1835.

a apresentação de um requerimento “pedindo informações à Tesouraria sobre a falta de pagamento de ordenados de alguns Empregados”. A discussão do requerimento trazia em seu cerne, segundo afirma o próprio autor, o problema da injusta parcialidade existente naquela repartição, onde se dava “preferência aos Aristocratas e aos que bajulavam a certas pessoas, e que os pobres e miseráveis além de não serem pagos, eram demais desatendidos com palavras pouco civis”.⁴¹

O requerimento ganhou apoio de outro deputado que poucas vezes esteve alinhado a Bhering (e vice-versa), apesar do posicionamento francamente liberal de ambos. Trata-se do padre José Antonio Marinho, que se mostrou favorável ao requerimento durante toda a discussão do mesmo, apoiando a iniciativa no sentido de se examinar os abusos das administrações públicas. Por outro lado, não recebeu todo o apoio de Vasconcelos, com quem Bhering tinha um nítido alinhamento e uma aparente empatia. Vasconcelos afirmou reconhecer as falhas mencionadas no requerimento, mas sustentou que ocorriam devido a outras questões que não a preferência da tesouraria, como a falta de dinheiro em caixa e as remessas feitas ao Tesouro Geral. Assim, sugeriu, devido à importância do requerimento, que fosse analisado pela Comissão de Orçamento, para que pudessem ser remediados outros problemas que o requerimento não contemplava.

Também Teófilo Ottoni reconheceu a utilidade do requerimento, contudo, demonstrando as suas limitações, indicou a análise por parte da Comissão de Orçamento, seguindo a linha de Vasconcelos. Este, diante do debate que se estabeleceu na Assembleia e da pertinência do requerimento, sugeriu que o mesmo fosse remetido, então, à Comissão de Fazenda. Deste modo, demonstrava que “não combatia a doutrina do requerimento, mas que só reflexionava sobre ele” e “não punha em dúvida o patriotismo” de Bhering, “a quem cabia a glória de se lhe ter pedido a cabeça pelos Janisaros, ou Tigres de 22 de Março”.⁴²

A questão nos pareceu de grande importância, já que afetava diretamente a vida de muitos empregados públicos e prestadores de serviços. Bhering voltou a argumentar, citando o exemplo de um soldado reformado que solicitara seu soldo junto à Tesouraria, mas que recebeu a resposta de que não havia dinheiro. O mesmo teria feito um requerimento ao presidente, que por sua vez mandou que se pagasse ao soldado. Curiosamente, “a Tesouraria faltava a verdade na negativa”, pois supostamente afirmava que “existe no Cofre

⁴¹ Requerimento apresentado pelo deputado Bhering na Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais. *Astro de Minas*, edição 1133 de 21/02/1835.

⁴² *Astro de Minas*, edição 1133 de 21/02/1835. O discurso de Vasconcelos confirma que Bhering teria sido perseguido e que sua morte era cogitada pelos sediciosos. Durante a *Revolta* em Ouro Preto os sediciosos promoveram uma devassa, onde estavam listados os nomes de muitos liberais, ali denominados “republicanos”, e se dizia que seriam todos assassinados. O nome de Bhering constava nesta lista.

dinheiro, mas é para quem tem mais patronatos”. Bhering criticou, ainda, o fato de que a lei determinava que as “Tesourarias públicas publiquem suas resoluções pela Imprensa”, o que não se fazia na província. Indignado com as injustas preferências e procedimentos observados, rebate as críticas de outro deputado e diz que “sempre acusava aos Empregados prevaricadores quando no Ouro Preto se ameaçava com baionetas a quem nesses negócios se apresentava com coragem” e que “julgava fora da ordem o negar-se informações a qualquer Deputado, quando este as pedia”.⁴³

Naquele momento outra interessante discussão foi levantada na Assembleia Provincial. Trata-se da análise sobre a remoção de cadeiras de uma para outra localidade da província. Mais uma vez Bhering e o também padre e professor público Marinho discursaram sobre a matéria, mas com diferentes pontos de vista. Embora “patriotas”, defensores dos interesses da pátria acima de toda e qualquer querela pessoal, tinham suas inclinações específicas e respondiam a seus respectivos eleitores em diferentes partes da província. Inicialmente é possível pensar que Bhering teria sido levado por certo “bairrismo” na defesa de suas posições, mas como fica claro em outros momentos de sua atuação, sua intenção oficial era consolidar a cidade de Mariana como centro de estudos da província, já que ali estavam sediadas as muitas aulas do próprio Seminário que poderiam ser aproveitadas por todos os estudantes.⁴⁴

Tratava-se da transferência das aulas para a vila de São João Del Rei, cuja Câmara Municipal solicitava oficialmente que ali fossem acumuladas as cadeiras disciplinares de forma a tornar aquela vila um centro de estudos. Marinho defendia a transferência, lembrando que as mesmas já haviam sido transferidas da capital para Mariana, em função da pequena procura. Bhering era contrário à nova transferência, mas em discurso consistente, Marinho demonstrava que próximo a Ouro Preto e Mariana havia estabelecimentos de ensino importantes, como o Colégio do Caraça, o Seminário de Mariana e o Colégio de Congonhas, que reuniam muitos alunos de diferentes partes e com grande aproveitamento. Assim, argumentando firmemente a favor da transferência para São João Del Rei, critica a decisão de Bhering de ter votado no Conselho a favor da transferência das cadeiras de Ouro Preto para Mariana e de não votar por nova transferência. Naquela ocasião, Marinho, que

⁴³ *Astro de Minas*, edição 1133 de 21/02/1835.

⁴⁴ Em uma correspondência publicada no *Universal* certo autor defendia a posição dos deputados que foram contrários à solicitação feita pela Câmara de São João Del Rei para que fossem transferidas para aquela vila as cadeiras estabelecidas em Mariana. Ele voltava-se, especialmente, contra as “exagerações” publicadas pelo *Astro de Minas*, que era publicado em São João Del Rei, sobre a questão. Defendendo a permanência das cadeiras em Mariana, apontava muitos motivos “a fim de que não se presuma que por mero capricho se não atendeu a requisição da Câmara de S. João Del Rei”. Correspondência do “Um das galerias”. *O Universal*, edição 1154 de 09/03/1835.

era professor público de Filosofia na capital, decidiu pedir demissão do cargo para não ter de se mudar para Mariana. E acusou de ilegal e injusta a transferência para Mariana.

Bhering, aparentemente constrangido em função das justas razões apresentadas por Marinho, afirmava ter votado a favor da transferência para Mariana “com os mais Conselheiros do Governo, em que julgava, talentos e patriotismo, que se a Resolução do Governo foi ilegal, cumpria que ele fosse acusado”. Combate a afirmação de Marinho dizendo que “as Aulas de Filosofia em Mariana eram bem frequentadas e com aproveitamento”. O debate fica mais acalorado quando outros deputados discursam a favor e contra a resolução. Em dado momento Bhering é acusado de ter dito “que em São João não havia amor à instrução”, mas afirmou de forma enfática não ter falado naquele sentido e acusou Marinho de ser seu inimigo, motivo pelo qual queria lhe “increpar”. Marinho, por sua vez, diz ser inimigo de “explicações” e, defendendo a ideia de que o Conselho “havia obrado injusta e ilegalmente”, afirmava “que o Patriotismo, e as luzes não são isentas do erro, e do pecado”.⁴⁵

Em outro momento Bhering apresentou um requerimento “propondo diversas providências sobre a administração dos bens do Seminário de Mariana e de seus empregados”.⁴⁶ Desde sua demissão do quadro de mestres daquela instituição, Bhering não deixou de nutrir aquele desejo de ver o Seminário tornado público, aberto a toda a mocidade e livre das amarras que o prendiam à diocese. Sob este aspecto, vale ressaltar que um dos problemas enfrentados quando se analisa as discussões na Assembleia é que os requerimentos, resoluções e projetos de lei apresentados, eram analisados em diferentes discussões e sessões, fato que dificulta acompanhar o seu trânsito e as decisões e/ou

⁴⁵ *Astro de Minas*, edição 1138 de 05/03/1835. Marinho pede adiamento da discussão, pois haveria de apresentar documentos oficiais para justificar as suas afirmações de que as aulas em Mariana eram pouco frequentadas, inclusive as aulas de Retórica, da qual Bhering era professor antes de pedir afastamento em função da eleição para Deputado Geral. O debate travado entre Bhering e Marinho, que envolveu também outros deputados, confirma a hipótese improvável levantada anteriormente no texto, de que ambos mantinham uma relação pouco amigável, eram quase inimigos, embora todas as características que inicialmente nos sugeriam justamente o contrário. Ou seja, suas origens humildes em meio a tantos homens de posses e de longa tradição familiar na província; a construção de uma carreira de professor público neste momento de formação de uma esfera pública; o caminho seguido na imprensa periódico, na qualidade de escritores; a participação nas nascentes sociedades e instituições do Brasil independente; o empenho patriótico e filantrópico em prol da instrução pública, do ensino gratuito a jovens pobres em suas próprias casas; assim como a atuação nas instâncias do legislativo imperial, na qualidade de deputados gerais. E todas estas condições sustentadas pela crença de ambos no liberalismo, na superação das injustiças e arbitrariedades de seu tempo, com a superação das práticas do Antigo Regime que teimavam em persistir, na propagação das luzes e desenvolvimento da instrução pública. Enfim, nos indicavam uma possível afinidade e alinhamento entre estes dois indivíduos, e que o desenrolar dos fatos vieram comprovar justamente o contrário. E logo nas primeiras reuniões da primeira legislatura da Assembleia Provincial, Bhering, Marinho e Otoni foram eleitos membros da *Comissão de Estatística Civil e Eclesiástica*, que teria de se reunir separadamente para deliberar sobre os temas a ela remetidos pela Assembleia. Em muitas das votações deste período os nomes destes três deputados figuravam em lados opostos.

⁴⁶ *O Universal*, edição 1153 de 06/03/1835.

modificações realizadas em seus conteúdos. Bhering foi um dos deputados, por exemplo, que atentou para a necessidade de dar publicidade aos temas e projetos apresentados, solicitando que a casa fosse obrigada a publicar na imprensa as suas ações e deliberações.

No caso da atuação de Bhering na Câmara dos Deputados, embora curta, por apenas uma legislatura, foi significativa. Ele participou de discussões importantes colocadas naquela época, apresentou emendas a projetos de colegas deputados, ora buscando contribuir para os objetivos que se propunha, ora no sentido de frear medidas que julgava inconvenientes para o país. Elaborou propostas, projetos e debateu temas de grande relevância alavancados no parlamento brasileiro. Dentre seus principais projetos destacamos: um em que propunha a divisão do “território do país em tantos bispados quantas são as províncias”; outro relativo ao “modo de prover os bispos, párocos, etc.” Apresentou também projetos voltados à educação, pela qual tinha grande apreço e dedicação. Em um deles propunha que fosse dado o “título de Bacharel em Ciências Naturais aos alunos das escolas de Medicina do Rio e da Bahia aprovados nas matérias dos três primeiros anos”; e outro “autorizando as academias jurídicas a dar cartas de bacharéis formados a todo cidadão que requerer exame e for aprovado nas matérias dos cinco anos de curso”.⁴⁷

No processo de elaboração do orçamento para 1836, Bhering apresentou uma emenda destinando verbas para a “Academia de Estudos Mineralógicos da província de Minas”. No Conselho Geral da Província Bhering já havia se empenhado por esta iniciativa, cuja proposta foi aprovada pela Regência, saindo do papel em 1832, com a criação de um curso de “Estudos Mineralógicos” composto de quatro cadeiras distintas. Foi este o início do que viria a ser a *Escola de Minas*, depois dirigida pelo dedicado professor francês Henri Gorceix⁴⁸ a convite de Pedro II. Também quando se discutiu na Câmara o plano de estudos da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro, em 1837, Bhering apresentou uma emenda

⁴⁷ Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *O clero no parlamento brasileiro*. Volume 3, Câmara dos Deputados (1830-1842). Brasília: Câmara dos Deputados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979, p.203, 229 e 242.

⁴⁸ Claude Henri Gorceix (1842-1919) foi um mineralogista francês, formado pela *Escola Normal Superior de Paris*, onde bacharelou-se em Ciências Físicas e Matemática. Foi professor da *Escola de Minas de Paris*, membro da *Academia de Ciências* e depois foi para a Grécia, onde trabalhou na *Escola Francesa de Atenas*. Veio ao Brasil em 1874 a convite de D. Pedro II para organizar o ensino de mineralogia no Império. Chegou a Ouro Preto no final daquele ano e peregrinou por muitas partes da província procurando conhecer suas potencialidades e escolher o local ideal para a fundação de uma escola. Ouro Preto foi a cidade escolhida por Gorceix, que logo entregou seu projeto ao ministério do Império. Em novembro de 1875 foi assinado o decreto de criação da *Escola de Minas* de Ouro Preto, fundada naquela capitam em 1876. Gorceix permaneceu muito tempo no Brasil, voltando para a França em 1891, mas retornando ao Brasil novamente em 1896 a convite do governo do Estado de Minas Gerais, para organizar o ensino agrícola. Faleceu na França em 1919 e seus restos mortais foram trazidos ao Brasil em 1970, permanecendo desde então no prédio da *Fundação Gorceix* da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Informações levantadas no sítio da *Fundação Gorceix* e disponíveis em <http://gorceixonline.com.br/claude-henri-gorceix> Acessado em 04/05/2016.

propondo também a criação de uma cadeira de Música. Sua emenda foi aprovada na Câmara, mas acabou caindo nas reformas feitas pelo Senado. No entanto, em 1841 foi criado o Conservatório de Música, provavelmente influenciado pela proposta inicial de Bhering, pois ficou oficialmente estabelecido dentro da Academia de Belas Artes.⁴⁹

Bhering teve também atuação destacada nas discussões e manobras parlamentares relativas ao projeto de Anistia aos sediciosos de Ouro Preto, que se arrastava sem definição na Câmara dos Deputados. Na sessão em que se realizou a votação do projeto, Bhering fez um discurso contundente e emocionado em nome da província de Minas Gerais e de seus compatriotas. Com posicionamento francamente contrário à Anistia, apresentado desde o início dos debates parlamentares, Bhering combate um a um todos os principais argumentos lançados em favor da anistia absoluta pelos demais deputados.

O primeiro ponto levantado em seu discurso é que o projeto de Anistia era “ofensivo da Constituição do Estado”. A anistia estava prevista na Constituição, mas “em caso urgente e quando a humanidade e o bem do Estado aconselharem”, o que de acordo com Bhering, não havia sido demonstrado por nenhum deputado, configurando, então, um “abuso intolerável”. Em seguida aponta dados relativos aos gastos altíssimos bancados pelos cofres públicos e pelos cidadãos mineiros, em forma de doação, na defesa da legalidade, o que teria causado um “déficit assustador”. Em relação ao argumento lançado por um deputado que defendia o projeto, de que “os sediciosos de Minas foram julgados pelos Cidadãos do partido vencedor, e que por isso devem ser anistiados”, Bhering rebate com base no Código do Processo.⁵⁰

O ilustre Deputado, que produziu este argumento conhece muito bem que o nosso Código do Processo não acautelou as hipóteses, que se tem realizado em alguns pontos do Império, como Minas, Pará, Mato Grosso, etc., não há Tribunal especial para estes casos; o que deseja pois o ilustre Deputado? O que deve desejar é a reforma da nossa legislação, e não a anistia. Feliz é a condição do homem turbulento e inquieto! Se vence no campo da revolta é proclamado herói; se fica vencido, ou é julgado pelos seus cúmplices, neste caso será decerto absolvido; se pelos seus vencedores, que em massa se reuniram para suplantarem a revolta, neste último caso deve ser anistiado no entender do ilustre Deputado! Que lógica!⁵¹

⁴⁹ Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *O clero no parlamento brasileiro*. Volume 3, Câmara dos Deputados (1830-1842). Brasília: Câmara dos Deputados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979, p.203, 229 e 242.

⁵⁰ *O Universal*, edição 1191 de 08/06/1835.

⁵¹ *O Universal*, edição 1191 de 08/06/1835.

Outro deputado argumentava que “em Minas os sediciosos não tem tido recurso algum pela influência dos perseguidores em todos os Tribunais”. Bhering critica o desconhecimento que tinha tal deputado em relação ao que se passava na província. “Os sediciosos de Março tem tido todos os recursos que lhes concede o Código do Processo”. A prova seria que “alguns deles tem sido absolvidos, outros tem alcançado a minoração de penas nos Tribunais de recursos”, fatos que o deputado não poderia contestar. O que se dizia é que os sediciosos vinham sendo perseguidos pelas autoridades provinciais e que por este motivo não podiam se defender das acusações. Mas os deputados contrários ao projeto de Anistia buscaram demonstrar que todos os julgamentos vinham sendo realizados dentro da lei e respeitando o Código do Processo, sem as perseguições que se buscava alardear na Câmara para desqualificar as acusações e justificar a Anistia.⁵²

Traçando um paralelo entre a *Revolta* em Minas Gerais e as ocorrências no Pará, Bhering afirma que o plano traçado pelos sediciosos em Ouro Preto era “mais horroroso que o do Pará”. Segundo ele, a “segurança do Palácio do Ouro Preto”, teria salvo das “garras dos sediciosos o Vice-Presidente e alguns Patriotas, cujas cabeças eram pedidas em altas vozes pelos seus inimigos, como se vê do célebre manifesto, que dirigiram à Província”. Afirmava, ainda, que aqueles réus, “hoje se arrependem de não haverem praticado as mesmas barbaridades acontecidas no Pará”. Testemunha dos acontecimentos durante a *Revolta*, Bhering finaliza seu discurso apelando para o perigo e injustiça que aquele projeto representava. E, nesta perspectiva, retratou com “cores bem vivas o quadro melancólico da noite de 22 de Março”.⁵³

A sedição deixou na minha Província, viúvas e órfãos desvalidos, que ainda não mereceram as simpatias desta casa. E que direis Vós da barbaridade, com que os sediciosos cercavam o Palácio do Governo, procurando invadi-lo de todas as partes, para arrastarem a praça pública o Vice-Presidente, e os Patriotas, que ai se achavam encerrados; da sanha canibal, com que corriam as ruas levando o susto, e a consternação ao seio das famílias inocentes! Honra seja feita a esse Mineiro honrado que pode salvar a vida desse Patriota, à que o Brasil tanto deve pelos relevantes serviços, que lhe tem prestado com sacrifício da sua própria existência.⁵⁴

O “Mineiro honrado” de que fala Bhering pode ser visualizado em diferentes ângulos. Pode ser tanto o segurança do Palácio do Governo, que defendeu com integridade as autoridades

⁵² *O Universal*, edição 1191 de 08/06/1835.

⁵³ *O Universal*, edição 1191 de 08/06/1835.

⁵⁴ *O Universal*, edição 1191 de 08/06/1835.

ali reunidas, e que pode representar, de certa forma, o importante papel da camada popular na defesa da legalidade. Mas era também o próprio Bernardo de Vasconcelos, então vice-presidente em exercício, cuja cabeça, assim como a de Bhering e outros “patriotas”, era pedida pelos sediciosos. Vasconcelos, vale lembrar, era deputado e também estava presente naquela sessão, certamente observando com atenção o discurso de seu colega e os elogios a ele direcionados.

Sentindo que havia na Câmara forte tendência em se aprovar o projeto de Anistia, Bhering encerra seu discurso, rigorosamente contrário ao projeto, apelando para a moral e sensibilidade dos demais deputados.

Mas a vossa sensibilidade é toda a favor dos perturbadores da Ordem pública; ela não se choca a vista da viuvez, da orfandade, e nem mesmo à vista do sangue dos nossos irmãos derramado nos Campos de José Correa. Aos vossos olhos as lágrimas da viúva e do órfão são objetos indiferentes. Simpatizais unicamente com os criminosos em desgraça, quando devia com preferência atrair vossas afeições a inocência em abandono. Sim vós ofereceis todas as garantias aos perturbadores da ordem, e tudo negais aos Cidadãos pacíficos, e amigos da prosperidade do seu país. [...] Voto pois contra o projeto, por ser ofensivo da Constituição do Estado; e demais por ser um funesto presente feito à minha Província, e não um bálsamo consolador, como aqui se tem dito. Minas, minha Pátria, receberá com resignação este pomo de discórdia; por que o amor da ordem, e o respeito, que sempre tributou aos Poderes Supremos do Estado lhe aconselham esta conduta. E os Deputados Mineiros trabalharão, quanto estiver em suas forças, para que a lei seja cumprida, afim de que os nossos constituintes não satisfaçam os desejos daqueles, que aspiram por ver aquela bela Província retalhada em partidos, como tem acontecido em algumas Províncias do Norte.⁵⁵

Bhering chegou a participar, junto a outros membros da bancada mineira na Câmara, de uma reunião com o então ministro da Justiça. O redator da *Aurora Fluminense*, Evaristo da Veiga, menciona a importância desta reunião. Os deputados mineiros foram convidados para tratar do tema, pois conheciam de perto os acontecimentos, e teriam sugerido que “os réus de mais graves crimes e maiores penas fossem degradados para fora do Império, ou para algumas das províncias mais remotas”.⁵⁶

De qualquer forma, da parte de muitos, já havia certo entendimento de que a Anistia era a melhor forma de apaziguar as desavenças e serenar os ânimos. Assim, o projeto de

⁵⁵ *O Universal*, edição 1191 de 08/06/1835.

⁵⁶ *Aurora Fluminense*, edição 996 de 29/12/1834.

Anistia foi finalmente aprovado por 57 votos a favor e 28 votos contrários. Dentre os deputados que votaram contra figuravam muitos daqueles “patriotas mineiros” como Bhering, Vasconcelos, Miranda, Alcibiades, Quadros Aranha, Batista Caetano, Fernandes Torres, José Pedro, Limpo de Abreu e Custódio Dias.

Em Minas Gerais a repercussão foi grande. O *Universal* denunciou uma atitude atribuída ao reitor do Seminário de ter comemorado a Anistia, obsequiando aos sediciosos à custa do Seminário, e de ter colocado luminárias naquela instituição em celebração daquele acontecimento. O redator aproveitou a crítica para lembrar que o reitor insistia em não acatar as diferentes decisões do governo provincial relativas ao Seminário, pois dizia que seguia o Estatuto e que o Seminário era Episcopal e não público. Como o reitor era empregado da diocese, era também uma crítica ao bispo, mas este estava muito doente, vindo a falecer a 28 de setembro de 1835.⁵⁷

Após 15 anos de um governo conturbado e conflituoso no bispado de Mariana, a morte de Frei José anunciou um novo momento para aquela diocese e Feijó foi eleito Regente do Império. Além destas circunstâncias favoráveis, outra notícia que muito agradou aos “patriotas”, foi a indicação de Feijó para bispo de Mariana. Um “patriota” exemplar como ele ocupando a cadeira episcopal de Mariana era uma clara indicação de novos tempos e motivo de muito orgulho para eles. Até mesmo o Cabido da Sé de Mariana realizou cerimônias religiosas e publicou na imprensa notas de felicitação e elogios pela indicação de Feijó para bispo daquela diocese.⁵⁸

⁵⁷ O *Universal*, edição 2038 de 30/09/1835. Neste breve texto em que anunciava a morte do bispo o jornal declarava: “S. Exc., cujas virtudes foram bem conhecidas em toda a Diocese, será sempre lembrado pelos pobres como um verdadeiro Pai, que acabam de perder: tanta era a sua caridade, que muitas vezes se viu privado de meios para sustentar a sua alta dignidade precisando recorrer a empréstimos”. Embora a ironia fosse um recurso largamente utilizado pelos escritores públicos do período, não nos pareceu ser o caso neste momento. Não nos é possível, portanto, afirmar que o redator estivesse ironizando a trajetória do bispo com estas palavras, mas também não é prudente descartar o contrário. Com relação às dificuldades enfrentadas por D. Frei José na diocese de Mariana, Ronald Polito capta bem o seu significado: “A polêmica com o padre Bhering, sua oposição aos protestantes, maçons e liberais, à filosofia “infecta” ou às ideias “modernas”, “novas”, tal como se lê em suas *Visitas Pastorais*, são outros elementos que compõem seu perfil. Somam-se a isso os contratemplos que enfrentou diante da insistente acusação de sua nacionalidade portuguesa e adesão ao absolutismo monárquico, e estavam dados os ingredientes para que sua direção à frente do bispado fosse conturbada a todo instante, expressando em variados níveis o conflito entre o ultramontanismo conservador e o liberalismo emergente”. POLITO, Ronald. *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1998, p.36 e 37.

⁵⁸ Sobre as manifestações públicas realizadas pelo Cabido da Sé de Mariana em função da eleição de Feijó para Regente e de sua indicação para ocupar o cargo de bispo de Mariana, ver as seguintes edições: O *Universal*, edição 2054 de 09/11/1835, e edição 2058 de 18/11/1835. Diogo Feijó, sabendo da dificuldade de que sua indicação para bispo de Mariana fosse aprovada por Roma, alegou posteriormente, que nem mesmo aceitou a nomeação. Tal afirmação foi feita em uma “Declaração” muito interessante, onde ele revê algumas de suas ideias a respeito da disciplina eclesiástica, e que teria sido publicada na folha paulista *Observador Paulistano* (edição 57 de 17/08/1838).

Um grande ato organizado no edifício do Seminário, quando da realização dos exames dos alunos das Aulas Públicas, demonstrou a sensível mudança do cenário local após a morte do bispo. A avaliação final dos alunos ocorria publicamente diante de diversas autoridades policiais, civis e religiosas, além de amigos e parentes. Na ocasião estavam presentes os vereadores, membros do Cabido, o “corpo seminarístico”, vigário capitular, Delegado de Educação, além dos professores. Havia a presença da banda de música, que tocava “harmoniosos concertos”, e dos guardas que davam “saudações de tiros”. A sala de aula onde se apresentaram os alunos estava “ricamente ornada” para a ocasião, “com damascos e juncada de flores aromáticas abundando as folhas de café e fumo, símbolo da Liberdade Brasileira”.⁵⁹

Depois dos exames cada um subindo à Cadeira, que estava ornada com profusão repetia sua dissertação, uns tomando por objeto de seus discursos as utilidades da lógica nos diversos Estados, que o homem ocupa na Sociedade; outros a existência de Deus, sendo no final das repetições cobertos de flores pelo Lente da respectiva Cadeira.

“O quadro que hoje se apresenta”, celebrou o redator do *Universal*, “é novo, e praza aos Céus que ele seja o de uma paz jamais interrompida, que seja o de glória e prosperidade para um País livre”.⁶⁰ Todo este simbolismo parece essencial para nutrir as mudanças que o Império atravessava e acabaram contribuindo para forjar as transformações daquele tempo constitucional e “consolidar as instituições liberais”. No tempo do bispo, como vimos, havia retaliações, por exemplo, aos alunos que traziam as folhas de fumo afixadas ao peito em celebração da Independência. A presença destes elementos fortemente simbólicos dentro do Seminário, em ato público oficial, representava uma superação de certas ideias e práticas. Foi, de certa forma, a concretização daquele projeto idealizado por Bhering e outros “patriotas” de ver o edifício do Seminário transformado em espaço público voltado para a instrução da mocidade. Verificou-se, de acordo com o entusiasmado “Observador Marianense”, a “vulgarização das artes e ciências por Aulas Públicas”, que seriam a “mais forte garantia dos Estados livres”. Este correspondente falou da felicidade “pelo progresso das luzes” e buscou “entusiasmar a Juventude Mineira para que [...], venha aproveitar-se na

⁵⁹ *Artigo Comunicado*. “Exames da Cadeira Pública de Filosofia da Cidade de Mariana”, escrito pelo correspondente “Observador Marianense”. *O Universal*, edição 2071 de 18/12/1835.

⁶⁰ *O Universal*, edição 2046 de 19/10/1835.

Cidade de Mariana deste sólido manancial de bens, que a Nação prodigaliza com seus filhos”.⁶¹

3.

Províncias, povo e folhas em convulsão

No âmbito do cenário imperial, no entanto, a situação política do país vinha demonstrando as suas incompatibilidades e fragilidades. Em meados de 1836 já se falava abertamente da possível substituição de Feijó, na Regência, pela princesa D. Januária. Era este o anseio da parte dita “regressista” da política imperial, aquela que desde sempre esteve insatisfeita com a atuação de Feijó e de outros moderados nos altos cargos do governo. Alguns setores acusaram de serem republicanas as ações do governo, afirmando que nas representações contrárias à indicação da princesa Januária estariam contidas as provas da existência de um partido Republicano.⁶²

As folhas governistas e de oposição estendiam o conflito aos confins do Império, denunciando a troca de ministros durante a Regência de Feijó, o que demonstrava certa fragilidade ou dificuldade de governar. A rivalidade era crescente entre as folhas e entre os partidos políticos, assim como a relação tensa entre Feijó e Vasconcelos. A sessão legislativa de 1836 teria sido de pouca eficácia em termos dos trabalhos parlamentares, refletindo as dificuldades da Regência. Feijó parecia isolado e desacreditado enquanto regente até mesmo por alguns aliados próximos. Diante de tal cenário ofereceu sua renúncia no dia 19 de setembro de 1837 dizendo-se gravemente enfermo.

O contexto político e social do Império ainda era bastante delicado em função das revoltas de caráter federalista que vinham ocorrendo em diferentes províncias. O Rio Grande do Sul era palco de uma grave rebelião de caráter republicano na qual se contestava “a centralização política e administrativa imposta à nação pela corte do Rio de Janeiro”. A

⁶¹ *Artigo Comunicado*. “Exames da Cadeira Pública de Filosofia da Cidade de Mariana”, escrito pelo correspondente “Observador Marianense”. *O Universal*, edição 2071 de 18/12/1835.

⁶² Tais informações e acusações estão presentes no embate ideológico travado entre as folhas mineiras *O Universal* e *O Parahybuna*. Esta iniciou sua carreira no jornalismo provincial em 1836 e circulou até o ano de 1840, sendo publicada na vila de Barbacena. Teve como redator o padre Justiniano da Cunha Pereira. Diz que seguia a orientação política de Bernardo Pereira de Vasconcelos, após sua adesão ao Regresso Conservador, sendo nitidamente contrário ao regente Diogo Feijó. Ver *Anais da Biblioteca Nacional*, edição 117 do ano de 1997. O embate entre estas duas folhas se prolongou até que a última deixou de circular. Ver *O Universal*, edição 71 de 15/06/1836.

Revolução Farroupilha (1835-1845) foi uma das mais graves revoltas enfrentadas pela Regência, tanto em função de sua longa duração, mas também em função da “situação fronteiriça”. Um de seus principais líderes, Bento Gonçalves, “explicava a sedição como legítima defesa das liberdades ameaçadas”. Embora no início os líderes afirmassem sua lealdade à ordem monárquica, com o desenrolar das batalhas chegaram a proclamar a República Rio-Grandense e sua independência do Império, dispondo-se a “reunir, por laços federativos, todas as províncias que se dispusessem a assumir igual forma de governo”. Depois de muitas batalhas e baixas para ambos os lados, a “guerra” foi vencida em fevereiro de 1845, após os sucessos conseguidos pelo barão de Caxias.⁶³

Já no norte, no Pará e regiões compreendidas hoje pelo Amazonas e Amapá, desenrolou-se a *Cabanagem* (1835-1840). “A revolução cabana começou com graves desentendimentos políticos no seio da elite local e forte rusga das autoridades imperiais enviadas ao Grão-Pará. Contudo, conforme a revolução crescia, a Cabanagem foi-se popularizando e interiorizando”. O movimento teve início com a tomada da cidade de Belém e seguiu com a perseguição e assassinato de certas autoridades, tendo como “alvo maior os brancos, especialmente os portugueses ou ‘bicudos’”. Uma cena lamentável teve palco em plena praça pública, quando os “cabanos” executaram uma senhora portuguesa que acolhia e ajudava na fuga de outros “bicudos”. A situação no norte também era gravíssima, já que o movimento espalhou-se rapidamente por toda aquela região, “ganhando ares revolucionários internacionais com o assassinato de autoridades diplomáticas e a possibilidade de invasão de territórios circunvizinhos, como as Guianas e o Caribe”. Magda Ricci, por exemplo, chega a afirmar que “entre 1836 e 1840 o interior do Grão-Pará era tudo menos brasileiro”.⁶⁴

Os baianos também se lançaram em um movimento sedicioso com a eclosão da *Sabinada* (1837-1838). Ali os “exaltados compartilharam a liderança da Sabinada com oficiais do Exército ressentidos com as reformas militares ocorridas nos anos de 1830”. Seu principal líder político foi Francisco Sabino Vieira, “médico e professor substituto da Escola de Medicina da Bahia” e redator do jornal *Novo Diário*. Após tomarem o controle de Salvador os rebeldes convocaram uma sessão extraordinária da Câmara Municipal e declararam que a Bahia estava “perfeitamente desligada do governo denominado central do

⁶³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Uma certa Revolução Farroupilha”. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. (orgs.). *O Brasil Imperial*, volume II, (1831-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.233-268, citação ps.235, 244, 245 e 247.

⁶⁴ RICCI, Magda. “Cabanos, patriotismo e identidades: outras histórias de uma revolução”. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. (orgs.). *O Brasil Imperial*, volume II, (1831-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.184-231, citação ps.203, 221.

Rio de Janeiro”, ao menos até que Pedro II assumisse o Império. Os conflitos na capital foram intensos, tanto entre as forças legais do Império, como entre os locais e os portugueses, sendo que muitos fugiram, foram perseguidos e presos. Em março de 1838 o movimento foi duramente reprimido e vencido pelas forças imperiais.⁶⁵

A *Balaiada* (1838-1841), por outro lado, convulsionou as províncias do Maranhão, Piauí e arredores. Movimento ainda pouco estudado, teve participação de quilombolas e homens pobres em sua liderança, como era o caso de Raimundo Gomes, suposto vaqueiro que comandou os ataques iniciais dos “balaiois” ou “bem-te-vis”, como eram denominados. Supõe-se que estes homens tivessem apoio dos liberais “exaltados” da região, pois que houve a “formação de um liberalismo popular, inspirado pelo liberalismo das elites”. Papel importante na revolta teve também o deputado Raphael de Carvalho. Redator do jornal *O Bemtevi*, lançado em 1838, Carvalho era formado pela Universidade de Coimbra e atuava como catedrático no Liceu de São Luís. Participante da “agitação liberal exaltada que culminou com a *Setembrada*, em 1831”, foi deputado geral na legislatura 1834-1837, a mesma em que Bhering atuou, e ali apresentou projetos radicais como a “emancipação de todos os escravos pardos nascidos no Brasil, e a separação da Igreja e do Estado”, projeto este que teve o apoio de Bhering. Assim como outros movimentos do período, seus líderes pendiam entre um liberalismo exaltado, de caráter quase republicano, e um liberalismo moderado, monarquista e constitucional, mas sempre em oposição aos conservadores que apoiavam o centralismo político. O movimento começa a perder força com a aclamação da maioria de Pedro II em 1840 e com os enfrentamentos com Caxias.⁶⁶

Esta reação das elites locais contra o centralismo monárquico, mesmo após a aprovação do Ato Adicional em 1834, foi sentida em várias partes durante o período Regencial. Além das características mais gerais que as ligam umas às outras, como as insatisfações com o governo do Centro, levantaram demandas bastante peculiares de cada região do grande território imperial, como a participação das camadas populares, dos negros (escravos e libertos), dos indígenas, a ira contra brancos e portugueses, chamando a atenção das autoridades para as demandas sociais, políticas e econômicas específicas de cada região.

⁶⁵ KRAAY, Hendrik. “Tão assustadora quanto inesperada: a Sabinada baiana, 1837-1838”. In: DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revoltas, motins revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p.263-294, citação ps.265, 269.

⁶⁶ ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. “Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar a Pátria e o Imperador”: liberalismo popular e o ideário da Balaiada no Maranhão. In: DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do Século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p.295-328, citação p.298 e 301.

A renúncia de Feijó, portanto, “abriu caminho para um regime centralizador e conservador, liderado por um senhor de engenho, o novo regente Pedro de Araújo Lima”.⁶⁷ Este cenário propiciou o fortalecimento das bases do partido Conservador que se projeta com intensidade a partir deste momento. Estavam lançadas as bases da chamada política do *Regresso*. Vasconcelos já dava indícios de sua guinada política e esta não passou despercebida da censura perspicaz da imprensa periódica liberal. Ele passa a ser denominado de “Pai do Regresso” e o próprio *Universal*, defensor aguerrido de Vasconcelos em outros tempos, reconhece os nítidos contornos desta mudança.

É certo que o *Universal*, que sempre elogiou os serviços do Sr. Deputado Vasconcelos, que foi sempre um dos seus mais constantes defensores, quando o partido Corcunda, telegráfico, ou caramuru lhe fazia a mais crua guerra, tem ultimamente notado um ou outro ato da sua vida pública [sem desconhecer jamais seus serviços anteriores] por que entende que eles não se conformam com as regras estabelecidas pelo mesmo deputado, por que entende que todo o homem público, seja qual for a sua categoria, está sujeito a censura dos seus concidadãos em um Governo livre.⁶⁸

Na condição de deputado Bhering passa a ter também uma atuação voltada para questões ligadas a Igreja Católica. Na Câmara dos Deputados, sessão de 1837, apresentou um projeto abrangente, propondo o estabelecimento de Seminários em diferentes partes do Império, e propôs uma resolução que versava sobre as cômmodas pagas aos monsenhores, cônegos e capelães da Capela Imperial, aprovada pelo plenário.⁶⁹ Entrou no espinhoso debate acerca da realização de enterros dentro dos templos religiosos, defendendo que fosse mantida a permissão enquanto as municipalidades não construíssem cemitérios para esse fim; apresentou e levou adiante as propostas para que se reformulasse o estatuto do Seminário de Mariana, abrindo caminho para a sua incorporação ao poder provincial e a consequente utilização de seu espaço para criação de novas cadeiras de ensino público; e defendeu a lei que concedeu às Assembleias Provinciais, com base no Ato Adicional, o “direito de legislar sobre a nomeação, suspensão e demissão dos empregados provinciais”, entendendo que os párocos eram empregados das províncias e não gerais.⁷⁰

Outra curiosa e importante participação de Bhering em questões religiosas foi o fato de ter sido, supostamente, um dos únicos deputados a apoiar um projeto apresentado na

⁶⁷ KRAAY, Hendrik. “Tão assustadora quanto inesperada”... Op. cit., p.268.

⁶⁸ *O Universal*, edição 71 de 15/06/1836.

⁶⁹ *Pharol do Império*, edições 66 de 10/06/1837, 72 de 19/06/1837 e 94 de 17/07/1837.

⁷⁰ Discurso do deputado Bhering na Câmara dos Deputados. *O Universal*, edição 62 de 03/07/1837.

Câmara dos Deputados, onde se propunha a separação da Igreja brasileira da Igreja Romana⁷¹. O projeto de autoria do deputado Raphael de Carvalho, aquele mesmo que participou da liderança dos “bem-te-vis” durante a *Balaiada* no Maranhão, determinava ainda que haveria liberdade de cultos no Império e teve grande repercussão. Os indícios verificados realmente apontam para o fato de que Bhering apoiou o projeto, como ele mesmo confirmou posteriormente. Em debate travado na Assembleia Provincial em 1849, logo após Bhering deixar o partido liberal, por exemplo, um deputado que o combatia lembrou que ele havia votado “pela separação da Cúria Romana”.⁷²

A delicada questão da relação entre Roma e o Império vinha sendo debatida no Parlamento com posicionamentos divergentes. No ano de 1836 o regente Feijó discursou na Assembleia Geral, no momento da *Fala do Trono*, e em seu pronunciamento demonstrou a pretensão de “alterar a disciplina da Igreja brasileira por meio da legislação civil”. Feijó argumentou que assim os representantes da nação poderiam “livrar o católico brasileiro da dificuldade, e muitas vezes impossibilidade de mendigar, de tão longe, recursos que lhe não devem ser negados dentro do Império”. Afirmou, ainda, que era “tão santa a nossa religião, tão bem calculado o sistema de governo eclesiástico que, sendo compatível com toda casta de Governo civil, pode sua disciplina ser modificada pelo interesse do Estado, sem jamais comprometer o essencial da mesma religião”.⁷³

A possibilidade de se estabelecer a separação da Igreja brasileira com relação à Santa Sé foi sensivelmente estimulada por Feijó. E neste sentido foram apresentadas diferentes propostas inspiradas por esta temática no parlamento. Também estava diretamente ligada ao tema e aos debates parlamentares travados a este respeito, a necessidade de confirmação canônica por parte de Roma para os bispos nomeados pelo governo brasileiro. Foi exatamente o caso ocorrido com o próprio Feijó quando indicado para bispo de Mariana, mas que sabendo da nítida oposição de Roma a seu nome, não deu prosseguimento ao processo. Foi também o caso do padre Antonio Maria de Moura, indicado por Feijó para ser bispo do Rio de Janeiro, mas que teve seu nome recusado pela Santa Sé.

⁷¹ Correspondência assinada por “Hum amigo do Regresso”. *Diario do Rio de Janeiro*, edição 1000021 de 24/10/1835. A presente correspondência que divulga tal informação trata com ironia o apoio e o voto de Bhering em favor do projeto. O correspondente usa de termos como “honra”, “glória”, “muito nobre e esclarecido”, para se referir a Bhering e seu posicionamento e se dirige a ele como “tão macho deputado” e “varão inteiro”.

⁷² *O Itamontano*, edição 215 de 08/11/1849.

⁷³ Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos deputados. Centro de Documentação e informação. *O clero no parlamento brasileiro*, v.3 (1830-1842). Brasília: Câmara dos Deputados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979, p.244.

As ideias e o posicionamento de Bhering com relação aos assuntos religiosos, embora tenham motivado sua expulsão do Seminário e graves atritos com o bispo, parecem não ter comprometido sua aprovação para ocupar determinados cargos na hierarquia da Igreja. Bhering não seguiu exatamente uma carreira religiosa, mas chegou a ocupar cargos intermediários no Cabido de Mariana; foi chantre e cônego. Isto ocorreu, obviamente, após a morte de Frei José, mas confirma que tais ideias sobre a relação Igreja/Estado faziam parte do pensamento de um grupo, sendo representativa de posições políticas pautadas pelo liberalismo em voga. Eram posições também compartilhadas por diferentes membros e segmentos da Igreja no período. Na diocese de Mariana, por exemplo, muitos eram os padres considerados “patriotas” ocupando cargos na administração do bispado.

Em fins de 1837, porém, com a vaga aberta após a morte de Francisco Pereira de Santa Apolônia⁷⁴, Bhering foi aprovado em concurso para exercer o cargo de chantre da Catedral da Sé de Mariana. Na hierarquia religiosa este seria um título eclesiástico atribuído a uma dignidade dentro do cabido diocesano. O cargo correspondia ao “mestre de coro” do templo principal, neste caso a Catedral. O chantre era responsável por reger o coro de moços durante as celebrações, recitando os salmos e responsórios. Bhering parece ter permanecido no cargo até 1840, quando já estava de volta ao Seminário de Mariana, lecionando na cadeira pública de Retórica, ali instalada por lei provincial.⁷⁵

Em função de suas posições relativas à relação da Igreja Católica com o Estado, o governo de Feijó, sustentado pelos moderados, passou a ser duramente criticado pela oposição conservadora. As folhas que atuavam nas fileiras da oposição naquele momento,

⁷⁴ Francisco Pereira de Santa Apolônia, nascido a 8 de abril de 1743 nas proximidades da vila de Queluz, província de Minas Gerais, iniciou os estudos no Seminário de Mariana, prosseguindo depois no Rio de Janeiro e em Coimbra, “onde se licenciou em Direito Canônico e se ordenou de presbítero”. Foi membro “colado” do Cabido de Mariana desde 1780 e promovido a Chantre em 1797. Em 1822 fez parte do governo provisório da província de Minas Gerais e em 1823, contando já 83 anos, foi eleito deputado à Assembleia Constituinte, mas não chegou a assumir o mandato. Era membro do Conselho Geral da Província e chegou a ocupar a vice-presidência da província. “O seu monarquismo era feroz. Trinta anos depois da Inconfidência, deu informação desfavorável a uma petição do Padre Rolim, que suplicava a restituição do seu patrimônio eclesiástico, confiscado em razão da malograda conspiração. Tinha manifesta má vontade ao Cônego Luiz Vieira, a quem perseguiu em Mariana e continuou a perseguir ainda depois que o inditoso sacerdote se fora, exilado de sua pátria”. Faleceu em Mariana a 10 de julho de 1831 e foi sepultado na Catedral da Sé. TRINDADE, Raimundo. *Arquidiocese de Mariana...* Op. cit., p.337. Ver ainda o artigo *Necrologia*, interessante texto biográfico publicado na imprensa quando Santa Apolônia faleceu. *O Universal*, edição 619 de 13/07/1831.

⁷⁵ Bhering foi apresentado chantre por carta da presidência de Minas Gerais “a 30 de outubro de 1837, colando a 4 do mesmo mês”. TRINDADE, Raimundo. *Arquidiocese de Mariana...* Op. cit., p.337 e 338. Não encontramos muitas informações a respeito da sua atuação no cargo. Em meados de 1839 ele ainda aparece como chantre da Catedral da Sé. Mas em artigo publicado nas páginas do *Universal* pudemos verificar que em meados de 1840 a Assembleia Provincial era acusada de persegui-lo, por ser ele um “desafeto”, e em função de ocupar dois empregos ao mesmo tempo, o de chantre e de lente de Retórica. Ele deixou a função de lente de Retórica, passando a lecionar gratuitamente, mas não sabemos ao certo se deixou de exercer a função de chantre. *O Universal*, edição 80 de 15/07/1840.

como era o caso do *Sete d'Abril* na Corte e do *Parahybuna* em Minas Gerais, publicavam críticas fervorosas e constantes. Os “feijóistas” passaram a ser ironicamente denominado de “moravitas”, conceito curioso com o qual a oposição passou a operar, aconselhando “ao Governo que deixe de cometer hostilidades contra a Igreja de Jesus Cristo, que respeite ao menos a Constituição do Estado, cuja Religião Dominante não é a do Protestantismo, do Moravismo ou Deísmo”.⁷⁶

O termo “moravismo” fazia referência direta à região da Morávia, na Europa Central, e ao conde Zinzendorf (1700-1760), homem de origem nobre que estabeleceu uma colônia (*Avivamento Morávio*) para receber refugiados protestantes na propriedade de sua família. Influente líder missionário do movimento protestante, estabeleceu as bases da Igreja Morávia na região da atual República Checa, sendo pioneiro no evangelismo ecumênico mundial, enviando os “morávios” em missão para diferentes partes do globo. Na origem da Igreja Morávia estavam presentes as ideias da *Reforma* de Martinho Lutero (1483-1546), mas também aquelas propagadas pelos precursores das reformas religiosas, o teólogo e professor da Universidade de Oxford John Wycliffe (1328-1384), e do também professor John Huss (1369-1415), excomungado pela Igreja e queimado em praça pública na cidade de Praga. Na região da Boêmia, terra natal de Huss, surgiu a *Unitas Fratrum*, Igreja Evangélica que criticava as corrupções da Igreja Romana e que teve seus membros cruelmente perseguidos e quase exterminados durante a *Contra-Reforma*. Os evangélicos que sobreviveram à perseguição foram, então, acolhidos por Zinzendorf em sua propriedade.⁷⁷

De fato, relações curiosas surgem desta comparação com os “moravitas” brasileiros, em especial os “patriotas”. A primeira delas vem do convite oficial feito pelo governo de Feijó para a vinda de alguns irmãos morávios para “irem espalhar no centro dos matos alguma civilização pelos nossos indígenas”.⁷⁸ Oposição ferrenha veio do poderoso D. Romualdo Antonio de Seixas, arcebispo da Bahia e deputado geral na ocasião, preocupado com a possibilidade de os morávios ensinarem “ideias não católicas” aos indígenas.

⁷⁶ *O Sete d'Abril*, edição 378 de 10/09/1836. Outros termos depreciativos como “garimpeiros”, “camarilha”, “seita”, “conspiradores de 30 de julho”, “Governo demônio” e o curioso “Administração do Instincto”, além dos já mencionados “moravitas” e “moravismo”, serviram para atacar com muita firmeza as supostas “heresias” do grupo dos “feijósitas”. Estes termos aparecem em diferentes edições do *Sete d'Abril* e do *Parahybuna*.

⁷⁷ SCHALKWIJK, Frans Leonard. “O Conde e o Avivamento Morávio”: um ensaio histórico por ocasião do tricentenário de Zinzendorf. *Fides Reformata*, 5/2, p.1-7, São Paulo, 2000. http://www.mackenzie.br/fileadmin/Mantenedora/CPAJ/revista/VOLUME_V_2000_2/Frans_Leonard.pdf Acessado em 18/02/2016.

⁷⁸ *O Universal*, edição 39 de 04/04/1842. Esta informação foi publicada nas páginas do *Universal*, onde consta, ainda, que teria sido o senador José Ignácio Borges o responsável por esta iniciativa.

Bernardo Pereira de Vasconcelos também se levanta contra a proposição do governo Feijó. Sugeriu que os morávios “não tem tido aceitação em parte alguma” e que para sustentar a sua seita Zinzendorf “retirou-se para os Estados Unidos onde se fez luterano, e após procurar o apoio dos *quaquers*, que o rejeitaram, voltou à Europa”. Afirmou que o governo iria expor-se “ao maior ridículo” com aquele projeto. Limpo de Abreu, ministro na ocasião, defendeu a proposta afirmando que os irmãos morávios viriam “chamar os índios à civilização” e não para “lhes ensinar ideias religiosas contrárias à religião do Estado”. Sustentou ainda: “isto não exclui que eles sejam acompanhados de missionários, exercendo o Governo sobre eles certa vigilância a fim de não derramarem ideias que não sejam as da religião católica apostólica romana”.⁷⁹

Outra relação direta vem da própria denominação *Unitas Fratrum*. Bhering, após o fim do *Homem Social*, redigiu um periódico a que deu justamente o nome de *União Fraternal*⁸⁰. Por outro lado, as críticas e o posicionamento desses liberais, relativizando no legislativo do Império as relações da Igreja com o Estado, demonstram o processo de secularização em voga. Na província de Minas Gerais o padre Marinho, Ottoni e Bhering, dentre outros “patriotas”, foram duramente acusados de “moravitas”. A investida de Bhering com relação ao Seminário, propondo mudanças em seu Estatuto e contribuindo para sua utilização por parte do governo, seria uma clara demonstração disto. No entendimento do *Sete d’Abril* ele advogava a “causa do *moravismo*, secularizando o seminário de Mariana, roubando este Estabelecimento Eclesiástico aos Srs. Bispos, para o por à disposição do Presidente da Província”.⁸¹

Bhering, em especial, era ainda tratado como “despejado” em função de não ter sido reeleito deputado. Seu discurso sobre remoção de párocos, mencionado anteriormente, foi duramente criticado pelo *Sete d’Abril* quando sugeriu que insultava os “honrados Vigários Mineiros e os quer por, como soldados, à disposição do Governo, para os destacar, já para uma, já para outra extremidade da província, quando algum deles recusar, por exemplo, abjurar a Fé de Cristo, para abraçar a Seita do atroz e *miserável ambicioso* Zinzendorf”.⁸²

⁷⁹ Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos deputados. Centro de Documentação e informação. *O clero no parlamento brasileiro...* Op. cit., p.262 e 263.

⁸⁰ A respeito deste periódico, como já mencionamos em outro momento, são poucas as informações existentes. Era mantido pela *Sociedade Patriótica Marianense*, sabemos que Bhering foi um de seus redatores, mas, lamentavelmente, parece ser o caso de um periódico perdido, pois não foram encontrados os vestígios de suas edições.

⁸¹ *O Sete d’Abril*, edição 476 de 19/08/1837.

⁸² *O Sete d’Abril*, edição 470 de 29/07/1837.

O Povo do Rio de Janeiro, que é Católico, ouviu com tal indignação o discurso do sujo Bhering, que chegou a ponto de se lhe não ouvir palavra, pelos escarros, arrastamentos de pés que houve durante todo o encomendado sermão. Foi necessário que ele tomasse o expediente de mandar imprimir o resumo já muito modificado, para assim ter quem lesse esse parto da ignorância, da irrelição e do Moravismo.⁸³

Nesse momento uma nova folha, um “Periódico Moravita”, começou a circular na Corte. Era apresentado pelo jornal mineiro *Parahybuna* com ares de poucos amigos. “Surge no Rio de Janeiro mais um Satanás, como o *Astro* e o *Universal*. Seu título, que indica falar muito, é o de *Parlamentar*”.⁸⁴ E quem seriam seus redatores? Afirmou o *Sete d’Abril* que eram os senhores Limpo de Abreu, Bhering, Alcibiades, Fernandes Torres e Quadros Aranha. De fato, no caso do *Parlamentar*⁸⁵, falava-se sempre em redatores, no plural, sendo que o próprio jornal assim se referia. Tão logo surgiu, esta folha prontamente se posicionou no campo de batalha.

O *Parlamentar* (nós o sabemos) incomoda o perverso, que se reproduz em todas as publicações que engendra a calúnia e a imoralidade. O Sr. Vasconcelos não é certamente o redator do *Parlamentar*, que respeita a honestidade e a decência, e que não está disposto a submeter-se a *urdiduras* odiosas e detestáveis, nem a relaxar-lhe as rédeas na carreira de seus desatinos. Quem seja o redator do *Parlamentar* não é tempo de dizê-lo. Folgaríamos que nele tivessem parte as pessoas, cujos nomes cita o *Parahybuna*. Elas merecem, por muitos títulos, os nossos respeitos e a nossa consideração.⁸⁶

Fato é que logo no segundo número do *Parlamentar* foi publicada a íntegra de um discurso enérgico proferido por Bhering, o que talvez indique que ele tenha mesmo ido se aventurar em outras páginas. De qualquer forma, embora já frequentasse a Corte ao menos desde 1834, quando foi eleito, não é possível confirmar a sua participação naquela folha

⁸³ *O Sete d’Abril*, edição 470 de 29/07/1837.

⁸⁴ *O Sete d’Abril*, edição 470 de 29/07/1837. O texto, publicado inicialmente no *Parahybuna*, foi transcrito pelo *Sete d’Abril* no Rio de Janeiro.

⁸⁵ Conseguimos poucas informações acerca da publicação e circulação do periódico *O Parlamentar*. Sabe-se que era impresso no Rio de Janeiro, na *Typografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia*. Era publicado aos sábados e circulou entre os anos de 1837 e 1839. “Conterá o resumo das discussões mais importantes que houverem nas câmaras legislativas, com as convenientes reflexões, os atos do governo de que puder haver-se notícia com o juízo crítico a respeito, e os artigos e correspondências que por qualquer motivo interessarem o país”. *O Parlamentar*, edição 01 de 10/06/1837.

⁸⁶ *O Parlamentar*, edição 10 de 12/08/1837.

carioca. Seu mandato terminou em meados de 1837, fato entusiasticamente celebrado pelo *Sete d’Abril*.

Ao menos deste tratante nos livrou a Camarilha, atraído-o nas Eleições Gerais. Bhering é tão ruim, que até mesmo a depravada Camarilha o enjeitou! Não saiu nem Juiz de Paz, nem Municipal, nem Camarista, nem Deputado Provincial, nem Geral, nem nada. Teve uma baixa redonda! Falta ser agora *cônego*, para o que o temos apadrinhado.⁸⁷

E ainda lembrou, em tom sarcástico, aquelas desavenças ocorridas entre Bhering e o bispo de Mariana.

Manes de D. Frei José! Consolai-vos à vista deste quadro. Virtuoso Bispo! Se lá na Religião Celeste, aonde gozais o prêmio de vossas boas obras, puder chegar a noticia do que se passa neste nosso baixo Mundo, sabeis que o Povo tem conhecido e tem reprovado o ingrato *famulo* que vos ultrajou!! Bhering hoje não é nada. É, como sempre foi, um *quidam*.⁸⁸

O ostracismo politico anunciado é relativo, pois Bhering era vereador em Mariana, era cônego do Cabido de Mariana e professor da cadeira pública de Retórica, estabelecida por lei provincial no Seminário. Estes cargos lhe rendiam prestígio e fonte de renda. Mas em 1840 uma nova lei provincial, que determinou que os capitulares não podiam acumular funções públicas, aquelas pagas pela fazenda, obrigou Bhering a deixar de lecionar na cadeira de Retórica, pois já recebia ordenado como cônego. O redator do *Universal*, que publicou a determinação do governo provincial, lamentou a lei “caprichosa”, mas informou que Bhering, “embora privado do ordenado que lhe pertencia, continua a lecionar Retórica no Seminário de Mariana gratuitamente”. E afirmou: “O Sr. Bhering procedendo desta maneira faz relevantes serviços ao seu país e mostra a Assembleia de 1840 que não é incompatível o exercício de cônego com o de mestre”.⁸⁹

O *Sete d’Abril*, atento a tudo que se passava na província, não perdoava as circunstâncias experimentadas por seus “inimigos”. Em artigo intitulado “Mais razões para ser despachado o nosso afilhado Bhering” ironizou a suposta magoa dele com relação à “Camarilha” por não ter se empenhado na sua reeleição. Disse que os motivos estavam

⁸⁷ *O Sete d’Abril*, edição 476 de 19/08/1837.

⁸⁸ *O Sete d’Abril*, edição 476 de 19/08/1837.

⁸⁹ *O Universal*, edição 56 de 15/05/1840. Nesta edição estão publicadas as leis mencionadas neste parágrafo.

relacionados ao fato de Bhering não ter atacado e insultado a oposição, como teriam feito alguns aliados seus que foram “recomendados pela Camarilha”. Por este seu posicionamento o “*Sete d’Abril* e o *Parahybuna* não trataram de o censurar e de o fazer conhecido nesta província”. Disse, ainda, que Bhering tinha esperança de substituir no Rio de Janeiro o padre Januário da Cunha Barbosa, chamado pelo redator daquela folha de “Frei sem Vergonha”, na “cadeira de Lógica, ou na de Retórica, ou na redação do *Correio Oficial*.”⁹⁰

Diante deste cenário vivenciado por Bhering entre 1838 e 1840, os ataques lançados por estas duas folhas da oposição contra ele e contra o *Parlamentar*, indicam mais uma razão para se pensar que estaria escrevendo para este jornal. Havia fortes suspeitas de que o *Sete d’Abril* era dirigido por Vasconcelos⁹¹ que, já em 1837 havia se lançado com determinação nas fileiras da oposição, dando início a uma corrente política de caráter conservador que fez dura oposição ao governo de Feijó. Por estes motivos, muitos de seus antigos aliados, como era o caso do próprio Bhering, defensor aguerrido e admirador de Vasconcelos em outros tempos, passaram a atacar com entusiasmo seu novo posicionamento. Em consequência disto sofreram ataques sistemáticos por parte das folhas de oposição como *Sete d’Abril*.

Esta folha publicou um *Comunicado* em que analisou as hostilidades de Bhering contra Vasconcelos e transcreveu um trecho escrito por ele, provavelmente na época do *Homem Social*, onde elogiava as atitudes e virtudes daquele deputado. “O nome de Vasconcelos já está escrito no Templo da Memória, inacessível ao negro ciúme; ele será repetido em transportes de júbilo pelos liberais de Minas, do Brasil, do Mundo inteiro, e com respeitoso acatamento pelos seus mesmos inimigos”. Este era o elogio de Bhering em favor de Vasconcelos, escrito em outros tempos, e recuperado para ridicularizar as críticas agora lançadas. E desta forma o *Sete d’Abril* conclamou os mineiros a cerrarem “os olvidos às gritarias do republicanismo delirante e as inventivas e calúnias de ferozes inimigos”.⁹²

⁹⁰ O *Sete d’Abril*, edição 478 de 26/08/1837. Aqui aparece novamente uma indicação da curiosa relação estabelecida entre Bhering e o padre Januário da Cunha Barbosa. Bhering seria o “emulo de Fr. Sem Vergonha”, denominação dado pelo *Sete d’Abril* a padre Januário. Em outros momentos da Tese também discorreremos sobre a relação de ambos. O Padre Januário também lecionava filosofia no Rio de Janeiro, com um curso voltado especificamente para a *Filosofia Racional e Moral*, mesma denominação do curso estabelecido por Bhering em Minas Gerais. Ver ainda *Império do Brasil: Diário do Governo*, n.43, vol.19 de 23/02/1832.

⁹¹ A notícia de que Bernardo Pereira de Vasconcelos era o diretor e mantinha a publicação do *Sete d’Abril*, e que por isso seria uma folha ministerial, foi publicada pelo *Parlamentar* em sua edição 24 de 18/11/1837.

⁹² O *Sete d’Abril*, edição 542 de 04/04/1838.

Outra folha a entrar nos debates foi o recém lançado *Regresso*⁹³, cujas ideias e princípios seriam, na visão do *Parlamentar*, “as do *absolutismo*, único meio que descobre o seu redator para felicitar o Brasil”. Este suposto absolutismo poderia ser claramente identificado, por exemplo, quando “chama à Constituição *trambolho*, e quer que o Imperador governe sem *trambolho*”. O *Regresso*, no entanto, responde afirmando que falava nos “trambolhos perigosos da Democracia”, aqueles que não deveriam estar presentes na “organização da nossa Monarquia”. O conceito de democracia parecia bastante contraditório naquele contexto, sendo criticado até mesmo por alguns liberais que procuravam afastá-lo de seus discursos. Depois de afirmar que “o herói deste periódico”, o *Regresso*, “é o Sr. Bernardo Pereira de Vasconcelos”, o *Parlamentar* alerta⁹⁴:

Todas estas circunstâncias conspiram para produzir grandes e bem fundadas suspeitas no animo dos Brasileiros de que existe um plano, há muito tempo concertado, para esbulhar a nação das instituições livres de que goza, e cremos que se essa facção infame e abjeta não for fortemente comprimida pelo governo, há de tornar a chamar ao Brasil grandes desordens e calamidades.⁹⁵

Interessante que até mesmo os argumentos usados pelos escritores públicos para suas críticas eram compartilhados. Anarquistas, revolucionários, inimigos do Imperador Pedro II, conspiradores, contrários à Constituição e até mesmo o termo ditadura era utilizado. O que parece distinguir suas posições, tanto no campo conceitual e da linguagem política, como em suas atuações parlamentares, são os conceitos de *regresso* e *progresso*.

O *Parlamentar* tentou definir em poucas palavras e de forma bem irônica as duas tendências políticas do momento. “O que é regresso? É a volta ao ponto, de que se partiu. O que é o progresso? A continuação do andamento, que se começou”. Afirmou que: “aplicando estas ideias às Nações, o progresso é a aquisição, e propagação das luzes, com que elas trabalham por despistar as trevas, em que a barbaridade dos séculos antecedentes haviam envolvido o espírito humano”. No caso do *Regresso*, seria “tornar aos erros, e ignorância, que por tanto tempo fizeram a calamidade, e a ruina dos Povos”.⁹⁶

⁹³ O *Regresso* circulou apenas no ano de 1837 – ou apenas restaram edições daquele ano. Era impresso na *Typografia do Diário*, no Rio de Janeiro, e saía apenas nas quartas-feiras. Trazia em sua página inicial a seguinte frase: *Mas o povo não quis dar ouvidos às razões de Samuel, ante disseram, queremos ter um Rei que nos governe. O Regresso*, edição 03 de 15/11/1837.

⁹⁴ As citações deste parágrafo se referem às edições dos seguintes periódicos: *O Parlamentar*, edição 23 de 11/11/1837; e *O regresso*, edição 03 de 15/11/1837.

⁹⁵ *O Parlamentar*, edição 23 de 11/11/1837.

⁹⁶ *O Parlamentar*, edição 26 de 02/12/1837.

No entanto, não é possível reduzir os sentidos semânticos destes conceitos a estas simples definições dadas por esta folha moderada. O próprio Vasconcelos chega a relativizar o conceito de *Regresso*, dizendo no Senado que a denominação não era tão importante e que o tal movimento seria o verdadeiro “progresso”. De qualquer forma, estes conceitos foram responsáveis por fundamentar os alinhamentos que possibilitaram a fundação dos dois partidos políticos que passaram a dominar a cena política do Império a partir de então: os conservadores (*saquaremas*) e os liberais (*luzias*).

No tempo das incertezas, portanto, refere-se ao contexto conturbado e tenso representado particularmente pelo período Regencial, de meados dos anos 1830 até a maioria de Pedro II. No entanto, este enquadramento não é nem de longe enrijecido pela simples restrição cronológica por nós estabelecida, pois acaba por transcender este período. Parece estender-se até fins da década de 1840, passando pela *Revolução Liberal* de 1842, *Revolução Praieira* a partir de 1842 até 1849, *Revolução Farroupilha* até 1845, culminando, em nosso caso específico, com a adesão de Bhering ao regresso Conservador em 1849.

V.

As “circunstâncias” de fins dos anos 1840.¹

1.

As “Revoluções” liberais

A guinada conservadora em fins da década de 1830 e início dos anos 1840 fazia parte de um movimento mais amplo, observado por Christian Lynch em todo mundo ibero-americano, em função da suposta crença de que a “orientação intelectual que prevalecera durante o processo revolucionário e ajudara a derrocar o Antigo Regime não se revelara de idêntica utilidade quando se tratou de criar uma ordem constitucional estável”. Após as reformas liberais implementadas com grande esforço, inclusive com a intenção defendida por alguns de eliminar a fonte do despotismo e os resquícios do absolutismo, o governo teria passado a sofrer com o seu inverso, a possibilidade da anarquia e de movimentos de caráter separatista. O *Regresso* vinha, portanto, no sentido de estabelecer uma crítica ao liberalismo mais radical para “reconhecer o peso das realidades e forjar uma ordem institucional que, fortalecendo o Estado, lhe fornecesse meios de restabelecer a paz”.² Já o conceito de *progresso* ganhava uma nova roupagem deixando de ser “meramente antônimo de *absolutistas*, para se tornar sinônimo de pessoa de ideias avançadas” e, neste sentido, contrário aos “*conservadores* ou *regressistas*”³. Estava associado, ainda, à defesa do governo representativo, das instituições e dos interesses públicos.

¹ O termo “circunstâncias” aqui empregado é uma referência ao pensamento de Bernardo Pereira de Vasconcelos de que, diante do grave cenário de tensões e excessos verificado no Império em fins da década de 1830, “não tinha opção senão deixar-se orientar conforme as circunstâncias”. Era preciso mudar a direção da ação política, sempre que se tratasse de “desviar-se de um caminho que tem reconhecido que conduz ao precipício”. Ver: LYNCH, Christian E. C. “Modulando o tempo histórico”: Bernardo Pereira de Vasconcelos e conceito de “Regresso” no debate parlamentar brasileiro (1838-1840). *Almanack*, n.10, p.314-334, Guarulhos, 2015, citação p.319.

² LYNCH, Christian E. C. “Modulando o tempo histórico”: Bernardo Pereira de Vasconcelos e conceito de “Regresso” no debate parlamentar brasileiro (1838-1840). *Almanack*, n.10, p.314-334, Guarulhos, 2015, citações p.315 e 316.

³ LYNCH, Christian. E. C. “Liberal/liberalismo”... Op. cit., p.154.

Em 1840 algumas das rebeliões regenciais estavam pacificadas, mas as circunstâncias eram tais que em maio já estava promulgada a Lei de Interpretação do Ato Adicional, alavancada pelos regressistas com o intuito de “reverter medidas tidas como excessivamente liberais do início da Regência”. Lei que acabou por reformar também o Código do Processo Criminal no sentido de “retirar das províncias o controle sobre a *polícia judiciária*”. Estas medidas estavam no cerne dos anseios dos regressistas de promover reformas centralizadoras capazes de parar o “carro da Revolução”. A lei foi duramente combatida pelos progressistas, tanto na Câmara como no Senado, que acusavam o projeto de “inconstitucional, atentatório às liberdades e promotor da tirania”. Mas foi finalmente sancionada pelo Imperador em 3 de dezembro de 1841.⁴

E falando em Imperador, lá estava ele à frente do governo imperial, interrompendo o período Regencial e inaugurando o período que denominamos de Segundo Reinado. O jovem imperador tinha apenas 14 anos em julho de 1840 quando foi declarada a sua maioridade, que já vinha sendo cogitada desde 1835 e, ironicamente, foi fortalecida nas circunstâncias de 1840, com o êxito do *regresso* e seu discurso de reforço da ordem e da monarquia, frente à incapacidade dos governos regenciais de debelar o estado de anarquia. Os progressistas, os mais interessados na maioridade naquele momento, já haviam fundado em abril de 1840 o *Clube da Maioridade* ou *Sociedade Promotora da Maioridade*, onde figuravam diferentes autoridades moderadas.

A maioridade foi também denominada de “golpe” em função das muitas manobras encabeçadas pelos progressistas e que culminaram com a aclamação do imperador. No parlamento eles apresentaram propostas neste sentido, chegando a consultar secretamente o Imperador, de quem conseguiram um documento assinado, afirmando o seu interesse imediato na maioridade. Os regressistas também manobraram e no sentido contrário, chegando ao ponto de o regente Pedro Araújo Lima determinar o adiamento da Assembleia. Este ato gerou indignação por parte dos representantes progressistas que se reuniram no prédio do Senado, com apoio de batalhões de Guardas Nacionais, enviaram uma deputação mista para falar com o Imperador, “suplicando-lhe entrar logo no exercício de suas atribuições”. E assim, a 23 de julho, teve início o Segundo Reinado.

Em Ouro Preto e Mariana a notícia da maioridade chegou na noite do dia 30 de julho e “imediatamente por um movimento quase elétrico, todas as classes da população saíram pelas ruas significando os transportes do mais intenso prazer, de que se achavam apoderados

⁴ BASILE, Marcello. “O laboratório da nação”... Op. cit., p.88-89.

por tão lisonjeira notícia”.⁵ Bhering era juiz de paz em Mariana naquela ocasião e nesta condição participou com entusiasmo das celebrações.

A cidade se iluminou toda pomposamente, os sons de repetidos tiros que duraram até a aurora do dia seguinte, os repiques de sinos, a música que melodiosamente percorria as ruas, os refrescos oferecidos por vários cidadãos, os vivas que pelo Sr. J. de Paz A. J. R. Bhering repercutiam pelas praças e ruas, faziam cada vez mais desenvolver o entusiasmo no povo que considerava raiada a nova era de sua prosperidade; sendo singular a tolerância e civilização com que os opositoristas dali se portaram em tão festivo regozijo.⁶

A sacração e coroação do Imperador, no entanto, ocorreu um ano depois com grandes festividades que se prolongaram entre 18 e 24 de julho de 1841 “com notável presença popular”. Traçando um paralelo entre as festividades públicas ocorridas na maioridade e depois na coroação de Pedro II, com aquelas realizadas em função do 7 de Abril de 1831, Marcello Basile lança um questionamento importante e bastante significativo do contexto que se estabelecia no Império. O povo, que dez anos antes “entrara em cena para derrubar o imperante, não era mais o agente dos acontecimentos”, mas figurava como “mero espectador, a saudar a subida ao trono do filho daquele que, há não muito tempo, ajudara a depor”. Ou seja, “de cidadão que lutava para se fazer soberano, o povo voltava serenamente à condição de súdito, sob a proteção de um novo imperador”. Neste sentido, é preciso relativizar a imagem negativa construída com relação ao período Regencial, diminuindo o seu significado e lançando sobre ele a imagem distorcida de que foi apenas um momento de anarquia, de ameaça à ordem e integridade nacional. Concordamos, portanto, com as teses levantadas por Basile, Morel e Ilmar de Mattos, que entendem que por toda a mobilização e pelo exercício da cidadania observados, aquele período teria sido “um dos eixos do longo e tortuoso processo de construção, de baixo para cima, da nação brasileira”.⁷ E as festividades transformaram a maioridade “numa conquista de todos os que amavam a Liberdade” e “não deixava de simbolizar o triunfo sobre as trevas do despotismo”.⁸

Nesta perspectiva, estavam lançadas as bases para o estabelecimento do *tempo saquarema*, como denominou Ilmar de Mattos, de um novo *pacto imperial*, como sugeriu

⁵ *O Universal*, edição 88 de 03/08/1840.

⁶ *O Universal*, edição 88 de 03/08/1840.

⁷ BASILE, Marcello. “O laboratório da nação”... Op. cit., p.96, 97 e 98.

⁸ MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo saquarema*... Op. cit., p. 153.

Miriam Dolhnikoff, que teria sido o “principal responsável pelo recuo e esvaziamento do espaço público – e das práticas de cidadania a ele associadas – desenvolvido na primeira metade da década de 1830”.⁹ Momento em que não apenas na capital do Império, mas nas cidades e vilas espalhadas pelo seu vasto território, se experimentou uma grande efervescência da esfera pública, da ação dos escritores públicos, da formação de uma opinião pública e de um espaço público, da qual Bhering, no contexto regional mineiro, teve significativa participação com seu impulso patriótico. Ilmar de Mattos, neste mesmo sentido, vai falar de um “momento em que a vida política começava a abandonar a rua e o sentimento aristocrático voltava a se impor”.¹⁰

Com apenas 14 anos de idade o jovem imperador discursou no encerramento da terceira sessão da quarta legislatura, cerimônia realizada em 15 de setembro de 1840 no paço do Senado. Pedro II estava acompanhado por seus familiares, por ministros, conselheiros e oficiais da Casa Imperial, e foi recebido por deputados e senadores. Na cerimônia estavam presentes também a princesa D. Januária, diplomatas representando as nações estrangeiras e as galerias estavam lotadas de espectadores. O Imperador falou à Assembleia Geral demonstrando satisfação pela esperança nele depositada, aceitando a determinação da maioria, “aplaudida pelos meus fieis súditos em todo o Império”, e acreditando que ela poderia produzir “os mais salutares efeitos para a causa pública”.¹¹

Naquele momento estavam em andamento as eleições primárias, realizadas nas Assembleias Paroquiais para a escolha dos homens qualificados como eleitores para votarem nas eleições. Era um processo bastante delicado, como indicado anteriormente, no qual autoridades municipais lideradas pelo juiz de paz tinham o poder de formar e presidir a mesa, assim como realizar a apuração dos votos. Era fundamental para o jogo político e delineava os rumos do país, pois a formação dos quadros de representantes políticos nacionais dependia da tendência daqueles eleitores primários. Nesta perspectiva, não é difícil entender que era um processo sensivelmente passível de fraude, já que estava nas mãos de autoridades locais influentes e que poderiam estar empenhadas na vitória de um determinado “partido”.

Izabel Marson, em seu *O Império do progresso*, analisa a questão das significativas mudanças eleitorais estabelecidas pelo Ato Adicional de 1834 e as suas respectivas

⁹ BASILE, Marcello. “O laboratório da nação”... Op. cit., p.99.

¹⁰ MATTOS, Ilmar R de. “O gigante e o espelho”. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial* – vol. II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.1352, citação p.32.

¹¹ Assembleia Geral Legislativa. Fala do Imperador D. Pedro II no encerramento da terceira sessão da quarta legislatura em 15 de setembro de 1840. *O Universal*, edição 112 de 28/09/1840.

implicações tanto no plano local, como para o panorama geral. E nesta perspectiva a autora sugere:

A qualificação dos eleitores de paróquia ficava a cargo de uma junta composta pelo juiz de paz, o vigário e o vereador mais votado, que era também o tribunal decisório dos recursos impetrados contra as fraudes denunciadas nos processos qualificadores; com isso, o poder civil local também exercia pleno controle sobre decisões judiciárias e eleitorais. As mesas eleitorais, presididas pelo juiz de paz, tinham total autoridade para decidir da identidade e da idoneidade dos votantes escalados. Tal processo garantia a canalização, para a Assembleia Geral, das mais poderosas influências locais, obrigatoriamente comprometidas e articuladas com os problemas regionais.¹²

E de fato foi o que ocorreu naquela ocasião. A imprensa periódica do período repercutiu os tumultos generalizados que ocorreram, publicando correspondências de leitores, artigos e notícias sobre as agitações em diferentes vilas em função daquele específico processo eleitoral. Não por acaso, tais eleições ficaram conhecidas como as “eleições do cacete” em função da violência e das fraudes verificadas e tiveram repercussões graves no cenário político do Império.

Em artigo intitulado “As eleições em Minas”, o jornal o *Brasil*¹³, de tendência regressista – que segundo informação do *Universal* era mantido por Vasconcelos –, veiculou graves acusações sobre o processo eleitoral na província. Disputaram a hegemonia das urnas dois grupos: os “governistas”, formado por progressistas onde figuravam, por exemplo, Bhering, Ottoni e Marinho; e os “oposicionistas”, com regressistas de peso como Vasconcelos e Carneiro Leão. Os progressistas conseguiram ampla vitória naquelas eleições, compondo a maioria de representantes para a 5ª legislatura que teria início em 1842, mas para o jornal *Brasil*, que reconhecia a supremacia das urnas, a vitória teria sido pautada pela violência e por fraudes.

¹² MARSON, Izabel Andrade. *O Império do progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p.193 e 194.

¹³ *O Brasil*. Com relação a esta folha, Ilmar de Mattos nos fornece algumas informações importantes. O jornal teria sido fundado por influência direta do Visconde do Uruguai, durante sua atuação no gabinete de 19 de setembro de 1837, dirigido por Bernardo Pereira de Vasconcelos, “para fazer frente aos Liberais, que em meados de 1840 cada vez mais se engajavam na campanha pela antecipação da Maioridade.” O jornal deveria explicar e defender os atos do governo, “contrabalançando as críticas da oposição”. Para tanto, foram convocados José Justiniano da Rocha e Firmino Rodrigues Silva, “de cujas penas conservadoras emergiria *O Brasil*”. Ilmar de Mattos afirma: “se a *O Brasil* competia travar uma guerra sem tréguas contra os adversários liberais, não lhe era reservada, contudo, a exclusividade da difusão do princípio conservador”. De qualquer forma, “por mais de uma década, combates intensos foram travados em suas páginas”. MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo saquarema...* Op. cit., p.189.

No caso das eleições realizadas em Mariana, Bhering foi foco de muitas acusações. À frente do processo eleitoral na condição de juiz de paz, figura central do processo, ele teria proposto a formação de uma mesa que não teria sido aceita pela maioria, mas “fiel na máxima que sempre adorou de saltar sobre as leis, quando lhe é isto mister, passou a exortar o povo, insultando a oposição, que chamou de anárquica, desordeira, inimiga de S. M. o Imperador”. Diante da suposta recusa da mesa que propôs, Bhering teria, ainda, “mandado expelir da igreja todas as pessoas que lhe pareceu, até que ficou em maioria o seu partido”. E apelando para o lado religioso o jornal lamentava: “Custa a crer como um padre, sem estar possesso, praticasse no interior de um templo tantas desenvolturas, e um padre que se diz Monarquista”.¹⁴

Em texto bastante inflamado, o redator do *Brasil* investe decididamente contra pessoa de Bhering, lembrando de seus atos e escritos “republicanos” do passado, chamando-o de “ingrato” pelas atitudes contra o bispo, que o havia tirado da miséria e a quem Bhering teria apelidado cruelmente de “diabo roxo”. Disse:

Não se lembra do ‘Novo Argos’, do ‘Revisor’, do ‘Homem Social’ em que se pregavam doutrinas mais anárquicas, do que na França revolucionária pregaram os Robspierres, os Marats? Não se lembra que propalou sempre às escancaras a demagogia máxima – *todos os bens são comuns*? Não se lembra... Ah! Sr. Bhering! Não zombe da boa fé dos Mineiros; não insulte o Imperador, valendo-se de seu nome para vencer nas eleições, considere que o tempo das ilusões é passado; saiba enfim S. S. e todos os sicofantas da sua grei que a ditadura não se há de realizar.¹⁵

A visão do *Universal* sobre o episódio, porém, era diametralmente oposta. Seu redator, dizendo-se indignado com as “falsidades” publicadas pelo *colega* para “ofuscar o esplendor da vitória”, saiu em defesa de Bhering combatendo cada suposição levantada pelo outro redator e divulgando outra versão sobre os acontecimentos no dia da eleição. O papel desempenhado pelas folhas aliadas em momentos decisivos como aquele era fundamental para a carreira destes homens públicos, especialmente em função da preocupação com a formação de uma opinião pública sobre os acontecimentos. Neste sentido, o redator do *Universal* tenta forjar a ideia de que aqueles que venceram a eleição eram indivíduos que

¹⁴ *O Brasil*, edição 61 de 17/11/1840.

¹⁵ *O Brasil*, edição 61 de 17/11/1840. O redator deste jornal menciona alguns dos jornais do qual Bhering participou como redator, dentre eles o *Homem Social* e o *Novo Argos*, mas fala também de outro periódico intitulado *Revisor*, a respeito do qual não encontramos mais informações, nem mesmo as suas edições nas instituições pesquisadas, que nos possibilitassem analisá-lo.

gozavam da simpatia popular, que assim como Bhering, tinham “em seu favor os aplausos populares”, ao contrário dos que teriam sido desprezados em função da “indignação popular”.¹⁶

Bhering é referido pelo redator do *Universal* como “enérgico juiz de paz”, homem de “firmeza de caráter”, o que nos dá ainda mais indícios de sua personalidade forte, aguerrida e combativa, e também, até onde pudemos visualizar com a pesquisa, de uma personalidade disciplinada e inconformada com certas práticas e situações. Já o redator do *Brasil* se refere à Bhering operando com conceitos largamente utilizados naquele momento como “republicano”, “anarquista” e “revolucionário”, mas fala também em “bens comuns” e “ditadura”, que começavam a aparecer com mais frequência nas folhas. Obviamente estes conceitos visavam contrapor os indivíduos ao seu posicionamento dito monarquista e constitucional, tanto que eram empregados com frequência por homens de ambos os lados, mas a sua maleabilidade, já referida no início deste texto, assim como a flexibilidade política e ideológica daqueles homens, dificulta uma identificação enrijecida de suas respectivas posições e significados.

Neste sentido, analisando os conceitos de “república” e “republicanos”, Heloisa Starling e Christian Lynch fazem uma importante indicação de que, “conforme se adentrava na década de 1840 e desapareciam completamente os federalistas e especialmente os republicanos, era o conceito de monarquia que passava a encarnar as virtudes que geralmente eram atribuídas às repúblicas”, no sentido daquelas “relacionadas ao governo do bem comum e ao interesse público”.¹⁷

A essa altura, estavam lançadas as bases da polarização entre liberais e conservadores que se verificou durante boa parte do Segundo Reinado. As reformas conservadoras alavancadas pelo novo ministério de 23 de Março de 1841, com a reinterpretação do Ato Adicional, o restabelecimento do Conselho de Estado e a reforma do Código do Processo, modificando as relações de poder estabelecidas, desempenharam papel central no contexto dos descontentamentos locais e geraram graves reações. A dissolução da Câmara, portanto, em 1º de maio de 1842, ocorreu também devido às “eleições do cacete”, quando o “Ministério ‘Maiorista’ acabou sendo responsabilizado pelas eleições e o futuro da legislatura tornou-se incerto desde 1841”.¹⁸

¹⁶ *O Universal*, edição 132 de 13/11/1840.

¹⁷ STARLING, Heloisa Maria Murgel & LYNCH, Christian Edward Cyril. “República/republicanos. In: FERES JÚNIOR, João. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil...* Op. cit., p.240.

¹⁸ HÖRNER, Erik. “Cidadania e insatisfação armada”: a “Revolução Liberal” de 1842 em São Paulo e Minas Gerais. In: DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revolutas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p.329-354, citação p.335.

As Assembleias Legislativas Provinciais estavam em pleno funcionamento e repercutiram as crescentes insatisfações. Nos jornais, nas ruas, nas missas, falava-se da ruína do 7 de Abril, das muitas demissões de autoridades públicas e perseguições, como foi o caso mencionado de Bhering em Minas Gerais, dos recrutamentos forçados e do fechamento de tipografias. O *Universal* encerrou definitivamente a sua longa carreira no final de maio de 1842 após 18 anos em circulação, mas não sem antes alertar sobre as perseguições contra autoridades liberais e informar sobre a ocorrência de invasão de aulas públicas, além de publicar um texto informando que o jornal estava sendo processado por um juiz municipal.

Seu proprietário naquele momento era José Pedro Dias de Carvalho¹⁹, deputado geral pela província e um dos líderes da *Revolução Liberal*. O jornal publicou a sua derradeira edição em 30 de maio de 1842. Xavier da Veiga fala da notícia de que os tipos da oficina foram fundidos e convertidos em munição para a luta dos liberais. Consta, no entanto, que se tratava apenas de uma lenda de autoria do tipógrafo do *Universal*, sugestivamente conhecido por “Guttemberg”.²⁰ Em suas edições finais o jornal ainda chama a atenção do público para as manobras empreendidas contra a liberdade de imprensa.

¹⁹ José Pedro Dias de Carvalho (1805-1881) era natural da cidade de Mariana (MG) e chegou a ocupar importantes cargos na política imperial. Foi vereador em Ouro Preto, membro do Conselho Geral da província, deputado provincial em seguidas legislaturas (1835 até 1843), deputado geral por Minas Gerais em muitas outras legislaturas, chegando a presidir a Câmara dos Deputados na sessão de 1847, e também ocupou a presidência da província em 1848. Nesse período foi nomeado ministro da Fazenda, ocupando a pasta em três ocasiões diferentes, e depois foi indicado também para a pasta do Império. Ocupou o cargo de conselheiro de Estado e foi eleito e nomeado senador. Desde jovem, aos 21 anos de idade, se interessou pela imprensa periódica, passando a trabalhar na redação de um dos mais importantes e duradouros jornais mineiros, *O Universal*. Colaborou também com *O Parlamentar*, periódico publicado na Corte, de cuja redação Bhering também teria participado. Nestas folhas defendeu e lutou pelas ideias liberais das quais era adepto, sendo que em 1842 chegou a participar ativamente do *Revolução Liberal* em Minas Gerais, mas assim como os demais revoltosos, foi absolvido dos crimes que lhe foram atribuídos em função da revolta, pela anistia imperial decretada em 1844. Importante informação nos apresenta o aguçado pesquisador, historiador e bibliófilo mineiro Xavier da Veiga, afirmando que seu nome esteve ligado à fundação do IHGB ocorrida em 1839. Transcrevo o interessante trecho: “prestou-lhe serviço importantíssimo extensivo à terra mineira e à literatura nacional, editando à sua custa na tipografia do *Universal*, de que era proprietário, o poema *Vila Rica*, de Cláudio Manuel da Costa, cujo precioso manuscrito pode descobrir e salvar da traça ou da incúria de algum depositário ignaro. Não fora essa iniciativa generosa e esclarecida e ainda hoje estaria talvez desconhecido, senão perdido, aquele poema, e com ele as indicações históricas que o precedem, muito valiosas para o estudo das antiguidades mineiras. Mais de meio século já decorreu e é essa a única edição do poema *Vila Rica*, que aliás logo se esgotou, sendo raríssimos os exemplares que dele se possam encontrar em bibliotecas ou em poder de bibliófilos”. XAVIER DA VEIGA, José Pedro. *Efemérides mineiras...* Op. cit., p.711 e 712.

²⁰ Nos *Anais da Biblioteca Nacional* encontramos algumas informações sobre o destino da tipografia do *Universal* durante a *Revolução Liberal* de 1842. Consta que sua oficina foi ocupada por governistas e utilizada “para impressão do *Legalista*”. Diz também que “teria sido cedida mediante aluguel ao *Legalista*” pelo sócio de José Pedro Dias de Carvalho, pois este estaria no campo lutando ao lado dos liberais. Segundo o texto, o padre José Antonio Marinho, que escreveu e publicou a sua narrativa sobre o movimento liberal de 1842, do qual participou ativamente, contesta esta versão. Ele afirma que a tipografia foi “tomada por Diogo P. de Vasconcelos, então chefe de polícia. *Anais da Biblioteca Nacional*, edição 117, referente ao ano de 1997, página 181.

A liberdade da imprensa, que é sem dúvida a mais apreciável garantia do cidadão nos países constitucionais; depois de estar garroteada completamente na Corte, passa a receber em a nossa província os golpes de morte, que lhe foram premeditados pelos lusitanos, e brasileiros degenerados, quando concertaram o plano das chamadas reformas judiciarias.²¹

O ponto chave da justificativa para o levante rebelde é que a dissolução da Câmara, prevista na Constituição, tinha ocorrido antes mesmo de seu início, o que caracterizaria, na visão dos rebelados, uma anulação das eleições por parte do poder Moderador, o que não estaria previsto na Constituição. Neste sentido, “a resistência às novas autoridades e a tomada de armas por mineiros e paulistas constituiria, então, uma resposta à tirania e opressão exercidas naquele momento pelo Gabinete de 23 de março e seu grupo”.²²

Bhering estava novamente eleito deputado geral quando foi previamente dissolvida a Câmara. Com ele outros “patriotas”, reconhecidamente liberais, também estavam eleitos para aquela legislatura de 1842 por Minas Gerais. Dentre eles figuravam, por exemplo, Teófilo Ottoni, Limpo de Abreu, José Pedro Dias de Carvalho, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha²³ e o padre José Antonio Marinho. Alguns destes deputados participaram ativamente da organização e também lideraram o movimento armado dos liberais na província. Após a derrota deste movimento, nenhum desses homens foi eleito para compor a legislatura seguinte de 1843.

Frente ao predomínio da política encabeçada pelos regressistas, com sua ascendente trajetória reformista, os ditos progressistas acabaram por recorrer à luta armada. A

²¹ *O Universal*, edição 48 de 25/04/1842. A última edição do *Universal* é a de número 61 de 30/05/1842.

²² HÖRNER, Erik. “Cidadania e insatisfação armada”... Op. cit., p.335.

²³ José Feliciano Pinto Coelho da Cunha (1792-1869) também natural de Minas Gerais. Foi membro ativo e dedicado do partido liberal da província e chegou a receber o título imperial de barão de Cocais. Era fazendeiro e membro de uma família tradicional e muito abastada. Foi deputado provincial e deputado geral em diferentes momentos e chegou a ocupar a cadeira da presidência da província em 1835. Organizou e participou ativamente da *Revolução Liberal* de 1842 sendo aclamado presidente da província pelos rebeldes liberais. Xavier da Veiga afirma que aceitou tal posição durante a revolta em função da insistência de seus correligionários, já que era homem “naturalmente moderado, dedicadíssimo às instituições fundamentais do país e à pessoa do imperador”, não podendo postar-se, então, como “um revolucionário ardente”. Neste sentido, o autor lança informações interessantes sobre a sua personalidade e atitudes durante a revolta: “durante os setenta dias da revolução sua atitude vacilante, contraditória e tímida deu provas quotidianas de que ele se achava deslocado da sua natural esfera de atividade – ora agindo coacto, e ainda assim lentamente, ao impulso de seu estado-maior político, ora resistindo a este por contínuas hesitações, por apatia ou mesmo por deliberação contrária às sugestões que lhe faziam, e destarte flanqueando os redutos inimigos em vez de enfrenta-los e acomete-los, temporizando sempre, como se esperasse que o dia seguinte trouxesse uma solução miraculosa e feliz à crise da pátria conflagrada. E afinal, na véspera da batalha decisiva, abandonou misteriosamente o campo da ação: não que fosse jamais traidor a seus amigos [...] mas porque tocara-o desânimo invencível e também, o que mostra a brandura de sua alma bem formada, o horror de ver de novo, e a jorros, derramar-se o sangue de seus concidadãos”. XAVIERA DA VEIGA, José Pedro. *Efemérides mineiras*... Op. cit., p.665 e 666.

justificativa primordial era que a *Revolta* não seria uma ação organizada contra a Coroa ou o governo, ao contrário, seria uma ação contra aquilo que os liberais consideravam como uma reação do “absolutismo” encabeçada por ministros em função de sua influência sobre o jovem Imperador, e que teria culminado na dissolução inconstitucional da Câmara. Assim buscava-se forjar a imagem de que os “liberais” buscavam, através das armas, libertar Pedro II e todo o Império do “despotismo” e dos resquícios “absolutistas” que teimavam em vingar no solo brasileiro.

Algumas câmaras municipais das províncias de Minas Gerais e de São Paulo já haviam representado ao Imperador pedindo a revogação da dissolução e a demissão do gabinete em exercício, demonstrando a sua insatisfação com as reformas implementadas. A Assembleia Provincial de São Paulo seguiu o mesmo caminho. Enviou uma deputação para oficial ao Imperador neste mesmo sentido, mas não foram sequer recebidos pelo monarca, o que agravou ainda mais a tensão. Com a dissolução da Câmara esgotaram-se as possibilidades dos liberais de reassumir um papel no governo da Corte e tentar garantir as reivindicações descentralizadoras. Todos estes acontecimentos foram divulgados pela imprensa gerando debates intensos entre as folhas de diferentes tendências. E diante deste cenário, por iniciativa de senadores e deputados na Corte, foi fundada a *Sociedade dos Patriarcas Livres*, organização que seria responsável por organizar o movimento, levantando fundos, armamentos e fornecendo informações aos membros em São Paulo e Minas Gerais.²⁴

A vila de Sorocaba, na província de São Paulo, levantou-se ainda em maio, e logo em seguida outras localidades aderiram ao movimento enviando tropas. Os comandantes militares foram designados e houve a formação da “Coluna Libertadora”. Da parte do governo central o barão de Caxias foi logo enviado à capital da província com alguns batalhões de homens para organizar a ofensiva da legalidade. Ele tinha o apoio do presidente da província, barão de Monte Alegre, o que teria facilitado a articulação com as forças provinciais. Nos meses de maio e junho houve alguns enfrentamentos importantes nos arredores da capital no qual os rebeldes foram repelidos, batendo em retirada e permitindo que Caxias seguisse no seu encalço até o centro do movimento, Sorocaba, onde prendeu o vice-presidente interino a 20 de junho e o senador Feijó. Rafael Tobias de Aguiar, um dos principais líderes rebeldes do lado paulista, já havia fugido para o Rio Grande do Sul, onde ainda ocorriam revoltas contra o governo central.

²⁴ Embora não exista muita documentação relativa a esta sociedade, Erik Hörner, em texto já referenciado, afirma que ocorreram muitas prisões de seus sócios no Rio de Janeiro e que teria gerado grande preocupação por parte do aparato repressor do governo.

Em Minas Gerais o movimento revoltoso eclodiu na cidade de Barbacena a 10 de junho com a presença e apoio da Guarda Nacional. Na liderança do movimento estavam, dentre outros, o padre José Antonio Marinho, José Pedro Dias de Carvalho e José Feliciano Pinto Coelho da Cunha. A Câmara daquela vila designou José Feliciano como presidente interino da província. Na capital o presidente legal, Bernardo Jacinto da Veiga²⁵, ciente das agitações e movimentos dos liberais, já havia comunicado ao ministro da Justiça os planos daqueles deputados reunidos em Barbacena. Em seguida algumas vilas foram aderindo ao movimento. E em São João Del Rei alguns liberais já haviam sido presos pelas autoridades. O movimento na província teria sido mais grave em função da maior adesão de vilas e distritos, do rápido, porém superficial, progresso dos liberais, assim como do número significativo de confrontos e das muitas baixas. Mas também em função de elementos externos, pois Caxias combatia os rebelados paulistas e a “capital do Império estava desfalcada de forças” em função do deslocamento de tropas enviadas para pacificar as revoltas que ocorriam no sul e em Pernambuco.²⁶

Inicialmente os enfrentamentos se deram entre forças locais da província, como guardas nacionais, militares das várias localidades e homens que se juntaram aos combatentes, mas a chegada de Caxias e suas forças legalistas muda o rumo dos acontecimentos rapidamente. Antes mesmo da chegada de Caxias o presidente legal, Bernardo Jacinto da Veiga, comunica oficialmente aos mineiros que a província de São Paulo estava pacificada e seus líderes presos. Tais fatos certamente impactaram os líderes e as tropas liberais, que já vinham sofrendo derrotas em diferentes partes da província e que haviam decidido não atacar a capital Ouro Preto, recuando até Santa Luzia. Esta decisão

²⁵ Bernardo Jacinto da Veiga (1802-1845). Nascido no Rio de Janeiro, mudou-se ainda muito jovem para Minas Gerais, estabelecendo-se na vila da Campanha, onde constituiu família e começou sua carreira pública. Era irmão de Evaristo Ferreira da Veiga, redator da folha liberal *Aurora Fluminense*, e chegou a ser membro do IHGB. Na então vila da Campanha fundou a primeira folha local, o *Opinião Campanhense*, que começou a circular no dia 7 de abril de 1832, primeiro aniversário daquele memorável dia tido como da “regeneração do Brasil”. Foi eleito deputado provincial para a primeira legislatura daquela Assembleia (1835-1837) e reeleito para a seguinte (1838-1839), onde parece ter se aproximado muito de Bernardo Pereira de Vasconcelos, que em 1838, na condição de ministro do regente Araújo Lima, o nomeou presidente da província de Minas Gerais. Esteva à frente da administração da província, pela primeira vez, entre 21 de março de 1838 até 22 de agosto de 1840, quando deixou o cargo em função dos acontecimentos derivados da *maioridade* de Pedro II. Em seguida, quando os acontecimentos políticos do Império já apontavam para a *Revolução Liberal* de 1842, foi novamente nomeado presidente da província, assumindo, depois de muito hesitar, a 18 de maio, pouco tempo antes da eclosão do movimento. Teria dado importante contribuição para a vitória das forças legais lideradas por Caxias sobre os liberais rebelados. Diante do conturbado cenário, solicitou sua demissão, deixando o cargo em março de 1843. Ocupou, ainda, uma cadeira na Câmara dos Deputados (1843-1844), sendo eleito representante pela província de Minas Gerais. XAVIER DA VEIGA, José Pedro. *Efemérides mineiras...* Op. cit., p.580 e 581.

²⁶ ALMEIDA, Aluisio de. (1944) *A Revolução Liberal de 1842*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Sorocaba: Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, 1993, citação p.157.

gerou ainda mais divergência entre as lideranças liberais, pois a 5 de agosto Caxias entrou na capital sem resistência.

Foi no arraial de Santa Luzia, no dia 20 de agosto de 1842, que se deu o derradeiro e mais grave combate. Naquele arraial, localizado nas proximidades da vila de Sabará, as forças rebeldes e os legalistas se enfrentaram durante quase todo o dia e as forças comandadas por Caxias e seus oficiais acabaram triunfando sobre os liberais. Algumas lideranças foram presas ainda no arraial, como Teófilo Ottoni e José Pedro Dias de Carvalho, levados em seguida para a cadeia de Ouro Preto, e muitos homens se entregaram espontaneamente a Caxias no mesmo dia. Estava vencida a *Revolução Liberal* que sacudiu as duas províncias.

Para conhecer o posicionamento de Bhering e suas ações durante a *Revolução Liberal* de 1842 foi preciso recorrer aos debates e enfrentamentos travados na Assembleia Legislativa Provincial nos anos posteriores ao movimento. Uma expressão da época – *brigam as comadres descobrem-se as verdades*²⁷ – é bastante sugestiva e parece fazer sentido, pois em meio às divergências, ataques e discordâncias presentes nos discursos dos deputados provinciais, relativos aos mais diferentes temas, emergem informações fundamentais sobre seus posicionamentos. Com relação à Bhering, se a princípio, em função de sua crença e trajetória liberal, fosse possível pensar que teria participado da luta ou organização do movimento, o desenrolar dos fatos tende a sugerir um posicionamento diferente. Bhering prezava e defendia a ordem e a legalidade e, nesta perspectiva, parece possível afirmar que não participou do movimento, embora sabidamente defensor das conquistas e reformas liberais ocorridas na década de 1830, como sugerem os debates travados nos anos seguintes.

Com o desenrolar dos acontecimentos pudemos verificar que ele se colocou em uma posição sensivelmente delicada. Estaria desconfortavelmente situado entre os que defenderam e lutaram pela *Revolução Liberal* e aqueles que se empenharam no contra-ataque legalista aos rebeldes, no campo de batalha ou na Assembleia, que se orgulhavam da derrota dos liberais e que foram agraciados com condecorações imperiais. Bhering parece ter buscado afastar de si qualquer associação mais estreita com o movimento dizendo-se governista, mas também buscou atuar na Assembleia Provincial, ainda em fins 1842, chamando a atenção do governo para os males que a “revolução” tinha causado na população.

²⁷ A expressão foi empregada pelo *Universal* como título de um artigo em que se analisavam os acalorados debates parlamentares relativos à maioria de Pedro II em 1840. *O Universal*, edição 87 de 30/07/1840.

Cabe aqui uma breve explicação. Bhering teve participação ativa na 4ª legislatura (1842-1843) da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, mas conforme informações oficiais constantes no artigo citado em nota, ele não havia sido eleito titular para exercer o cargo. Teria participado na condição de suplente, fato bastante comum naquele período, já que muitos suplentes eram convocados com frequência devido às seguidas ausências de deputados e também para formar número suficiente para se abrir as sessões. Isto ocorria em muitos cargos eletivos, não apenas com relação aos deputados, o que dificulta a identificação e comprovação dos indivíduos que ocuparam o cargo em determinada legislatura, já que poderiam não figurar na lista final de eleitos, mas terem tomado posse como suplentes. Uma nota encontrada em artigo sobre a Assembleia Provincial de Minas Gerais, publicado na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, nos fornece informação interessante neste sentido. Diz que “em diversas legislaturas variou o número dos deputados que tomaram assento, ora por falta de comparecimento, ora por falecimento”.²⁸

Retomando a análise, um indício importante do delicado posicionamento experimentado por Bhering na Assembleia Provincial foi sua eleição para vice-presidente, na sessão de 1843, com a maioria dos votos, enquanto alguns liberais, que foram associados ao movimento, sofreram com certo isolamento e desprezo. Parece plausível sugerir que já se desenhava naquele momento da atuação de Bhering uma guinada no sentido do *Regresso*. As mudanças de posições políticas não eram incomuns. As autoridades eram bastante flexíveis com relação aos acontecimentos do seu tempo e desde 1837 alguns “patriotas” passaram a aderir ao *Regresso* Conservador.

Após a *Revolução Liberal* de 1842 uma nova dinâmica parece ter sido estabelecida no jogo político. Em discurso na Assembleia Provincial o próprio Bhering tentou demonstrar a dificuldade de nomear e identificar, não somente as suas, mas também as posições políticas dos demais deputados. O impacto nas províncias foi profundo, causando a perda de muitas vidas, impactando duramente a economia e gerando um esgotamento dos cofres provinciais e do próprio governo geral, acirrando as disputas, os ressentimentos e os desalinhamentos das autoridades.

Não sei, Sr. Presidente, em que posição me hei de colocar nesta casa: se defendo as ideias da administração geral sou classificado na *oposição*; se

²⁸ “Relação dos cidadãos que foram eleitos e reconhecidos Deputados à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, desde a primeira legislatura (1835-1837) até a última (1888-1889)”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano I, 1896, Ouro Preto, p.53-83, citação p.83.

censuro uma, ou outra vez algum ato desregrado dos agentes do poder, sou *anarquista!* V. Exca. e a casa se lembram de que na sessão do ano passado fui eu o único governista que aqui apareceu (*risadas*); sim porque tendo minhas propostas sido combatidas com tanto entusiasmo, merecerão contudo a aprovação, ou do Governo Geral, ou dos seus mais estrênuos defensores.²⁹

Em função desta dificuldade em enquadrar sua posição política ele lamenta que seus projetos e resoluções fossem rechaçados pelos colegas, pois sugere que depois eram aprovados, sendo apresentados por outras autoridades. De qualquer forma, uma mudança de direção, ou, ao menos um deslocamento, é perceptível em seu discurso, especialmente quando fala de seu apoio aos anseios centralizadores do governo.

Agora, Sr. Presidente, propugnando por ideias centralizadoras, que são as do Governo, responde-me um Sr. Deputado, a quem muito amo, e respeito, que *cisma* com tudo quanto eu digo! Portanto, vejo-me no maior embaraço possível. Paciência, hei de continuar a defender o que me parecer justo e a opor-me ao que for contra a Constituição, e Leis do meu País; entendo ser esta a posição mais nobre de um Deputado Provincial. Coloquem-me na oposição, ou no lado ministerial, embora: serei sempre leal ao que devo à Deus, à Pátria e a mim mesmo.³⁰

Fato é que neste momento Bhering teve importante atuação no sentido de denunciar a situação “desumana” e o desamparo a que ficaram relegados os guardas nacionais e outros indivíduos que haviam lutado na defesa da legalidade. Para tanto, solicitou informações oficiais do governo, “sobre as praças do corpo policial, que por ferimentos graves nos combates contra a revolução de 10 de junho se impossibilitaram de trabalhar, e bem assim de todos os guardas nacionais que estivessem no mesmo caso”. Como “amigo do governo”, afirmou Bhering, “desejo munir-me de documentos, com os quais possa vitoriosamente responder aqueles que tanto o tem censurado”. Manifestou, assim, seu desejo de reparação com os que haviam derramado “seu sangue na tão desastrosa luta”. Com estes termos e com tal posicionamento, Bhering deu indícios claros de sua interpretação contrária ao movimento liberal ocorrido em 1842. No entanto, não deixou de acusar o governo de ingratidão: “É um fato de que ninguém é capaz de duvidar, que o governo pagou com a mais

²⁹ Discurso de Bhering pronunciado na 4ª Sessão da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais aos 23 de Maio de 1843. *O Compilador da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais*, edição 04 de 05/06/1843. Foram mantidos os termos escritos em *itálico* no documento original.

³⁰ Discurso de Bhering pronunciado na 4ª Sessão da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais aos 23 de Maio de 1843. *O Compilador da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais*, edição 04 de 05/06/1843.

feia ingratidão a aqueles, que empenharam todas as suas forças em sua defesa”. E lamentou com preocupação: “Um governista como eu não pode referir este fato sem profunda mágoa, pois ele é por si só capaz de alienar do governo muitas simpatias, principalmente em crises arriscadas”.³¹

A casa estará lembrada, que na sessão do ano passado eu disse, que o governo se tinha esquecido dos seus mais devotados defensores. Que míseros soldados, que derramaram seu sangue haviam sido condenados ao desprezo. Estas minhas palavras foram então taxadas de imprudentes, e até farisaicas. Meus nobres adversários procuravam tranquilizar o meu espírito, asseverando-me mais de uma vez, que o governo havia [de] cumprir seu dever, remunerando com mão larga os seus defensores. Entretanto são passados 10 meses, e eu continuo a ver em abandono os que se sacrificaram pelo governo.³²

Bhering chegou a propor a ereção de uma “coluna” nos campo de Santa Luzia em memória dos nomes dos muitos brasileiros que ali pereceram no derradeiro combate. Mas ele mesmo voltou atrás afirmando que tal monumento poderia “perpetuar os ódios e as rivalidades”. Ele lançou este argumento para embasar sua crítica com relação às condecorações concedidas pelo governo aos legalistas que, no seu entendimento, também serviriam para perpetuar as rivalidades e o ódio. Criticando o governo em função do desprezo com os homens mais simples³³ que defenderam a legalidade, mas ao mesmo tempo preocupado em afirmar-se governista, Bhering lamentou:

O sangue derramado em St. Luzia foi saudado pelos sinos dos nossos templos; foi celebrado com luminárias e esplendidos bailes. Eis a única recompensa reservada a aqueles, que deram seu sangue pela Pátria! Um verdadeiro governista não quer ver esquecido o nome de bravos; não quer

³¹ Discurso de Bhering pronunciado na 7ª Sessão da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais aos 26 de Maio de 1843. *O Compilador da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais*, edição 06 de 09/06/1843.

³² Discurso de Bhering pronunciado na 7ª Sessão da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais aos 26 de Maio de 1843. *O Compilador da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais*, edição 06 de 09/06/1843.

³³ Utilizamos a expressão “homens mais simples” – talvez receosos de lançar mão do termo “pobres” – para se referir aos homens que Bhering buscava defender com o seu requerimento e sua argumentação. Eram os “oficiais inferiores”, “soldados do corpo policial” e “guardas nacionais”, homens que lutaram na linha de frente e que, por este motivo, sofreram as mais graves consequências nos combates e, como denunciado pro Bhering, na sua vida familiar, social e profissional. Muitos estavam passando por graves necessidades básicas em seu cotidiano e até mesmo enfrentando a fome, o que foi comunicado por Bhering neste mesmo discurso. Algumas famílias teriam recebido assistência por parte então do presidente da província, com fornecimento de pão para que não morresse de fome.

ver em desprezo sua família, e muito menos perseguidos aqueles, que tanto cooperaram para conclusão da luta.³⁴

Embora já declaradamente governista Bhering não poupou críticas quando entendeu necessário, pois considerava este o papel dos deputados: “Eu aqui nem serei ultra governista para apoiar todas as medidas administrativas [...]; nem também censurarei tudo quanto é adotado pelo governo. Hei de aprovar os atos justos e reprovar com todas as minhas forças as injustiças de quem quer que seja”.³⁵ Provavelmente por estas razões ele e alguns outros deputados foram acusados de serem governistas por conveniência. Um deputado disse, quando se discutia a delicada questão a respeito do recrutamento forçado de homens durante a *Revolta*, que ao mesmo “tempo em que se aclamam governistas, vão ensinando nas massas menos pensantes, que a administração é tão pesada, tão horrendo o governo, que a pretexto do recrutamento, vai fazendo do pobre povo rebanho de escravos”. E embora houvesse discussão acalorada neste sentido, com argumentações em contrário de Bhering e outros aliados, um deputado acabou por afirmar que eles eram “perigosos inimigos do governo”.³⁶

Ocorre que Bhering foi o autor de um requerimento bastante crítico ao recrutamento em massa que vinha ocorrendo naqueles tempos e que ele defendeu com grande competência e entusiasmo naquela casa. Contestou com veemência a forma arbitrária e ilegal com que se realizava tal procedimento, pautado por vinganças pessoais, recrutando pelas vilas e arraiais até mesmo os velhos, os homens casados e os pobres lavradores de quem dependia o sustento de suas famílias. O embate travado com outros deputados, que afirmaram que ele buscava atacar e desmoralizar o governo, foi combatido por Bhering no sentido de demonstrar que a sua intenção era que o então presidente da província, o general Andrea³⁷, supostamente desconhecedor da forma como tais procedimentos eram realizados por seus subalternos, tomasse conhecimento da situação.

³⁴ Discurso de Bhering pronunciado na 7ª Sessão da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais aos 26 de Maio de 1843. *O Compilador da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais*, edição 06 de 09/06/1843.

³⁵ Discurso de Bhering pronunciado na 8ª Sessão da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais aos 27 de Maio de 1843. *O Compilador da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais*, edição 08 de 14/06/1843.

³⁶ 17ª Sessão da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais aos 09 de Junho de 1843. *O Compilador da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais*, edição 17 de 10/07/1843.

³⁷ O presidente da província de Minas Gerais naquela ocasião era o então general Francisco José de Souza Soares de Andrea (depois barão de Caçapava), militar de carreira, experiente em movimentos revoltosos, e tido como homem justo e generoso. Reza que na rebelião de 1817 teria sido fundamental a sua intervenção para que a pena de alguns revoltosos não chegasse ao extremo, salvando da morte alguns dos implicados. Em função disto teria sido acusado de cumplicidade com os sediciosos e chegou a ser interrogado no Rio de Janeiro em 1821, quando foram dissipadas as suspeitas. Já tinha presidido outras províncias como a do Pará (1836-1839), onde combateu a Cabanagem; de Santa Catarina (1839-1840); do Rio Grande do Sul (1840), quando combateu e derrotou as forças farroupilhas lideradas por Giuseppe Garibaldi. Andrea foi nomeado pelo

Este e outros debates bem demonstram a fragilidade, ou seria melhor usar o termo maleabilidade, das posições políticas, especialmente nos anos posteriores ao movimento liberal na província. As palavras empregadas, o tom de voz, os movimentos realizados por deputados durante os discursos, buscavam criar uma determinada imagem e, no caso de Bhering, de aliado oficial do governo, porém, deixando clara a sua independência e obediência a seus próprios princípios e convicções. Ora, isto intencionalmente deixava certas brechas para que a qualquer momento as posições cambiassem de acordo com as circunstâncias, como vinha ocorrendo. Vencidos os rebeldes liberais o governo legalista estava com as rédeas da administração e, obviamente, os envolvidos estavam alijados dos cargos de indicação, de influência e das benesses do governo.

Os ressentimentos demonstrados, as perseguições estabelecidas e o agravamento das diferenças eram elementos nítidos. Este é o delicado posicionamento em que se encontrava Bhering. As suas próprias contradições vinham à tona, pois deveria colocar-se como governista, atuar neste sentido dentro da Assembleia, mas não deixar de seguir suas convicções. Ao mesmo tempo, tinha ligações estreitas e pessoais com alguns dos homens implicados no movimento e compartilhava intimamente dos seus ideais, anseios e frustrações, o que não podia negar, como fica claro em outro discurso.

Tratando do estado deplorável em que se encontrava a província e seu povo, além de argumentar com fatos a situação grave que se abatia sobre o Império, Bhering afirmou que o “edifício social” tenderia a ruir. O “contrato social” estabelecido “entre o povo e o poder” por meio da Constituição, delegando a cada uma das partes as suas respectivas atribuições, se encontrava desarmonioso. “O poder entre nós está armado com uma legislação *violentamente enérgica* para esmagar o povo em suas pretensões exageradas”. Por outro lado, o povo “pode chamar o poder a conter-se na órbita de seus deveres, tendo a *liberdade de emitir o seu pensamento, tendo o direito de petição, tendo liberdade de escolher os seus representantes*”. E aí vem seu questionamento central: “Mas no Brasil pode-se dizer em boa fé que o povo goza destes direitos? O Poder pode esmagar o povo; e o povo só deve resignar-se a sofrer todos os vexames ao poder?” E com uma crítica bastante contundente da realidade política do momento sugeriu que “o povo já não tem representantes no parlamento! Estes são designados pelo poder”, motivo pelo qual afirmou estar “falseado” o

governo geral e empossado no cargo de Presidente da Província de Minas Gerais em 1843, após o fim da *Revolução Liberal* de 1842, no qual permaneceu até 1844. Depois ainda foi presidir a província da Bahia (1844-1846) e voltou a presidir o Rio Grande do Sul (1848-1850), notadamente províncias que passavam por momentos conturbados e enfrentavam graves rebeliões. Tais informações foram levantadas nos próprios debates analisados neste momento e publicados na imprensa periódica, mas também no seguinte portal: https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Jos%C3%A9_de_Sousa_Soares_de_Andrea e acessado em 09/03/2016.

sistema constitucional representativo. Diante desta contestação pergunta aos deputados “como poderá o miserável povo, já não digo chamar o poder ao cumprimento dos seus deveres, mas ao menos queixar-se das injustiças que sofre?”³⁸

Pela minha parte declaro que só tenho motivos e razões para desanimar-me. O estado do meu país é o mais desgraçado possível. A esperança mais robusta desfalece a vista do medonho abismo cavado pela maldita política do esbanjamento das rendas públicas, da perseguição sistemática, que vai despovoando nossas cidades, nossas vilas, nossos arraiais. Eu chego a desanimar, quando empregados da confiança do governo, chegam a pregar perante numerosas reuniões, que *hoje não há mais lei, que quem governa é a espada!* Não se diga portanto, que estamos muito animosos.³⁹

As intenções de Bhering com este discurso parecem distintas. Buscava tanto demonstrar, retratando um cenário com graves tensões, que a realidade vivenciada era extremamente delicada e preocupante, e, ao mesmo tempo, procurava apaziguar os ânimos, a intolerância e a rivalidade crescente dos deputados provinciais. Outro ponto relevante é que procurava afirmar a sua independência, contestando as atitudes do governo, mesmo se declarando governista. Colocou-se visivelmente desanimado com os rumos da política e com as atitudes do governo que, por sua vez, contribuíram para a eclosão da *Revolta*, além de mostrar-se profundamente preocupado com a suposta não observância da Constituição.

Depois de 20 de agosto do ano passado, dois meses depois desse combate de St. Luzia, eu clamei desta mesma tribuna contra o governo de março, que havia absorvido todos os poderes do estado. Eu disse que achava melhor, que o governo se proclamasse absoluto, do que conservar o povo em tão deplorável ilusão. O poder faz o que quer! O povo vive iludido achando que é livre, sendo verdadeiramente um povo escravo. A constituição de um simples compêndio de *frases políticas...* Na realidade, eu não vejo senão o contrario do que diz a constituição – *desigualdade e [escravidão] – irresponsabilidade de todos os agentes do poder – dependência servil do poder judiciário – [onipotência] de patronato:* enfim o poder esmagando o povo, contando só com a força material, traindo o seu sócio, que com tanto entusiasmo aceitou o contrato!⁴⁰

³⁸ Discurso de Bhering pronunciado na 17ª Sessão da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais aos 09 de Junho de 1843. *O Compilador da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais*, edição 18 de 12/07/1843.

³⁹ Discurso de Bhering pronunciado na 17ª Sessão da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais aos 09 de Junho de 1843. *O Compilador da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais*, edição 18 de 12/07/1843.

⁴⁰ Discurso de Bhering pronunciado na 17ª Sessão da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais aos 09 de Junho de 1843. *O Compilador da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais*, edição 18 de

“Jamais aprovarei as revoltas”, afirmou, por serem causadoras de males e perseguições, mas chamou a atenção para o fato de que “o governo com elas se desculpa para praticar todos os atentados que lhe sobem a cabeça” e ferir as leis e a Constituição. Sobre a revolta “liberal” afirmou: “E conquanto eu me tenha pronunciado contra o movimento de 10 de junho; contudo eu não posso deixar de declarar a casa que eu não me envergonho de ser correligionário de todos esses homens comprometidos, cujos princípios políticos eu professo desde a independência”.⁴¹

Assim ele buscou identificar o seu lugar no jogo político, equilibrando-se entre o governo e os seus correligionários liberais, com os quais partilhava não apenas opiniões e ideais, mas também amizades e projetos. Diante das circunstâncias políticas daquele momento não é fácil distinguir o que era governo e o que era oposição. São referências bastante maleáveis, com “articulações híbridas e nuançadas” que não se encaixam em uma “rotulação rígida”, assim como ocorre com os gabinetes e cargos na administração imperial.⁴² Até mesmo para os próprios deputados era difícil estabelecer uma posição permanente, como visivelmente sugerem os discursos e embates, e a posição de Bhering, defendendo o papel e a importância dos moderados no jogo político, sem deixar de mencionar a relevante atuação dos legalistas durante a revolta.

Um partido, que tem sustentado a independência, e a liberdade do país até 1831, que sustentou a monarquia tão ameaçada pelos restauradores e exaltados de 1831 até 1837, e que tem trabalhado com tantos sacrifícios para manter em sua pureza o regime liberal, não pode envergonhar a alguém; bem como não me envergonho de louvar a aqueles legalistas de 1842, que tendo concorrido com suas pessoas, e com sua fortuna para o triunfo da legalidade, não se tem aproveitado de nossas desgraçadas circunstâncias, ou para locupletarem, ou para exercerem atozes vinganças contra o partido vencido.⁴³

12/07/1843. Algumas partes deste periódico, que contém o referido discurso de Bhering, estão um pouco danificadas. Por este motivo algumas palavras foram colocadas entre [colchetes] pela dificuldade de sua identificação. Já as palavras e expressões em *italico* foram todas mantidas como no texto original.

⁴¹ Discurso de Bhering pronunciado na 17ª Sessão da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais aos 09 de Junho de 1843. *O Compilador da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais*, edição 18 de 12/07/1843.

⁴² Com cuidado faço referência às palavras de Isabel Marson – com relação à dificuldade de se enquadrar tão rigidamente posições, tendências e hipóteses – já que a autora se referia, no trecho referenciado, à rotulação de “quinquênio liberal” estabelecida por certa tendência historiográfica com a qual ele tende a discordar. MARSON, Isabel A. *O Império do progresso...* Op. cit., p.233.

⁴³ Discurso de Bhering pronunciado na 17ª Sessão da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais aos 09 de Junho de 1843. *O Compilador da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais*, edição 18 de 12/07/1843.

Em 1844, no entanto, verifica-se uma nova configuração no cenário político com a queda de expressivos conservadores na Corte, como foi o caso de Honório Hermeto Carneiro Leão, e a formação de um gabinete liberal a 2 de fevereiro. Havia, no entanto, certa fragmentação dentre os grupos liberais, como bem demonstra Izabel Marson.

A bancada tradicional de mineiros e paulistas (à espera da anistia e incansáveis defensores do Ato Adicional), os moderados pernambucanos da ala de Holanda Cavalcanti (que, embora perdendo o controle do partido em nível provincial, mantinham sua liderança na Corte para efeitos oficiais), os praiheiros (dissidência que acabara de atingir a hegemonia em Pernambuco, conquistando seu direito a um espaço político nacional, mas que preservavam um passado comprometedor), outras bancadas provinciais, algumas com traços distintos como os cearenses, e, por fim, os áulicos, conservadores moderados capazes de articulações dentro da nova ordem, por sua penetração junto ao imperador.⁴⁴

Neste último grupo estavam políticos fluminenses aborrecidos com o comando do partido Conservador e que ficaram conhecidos como o “Clube da Joana” em função das reuniões realizadas na chácara de Paulo Barbosa da Silva⁴⁵, que então ocupava o influente cargo de mordomo da Casa Imperial. Eram tantos “aspirantes” ao poder que os embates se agravaram na mesma proporção. E por este motivo o gabinete moderado de 2 de fevereiro ruiu tão rapidamente, dissolvido já em maio daquele ano.

O processo eleitoral para composição da 6ª legislatura (1845-1847) da Câmara dos Deputados espelha o conturbado cenário. O nome de Bhering figurava dentre outros 20 nomes indicados pelos liberais e aprovados pelo novo ministério para disputar as eleições pela “Chapa Mineira”. Dentre eles figuravam, ainda, os principais implicados na *Revolução Liberal* de 1842. *O Brasil*, que deu publicidade a esta lista com uma análise bastante hostil, fez um breve exame de cada um dos candidatos. Bhering foi descrito como “heroico propugnador das teorias libérrimas e de uma ortodoxia religiosa à prova de bomba”. O redator afirmou que seria a “chapa da vingança”, referenciando a *Revolução Liberal*, e

⁴⁴ MARSON, Izabel A. *O Império do progresso...* Op. cit., p.233 e 234.

⁴⁵ Paulo Barbosa da Silva (1790-1868) era mineiro natural de Sabará (MG). Desde jovem seguiu carreira no Exército, passando de cadete a capitão, e após ingressar na Academia Militar em 1818, graduou-se e fez parte do Imperial Corpo de Engenheiros. Em 1837 foi alçado ao posto de major, em 1839 ao de tenente-coronel e promovido a coronel em 1843, sendo reformado como brigadeiro em 1844. Passou a ocupar o cargo de mordomo-mor da Casa Imperial do Brasil após a queda de José Bonifácio de Andrada e Silva e o manteve até sua morte em 1868. Teve importante participação na fundação de Petrópolis e no incentivo à fixação de colonos alemães. Em função de ser “ameaçado de morte e odiado por certos políticos no Segundo Reinado”, foi enviado para servir como diplomata no exterior, atuando na Rússia, Áustria, Alemanha e França. Retornou ao Brasil em 1854, voltando ao cargo de mordomo, mas já sem a “autonomia e importância do passado”. https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Barbosa_da_Silva Acessado em 14/03/2016.

sugerindo que o Imperador queria “perdoar aos vencidos e punir aos vencedores”.⁴⁶ Bhering, de qualquer forma, não mais seria eleito deputado geral.

Era necessário, portanto, certo equilíbrio de forças, um pacto entre algumas das facções para que houvesse estabilidade para qualquer gabinete. Havia necessidade de uma “conciliação” para que não irrompessem retaliações e radicalizações. E o dia 2 de fevereiro de 1844 foi visto por alguns como o princípio de “uma nova era de paz e conciliação para o país”, como disse o deputado e padre José de Souza e Silva Roussin⁴⁷ na Assembleia Provincial na sessão de 1846.

A atuação de Bhering na 6ª (1846-1847) e na 7ª (1848-1849) legislaturas da Assembleia Provincial esteve voltada especialmente para o desenvolvimento e progresso da instrução pública. Membro ativo da Comissão de Instrução Pública da casa naquele período ele encabeçou projetos que determinaram a criação de aulas de primeiras letras em diferentes localidades da província e de outras cadeiras para os ensinamentos primário e secundário. E naquele momento, ao que os debates na casa indicam, estavam novamente restabelecidas no Seminário de Mariana as cadeiras de Bhering e do padre Roussin, que haviam sido fechadas em função de uma lei provincial, cuja aprovação teria sido por motivo da perseguição lançada contra os liberais após 1842. De qualquer forma, com sua atuação fortemente voltada para a educação, advogando em favor das demandas e solicitações feitas por professores públicos, Bhering foi depois nomeado para o cargo de Vice Diretor Geral de Instrução Pública da província, passando definitivamente a ocupar a posição mais importante para o desenvolvimento da educação na província.⁴⁸

⁴⁶ *O Brasil*, edição 555 de 04/07/1844.

⁴⁷ Padre José de Souza e Silva Roussin. Não conseguimos levantar informações a respeito de suas datas de nascimento e falecimento. Era deputado provincial naquele momento. Discípulo e amigo pessoal de Bhering, o que verificamos por meio de suas próprias palavras, em discursos na Assembleia Legislativa Provincial, Roussin foi também aluno e depois professor público de filosofia em Mariana, onde chegou a substituir Bhering durante sua ausência em função da participação na Assembleia Geral entre 1834 e 1837. Foi cônego da Capela Imperial e no Cabido de Mariana enfrentou forte oposição a seu nome por parte do então bispo D. Antonio Ferreira Viçoso. “Fez ruído no país a recusa corajosamente oposta por D. Viçoso à colação, em catedrático da Sé, do cônego honorário [...] apresentado pelo governo”. A este respeito Raimundo Trindade trás outras informações: “Foi este o homem da *Questão Rossim* que tão alto elevou o nome de Dom Viçoso, por se não dobrar ao cesarismo imperial, recusando a instituição canônica ao apresentado do governo, somente colando-o dezessete anos depois, quando o padre, voltado a melhores sentimentos, sinceramente emendado, havia dado suficientes provas de seu arrependimento”. Trindade afirma que depois deste ocorrido ele teria passado a assinar Roussin e não mais Rossim. E foi colado como cônego da Sé de Mariana apenas em 1872. TRINDADE, Raimundo. Arquidiocese de Mariana... Op. cit., p.224, 360 e 361.

⁴⁸ Vale ressaltar que em certo momento aparece a denominação *diretor geral* e em outros momentos a de *vice-diretor geral* de instrução pública. Por meio das edições do *O Compilador da Assembléia Legislativa Provincial de Minas Geraes* é possível acompanhar os debates na dos deputados provinciais e a atuação de Bhering em prol da instrução pública da província. Naquele momento, ainda, verificamos que sua atuação pública foi bastante voltada para temas diversos da administrativos, até mesmo questões estritamente burocráticas, da província de Minas Gerais.

No âmbito do governo geral, a sucessão de gabinetes durante o *quinquênio liberal* de 1844-1848 parece não ter tido empenho ou força suficiente para derrubar as reformas centralizadoras do *Regresso* que foram duramente criticadas pelos liberais. Talvez fosse esta uma das consequências daquela “conciliação” que se verificava, pois foi decretada a Anistia geral aos sediciosos de 1842. Mas, ao mesmo tempo, os liberais “pareciam aceitar a tese conservadora de que tais medidas eram necessárias para o bom governo e a manutenção da ordem”.⁴⁹ Durante este período os atritos com a Câmara dos Deputados foram frequentes e desgastaram o governo liberal, fazendo com que a 29 de setembro de 1848 o *quinquênio liberal* chegasse ao fim com a ascensão dos conservadores ao poder. E estes logo tiveram como missão combater o movimento revoltoso que eclodiu em Pernambuco, a revolta denominada *Praieira*, que “representaria o episódio brasileiro no ‘ciclo revolucionário europeu de 1848’”.⁵⁰

O movimento eclodiu em novembro de 1848 em função dos arranjos e desarranjos da elite política e econômica da província, cujas motivações e contradições foram investigadas com profundidade por Izabel Marson. Sua origem, no entanto, estava na própria situação vivenciada até aquele momento por Pernambuco. As muitas agitações populares que vinham abalando aquela província, especialmente após a guerra dos Cabanos, fez com que ocorressem alinhamentos estratégicos na região. Assim teria se consolidado a aproximação das tradicionais famílias Rego Barros, onde estavam as lideranças do partido Conservador, e Cavalcanti, cujos membros dirigiam o partido Liberal. Esta aliança permitiu que membros de ambas as famílias ocupassem a presidência da província: Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (barão de Suassuna) em 1837 e Francisco do Rego Barros (barão de Boa Vista) em 1840. Porém, um grupo de liberais insatisfeitos com o alinhamento dos dois partidos, veio a fundar o partido Nacional de Pernambuco, chamado de partido da Praia em função da localização da tipografia do seu jornal, o *Diário Novo*, na Rua da Praia.

O partido ganhou força e passou a eleger seus representantes para a Assembleia Provincial e também para a Câmara dos Deputados, onde seus principais porta-vozes foram os deputados Urbano Sabino e Nunes Machado. Em 1845 os *praieiros* chegaram ao poder com a nomeação de Chichorro da Gama para presidência da província. Logo foi estabelecida uma nova disposição dos cargos provinciais em seu favor, perseguições aos adversários políticos foram praticadas e um novo horizonte de tensão se estabeleceu. No Rio de Janeiro, conforme salienta Izabel Marson, foram as autoridades vinculadas ao *Clube da*

⁴⁹ BASILE, Marcello. “O Império brasileiro: panorama político”. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p.188-301, citação p.242.

⁵⁰ MARSON, Izabel A. *O Império do progresso...* Op. cit., p.10.

Joana que conduziram a “Praia aos recintos do Paço e seus avalizadores no ambiente da Corte”.⁵¹

Entre 1842 e 1849 a província de Pernambuco sofreu com graves disputas políticas e administrativas. Ocorreram seguidas remoções de funcionários públicos e nomeações de pessoas alinhadas à situação política do momento, muitas fraudes eleitorais, subdivisão de distritos eleitorais e de freguesias, mudanças intencionais no período de reunião do legislativo provincial, dentre outras manobras. Atos de violência se espalharam pelo território. A situação piorou em função dos protestos populares pautados pelo aumento de impostos. Os comerciantes portugueses foram o principal alvo naquele momento, pois a eles se atribuiu parte da responsabilidade pela alta de preços e desemprego. O governo imperial, então, passou a agir diante deste cenário de grave crise, buscando anular a influência dos *praieiros*. A eleição para senadores naquela província foi anulada por duas vezes, justamente quando haviam sido eleitos candidatos *praieiros*. Por outro lado, Chichorro da Gama foi “acusado de corrupção na administração provincial”, deixando o cargo em abril de 1848 e dando início a “uma leva de demissões dos *praieiros* dos cargos públicos”.⁵²

A nomeação de Herculano Ferreira Pena, aquele mesmo “patriota mineiro”, que naquele momento atuava ao lado dos conservadores, para presidir a província de Pernambuco, e a formação do gabinete Araújo Lima, desencadearam a luta armada. No interior os *praieiros* já estavam mobilizados contando com o apoio da Guarda Nacional e com contingentes de desempregados contratados nos centros urbanos. Buscando apoio para a sustentação do movimento os *praieiros* acabaram por agregar elementos mais radicais em seu meio, como foi o caso do jornalista exaltado Borges da Fonseca, que então teria publicado o *Manifesto ao Mundo* (1849), documento no qual estabelecia certas exigências pessoais e reivindicações tidas como radicais que seriam do movimento. Mas de acordo com Marson, a direção *praieira* não teria sustentado tais propostas radicais. Basile sugere que,

A bandeira de luta *praieira* limitar-se-ia, assim, à convocação de uma assembleia constituinte, formada exclusivamente de brasileiros, com vistas a adotar a nacionalização do comércio, o fim do Senado vitalício e uma descentralização tal que deixasse o governo provincial a cargo dos políticos locais e permitisse a administração de recursos pela própria província. Nestes termos, Marson questiona o caráter revolucionário da *Praieira*, já que tais propostas pretendiam somente conservar a autonomia provincial adquirida no período regencial e franquear o acesso de novos grupos ao

⁵¹ MARSON, Izabel A. *O Império do progresso...* Op. cit., p.234.

⁵² BASILE, Marcello. “O Império brasileiro”... Op. cit., p.243.

Senado, ou seja, metas políticas que tinham em vista apenas favorecer os proprietários rurais e comerciantes que buscavam afirmação política.⁵³

Os conflitos armados se estenderam por muitas regiões do interior e os *praieiros* chegaram a tentar ocupar a capital Recife, mas sofreram uma derrota para as forças legalistas do governo imperial. E com o passar do tempo os desentendimentos entre as lideranças, as muitas baixas, o esgotamento de forças e de recursos, foram superando o desejo de lutar culminando com a derrota dos *praieiros*. O último líder vencido teria sido Pedro Ivo em dezembro de 1850. E assim como ocorreu com outros movimentos revoltosos, como a *Revolução Liberal* de 1842, as lideranças *praieiras* foram anistiadas pelo governo imperial em 1851. Para Marson, de qualquer forma, “a luta armada não é senão o episódio mais intenso de um amplo processo de disputa político-partidária”, travado entre 1842 e 1853, “quando as manobras e artimanhas se haviam esgotado”.⁵⁴

2.

Um infeliz projeto de *Felicitação*?

“A Praieira foi a última revolta importante das muitas que ocorreram neste conturbado processo de formação do Estado Imperial”. Desbaratado o movimento em Pernambuco, “um novo período teria início a partir de então, e, ao contrário do anterior, seria marcado por uma relativa estabilidade política e social e por uma certa prosperidade econômica”.⁵⁵

Foi justamente nesta conjuntura, após a derrota *Praieira*, que em 1849 Bhering mudou oficialmente a sua posição política. Diante do contexto daquele momento ele apresentou e sustentou na Assembleia Provincial um projeto de *Felicitação* ao governo imperial, por meio do qual cumprimentava oficialmente o poder central em função do cenário de paz e estabilidade experimentado após o *tempo das incertezas*. O momento parecia mesmo oportuno; após um longo e conturbado período, praticamente desde os anos seguintes ao 7 de Abril, o Império não gozava de relativa paz e harmonia. No entanto, Bhering, duramente combatido por antigos correligionários liberais, chamado de traidor e

⁵³ BASILE, Marcello. “O Império brasileiro”... Op. cit., p.243 e 244.

⁵⁴ MARSON, Izabel A. *O Império do progresso*... Op. cit., p.17.

⁵⁵ BASILE, Marcello. “O Império brasileiro”... Op. cit., p.244.

oportunista, manteve-se firme na sua decisão de felicitar o governo imperial e explicou os motivos de sua nova posição. Nesta perspectiva, passamos a analisar o panorama político e as possíveis motivações que o levaram a esta mudança de posição.

Em 1848 chegou ao fim o *quinquênio liberal* e uma nova situação política se estabeleceu com a predominância dos *saquaremas* no poder. Informações interessantes sobre aquele momento foram veiculadas pelo redator do *Correio da Tarde*⁵⁶, jornal publicado no Rio de Janeiro, em um interessante artigo intitulado “Os liberais das vacas gordas”. Esta denominação pejorativa, largamente utilizada pela imprensa no período, fazia referência aos cinco anos em que os liberais “estiveram senhores de todas as posições sociais” e que, de acordo com aquele redator, teriam sido anos “assinalados pela mais completa esterilidade, pela mais funesta impotência”. Os “homens das *vacas gordas* mentiram a todas as suas promessas, esqueceram todos os seus compromissos, desprezaram os interesses do Estado para só se ocuparem de si; desacreditaram-se perante a Nação inteira”.⁵⁷ Em realidade, durante o *quinquênio*, os liberais parecem ter se convencido de que as leis e reformas centralizadoras, contra as quais se levantaram em armas em 1842, “eram essenciais para a defesa da ordem, cuidando de conservá-las”.⁵⁸

A leitura da realidade política divulgada pelo redator daquela folha, portanto, nos fornece indícios importantes sobre as escolhas realizadas por Bhering diante das circunstâncias daquele momento. O *Correio da Tarde* avança ainda mais na crítica às realizações dos liberais durante o *quinquênio*, às quais denominou de faltas, erros e crimes.

Em 1842 pegaram em armas contra certas leis que, diziam eles, matavam a liberdade; eram a *máquina infernal* levantada pelo espírito oligárquico para comprimir o Povo e abafar seus gemidos. Governaram cinco anos sem contradição, e não houve dia em que se lembrassem de cumprir o dever que lhes impunha o seu procedimento passado. As leis de que se queixavam, a *máquina infernal* ficou ai subsistindo. [...] Queixavam-se, revoltavam-se contra a demasiada centralização; as Províncias, segundo eles, não tinham a necessária liberdade para seu melhor desenvolvimento; as Assembleias Provinciais estavam peadas e não podiam fazer o bem em consequência da interpretação do Ato Adicional. Governaram cinco anos sem contradição, e a centralização continuou com de antes.⁵⁹

⁵⁶ *Correio da Tarde*, jornal político literário e comercial era impresso na *Typografia Americana*, no Rio de Janeiro, e saía todos os dias.

⁵⁷ “Os liberais das vacas gordas”. *Correio da Tarde*, edição 225 de 13/10/1848.

⁵⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira...* Op. cit., p.470.

⁵⁹ “Os liberais das vacas gordas”. *Correio da Tarde*, edição 225 de 13/10/1848.

O jornal retrata o *quinquênio* como momento de grande insegurança, de violências e de poucos avanços. O “povo”, supostamente iludido pelas promessas dos liberais, cobrava explicações sobre a sua não realização. Foram acusados então de ter apoiado o governo apenas por simples “estratégia”, deixando de lado toda a sua crença ideológica. Por estes e outros motivos, afirma o jornal, os *liberais das vacas gordas* teriam cometido suicídio político.

As vossas contradições, os vossos absurdos, a falta de cumprimento de vossas promessas, vos deram a morte. [...] ninguém vos acreditará, nem mesmo esses que vos deram apoio, iludidos, indignamente sacrificados por vossos interesses, e só por vossos interesses. O Poder caiu-vos das mãos, por que já não tínheis forças para sustenta-lo. O descrédito em que caístes arredaram de vós toda a confiança, os erros que cometestes deram-vos a morte. Essas são as causas verdadeiras, naturais desse poder feroz que ostentastes. Todas as outras são invenções esfarrapadas, filhas da cólera, e como ela traidoras.⁶⁰

São graves as acusações e certamente feriram o íntimo das ambições políticas, ideológicas e sociais dos liberais, ao menos daqueles intimamente comprometidos com a causa. Bhering, ao que tudo indica, teria sido um destes indivíduos que, diante das transformações políticas de seu tempo, se viu indisposto com o rumo dos acontecimentos e decidiu rever suas ações. As posições eram mesmo maleáveis, como temos observado, e com o 7 de Abril de 1831 já é possível identificar a eclosão de significativas divergências dentro destes “partidos”. Exemplo maior foi a debandada de antigos liberais para o *Regresso* e futuro partido Conservador. O que procuramos dizer com isso é que as tendências e os alinhamentos já vinham se alterando desde antes. Havia diferentes posicionamentos dentro do mesmo grupo, ou como ressaltou Hamilton Monteiro, “a clara diferenciação entre liberais e conservadores ainda não possibilita a nitidez do final da década de 1850”.⁶¹ A atitude de Bhering e outros “patriotas” após o 7 de Abril, aderindo ao grupo dos *moderados*, é uma evidência desta hipótese. Naquele momento fora estabelecida uma nova situação com a divisão de antigos aliados liberais em dois grupos denominados *exaltados* e *moderados*.

A *Revolução Liberal* de 1842 veio evidenciar esta divisão e, mais do que isso, indicar que já havia por parte de Bhering certa incompatibilidade com as atitudes e anseios de seus correligionários. Ele não participou e não aprovou o movimento armado como

⁶⁰ “Os liberais das vacas gordas”. *Correio da Tarde*, edição 225 de 13/10/1848.

⁶¹ MONTEIRO, Hamilton de Mattos. “Da independência à vitória da ordem”. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p.129-143, citação p.142.

solução para as questões que se combatia. Embora tenha corajosamente defendido na Assembleia Provincial a causa pela qual lutaram os rebeldes liberais, sendo um dos únicos deputados que naquele momento agiu em defesa dos implicados no movimento, motivo pelo qual foi elogiado pelos colegas, naquele momento já estava presente em suas palavras e ações a insatisfação com o “partido”. Os acontecimentos de 1848 e 1849, portanto, certamente agravaram estas divergências e acentuaram as suas inclinações pessoais no sentido de seguir por outro caminho, apartando-se de antigos aliados, aproximando-se de outros.

O *Correio da Tarde*, após lançar duras críticas aos liberais, buscou ainda afirmar a importante posição representada pelo gabinete estabelecido após o *quinquênio*, o gabinete de 29 de setembro de 1848, que buscou proceder com prudência e moderação acima das disputas partidárias, evitando assim as desavenças e violências em função dos ressentimentos com a nova situação. Havia, portanto, um novo cenário político em configuração e o “partido” liberal se via desacreditado, contestado e com graves divergências internas.⁶² O *Correio da tarde* chegou a sugerir: “melhor fora que confessásseis vossos erros, que procurásseis reabilitar-vos na opinião pública com uma vida mais moderada, mais coerente. Hoje sois o partido das incoerências e dos absurdos: só loucos poderão confiar-se à vossa direção”.⁶³

A leitura de Bhering sobre a realidade política do Império parece se aproximar daquela divulgada pelo jornal. A mudança que se verifica em sua trajetória naquele momento, ao mesmo tempo em que gerou duras críticas, provocações e tentativas de humilhação pública, possibilitou, de outra parte, elogios, reconhecimento, novas parcerias e possibilidades. Ou seja, “na medida em que os Saquaremas se apresentavam como os propositores de um Império centralizado e dotado de um Poder Executivo forte para preservar a ordem”, afirma Ilmar de Mattos, “todos os demais que se identificavam com o Imperador não deixavam de se transformar em saquaremas”.⁶⁴ Isto contribuiu para explicar a mudança na trajetória de Bhering que, assim como muitos outros, depositava esperanças na *reação* conservadora para a superação daquele cenário de revoltas e revoluções, em prol do progresso do país. Havia certa convicção na necessidade de preservação da ordem e esta transcendia o jogo político. Tal convicção agiu como elemento unificador entre diferentes ideologias, propiciando, no caso de Bhering, uma mudança de direção.

⁶² Este cenário desfavorável e de crise interna experimentado pelo partido Liberal e seus membros nesse período teria sido posteriormente revertido na década de 1860 com o momento que a historiografia denominou de “renascer liberal”.

⁶³ “Os liberais das vacas gordas”. *Correio da Tarde*, edição 225 de 13/10/1848.

⁶⁴ MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo saquarema...* Op. cit., p. 192.

A figura do Imperador emergia com posição privilegiada, “porque neutra e capaz de não se deixar levar pelos sentimentos de reação ou vingança”. Com esta neutralidade o Imperador seria capaz de suavizar as “paixões partidárias que ameaçavam a continuidade das instituições e dos monopólios que elas objetivam preservar”. A sua figura representava “um pacto distinto entre o Povo e o Soberano, no qual ambos como forças sociais vivas repartem – por meio de um instrumento, a Constituição – a administração do Estado”. Outra prática relevante desempenhada pela coroa e pelo Imperador naquele período, foi a implementação de uma “política de concessões de benefícios e favores pessoais”.⁶⁵

Esta era, portanto, a configuração de uma nova conjuntura. Muitos foram os títulos honoríficos e patentes concedidas no período. Em 1848, por ocasião do batismo do Príncipe Imperial, uma enorme quantidade de títulos foi concedida a diversos cidadãos, dentre eles Bhering, nomeado oficial da ordem da Rosa⁶⁶. Naquele mesmo ano ele foi eleito presidente da Assembleia Provincial de Minas Gerais, posto que ocupou também em outras legislaturas da casa. Mas em função de seu novo posicionamento alguns desafetos acabaram por manobrar, afastando Bhering da presidência em 1849. O *Correio da tarde* chega a afirmar que os motivos desta manobra estariam ligados ao fato de Bhering ter aceitado ocupar o cargo de substituo do Diretor Geral dos Estudos da Província, cargo que os “liberais” pretendiam que fosse ocupado por outro correligionário.

Com geral espanto vimos a Assembleia Provincial apelar da sua Presidência o Sr. Cônego Bhering: conhecido nesta Província por um homem de convicções liberais, no verdadeiro sentido desta palavra, um dos talentos mais notáveis da Província, possuindo uma erudição acima da maior parte de seus colegas; viu o “Povo” com espanto, que, enquanto o Sr. Bhering recebia os votos dos deputados governistas, não teve um da maioria da Assembleia!⁶⁷

Sua atuação em prol da Instrução Pública já era conhecida, o que nos leva a crer que certamente aceitou o convite em função de sua crença na importante função da educação na ilustração dos jovens, no aperfeiçoamento moral dos homens e no conseqüente progresso da pátria, e não por uma querela política qualquer. Consta que desempenhou com zelo e comprometimento as atribuições do cargo, produzindo um *Relatório*⁶⁸ bastante detalhado

⁶⁵ MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo saquarema...* Op. cit., p. 191.

⁶⁶ Ver documentos manuscritos mencionados nas Referências Bibliográficas ao final do texto.

⁶⁷ *Correio da Tarde*, edição 484 de 05/09/1849.

⁶⁸ O *Relatório Geral sobre a situação da Instrução Pública e Particular da Província de Minas Gerais* foi apresentado por Bhering, na qualidade de Vice-Diretor Geral de Instrução Pública da Província, em 22 de

sobre a situação da Educação na província, que inclusive se tornou referência para autoridades do período e também para os pesquisadores que abordam o tema.

Analisemos, então, o projeto de *felicitação* proposto por Bhering e que gerou discussões acaloradas e o rompimento com antigos aliados. Apresentado publicamente em agosto de 1849, no contexto da pacificação em curso na província de Pernambuco e da necessidade de superar a época revolucionária que se abatera sobre o mundo, tal projeto oficializou sua mudança de posição. Sua intenção era felicitar “ao augusto chefe da Nação, pela paz de que atualmente goza o país depois dos desastrosos acontecimentos que tiveram lugar nesse ano”. Sendo assim, sua argumentação é bastante significativa de sua compreensão acerca da realidade política e social vivenciada naquele momento.⁶⁹

Era o começo das sessões da Assembleia Provincial daquele ano e como de costume membros da casa enviavam felicitações ao Imperador, à Assembleia Geral e aos “Supremos poderes do Estado”, como forma de demonstrar “lealdade às instituições pátrias”. Nestas circunstâncias é que Bhering apresentou sua proposta de felicitar ao governo. Ele já sentia a animosidade e a “perseguição” evidente por parte da maioria da Assembleia, composta de deputados da oposição, que impediram a sua reeleição para a presidência da casa. Sabendo das consequências que sua mudança de posição implicava, buscou defender sua conduta perante seus eleitores: “devo dar conta aos Mineiros do que penso, do que digo, e do que faço não só por dever de honra, como por dever de gratidão. São tantos os testemunhos de estima e de consideração, com que tem-me honrado este Povo generoso, que reputo um crime guardar silêncio em tão solene oportunidade”. E, desta forma, “manifestando-lhes meus sentimentos, meus princípios, confio, e tudo quero de sua justiça, resignando-me como sempre, qualquer que seja sua sentença”.⁷⁰

fevereiro de 1851. Documento de fôlego, composto por aproximadamente 19 capítulos, foi utilizado como base para os relatórios apresentados pelos respectivos presidentes da província, em seguidos anos após a sua divulgação, seus dados foram levados em consideração pelas autoridades para a confecção dos orçamentos provinciais, e diferentes autoridades das vilas da província, das instituições de ensino mencionadas, e muitos professores, deputados, vereadores, recorreram ao seu relatório para basear suas iniciativas, representações e petições. A qualidade do texto, o detalhamento com relação ao tema e a riqueza dos dados apresentados por Bhering em seu *Relatório* foram elogiados até mesmo por seus opositores. Até meados da década de 1860 ainda é possível verifica autoridades da província fazendo referência a este documento. Os temas e tópicos abordados foram, por exemplo, *Estado da instrução pública, Método de Ensino, Frequência das aulas, Liberdade de ensino, Uniformidade do ensino, Revisão das leis, Causas do atraso da instrução pública, Aulas reunidas, Seminário Episcopal de Mariana, Colégio do Caraça, Colégio de Congonhas do Campo, Colégio do Campo Belo, Colégio das Irmãs da caridade na cidade de Mariana, Colégio Duval, Bibliotecas, Delegados, Mapas e informações, Visitadores, Comissões locais, Ordenados dos empregados da Instrução Pública. O Conciliador*, edição 183 de 25/02/1851.

⁶⁹ “Discurso de Bhering na Sessão de 22 de agosto de 1849. Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais”. *Correio da Tarde*, edição 485 de 06/09/1849.

⁷⁰ “Discurso de Bhering na Sessão de 22 de agosto de 1849. Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais”. *Correio da Tarde*, edição 485 de 06/09/1849.

Srs., mudada a política em 29 de setembro de 1848, entendo e comigo entenderam muitas pessoas prudentes, que a oposição atual devia ficar de observação aos atos do novo Gabinete, para a vista do seu complexo resolver, ou apoiá-lo ou agredi-lo. [...] Não era este, Sr. Presidente, o melhor, mais seguro caminho, que deveria trilhar a oposição? Infelizmente assim não aconteceu! Iludiu-se completamente minha bem fundada esperança. Insinuou-se da Corte, que qualquer que fosse o procedimento do Governo, devia-se lhe fazer desde logo guerra, e guerra de morte!⁷¹

O memorável dia 29 de setembro de 1849, a que se referiu Bhering como o da mudança de seus procedimentos, é justamente o da formação do gabinete conservador em que figurava a *trindade saquarema*, com ministros como Araújo Lima, Eusébio de Queirós, Joaquim José Rodrigues Torres e Paulino José Soares de Souza.

Entretanto aparece a revolta em Pernambuco, que, segundo alguns entendedores, estava ramificada nesta província. A bandeira da Constituição foi sem rebuço arvorada por aqueles mesmos que juraram defender a Constituição e ser leais ao Imperador: declarou-se guerra aos Portugueses!! A imprensa da oposição que ao principio parecia condenar a revolta tomou sua defesa, exagerando as forças dos revoltosos, que eram considerados como patriotas e mártires da Liberdade, e apoquentando e insultando o aguerrido Exército que se sacrificava em defesa da pátria e suas instituições; [...] O libelo famoso do *Timandro* veio então tirar a máscara da hipocrisia, e convencer aos incrédulos, de que a Conspiração de Pernambuco importava a queda da Monarquia, da Constituição e da integridade do Império. Esse escrito recheado de insultos e de atozes calunias contra os primogitores do Senhor Pedro II, e de aleives contra os governos dinásticos, foi, sr. Presidente, publicado por um dos mais proeminentes oposicionistas, aplaudido pela oposição, e transcrito nas folhas deste lado político, que já então se comprazia com a ilusão de um próximo triunfo! Quem, lendo esse papel o mais infamante, não trepidou pela sorte do Império? Quem deixou de amaldiçoá-lo, em nome da Pátria?⁷²

O famoso “O libelo do povo”, esse panfleto político assinado pelo *Timandro*, obra do então deputado liberal Francisco de Sales Torres Homem, denunciava a dura repressão empreendida contra os *praieiros*. Além disto, seu texto continha, segundo Basile, um “libelo acusatório contra os sucessivos atentados à soberania do povo cometidos durante o Primeiro Reinado e prosseguidos com o *Regresso* conservador e neste princípio do Segundo Reinado,

⁷¹ “Discurso de Bhering na Sessão de 22 de agosto de 1849. Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais”. *Correio da Tarde*, edição 485 de 06/09/1849.

⁷² “Discurso de Bhering na Sessão de 22 de agosto de 1849. Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais”. *Correio da Tarde*, edição 485 de 06/09/1849.

com pequenos intervalos de liberdade ocorridos durante a primeira fase do período regencial e o domínio liberal instaurado em 1844”. Supunha que o gabinete saquarema de 1848 havia estabelecido a volta “da opressão e da tirania”, o que por sua vez, “teria levado à eclosão do movimento *praieiro*”. Na visão do *Timandro*, o Imperador colocara-se em condição ilegítima, “acima dos partidos, dos gabinetes, dos legítimos representantes da Nação”, e desta forma, “falseava o sistema constitucional, fazendo da monarquia representativa brasileira *uma comédia de mau gosto, quando não é um drama sanguinolento*”. Acusava a Constituição de ser apenas nominal, afirmava que os direitos não eram respeitados e que não havia garantia para as liberdades. Contestava duramente “o monopólio do comércio pelos portugueses, *em quanto o povo enjeitado geme sob a carga de tributos, e uma corte, que sonha com o direito divino, e só respira a aura corrompida da baixeza, da adulação e do estrangeirismo*”.⁷³

Apesar dos apertes em contrário de alguns deputados, inclusive de um colega que afirmou ser o “Libelo” a mais pura verdade, Bhering diz que aquele escrito o havia convencido de que a “oposição estava completamente divorciada de suas antigas crenças; e que pretendia mudar a forma de governo” que haviam jurado. “Não foi só o *Timandro* que acabou de firmar esta minha convicção”, afirmou. “O *Itamontano*, que é sem contradição o órgão mais conceituado da oposição, levou o exaltamento de suas doutrinas a ponto de proclamar a *Confederação das Províncias, e a queda da centralização*”. E no “excesso de seus delírio exproba aos seus correligionários sua volubilidade, e a de suas crenças, seu afinco às doçuras do Poder, e para escarnece-los, avança que, se triunfassem em Santa Luzia, não tinham de certo um pensamento a realizar! Tanto sangue derramado sem um fim político!” E foi diante deste cenário, de acordo com Bhering, que se verificou que “uma grande maioria do partido liberal se unisse ao Governo para de comum acordo debelar a anarquia e *sustentar o Imperador, a Constituição e a integridade do Império*”. Esta era sua explicação para o “triunfo extraordinário, que por toda a província vai obtendo o partido da ordem e da verdadeira liberdade”. Eu, afirmou, “não me conservei silencioso depois desta metamorfose da oposição. Declarei-me imediatamente governista; daqui data minha exclusão *com infâmia* da chapa de eleitor da minha paróquia, da de deputado provincial, etc”.⁷⁴

⁷³ BASILE, Marcello. “O Império brasileiro”... Op. cit., p.244.

⁷⁴ “Discurso de Bhering na Sessão de 22 de agosto de 1849. Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais”. *Correio da Tarde*, edição 485 de 06/09/1849. O emprego do trecho em *italico* foi nosso, pois no texto original o mesmo trecho aparece todo em letras MAIÚSCULAS.

Demonstrando que havia um claro movimento de insatisfação de parte da oposição com os atos desta mesma oposição liberal, Bhering justificou sua opção governista e assim colocou-se como um dos muitos liberais desiludidos com o rumo dos acontecimentos, obrigados por seus princípios e convicções a apoiar o governo em favor do *progresso* do Império. Tinha, obviamente, pleno conhecimento do ódio exteriorizado por parte de antigos aliados. Assim mesmo, assumiu tal posição em função das circunstâncias do período, aderindo, assim como fizeram muitos outros, ao princípio da *ordem* e apoiando as reformas encabeçadas pelos saquaremas. E, neste sentido, Bhering criticou duramente o *Itamontano*⁷⁵ pela exaltação de suas doutrinas oposicionistas.

Nesta perspectiva, dizendo-se estudioso de movimentos revolucionários ocorridos em diferentes partes do mundo, onde verificou as graves consequências e o derramamento de sangue, Bhering afirmou que tais acontecimentos, aliados ao fato de que os liberais brasileiros levantaram como bandeira de uma Assembleia Constituinte o lema “*Abaixo a centralização – viva a confederação das províncias – sem um novo 7 de abril somos impossíveis*”, o forçaram a mudar sua conduta. Este cenário o teria convencido de que a “bandeira do verdadeiro partido liberal desapareceu, para ser substituída por uma que não pode merecer apoio sem que eu seja traidor a Deus, a Pátria, à Constituição, ao Imperador, e a mim mesmo”! Assim, afirmou não poder “militar com homens que tem perdido a fé das instituições juradas; e que só esperam a salvação do estado na brutalidade da força. Conheço os sacrifícios a que me ofereço pela franqueza de minha opinião; a província de Minas, tão imparcial, tão ordeira, tão generosa, me fará justiça”.⁷⁶

Na esteira das reformas realizadas pelos saquaremas, figuravam, por exemplo: uma modificação fundamental na organização da Guarda Nacional em todo o Império; do Conselho de Estado; toda uma discussão com relação à extinção do tráfico negreiro internacional; debates e decisões importantes com relação à soberania nacional frente às outras nações; discussão relativa ao regime de terras e colonização no Império (Lei de Terras); e projetos que levaram à promulgação do Código Comercial do Império (1850). Estas circunstâncias específicas do tempo e da hegemonia saquarema, somadas a um cenário de relativa paz e harmonia, experimentado após tantas dificuldades, foram responsáveis pelo

⁷⁵ *O Itamontano*: em um primeiro momento trazia impresso o subtítulo *Periódico Político e Literário de Minas Geraes*, passando depois a ser impresso apenas com o título. Circulou entre os anos de 1848 e 1851, sendo impresso em diferentes tipografia ao longo de sua circulação. Sua orientação política era “liberal situacionista, enquanto presidente da província Bernardino José de Queiroga”. Teve como editores José da Cunha Viana e Florentino Carlos da Cunha e como redator em 1850 o deputado provincial Joaquim Antão Fernandes Leão. No ano de 1851 o jornal foi processado por artigo em que fazia referência a outra folha da província, *O Conciliador*. *Anais da Biblioteca Nacional*, edição 117, p.195-197, ano 1997.

⁷⁶ “Discurso de Bhering na Sessão de 22 de agosto de 1849. Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais”. *Correio da Tarde*, edição 485 de 06/09/1849.

que a historiografia denominou de um marco decisivo – o ano de 1850 – no processo de consolidação do Estado Imperial.

Em seu discurso Bhering criticou a injustificada “esterilidade” do *quinquênio liberal*, defendeu a necessidade de algumas reformas conservadoras, criticou a existência de boatos de que Minas Gerais se levantaria em armas assim que em Pernambuco fosse tomada a cidade de Recife. Criticou também a tentativa de se convencer o povo de que o Senado era causa de todos os males da nação. E nesse momento foi questionado por um deputado sobre os escritos publicados nas páginas do seu *Homem Social*, ao que respondeu que condenava “em alto e bom som” o artigo publicado (não foi possível saber a que artigo se referiam). “Não sou o autor desse escrito, que se me atribui; e quando fosse, digo, uma vez por todas, que não me tenho por infalível, para ser responsável a doutrina que hoje expendo pela doutrina que há 17 anos pude ter propalado”. Com estas palavras tentou se desvencilhar da autoria do artigo, mas deixando subentendido que poderia ser o autor. “O *Homem Social* é produção de um indivíduo; porém... o *Timandro* – o *Diário Novo* – o *Itamontano* são os órgãos da oposição”.⁷⁷

Seu projeto de *Felicitação* seria um voto de reconhecimento pela “estabilidade do sistema monárquico constitucional representativo, pela integridade e paz do Império, e o solene protesto contra as tentativas revolucionárias dos apóstolos da resistência armada”.⁷⁸ O documento seria encaminhando em nome da Assembleia Provincial diretamente ao Imperador e o projeto era assinado por Bhering.

Quando na civilizada Europa as sociedades modernas sofrem mortífero abalo em seus fundamentos, e apenas existem pelos esforços inauditos, pelos sacrifícios inúmeros e perenes dos amigos da paz, da ordem e da humanidade; quando as lavas revolucionárias vencendo, desde as margens do Sena em sua impetuosidade, duas mil léguas do Atlântico, ameaçam subverter o monumento imortal de nossa Nacionalidade, da nossa glória e da nossa futura grandeza, e riscar o Império da Santa Cruz do listão dos povos cultos; quando o Brasil cercado de Nações escravizadas em nome da liberdade, e em perpétua luta com as dissenções e com as discórdias civis, acaba de sair salvo do sanguinolento combate, provocado pelo gênio devastador da infrene demagogia, a Assembleia Legislativa provincial de Minas Gerais, reunida depois de tão deploráveis acontecimentos, cumpre o mais sagrado de todos os deveres mostrando-se reconhecida a esse braço firme e vigoroso que, escudado da proteção Divina, pôde conter a

⁷⁷ “Discurso de Bhering na Sessão de 22 de agosto de 1849. Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais”. *Correio da Tarde*, edição 485 de 06/09/1849.

⁷⁸ “Discurso de Bhering na Sessão de 22 de agosto de 1849. Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais”. *Correio da Tarde*, edição 485 de 06/09/1849.

impetuosidade do vulcão; e ao mesmo tempo protestar perante o 1º Representante da Nação contra as doutrinas incendiárias do espírito da turbulência, que ameaça devorar as instituições pátrias, cuja manutenção tantos esforços nos há custado, para substituí-las pela anarquia dos povos vizinhos; asseverando em tão solene oportunidade, que para sustentação da Monarquia Constitucional Representativa, o Povo Mineiro está armado como um só homem.⁷⁹

Em sua proposta inicial, apresentada para apreciação da casa, o projeto demonstra o conhecimento do autor com relação ao que se passava no mundo naquele momento, da onda revolucionária que eclodiu na Europa em 1848, por exemplo, e das questões relativas às experiências republicanas nos países vizinhos ao Brasil. Apresenta a sua interpretação pessoal acerca da realidade política e social do Império – como veremos no trecho a seguir – que vivenciava revoltas e surtos de resistência em diferentes partes, de anarquia como se dizia na época, mas que então encontrava certa estabilidade por meio das reformas centralizadoras dos “saquaremas”.

A Assembleia Legislativa Provincial, em nome do brioso Povo Mineiro que representa, tem a honra de felicitar a V. M. I. por ter bem compreendido a natureza e extensão dos perigos de que fomos salvos. O Governo de S. M. I. tem sabido conter e domar o espírito turbulento e sanguinário da demagogia, esse inimigo o mais funesto da liberdade e do bem estar dos Povos. A resistência material com que os inimigos da pátria tem pretendido por vezes resolver questões políticas e sociais da mais alta importância, tem demonstrado que aqueles que constantemente a apregoam, tem mais confiança no poder da força do que nos recursos da inteligência pública e da boa fé. Felizmente os esforços repetidos, com que eles tem procurado subverter a ordem social solapando-a em suas bases, tem encontrado fatal paradeiro na constância de um Povo tão valeroso para repeli-los, quanto humano e generoso para perdoá-los; mas que não esquece os perigosos desvios de suas tendências revolucionárias, para com tempo preveni-las.⁸⁰

Tais palavras, analisadas no conjunto de suas ações e escritos ao longo da carreira pública, fazem muito sentido. Lembremos, por exemplo, que durante dois dos movimentos rebeldes mais importantes ocorridos na província de Minas Gerais, analisados anteriormente, Bhering não teve participação direta nos acontecimentos. Sua atuação esteve

⁷⁹ “Discurso de Bhering na Sessão de 22 de agosto de 1849. Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais”. *Correio da Tarde*, edição 485 de 06/09/1849.

⁸⁰ “Discurso de Bhering na Sessão de 22 de agosto de 1849. Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais”. *Correio da Tarde*, edição 485 de 06/09/1849.

restrita apenas aos bastidores na condição de autoridade constituída. E neste sentido condenou as graves consequências para o povo, para as instituições, para as finanças públicas e para as relações políticas. Isto nos fornece indícios significativos de seu posicionamento francamente pacífico, embora nitidamente combativo e enérgico dentro da legalidade, o que corrobora as proposições apresentadas por meio do projeto de *Felicitação* ao Imperador. Contribui, então, para a compreensão de sua mudança de trajetória em favor do governo “saquarema”, que por sua vez, indica necessariamente uma mudança em favor da “ordem” e do “progresso” do país.

Como demonstraram Basile e Mattos em seus estudos sobre o Império, analisando justamente este momento, os saquaremas se firmaram como classe dirigente e estabeleceram sua hegemonia política, por meio da qual agregaram conservadores de diferentes tendências, mas também liberais.

À frente de um governo coeso, contaram os *saquaremas* com o apoio de uma Câmara conservadoramente homogênea (havia apenas um único deputado liberal) e de um Conselho de Estado também afinado com seus interesses, no qual sobressaíam Bernardo Pereira de Vasconcelos e Honório Hermeto Carneiro Leão. Desta forma, tiveram a força necessária não só para reprimir, com sucesso, o derradeiro ato de rebeldia liberal – o movimento praieiro –, como também para promover uma série de reformas bastante polêmicas que completariam a obra do *Regresso*.⁸¹

Bhering sofreu forte oposição e até mesmo certa perseguição por parte de antigos aliados. Chegou a ser excluído da lista de eleitores de sua paróquia, como ele mesmo denunciou, e alijado da presidência da Assembleia Provincial por manobras empreendidas pela maioria da casa. Aliás, naquele momento fazia parte da esmagadora minoria da casa, o que permitiu que fosse atacado com muita firmeza, sendo que alguns deputados discursaram com raiva e muita ironia contra a sua “traição”. Foi o caso do padre liberal Francisco da Anunciação Teixeira Coelho⁸². Este deputado tomou para si a tarefa de combater com todas

⁸¹ BASILE, Marcello. “O Império brasileiro”... Op. cit., p.246.

⁸² Padre Francisco da Anunciação Teixeira Coelho. Lamentavelmente não encontramos informações suficientes que possibilitassem conhecer um pouco mais das origens e atuação deste padre, ferrenho opositor de Bhering na Assembleia Legislativa Provincial naquele momento. Sabe-se que era padre na vila de Formiga, na província de Minas Gerais, e que militou com entusiasmo na fileira liberal. Na Assembleia Provincial foi orador constante e seus discursos, por serem bastante alongados, davam margem para muitas críticas por parte da imprensa governista naquela ocasião, mas também margem para muitos elogios por parte da imprensa de oposição. Na obra *Clero Mineiro* encontramos a informação de que foi deputado provincial em duas ocasiões: 1848-1849 e 1864-1867. MENEZES, Joaquim Furtado de. *Clero Mineiro*, v.1 (1553-1889). Rio de Janeiro: Typografia Americana, 1933.

as forças o projeto e a pessoa de Bhering, questionando-o em diferentes pontos. Anunciação acabou por oferecer requerimento em que solicitava a nomeação de uma “comissão especial” para analisar o projeto, tentando assim adiar a análise do projeto e depois derrubá-lo definitivamente.

Mas Bhering também conquistou o apoio de novos aliados e ganhou a simpatia de algumas folhas tidas como saquaremas ou governistas. Logo o padre Anunciação seria pejorativamente denominado de “Alucinação” e “constituente federalista” pelo *Correio da Tarde* que passou a defender publicamente o posicionamento de Bhering e seu projeto de *Felicitação*. As folhas que militavam na oposição, por outro lado, não pouparam Bhering de duras críticas e de adjetivos pouco amistosos.

Na defesa de Bhering também levantou-se corajosamente o deputado provincial Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos⁸³, irmão de Bernardo Pereira de Vasconcelos, e mais tarde presidente da província. Este importante aliado defendeu ponto a ponto as proposições apresentadas no projeto de Bhering, combateu as críticas e a proposta do padre Anunciação e criticou com indignação os ataques vexatórios e insinuações dirigidas ao colega. Durante a discussão Vasconcelos faz uma análise bastante interessante e coerente acerca dos conceitos de “ordem” e de “progresso” aparentemente ainda tão incertos naquela ocasião. Discorre também sobre o que seria um “liberal” no cenário excepcional que experimentavam, chegando a afirmar que os verdadeiros liberais eram mesmo os governistas como eles.

Na oposição sabemos resignar-nos, não nos levantamos contra as leis; queremos o progresso não de destemperada ambição, nem de saltos, mas o verdadeiro progresso liberal, que consiste no constante movimento para a

⁸³ Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos. Nascido em Ouro Preto no ano de 1812, a 28 de dezembro, estudou na Academia de Jurídica de São Paulo, onde bacharelou-se em 1835, sendo logo depois nomeado juiz municipal de órfãos de Ouro Preto. Ocupou depois o cargo de juiz de direito substituto na comarca do Paraibuna e em 1839 juiz de direito da comarca do Rio das Mortes. A partir de 1840 passa a ser eleito com frequência para a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, tendo ocupado a presidência da casa em diferentes ocasiões, e a partir de 1842 se elege também deputado geral pela província. Ocupou cargos na chefia de política na província e também na Corte. Presidiu sua província natal pela primeira vez no período compreendido entre 1853 e 1856 e pela segunda vez entre 1862 e 1863, quando doente passou a administração ao Manuel Teixeira de Souza, barão de Camargos. Em 1856 foi nomeado presidente da província de São Paulo, em 1857 foi nomeado senador do Império e em 1858 foi também nomeado ministro da Justiça. Foi, ainda, membro do IHGB, que por ocasião de sua morte fez a seguinte homenagem: “O nosso distinto consócio não foi nem tão hábil, nem tão profundo, nem tão audaz e sarcástico na tribuna como seu irmão (Bernardo de Vasconcelos); foi, porém, mais nobre na palavra, mais moderado no certâmen, mais louvável nos sentimentos; e, às vezes, no vigor da argumentação e na energia da defesa e do ataque, parecia fazer sorrir do orgulho a sombra que a seu lado se mostrava, acudindo ao seu nome. Francisco Diogo foi sobretudo recomendável pela sua modéstia e pela sua probidade”. Morreu aos 3 de março de 1863. XAVIER DA VEIGA, José Pedro. *Efemérides mineiras...* Op. cit., p.271 e 272.

perfeição, já pedindo a ordem para o bem da liberdade, já a liberdade para o bem da ordem. Nosso progresso os não ataca, como o vosso, o progresso dos *saltos mortais*; nosso progresso é a duração no movimento.⁸⁴

Em maioria na casa a oposição conseguiu aprovar a formação de uma comissão especial para analisar e dar parecer sobre o projeto de *Felicitação*. Dentre os membros eleitos figurava o próprio Anunciação com a maioria dos votos. Em seu requerimento afirmava que “Sua Majestade ouviria com profundo pesar a leitura de uma peça em que parte de seus leais súditos são pintados como sanguinários conspiradores, o que decerto iria alterar a tranquilidade do pai comum dos Brasileiros, em cujo espírito habitaria a desconfiança, se verdadeira fosse a alusão feita no projeto”.⁸⁵ Anunciação acusou Bhering de mudar de posição de acordo com a sua conveniência, de ter se separado sem motivação dos antigos correligionários e de ter sido desleal aos mesmos ao explicar os motivos de sua mudança.

Se o nobre deputado procurasse explicar sua nova posição por uma forma digna de um homem de estado, digna de si, e de nós; apenas lhe teríamos dito – *boa viagem* – mas o que me não pareceu muito próprio, e honroso foi, que no dia seguinte ao de uma mudança se viesse cobrir de apodos, e calunias a seus antigos correligionários, tomando por pretexto, atos que foram praticados em tempos que o nobre deputado influía muito em tudo.⁸⁶

Estes enfrentamentos, portanto, trouxeram à tona elementos significativos para compreensão das estratégias destes indivíduos no jogo estabelecido naquele contexto de mudanças. Foi travado tanto no campo conceitual, onde a palavra escrita, os discursos e a retórica tinham papel fundamental, mas também no campo da luta partidária, onde as aproximações, os alinhamentos e a cooperação eram de extrema importância para o equilíbrio de forças. Os debates entre os opositores deixaram transparecer as intenções e contradições existentes nas entrelinhas dos documentos, dos discursos e das páginas dos impressos. No caso específico dos embates travados entre os padres Bhering e Anunciação na Assembleia provincial, por exemplo, é possível observar tais disposições.

⁸⁴ “Discurso de Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos na sessão de 22 de agosto de 1849. Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais”. *Correio da Tarde*, edição 495 de 20/09/1849.

⁸⁵ *Correio Mercantil*, edição 251 de 14/09/1849. Este jornal agora era impresso apenas com o Nome *Correio Mercantil*, sendo que em 1848 era impresso com o este título acompanhado de *Instructivo, Político, Universal*.

⁸⁶ “Discurso do padre Anunciação na 32ª sessão ordinário em 01 de outubro de 1849. Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais”. *O Itamontano*, edição 215 de 08/11/1849.

Corria pelas folhas da província a notícia de que Bhering seria nomeado o novo presidente da província em função de sua nova posição e da defesa aguerrida que promovia com relação a seus novos correligionários. O padre Anunciação, por sua vez, acusava o governo provincial de perseguição, de promover muitas demissões ilegais, de suspender a lei da Guarda Nacional e de ter interferido com as forças públicas nas eleições. Para isto apresentou circulares expedidas pelas autoridades policiais que supostamente comprovariam as ações autoritárias do governo e indicariam que a Assembleia Provincial seria suspensa pelo governo. A realidade discrepante apresentada por cada um destes dois deputados, Bhering e Anunciação, deixa claro as contradições existentes e a busca por reforçar e dar publicidade a uma leitura possivelmente parcial da real situação por que passava a província.

O projeto de Bhering e o requerimento de Anunciação são evidências deste cenário. O primeiro propunha felicitar ao Imperador pela estabilidade e paz do Império após o mais grave período de revoltas experimentado, o que não deixava de ser uma verdade. Mas apontava com gravidade para o perigo representado por revolucionários brasileiros que procuravam derrubar a ordem estabelecida e anarquizar o país, como ocorria na Europa. O segundo apontava para uma realidade provincial oposta, com instabilidade política, tumultos e perseguições em várias partes de seu território, e acusava o primeiro de oportunista e desleal para com os liberais. O *Correio Mercantil*, folha que defendia no momento o posicionamento dos liberais, dá conta de que havia um terceiro projeto, apresentado pelo deputado José Augusto, que ia no sentido oposto ao apresentado por Bhering, pedindo ao Imperador “providências contra o estado de desordem, despotismo, imoralidade e descrédito em que se acha o país”.

O projeto do Sr. Bhering tem mais relação com o que se passa na Europa do que na América, e ainda menos no Brasil, e considerado por este lado esta felicitação devia antes ser dirigida a Luiz Napoleão, do que a S. M. I. o Sr. D. Pedro 2º. O Sr. Bhering, cheio de despeito e de rancor, acusa como que por *ordem superior* aos seus antigos correligionários e amigos, emprestando-lhes princípios que não têm, opiniões que nunca emitiram; o Sr. José Augusto baseando-se nos fatos acusa o governo de traidor à Constituição, traidor ao país, e de destruidor das públicas liberdades dos Brasileiros.⁸⁷

⁸⁷ *Correio Mercantil*, edição 287 de 20/10/1849.

Obviamente que seus projetos respondiam aos interesses de seus respectivos posicionamentos políticos, aos anseios de seus partidos e pela busca em desqualificar as intenções alheias. Bhering naquele momento ocupava o importante cargo de secretário da presidência da Província, ou seja, atuando muito próximo ao presidente, o que certamente alcançou em função de seu novo posicionamento. Este motivo dava ainda mais fermento a seus opositores que o acusaram de oportunista e de caluniador do partido liberal. Anunciação chega a supor que por meio do projeto de *Felicitação* Bhering pretendia unicamente dar satisfação ao público sobre o seu novo posicionamento, o que invalidava as acusações de uma possível convulsão social por meio de revolucionários. A comissão que examinou o referido projeto, diante das acusações apresentadas por Bhering, propôs que se exigisse ao governo provincial provas documentais de que a *praieira* estava ramificada em Minas Gerais e da suposta insinuação de Bhering de que poderia estar em curso um plano para uma conspiração política e social no Império.

Em seu requerimento, a comissão se mostrou profundamente indignada com as acusações lançadas por Bhering, que segundo afirmou Anunciação, teria mudado de posição antes mesmo do que havia anunciado, que não teria relação com a mudança de gabinete, o que por sua vez, fazia de seu projeto uma justificativa oportunista. A comissão, portanto, combateu com força o projeto de *Felicitação*, buscando demonstrar aquilo que considerava suas reais intenções.

Convencida que a existência de tal plano claramente consignada em uma peça da natureza de uma felicitação dirigida ao chefe do Estado poderá produzir os mais terríveis efeitos no espírito da população, sobretudo quando não se acha documentada com razões e provas que a demonstrem, a impressão desagradável que produziria no animo de S. M. I. a notícia de que no seio da sociedade brasileira germinam doutrinas incendiárias e anárquicas, repelidas pelo bom senso, e pelos sentimentos de honra, em vez de produzir o efeito que se deve ter em vista em uma felicitação, isto é, congratular-se com o chefe da nação pelo estado próspero, tranquilo e animador do país, só serviria para incutir a desconfiança, senão o terror no animo do monarca. A comissão [...] julga que seria temerário, e mesmo impróprio da Assembleia, se ela subscrevesse a uma denúncia desta ordem, sem primeiro solicitar por todos os meios possíveis os esclarecimentos necessários para fazê-lo, máxime quando somos testemunhas da abnegação com que a população se tem deixado despojar de seus mais sagrados direitos em presença da força e da violência, sujeitando-se inerme até ao massacre,

para não justificar aqueles que sabem criar conspirações para depois terem o mérito de as debelar.⁸⁸

Se a princípio a intenção demonstrada por Bhering quando motivou seu projeto era saudar o Imperador pelo fim da *praieira*, pela paz e pela estabilidade experimentadas após graves conflitos, fica evidente que seu projeto continha também outras intenções. A primeira delas talvez fosse aproveitar a oportunidade para se justificar perante a província de sua mudança. E neste sentido, como aguerrido liberal que fora, cujo nome era reconhecido em todo o Império, como afirmaram naquele momento seus antigos aliados, foi preciso fundamentar seu deslocamento acusando os liberais de abandonar antigas crenças, de buscar na revolução e no “rompimento” os meios para chegar ao poder. No entanto, como demonstrou o padre Anunciação em sua persuasiva argumentação, o cenário retratado por Bhering não condizia com a realidade. Visava, segundo ele, não apenas justificar seu novo posicionamento, mas favorecer a seus novos aliados e indispor a população com os liberais. Outro ponto chave combatido por Anunciação é que o projeto visava chamar a atenção do Imperador para as ideias revolucionárias levantadas na Europa, como o “socialismo” e o “comunismo”, que supostamente se faziam ecoar no Império por meio de anarquistas liberais. Tal proposição foi duramente combatida.

Por fim, é preciso relativizar as justificativas levantadas pelos dois lados do embate, pois representavam, de certa forma, a divisão existente no Império naquele momento. A mudança de Bhering para o lado dos saquaremas, justificada ou não por seu projeto de *Felicitação*, configura e é representativa do movimento realizado por um grupo de liberais que entenderam sua adesão ao *Regresso* como forma de restabelecer a “ordem”, mesmo que renunciando a seus anseios sociais e desejos políticos. Não foi este, entretanto, o movimento deliberado de um único indivíduo, talvez interessado nas benesses que por ventura pudesse colher, mas sim o movimento de mudança empreendido por homens de todas as partes do Império, resignados com as circunstâncias e crentes no “progresso” do país.

Bhering se defendeu dos ataques e insinuações com a coragem e a energia próprias de sua personalidade, afirmando que as motivações excepcionais do país exigiam a união, a prudência, e não o acirramento das disputas. E nesta perspectiva afirmou:

⁸⁸ Requerimento apresentado pela comissão especial que analisou o projeto de *Felicitação* proposto por Bhering. *Correio Mercantil*, edição 309 de 12/11/1849.

Conheço a posição em que me tenho colocado; e estou firme no meu posto, para receber todas as agressões da calúnia e do ultraje: conheço a índole dos meus adversários; sei que daqui em diante serei o alvo de suas diatribes e de seus aleives: paciência... Resta-me a consolação, de que nem com os meus conselhos, nem com os meus escritos, nem com o meu braço tenho concorrido *para se derramar uma só gota de sangue dos meus patrícios*. Posso ter errado, é essa a patilha da humanidade. Os corações sensíveis desculparão os erros involuntários que a intolerância demagógica não sabe esquecer.⁸⁹

Sua adesão ao projeto saquarema de governo, no entanto, certamente não fez com que ele deixasse de ser um homem de convicções liberais. O seu “posso ter errado” talvez seja uma indicação disto. De qualquer forma, é importante destacar que já em 7 de Abril de 1831, quando da Abdicação de Pedro I, houve uma cisão importante entre os liberais e deste desalinhamento surgiram posições até certo ponto divergentes entre eles, então divididos entre “exaltados” e “moderados”. A opção de Bhering deixou clara a sua moderação, sua conduta contrária à resistência e às revoltas, mesmo aquelas em defesa das conquistas liberais da década de 1830, como foi o caso da *Revolução Liberal* de 1842. Dizemos isto para demonstrar que Bhering parece não ter deixado de ser um homem de convicções intimamente liberais por aderir ao *Regresso*. O *Renascença Liberal* da década de 1860 veio evidenciar a permanência de tais convicções na mentalidade destes homens, mesmo após a adesão de muitos deles à política conservadora. Bhering não sobreviveu para testemunhar aquela nova transição experimentada pelo Império, faleceu em 19 de janeiro de 1856.

⁸⁹ Discurso de Bhering na sessão de 27 de agosto de 1849. Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais. *Correio da Tarde*, edição 504 de 01/10/1849. A expressão em itálico foi iniciativa nossa para destacar o a mesma expressão que no texto original aparece em letras maiúsculas.

Considerações finais

Ao acompanhar a trajetória de Bhering desde o início de sua carreira, assim como o desenrolar de suas lutas, de suas frustrações e também de suas conquistas, foi possível captar aspectos de sua personalidade e de seu caráter. Isto nos leva a crer que as leituras que fez acerca da realidade do Império e os alinhamentos que estabeleceu ao longo de sua vida pública, orientaram sua guinada política em 1849. Pautado por seus próprios princípios, colocou-se em posição firmemente contrária à luta armada, resistência e anarquia, e em alinhamento com o progresso moral e material da sua Pátria. As motivações de sua mudança, a nosso ver, parecem seguir por este caminho, com um Bhering desejoso de que o Império superasse suas desavenças e assim pudesse manter algumas conquistas do período de hegemonia liberal e, simultaneamente, conservar as instituições, nem que para isso fosse preciso aderir ao programa de governo saquarema.

Era um homem público, um político, e, certamente, tinha suas aspirações no mundo do governo. Em momento de grande desprestígio para os liberais suas aspirações políticas pareciam condicionadas a um novo posicionamento no jogo estabelecido. Obviamente este novo alinhamento gerou desconfianças de ambos os lados, como foi possível apreender por meio dos debates travados. Não era por menos, pois aquele combativo liberal de outrora, reconhecidamente influente e perspicaz, agora militava ao lado de antigos desafetos. Mas este foi também o caminho trilhado por muitos outros “patriotas”, configurando, diante do cenário vivenciado, um movimento de conciliação e de acomodação entre ideologias, projetos e ação política em prol do Estado e da nação.

Nos anos iniciais da década de 1850, mais especificamente até o ano de 1856, quando faleceu em Mariana, Bhering teve atuação um pouco mais burocrática, se é que assim a podemos classificar. Ele continuou a exercer o cargo de deputado provincial até o ano de 1853, quando voltou a ocupar a presidência da casa; participou também da publicação do jornal *O Conciliador*, impresso em Ouro Preto, que circulou em 1851; exerceu, ainda, com a mesma dedicação que lhe era característica, a função de secretário de governo da província, trabalhando diretamente com os presidentes em exercício. Foi, naquele momento, homem de confiança do governo, tendo sido considerado por colegas deputados como o “braço direito” da presidência. Havia sido até mesmo cotado para presidir a província. Foi homem de reconhecida competência, habituado aos assuntos políticos e conhecedor das problemáticas da província e do Império, assim como das questões

administrativas e seus meandros, e notadamente familiarizado com os procedimentos parlamentares e seus embates. Ao que tudo indica, seguiu também, até o momento de sua morte, exercendo a docência e pugnando pelo progresso da educação na província.

Sua trajetória reflete os esforços de homens que, como ele, entenderam as “circunstâncias” excepcionais que experimentaram, como a ocorrência da Independência do país e a busca incessante por firmar um modelo de nação constitucional. Tinham consciência do importante papel que desempenhavam em prol de seus concidadãos e da pátria, lutando para forjar um caminho com bases mais sólidas para o Estado, amparado por leis e pela Constituição, além de procurar combater com força os resquícios de práticas anteriores aos “tempos constitucionais”. Assim, em função da complexidade de ideias e ideologias – estivessem elas fora do lugar, ou não – observamos uma natural dificuldade em determinar os partidos e tendências políticas. A maleabilidade e a flexibilidade dos homens, dos conceitos, a natureza cambiante da vida e da política, assim como da dinâmica variável do próprio jogo político, conforme as circunstâncias, certamente influem nesta dificuldade e apontam para o transbordamento das alianças e das tendências. Talvez por este motivo se afirmasse que *luzias* e *saquaremas* eram parecidos, sendo difícil distinguir *liberais* de *conservadores* e que pudessem ser considerado *patriotas* aqueles indivíduos nascidos em Portugal, justamente quando do conflito entre nacionais e portugueses. São apontamentos importantes, pois nos ajudam a entender a complexidade das relações, as variadas tendências daqueles homens, suas possíveis contradições e as motivações de suas ações, ideias e, também, de suas mudanças.

Foi por meio da observação da “gestão” de seus sentimentos e com a exploração de seus embates, lutas e ações políticas, que procuramos conhecer as atitudes e reflexões de Bhering. Estas, por sua vez, estavam dispersas nas páginas da imprensa periódica, em seus discursos e pregações, nas desavenças e nos debates de que participou, e também nas suas atitudes em ocasiões descontraídas de festividades e celebrações. Por meio desta “gestão”, como sugestivamente indica Pierre Ansart, observamos sua trajetória e nela pudemos verificar certo incômodo de Bhering com práticas de seu tempo, fossem elas entendidas como arbitrariedades, desigualdades ou injustiças. Constituía práticas que estavam presentes naquela sociedade, que pendiam de modo nem sempre equilibrado entre as rupturas e as continuidades, entre a persistência de traços absolutistas do Antigo Regime e os contornos de uma nova realidade, na qual se buscava consolidar as liberdades e as instituições de uma nação formalmente independente e constitucional. Foi por meio destas

diversas situações, as quais, claramente perceptíveis e incômodas aos olhos de Bhering, que buscamos acompanhar sua ação política e sua atividade enquanto periodista.

Sua trajetória, portanto, foi marcada por momentos de fascínio com as novidades filosóficas, com as mudanças no cenário político, com os debates acalorados e passionais na época das eleições – que por afetavam propositalmente o público, os ânimos e as opiniões – e por um momento experimentado pelos liberais de ardente patriotismo. Ela pode ser vislumbrada entre estes opostos, permitindo que a razão se deixasse levar pela sedução e pela sensibilidade, equilibrando-se em uma linha bastante tênue. A preocupação em difundir luzes às novas gerações, por meio do ensino compartilhado, foi uma constante em sua atuação e possibilitou vislumbrar a busca por uma mudança de mentalidade da juventude e a crença em um país mais justo e livre.

Referências

FONTES

I. Manuscritas:

“Testamento do Reverendo Cônego Antonio José Ribeiro Bhering”. Datado de 18 de janeiro de 1856. *Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana* (AHCSM).

“Processo de inventário dos bens do Reverendo Cônego Antonio José Ribeiro Bhering”. *Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana* (AHCSM).

“Requerimento de Antonio José Ribeiro Bhering, padre, professor da cadeira de retórica na cidade de Marianna, encaminhado ao Ministério do Império, solicitando ser confirmado no seu cargo (1830)”. *Fundação Biblioteca Nacional* (FBN), Coleção Documentos Biográficos, localização C-0354,002 nº002.

“Processo referente ao requerimento de Antonio José Bhering solicitando o pagamento de seu ordenado, como professor na cidade de Mariana (18/04/1831)”. *Fundação Biblioteca Nacional* (FBN), Coleção Casa dos Contos, localização I-27,12,036.

“Requerimento de Antonio José Ribeiro Bhering encaminhado ao Ministério do Império, solicitando licença para que seu procurador preste o juramento necessário a fim de que possa gozar a mercê da Ordem da Rosa (1848)”. *Fundação Biblioteca Nacional* (FBN), Coleção Documentos Biográficos, localização C-0354,002 nº005.

II. Impressas:

“Correspondência enviada pelo comandante José Manoel Carlos de Gusmão ao comandante José Maria Pinto Peixoto, datada de 13 de maio de 1833”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, vol.07 (1/2), 1902, p.186 e 187.

Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Deputados. Período referente à 3ª legislatura (1834-1837). Acervo da FCHS, UNESP, Franca.

“A imprensa de Minas Gerais (1807-1897)”. Por José Pedro Xavier da Veiga. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano III, v. 3, p.169-249, Ouro Preto, 1898.

“Movimento político de Minas Gerais em 1842”. Pelo pe. José Antonio Marinho. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XIV, p.323-347, 1909.

“Governo de Minas Gerais”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano I, p. 3-22, Ouro Preto, 1896.

“Representantes de Minas Gerais eleitos de 1821 a 1896”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano I, p.23-96, Ouro Preto, 1896.

“O Seminário de Mariana em 1831”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano IX, n.1 e 2, p.367-377, 1904.

“Rebelião de 1833: documentos oficiais”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XVIII, p. 87-268, Belo Horizonte, 1914.

“Conselho do Governo da Província de Minas Gerais e Conselho Geral da Província”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano I, p.391-397, Ouro Preto, 1896.

“Relação dos cidadãos que foram eleitos e reconhecidos Deputados à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, desde a primeira legislatura (1835-1837) até a última (1888-1889)”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano I, 1896, Ouro Preto, p.53-83.

III. Jornais digitalizados:

O Universal (Ouro Preto), 1825-1842. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

O Novo Argos (Ouro Preto), 1829-1834. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

O Homem Social (Mariana), 1832-1833. Acervo do *Arquivo Nacional – Ministério da Justiça*. Material reproduzido mediante solicitação formal realizada junto à Coordenação de Atendimento a Distância – COADI (HM).

Astro de Minas (São João Del Rei), 1827-1839. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

O Telegrapho (Ouro Preto), 1830. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

O Brasil (Rio de Janeiro), 1840-1852. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

Pregoeiro Constitucional (Pouso Alegre), 1830-1831. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

A Mutuca Picante (Rio de Janeiro), 1834-1835. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

O Parlamentar (Rio de Janeiro), 1837-1839. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

Estrella Mariannense (Ouro Preto), 1830-1832. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

A Aurora Fluminense: Jornal Político e Literário (Rio de Janeiro), 1827-1839. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

Astréa (Rio de Janeiro), 1826-1832. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

O Sete d’Abril (Rio de Janeiro), 1833-1839. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

O Mentor das Brasileiras (São João Del Rei), 1829-1832. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

O Observador Constitucional (São Paulo), 1829-1832. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

- O Parahybuna* (Barbacena), 1837-1839. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>
- Pharol do Império* (Rio de Janeiro), 1837. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>
- O Bom Senso* (Ouro Preto), 1852-1856. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>
- A União* (Pernambuco), 1848-1852. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>
- O Observador* (Maranhão), 1847-1861. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>
- Correio Mercantil e Instructivo, Político, Universal* (Rio de Janeiro), 1848-1868. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>
- O Itamontano* (Ouro Preto), 1848-1851. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>
- Correio Oficial* (Rio de Janeiro), 1833-1841. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>
- Diário do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro), 1821-1858. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>
- Correio Oficial de Minas* (Ouro Preto), 1858-1860. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>
- Império do Brasil: Diário do Governo* (Rio de Janeiro), 1823-1833. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>
- Jornal da Câmara dos Deputados* (Rio de Janeiro), 1834. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>
- O Cearense* (Ceará), 1846-1891. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>
- O Compilador: da Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes* (Ouro Preto), 1843-1863. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>
- O Conciliador* (Ouro Preto), 1851. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>
- Correio da Tarde* (Rio de Janeiro), 1848-1852. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>
- O Cruzeiro: Jornal Político, Literário e Mercantil* (Pernambuco), 1829-1831. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>
- O Farol Paulistano* (São Paulo), 1827-1831. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

O Pão d'Assucar: Jornal Político e Literário (Rio de Janeiro), 1835. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

O Pacote do Rio: Folha Comercial, Política e Literária (Rio de Janeiro), 1836-1837. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

O Tempo: Jornal Político e Literário (Rio de Janeiro), 1832-1846. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

O Mineiro (Ouro Preto), 1833. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

O Verdadeiro Caramuru (Rio de Janeiro), 1833. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

O Regresso (Rio de Janeiro), 1837. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

O Povo (Ouro Preto), 1849. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

Constituição em Triunfo. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

Anais da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro). Algumas edições existentes no período delimitado entre 1990-1997 e informadas no texto. Acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

BIBLIOGRAFIA

I. Artigos e Comunicações:

ALGRANTI, Leila Mezan. Censura e comércio de livros no período de permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821). *Revista Portuguesa de História*, t. XXXIII, p.631-663, Coimbra, 1999.

ALMEIDA, Gabriela Bhertou. Propostas educacionais conflitantes: entre os costumes religiosos e a Monarquia Constitucional – Minas Gerais, 1829-1835. *Anais do II Encontro Memorial do ICHS*, UFOP, 2009.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. Imprensa moderada e escravidão: o debate sobre o fim do tráfico e o temor do haitianismo no Brasil Regencial (1831-1835). *4º Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional*, p.1-25. Curitiba, maio de 2009.

ANSART, Pierre. Mal-estar ou fim dos amores políticos? *História & Perspectiva*, n.25 e 26, p.55-80, Uberlândia, jan./jul. 2002.

ARAÚJO, Maria Marta. Impressores, editores e correspondentes: as origens da imprensa periódica em Minas Gerais. *Extensão e Cultura*, v.X, p.37-40, Goiânia, UFG, 2008.

_____. Uma história de precursores e ativistas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XLIV, n.1, p.20-23, Belo Horizonte, 2008.

ARAÚJO, Valdei Lopes de & SILVA, Weder Ferreira da. Fragmentos de um periódico perdido: a *Sentinela do Serro* e o sentido da ‘republicanização’ (1830-1832). *Varia História*, v.27, n.45, p.75-95, Belo Horizonte, 2011.

BARATA, Alexandre Mansur. A Revolta do Ano da Fumaça. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v.50, p.78-91, Belo Horizonte, 2014.

DOLHNIKOFF, Miriam. A regionalização do jogo político: elites e poder legislativo no Brasil do século XIX. *Novos Estudos CEBRAP*, n.70, p.33-50, São Paulo, 2004.

DRUMMOND, Maria Francelina Silani Ibrahim. Primeiras luzes nas letras. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v.44, n.1, p.57-71, Belo Horizonte, 2008.

GONÇALVES, Andréa Lisly. As revoltas do período Regencial e o poder camarário: Minas Gerais, 1831-1835. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética*, p.1-7. Fortaleza: ANPUH, 2009, p.1-7.

HORÁCIO, Heiberle Hirsberg. Apontamentos sobre o embate entre os liberais mineiros e o bispo de Mariana frei José da Santíssima Trindade no Primeiro reinado. *Sacrilegens*, v.6, n.1, p.60-74, Juiz de Fora, 2009.

LEME, Marisa Saenz. Dinâmicas centrípetas e centrífugas na formação do Estado monárquico no Brasil: o papel do Conselho Geral da Província de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, v.28, n.55, p. 197-215, São Paulo, 2008.

LUZ, Estevão de Melo Marcondes. Os patriotas mineiros e os inimigos do filosofismo destruidor: um embate de termos, expressões e conceitos. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*, p.1-9, Natal, 2013.

MENDES, Jairo Faria. Memória dos jornais mineiros do século XIX: revisão crítica das fontes historiográficas. In: *III Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho*, Novo Hamburgo, 2005.

MOREIRA, Luciano da Silva. Tipografias e espaço público na Província de Minas Gerais (1828-1842). In: *I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*, Rio de Janeiro, 2004.

_____. Combates tipográficos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XLIV, n.1, p.24-41, Belo Horizonte, 2008.

MOREL, Marco. Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830. *Topoi*, p.39-58, Rio de Janeiro, mar. 2002.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. Pensando origens para o Brasil no século XIX: história e literatura. *História: Questões & Debates*, n.32, p.47-64, Curitiba, UFPR, 2000.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Censura, circulação de ideias e esfera pública de poder no Brasil, 1808-1824. *Revista Portuguesa de História*, t. XXXIII, p.665-697, Coimbra, 1999.

_____. A “guerra das penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil. *Tempo*, n.8. Rio de Janeiro, 1999.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França. Homens da província, políticos da nação: a questão provincial no Parlamento, 1829-1834. *Antíteses*, v.8, p.345-368, Londrina, 2015.

_____. Entre o local e o provincial: os Conselhos Gerais de Província e as Câmaras Municipais, São Paulo e Minas Gerais (1828-1834). *Almanack*, n.9, p.92-102, Guarulhos, abril de 2015.

OLIVEIRA, Kelly Eleutério M. Antonio José Ribeiro Bhering e o espaço público na cidade de Mariana em meados do século XIX. *Anais do 5º Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia e história intelectual*. Ouro Preto, UFOP, 2011.

_____. A trajetória política e intelectual de Antonio José Ribeiro Bhering e suas relações com a Câmara Municipal de Mariana, Minas Gerais, 1833. *Anais do II Encontro Memorial do ICHS*, UFOP, 2009.

PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, FGV, n.104, p.144-161, jul., 1998.

PEREIRA, Luisa Rauter. Ao ponto que as necessidades exigem: experiência política e reconfiguração do tempo no debate político brasileiro da década de 1830. *Almanack*, n.10, Guarulhos, agosto 2015.

REISEWITZ, Marianne. O impacto do ideário iluminista no Brasil: razão e livros sediciosos. *Entre Passado & Futuro*, n.1, p.41-57, São Paulo, 2002.

PIMENTA, João Paulo Garrido. De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da ideia de emancipação da América e sua leitura no Brasil. *Almanack Braziliens*, n.11, p.88-99. São Paulo, 2010.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. O Conde e o Avivamento Morávio: um ensaio histórico por ocasião do tricentenário de Zinzendorf. *Fides Reformata*, 5/2, p.1-7, São Paulo, 2000.

SILVA, Wlamir. Esmagando a Hydra da discórdia: o enquadramento do pensamento exaltado pela moderação mineira. *História*, v.25, n.2, p.214-227, São Paulo, 2006.

_____. Usos da Fumaça: a Revolta do ano da Fumaça e afirmação moderada na Província de Minas. *Lócus: Revista de História*, v.4, n.1, p.105-118, Juiz de Fora, 1998.

II. Teses e Dissertações:

GAETA, Maria A. J. V. *O bispado de São Paulo: D. Mateus de Abreu Pereira, a oração e a política (1796-1824)*. Dissertação (Mestrado em História). Franca: UNESP, 1983.

LUZ, Estevão de Melo Marcondes. *Um legislador nas gerais: vida e obra do cônego Hermógenes Cassimiro de Araújo Brunswick (1783-1861)*. Dissertação (Mestrado em História). Franca: UNESP, 2008.

MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)*. Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SALDANHA, Flávio Henrique D. *O império da ordem: Guarda nacional, coronéis e burocratas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX, 1850-1873*. Tese (Doutorado em História). Franca: UNESP, 2009.

SILVA, César Agenor Fernandes da. *Ciência, técnica e periodismo no Rio de Janeiro (1808-1852)*. Tese (Doutorado em História). Franca: UNESP, 2010.

SOUZA, Françoise Jean O. *Do Altar à Tribuna: os padres políticos no contexto de formação do Estado Nacional Brasileiro (1823-1841)*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

III. Livros e Capítulos:

ABREU, Márcia & SCHAPOCHNIK, Nelson. *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado das letras; São Paulo: FAPESP, 2005.

ALMEIDA, Aluisio de. (1944) *A Revolução Liberal de 1842*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Sorocaba: Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, 1993.

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANSART, Pierre. “As humilhações políticas”. In: MARSON, Izabel & NAXARA, Márcia (orgs.). *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005

_____. “História e memória dos ressentimentos”. In: NAXARA, Márcia & BRESCIANI, Stella (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004, p.15-36,

ARAÚJO, Maria Marta. *Com quantos tolos se faz uma república: padre Correia de Almeida e sua sátira ao Brasil oitocentista*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. “Teófilo Benedito Ottoni: visibilidade e esfera pública no Brasil Oitocentista”. In: PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação: ideias e práticas políticas no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. “Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar a Pátria e o Imperador”: liberalismo popular e o ideário da Balaiada no Maranhão. In: DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do Século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

BASILE, Marcello. “O Império brasileiro: panorama político”. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p.188-245.

_____. “Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835)”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco & FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006.

_____. “O Laboratório da Nação: a era Regencial (1831-1840)”. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial, volume II, 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: Hucitec, Fapesp. Recife: UFPE, 2006.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O ofício do historiador*. São Paulo: Zahar, 2001.

BOSCHI, Caio César. *O Cabido da Sé de Mariana (1745-1820): documentos básicos*. Belo Horizonte: Ed. PUC-MG, 2011.

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *O clero no parlamento brasileiro*. Volume 3, Câmara dos Deputados (1830-1842). Brasília: Câmara dos Deputados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

BRESCIANI, Maria Stella. “O poder da imaginação: do foro íntimo aos costumes políticos. Germaine de Staël e as ficções literárias”. In: SEIXAS, Jacy A.; BRESCIANI, Maria Stella & BREPOHL, Marion (orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: UNB, 2002, p.31-46

_____. & NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res)sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

_____. & ANSART, Pierre. “Apresentação” In: SEIXAS, Jacy A.; BRESCIANI, Maria Stella & BREPOHL Marion (orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: Ed. UnB, 2002.
CALDEIRA, Jorge (Org.). *Diogo Antonio Feijó*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

CAMILOTTI, Virgínia. “(In)diferenças entre Brasil e Portugal: dois tempos de colaboração portuguesa na imprensa brasileira”. In: NAXARA, Márcia; MARSON, Izabel & BREPOHL, Marion (orgs.). *Indiferenças*: percepções políticas e percursos de um sentimento. São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes, CNPq; Curitiba: Fundação Araucária; Campinas: Unicamp-PPGH, 2015.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*: notas sobre a cultura da decadência mineira setecentista. São Paulo: Cia. Editora Nacional/USP, 1968.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial; *Teatro de sombras*: a política imperial. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

_____. (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____. (org.). *Nação e cidadania no Império*: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, Marcus J. M. de. “A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco & FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.). *História e imprensa*: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século*: André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

CASTRO, Paulo Pereira. “Política e administração de 1840 a 1848”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico*, v.2. Dispersão e unidade. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

CATROGA, Fernando. “Pátria, nação”. In: NAXARA, Márcia & CAMILOTTI, Virgínia (orgs.). *Conceitos e linguagens*: construções identitárias. São Paulo: Intermeios; Capes, 2013.

CERTEAU, Michel de. *Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1988.

CHAVES, Cláudia Maria G; PIRES, Maria do Carmo & MAGALHÃES, Sonia Maria. *Casa de Vereança*: 300 anos de História da Câmara Municipal. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2008.

COSER, Ivo. “Federal/Federalismo”. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

COSTA, Wilma Peres & OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (orgs.). *De um império a outro*: formação do Brasil, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Fapesp, 2007.

DARNTON, Robert & ROCHE, Daniel (orgs.). *A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Ed. USP, 1996.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Editora Globo, 2005.

ELORRIAGA, Manuel Aguirre. *El abate De Pradt en la emancipación hispanoamericana (1800-1830)*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 1983.

FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. & MÄDER, Maria Elisa. “América/Americanos”. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*,

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. “As bibliotecas cariocas: o Estado e a constituição do público leitor”. In: PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação: ideias e práticas políticas no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

_____. “Os livros na imprensa: as resenhas e a divulgação do conhecimento no Brasil na segunda metade do século XIX”. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego, Como era Gonzaga? E outros temas mineiros*. São Paulo: Editora Itatiaia/USP, 1981.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *O início da história e as lágrimas de Tucídides*. São Paulo: Imago, 1998.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado nacional Brasileiro: Minas Gerais, 1831-1835*. São Paulo: Hucitec, 2007.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

GRIMBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial: Volume I – 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. *O Brasil Imperial: Volume II – 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emília (Orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan, UERJ, 2001.

_____. “Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837)”. In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emília (orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan; UERJ, 2001.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito, realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico*, v.4. Dispersão e unidade. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. (dir.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico*, v.3. Reações e transações. 5ª edição. São Paulo: Difel, 1985.

HÖRNER, Erik. “Cidadania e insatisfação armada”: a “Revolução Liberal” de 1842 em São Paulo e Minas Gerais. In: DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revolutas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

IGLÉSIAS, Francisco. “Minas Gerais”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico*, v.2. Dispersão e unidade. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Fapesp, Hucitec, 2003.

_____. (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KRAAY, Hendrik. “Tão assustadora quanto inesperada: a Sabinada baiana, 1837-1838”. In: DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revolutas, motins revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Almada, 2011.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

_____. “Progresso/Reação”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 1, Memória – História. Porto: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984.

_____ & NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

LUSTOSA, Izabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1822)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *As trapaças da sorte: ensaios de história política e de história cultural*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

LUZ, Estevão de Melo M. “Histórias tristes: a coleção de jornais mineiros do século XIX e algumas passagens trágicas da imprensa periódica”. In: LELIS, Sônia Regina F.; LELIS, Walter Antonio M. & PANSANI, Maria Margarida B. (orgs.). *Museus: as coleções criam conexões*. Franca: Associação Paulo Duarte, 2014.

_____. “De Portugal ao sertão das Gerais: memória e história na trajetória de Antonio Borges Sampaio”. In: OLIVEIRA, Gabriel Pires S. & PANSANI, Maria Margarida B. (org.). *Museus para uma sociedade sustentável*. Franca: Associação Paulo Duarte, 2015.

_____. “Vigário da matriz, bandeirando do sertão: o padre Hermógenes Brunswick no contexto imperial brasileiro”. In: PANSANI, Maria Margarida B. & SILVA, Alex Rogério (orgs.). *Museus: memória + criatividade = mudança social*. Franca: Associação Paulo Duarte, 2013.

LYNCH, Christian Edward Cyril. “Liberal/Liberalismo”. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

_____. “Modulando o tempo histórico”: Bernardo Pereira de Vasconcelos e conceito de “Regresso” no debate parlamentar brasileiro (1838-1840). *Almanack*, n.10, Guarulhos, 2015, p.314-334.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso Império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1789-1822*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994.

MALATIAN, Teresa Maria; LEME, Marisa Saenz & MANOEL, Ivan Aparecido (orgs.). *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

MANOEL, Ivan A. *O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)*. Maringá: Eduem, 2004.

_____. *Igreja e educação feminina: uma face do conservadorismo (1859-1959)*. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

MARSON, Izabel Andrade. *Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão*. Uberlândia: EDUFU, 2008.

_____. “Conciliação e esquecimento: Nabuco e a revolução”. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

_____. *Movimento praieiro: imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo: Moderna, 1980.

_____. *O Império do progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: formação do Estado imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2004.

_____. “O gigante e o espelho”. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial – vol. II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. (org.). *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Access, 1998.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. “Da independência à vitória da ordem”. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial*. São Paulo: Hucitec, 2003.

_____. “Independência no papel: a imprensa periódica”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____ & BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme. *A ideia de revolução no Brasil: 1789-1801*. Petrópolis: Vozes, 1974.

MOTA, Rodrigo Pato Sá (Org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Ed. UnB, 2004.

_____; MARSON, Izabel & BREPOHL, Marion (orgs.) *Indiferenças: percepções políticas e percursos de um sentimento*. São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes, CNPq; Curitiba: Fundação Araucária; Campinas: Unicamp-PPGH, 2015.

_____.; SEIXAS, Jacy & CERASOLI, Josianne (orgs.). *Tramas do político: linguagens, formas, jogos*. Uberlândia: EDUFU, 2012.

_____.; MARSON, Izabel (orgs.). *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

_____. “Liberalismo político no Brasil: ideias, representações e práticas (1820-1823)”. In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emilia (orgs.). *O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan, UERJ, 2001.

_____.; MOREL, Marco & FERREIRA, Tânia Maria B. C. (orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, FAPERJ, 2006.

_____. & NEVES, Guilherme Pereira das. “Constituição”. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (org.). *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

_____. “Repercussões da revolução: delineamento do Império do Brasil”. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial – volume I (1808-1831)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____.; PRADO, Maria Lígia C. & JANOTTI, Maria de Lourdes M. (orgs.). *A história na política, a política na história*. São Paulo: USP/Alameda, 2006.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.

PEREIRA, Vantuil. “Petições: liberdades civis e políticas na consolidação dos direitos do cidadão no Império do Brasil (1822-1831)”. In: RIBEIRO, Gladys Sabina (org.). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

_____. “Uma certa Revolução Farroupilha”. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial, volume II, (1831-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

POLITO, Ronald. *Um coração maior que o mundo: Tomás Antonio Gonzaga e o horizonte luso-colonial*. São Paulo: Globo, 2004.

_____. (org.). *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais; Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1998.

PONCIONI, Claudia. “Bio-grafar, escrever vidas?” In: SEIXAS, Jacy; CESAROLI, Josianne & NAXARA, Márcia (orgs.). *Tramas do político: linguagens, formas, jogos*. Uberlândia: EDUFU, 2012.

PRADO, Maria Emilia (org.). *O estado como vocação: ideias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1996.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *As Minas setecentistas*, 2. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007. (História de Minas Gerais).

REVEL, Jacques. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009.

RIBEIRO, Gladys Sabina (org.). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política 1822-1930*. São Paulo: Alameda, 2008.

RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antonio Feijó (1784-1843)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

_____. “Cabanos, patriotismo e identidades: outras histórias de uma revolução”. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. (orgs.). *O Brasil Imperial*, volume II, (1831-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

RODRIGUES, José Carlos. *Ideias filosóficas e políticas em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1986.

SAINT-PIERRE, Abbé de. *Projeto para tornar perpétua a paz na Europa*. Prefácio de Ricardo Seitenfus; tradução de Sérgio Duarte. Brasília: Editora UnB, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

http://funag.gov.br/loja/download/173-Projeto_para_tornar_perpetua_a_paz_na_Europa.pdf
Acessado em 04/06/2014.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Juca Rosa: um pai-de-santo na Corte imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz Santos & FERREIRA, Bernardo. “Cidadão”. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. “Entre risos e imagens: a humilhação entre a memória e o esquecimento”. In: MARSON, Izabel & NAXARA, Márcia (orgs.). *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

_____. *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

SEIXAS, Jacy A.; BRESCIANI, Maria Stella & BREPOHL, Marion (orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: Ed. UnB, 2002.

_____. “Formas identitárias e estereótipos: o brasileiro jecamacunaímico e a gestão do esquecimento”. In: NAXARA, Márcia & CAMILOTTI, Virgínia (orgs.). *Conceitos e linguagens: construções identitárias*. São Paulo: Intermeios; Capes, 2013.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Formas de representação política na época da Independência (1820-1823)*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1987.

SILVA, Wlamir. *Liberais e o povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009.

_____. “A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842)”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco & FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006.

SLEMIAN, Andréa & PIMENTA, João Paulo Garrido. *O “nascimento político” do Brasil: as origens do Estado e da nação (1808-1825)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

STARLING, Heloisa Maria Murgel & LYNCH, Christian Edward Cyril. “República/republicanos”. In: FERES JÚNIOR, João. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

TRINDADE, Raimundo. (1928). *Arquidiocese de Mariana: subsídios para a sua história*. 2ª edição, vol. I. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953.

VENÂNCIO, Renato Pinto & GONÇALVES, Andréa Lisly. “Aguardente e sedição em Ouro Preto, 1831-1833”. In: VENÂNCIO, Renato Pinto & CARNEIRO, Henrique (orgs.). *Álcool e drogas na história do Brasil*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Ed. PUCMinas, 2005.

_____. & DEL PRIORI, Mary (orgs.). *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808: o império luso-brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

_____. “Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *As Minas setecentistas*, 2. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007. (História de Minas Gerais).

WERNET, Augustin. *A Igreja paulista no século XIX: a reforma de D. Antonio Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo: Ática, 1987.

XAVIER DA VEIGA, José Pedro. *Efemérides mineiras (1664-1897)*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais; Fundação João Pinheiro, 1998.

Anexos

O UNIVERSAL.

Subscreve-se em Casa do Sr. Patricio Pereira Campos a 20500 por trimestre; 5:000 por semestre; 10:000 rs. por anno. As folhas avulsas vendem-se a 30 rs. na mesma Casa.

Todos podem communicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publica-los pela Imprensa sem dependencia de censura; com tanto que hajão de responder pelos abusos que commetterem no exercicio deste direito nos casos e pela forma que a Lei determinar. Const. Art. 179 §. 4.

Communicado.

PARABENS, ó Brasileiros; o Ministerio recolonizador — absolutista já não existe, o nosso Augusto Imperador Constitucional ouviu os altos Clamores da Nação, e enchugou o nosso pranto, mandando para o nada, de que avião sahido, só porque Deos quiz mostrar sua omnipotencia a esses Ministros inimigos do Brasil, e de sua Constituição; o Ministerio Clemente — Lucio — Carlino foi demittido com geral applauso. Os Brasileiros, a cuja noticia tem chegado este acontecimento desejado ardentemente, por todos os Estados, por todas as condições, e por todas as Fortunas, tem sentido o mais vivo jubilo.

Escuzado é publicarmos, que nenhuma noticia tem sido mais festejada em Minas, porque não havia mais ardente voto, que o da extinção de taes Ministros. Já não veremos denuncias de Republicanismos, nem os infames Telegraficos, essas harpias insaciaveis não mandarão lançar nas Casas dos Cidadãos pacíficos pasquins e proclamações, em que provocavão o Povo contra Brasileiros, com quem nunca poderão comparar-se: acabou em fim esse Ministerio detestado. Mordão-se de raiva os Telegraficos, seião os remorsos de seus crimes sua unica punição; tanta é a generosidade dos Brasileiros amigos do Throno, do Altar, e da Constituição, desses homens, que vós infames Telegraficos perseguiaes, desses, que vós denunciaveis, desses, que vós tentaveis

assassinar, porque não approvavão vossos crimes, e convosco não querião repartir sua fortuna. Transcrevemos as reflexões da Aurora sobre este acontecimento importante, e essa Carta dirigida a José Clemente Pereira, em que apparece o seu character descrito, posto que com a negra tinta, com que o devião retratar.

Quando uma grande mudança se operou nos elementos constitutivos da Administração, e essa mudança foi requerida pela voz da opinião geral; muito mais quando o Ministerio, que deixa de existir, havendo começado a sua carreira cercado de alguma popularidade, veio a chamar sobre si o pezo da indignação publica, e a expirar entre applausos communs de todos os partidos, é sumamente interessante indagar as causas, que produzirão um tal phenomeno, e passar em revista a conducta, que seguiu essa Administração, analisando os seus actos principaes, ou designando em geral os seus principios, vistas politicas, e projectos. O Ministerio, que por espaço de anno e meio teve as redeas do governo do Brasil, e que tomou sobre seus hombros o pezo de grandes responsabilidades, acaba de extinguir-se, e os homens, que por certo tempo merecerão alguma confiança publica, desaparecerão da scena politica, sem serem chorados se não por seus amigos, se os tinhão. Donde veio semelhante revolução moral na opinião? Algumas causas, e causas de certo muito pondero-

O TELEGRAPHO.

Esta folha sahirá as Terças, e Sabbados de cada semana. A Subscrição a preço de 2,000\$ por semestre, far-se-ha na mesma Typographia, no Ouro preto, na Villa de S. João de El-Rei, em casa do Sr. J. Maximiano Baptista, e C., a venda das folhas avulsas a 80 rs. far-se-ha na mesma Typographia no Ouro preto, onde se recebem tambem as Correspondencias, e communicações, em estylo decente, assignadas, e fechadas.

Neque quisquam hominem libidin simul, et usui paruit.

Ouro Preto, Na Typographia de Cortes e Companhia 1888.

RIO DE JANEIRO

Repartição dos Negócios do Imperio.

Relação dos Despachos publicados na Corte pela Secretaria d' Estado dos Negocios do Imperio, no Dia 2

de Dezembro de 1888, Faus-

tissima Anniversario

do Nascimento de

Sua Magestade Imperial o

Senhor D. Pedro

d' Alcantara.

Ordem de Christo.

Commendadores.

Porto Garcia da Silveira, O Coronel Francisco Joaquim de Souza Campello, O Tenente Coronel Francisco Jose Martins, O Tenente Coronel Heitor Marques d' Oliveira Lisboa, O Conego João Baptista Leite d' Alveira Salgado, O Desembargador João Gomes de Campos, O Coronel Joaquim Pereira Vianna, O Conselheiro Jose Antonio Lisboa, O Coronel Jose de Araujo Roza, O Sargento Major Victorino Coimbra, O Tenente Coronel Luiz da Costa Freire de Freitas.

Cavalleiros.

Agostinho Alvez Branco Muniz Barreto, Antonio de Almeida, Antonio Alvez Branco Muniz Barreto, Antonio Francisco Teixeira Coelho, Bento Antonio Moreira Dias, Francisco Alexandrino de Vasconcellos Callado, O Capitão Francisco Jose de Oliveira Souza, O Capitão Francisco Leite Ribeiro, Francisco Luiz de Souza Parpia, O Capitão João Alvez de Araujo, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, João Jacome de S. José Acaujo, João Maria da Luz, Joaquim Jose de Mello, O Padre Joaquim de Sa Santo Major, O Padre Jose Antonio Freire Bara, O Tenente Coronel Jose de Medeiros Magiel, Jose Pinto de Souza, Jose Telles de Moraes, Jose Vaz Teixeira Goncalves do Amaral, Luiz Bandeira de Gouvêa, O Major Manoel Borges de Sampaio, O Major Manoel Goncalves Rico, O Desembargador Manoel Martins Velasquez, Possidonio Jose Lins, Sebastião de Macedo Campos

Pessoa, Thome Maria da Fonseca Silva, Vicente Jose de Souza e Argollo, O Capitão João Francisco Xavier de Caldas (Na Ordem de S. Tiago)

Ordem de Aviz.

Commendadores

O Marechal de Campo Daniel Pedro Muller, O Brigadeiro Manoel Ferreira de Araujo Guimarães, O Tenente Coronel Francisco de Paula Soares.

Ordem da Roza.

O Conselheiro Francisco Xavier Rapozo de Albuquerque, Commendador.

Cavalleiros.

O Major Antonio Maria Pereira da Cunha, Daniel da Fonseca Pinto, Jose Gomes Ferreira, O Tenente Coronel José e Victorino dos Vilhena, O Tenente Coronel Luiz Bartholomeu da Silva e Oliveira, O Guarda Roupas de Sua Magestade Luiz Manoel de Oliveira Mendes, O Major Severo Luiz da Costa Prates, O Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire, O Segundo Tenente da Armada Nacional e Imperial Benjamin Carneiro de Campos.

Imperial Ordem do Cruzeiro.

Dignitaria Honorario.

Jose Arouche de Toledo Rendou, Director do Curso Juridico de S. Paulo.

Officiaes.

Antonio Constantino de Oliveira, Coronel da 2.ª Linha de Minas Geraes, Luiz d' Alencout, Major de Engenheiros, Manoel Jose de Mello, Capitão Mór da Villa de Guaratinguá, Manoel Pedrozo de Albuquerque, Tenente Coronel de 2.ª Linha do Rio Grande de S. Pedro.

Cavalleiros.

Padre Augusto de Santa Rita Manitti, Feliciano Gomes de Freitas, Major e 2.º Commandante da Policia, João Jaques da Silva Lisboa, Official da Secretaria do Conselho Supremo Militar João Raimundo Carneiro Junqueira, Major de 1.ª Linha do Maranhão, Joaquim Alves de Abreu Guimarães Picaluga, Major de 1.ª Linha do Maranhão, Joaquim Antonio Bezerra, Capitão Mór da Villa do Crato, Joaquim Leão da Silva Machado, Capitão Tenente da Armada, Jose Ribeiro Braga, Manoel Ribeiro de Moraes Capitão de Cavallaria.

— O Padre João Paulo Barboza, apresentado em hum Canonicato da Sé de Mariana.

O Novo ARGOS.

Subscreve-se para esta Folha na Typografia do Universal a 800 réis por trimestre, e sahirá uma vez na semana. As correspondencias serão dirigidas, porte pago, á mesma Typografia.

Ouro-preto, 1831. Na Typografia do Universal.

Se passados quatro annos, depois de jurada a Constituição do Brasil, se conhecer, que algum dos seus artigos merece reforma, se fará a proposição por escripto, a qual deve ter origem na Camara dos Deputados, e ser apoiada pela terça parte d'elles. *Const. Art. 174.*

GRANDE é a satisfação do Escriptor livre, quando suas producções são approvadas pelo Paiz, a que se propõe servir em suas lidas literarias! Feliz se considera o Novo Argos pela geral acceitação, que tiverão os seus tres ultimos N.ºs 67, 68, e 69, em que mostrou a necessidade de varias mudanças na Constituição do Imperio: mil exemplares de cada numero forão vendidos dentro de tres dias, o que pela primeira vez acontece no Ouro Preto. Com razão pois se proclamou o Novo Argos fiel interprete dos Mineiros nas mudanças, que propoz na Constituição.

De tão evidente necessidade são as mudanças propostas na Constituição, que os dous periodicos captivos d'esta Cidade, abalançando-se a combater o Novo Argos, ambos, depois de encherem suas paginas de ineptias, e calumnias appellidarão contra elle o Céu, e a Terra. Um d'esses pobres escrivinhadores invocou o auxillio de pena mais habil; oh! venha ella! ninguem mais que o Argos o dezeja; a fraqueza de seus argumentos manifestará mais a justiça, com que Minas reclama as mudanças propostas na Constituição. Qual será o motivo do desmaio d'esse misero jornalista? Serão as letras do Argos? não: elle nunca presumio de Letrado: é sim a verdade, que o Novo Argos préga. Sabios não éráo os Apostolos no sentir de illustres Antiquarios; entretanto suas palavras levavão a convicção ao amago das almas dos ouvintes, porque de suas bôcas só se ouvião verdades incontestaveis.

Outro Jornalista captivo attribue ao sr. Vasconcellos a redacção do Novo Argos, e qualifica crime as mudanças Constituciaes propostas em os N.ºs 67, 68, e 69. Oxalá que o sr. Vasconcellos tome parte na empreza, e espoze a causa, que o Argos defende! E' um voto certo na Camara dos srs. Deputados. Quanto ao supposto crime, a ignorancia d'aquelle captivo excita compaixão. O que é crime, segundo o Codigo Criminal? *E' a acção, ou omissão contraria ás Leis penaes.* E que Lei penal prohibe mudanças na Constituição? Ganhará boas alviçaras quem a descobrir. Pelo contrario, taes mudanças são permittidas pelo Art. 174 da Constituição, como já amplamente se demonstrou nos N.ºs 67, 68, e 69.

E se é crime propor mudanças na Constituição, o triste Telegrafo a si proprio se condemna, porque já as propoz, e tão essenciaes como a abolição dos Juizes de Paz, das Camaras Municipaes, e a iniciativa das Leis fóra das Camaras Legislativas, passando a competir exclusivamente ao Governo &c. &c.

E' verdade, que então o Governo não proclamou aos Mineiros, e que nos pôde dizer esse captivo que essas mudanças erão todas em puro prejuizo do povo, e augmentavão as prerogativas da Corôa, e que as mudanças que ora se propõe offerecem mui fortes garantias ao povo. Sim é este o unico meio de justificação, a que pôdem recorrer os captivos; mas o novo Argos, que todo se dedica á prosperidade da nossa adorada Minas,

SABBAO

15 DE OUTUBRO.

O HOMEM SOCIAL.

1832

N.º 27.

SUBSCREVE-SE NESTA TIPOGRAFIA A 1\$000 POR
TRIMESTRE.

*J' aime mieux une liberté environée de perils,
qu' un esclavage plaisible.* ***

T. P. MARIANNENSE

Temos concluido com o N.º passado o segundo trimestre desta folha, e entramos no terceiro firmes no proposito, que havemos feito — **DE DEBELLAR** a tirannia, e **SUSTENTAR O PALLADIO** da **NOSSA SEGURANCA, E LIBERDADE**. O inimigo, que agora se apresenta em campo, para nos desalojar do nosso abarracamento, e nos dictar a Lei de Draco sobre as ruinas da Independencia Nacional, he a detestavel Restauração. Quem o diria?! Proclama-se por toda parte a necessidade da Restauração; para o que hostilisa-se desapiadadamente a Regencia, o Ministerio, a Maioria da Camara Quatrienal, e a memoria do Senado, em fim todas as Authoridades, que escudão o venturoso 7 de Abril: assacão-se lhes negras calumnias; assoalhão intrigas as mais vis, e ediondas. E para que fim? para que, desacreditados os Liberaes, que nos Regenerarão, se acreditem necessarios os que maldisem o feliz dia, em que quebramos as vergonhosas algemas da escravidão. Tal he o plano a muito traçado nos Clubs da Capital, *Façamos, dizem elles, guerra de morte á estes malvados Brasileiros, que nos despojarão das Presidencias, dos Commandos militares, dos Tribunaes de Fazenda, dos Commandos de Regimentos, pelo unico crime de sermos inimigos da Liberdade, e Independencia da nossa Patria* — Logo, que os empregos fossem distribuidos pelos Restauradores, era facil, no seo modo de pensar a volta do Idolo da Marquesa de Santos.... Como se enganão!.. Que importa que as Authoridades fossem todos Retrogrados? São elles a Nação Brasileira, que jurou eterno odio ao Despotismo? Se no tempo calamitoso, em que estavam nos primeiros Empregos da Nação seos mais declarados inimigos. Baqueou a tirannia, sem que podesse ser auxiliada pelos seos Satelites: hoje que os Liberaes

contão não só com todos os que fizerão guerra ao Tiranno, mas até com a Nação inteira armada em defeza dos seos direitos, poderá triumphar o Caramurá? Porem apesar de julgarmos impossivel que o Brazil retrograde, com tudo não devemos dormir à somno solto confiados somente na Providencia: convem agora mais do que nunca a União. A Restauração he hum inimigo formidavel, se continua a nossa desunião; mas torna-se fraquissimo logo que formarmos huma barreira aos seos tramas. Entre tanto

O HOMEM SOCIAL COMEÇA O 3.º TRIMESTRE TODO DEDICADO A BATER-SE COM O PARTIDO RESTAURADOR, COM O QUAL NAO ADMITTE CAPITULAÇÃO, SE NAO COM A CONDIÇÃO DE LARGAR AS ARMAS COM QUE TEM INTENTADO FERIR DE MORTE

o feliz, e venturozo dia Sete de Abril.

Qual he a marcha dos Caramurá? De que meios se servem para se fazerem a creditar? Ao principio inculcão-se defensores da Constituição, amigos do Brazil, desejosos da boa Ordem, no que parecem concordar com todos os Patriotas; porem logo que tem adquerido algum sequito entrão em personalidades, ja disacreditão este Deputado Liberal, ja calunnião a quelle Ministro, que não os favorece, ja censurão a conducta daquelle Empregado, que não está pronto à lisongea-los. E quando adquirem algum terreno, quando se julgão com alguma força, para por em execução seos damnados planos, elles

ESTRELLA MARIANNENSE.

Subscreve-se para esta folha em casa do Redactor nesta Cidade, na do Ouro-preto na Botica de Patrio Leira Campos, em S. João d'ElRei na Tipografia do Astro, em Tejuco na do Echo: o preço da subscrição é 1.000 réis por trimestre, uma folha avulsa custará 80 rs. e sahirá uma vez por semana. As correspondencias serão dirigidas ao Redactor, porte pago.

Desce dos altos Ceos verdade augusta
Aos Reis não seja tua vós estranha
O que devem saber, mostrar tu deves.
Henri Cant. I.

OURO-PRETO. 1831. NA TYPOGRAFIA DO UNIVERSAL.

INTERIOR.

Proclamação que S. M. I. e C. dirigio aos Mineiros no dia 22 de Fevereiro de 1831.

MINEIROS. E' esta a segunda vez, que Tenho o prazer de me achar entre Vós. E' esta a segunda vez, que o Amor, que Eu consagro ao Brasil, aqui Me conduz.

Mineiros, não Me Dirigirei sómente a Vós: interesse é geral; Eu Fallo pois com todos os Brasileiros. Existe um partido desorganizador, que, aproveitando-se das circumstancias puramente peculiares da França, pertende illudir-vos com invectivas contra a Minha Inviolavel, e Sagrada Pessoa, e contra o Governo, a fim de representar no Brasil scenas de horror, cobrindo-o de lucto; com o intento de empolgarem empregos, e saciarem suas vinganças, e paixões particulares, a despeito do bem da Patria, (a que não attendem) aquelles, que tem traçado o plano revolucionario.

Escrevem sem reboço, e concitão os Povos a federação; e cuidão salvar-se deste crime com o Art. 174 da Lei Fundamental, que Nos rege. Este Art. não permite alteração alguma no essencial da mesma Lei.

Haverá um attentado maior contra a Constituição, que Juramos Defender, e Sustentar, do que pertender altera-la na sua essencia? Não será isto um ataque manifesto ao Sagrado Juramento, que, perante Deos, Todos Nós mui voluntariamente Prestamos? Ah! Charos Brasileiros, Eu não Vos Fallo agora como vosso Imperador, é sim como vosso cordéal Amigo. Não vos deixeis illu-

dir por doutrinas, que tanto tem de seductoras, quanto de perniciosas. Ellas só pôdem concorrer para a vossa perdição, e do Brasil; e nunca para a vossa felicidade, e da Patria. Ajudai-Me a sustentar a Constituição, tal, qual existe, e Nós Juramos. Conto com vosco: contai Comigo. I. C. do Ouro-preto 22 de Fevereiro de 1831. IMPERADOR CONSTITUCIONAL, E DEFENSOR PERPETUO DO BRASIL.

Nós poderíamos deixar á consideração de nossos Leitores o apreço desta Proclamação impressa na Typografia do Telegrafo; mas o dever de Escriptor publico exige nossas reflexões, para esclarecer os incautos; e o dever de Subdito nos manda que fallemos a verdade ao nosso Immortal Imperador, para que Elle se possa dirigir com acerto no meio das intrigas desses perfidos Conselheiros, que só o rodeião para á semilhança dos corpos opacos, eclipsarem o esplendor de seu Imperial Throno.

Portanto nós principiamos as nossas reflexões por lamentar a sorte do nosso Defensor Perpetuo. Sim: *é desgraçado o Monarcha, que não pode ouvir a verdade; e quem pôde duvidar, que o Imperador está neste caso? só quem não souber do que se passa. A Proclamação alcunha de desorganizador ao partido Liberal, porque este é na frase dos que rodeião o Throno, o Federalista; mas o partido desorganizador é só esse infame partido absolutista, que tanto mal tem feito ao Brasil; já querendo desviar o povo da intelligencia genuina dos principios Constitucionaes, já defendendo os actos mais cri-*

ASTRO DE MINAS.

EXTRAORDINARIO.

Todos os Brasileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a Independencia, e integridade do Imperio, e defende-lo dos seus inimigos externos, ou internos.

Const. Cap. 8.º Art. 145.

Se passados quatro annos, depois de jurada a Constituição do Brasil, se conhecer, que algum dos seus artigos merecem reforma, se fará a proposição por escrito, a qual deve ter origem na Camara dos Deputados, e ser apoiada pela terça parte delles. Const. Art. 174.

INDEPENDENCIA LEI OU MORTE.

S. João d'El-Rei na Typographia do Astro de Minas 1833. Rua direita N. 380.

CAMARA MUNICIPAL DA VILLA DE S. JOÃO D'EL-REI.

Continuação da Sessão Permanente.

Continuou a Sessão as 9 horas da manhã de 29 de Março de 1833 sob a Presidencia do Sr. Severo.

Forão lidos dous Officios da Camara Municipal da Villa de Barbacena com o fecho de 28 do corrente as 9 horas da manhã, accompanhando por copia hum officio de Manoel Soares do Couto intruzo Vice-Presidente datado de 25 do mesmo, em cujo officio pretende prevenir a aquella Camara para obedecer as suas illegaes ordens, acerca do que certifica a mesma a esta Camara o firme proposito, em que está de sustentar a custa de todos os sacrificios a Autoridade de Presidente na pessoa do Exm. Sr. Manoel Ignacio de Mello e Souza, bem como de resistir com todas as forças ao intruso, anarchico, e illegal governo. Resolveo esta Camara responder a aquella, accusando o recebimento dos dous mencionados officios, reiteirando os mesmos protestos, e que se envie copias de tudo a Camara da Villa da Campanha com urgencia.

Tendo offerecido a esta Camara o Cidadão João da Silva Pereira huma morada de casas, eitas na rua da prata para servir de aquartelamento as Guardas Nacionaes, que se esperão de fora: resolveo a mesma aceitar tão generosa offerta.

Igualmente aceita a que fez o Rev. Parocho desta Villa Joaquim José Alves do pateo e quartes da sua casa para o mesmo fim.

Leo se a resposta que derão os Cidadãos Membros da Comissão hontem nomeados, do theor seguinte. — Hoje Quinta feira as 4 horas da tarde recebemos os Officios de VV. SS. em que nos incumbem a prontificação dos viveres necessarios para sustentação dos Guardas Nacionaes, que estão a chegar de diversos pontos a esta Villa para manter a paz e boa ordem ora alterada. Nós de commum accordo podemos certificar a VV.

SS. que desde já se achão prontos todos os viveres necessarios e somente resta nos saber quem nos deve entregar as chaves do quartel a fim de providenciarmos alli o dito fornecimento. S. João 28 da Março de 1833, as 4 horas e meia da tarde. = Illms. Srs. Presidente e mais Membros da Camara Municipal desta Villa. = Francisco José Alves de S. Thiago. = Emerenciano José de Souza Vieira. = Francisco de Paula de Almeida Magalhães. Resolveo a Camara mandar lhes entregar as chaves requisitadas, e que se mencione esta resposta recebida com muito especial agrado.

O Vereador Fernandes Moreira pedia a Camara que o dispensasse de dirigir lha correspondencia official e diaria das medidas por elle tomadas a bem da segurança publica na qualidade de Juiz de Paz desta Villa, visto que os Srs. Vereadores tem verbalmente sido dellas instruidos, compromettendo se o mesmo Juiz a dar finalmente hum fiel rellatorio de tudo quanto tem obrado, o que agora se lhe torna impossivel pela sua constante assistencia como Vereador na Sessão Permanente. = Approvado = a huma hora da tarde interrompeo-se a Sessão.

Continuar-se há.

A Camara da Villa de Barbacena accusa o recebimento do officio de V. S. datado de 25 do corrente em que participa os acontecimentos occorridos nessa Capital, em virtude do que se acha V. S. revestido dos poderes do Presidente desta Provincia, cujos acontecimentos tinhão chegado ao conhecimento desta Camara no dia 25 do corrente, por cujo motivo se achava em Sessão permanente desde então, dando todas as providencias ao seo alcance para se nao perturbar o Socego Publico, e passando a deliberar sobre o dito officio, se resolveo unanemente, que se respondesse a V. S., que esta Camara sempre coherente com seus principios, e entusiastas da Constituição, jámais conseguirá o absurdo que meia duzia de pessoas deserdeiras de

O SETE D'ABRIL.

120 RS. RIO DE JANEIRO, SABBADO 26 DE AGOSTO DE 1837. N.º 478.

Publica-se ás Quartas Feiras e Sabbados na TYP. AMERICANA de I. P. da Costa & Co., rua do Hospício N. 118. A assignatura é a 3\$ rs. por semestre, *pagos adiantados*: os Ns. avulsos vendem-se nas lojas do costume. O *Sete d'Abri!* tendo por fim defender a Constituição Política do Brasil e os Direitos do Imperador o Senhor D. PEDRO II, receberá todos os artigos e correspondencias tendentes ao mesmo fim, os quaes deverão sêr dirigidos ao Editor em cartas fechadas (francas de porte) e com os requisitos da lei.

PROFECIA.

☞ O Sr. Feijó deixará de sêr Regente: O NOSSO AUGUSTO IMPERADOR O SENHOR D. PEDRO II tomará as rédeas do Governo: a Liberdade da Imprensa deixará de sêr atropellada e não perecerá.

O *Sete d'Abri!*

MINAS GERAES.

MAIS RAZÕES PARA SER DESPACHADO O NOSSO AFILHADO BHERING.

Razão tem o nosso afilhado de andar magoado e triste, pelo total abandono em que se vio nas Eleições Geraes do anno passado, e justamente se queixa da Camarilha, dizendo que ella o desprezou, que não promovêo a sua reeleição, ou ao menos fez que elle não occupasse cargo nenhum electivo, que não fôsse nem Deputado Geral, nem Provincial, nem Juiz Municipal, nem Juiz de Paz, nem Vereador, em cujos emprêgos podia ganhar alguns cobrinhos; e tudo isto porque na Camara dos Deputados não descompunha ou *chingava* a Opposição: e porque o *Sete d'Abri!* e o *Parahybuna* não tratáráo de o censurar e de o fazer conhecido n'esta provincia, Bhering não duvida asseverar que o Nobre Senador o Sr. Manoel Ignacio de Mello e Souza é quem lhe tem communicado estes ressentimentos da gente do Sr. Feijó.

Defende-se porê m Bhering com razões que levão a convicção ao fundo de todas as almas, dizendo: — se eu descompozêsse e insultasse a Opposição, caíã sobre mim os Membros d'ellã e me tornarião mais ridiculo do que eu já sou. E que papel faria eu de levantar-me, não para responder ás graves accusações que ao Governo fazia a Opposição, porque pouco me canço em estudar, mas unicamente só para descompôr e *chingar*?! Verdade é que descompunhão e *chingava*ão a Opposição o perni longo Sr. Quadros Aranha, vulgo *Louvadeus*, o obeso e rotundo Manoel Gomes da Fonseca, Dignissimo Inspector de Minas Geraes, e por isso fôráo recommendados pela Camarilha. Mas, se elles fôráo sempre fiéis escravos na Camara dos Deputados, acaso levão-me elles a palma, a mim que votei sempre a favor do Governo, — *como se pedra fôsse?* Que culpa tenho eu que o insolente *Parahybunã* se lembrasse tão tarde de estigmatisar, de amaldiçoar meu procedimento, quando já o Governo principiava a desconfiar, sem fundamento, da minha fidelidade e escravidão?!... Paciencia!

Resta-me ainda uma esperança; aspiro substituir o Padre Januario do Rio, ou na Cadeira de Logica, ou na de Rhetorica, ou na de redacção do *Correio Official*; e ninguem duvidará que meus méritos me tornão digno substituto ou successor do Frei Sem Vergonha. Quero vêr se o Governo me dá ainda — *com a táboa pela cara*. —

Ora, será surdo o nosso Governo a tão justas pretensões? Desprezará elle os serviços e méritos do nosso afilhado Bhering?! Não o acreditamos; ao contrario, temos por infallivel que milhares de factos vergonhosos, que nem em duas Prosodias se accommodarião, o constituem digno de sêr elevado aos mais importantes emprêgos do Imperio, afim de que não

caiba ao Governo a nódoa de desprezar tanta habilitade e merecimentos.

Ta-nos esquecendo lembrar tambem ao Governo do Sr. Feijó que o Padre Bhering propoz que fôsse a Camara de Barbacena responsabilizada, pelo atrevimento de pugnar pela execução de uma lei provincial.....

Bhering! vem outra vez beijar a mão a teu padrinho *Parahybuna*, que acaba de proporcionar-te novos modos de ganhares os cobrinhos que tanto ambicionas. Adeos, afilhado: até outra vez.

FELICIDADE DOS DEPOSITARIOS.

O raivoso *feijoista* Ottoni com o ronha do Torres mentira declaráráo, em um Parecer da Commissão de Fazenda Provincial, que os depositarios fazião seus os fructos dos bens depositados; que, em uma palavra, o depositario não tinha direito a sêr indemnizado do trabalho e despêsas que fizêsse com os bens depositados, porque a elle depositario pertencião todos os seus rendimentos.

Ora, que o furioso *feijoista* Ottoni dissêsse taes despropositos, não nos admira, porque o furor não permite julgar bem; e demais é elle tão pobre de conhecimentos como abundante de veneração pelo seu Idolo: mas, que o Torres, que se diz formado em Direito Civil, ex-Lente de um Curso Juridico e Juiz de Direito de uma de nossas Comarcas, chegue a ignorar que, sem furto, não podem os depositarios apropriar-se das rendas dos bens depositados, é incrível! Pedimos aos nossos leitores que se recordem de nosos conselhos aos Eleitores Mineiros, para não reelegêrem Deputado o Dr. Torres mentira, tão impertigado e fôfo como estúpido e ignorante. Não é vergonhoso para a provincia de Minas Geraes que fôsse reeleito Deputado Geral e Provincial um homem tão hospede na sua propria profissão de Direito, que considera tanto o depositario como o senhor da coisa, que confunde deposito com dominio?! Ah! é vergonha e mais que vergonha. O *Parahybuna* tem ao menos o lenitivo de que avisou em tempo a seus concidadãos os Eleitores de Minas.

ESTRADA DO PARAHYBUNA.

Em uma carta, escrita pelo Sr. Vasconcellos depois que chegou ao Rio de Janeiro, notámos o seguinte paragrafo que julgamos acertado transcrever para conhecimento do Publico.

— Chegando á ponte do Queiroz (diz o Sr. Vasconcellos) entrei pela estrada nova, de cuja construcção está encarregado o Engenheiro Fernando Halfeld, e, seguindo-a em direcção ao — Juiz de Fóra, vim outra vez entrar na estrada nova entre Mathias Barbosa e a Roçinha de Simão Pereira. Tenho a satisfação de communicar-lhe que o Engenheiro Halfeld tem desempenhado a sua commissão tão perfeitamente como se podia desejar. Na parte da estrada que se acha concluida, admira-se o alinhamento que, aplanando as altas montanhas dos Videaes e outras de graduacão de onze a dezoito grãos, encurta a mencionada estrada mais de duas leguas. Admira-se tambem a graduacão da estrada nova, pois raro é o lugar em que a declividade excede a 4 polegadas em oitenta, e em nenhum passa de 6 em oitenta. A estrada é construida segundo a lei, com vallos aos lados para

ASTRÉA.

Subscreve-se na Typographia da Aстреa na rua do Sacramento n. 23, em Semestres pagos adiantados, por 6:000 reis, numa Folha que sairá ás Terças, Quintas, e Sábados. Vendem-se na Typographia, e nas lojas dos Srs. E. F. da Veiga e C. na rua dos Pescadores n. 49, J. B. dos Santos na da Cadea n. 114, e Francisco de Paula Brito na Praça da Constituição n. 51, as folhas avulsas á 60 réis cada huma.

Todos podem communicar os seus pensamentos por palavras, escriptos, e publical-os pela imprensa sem dependencia de censura, com tanto, que hajam de responder pelos abusos, que commetterem no exercicio d'este Direito, nos casos e pela forma que a Lei determinar.

(Art. 179 §. IV. da Constituição Política do Imperio do Brasil.)

UNIÃO E OLHO BEM VIVO.

Rio de Janeiro 1832. Na Typographia Patriótica da Aстреa, Rua do Sacramento N. 23.

RIO DE JANEIRO.

UM novo Periodico o *Homem Social* se publica em a Cidade de Marianna na Provincia de Minas Geraes; o conhecimento pessoal que temos de seo Redactor nos assegura de que os Principios Constitucionaes tem mais um Defensor: para que se-faça uma justa ideia dos seus principios, transcrevemos a integra do Prospecto.

PROSPECTO.

Quando estão em campanha os Grnadeiros da Independencia, e Liberdade da nossa Patria em defeza da sacrossanta Arca, onde estão depositados os penhores da publica prosperidade, será licito ao Soldado bisonho descançar arma, e olhar com Estoica indiferença o renhido combate, de que pendem os futuros destinos de seus charos compatriotas? Deverá esperar o feliz exito, para então se decidir? O *Homem Social* está identificado com a sua Patria, a sua sorte existe na mesma Urna, ao minimo acceno elle se appresenta em campo, embora a sua espada não possa medir sua força, com a dos campioens seus collegas. Forças isoladas succumbem ao menor pezo mas quando se reúnem, ainda que sejam fracas vencem escolhos insuperaveis. Reconhecemos a estreita orbita da nossa intelligencia, mas quando o perigo está imminente, não são unicamente os habeis Pilotos, que concorrem para a salvação da Nao, que está proxima á naufragar mas toda a tripulação, e athé os mesmos passageiros manobráo, em beneficio commum. A alguém parecerá temeridade o apparecimento da nossa folha em hum tempo, em

que genios transcendentes occupão a area para debelarem os inimigos da nossa Liberdade; mas o amor, que consagramos ao paiz, que nos vio nascer, a arriscada crise, em que se acha o Brasil justificação nossa resolução. Se não podermos como os habeis Pilotos applicar o balsamo salutar ás chagas, que mãos impuras abrirão no corpo Social, se não podermos restituir aos seus membros a desejada Vitalidade, e robustez, ao menós vellaremos, para que carnivoros lobos não despedacem a presa, que procurão tragar: não consentiremos, que sobre antigas feridas se abram outras, que augmentando a debilidade do Inferno, o levem mais depressa ao tumulto. Estaremos sempre vigilantes, para que a tirania, e a anarchia não empunhem o septro neste abençoado sollo, sobre as ruinas dessa Constituição, a cuja sombra temos descançado das fadigas, e pennalidades, que sobre nós pesarão por 300 annos. A crise, em que nos achamos he arriscada. De hum lado vemos a Federação querendo surgir de sobre os fragmentos da Lei fundamental, prometendo-nos mil venturas, mas expondo-nos a perder a unica taboa de salvação ao travez das dissensões civis. De outro lado a Republica convidando nos ao estado da Natureza, sem possuirmos as virtudes dos Aristides, dos Cimões, dos Temistocles, dos Fracklins, e dos Wasington, aventurando-nos a huma divisão fatal, que apoz de si traria a morte, o estrago, a desolação, e por ultima o despotismo mais oppressor. De outro lado a Restauração preconizada pelo Caramurú se nos appresenta com todos os atavios da salvação, mas tramando primeiramente, e insuflando discordias, e guerras civis, e chamando sobre os Campiões de 7 de Abril todos os ressentimentos do Despota detronizado. Taes são os

O BRASIL.

Vestra res agitur.

Publica-se ás terças e quintas feiras e sabbados de tarde, na Typographia Americana de I. P. da Costa, rua d'Alfandega N.º 43: onde se subscreeva a 48000 rs. por semestre, pagos adiantados: e vende-se nas lojas do costume cada N.º avulso a 50 rs.

VOL. I.

RIO DE JANEIRO, TERÇA FEIRA 17 DE NOVEMBRO DE 1840.

N.º 61.

O BRASIL.

O Rio Grande.

O campo em que tem o ministerio de pleitear sua existencia, já uma vez o dissémos, não é o das eleições, nem o das rugas, é o Rio Grande. Foi o Rio Grande quem lhe deu o poder; que se não houvessem seus partidistas prometido solemnemente ao monarcha e á nação que os rebeldes deporiam a espada, que os corripheus da republica de Piratinim, de subito illuminados pelo fulgôr do monarchismo, viriam confessar seus crimes e implorar a imperial clemencia, talvez tão facilmente não houvessem alcançado as pastas. Amontoe o governo meios de vencer a todo o custo, suplante a opinião publica, faça imperar o cacete e a fraude; no fim de tudo isso, que terá ganho? Terá offendido legitimas susceptibilidades, provocado odios, calcado as leis; e por fim, em vez de um ou de outro deputado, terá mandado este ou aquelle outro individuo para a camara de 1842.

Grande vantagem na verdade é essa! Como se fosse possivel ao ministerio prevêr quaes as circumstancias em que se achará o imperio em 1842; qual o proceder d'esses, que a todo o custo quer introduzir na camara, em presença d'essas novas e incalculaveis circumstancias!

Conta sem duvida o ministerio com a gratidão d'esses, que subindo á camara por protecção d'elle, e só d'elle, sejam-lhe constantemente fieis na prospera, como na adversa fortuna, e que assim, no poder, tenham uma maioria bem argmassada que o sustente, fóra do poder alliados que dedicados o ajudem a reconquistá-lo. Mas illude-se elle de certo: a gratidão é de todos os sentimentos humanos o, infelizmente, mais raro; esses a quem o ministerio der o mandato de legislador, inaufervel por espaço de 4 annos, em breve persuadir-se-ão que a seu merito o devem, e zombarão das esperanças dos seus protectores. O coração humano é desgraçadamente assim formado; e o ministerio, se o desconhece, aprende-o-á á sua custa.

Se houvesse um principio politico, representado por esses candidatos do governo; se fosse esse principio o nexo commum que os prendesse ao gabinete, se tanta firmeza tivessem o ministerio e seus candidatos que, inabalaveis, proseguissem, atravez de todos os accidentes do tempo e circumstancias, em sua realisação; concordariamos em que o triumpho eleitoral fosse pelo ministerio considerado como objecto de grande importancia, quer para sua conservação, quer para a reconquista do poder, quando d'elle fosse apeado. Que principio commum, porém, quer politico quer mesmo administrativo, poderá ter unidos os Pilares, e os Moraes, e os Paula Vasconcellos, e os Souza Françaes com os Limpos e os Andradas? Não: a liga tem por fim descartar-se de homens a quem se detesta, elevando em seu logar homens insignificantes, como representantes de opiniões politicas; mas que pondo em commum suas cabalas, poderiam esperar invadir a legislatura. Conseguido o fim, dissolver-se-á infallivelmente a liga, e o ministerio só terá conseguido augmentar na representação nacional, o numero dos votos mudos, e das capaci-

dades que de nada entendem, e de que qualquer homem habil se assenhoreia.

Assim pois não é a questão das eleições, a de que depende a vida do ministerio: o gabinete mesmo o percebeu, e se, para servir aos amigos, consentiu que nas officinas do arsenal se arregimentassem e armassem os batalhões vencedores das freguezias; se, para servir aos amigos, dispensou a tantos e tantos empregados de irem ás suas repartições, para ficarem copiando listas; se mandou votar marinheiros e filhos familias; se em fim fez quanto havemos memorado, sem que uma só de nossas asserções nos fosse desmentida pela imprensa do governo; em tudo isso não teve em vista senão vingar-se de seus adversarios, segundo a promessa de um membro do gabinete, e fazer a vontade a amigos. O gabinete mesmo percebeu que era no Rio Grande que lhe cumpria pleitear sua causa, e por isso para o Rio Grande applicou todos os seus cuidados; viagens de agentes secretos, proclamações, irrefletidas amnistias, tudo foi prodigalizado, e ficou aguardando os resultados. Desviada a nossa attenção com a questão das eleições, com a necessidade de vêr se pelo pudôr punhamos cobro ás infrens violencias que tentavam, e com que nos ameaçavam nossos adversarios, força nos foi desculdarmos d'esse assumpto. Agora porém que a campanha eleitoral está concluida, e que propriamente só resta contar os mortos e feridos, para saber quem foi o vencedor, dirijamos nossas vistas para o Rio Grande.

O ministerio actual comprehende que, apresentando-se ante as camaras com o titulo de pacificador do Rio Grande, teria um meio de responder a todas quantas aggressões lhe pudessem ser feitas, por mais justas e severas que fossem; diria, como Scipião, quando o accusavam de haver dilapidado a fazenda publica e abusado de sua autoridade, — salvei Roma! dêmos graças aos Deuses! — Salvei o Rio Grande! responderia o ministerio, agradecei-nos! Infelizmente o caminho que o ministerio segue não lhe pôde dar essa vantagem. Temos bastante amor á nossa patria, bastante anhelamos a manutenção da integridade do imperio, para que applaudissemos a quem quer que fosse, que alcançasse semelhante resultado, e por isso tanto lastimamos que nossos adversarios não soubessem colher essa gloria de certo facillima.

As operações militares das ultimas campanhas haviam apresentado o resultado mais prospero; os rebeldes estavam divididos e desmoralizados; o grosso de suas forças encurralado em um ponto, em que tudo lhes faltava, té mesmo munições de guerra; alguns de seus chefes estavam prisioneiros de nossos bravos. Continuasse mais alguns mezes esse systema, e as armas seriam arrancadas das mãos dos republicanos, sem que elles as pudessem mais empunhar. Eis a posição em que o 24 de julho achou o Rio Grande! Continuasse o systema, e os republicanos render-se-iam a discrição, e o ministerio poderia então reunir á gloria de vencedor, a não menor de sér clemente na victoria, poderia então perdoar.

Em vez porém d'esse proceder tão simples e comedido, o ministerio redige uma proclamação em estylo emphatico, e em que, por desgraça, esquece uma palavra importante e dirige-a aos rebeldes; procura n'ella

alcançar suas boas graças, lisongeando suas preocupações, dizendo-lhes que suas queixas talvez, a principio, fossem justas, e que foi o mal da menoridade que as fez não attendidas; termina prometendo-lhes perdão. Como se isso não bastasse, amnistia-os a todos: prisioneiros, sem que a guerra tenha cesado, são soltos, são amnistiados! e para mais captar a benevolencia dos que hão combatido contra a integridade e contra a monarchia do Brasil, ter tido a desgraça de haver sido rebelde, torna-se titulo para merecer os affagos do gabinete, os empregos da nação, e até a influencia eleitoral. A esses actos publicos, outros, sem duvida, secretos accresceram: alguns dos ministros têm, como todos sabem, correspondentes nos campos dos rebeldes, e Bento Gonçalves declara ao presidente da provincia que entender-se-á directamente com o governo. Em fim parte para o Rio Grande um *pacificador!*

Qual o resultado d'essa politica? os amigos da integridade do imperio retallam-se; odios implacaveis, por que continuamente se aggravam, dividem-os em dous campos: uns que querem a conciliação a todo o custo, e que por isso approvam o systema ministerial, queiram a outros que acham que a pacificação poder-se-ia mui proximo obter por meios dignos; d'essa divisão nascem intrigas, e taes que em breve são representados como optimos monarchistas, e somente illudidos. os que ha cinco annos ensanguentam o altar da ambição e do crime, como fementidos, republicanos, bebedores de sangue, os que ha cinco annos sacrificam-se para conservar á coroa imperial, essa estrella que sem elles já teria ido reunir-se a confederação projectada por Fructo Rivera!

No entanto os rebeldes que teriam accedido como um favor um acto de clemencia que lhes salvasse a liberdade e a vida, reanimam-se, não querem depôr as armas senão com uma capitulação honrosa! E o ministerio vac com sua politica fazer-nos passar por essas *Forens Caudinas!*

Em quanto negociam sua capitulação, querem os rebeldes a seu salvo perseguir e matar os imperialistas que inermes cahem em seu poder; não querem porém que as forças impericas aproveitem a oportunidade para enfraquecel-os, já privando-os de sua marinha, já de seus cavallos. Querem treguas; mas treguas só em favor d'elles!

O que parecerá incrível é que á semelhante exigencia annuisse o ministerio. Sim, que um mau passo em politica tem por consecutarios mil outros passos igualmente errados, e havendo embicado a vereda da conciliação a todo o custo, não tem remedio o gabinete senão seguir-a até á extremidade, sujeitando-se a todos os querezes d'esses, a quem tanto deseja aplacar! Por isso é demittido o presidente em quem geralmente alguma confiança se tinha, a quem um dos ministros havia tributado elogios talvez excessivos; por isso improvisa-se presidente o agente secreto de hontem, cuja inconsideração, na tribuna nacional, soltou expressões proprias para exaltar os brios dos republicanos de Piratinim, ao passo que desalentassem e doctassem aos que, contra elles, se hão sacrificado.

Felizmente as operações militares não têm sido até hoje influenciadas por esse systema de pacificação, e os rebeldes continuam, fultos de munições, di-

1837.

12 DE AGOSTO.

O PARLAMENTAR.

N. 10.

SABBADO.

Publica-se nos sabbados.
Subscreeve-se nesta typographia.

Tros, Rutulusve fuat, nullo discrimine habebō. — Vnc.

O preço da assignatura
he de 1\$ rs. por trimestre,
pagos adiantados.

Rio de Janeiro. Typ. imperial e constitucional de J. VILLENEUVE e COMP., rua d'Ouvidor N. 65.

RIO DE JANEIRO.

CAMARA DOS SENHORES SENADORES.

Diversos assumptos tem por muito tempo desviado a nossa attenção das discussões do corpo legislativo. Justo he, por tanto, que hoje nos occupemos com alguns objectos que tem sido discutidos e vencidos no senado, que cada vez se torna mais digno do nosso respeito e reconhecimento, assim como das benções da patria agradeida, não só pela illustração que respira em todas as suas discussões, como tambem pela firmeza e consistencia de principios, que mostra no meio do delirio *innovador*, que parece empuxar-nos para huma tremenda crise. Hum destes objectos foi a resolução que passara na camara temporaria, reduzindo a 10 os 25 por cento que paga a companhia de mineração do Gongo Soco. Tendo-se esta companhia obrigado muito espontaneamente no seu contracto a pagar a referida quota de 25 por cento, e não constando que ella estivesse arruinada, mostrando-se pelo contrario, pelos documentos que forão presentes, que no ultimo semestre ainda ella fizera repartir pelos socios hum dividendo na razão de 5 por cento, não pareceu prudente que se lhe fizesse huma tão larga liberalidade, talvez de mais de 100:000\$ de rs.; e isto, quando o governo do Brazil, a braços com duas provincias rebelladas, e outras mais ou menos agitadas, vê-se forçado annualmente a emprestimos, e acaba mesmo de pedir, pela repartição da fazenda, hum credito de 2,400:000\$ de rs., para poder fazer face ao serviço publico. Como porém se reconheceu ao mesmo tempo que a companhia havia soffrido alguma diminuição em seus lucros, alguma equidade e auxilio devia ella sem duvida merecer. Foi isto o que praticou o senado; diminuiu 5 nos 25 por cento que ella pagava; attendeu aos interesses nacionaes sem desprezar os da companhia, reservando para melhores tempos, como se disse na discussão, todo aquelle beneficio que for reclamado pela justiça, e que se tornar compativel com as nossas circumstancias. Esta decisão parece-nos muito sensata e patriótica, e muito deve recommendar o senado á estima publica. A emenda que se venceu foi offerecida pelo digno senador o Sr. Lucio Soares Teixeira de Gouvêa.

O que porém mais deve fazer sobresahir a prudencia e a circunspeccão do senado, he a discussão e a votação da lei de fixação das forças de mar. Tinha o governo pedido, para circumstancias extraordinarias, 4,000 praças, e 1,200 de artilheria de marinha, e a camara dos Srs. Deputados reduziu o pedido daquellas a 3,000 e os destas a 1,000. O senado penetrou-se da posição actual do Brazil, que infelizmente não pôde ser mais extraordinaria; vio que a rebellião devora duas provincias, e que em huma dellas ainda

está triumphante; que ameaça outras, e que em breve devorará a todas, se não for fortemente comprimida e suffocada naquellas; que o governo pôde allegar a seu favor não poder vencer, por se lhe recusarem os meios necessarios, retorquindo sobre o corpo legislativo a origem dos males publicos; decidio-se pois o senado pelos motivos que succintamente ficão expostos, e por alguns outros, a conceder ao governo todos os meios pedidos, e desde já. O senado nao hesitou em tomar esta deliberação, nem pelo receio de abusos possiveis, nem pelo accrescimento de despezas. Elle considerou certamente que, se o governo, armado com todos os recursos pedidos, não desempenhar sua missão, ficará, sem que possa allegar defeza alguma, exposto ao desprezo e ao odio do paiz; e deverá então ser substituido por outro mais capaz e digno, salva sempre a responsabilidade moral do corpo legislativo, que he inquestionavelmente a mais forte ancora de salvação que ainda resta ao Brazil, mórmente durante a minoridade do monarcha. Reconheceu-se tambem que o accrescimento de despezas devia esquecer-se na presença da necessidade comprovada de terminar tantas calamidades publicas e a guerra civil, que assola e devasta duas provincias, e que o fim será tanto mais prompto, quanto forem mais amplos os meios de acção que se concederem ao governo. O projecto foi sem duvida, na sua generalidade, muito melhorado, e crêmos que sahirá do senado nos termos de poder salvar o paiz do abismo em que está prestes a despeñar-se, e que o mesmo acontecerá com o projecto que fixa as forças de terra ordinarias e extraordinarias para o anno de 1858 a 1859. Além destes objectos, a que o senado tem applicado a sua sollicitude, offerecendo á nação lições instructivas de hum patriotismo puro e desinteressado, e de huma sabedoria confirmada e illustrada pela experiencia, mencionaremos tambem o projecto que tem por fim reformar a lei de 7 de novembro de 1850, dando providencias que difficultem d'ora em diante a introdução de Africanos, e ao mesmo tempo dêem garantias aos proprietarios e fazendeiros que os tem comprado, e possuem actualmente. Em quanto a presente sessão legislativa tem sido, na camara temporaria ou esteril, ou mesmo prejudicial em seus resultados, vê-se que a camara vitalicia se esforça e desvela por promover e consolidar a ordem publica, e por dar desenvolvimento á industria, esplendor ás artes e ás sciencias, e honra e gloria á nação brasileira que tem a honra de representar.

A OPPOSIÇÃO E A LIBERDADE DA IMPRENSA.

São inexplicaveis, são inintelligiveis, são incomprehensiveis os nossos opposicionistas, tanto *camararios* como *periodiqueiros*! Huma vez elles querem huma liberdade

de imprensa illimitada (ainda contra a sagrada opinião do summo pontifice), quando o governo recorre aos meios legais para serem reprimidos os excessos insuportaveis dessa liberdade: outras vezes, levantão desconcertadas vozerias contra essa mesma liberdade, não obstante ser exercida com a justa, e talvez demasiada moderação, quando hum ou outro jornal sustenta a ordem e o governo, reprova a politica errada dos opposicionistas, ou rastrea seus planos, e chega apenas a tocar no véo *sagrado* que encobre suas *patrioticas ambições*, suas *santas invejas*!!! Soltem contra o governo quantas blasphemias quizerem; isso he hum serviço feito a Deos e á patria. Ninguém toque na *arca santa* da opposição; isso he hum sacrilegio, he hum attentado contra a religião e o trono.

A não ser esta a maxima dos opposicionistas, que razão poderia haver para lhes merecer descomedidas censuras dentro da camara temporaria, e fóra della, o Correio Official, hoje quasi inteiramente limitado á publicação dos actos do governo? A não ser esta a maxima dos opposicionistas, como se poderá dizer, alludindo-se áquelle jornal, que *seis vezes por semana surgem dos typos da typographia nacional, e á custa do thesouro publico, milhares de insultos contra os deputados que, olhos fitos em seus deveres e nos interesses do paiz, recuarão ante a idéa de entregar á discreção do governo do Sr. Feijó, e de seus agentes, para ser empregada na guerra do Sul, quasi toda a população brasileira?* Asseveramos á opposição, com toda a candura, com toda a imparcialidade, que nós não o concebemos; que achamos os poucos artigos que o Correio Official tem publicado, tão sensatos e comedidos, que só pôde reprehendê-los, quanto ás expressões, e combatê-los, quanto á doutrina, quem aspira á *dictadura* (embora seja ella parlamentar), e pretende que a bandeirinha dos seus caprichos, ou dos seus interesses, triumphem por qualquer maneira, ainda mesmo com absoluto sacrificio das instituições e do trono, que entretanto finge acatar-se com religioso respeito. Nós não individualmos pessoas. Seção quaes forem as suas opiniões particulares, assim como os seus serviços, he indubitavel que a *marcha* que algumas dessas pessoas levão na opposição, tende necessariamente a este resultado. Sustentar a constituição e o trono, invadindo os poderes que a primeira separou e pôz independentes, e as attribuições que competem á corôa, he huma *sustentação* de nova especie; he precedente na verdade *esperançosa* para a conservação da monarchia!

Se acaso a opposição fosse guiada por espirito de justiça, ella não se irritaria contra os artigos do Correio Official, que já victoriosamente respondeu ás suas accusações: em outros periodicos ella encontraria sobejos motivos de bem merecida censura. Citaremos por todos o que se lê em hum de Minas Geraes, e foi reimpresso nesta côrte.

CORREIO DA TARDE.

Este jornal — político, litterario e commercial — apparece todos os dias que não forem de guarda, ás 5 horas da tarde, na TYPOGRAPHIA AMERICANA de S. P. da Costa, rua da Cadeia N.º 27, onde se recebem annuncios, e artigos que não contiverem offensas á moral publica e vida privada, para serem publicos no mesmo dia, sendo entregues e pagos, os primeiros ate ás 3 horas, a razão de 80 rs. por linha ordinaria, os segundos até ao meio dia e pelo que se conventionar, vindo legalizados, quando esta circumstancia se fizer necessaria. As noticias recebem-se gratuitamente. O preço da assignatura he para a Corte, por cemestre, 6\$000 rs.; por trimestre, 3\$200; para as provincias, por semestre, 7\$500; por trimestre, 4\$000. O escriptorio do jornal he na mesma Typographia.

N.º 225.

RIO DE JANEIRO SEXTA FEIRA 13 DE OUTUBRO DE 1848.

Rs. 120

RIO DE JANEIRO.

ACTOS OFFICIAES.

DECRETO N.º 557 DE 10 DE OUTUBRO DE 1848.

Proroga para o 1.º de janeiro de 1850 o prazo marcado para a cobrança de direitos differencias.

Hei por bem que o prazo marcado nos decretos N.º 536 do 1.º de outubro de 1847, e N.º 551 de 7 de fevereiro do corrente anno, para a cobrança dos direitos differencias estabelecidos no primeiro dos ditos decretos, fique prorogado para o 1.º de janeiro de 1850. Joaquim José Rodrigues Torres, do meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em 10 de outubro de 1848, vigesimo setimo da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. o Imperador. — Joaquim José Rodrigues Torres.

MINISTERIO DO IMPERIO.

Despachos publicados na Corte no dia 11 de outubro de 1848, por occasião do baptismo de S. A. o Principe Imperial.

ORDEM DE S. BENTO DE AVIZ.

Cavalleiros. — Capitão Joaquim da Rocha Moreira, dito Firmino José da Silva Braga, Capitão Tenente Francisco Candido de Castro Menezes, 1.º Tenente da Armada Marcos José Evangelista.

ORDEM DE CRISTO.

Cavalleiros. — Francisco Caetano do Valle, Firmino Caetano do Valle, Francisco das Chagas Vernek Junior, Augusto Cesar de Souza Freitas, Dr. Diogo Teixeira de Macedo, Eleutherio Delim da Silva, Herculano Furtado de Mendonça, Peregrino José da America Pinheiro, Jose Vieira Machado, Antonio Simplicio Sequeira, Antonio Torquato Leite Brandão, Capitão Thomaz Rofino da Silva Franco, Conego Manuel Felizardo Nogueira, Vigario Manuel José dos Reis, Luiz Rodrigues Villares, José Joaquim de Azeredo Coutinho, Francisco Joaquim da Silva Bitancourt, Manuel Gomes Ribeiro de Avellar, Ignacio José Nogueira da Gema, Dr. Alexandre Joaquim de Sequeira, Antonio Luiz Pinto, Jaime da Silva Telles, Antonio Soares de Mello, Cirurgião-Mór Joaquim Luiz do Bomseco-o, Vicente Marques Lisboa, José Joaquim Gonçalves, O Lente da Aula do Commercio João Caetano da Silva, Padre Manuel Antonio Cabral, Manuel Rodrigues de Sousa, o Juiz de Direito Firmino Rodrigues Silva, Sergio Lopes Falcão, Jacintho Cordeiro de Freitas, Floruardo Eloy de Medeiros, Vigario Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro, Capitão Joaquim da Costa, João Evangelista de Negreiros Sayão Labato, Joaquim Xavier Ferraz de Campos, Luiz da Silva Alves de Azambuja Susano, Dionizio Alvaro Rosendo, Vigario Manuel Antonio dos Santos Ribeiro, Custodio Luiz de Azeredo, Bacharel Manuel Sobral Pinto, Felix José da Costa, Manuel Lino da Silva Tavares, José Ignacio de Barros Leite, Antonio da Costa Sousa.

ORDEM DA ROSA.

Officiaes. — Dr. Joaquim Antonio Pereira da Cunha, Dr. Joaquim José Teixeira Leite, Francisco José Soares, Ignacio Antonio de Sousa Amaral, Conselheiro José Caetano de Andrade Pinto, Visconde de Barbacena, Conego Antonio José Ribeiro Bhering, Theodoro Carlos da Silva, Custodio José Pinto Dias, José Eugenio Teixeira Leite, João Baptista Corrêa, Tenente Coronel José de Almeida Leme, Joaquim José dos Santos Silva, Ignacio de Barros Vieira Casjeiro, Antonio Thomaz de Godoy, Dr. José Bento da Cunha Figueiredo, Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira, Firmino de Assis Oliveira Borges, Major Domingos Vieira Junior, Lourenço Cavalcanti de Albuquerque Maranhão, João Marinho Falcão, Dr. Constantino Pereira de Barros, Gonçalo de Faro Roemberg, João da Costa Lima, o Cirurgião-Mór Antonio José Ramos, o Official Maior graduado da Secretaria da Marinha Francisco Xavier Bontempo, Antonio Luiz Gonçalves Ferreira, Antonio da Rocha Miranda e Silva, Dr. José Maria de Moraes, Antonio Gomes Netto, Manuel Raymundo Telles de Menezes, Francisco José Bernardes, Antonio Manuel Leite de Castro, o Senador José da Silva Mafra, Francisco da Silva França, José Bonifacio Caldeira de Andrada Machado, Dr. João Capistrano de Miranda e Castro, Dr. Vicente José da Costa

Cabral, João Gualberto da Costa, Raymundo Gabriel Viana, Joaquim José Muniz, Joaquim Raymundo Marques.

Cavalleiros. — Martinho Alves da Silva Campos, José Innocencio de Andrade Vasconcellos, José Mascarenhas Salter, Dr. Ignacio Joaquim Barbosa Junior, Dr. Luiz da Motta Leite de Araujo, Francisco Thomaz Cardoso, Dr. Antonio Luiz da Cunha Manso Sayão, José Pinheiro de Sousa, Cristiano Martins da Costa, Manuel Pinheiro de Sousa, Felício Augusto de Lacerda, João Rodrigues do Valle, Fernando Manuel Fernandes, Manuel Alvares dos Santos Pessoa, Bento Antonio Moreira Dias, João Sabino Antonio Damasceno, Lino José Alves Jacutinga, Antonio Avellino Damasceno, Luiz José de Vargas Diniz, o Tenente Coronel José Rodrigues Villares, Capitão Francisco de Paula Silva, José Raphael de Sousa Pereira, o Tenente Antonio Barbosa de Oliveira, o Tenente Manuel de Frias Vasconcellos Junior, Capitão Bernardo José de Araujo, José Alexandre Alves Pereira Ribeiro Cirne, Vicente Ferreira Dias Bicalho, Pedro José da Camara, Dr. Jonathan Abbot, Contador da Marinha João Innocencio de Azeredo Coutinho, Luiz Antonio de Freitas, João Antonio da Silva, José Francisco Coelho, Antonio Saturnino de Sousa e Oliveira, Bento Gordiano de Carvalho, Antonio José da Silva, Dr. Antonio Ludjaldo de Figueiredo Rocha, Francisco Olineto de Carvalho, Frederico Wilner, José Ignacio Accioli de Vasconcellos, Manuel Joaquim de Sá Mattos, José Augusto Cesar Nabuco de Araujo, José Joaquim de Almeida Ribeiro, João Malaquias dos Santos Azevedo, José Antonio Falcão, Manuel Pereira Bastos Varella, Bacharel Fernando Affonso de Mello, Bacharel Francisco Domingues da Silva, Antonio da Silva Lisboa, José Antonio de Mendonça, Pedro Antonio da Costa.

MINISTERIO DA JUSTIÇA.

Relação dos despachos publicados na Corte pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça por occasião do baptismo de S. A. o Principe Imperial.

CONGEGOS HONORARIOS DA IMPERIAL CAPELLA.

O Padre João Joaquim Ferreira de Aguiar.
O Padre Francisco Xavier Augusto da França, Vigario de Cattedas Altas.
O Padre João Baptista de Figueiredo, Vigario de Santa Barbara.
O Padre Antonio Felipe de Araujo, Vigario da Campanha.
O Padre José Joaquim Calheiros.
O Padre José Antonio da Costa Valença.
O Padre Antonio Corrêa de Carvalho.
O Vigario Antonio Gonçalves Chaves, Conego honorario da Sé Metropolitana da Bahia.

NOTICIAS E FACTOS DIVERSOS.

Lê-se no "Monitor Campista" de 30 de setembro :

O Instituto Vaccinico.

"Quando creou-se na Provincia essa nova melgueira, sob o pomposo titulo de Instituto Vaccinico, recorda-nos que mais de um jornal da opposição demontrou que esta instituição era mais uma sinecura ou um viveiro de sinecuras com que se ia sobrearrregar os cofres provinciaes.

A principio deu o Instituto signaes de vida, providencian. do pela sua parte e como lhe cumpria, para que nunca deixasse de haver pus vaccinico nem se reclamasse em vão esse util preservativo. Pouco e pouco tem esfriado o seu zelo; em balde se lhe dirigem reclamações todos os dias, nenhuma providencia se tem dado.

Consta-nos que o cirurgião da vaccina d'este municipio nem uma lamina tem recebido do Instituto, ha alguns seis mezes; alguma que tem podido alcançar he devida á sua diligencia particular, e obtida de alguma pessoa da sua amizade.

No entanto ahi estão grassando as heixigas naturaes com actividade, tanto na cidade como na villa de S. João da Barra, o que muitos annos antes da criação do Instituto não se soffria; ahi estamos com a terrivel epidemia sem que possamos recorrer á vaccina, sem que o cirurgião vaccinador nos posta ser bom, por boa que seja a vontade que lhe assista. E os membros do Instituto chuchando em santo ocio seus pingues ordenados, e a Provincia carregando com esse fardo pesado e inutil, e as municipalidades com cirurgiões vaccinadores *in nomine*, tudo devido a não sabermos que desleixo do tal Instituto!

Seis mezes sem vir para um municipio, como o de Campos, o pus que em outros tempos nunca deixou de ministrar-se! Pois alem de ser má e mesmo pessimo esse que ia remetendo, deixa-se assim de permicio tão longo espaço, durante o qual podem as heixigas naturaes ceifar imensidade de victimas? Uma de duas; ou he desleixo, ou impossibilidade de dar cumprimento ao seu encargo: em qualquer das hypothese o Instituto torna-se evidentemente nullo. Assim conviria voltar-se ao antigo estado: o Ministro do Imperio que ressumava essa attribuição que era sua, e o Instituto que cuida de outro officio, visto tão mal desempenhar suas obrigações. — He o que parece mais prudente."

Correio da Tarde.

Os liberaes das vaccas gordas.

Não ha mais duvida; o Ministerio actual he a victima que deve expiar todos os dias, atado ao poste do "Mercantil", as faltas, os erros, os crimes que no poder commetteu o partido das vaccas gordas.

A principio, não atinando ainda quem lhes devia pagar a perda do poder, os homens do "Mercantil" atiraram ao Ministerio Paula Sousa a accusação de ineppia e de perfidia; depois attenderam que essa brigada de quartel mostrava os tão ridiculos como realmente são, e cahiram desapiedados ao Ministerio, que nenhuma culpa tem de seus defeitos, e ainda meenos de seus erros.

Accendeu lhes a colera, assanhou-os ainda mais a moderação e prudencia com que o Ministerio, collocando-se acima dos partidos, tem procedido até agora. Se o Governo houvesse posto o pé na senda das reacções... das reacções não, mas das reparações, os ataques do "Mercantil" não seriam de certo tão violentos: os actos do Ministerio suppririam essa colera que ressumbra em cada uma das linhas, em cada palavra que estampa o jornal estipendiado pelo The-souro.

O Gabinete está acabando a obra em que por cinco annos trabalhou o partido das vaccas gordas: a moderação e prudencia que o dirigem acaba o restinho de vida que essa gente ainda tinha. Esse he seu crime, nós o confessamos; para esse crime não ha absolvição no tribunal que se reúne no escriptorio do "Mercantil".

Os homens das vaccas gordas mentiram a todas as suas promessas, esqueceram todos os seus compromissos, desprezaram os interesses do Estado para só se occuparem de si; desacreditaram-se perante a Nação inteira.

Cinco annos estiveram senhores de todas as posições sociais, e esses cinco annos foram assignalados pela mais completa esterilidade, pela mais funesta impotencia.

Em 1842 pegaram em armas contra certas leis que, diziam elles, matavam a liberdade; eram a *machina infernal* levantada pelo espirito olygarchico para comprimir o Povo e abafar seus gemidos.

Governaram cinco annos sem contradicção, e não houve dia em que se lembrassem de cumprir o dever que lhes impunha o seu procedimento passado. As leis de que se queixavam, a *machina infernal* ficou ahi subsistindo.

Ainda mais: na pratica d'essas leis, em sua execução foram tão perfidos que um só principio não houve uma só regra que não postergassem. O di-

O COMPILADOR

DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE MINAS GERAES.

1843.

SEXTA FEIRA 9 DE JUNHO.

N.º 6.

Publica-se trez vezes por semana na Typographia do Itacolomy, sita na Praça do Ouro-preto, n.º 15.

(Editor, Padre Antonio de Souza Braga.)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL.

7.ª Sessão aos 26 Maio de 1843.

Continuada do n.º antecedente.

O Sr. Bering: Sr. presidente v. exc. e a casa estarão lembrados, que na sessão do anno passado fiz alguns requerimentos exigindo do governo informações sobre aquellas praças do corpo policial, que por ferimentos graves nos combates contra a revolução de 10 de junho se impossibilitaram de trabalhar, e bem assim de todos os guardas nacionaes que estivessem no mesmo caso. Também requeri, que o presidente nos mandasse copia do decreto do poder executivo, que estatuiu outra autoridade encarregada de prover os beneficios ecclesiasticos; e ultimamente requeri que o governo nos desse esclarecimentos sobre os titulos dos prédios rurales, e urbanos do Seminario episcopal. Depois de grandes debates foram todos estes requerimentos approvados. E como sejam passados seis mezes, persuado-me que o governo se esqueceu de cumprir estas exigencias; por isso desejo que de novo se peçam os mesmos esclarecimentos constantes dos ditos requerimentos approvados por esta casa.

Como amigo do governo, desejo munir-me de documentos, com os quaes possa victoriosamente responder aquelles que tanto o tem censurado. Desejo que esta assembleia possa reparar as faltas, que o governo possa ter commettido na distribuição dos premios devidos a aquelles, que derramaram seu sangue na tão desastrosa lucta. E um facto, de que ninguém é capaz de duvidar, que o governo pagou com a mais leve ingratidão a aquelles, que empenharam todas as suas forças em sua defesa. Um governista como eu não pode referir este facto sem profunda magoa; pois elle é por si só capaz de alienar do governo todas as sympathias principiaes em crises arriscadas.

A casa estará lembrada, que na sessão do anno passado eu disse, que o governo se tinha esquecido dos seus mais devotados defensores. Que miseros soldados, que derramaram seu sangue haviam sido condemnados ao desprezo. Estas minhas palavras foram então taxadas de imprudentes, e até satiricas. Meos nobres adversarios procuravam tranquillizar o meu espirito, asseverando-me mais de uma vez, que o governo havia cumprir seu dever, remunerando com mão larga os seus defensores. Entretanto são passados 10 mezes, e eu continuo á ver em abandono os que se sacrificaram pelo governo.

Apoa-lo.

E tão sensível é este desprezo do governo que o nobre general, que preside a esta provincia pede á esta assembleia, que o autorise a dar as familias dos que pereceram nos diferentes combates, o indispensavel pão, para não morrerem á fome, até que o governo lhes decore algumas pensões como a de justiça, e de humanidade há dias, que appareceu na casa um projecto assignado por quem srs. pelo distincto copulador, o sr. Honório, em que se decretam pensões á estas familias, em quanto o governo não o faz.

O pensamento do governo é o que em seu projecto apresenta o sr. secretario interino da provincia; eu lhe hypotheco o meu voto; menos á denominação de pensão consagrada nesse projecto; pois sou eminentemente governista, e como tal não posso alargar tanto as franquias ás provincias, comoahi se pretende, contra a constituição do estado. Srs. Eu tenho lamentado, que tantos Brasileiros morressem, sem que seus nomes ao menos sejam lembrados! O governo devia mandar levantar nos campos de St. Luzia uma columna, em que se inscrevessem os nomes de todos que perderão a vida em sua defesa; assim ficariam recommendados á memoria da patria agradecida. Alguem pensará, que a erecção de semelhante monumento não serviria, senão para perpetuar os odios, e as rivalidades, que tem dilacerado o paiz. Eu também assim penso; porém o governo seria coherente consigo mesmo, ao menos ao merito de coherencia reuniria o sentimento da gratidão. O que sao, srs. essas condecorações nos peitos de alguns legalistas? não pertencem os feitos de nossas guerras intestinas? Ora se o governo concede estas, por que não poderia levantar essa columna? Porém não fallamos mais neste monumento. Não achou o governo um jornal para nelle mandar publicar os nomes de suas victimas? Não será este meio um exemplo, para tantas pessoas, que não cessão de perguntar como se chamão os bravos, que perecerão na lucta do anno passado?

Não se ficarão em completo esquecimento; como nem ao menos o governo mandou fazer-lhes os suffragios, como catholicos. Como se pratica em todas as nações da nossa communhão!!! O sangue derramado em St. Luzia foi saudado pelos sinos dos nossos templos; foi celebrado com luminarias, e com esplendidos bailes. Era a unica recompensa reservada a aquelles, que derão seu sangue pela Patria! Um verdadeiro governista não quer ver esquecido o nome da bravos; não quer ver em desprezo sua familia; e muito menos perseguidos aquelles, que tanto cooperaram para conclusão da lucta.

Por tanto venhão estes esclarecimentos já pedidos, para que esta assembleia possa dentro dos limites de suas attribuições reparar tantos damnos causados pela ingratidão de quem tão mal paga aos que o servem.

Não é possível caber tanta ingratidão nos corações dos que nos governão; mas os factos ali estão para perpetuarem semelhante escandalo.

Requero que da ex.ª presidencia se exigão de novo as seguintes informações.

1.ª Sobre os officiaes inferiores, e soldados do corpo policial, e guardas nacionaes que se impossibilitaram de continuar no serviço por ferimentos nos combates contra a revolução de 10 de junho do anno passado.

2.ª Sobre o seminario episcopal de Mariana.

3.ª Sobre o decreto, que estabeleceu nova autoridade para prover os beneficios

O ITAMONTANO.



União, e prudência: paz, não como fim de nossos esforços, mas como meio de obtermos a liberdade. Abaixo a centralização! Viva a confederação das Províncias! Mance de Nunes Machado! Lá na presença de Deos, onde estas recebendo o premio de vossas heroicas virtudes, protegi vossa causa sacrosantissima!

Publica-se ás quartas e sabbados (excepto os dias santos de guarda) de todas as semanas na Typ. de M. M. Franco e C.ª, rua de S. Quiteria, casa n.º 17. Recebem-se subscrições para esta folha no escriptorio da mesma Typographia, e na casa de negocio do sr. Joaquim Carlos de Figueiredo na praça n.º 15. O preço da assignatura é de 9000 réis por anno (pagos adiantados e por semestres) para os assignantes tanto da cidade como de fora. Os números avulsos vendem-se a 120 réis. As correspondências, e reclamações serão dirigidas directamente aos Redactores da folha. Os annuncios que forem de assignantes d'esta folha, serão inseridos gratuitamente, não excedendo de 10 linhas.

Anno 2.º

Quinta-feira 8 de Novembro de 1849.

N.º 215.

Assemblea legislativa provincial.

32.ª SESSÃO ORDINARIA EM 1 DE OUTUBRO DE 1849.

Presidencia do sr. Camillo de Brito.

A's 11 horas feita a chamada, achando-se presente n.º sufficiente de srs. deputados, faltando sem causa participada os srs. deputados Oliveira, Bhering, Fernandes Leão, e Ferreira Carneiro, o sr. presidente abriu a sessão, lida a acta do dia antecedente foi approvada com uma alteração offerecida pelo sr. Pinto de Carvalho exigindo fazer-se menção na acta do projecto n.º 50 do sr. José Augusto que foi offerecido pela commissão de instrução publica como emenda do projecto n.º 100.

Não havendo expediente entrou-se na hora designada para

Requerimentos, projectos, e indicações.

O sr. Presidente.—Continua a discussão do requerimento do sr. Campos addida pela hora, e tem a palavra o sr. Teixeira Coelho.

O sr. José Augusto.—Pela ordem, mandou a mesa um requerimento pedindo urgencia para apresentar outro por parte da commissão de estatística, o qual foi approved, e em seguida leu e mandou a mesa outro requerimento por parte daquella commissão pedindo que o projecto n.º 46 fosse devolvido as commissões de fazenda provincial, e municipal: é approved.

O sr. Annuniação.—Não tenho remedio, sr. presidente, não acompanhar ainda o honrado membro, que impugnou o requerimento, nas observações, que fez. Tencionava tambem dizer alguma coisa sobre a lei de 19 de agosto de 46 violada claramente pelo governo nos arts. 32 e 112, e a facilidade que tem o executivo de explicar a mesma lei. A letra dos arts. 32 e 112 é tão clara, e manifesta que admira que houvesse governo que discutisse nos referidos arts. motivos de explicações, para os annular ou revogar. Deixando, porem, aos profissionais o cuidado de analisar amplamente esta materia, direi do passagem ao honrado membro, que pareceu defender o acto do governo, com a autorisação, que lhe foi conferida de explicar os arts. da lei, que offerecem duvida fundada, que desta faculdade não se pôde inferir o direito de torturar, contrariar, e nullificar a lei, e seu espirito, como fez o governo ordenando, que proseguissem as qualificações, apesar da dissolução da camara temporaria, e que pela qualificação do corrente anno se fizesse a eleição. Passarei pois a outros pontos ventilados na casa.

Não ha duvida, depois do que se tem dito de uma e outra parte, que o ministerio, ou enganado, ou de proposito, apreciando mal nossas circumstancias, figurando o paiz proximo ao aniquilamento, tomando por pretexto a salvação publica, quando caminhava para o unico fim de organizar e perpetuar seu dominio, não só abusou de todos os meios governativos, como chegou mesmo a appellar para os instinctos máos. Consequentemente com seus principios, e vistas os homons do ministerio, que na opposição só fallavam em justiça, tolerancia, e conciliação, apenas elevados ao poder em 29 de setembro mandaram logo apregoar pela imprensa de seu lado a necessidade do emprego de uma politica despotica, arbitraria e sanguinaria, como a do rei do Napoles, para salvar-se as instituições; como se instituições

livres podessem ser salvas por meios despoticos, sem o proprio discreditio.

A Europa se agitava, não tanto por razões politicas, como em consequencia de difficuldades sociaes, provenientes do excesso da miseria, e demasiado desenvolvimento da população, a quem falta pão e trabalho. Ao primeiro movimento da população, muitos imperantes despotas, mas sabios, conhecerão a necessidade de fazer concessões no sentido liberal, para melhor satisfazer aos desejos de seus subditos, e conjurar maiores desgraças. Os reis da Prussia, de Napoles, e o imperador da Austria, seguindo o exemplo do S. Padre, cedendo de seus direitos arbitrarios, concederão constituições muito liberas a seus estados. Ou porque povos habituados ao regimen arbitrario, e não affeitos ao gozo de uma liberdade mais ampla, exagerao suas pretenções passando de um dia para outro a gosar das franquezas constitucionaes; ou por que os inimigos natos dessas mesmas franquezas, muitas vezes, fingem aceita-las para melhor dirigir as maças pouco pensantes a excessos, que desacreditam a liberdade, e levem os monarchas a serem infieis á suas promessas e concessões: o certo é, que em todos esses estados se manifestarão movimentos criminosos, e prejudiciaes á estabilidade do systema constitucional. Os povos como os individuos tem seus periodos de infancia, e inexperiencia. Todos estes monarchas tiveram de empregar a força contra os devios da liberdade; mas o rei de Napoles a todos excedeo na estrada da repressão; e para chegar a seus fins todos os meios parecerão bons. Dissolvida a assemblea, appareceu na propria capital um movimento popular com propósitos ameaçadores; travou-se a lucta, e o resultado pareceu incerto, estando de um lado a tropa, e de outro a população. Nestas circumstancias o que faz o rei? Chama os lazaroni em seu soccorro, e promette-lhe o saque de sua propria capital, se conseguissem vencer! Trava-se a lucta; derrama-se muito sangue de parte a parte; vencem os Lazaroni, e a cidade foi saqueada por 3 dias, e muitas familias vião-se expostas a deshonra, e a soffrer as consequencias da brutalidade do um corpo conhecido por sua immoralidade, e rapina! Ora esta foi a politica, que uma folha ministerial, que sem duvida excede a todas em credito e influencia, aconselhou ao ministerio, apenas subia ao poder! Vejão, dizia essa folha, que quando todos os reinos livres da velha europa luctão com serias difficuldades para reprimir o espirito revolucionario, a energia constante do rei de Napoles salvou seus estados, e sua coroa! Isto depois de pintar o nosso paiz como proximo a uma revolução meloncha.

O sr. Teixeira.—Ca tambem ha lazaroni?

Vozes.—Oh! si se ha!

O sr. Annuniação.—Este conselho não deixou de ser abraçado; por que alguns dos meios do que o ministerio lançou mão para chamar a ordem a provincia de Pernambuco, nada mais são do que a fiel copia da politica seguida em Napoles. O que quer dizer o convite feito ao juiz pedicico José Pedro das Lages, a João do Rego, a Vicente de Paula o bandido das mattas, para sustentar a causa do governo?! Não será isto a aliança do governo legitimo da sociedade com os lazaroni?! Corre impressa nos jornaes uma carta, cuja letra e firma fora reconhecida por tabelião, escrita pelo sr. Tosta (actual ministro da marinha) a Vicente de Paula, na qualidade de presidente de Pernambuco, na qual o

assassino das mattas é tractado pelo presidente de uma provincia — do sr. commandante de força, em que respondendo a outras diz: — que o presidente teve muito prazer em saber dos sentimentos do tal commandante de forças em favor da augusta pessoa de S. M. sr. D. Pedro 2.º: na qual se assegura, que Vicente de Paula teve grande parte na gloria da pacificação da provincia, e que esta deveria ao bandido seu triumpho; na qual se conclue dizendo que Vicente de Paula é — um bravo, é um homem de honra que tudo fará para continuar a merecer este nome — para continuar?! é muita cousa?! Nesta carta ve-se que não só Vicente de Paula é tractado como soberano independente pelo delegado do Imperador, que o chama sr. commandante de forças, como, o que ainda é mais grave, que o throno imperial deveria sua salvação a este malvado!! Que differença ha entre esta politica, e a politica seguida em Napoles!! Mandou-se emissarios, munições e dinheiros a V. de Paula, que com os seus assassinos tomou parte na lucta contra os revoltosos, e por estes foi algumas vezes batido, depois do que recolheu-se ao seu escondrijo. Demais lance-se as vistas sobre a lista das autoridades civis, e militares nomeadas em Pernambuco, antes e depois da revolta, e facilmente encontrareis sediciciosos, que mezes antes empunbavão as armas contra a legitima autoridade; assassinos conhecidos, e alguns mesmos, senenciados e evadidos das prisões, nomeados delegados, subdelegados, e encarregados de rennir, e dirigir forças contra a revolta, em cujas fileiras estavam os juizes desses mesmos criminosos, de cujos odios se queria tirar todo o partido: e não caberá a tal gente o nome de Lazaroni?! Os meios empregados em todo o imperio para a conquista das eleições, sempre uniformes, segundo vai revelando a imprensa, e os factos, não demonstrão a applicação desses principios, que aliarão os Lazaroni ao governo legitimo?! Não demonstrão, que entre nós ha abundancia de Lazaroni?!

Eu reconheço, que a parte limpa, e honesta do partido saquarema, que não é pouco importante, empregou os meios legitimos para defender seus principios governamentais; mas o directorio, ou o governo, certo de que esta influencia legitima não era sufficiente para lhe dar ganho de causa, procurou os Lazaroni, que abundão em todos os partidos, que tem alguma coisa a dar a comer, e chamando-os a si encarregou-os dessas medidas violentas, e contrarias a todas as leis; dando-lhes em recompensa empregos lucrativos e de influencia, com o que alcançou um triumpho, que deve hoje causar vergonha e remorsos nos verdadeiros amigos do governo, que só desejarão o seu triumpho pelos meios legais, ordinarios, e honestos.

Eu não me queixo da legitima influencia do partido saquarema nas eleições a favor do governo: queixo-me sim de que este desse para muitos empregos, preferencia aos homens sem crenças, que, quaes outros Lazaroni, fluctuão sempre entre os partidos; offerecendo-se nas occasiões, como instrumentos de vingança, e vendendo caro seus máos instinctos.

Essa mesma folha, que aconselhou a imitação da politica napolitana, o que dizia, quando se fazia ver ao publico, que o governo revolucionario do sr. Tosta destrua propriedades particulares, quebrava typographias, acabando com a liberdade da imprensa: prendia arbitrariamente, e sem processo consor-

PUBLICAÇÕES A PEDIDO.



*Ao sentido passamento do illm. sr. conego Antonio José
Ribeiro Bhering.*

SONETO.

Vem do solo mineiro, luctuoso,
De dor curvado, oh Genio tutelar!
Sobre a gelida louza lamentar
Passamento tão triste e doloroso.

Ah! não choreis sómente o proveitoso
Cidadão, das sciencias luminar;
Chorai tambem o amigo singular,
O varão illustrado e prestimoso.

Oh! salvai! sim salvai do esquecimento
Um de teus filhos, typo de bondade;
Entre os sabios da Patria dai-lhe assento.

E levai-o perante a Divindade,
Dando ás suas virtudes o talento
O devido lugar na eternidade.

A. N. G.
